



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Comunicação Social

Claudio Faria Marques

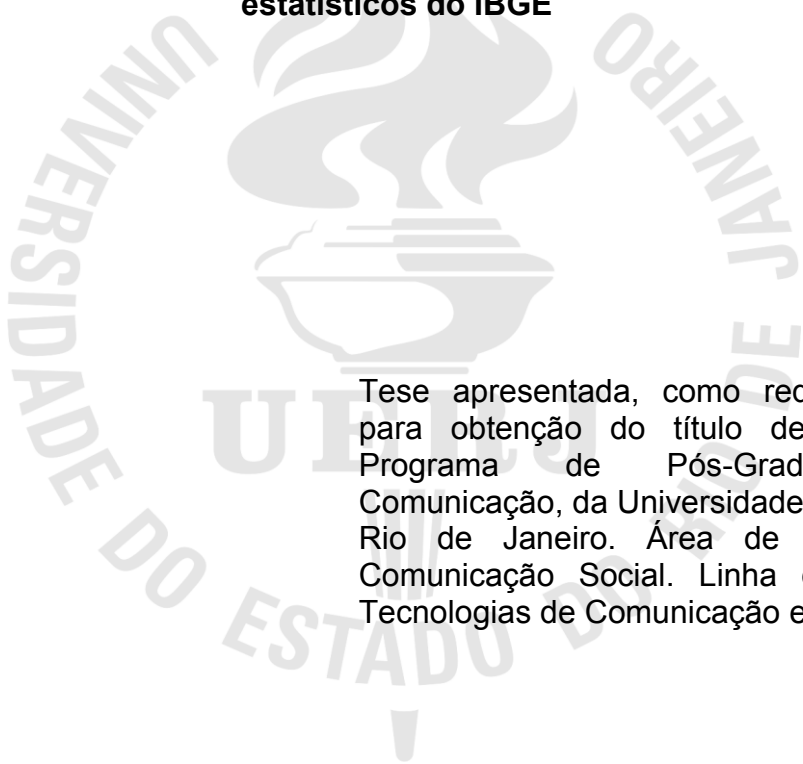
**“Os números falam por si mesmos”:** uma análise da comunicação  
de dados estatísticos do IBGE

Rio de Janeiro

2022

Claudio Faria Marques

**“Os números falam por si mesmos”: uma análise da comunicação de dados estatísticos do IBGE**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração Comunicação Social. Linha de Pesquisa: Tecnologias de Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Souza Gonçalves

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M357 Marques, Claudio Faria.  
Os números falam por si mesmos: uma análise da comunicação de dados estatísticos do IBGE/ Claudio Faria Marques. – 2022.  
423 f.

Orientador: Márcio Souza Gonçalves.  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Comunicação Social.

1. Comunicação – Teses. 2. Cognição – Teses. 3. Estatística – Teses. I. Gonçalves, Márcio Souza. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social. III. Título.

bs CDU 316.77

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

---

Assinatura

---

Data

Claudio Faria Marques

**“Os números falam por si mesmos”: uma análise da comunicação de dados estatísticos do IBGE**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração Comunicação Social. Linha de Pesquisa: Tecnologias de Comunicação e Cultura.

Aprovada em 30 de maio de 2022.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Márcio Souza Gonçalves (Orientador)

Faculdade de Comunicação Social - UERJ

---

Prof. Dr. Ronaldo George Helal

Faculdade de Comunicação Social - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Sonia Virgínia Moreira

Faculdade de Comunicação Social - UERJ

---

Prof. Dr. Nelson de Castro Senra

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

---

Prof. Dr. Paulo de Martino Jannuzzi

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Rio de Janeiro

2022

## AGRADECIMENTOS

Produzir uma tese de Doutorado em plena pandemia criando três filhos, incluindo gêmeas que já haviam passado por internações devido à prematuridade pulmonar. E se alguém tivesse Covid? Ansiedade, depressão, medo paralisante...

O tema dessa tese surgiu a partir da minha experiência no IBGE, onde trabalho como jornalista desde 2010. O projeto original envolvia entrevistar profissionais da imprensa e técnicos do IBGE, entre outras coisas. Mas a pandemia inviabilizou muito do que eu havia planejado. Tive que adaptar o projeto e me adaptar, e esse foi o resultado possível. Nada impede que se revise e se aprofunde o tema, que de um modo ou de outro não se esgotaria.

Agradeço primeiramente ao professor orientador Marcio Souza Gonçalves. Ele me pressionou para que eu desse o meu melhor, mas também me permitiu respirar para que conseguisse seguir adiante.

Agradeço a todos os colegas e funcionários da UERJ, especialmente os professores Ronaldo Helal, Sonia Virgínia Moreira, Fátima Regis, Alessandra Aldé, Leonardo de Marchi, Marcelo Kischinhevsky, Leticia Cantarela Matheus, Erick Felinto e Vinicius Pereira. UERJ resiste!

Agradeço aos ibgeanos, especialmente as ex-colegas de assessoria Silvia Maia e Mariana Viveiros, os professores da ENCE Paulo de Martino Jannuzzi e Nelson de Castro Senra, os colegas da GEBIS e aqueles que autorizaram o afastamento que possibilitou a realização do Doutorado: a chefe imediata Vera Abrantes, a gerente Claudia Prado, o coordenador David Wu Tai (*in memorian*) e o presidente Roberto Olinto.

Agradeço aos amigos... melhores. Eles sabem quem são.

Agradeço a minha companheira Catarina. A palavra companheira nunca foi tão adequada... Vamos juntos.

Agradeço a meus filhos Caio, Catarina e Ana. Tudo que penso, decido e faço é por eles.

Por fim, agradeço a meus pais (*in memorian*), irmãos, sobrinhos e demais familiares que me apoiaram e apoiam nos momentos mais importantes.

Uma cifra estatística isolada é como poste com luz queimada: pode servir como apoio, mas sozinha não ilumina nada.

*Paulo de Martino Jannuzzi*

## RESUMO

MARQUES, Claudio Faria. “Os números falam por si mesmos”: uma análise da comunicação de dados estatísticos do IBGE. 2022. 423 f. Tese (Doutorado) em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Esta tese tem como objetivo principal analisar o circuito de comunicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com foco na produção de dados estatísticos por técnicos, a interpretação realizada por profissionais de mídia e as estratégias utilizadas pelo Instituto e por veículos jornalísticos para comunicar os dados à sociedade. Inicialmente apresenta o conceito de circuito de comunicação elaborado por Robert Darnton e uma adaptação para análise do Instituto. Em seguida é analisado o contexto comunicativo atual, abordando temas como algoritmos, bolhas de informação, *fake news* e o acesso à internet. Também é realizada uma discussão sobre cognição, buscando compreender se “os números falam por si mesmos” e questionando valores como objetividade e imparcialidade. Na sequência é realizada uma retrospectiva histórica do IBGE e uma análise de suas principais ações de comunicação. Em seguida são estudadas algumas ferramentas do jornalismo que podem ser utilizadas para comunicação de dados estatísticos, com ênfase para a linguagem jornalística, a infografia e o jornalismo de dados. Por fim, são alvo de análise as divulgações da *Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2020* e da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal (PNADC TIC) 2019*, tanto por parte do IBGE quanto dos veículos jornalísticos.

Palavras-chave: Cognição. Comunicação. Estatística. IBGE. Jornalismo. Objetividade.

## ABSTRACT

MARQUES, Claudio Faria. *“The numbers speak for themselves”*: an analysis of the communication of statistical data from the IBGE. 2022. 423 f. Tese (Doutorado) em Comunicação – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The main objective of this thesis is to analyze the communication circuit of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), focusing on the production of statistical data by technicians, the interpretation carried out by media professionals and the strategies used by the Institute and by journalistic vehicles to communicate the data to society. Initially, it presents the concept of communication circuit developed by Robert Darnton and an adaptation for analysis by the Institute. Then, the current communicative context is analyzed, addressing topics such as algorithms, information bubbles, fake news and internet access. A discussion about cognition is also carried out, seeking to understand whether “numbers speak for themselves” and questioning values such as objectivity and impartiality. Following, a historical retrospective of the IBGE and an analysis of its main communication actions is carried out. Next, some journalism tools that can be used to communicate statistical data are studied, with emphasis on journalistic language, infographics and data journalism. Finally, the disclosures of the *Summary of Social Indicators (SIS) 2020* and the *Continuous National Household Sample Survey - Access to Internet and TV, ownership of cell phone for personal use (PNADC TIC) 2019* are analyzed. both by the IBGE and the journalistic vehicles.

Keywords: Cognition. Communication. IBGE. Journalism. Objectivity. Statistic.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	O circuito de comunicação de Robert Darnton.....	17
Figura 2 –	A conjuntura socioeconômica como um todo de Adams e Barker	19
Figura 3 –	O organograma do IBGE .....	22
Figura 4 –	O circuito de comunicação do IBGE .....	23
Figura 5 –	Infográfico da Folha de S.Paulo.....	71
Figura 6 –	Matéria do G1 sobre a Covid-19 (12/11/2020) .....	91
Figura 7 –	Matéria do G1 sobre a Covid-19 (14/04/2021) .....	92
Figura 8 –	Comparativo entre SIS 2012 e SIS 2020.....	98
Figura 9 –	Slides da apresentação PowerPoint sobre a SIS .....	101
Figura 10 –	Imagens de vídeos da Agência de Notícias IBGE sobre a SIS.....	102
Figura 11 –	Release da Agência de Notícias IBGE sobre a SIS .....	103
Figura 12 –	Notícias da Agência de Notícias IBGE sobre a SIS .....	107
Figura 13 –	Matérias da Agência Brasil sobre a SIS (12/11/2020).....	111
Figura 14 –	Matéria da Agência Estado sobre a SIS (12/11/2020) .....	112
Figura 15 –	Matéria da Agência Folha sobre a SIS (12/11/2020).....	113
Figura 16 –	Matéria da Agência Reuters sobre a SIS (12/11/2020).....	114
Figura 17 –	Matérias de economia do G1 sobre a SIS (12/11/2020) .....	116
Figura 18 –	Matéria de educação do G1 sobre a SIS (12/11/2020) .....	117
Figura 19 –	Matérias regionais (CE, BA e PE) do G1 sobre a SIS (12/11/2020)	118

Figura 20 –	Matérias do Jornal Nacional no G1 sobre a SIS (12/11/2020).....	119
Figura 21 –	Imagens de matéria do Jornal Nacional sobre desigualdade (12/11/2020).....	120
Figura 22 –	Imagens de matéria do Jornal Nacional sobre educação e trabalho (12/11/2020).....	121
Figura 23 –	Imagens de matéria do Jornal Hoje sobre a SIS (12/11/2020) .....	122
Figura 24 –	Imagens de matérias da GloboNews sobre a SIS (12/11/2020) ...	123
Figura 25 –	Páginas do jornal O Globo sobre a SIS (13/11/2020) .....	125
Figura 26 –	Página do jornal O Estado de S. Paulo sobre a SIS (13/11/2020).	126
Figura 27 –	Página do jornal Folha de S.Paulo sobre a SIS (13/11/2020).....	127
Figura 28 –	Matéria de O Combatente sobre a SIS (12/11/2020) .....	128
Figura 29 –	Matéria da Tribuna Hoje sobre a SIS (12/11/2020).....	129
Figura 30 –	Matérias de educação de O Povo Online sobre a SIS (12/11/2020).....	131
Figura 31 –	Matérias de trabalho de O Povo Online sobre a SIS (12/11/2020).....	132
Figura 32 –	Comparativo entre PNAD TIC 2005 e PNADC TIC 2019 .....	137
Figura 33 –	Slides da apresentação PowerPoint sobre a PNADC TIC .....	140
Figura 34 –	Imagens de vídeo da Agência de Notícias IBGE sobre a PNADC TIC.....	141
Figura 35 –	Release da Agência de Notícias IBGE sobre a PNADC TIC .....	141
Figura 36 –	Notícia da Agência de Notícias IBGE sobre a PNADC TIC.....	144
Figura 37 –	Matérias da Agência Brasil sobre a PNADC TIC (14/04/2021).....	148

Figura 38 –	Matérias do R7 sobre a PNADC TIC (14/04/2021).....	150
Figura 39 –	Matéria da Agência Estado sobre a PNADC TIC (14/04/2021).....	151
Figura 40 –	Matéria da Agência Folha sobre a PNADC TIC (14/04/2021).....	152
Figura 41 –	Matéria do G1 sobre a PNADC TIC (14/04/2021) .....	153
Figura 42 –	Matérias regionais (BA, MA e PB) do G1 sobre a PNADC TIC (14/04/2021).....	155
Figura 43 –	Matéria regional (DF) do G1 sobre a PNADC TIC (15/04/2021)...	156
Figura 44 –	Imagens de matéria do Jornal Hoje sobre a PNADC TIC (14/04/2021).....	158
Figura 45 –	Imagens de matéria da GloboNews sobre a PNADC TIC (15/04/2021).....	159
Figura 46 –	Imagens de matéria da BandNews sobre a PNADC TIC (15/04/2021).....	160
Figura 47 –	Imagens de matérias da TV Brasil sobre a PNADC TIC (14/04/2021).....	161
Figura 48 –	Página do jornal O Estado de Mato Grosso do Sul sobre a PNADC TIC (15/04/2021) .....	163
Figura 49 –	Páginas do jornal O Tempo sobre a PNADC TIC (15/04/2021)....	164
Figura 50 –	Páginas do jornal Gazeta de Alagoas sobre a PNADC TIC (15/04/2021).....	165
Figura 51 –	Página do jornal Correio do Povo sobre a PNADC TIC (15/04/2021).....	166
Figura 52 –	Matéria do Painel de Notícias sobre a PNADC TIC (14/04/2021).	167
Figura 53 –	Matéria do Correio 24 Horas sobre a PNADC TIC (14/04/2021) ..	169

Figura 54 –	Matéria do Correio 24 Horas sobre a PNADC TIC (15/04/2021) ..	170
Figura 55 –	O circuito de comunicação do IBGE .....	175
Quadro 1 –	Classificação de fake news proposta por Clara Wardle .....	33
Quadro 2 –	Classificação de fake news proposta por Tandoc Jr., Lim e Ling .	34
Quadro 3 –	Características das edições da SIS (2012 a 2020) .....	97
Quadro 4 –	Matérias selecionadas de 12 e 13 de novembro de 2020 .....	109
Quadro 5 –	Características das edições da PNAD TIC (2005 a 2015) e PNADC TIC (2016 a 2019) .....	136
Quadro 6 –	Matérias selecionadas de 14 e 15 de abril de 2021 .....	146

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ENCE	Escola Nacional de Ciências Estatísticas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNADC TIC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
1	<b>O CIRCUITO DE COMUNICAÇÃO DO IBGE</b>	16
1.1	<b>O modelo de circuito proposto por Darnton</b>	16
1.2	<b>O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</b>	20
1.3	<b>Adaptação do circuito para análise do IBGE</b>	23
2	<b>CONTEXTO COMUNICATIVO</b>	25
2.1	<b>Acesso à internet no Brasil</b>	26
2.2	<b>Algoritmos, bolhas e <i>fake news</i></b>	28
2.2.1	<u>O filtro invisível: dos algoritmos às bolhas</u>	29
2.2.2	<u>Pós-verdade: categorizando as <i>fake news</i></u>	32
2.2.3	<u>O escândalo da Cambridge Analytica</u>	35
2.2.4	<u>Possíveis soluções</u>	37
3	<b>OS NÚMEROS FALAM POR SI MESMOS</b>	41
3.1	<b>Objetividade estatística</b>	44
3.2	<b>Objetividade jornalística</b>	46
3.3	<b>Tradução de dados estatísticos e imparcialidade</b>	50
4	<b>AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DO IBGE</b>	54
4.1	<b>Retrospectiva histórica</b>	54
4.2	<b>A Agência IBGE Notícias</b>	63
4.3	<b>O Portal IBGEeduca</b>	64
4.4	<b>O desafio Hackathon “Dado na Mão”</b>	64
5	<b>FERRAMENTAS DE DIVULGAÇÃO DO JORNALISMO</b>	67
5.1	<b>Linguagem textual jornalística</b>	67
5.2	<b>Infografia e design de notícias</b>	81
5.3	<b>Jornalismo de dados</b>	86
6	<b>ANÁLISE DE DIVULGAÇÕES DE PESQUISAS</b>	90
6.1	<b>Síntese de Indicadores Sociais 2020</b>	93
6.1.1	<u>Divulgação da SIS pela Agência IBGE Notícias</u>	100
6.1.2	<u>Divulgação da SIS pelos veículos jornalísticos</u>	109
6.2	<b>PNADC TIC 2019</b>	132

6.2.1	<u>Divulgação da PNADC TIC pela Agência IBGE Notícias</u> .....	139
6.2.2	<u>Divulgação da PNADC TIC pelos veículos jornalísticos</u> .....	145
	<b>CONCLUSÕES</b> .....	172
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	180
	<b>MATÉRIAS CITADAS DE SITES JORNALÍSTICOS</b> .....	189
	<b>MATÉRIAS CITADAS DE VEÍCULOS IMPRESSOS</b> .....	197
	<b>MATÉRIAS CITADAS DE RÁDIO E TV</b> .....	199
	<b>ANEXO A</b> - Release do IBGE sobre a SIS 2020 .....	201
	<b>ANEXO B</b> - Notícia do IBGE sobre a SIS 2020 (1 de 2) .....	219
	<b>ANEXO C</b> - Notícia do IBGE sobre a SIS 2020 (2 de 2) .....	224
	<b>ANEXO D</b> - Íntegra de matérias sobre a SIS 2020 .....	229
	<b>ANEXO E</b> - Release do IBGE sobre a PNADC TIC 2019 .....	313
	<b>ANEXO F</b> - Notícia do IBGE sobre a PNADC TIC 2019 .....	323
	<b>ANEXO G</b> - Íntegra de matérias sobre a PNADC TIC 2019 .....	328

## INTRODUÇÃO

O objeto da presente pesquisa é o circuito de comunicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com foco na produção de dados estatísticos por técnicos, a interpretação realizada por profissionais de mídia e as estratégias utilizadas pelo IBGE e por veículos jornalísticos para comunicar os dados à sociedade.

O circuito de comunicação foi criado por Robert Darnton (1990 e 2005). Ele afirma que, ao se analisar um livro, é necessário ater-se não somente à obra propriamente dita, mas também a todo contexto de produção e distribuição.

A principal justificativa para a realização da tese é a de que os resultados obtidos poderão contribuir para o aprimoramento da comunicação de dados estatísticos e de outros tipos de informação. Esse aprimoramento é especialmente necessário quando considerado o contexto comunicacional atual, caracterizado por uso intenso de algoritmos na internet, consolidação de bolhas de informação e disseminação de *fake news*. Há de se considerar que o IBGE é o principal provedor de dados estatísticos do país, atendendo às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. A pesquisa também poderá contribuir para a discussão acadêmica sobre ética, objetividade e imparcialidade, tanto no campo das estatísticas oficiais quanto do jornalismo.

O objetivo geral é analisar o circuito de comunicação do IBGE, com foco na produção de dados estatísticos por técnicos, a interpretação realizada por profissionais de mídia e as estratégias utilizadas pelo Instituto e por veículos jornalísticos para comunicar os dados à sociedade. Como objetivos específicos, temos:

- a) realizar pesquisa bibliográfica, buscando aprofundar o estado da arte e o referencial teórico da pesquisa;
- b) analisar estudos de comunicação e jornalismo pertinentes ao tema da pesquisa;
- c) elaborar um panorama sobre o contexto comunicacional atual;
- d) refletir sobre a objetividade na estatística e no jornalismo, verificando se “os números falam por si mesmos”;



- e) pesquisar a disseminação de dados estatísticos e a construção de indicadores sociais;
- f) verificar como os jornalismo científico e econômico podem colaborar para a comunicação de dados estatísticos;
- g) analisar a evolução da comunicação dos dados estatísticos nas divulgações do IBGE;
- h) analisar divulgações do IBGE e matérias jornalísticas;
- i) discutir o tabu “o IBGE não analisa”, investigando como o Instituto poderia ir além de comentários descritivos e de que forma isso poderia afetar sua imparcialidade;
- j) discutir caminhos sobre como aprimorar a comunicação de dados estatísticos;
- k) produzir síntese final.

Parte do quadro teórico será abordado nos próximos capítulos. Foram encontrados trabalhos mais focados na assessoria de imprensa do IBGE. Estudos sobre estatística geralmente são mais voltados à parte “matemática” da ciência, sendo que a “tradução” dessa informação tende a se concentrar na elaboração de indicadores sociais. Não foram localizados estudos mais amplos que relacionassem as estratégias utilizadas pelo IBGE e pelos veículos jornalísticos para comunicar dados estatísticos. A tese proposta pode ajudar a preencher uma lacuna e aprofundar a discussão acadêmica sobre o tema.

A metodologia da presente tese abrange a pesquisa bibliográfica e a análise documental. O livro *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2005), organizado por Jorge Duarte e Antonio Barros, é utilizado como referência.

A metodologia inicialmente utilizada é a pesquisa bibliográfica, definida por Ida Regina C. Stumpf como um conjunto de procedimentos que busca identificar informação bibliográfica, selecionar documentos pertinentes ao tema e proceder anotação das referências e dados dos documentos para que sejam utilizados na redação do trabalho acadêmico (STUMPF, 2005, p. 52).

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais elaborados, constituídos principalmente de livros e artigos científicos. Utiliza-se fundamentalmente

das contribuições de diversos autores sobre determinado tema. Serão buscados dados elucidativos para a discussão das questões propostas nesta tese.

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores sobre determinado tema, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Para Sonia Virgínia Moreira, análise documental é tanto método quanto técnica, abrangendo a identificação, verificação e apreciação de documentos para determinado fim (MOREIRA, 2005, p. 271-272). A abordagem utilizada é a qualitativa, buscando verificar o teor e conteúdo do material selecionado.

Especial atenção será dada à divulgação, pelo IBGE e pela imprensa, da *Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2020*, publicada em novembro de 2020, e da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal (PNADC TIC) 2019*, publicada em abril de 2021. Também será realizada uma análise da evolução dessas publicações em comparação com edições anteriores. Publicações antigas e atuais são disponibilizadas na biblioteca virtual do Instituto (<http://biblioteca.ibge.gov.br>), facilitando a obtenção de material.

O capítulo “O circuito de comunicação do IBGE” apresenta o modelo de circuito de comunicação proposto por Robert Darnton e uma proposta de aplicabilidade para a análise da comunicação do IBGE.

O capítulo “Contexto comunicativo” aborda temas como o acesso à internet no país, o uso dos algoritmos, a formação de bolhas de informação e a disseminação de *fake news*.

O capítulo “Os números falam por si mesmos” realiza uma discussão sobre cognição, buscando compreender se procede a afirmação do título e questionando valores como objetividade e imparcialidade tanto na estatística quanto no jornalismo.

O capítulo “Ações de comunicação do IBGE” apresenta uma breve retrospectiva histórica do Instituto e analisa algumas de suas principais ações de comunicação mais recentes.

No capítulo “Ferramentas de divulgação do jornalismo” são estudados alguns recursos que podem contribuir para aprimoramentos da comunicação do IBGE, com ênfase para a linguagem textual jornalística, a infografia e o jornalismo de dados.

Por fim, o capítulo “Análise de divulgações de pesquisas” analisa as divulgações da *Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2020* e a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal (PNADC TIC) 2019*.

## 1 O CIRCUITO DE COMUNICAÇÃO DO IBGE

Este capítulo apresenta o modelo de circuito de comunicação proposto por Robert Darnton e uma proposta de aplicabilidade para a análise da comunicação do IBGE.

### 1.1 O modelo de circuito proposto por Darnton

O conceito de circuito de comunicação aqui utilizado foi originalmente apresentado por Robert Darnton em 1982 no ensaio *What is the History of Books* (DARNTON, 2010). O texto trata sobre a história do livro, uma nova área de estudo que começou a se consolidar na França nos anos 1960 e se espalhou em seguida pela Europa e Estados Unidos. Em vez de se deterem em minúcias bibliográficas ou detalhes de uma única obra, os novos historiadores dos livros se concentraram em descobrir modelos gerais de produção, distribuição e consumo ao longo de determinados períodos de tempo, buscando revelar a experiência literária de leitores comuns. Tamanha abrangência permite uma ampla riqueza na análise, mas também torna complicada sua aplicação prática:

Em um curto período de duas décadas, a história do livro se tornou um campo de estudo rico e variado. Tão rico, na verdade, que agora se parece menos com um campo do que com uma floresta tropical. O explorador mal consegue avançar pela selva. Fica enredado a cada passo numa densa vegetação rasteira de artigos científicos, e acaba desorientado pelo entrecruzamento de disciplinas – a bibliografia analítica aponta para uma direção e a sociologia do conhecimento para outra, enquanto a história, a literatura inglesa e a literatura comparada patrulha territórios sobrepostos. Ele é acossado por alegações de renovação – “*la nouvelle bibliographie matérielle*”, “a nova história literária” – e desnortado por metodologias conflitantes que o orientam a cotejar edições, compilar estatísticas, decifrar leis de copyright, ler penosamente resmas de manuscritos, suar operando um prelo comum reconstruído e psicanalisar os processos mentais dos leitores. A história do livro ganhou tantas disciplinas auxiliares que ficou difícil enxergar seus contornos gerais (DARNTON, 2010, p. 192-193).

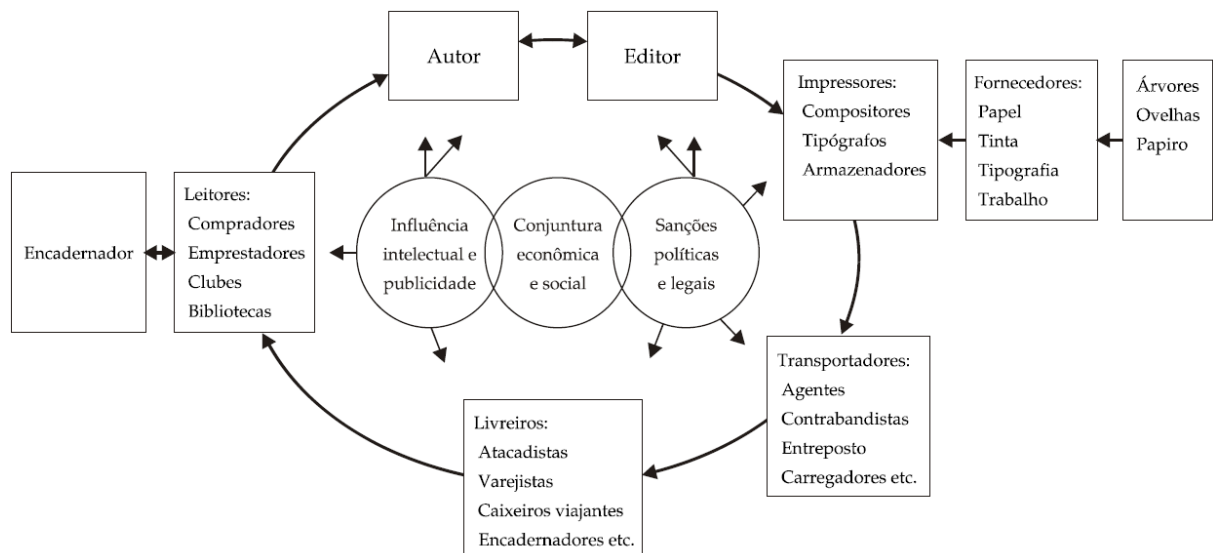
Muitas das dificuldades descritas pelo autor podem se aplicar a estudos de comunicação. Para evitar uma “interdisciplinaridade descontrolada”, Darnton

propõe um modelo geral para analisar como os livros surgem e se propagam na sociedade. Ele afirma que os livros impressos tendem a ter um determinado ciclo de vida:

Ele pode ser descrito como um circuito de comunicação que vai do autor ao editor (se o livreiro não assumir esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao livreiro e ao leitor. Por influenciar o autor tanto antes quanto depois da escrita, o leitor completa o circuito. Autores também são leitores. Lendo e se associando a outros leitores e autores, criam noções de gênero, estilo e uma ideia geral de iniciativa literária que afeta seus textos, quer escrevam sonetos shakespearianos ou instruções para montagem de kits de rádio. Um autor pode usar seu trabalho para rebater críticas sobre sua obra anterior, ou prever reações que serão causadas pelo texto. Ele se dirige a leitores implícitos e escuta a resposta de resenhistas explícitos. Assim, o circuito se completa. Transmite mensagens transformando-as no caminho, enquanto passam do pensamento à escrita e daí aos caracteres impressos, até voltarem ao pensamento (DARNTON, 2010, p. 193-194).

Segundo Darnton, a história do livro se interessa por cada fase do processo e no processo como um todo, bem como no ambiente que o cerca e nas relações com os sistemas socioeconômicos, políticos e culturais. O autor apresenta um modelo de circuito de comunicação semelhante ao exibido na figura 1 (a versão no artigo original não tem o último quadrado à direita):

Figura 1 – O circuito de comunicação de Robert Darnton



Fonte: DARNTON, 2008, p. 164.

Como exemplo, Darnton realiza uma análise sobre o livro impresso no século XVIII, abordando-o fase a fase, mostrando como cada uma se relaciona com outras

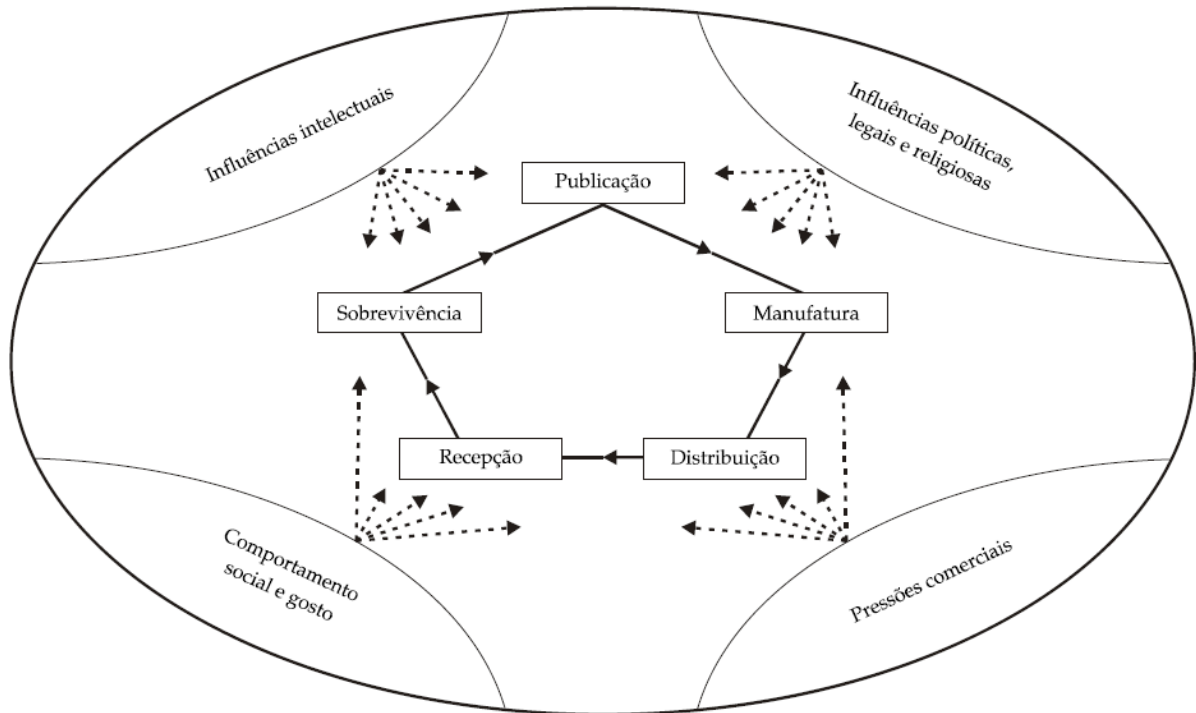
atividades empreendidas em um determinado ponto do circuito, outras pessoas no mesmo ponto em outros circuitos, outras pessoas em outros pontos no mesmo circuito e outros elementos da sociedade (reduzidos às três categorias do centro do diagrama). Ele também aponta questões referentes aos autores, editores, gráficos, distribuidores, livreiros e leitores. E conclui que a história do livro deve ser internacional em escala e interdisciplinar em método, mas sem se abster de coerência conceitual, pois o livro pertence a circuitos de comunicação que operam dentro de padrões complexos, mas consistentes.

Em 2007, Darnton revisa o circuito de comunicação no texto "*What is the History of Books*" *Revisited* (DARNTON, 2008), que contextualiza o ensaio original e descreve avanços subsequentes. O autor descreve o percurso iniciado nos anos 1960 que o levou a propor o diagrama e explica que sua intenção não era a de dizer aos historiadores de livros como eles deveriam realizar seus trabalhos, mas propor um modelo que fosse útil de maneira heurística:

Em 1982 me parecia que a história dos livros sofria de uma fragmentação contínua: especialistas estavam em busca de estudos tão especializados que perdiam contato entre eles mesmos. Os elementos esotéricos da história do livro precisavam ser integrados numa visão geral que mostraria como as partes poderiam conectar-se para formar um todo ou o que caracterizei como um circuito de comunicações (DARNTON, 2008, p. 156).

Darnton afirma que desde então passou a receber cópias de outros modelos propostos para substituir o seu. Ele revisa o modelo que considerou um dos melhores, o da conjuntura econômica como um todo proposto em 1993 por Thomas R. Adams e Nicholas Barker (ADAMS & BARKER, 1993):

Figura 2 – A conjuntura socioeconômica como um todo de Adams e Barker



Fonte: DARNTON, 2008, p. 164.

Em vez dos seis estágios (propostos por Darnton), Adams e Barker destacam cinco eventos interligados: publicação, manufatura, distribuição, recepção e sobrevivência:

Ao fazê-lo desse modo, eles desviam a atenção, das pessoas que faziam, distribuíam e liam os livros, para o livro em si e os processos pelos quais passava em diferentes estágios do seu ciclo de vida. (...) O último quadro do diagrama de Adams e Barker, “Sobrevivência”, representa um avanço expressivo em relação ao meu. Eu havia reservado espaço para as bibliotecas, todavia deixei de considerar a revisão de textos em novas edições ou a reedição de textos, traduções e a mudança de contextos tanto da leitura quanto da literatura em geral. (...) Na tentativa de demonstrar os estágios inter-relacionados do ciclo de vida de uma edição, não levei em conta fenômenos como a preservação e a evolução na história dos livros, haja vista que emergem sob a perspectiva de uma maior duração (DARNTON, 2008, p. 165).

Darnton reconhece as limitações de seu modelo e admite que diagramas servem somente para aperfeiçoar percepções de relações complexas:

Deve haver um limite para a utilidade de um debate sobre como alocar quadros em diferentes posições, dotá-los com rótulos apropriados e correlacioná-los com flechas apontando uns em direção aos outros. Quando

reflito a respeito de como eu poderia ter melhorado meu ensaio, penso menos no meu diagrama do que na necessidade de considerar os avanços impressionantes feitos na história dos livros desde 1982 (DARNTON, 2008, p. 165).

Entre esses avanços, Darnton destaca a sociologia dos textos (à medida que qualquer obra é reproduzida, reeditada e relida, ela assume novas formas e novos significados devido a aspectos materiais, históricos e sociais), a paratextualidade (elementos como páginas de rosto, frontispícios, prefácios, notas de rodapé, ilustrações e apêndices influenciam a percepção do texto pelo leitor), a intertextualidade (relação ou influência que os textos exercem um sobre os outros, pois as obras fazem parte de um discurso coletivo) e a história comparativa (comparar a história dos livros em diferentes localidades, traçando um panorama mais abrangente).

Conclui-se que o circuito de comunicação de Darnton e o de Adams e Barker não são capazes de abranger toda a complexidade que envolve a história dos livros, mas são simplificações que permitem refletir sobre o processo comunicativo, as partes envolvidas e o contexto histórico e socioeconômico. Seus princípios podem ser aplicados a outros objetos de análise.

## **1.2 O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**

Em março de 2022, a seção Institucional do portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ([www.ibge.gov.br/acesso-informacao/institucional/o-ibge.html](http://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/institucional/o-ibge.html)) continha dados relevantes sobre o histórico do instituto, sua missão institucional e suas funções.

Durante o período imperial, o único órgão com atividades exclusivamente estatísticas era a Diretoria Geral de Estatística, criada em 1871. Com o passar do tempo, o órgão responsável pelas estatísticas no Brasil mudou de nome e de funções algumas vezes até 1934, quando foi extinto o Departamento Nacional de Estatística, cujas atribuições passaram aos ministérios competentes.

A carência de um órgão capacitado a articular e coordenar as pesquisas estatísticas, unificando a ação dos serviços especializados em funcionamento no



País, favoreceu a criação, em 1934, do Instituto Nacional de Estatística (INE), que iniciou suas atividades em 29 de maio de 1936. No ano seguinte, foi instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao INE, que passou a se chamar, então, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

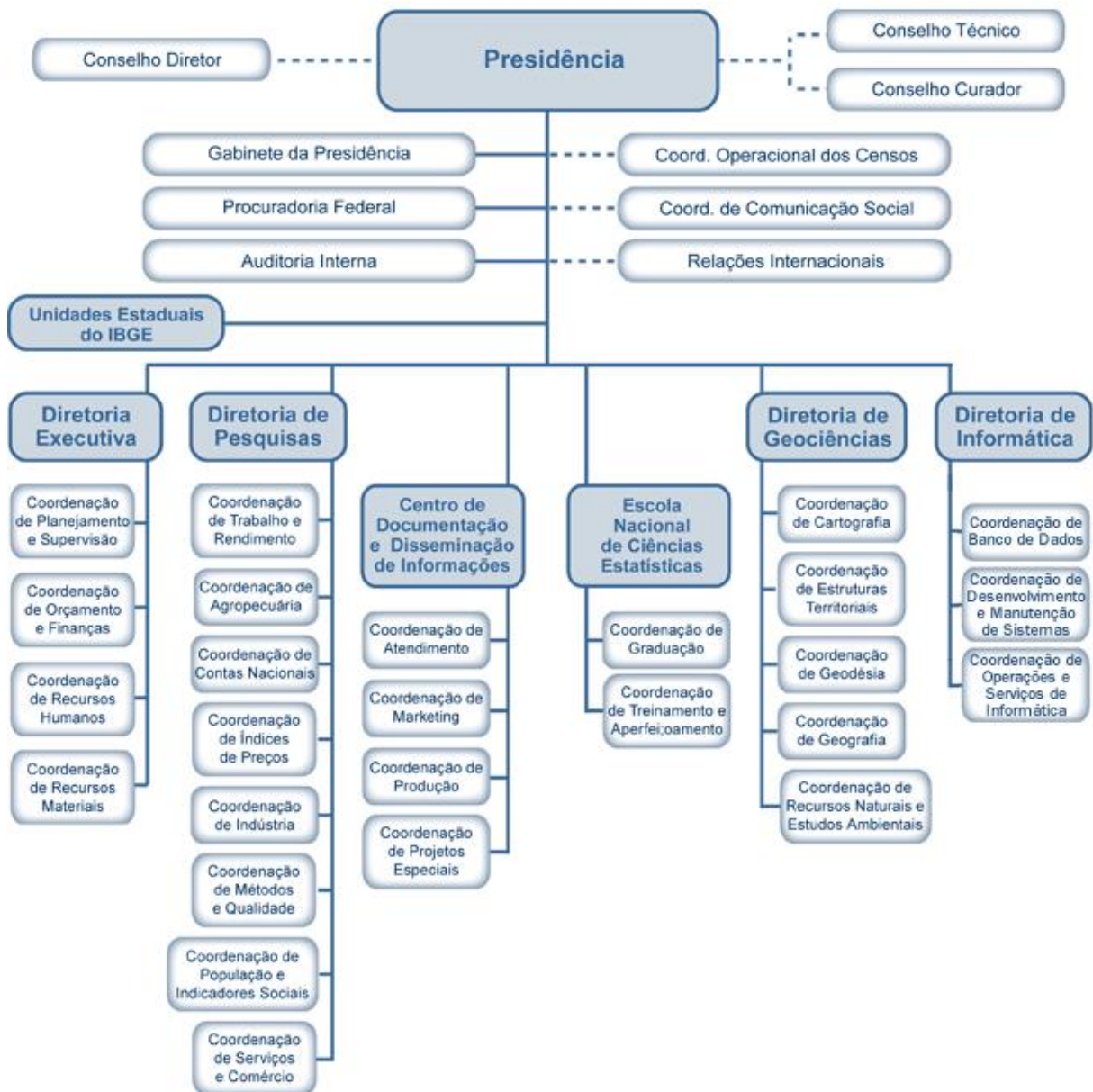
A atual missão institucional do IBGE, conforme consta em seu portal, é “Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”. O Instituto se constitui no principal provedor de dados e informações do país, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. No portal também se afirma que o IBGE oferece uma visão completa e atual do país através do desempenho das seguintes funções:

- Produção e análise de informações estatísticas
- Coordenação e consolidação das informações estatísticas
- Produção e análise de informações geográficas
- Coordenação e consolidação das informações geográficas
- Estruturação e implantação de um sistema de informações ambientais
- Documentação e disseminação de informações
- Coordenação dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais

Quanto à estrutura, é informado que o IBGE é uma entidade da administração pública federal, vinculada ao Ministério da Economia, que possui quatro diretorias e dois outros órgãos específicos. Para que suas atividades possam cobrir todo o território nacional, o IBGE possui a rede nacional de pesquisa e disseminação, composta por 27 Unidades Estaduais, 27 Supervisões de Documentação e Disseminação de Informações e 568 Agências de Coleta de dados nos principais municípios.

Em setembro de 2020 constava na intranet do IBGE ([intranet.ibge.gov.br](http://intranet.ibge.gov.br)) o seguinte organograma:

Figura 3 – O organograma do IBGE



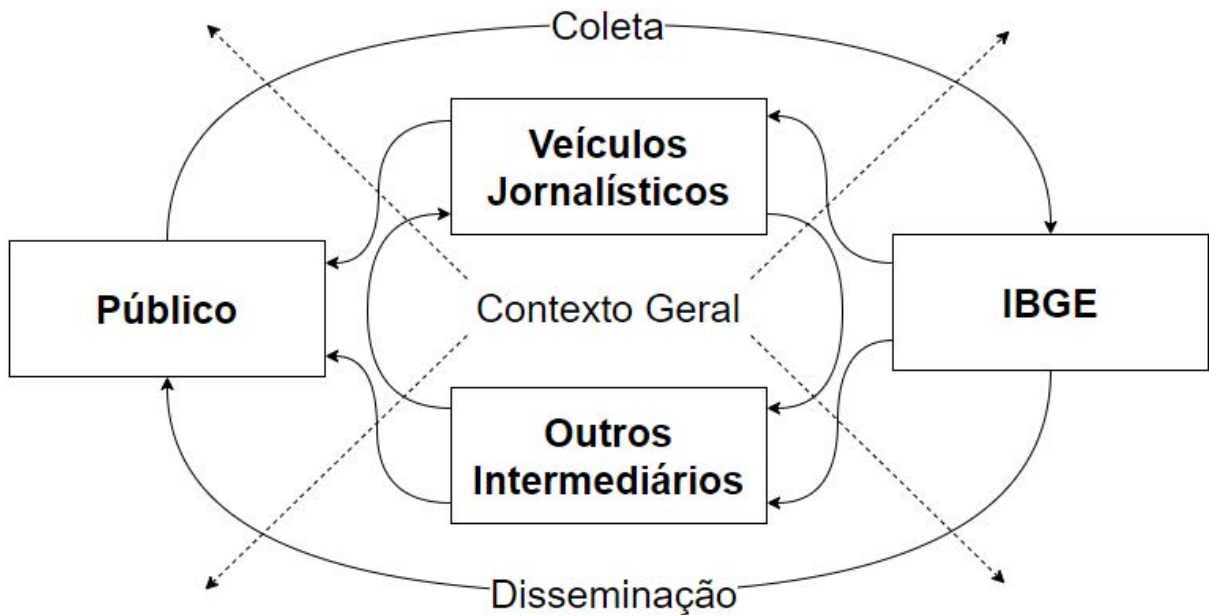
Fonte: Intranet do IBGE, 2020.

A grosso modo, os dados estatísticos produzidos pela Diretoria de Pesquisas – DPE são comunicados à sociedade por meio da Coordenação de Comunicação Social – CCS (assessoria de imprensa) e do Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI (publicações, portal, redes sociais e atendimento ao público). O histórico da comunicação do IBGE e o funcionamento atual do seu fluxo de informação serão abordados no capítulo 4.

### 1.3 Adaptação do circuito para análise do IBGE

Nosso objetivo neste tópico é adaptar o conceito criado por Darnton para realizar uma análise da comunicação de dados estatísticos do IBGE. Este é o diagrama proposto:

Figura 4 – O circuito de comunicação do IBGE



Fonte: nossa autoria.

O *Público* é composto por Estado (agentes públicos com fins públicos), mercado (agentes privados com fins privados), organizações da sociedade civil (agentes privados com fins públicos) e a população em geral. Como órgão oficial de estatísticas do país, o *IBGE* atende demandas variadas do Estado, como a produção de índices econômicos e de subsídios para a formulação de políticas públicas. O mercado e a sociedade civil organizada também têm interesse nos dados produzidos para atingir seus próprios objetivos. E, conforme consta na retrospectiva histórica apresentada no capítulo 4, o Instituto busca cada vez mais priorizar o cidadão como foco em vez do Estado, sendo que a maior parte da população não é especialista em estatística.

Por meio do fluxo de *Coleta*, o IBGE obtém dados variados da sociedade, que são trabalhados e convertidos em informação estatística a ser divulgada de forma direta (pelo fluxo de *Disseminação*) e também de forma indireta, por meio de

agentes intermediários que “traduzem” a informação estatística para o público não especializado.

Os *Veículos Jornalísticos* são os principais divulgadores da informação produzida pelo IBGE. São compostos por meios impressos (jornais, revistas) e eletrônicos (rádio, TV, internet) que buscam informar seus respectivos públicos.

Existem ainda *Outros Intermediários* da informação estatística, tanto privados quanto públicos. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (IPEA) são exemplos de órgãos que utilizam informação do IBGE para produzir suas próprias pesquisas e interpretações. Especialistas da academia e outras instituições também se enquadrariam aqui. Há também aqueles que utilizam a informação para atender a determinados interesses, e que podem inclusive se valer de recursos como distorção e manipulação para tentar ludibriar o público (certos candidatos a cargos políticos, por exemplo).

Há comunicação entre os agentes intermediários. A informação estatística do IBGE pode passar primeiro por veículos jornalísticos e depois por outros intermediários (ou vice-versa) antes de chegar ao público. As setas possuem um sentido que é o considerado como principal no fluxo da informação estatística, mas isso não significa que a comunicação também não se dá por outras vias.

O diagrama não é exaustivo. Não aborda, por exemplo, as consultas realizadas a representantes do Estado, do mercado e da sociedade civil por meio de conselhos e conferências para definição de como serão constituídas as pesquisas, ou a função que o Instituto tem de coordenar os sistemas nacionais estatístico e geocientífico. O objetivo é simplificar o entendimento do fluxo básico da comunicação dos dados produzidos pelo IBGE, bem como propor um circuito que possa ser facilmente adaptado para a análise da comunicação de outros produtores de informação estatística ou científica.

Em nossa análise, será dado maior foco à produção de dados estatísticos por técnicos, à interpretação realizada por profissionais de mídia e às estratégias utilizadas pelo IBGE e por veículos jornalísticos para comunicar os dados à população.

O *Contexto Geral* envolve aspectos comunicacionais, culturais, sociais, econômicos, legais e políticos. O contexto comunicativo é essencial para a análise e será melhor detalhado no capítulo seguinte, com ênfase para o uso dos algoritmos, a formação de bolhas de informação e a disseminação de *fake news*.

## 2 CONTEXTO COMUNICATIVO

O poder manipulador da mídia é um tema frequentemente abordado em estudos clássicos de comunicação. Temos tanto teorias que atribuem uma força absoluta aos meios de comunicação quanto outras que menosprezam seu potencial, chegando a hipóteses mais contemporâneas que tendem a ser um meio termo, reconhecendo potencialidades e limites. Muitos desses estudos caíram totalmente em desuso, enquanto outros têm sido resgatados para se analisar o contexto comunicacional atual.

O artigo *Esferas públicas, teorias de comunicação e hipóteses contemporâneas: traçando uma releitura*, de nossa autoria (MARQUES, 2019), realiza um apanhado de estudos clássicos de comunicação e reflete sobre a possível aplicabilidade e atualização de alguns dos conceitos pesquisados. O que se constatou é que certos paradigmas caíram em desuso, mas apresentam conceitos que podem ser úteis para se analisar o contexto informacional atual, tais como a disfunção narcotizante da teoria funcionalista (o grande fluxo de informação contribui para produzir apatia, inércia e conformismo, como se o fato de estar bem informado, por si só, já fosse o suficiente), os líderes de opinião no *two-step flow of communication* da teoria dos efeitos limitados (a comunicação se dá em um fluxo dos meios aos líderes, e destes às demais pessoas), e, guardadas as devidas proporções, até mesmo as táticas de manipulação que remetem à teoria hipodérmica (as tecnologias de comunicação permitem que os indivíduos sejam atingidos isoladamente, o que poderia contribuir para uma manipulação mais efetiva do público).

O amplo acesso à informação proporcionada pela internet torna o cenário bem mais complexo do que o da época em que tais estudos foram originalmente elaborados. Se antigamente o problema era a dificuldade para se ter acesso à informação, hoje talvez seja seu excesso, bem como o ritmo alucinante com que os dados são consumidos. O público parece ter ganhado força no contexto tecnológico atual para decidir o que entra na agenda. Mas, ao mesmo tempo, algoritmos são utilizados para filtrar a informação que chega a cada usuário, e a espiral do silêncio (a influência do pensamento aparentemente majoritário tende a crescer à medida que faz com que os demais que lhe oponham silenciem ou sejam silenciados) é reforçada pelo efeito *bandwagon* (efeito do carro vencedor, que ocorre quando

informações sobre a opinião da maioria causam um aumento no suporte à determinada opinião, causa ou campanha) provocado pela visibilidade do engajamento nas redes sociais. Os algoritmos favorecem a criação de bolhas de informação, bem como o direcionamento de *fake news* para públicos específicos, potencializando seus efeitos danosos. E ainda não se descobriu como a internet poderia contribuir para a concretização de uma esfera pública mais efetiva.

Em suma, o contexto comunicativo mais recente é marcado pelo impacto que a internet causou à sociedade no modo de se consumir e compartilhar informação. No IBGE, por sinal, ocorre um uso crescente da internet como meio de divulgação:

Até a metade da década de 1990, a grande maioria das informações produzidas pelo IBGE era publicada na forma de livros com tabelas, com tiragens restritas, e em formatos tradicionais. Hoje, os dados são disseminados de forma imediata pela Internet, que se tornou o principal meio para difundir informações das agências públicas (FONSECA, 2009, p. 552).

Antes de se realizar qualquer análise sobre o impacto da internet, convém verificar se há percentuais relevantes de acesso no Brasil, e este é o tema do próximo tópico. Em seguida, serão analisadas questões que permeiam a rede virtual e são relevantes para produtores de informação, como o uso dos algoritmos, a formação de bolhas de informação e a disseminação de *fake news*.

## 2.1 Acesso à internet no Brasil

A população brasileira registra um uso cada vez mais intenso da internet, conforme demonstra o suplemento *Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC TIC) 2019*, publicado em abril de 2021.

Os dados da *PNADC TIC* permitem observar um uso cada vez mais intenso da internet pela população. A proporção de domicílios com acesso à internet na data da entrevista subiu de 69,4% em 2016 para 82,7% em 2019. Entre os domicílios com internet, houve no mesmo período um aumento no uso de telefone celular (de 97,2% para 99,5%) e televisão (de 11,6% para 31,7%) como

equipamento para acesso, e queda no uso de computador (de 57,8% para 45,1%) e *tablet* (de 17,8% para 12,0%).

O acesso não é uniforme ao longo do território. Entre as Unidades da Federação, havia em 2019 maiores percentuais de acesso entre os domicílios do Distrito Federal (94,4%) e São Paulo (91,6%), e menores em Piauí (67,3%) e Maranhão (67,4%). Também se registrou uma diferença significativa no acesso entre os domicílios da área urbana (86,7%) e da área rural (55,6%), sendo que o acesso na área rural da Região Norte era de apenas 38,4% dos domicílios.

Também foram estimadas informações sobre as pessoas de 10 anos ou mais que utilizaram a internet ao menos uma vez no período de três meses que antecede a entrevista da pesquisa. Em 2019, 78,3% dessa população acessou a internet. Quanto à distribuição etária, o percentual de pessoas que utilizaram a internet foi de 77,7% no grupo de 10 a 13 anos, cresceu sucessivamente nos seguintes e alcançou o máximo no grupo de 20 a 24 anos (92,7%), passando depois a declinar até atingir 45,0%, no de 60 anos ou mais.

Entre as pessoas de 10 anos ou mais que acessaram a internet, o telefone móvel celular foi o equipamento mais usado (98,6%) em 2019, seguido pelo microcomputador (46,2%), televisão (31,9%), *tablet* (10,9%) e outro tipo de equipamento eletrônico (1,4%). Dentre as finalidades do acesso à internet investigadas, a que mais se destacou foi a de enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de e-mail (95,7%), seguida por conversar por chamadas de voz ou vídeo (91,2%), assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes (88,4%) e enviar ou receber e-mail (61,5%). Os dados parecem reforçar a relevância das redes sociais no contexto atual.

Não temos como prever com exatidão os rumos que serão tomados pela tecnologia e seus usos, mas podemos realizar inferências com base em tendências observadas em dados do IBGE. Constata-se uma queda no acesso em suportes menos portáteis. Os computadores, mesmo os *netbooks*, são plataformas pouco práticas para leitura em qualquer local, prestando-se mais à produção de textos. E o ligeiro recuo na proporção de domicílios com *tablets* talvez se deva à popularização de *smartphones* com telas maiores e de melhor definição. Esses telefones móveis mais modernos tendem a ser um meio termo entre os antigos celulares (que tinham telas muito pequenas e de baixa resolução) e os *tablets* (que possuem telas melhores para leitura, mas são menos portáteis).

É provável que se mantenha a tendência de crescimento do uso de equipamentos de acesso à internet mais portáteis. A tecnologia tende a se aprimorar cada vez mais, tornando menos cansativo e mais atraente o uso de telas em equipamentos pequenos o suficiente para caber no bolso e com preços acessíveis. Já existem leitores de livros eletrônicos, como o *kindle*, com telas que oferecem uma experiência de leitura mais próxima do meio impresso, com um cansaço visual menor. E o desenvolvimento de interfaces mais intuitivas e práticas para a tomada de notas podem causar novos impactos na relação do leitor com o texto digital. A própria categorização dos equipamentos está em constante transformação, e em breve talvez não faça mais sentido classificar algo como computador, telefone, *tablet* ou leitor de livro eletrônico, pois novos meios são constantemente criados ou mesclados.

Torna-se cada vez mais difícil dimensionar exatamente o tempo que passamos conectados à internet nos tempos atuais. Antes o computador era o principal meio de acesso e nós o ligávamos para “entrar na internet”. Com o uso cada vez mais intenso dos *smartphones*, não é exagero dizer que estamos na internet o tempo todo.

Constatada a relevância no acesso à internet no Brasil, será analisada a seguir a questão sobre como os algoritmos propiciaram a criação de bolhas de informação que colaboram para a disseminação de *fake news*.

## 2.2 Algoritmos, bolhas e *fake news*

As *fake news* se constituem em um dos grandes temas do momento. A disseminação de notícias falsas é favorecida pelo uso intenso de redes sociais como o *Facebook*, que por sua vez estimulam a formação de bolhas de informação em decorrência do uso de algoritmos e das escolhas dos usuários.

A seguir são apresentados os algoritmos e como eles são aplicados nos filtros de internet, estimulando a criação de bolhas de informação. Depois é a vez de se analisar as *fake news* e suas possíveis classificações. Em seguida é examinado o escândalo recente do mau uso de informações pessoais pela *Cambridge Analytica* para disseminação de notícias falsas que influenciaram



fortemente as campanhas a favor do *Brexit* no Reino Unido e de Trump nos EUA. Por fim, são apresentadas algumas possíveis soluções para os problemas das bolhas e da propagação de notícias falsas.

### 2.2.1 O filtro invisível: dos algoritmos às bolhas

Algoritmo é uma sequência de instruções que orientam passo a passo a realização de uma tarefa ou a solução de um problema. Em informática, pode ser definido como “qualquer procedimento computacional bem definido que toma algum valor ou conjunto de valores como entrada e produz algum valor ou conjunto de valores como saída” (CORMEN, RIVEST, LEISERSON e STEIN, 2002, p. 3).

Segundo Paolo Totaro (2010), cálculo e algoritmo são dois lados da mesma moeda, pois ambos consistem em funções recursivas:

Isso significa que tanto a linguagem cognitiva (a representação matemática do mundo), quanto a linguagem performativa dominante (os processos governados por regras formais) estão baseados numa mesma lógica. (...) O resultado da investigação é que a cultura do cálculo, embora distancie fisicamente os sujeitos, outorga meios de integração nesse plano distanciado. Contudo, essa própria cultura, quando tende a classificar formalmente as entidades sociais, para submetê-la a processos de cálculo, gera, invariavelmente, desagregação (TOTARO, 2010, p. 5).

Totaro e Ninno (2014) afirmam que os algoritmos formam um conceito chave para entender a racionalidade moderna e o capitalismo. Com o surgimento da modernidade, a ideia de substância e conceitos relacionados de categoria e classificação, profundamente enraizados na cultura ocidental, não foram totalmente suplantados pelo de função matemática. E o entrelaçamento dos conceitos de substância e função gerou híbridos contraditórios:

A noção de que se pode reduzir indivíduos e objetos a unidades indiferenciadas reunindo-os na mesma classe, uma classe distinguida por uma dada propriedade que é útil para o algoritmo burocrático, gerou um problema intransponível. Tornou a burocracia ideologicamente cega e impotente quando confrontada com a interação comunicativa, que é inseparável da ação humana. Isso determinou a crise e a obsolescência do modelo organizacional burocrático (TOTARO e NINNO, 2014, tradução nossa).

Cathy O’Neil (2016) opina que os algoritmos podem se constituir em “Armas de Destruição Matemática”, pois teriam potencial para promover os privilegiados ao reforçar preconceitos e estereótipos. Eles podem desconsiderar fatores relevantes e permitir que se tirem conclusões enviesadas, como a de que prisioneiros não-brancos vindos de bairros pobres têm maior probabilidade de voltar a cometer crimes. Algoritmos que não primam pela transparência e pela ética estariam sendo cada vez mais utilizados para tomada de decisões que impactam diretamente na vida das pessoas, prejudicando principalmente os pobres, os negros, os imigrantes e os que possuem baixa escolarização.

Na internet, os algoritmos são utilizados para filtrar a informação que chega a cada usuário. No livro *O filtro invisível*, Eli Pariser (2012) explica que o conteúdo que vemos nos serviços disponíveis na web (resultados de buscas no *Google*, *feed* de redes sociais como o *Facebook* ou a primeira página de determinados *sites*, por exemplo) são cada vez mais personalizados de acordo com os nossos hábitos.

Os algoritmos primeiramente buscam entender as pessoas e do que elas poderiam gostar baseando-se nos rastros que elas deixam na internet, como curtir ou não certas postagens, ou clicar ou não em determinados *links*. Desse modo, eles criam bancos de dados sobre as preferências de cada pessoa, oferecendo a partir disso conteúdo personalizado. E ajustes são realizados a partir das interações que o usuário tem com aquilo que vai sendo proposto.

Inicialmente podemos ver esse processo com bons olhos, já que na prática os algoritmos poderiam nos ajudar a não nos perdermos no oceano de informações ao filtrar aquilo que nos seria mais importante. Mas Pariser afirma que a mudança do fluxo de informação se dá de forma invisível para os usuários, que não sabem como as informações estão sendo personalizadas para eles. Grandes corporações tomam essas decisões visando ao lucro e com base em seus próprios interesses, sem seguir a mesma ética de editores da mídia tradicional, por exemplo.

O resultado seria a privação para os usuários de conteúdos e pontos de vistas diferentes. Como o filtro tende a priorizar apenas a visão de mundo com a qual a pessoa concorda, nós acabamos não tendo acesso a informações que desafiam nossos pontos de vista, o que é vital para a democracia, e acabamos ficando cada vez mais fechados em bolhas de informação:

Minha sensação de desconforto ganhou corpo quando notei que meus amigos conservadores tinham desaparecido da minha página no Facebook. Na política, eu tenho inclinações de esquerda, mas gosto de saber o que pensam os conservadores; por isso, fiz algum esforço para formar amizades com conservadores e os adicionei como contatos no Facebook. Eu queria saber que links eles iriam postar, queria ler seus comentários e aprender um pouco com eles. Mas seus links nunca apareciam na minha seção de Principais Notícias. O Facebook aparentemente estava fazendo as contas e percebendo que eu ainda clicava mais vezes nos links dos meus amigos progressistas do que nos dos meus amigos conservadores – e que clicava ainda mais em links com os últimos cliques da Lady Gaga. Por isso, nada de links conservadores para mim (PARISER, 2012).

Sérgio Branco (2017) afirma que o efeito de bolha na rede social *Facebook* é ainda mais forte para os brasileiros. Ele cita uma pesquisa divulgada em 2015 segundo a qual 55% dos brasileiros concordavam com a afirmação “o *Facebook* é a internet”, opinião compartilhada por somente 5% dos americanos:

Diante dessa informação, percebemos que não apenas milhões de pessoas tomam o Facebook pela internet como, em razão disso, vivem sua vida digital sem conseguir ultrapassar os limites do que é mostrado no *feed* de notícias – como se vivessem um pesadelo on-line surrealista no estilo de “*O Anjo Exterminador*”. As portas estão abertas, mas ninguém sai. A propósito, dados demonstram que cerca de 70% dos brasileiros se informam pela rede social, número superior a todos os demais países pesquisados. A conclusão a que se chega é intuitiva: ao se fiar no conteúdo que o algoritmo do Facebook decide mostrar, e ao se tomar um único site como a integralidade da internet, o que se faz é agir em uma bolha, dentro da bolha, dentro de outra bolha (BRANCO, 2017, p. 53).

Mas Branco ressalta que a formação das bolhas de informação não se dá somente pela ação dos algoritmos, mas também pelas escolhas dos usuários:

A fim de satisfazer suas próprias necessidades, inúmeros serão os usuários que optarão por deixar de seguir (dar *unfollow*) em quem quer que discorde dele, que não curta nem compartilhe suas publicações ou que simplesmente lhe pareça desinteressante. No limite, um usuário pode ser até mesmo bloqueado. Em contrapartida, poderá (porque o Facebook também o permite) eleger um certo número de amigos cujas postagens serão vistas prioritariamente. Em regra, serão conteúdos com os quais o usuário se identifica e por cujas atualizações anseia. Tudo bem que a ferramenta de seleção de conteúdo em ambos os casos é disponibilizada pelo Facebook, mas ninguém está obrigado a usá-la. Se uma camada adicional de segregação nas informações é inserida na bolha particular de cada um, o usuário é, neste caso, também responsável por isso (BRANCO, 2017, p. 54).

As bolhas de informação favorecem a propagação das *fake news*, analisadas a seguir.

### 2.2.2 Pós-verdade: categorizando as *fake news*

As *fake news* (notícias falsas) são criadas com a intenção de viralizar na internet e manipular opiniões:

Espalhar boatos, contar mentiras e compartilhar informações imprecisas não nasceram com a Internet. Ainda assim, a facilidade em difundir ideias para um grande público e o lucro rápido decorrente de anúncios na rede gerou um aumento na criação e na distribuição de notícias falsas. Esse fenômeno ficou conhecido, especialmente após a corrida presidencial norte-americana de 2016, como *fake news* (SOUZA e PADRÃO, 2017, p. 2).

Elas se relacionam com o conceito de pós-verdade. *Post-truth* foi eleita a palavra de 2016 pelo dicionário Oxford, que a define como “[o que é] relacionado ou denotativo de circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que aqueles que apelam à emoção e à crença pessoal” (BRANCO, 2017, p. 58). As pessoas não hesitariam em compartilhar notícias sem verificar sua procedência porque aquilo em que elas escolhem acreditar importaria mais que a veracidade dos fatos.

É necessário definir melhor o que são as *fake news*, até para evitar que o combate a elas se confunda com o cerceamento da liberdade de expressão. Carlos Affonso Souza e Vinícius Padrão (2017) classificam os *sites* que divulgam *fake news* em quatro categorias: os que buscam enganar intencionalmente por meio de manchetes tendenciosas; os de reputação razoável que compartilham boatos em larga escala sem verificar adequadamente; os que manipulam informações relatando fatos reais tendenciosamente; e os que tratam de situações hipotéticas humoristicamente.

Claire Wardle (2017) propõe uma abordagem mais abrangente sobre as *fake news*. Ela afirma que o termo não descreveria adequadamente a complexidade dos diferentes tipos de *misinformation* (compartilhamento não intencional de notícias falsas) e *disinformation* (intencional). Seria necessário considerar os diferentes tipos de conteúdo, as motivações envolvidas e os caminhos de disseminação.

Sendo assim, Wardle propõe a classificação em sete categorias, aqui ordenadas de acordo com o nível de intenção de enganar (do menor para o maior):

*satire* (conteúdo humorístico sem intenção de causar dano, mas com potencial para enganar); *false connection* (com manchete, legenda ou imagem que não condiz com o conteúdo); *misleading content* (uso enganoso da informação ao enquadrar um tema ou indivíduo); *false context* (conteúdo genuíno compartilhado com informação contextual falsa); *imposter content* (quando a notícia é atribuída a fontes confiáveis); *manipulated content* (informação genuína manipulada com intenção de enganar) e *fabricated content* (conteúdo falso criado para enganar e causar dano).

Wardle também propõe uma classificação baseada em oito tipos de motivação: *poor journalism* (jornalismo “pobre”); *to parody* (para parodiar); *to provoke or to ‘punk’* (para provocar); *passion* (paixão); *partisanship* (partidarismo); *profit* (lucro); *political influence* (influência política) e *propaganda* (propaganda política). O resultado do cruzamento das classificações propostas seria o quadro abaixo:

Quadro 1 – Classificação de fake news proposta por Clara Wardle

	Satire	False Connection	Misleading Content	False Context	Imposter Content	Manipulated Content	Fabricated Content
Poor journalism		✓	✓	✓			
To Parody	✓				✓		✓
To Provoke or to ‘punk’					✓	✓	✓
Passion				✓			
Partisanship			✓	✓			
Profit		✓			✓		✓
Political Influence			✓	✓		✓	✓
Propaganda			✓	✓	✓	✓	✓

Fonte: WARDLE, 2017.

Edson Tandoc Jr., Zheng Wei Lim e Richard Ling (2017) realizaram um mapeamento de 34 pesquisas acadêmicas publicadas entre 2003 e 2017,

incluindo o artigo de Wardle, para propor uma classificação das *fake news* em seis categorias: *news satire* (promovem o humor e o exagero a partir de fatos reais), *news parody* (promovem humor com entendimento implícito de que o conteúdo é fabricado), *fabrication* (notícia fabricada em estilo jornalístico para promover desinformação), *manipulation* (manipulação de imagens e vídeos para conferir veracidade a informações falsas), *advertising* (notícia em formato jornalístico produzida por empresas de relações públicas ou publicidade para promover produto ou cliente) e *propaganda* (notícia criada por entidades políticas com o objetivo de influenciar a percepção do público sobre o governo, organizações e lideranças).

Para esses três autores, as *fake news* podem ainda ser analisadas segundo critérios de factualidade (o grau com que lidam com fatos reais) e intenção (o grau com que os autores tentam enganar a audiência). O cruzamento de categorias resultou no seguinte quadro:

Quadro 2 – Classificação de fake news proposta por Tandoc Jr., Lim e Ling

**TABLE 1**

A typology of fake news definitions

Level of facticity	Author's immediate intention to deceive	
	High	Low
High	Native advertising Propaganda Manipulation	News satire
Low	Fabrication	News parody

Fonte: TANDOC JR., LIM e LING, 2017.

Podemos concluir que as *fake news* podem abranger diferentes tipos de materiais e abordagens, sendo as mais graves aquelas que envolvem a manipulação e fabricação de informação com o intuito de enganar as pessoas. O uso de algoritmos permite direcioná-las para públicos específicos, potencializando os seus efeitos danosos. E revelações recentes sobre uso de dados do *Facebook* ilustram a gravidade do problema.

### 2.2.3 O escândalo da Cambridge Analytica

Em 2017, diversos artigos acadêmicos analisaram o uso das *fake news* nas eleições de 2016 para a presidência dos EUA. Vian Bakir e Andrew McStay (2017), por exemplo, as associaram ao que chamam de “mídia empática”, o uso de notícias pessoalmente e emocionalmente direcionadas, naquilo que se constituiria em uma “economia das emoções”.

Mas o problema era ainda mais grave do que se pensava na época. Em março de 2018, os jornais *The New York Times* e *Observer of London* (ligado ao *The Guardian*) denunciaram um esquema de coleta, venda e uso indevido de dados de milhões de usuários por parte da *Cambridge Analytica*, empresa que fazia análise de dados de comportamento para direcionar propagandas e que se tornou conhecida por seus trabalhos para as campanhas favoráveis ao *Brexit* no Reino Unido e ao Trump nos EUA (RONCOLATO, 2018a).

Questionários com perguntas sobre orientação política e temas de interesse foram entregues a 320 mil pessoas por meio de um aplicativo. Para responder, era preciso autorizar o acesso da aplicação ao perfil pessoal no *Facebook*, o que incluía até mesmo o histórico de curtidas dado pelo usuário. O aplicativo fazia perguntas variadas, como quão vingativa a pessoa podia ser, se gosta de arte ou se termina projetos. Em troca, os entrevistados recebiam pagamentos que variavam de dois a cinco dólares.

Os entrevistados também permitiam acesso às informações pessoais de toda a rede de amigos. Partindo de uma média de 160 contatos por usuário do *Facebook*, a empresa obteve informações pessoais de mais de 50 milhões de usuários. Algoritmos buscavam encontrar vínculos entre amabilidade, ou neurose, e gênero, idade, religião, hobbies, viagens, pontos de vista políticos específicos e uma série de outras variáveis.

As informações foram cruzadas com os dados obtidos pela análise dos perfis na rede social e, dessa forma, a *Cambridge Analytica* obteve informações refinadas dos usuários, aos quais poderia começar a direcionar mensagens e propagandas para as quais seus perfis apontassem ser mais suscetíveis do que outras – prática conhecida no mundo do marketing político como *microtargeting*.

A partir das informações que levantavam a personalidade de cada pessoa, eram enviadas mensagens, notícias e imagens pelo *Facebook* que atingissem pontos sensíveis de eleitores e influenciassem seu voto. Procurava-se mudar a cabeça das pessoas não através da persuasão, mas por meio de domínio informacional, série de técnicas que incluem desinformação, rumores e *fake news*.

Os dados foram comercializados pela *Cambridge Analytica* para fins políticos com o desconhecimento dos usuários. E o *Facebook* foi criticado por não ter notificado agências reguladoras voltadas à proteção de dados pessoais na época em que a prática foi descoberta. Em 2015, quando descobriu o modo que a informação estava sendo utilizada, a rede social limitou-se a remover o aplicativo e exigir certificações de que a informação havia sido destruída, o que de fato não teria vindo a ocorrer.

Mark Zuckerberg, CEO do *Facebook*, admite que a empresa errou. Ele precisou dar explicações a parlamentares americanos e europeus, além de adotar uma nova postura visando manter ou recuperar a confiança dos seus 2,2 bilhões de usuários. Zuckerberg citou as próximas eleições na Índia, Brasil, México, Paquistão e Hungria como exemplos de situações em que a rede social adotaria medidas de prevenção contra *fake news*. “Desde construir e implementar novas ferramentas de inteligência artificial que derrubam notícias falsas, até aumentar nossa equipe de segurança para mais de 20 mil pessoas”, (RONCOLATO, 2018b).

Nos casos em que o conteúdo de publicações, fotos ou vídeos forem identificados como sendo falsos, Zuckerberg afirma que técnicos irão avaliar as possíveis consequências da disseminação da suposta notícia falsa para tomar duas possíveis atitudes: exclusão definitiva do conteúdo da plataforma nos casos mais graves (ameaça à integridade física de pessoas envolvidas, por exemplo) ou redução da sua capacidade de circulação e alcance, fazendo com que ela tenha uma chance muito menor de aparecer no *feed* de notícias dos usuários e se espalhar.

Em julho de 2018, o *Facebook* retirou uma rede de páginas e contas usadas por membros do grupo ativista de direita Movimento Brasil Livre (MBL), reprimindo o que chamou de uma rede de perfis enganosos que buscavam influenciar as eleições a serem realizadas em outubro. Em comunicado, a empresa afirma que desativou 196 páginas e 87 contas no Brasil por sua participação em “uma rede coordenada que se ocultava com o uso de contas falsas no *Facebook*, e escondia das pessoas a



natureza e a origem de seu conteúdo com o propósito de gerar divisão e espalhar desinformação” (HAYNES, 2018).

O *Facebook* e outras empresas, como o *Google*, se dizem empenhadas em reduzir o impacto das *fake news*. Entretanto, cabe também aos produtores de informação buscar caminhos para que o público tenha acesso aos dados corretos. Isso vale não só para os veículos jornalísticos, mas também para quem produz dados científicos ou estatísticos, como é o caso do IBGE.

#### 2.2.4 Possíveis soluções

O uso de algoritmos nos filtros de internet estimula a criação de bolhas de informação, que privam os usuários de pontos de vista diferenciados. Isso é especialmente válido no Brasil, em que a rede social *Facebook* chegou a ser considerada sinônimo de internet por muitos. E os próprios usuários desempenham um papel ativo na consolidação das bolhas.

Ao se analisar as *fake news* e suas possíveis classificações, conclui-se que as mais graves são aquelas com o objetivo claro de enganar os usuários por meio da manipulação e fabricação de informação. O uso de algoritmos permite direcionar as notícias falsas de modo a causar ainda mais estrago.

Nesse contexto comunicativo, produtores de informações como o IBGE têm a obrigação de aprimorar sua comunicação, democratizando o acesso aos dados corretos e reafirmando ética e tecnicamente o seu compromisso com a informação.

O que mais poderia ser feito? A alfabetização digital é um dos caminhos para se combater as *fake news*:

O curioso é que só existe um caminho mais seguro para se escapar das *fake news* e de seus efeitos perversos: alfabetização digital (*media literacy*). Não que esta conclusão seja original. É quase sempre por meio da educação e do uso responsável da tecnologia que logramos sair de um lugar para chegar a outro, melhor. Trata-se de um caminho longo, demorado e que demanda esclarecimento incessante e esforço coletivo em repudiar notícias falsas e estimular a busca por fontes alternativas e seguras de informação. Talvez sejam as *fake news* o fio de Ariadne que vai nos ajudar a sair do labirinto em que nos encontramos. Ou, neste caso, da bolha (BRANCO, 2017, p. 61).

Souza e Padrão consideram que a educação digital tem papel relevante, assim como a atuação individual dos usuários:

Quanto maior o número de usuários de uma plataforma, mais difícil será exercer controle sobre o que é postado. Portanto, é preciso investir em educação digital de modo a criar o hábito de reportar conteúdo para os administradores da plataforma de modo a auxiliar na identificação de materiais que possam violar os seus termos de uso. Por fim, nunca é demais apostar no poder da pressão social entre os pares. Se um amigo seu vive compartilhando notícias falsas, vale alertá-lo: amigos não deixam amigos compartilhar notícias falsas (SOUZA e PADRÃO, 2017, p. 5).

Pariser (2012) defende que o debate é necessário. Companhias como o *Facebook* e o *Google* deveriam deixar seus filtros mais transparentes aos usuários, bem como mostrar quais informações elas possuem sobre as pessoas e como elas são usadas. Os algoritmos que suportam os filtros devem ser desenvolvidos com um senso maior de responsabilidade social, um “filtro colaborativo”. Também deveriam desenhar outros filtros que exponham os usuários a assuntos que estejam fora de sua experiência ou hábitos normais, rompendo a formação de bolhas.

Já os governos, segundo Pariser, deveriam determinar que as empresas dessem o controle dos seus dados pessoais aos usuários, bem como fiscalizar o cumprimento de normas relativas à proteção de dados. Os usuários, por sua vez, deveriam mudar seus hábitos sobre como consomem a informação, usar *sites* que dessem mais visibilidade e controle sobre como seus filtros funcionam e aprender sobre códigos e algoritmos.

Sobre o uso de algoritmos, Cathy O’Neil (2016) defende mais transparência para que se recorra a uma ética mais profunda na sua aplicação. Seria um modo de se evitar que eles sejam utilizados de modo a aprofundar ainda mais as desigualdades.

Branco (2017) destaca ainda a contribuição de entidades de checagem de fatos (*fact checking*) e de *sites* especializados em desmascarar boatos. Tais iniciativas já contam com o apoio da assessoria de imprensa do IBGE, assim como os demais veículos de comunicação interessados em checar e produzir informações de boa qualidade.

A disseminação de *fake news* é um processo ligado não só a lógica e racionalidade, mas também a emoção e afeto. Na era da pós-verdade, muitas

pessoas tendem a compartilhar conteúdo sem verificar sua procedência porque aquilo em que elas escolhem acreditar importa mais que a veracidade dos fatos.

As redes sociais podem encorajar pessoas com posições extremas a se sentirem mais confiantes para expressá-las, potencializando até mesmo manifestações de ódio daqueles que se sentem ameaçados por outros grupos. De certo modo, há uma racionalidade por trás daqueles que deliberadamente recorrem a *fake news* buscando vencer aqueles que são considerados como inimigos. É uma questão que envolve também valores morais e éticos.

Apenas facilitar o acesso à informação, portanto, não irá solucionar todos os problemas de um contexto comunicativo tão complexo como o atual. Entretanto, defendemos que se trata um passo necessário e fundamental. Como desmentir as *fake news* quando há restrições de acesso a conteúdo de qualidade? Muitos veículos jornalísticos oferecem barreiras de acesso às suas notícias na internet, como o acesso restrito apenas aos que pagam assinatura (*paywall*), e isso facilita o trabalho daqueles que tentam distorcer os fatos para manipular a população. E são comuns os planos de telefonia celular que dão acesso ilimitado ou extra a redes sociais como *Facebook* ou *WhatsApp*, mas possuem limitações para os demais dados consumidos.

Roberto Olinto Ramos, presidente do IBGE de 2017 a 2019, destaca que a circulação de notícias falsas pelas redes sociais são um desafio para os órgãos estatísticos. “Ainda tem essa novidade do *fake news*, que afeta a gente. Volta e meia sai uma notícia que, associada a alguma questão econômica, social, [dá a entender que] o IBGE está envolvido nessa confusão”, destacou em março de 2018 (MELLO, 2018).

Olinto avalia que a grande proliferação de informações de uma maneira geral é um cenário adverso para os produtores de dados. Ele afirma que a sociedade está se afogando na quantidade de números gerados e, nesse contexto, fica cada vez mais difícil manter a credibilidade.

Isso também se deveria à grande circulação de diversos pontos de vista. “Excesso de opinião. Opinião também afeta a estatística oficial, porque você tem que se contrapor, de certa forma, com um dado de confiança”, diz Olinto (MELLO, 2018). Ele comenta que mesmo índices consolidados ainda são alvo de dúvidas da sociedade. Há quem afirme que o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) estaria errado porque não corresponderia à inflação que é percebida na própria

casa, por exemplo. Uma das formas que o IBGE encontrou para lidar com essa questão foi investir em campanhas educativas nas redes sociais, como vídeos na internet que explicam o funcionamento dos índices.

O IBGE também tem construído uma relação próxima e de confiança com a imprensa. Segundo Olinto, a credibilidade dos institutos de estatística só existe a partir do momento que existe uma boa relação de comunicação com a sociedade. “É preciso ser transparente. Isso tem que ser feito através dos diversos instrumentos disponíveis para a comunicação” (MELLO, 2018). Outro fator importante para manter a credibilidade dos estudos é evitar interferências externas ou políticas nos trabalhos. As pesquisas do IBGE precisam ser protegidas com imparcialidade.

A comunicação do IBGE também é influenciada por outros fatores. O Contexto Geral do circuito proposto no capítulo anterior também envolve os aspectos legal, político e econômico, entre outros. Em junho de 2018, Roberto Olinto ressaltou a necessidade de se atualizar o marco regulatório do setor estatístico. A Lei 5.878, que dispõe sobre objetivos, atuação e dotações orçamentárias do IBGE, é de 11 de maio de 1973 e, segundo Olinto, necessita ser revista à luz das transformações trazidas pelo grande volume de dados que circula hoje no mundo:

“A mudança nas leis estatísticas está sendo discutida no mundo todo em razão do ambiente de Big data e Fake news”, disse o presidente. A atualização da lei, na ótica de Olinto, deve ser na direção de garantir, entre outros pontos, os recursos para as grandes operações estatísticas (Censo Demográfico e Censo Agro, Contagem da população e Pesquisa de Orçamentos Familiares), além do uso compartilhado dos registros administrativos (...). Outra questão que o presidente considera fundamental é o que chamou de narrativa da informação estatística. “A inserção de um instituto de estatísticas numa democracia passa pela possibilidade de se ter a informação não apenas disseminada à população, mas também uma narrativa que permita à população entender o que se está divulgando. Não se pode dissociar a disseminação da comunicação eficaz”, declarou Olinto (PERET e SARAIVA, 2018).

O conteúdo produzido pelo IBGE já é totalmente disponibilizado em seu portal. O problema é que o acesso e a compreensão de dados estatísticos ainda são obstáculos. Será que números falam por si mesmos? Esse é o tema do próximo capítulo.

### 3 “OS NÚMEROS FALAM POR SI MESMOS?”

O cenário é uma coletiva de imprensa do IBGE para divulgação dos resultados de uma pesquisa. O técnico responsável está comentando os dados de uma tabela da sua apresentação em *PowerPoint*. Um jornalista interrompe e faz uma pergunta para tirar alguma dúvida. O técnico aponta a tabela e fala: “mas veja, os números falam por si mesmos...” Ou, no caso de uma divulgação de geociências: “mas veja, o cartograma fala por si mesmo...”.

O exemplo é baseado em situações reais. O técnico em seguida responde ao jornalista de forma simplificada e esclarece a dúvida. Mas, para os especialistas, as tabelas e os cartogramas (mapas com informações quantitativas e qualitativas) são suficientes para se compreender aquilo que se pretende transmitir. Muitos técnicos do IBGE até defendem que uma boa tabela ou um bom cartograma deveriam se bastar, sem necessidade de explicações adicionais. Só que mesmo repórteres setoristas que cobrem regularmente as divulgações do Instituto encontram dificuldades para entender. Eles não são especialistas acadêmicos, mas precisam traduzir as informações para que elas sejam compreendidas pelo público do veículo jornalístico.

O IBGE, como órgão oficial de estatísticas que é, preza pela objetividade e imparcialidade. Muitos técnicos da casa chegam a afirmar que “o IBGE não analisa”. Para eles, caberia ao Instituto realizar retratos do país, ficando a análise dos números a cargo de terceiros, tais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A afirmação do técnico do IBGE sobre os números reflete de certo modo uma visão filosófica sobre como a realidade pode ser apreendida. No artigo “*Os números falam por si mesmos*”: uma discussão sobre cognição e objetividade, de nossa autoria (MARQUES, 2019), discutimos a questão partindo de uma retrospectiva histórica que vai da Grécia antiga à atualidade. Destacamos, por exemplo, que fatores como a reforma religiosa, as grandes navegações e os avanços nos campos das artes técnicas cristalizariam no início do século XVII a noção de que a natureza possuiria uma espécie de “linguagem matemática”, um dos pontos de partida do mecanicismo (considera a natureza como um mecanismo, cabendo à ciência descrever seus elementos e funcionamento).

Em seguida, a discussão entre racionalismo (a fonte primária da cognição seriam as ideias inatas) e empirismo (a fonte seriam as sensações) seria sintetizada

por Kant no criticismo (o mundo exterior, que só pode ser conhecido enquanto fenômeno, é subjugado à razão do sujeito). Isso fundamentaria o princípio iluminista de que o método científico permite conhecer objetivamente o mundo.

A estatística, assim como várias outras ciências, parece fortemente influenciada por uma perspectiva iluminista quanto ao modo de se obter e validar conhecimento. Afinal, a estatística é uma ciência que busca coletar, organizar e interpretar dados. Ela extrapola os resultados de um grupo representativo (amostra) para se obter informações de uma população (universo). É quase como se a realidade tivesse uma natureza matemática e pudesse ser recortada, fotografada e convertida em números obtidos a partir de amostras. E também como se qualquer um com o devido preparo pudesse apreender objetivamente e do mesmo modo esse conhecimento ao analisar tais números.

Não é nossa intenção aqui realizar um tratado filosófico, mas apenas demonstrar que não é tão simples converter a realidade em números, ou assimilar facilmente o significado desses números. Como Fátima Regis e José Messias (2012) apontam, as pesquisas de Niels Bohr, Albert Einstein, Max Planck e Werner Heisenberg na virada do século XIX para XX reescreveram as proposições da matemática e da física que serviram de base para o pensamento kantiano. E estudos de psicologia e neurociências no século XIX sobre os modos de percepção humana demonstraram que cada indivíduo produz uma síntese perspectiva própria, desqualificando as faculdades *a priori* kantianas como garantias da percepção objetiva da realidade (do “fenômeno”) e da criação do conhecimento verdadeiro.

Em meados do século XX, as ciências cognitivas emplacariam pesquisas que reconfiguram concepções sobre a relação corpo e mente, bem como o papel do mundo sociotécnico nos processos cognitivos. A mente seria o resultado de um longo processo biológico e cultural, agindo como uma rede que envolve o cérebro/corpo e suas interações com humanos e não humanos. O que leva ao conceito de cognição ampliada:

A ideia de cognição ampliada propõe que: 1) a mente é produto da longa evolução biológica e beneficia-se do “saber mais antigo” do aparato sensorio-motor; 2) a cognição é corporificada e contextualizada, isto é, depende da experiência concreta do indivíduo e utiliza habilidades sensoriais e sociais; 3) o processo cognitivo opera de forma distribuída, uma espécie de rede sociotécnica, envolvendo cérebro/corpo e suas interações com humanos e não humanos (interações sociais e objetos técnicos) (REGIS e MESSIAS, 2012, p. 42).

As tecnologias de comunicação desempenham um papel relevante nesse contexto. Segundo Fátima Regis, Raquel Timponi e Alessandra Maia (2012), as práticas comunicativas e de entretenimento demandam o uso de diversas habilidades de caráter cognitivo. As autoras mapeiam três modelos de cognição: integrada, encadeada e distribuída.

A cognição integrada, definição atribuída aos processos descritos por Andy Clark (2001), propõe pensar percepção, processamento e ação não como estágios separados, mas como um processo simultâneo e unificado no qual o foco da atenção para resolução de tarefas se modela a partir de situações concretas já vivenciadas. As atividades de busca, exploração e conexão de conteúdo, tão presentes em nossas práticas cotidianas de comunicação e entretenimento, se apoiam no processo de atenção seletiva e na integração entre os sistemas perceptivo e motor.

A cognição encadeada, desenvolvida por Salvucci e Taatgen (2011), funciona como uma rede cognitiva em que as atividades que utilizam funções cognitivas diferentes atuam como linhas (fios) de pensamento independentes que vêm à mente, resultando no comportamento multitarefa. Essa fragmentação ao redor de inúmeras atividades provoca um desvio constante na atenção, uma vez que o intervalo de tempo gasto na alternância entre uma e outra tarefa passa a ser cada vez menor.

A cognição distribuída, desenvolvida por Edwin Hutchins (2000), envolve as cognições integrada e encadeada ao distribuir o processo cognitivo no ambiente. A produção de conhecimento não estaria centrada em um único indivíduo, mas na interação entre indivíduos e ferramentas presentes no ambiente em que ele vive e que auxiliam na produção de conhecimentos de forma colaborativa.

Ainda é bastante influente a visão de que o conhecimento pode ser adquirido objetivamente e igualmente por meio do método científico. Entretanto, as ciências cognitivas demonstram que cada indivíduo constrói seus conhecimentos criando uma síntese perspectiva própria por meio de um processo que opera em rede. As tecnologias de comunicação têm um potencial ainda inexplorado neste contexto.

Buscaremos a seguir analisar certos valores defendidos pelos institutos de estatística, tais como a imparcialidade e a objetividade. O jornalismo também defende valores semelhantes em sua prática, então realizaremos uma análise sobre

o tema. Por fim, realizaremos uma reflexão sobre o conflito entre a tradução de dados estatísticos e a objetividade.

### 3.1 Objetividade estatística

Para refletir sobre como é a objetividade estatística, verificaremos como as Organizações das Nações Unidas (ONU) e o IBGE abordam esse princípio no que se refere às estatísticas oficiais, ou seja, as que são produzidas por agências governamentais para retratar as condições econômicas, sociais e ambientais de seus respectivos países.

O IBGE procura seguir os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, da ONU. São dez: Relevância, imparcialidade e igualdade de acesso; Padrões profissionais e ética; Responsabilidade e transparência; Prevenção do mau uso dos dados; Eficiência; Confidencialidade; Legislação; Coordenação nacional; Uso de padrões internacionais; Cooperação internacional (IBGE, 2013a, p. 33 e 34).

O primeiro dos princípios citados (Relevância, imparcialidade e igualdade de acesso) diz respeito à análise aqui proposta por fazer referência direta à imparcialidade:

As estatísticas oficiais constituem um elemento indispensável no sistema de informação de uma sociedade democrática, oferecendo ao governo, à economia e ao público dados sobre a situação econômica, demográfica social e ambiental. Com esta finalidade, os órgãos oficiais de estatística devem produzir e divulgar, de forma imparcial, estatísticas de utilidade prática comprovada, para honrar o direito do cidadão à informação pública (IBGE, 2013a, p. 33).

O IBGE estabeleceu um Código de Boas Práticas que se ampara nos Princípios Fundamentais citados. O código é composto por dezessete princípios: Independência institucional; Coordenação do Sistema Estatístico Nacional; Mandato estatístico de coleta de dados; Confidencialidade estatística; Uso eficiente dos recursos; Compromisso com a qualidade; Imparcialidade e objetividade; Cooperação e participação internacional; Metodologia sólida; Processos estatísticos adequados; Solicitação de informação não excessiva; Relação entre custo e eficácia;



Relevância; Precisão e acurácia; Oportunidade e pontualidade; Coerência e comparabilidade; Acessibilidade e transparência (IBGE 2013, p. 18-31).

O princípio que nos interessa aqui é o sétimo (Imparcialidade e objetividade), que se desdobra assim:

O IBGE deve elaborar e divulgar as estatísticas oficiais respeitando a independência científica, e fazê-lo de forma objetiva, profissional e transparente, de modo a tratar todos os usuários de forma igualitária.

Indicadores de boas práticas

7.1 As estatísticas oficiais devem ser elaboradas com metodologias e processos baseados na imparcialidade e na transparência.

7.2 Deve-se documentar e colocar à disposição do público as normas, as classificações, os métodos e os processos utilizados na produção das estatísticas oficiais.

7.3 A definição de fontes de informação, métodos, processos, conceitos e meios de divulgação dos dados deve ser uma responsabilidade profissional baseada nos princípios e melhores práticas nacionais e internacionais.

7.4 Deve haver orientações e diretrizes que garantam o acesso simultâneo de todos os usuários às comunicações estatísticas, de maneira imparcial e compreensível.

7.5 O calendário de divulgação das estatísticas oficiais deve ser anunciado com antecedência adequada para o conhecimento dos usuários.

7.6 Deve haver objetividade, profissionalismo e isenção nas comunicações estatísticas.

7.7 Deve haver uma declaração sobre conduta, normas e valores éticos que regulem as práticas estatísticas do Instituto (IBGE, 2013a, p. 23 e 24).

O IBGE tem uma Política de Comunicação Integrada, também amparado nos Princípios Fundamentais. Possui oito valores: Ética; Transparência; Imparcialidade; Excelência; Agilidade; Relevância da informação (IBGE, 2016c, p. 9 e 10). O princípio que nos interessa mais nesta análise é o terceiro (Imparcialidade), que é o “direito de todos (governo e sociedade) à informação pública de qualidade e de utilidade, com garantia de igualdade de acesso e sem nenhuma interferência no retrato produzido” (IBGE, 2016c, p. 9).

O que se percebe nos Princípios Fundamentais, no Código de Boas Práticas e na Política de Comunicação é a existência de uma preocupação, bastante justificada, de que as estatísticas oficiais sejam regidas por valores como imparcialidade, isenção e objetividade. Mas tais valores tendem a ser bastante subjetivos, como se percebe na análise de dados estatísticos. O próprio IBGE analisar os dados produzidos constituiria em quebra de imparcialidade e objetividade?

Vamos analisar como funciona a objetividade jornalística antes de tentar responder a essa pergunta.

### 3.2 Objetividade jornalística

Jornalismo é atividade profissional que visa coletar, investigar, analisar e difundir informações sobre a atualidade por meio de veículos de comunicação com periodicidade definida. Utiliza uma linguagem simples e busca o máximo de clareza e concisão para que a notícia seja compreendida com eficiência pelo público amplo ou segmentado. A prática jornalística apresenta uma série de qualidades que podem servir de exemplo para a divulgação de qualquer tipo de informação. Mas também apresenta limitações.

Existem diferentes tipos de jornalismo, sendo alguns deles mais profundos. Mas de modo geral, devido à padronização, a imprensa tende a ser bastante uniforme tanto no conteúdo como na forma. Os manuais de redação e estilo constituem uma das formas com que os jornais buscam moldar os repórteres. A notícia habitualmente é estruturada seguindo a lógica da pirâmide invertida. Ou seja, as informações são narradas em uma reportagem partindo-se dos aspectos mais importantes aos menos importantes. A matéria tradicionalmente é iniciada por um lide (*lead* no original). Introduzido no Brasil por Pompeu de Sousa, o lide informa quem fez o que, a quem, quando, onde, como, por que e para quê, na síntese acadêmica de Laswell (LAGE, 1993).

Técnicas como a do lide tendem a exigir cada vez menos erudição e qualidade do jornalista. Com uma grande quantidade de pautas, o repórter acaba sem tempo para checar informações, apurar profundamente ou realizar matérias investigativas. Sem espaço para aprofundar suas reportagens, o jornalista pode acabar sendo reduzido a um técnico da notícia.

Muitas das técnicas jornalísticas surgiram supostamente em prol de uma objetividade da notícia. Na prática, é um termo impreciso, e sua possibilidade na reportagem é alvo de polêmica. Segundo Kunczik, “a qualidade central de semelhante enfoque seria a revisão, em princípio, da verdade das afirmações” (1997). Por exemplo, os fatos precisariam ser verificados por meio do questionamento de testemunhos, especialistas ou outras fontes de informação. O autor defende que o jornalismo deve lutar por uma objetividade que jamais é obtida por completo, tal como ocorre nas ciências sociais.

A superficialidade é outra característica que pode ser encontrada no jornalismo devido à dificuldade para unir precisão e velocidade. As notícias na imprensa tendem a quebrar a lógica dos fatos entre si. “Estes são tomados no seu aparecimento imediato e perde-se a dimensão de uma totalidade que os subsuma e os explique” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 41). Ocorreria, assim, uma desvinculação da notícia com seu fundo histórico-social e o leitor poderia acabar por ver o contexto social, a realidade, sem nenhum nexo.

O público pode ficar com a falsa impressão de estar bem informado devido ao acesso a uma elevada quantidade de notícias, mas os fatos podem ser pouco detalhados. É o resultado da junção entre a necessidade de se relatar todos os fatos e o tempo curto que o jornalismo possui para tal. O jornalista acaba passando apenas o que sabe e, não raro, não demonstra convicção devido aos poucos detalhes fornecidos.

Alguns pesquisadores apresentam uma visão menos negativa. Adelmo Genro Filho propôs uma abordagem do jornalismo como forma de conhecimento da realidade de um modo diferente da ciência. “Adelmo vislumbrou uma clareira epistemológica, seguindo uma clareira que vinha sendo aberta por Nilson Lage na construção de uma Teoria do Jornalismo” (MEDITSCH, 1992, p.23). O jornalismo seria uma forma social de conhecimento cristalizado na singularidade, e não na universalidade. A singularidade, para ele, seria a essência da notícia:

O conhecimento do Jornalismo, a notícia, caminha não necessariamente do mais importante para o menos importante, pois há casos em que isso não ocorre. Mas é uma forma de conhecimento que caminha do singular para o particular. (MEDITSCH, 1992, p.34)

Robert Park, no artigo “A Notícia como Forma de Conhecimento”, aprofunda a posição de William James (século XIX) do *conhecimento de* e *conhecimento acerca de*:

O primeiro, sintético, se incorpora no hábito, no costume – constitui uma forma de acomodação/adaptação à realidade. O conhecimento *acerca de* é analítico e formal, baseia-se na observação e no fato observável. A notícia se encaixaria aí, mas de maneira diferente de outras abordagens (MEDINA, 1988, p.69).

Park compara a notícia com a história, abordagem científica da qual mais se aproxima. A história, porém, interessa-se pelo conhecimento e pelas conexões do

mesmo. O veículo jornalístico só reporta cada acontecimento isoladamente, à proporção que ocorre, só se interessando pelo futuro e pelo passado à medida que estes projetam luz sobre o presente e o real.

O jornalismo é capaz de produzir um determinado tipo de conhecimento, mas seria possível elaborar um retrato fiel da verdade? Vamos pensar nessa questão imaginando o passo a passo de um jornalista que realiza uma matéria sobre determinado tema. Vamos supor que ele é um profissional ético e competente que fez tudo da melhor forma possível: apurou, investigou, checkou, ouviu os vários lados, redigiu de forma equilibrada e fez uma matéria excelente, com um alto grau de objetividade e imparcialidade. Dependendo das convicções pessoais do leitor, ele já poderá julgar que a matéria não foi tão imparcial assim por um motivo ou outro. Mas uma pergunta pertinente que pode ser feita é: por que se realizou a matéria sobre aquele tema retratado em vez de outro? Existem teorias e hipóteses de comunicação que buscam entender isso. É o caso dos estudos de *gatekeeping* e *newsmaking*, comentados por autores como Mauro Wolf (1995) e Antonio Hohlfeldt (2001).

*Gatekeeping* seria a atuação dos editores definindo o que será publicado ou não em um veículo jornalístico, o que pode se aproximar da censura e da manipulação. Condicionam-se as decisões à posição do veículo para o qual o editor trabalha. O que chegaria ao público são as notícias que os editores e donos dos veículos jornalísticos querem. Eles funcionariam como um filtro que separa o público das informações:

O *gatekeeping* constituir-se-ia, portanto, em uma distorção involuntária – na medida em que não se trata de uma intervenção consciente, sensorial – da informação, devida ao modo pelo qual se organiza, institucionaliza e desenvolve a função jornalística, as chamadas *estruturas inferenciais*, que não significam *manipulação*, pura e simplesmente, eis que não são distorções deliberadas, mas involuntárias, inconscientes, que podem chegar, por isso mesmo, a níveis bem mais radicais e perigosos, na medida em que omitem ou marginalizam acontecimentos que, por vezes, poderiam ser efetivamente importantes e significativos ao menos para determinadas coletividades (HOHLFELDT, p. 206, 2001).

Já o *newsmaking* refere-se à produção da notícia, em todos os seus aspectos, com ênfase para os critérios de noticiabilidade (conjunto de elementos por meio dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de notícias) e os valores-notícia (componente da noticiabilidade que define quais

acontecimentos são dignos de serem transformados em notícias, e qual destaque eles devem receber).

De acordo com Hohlfeldt (2001, p. 209-214), os valores-notícia, praticamente infinitos, são comumente agrupados em cinco grandes categorias:

- Categorias substantivas: importância (grau e nível hierárquico dos indivíduos ou instituições envolvidos; impacto sobre a nação e o interesse nacional; quantidade de pessoas envolvidas; relevância do acontecimento quanto à sua evolução); interesse (capacidade de entretenimento; interesse humano; composição equilibrada do noticiário).
- Categorias relativas ao produto (notícia): brevidade; condição de desvio da informação; atualidade; atualidade interna; qualidade; equilíbrio.
- Categorias relativas aos meios de informação: bom material *versus* texto verbal; frequência; formato.
- Categorias relativas ao público: estrutura narrativa; protetividade.
- Categorias relativas à concorrência: exclusividade ou furo; geração de expectativas recíprocas; desencorajamento sobre inovações; estabelecimento de modelos referenciais.

Os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia do *newsmaking* podem soar quase ingênuos para quem trabalha nas redações. Na prática, o *gatekeeping* é exercido com critérios muito mais subjetivos e inclui fatores como a linha editorial do veículo e o perfil do seu público. Discussões sobre o tema têm sido reavivadas por vários autores nos últimos anos para se analisar a internet. Neil Thurman (2015) ressalta que houve mudanças profundas no *gatekeeping* jornalístico por meio de uma horizontalização promovida por forças sociais, tecnológicas, políticas e econômicas. Axel Bruns (2005) cunhou o conceito de *gatematching*, a ação dos atores na mídia social que decidem quais informações merecem mais visibilidade, sublinhando aquilo considerado interessante para suas comunidades.

Em suma, o jornalismo produz um determinado tipo de conhecimento, mas a objetividade jornalística é uma meta que jamais é atingida por completo. É um processo que envolve fatores variados que vão desde as técnicas utilizadas para se redigir matérias até o processo de seleção e destaque daquilo que será noticiado.

Agora que realizamos algumas reflexões iniciais sobre as objetividades estatística e jornalística, temos ferramentas para pensar sobre a isenção na comunicação e análise de dados estatísticos.

### 3.3 Tradução de dados estatísticos e imparcialidade

Algumas das críticas realizadas à objetividade jornalística podem ser aplicadas à objetividade científica das estatísticas. Já existe alguma subjetividade a partir do momento em que se decide realizar uma matéria jornalística sobre um tema em vez de outro. O mesmo não poderia ser dito sobre as pesquisas estatísticas?

Pensemos por exemplo no *Censo Demográfico Brasileiro*, que a cada dez anos investiga a situação socioeconômica da população brasileira. As informações obtidas permitem a formulação de políticas públicas em nível nacional, estadual e municipal. Para se elaborar esse retrato da sociedade brasileira é preciso selecionar que temas serão pesquisados. Sobre os domicílios temos, por exemplo, iluminação, abastecimento de água, saneamento e acesso à internet, entre outros. Já os moradores são questionados sobre escolaridade, trabalho e rendimento, idade, cor ou raça, deficiência etc.

Todavia, sempre haverá temas relevantes que precisarão ser cortados para que o *Censo Demográfico* seja uma operação viável, pois todos os domicílios brasileiros são recenseados. Seria impossível aplicar questionários exageradamente extensos em tão larga escala, mesmo considerando que eles seriam aplicados apenas em uma amostra da população (a maioria dos entrevistados responde a um questionário com as perguntas mais básicas). O *Censo 2010*, por exemplo, não buscou detalhar informações sobre doenças crônicas, que poderiam ser vitais para a formulação de políticas de saúde pública. Ou sobre orientação sexual, tema bastante demandado pelo movimento LGBT. Ou sobre animais de estimação, assunto de interesse dos ativistas que lutam pelos direitos dos animais. A lista poderia ser estendida com dezenas de exemplos.

Refletir se a análise de dados estatísticos por parte do IBGE se configura em quebra de isenção não é uma tarefa simples. Tal como no jornalismo, a objetividade nas estatísticas é uma meta importante, mas nunca é atingida por

completo. Entendemos que é necessário refletir sobre a missão do IBGE conforme consta em seu *site* ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)): “Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”. Já sabemos que existe subjetividade ao se determinar o enquadramento, mas é necessário pensar na real função do retrato. O objetivo não é guardá-lo em uma gaveta, mas fazer com que seja conhecido pela sociedade, permitindo que a cidadania seja exercida plenamente. Nesse contexto, é fundamental permitir que as informações sejam consultadas de forma verdadeiramente acessível. Não basta disponibilizar as informações por meio de bancos de microdados estatísticos ou tabelas que apenas especialistas conseguem compreender. É preciso situar e contextualizar os números, evitando uma mera descrição técnica de resultados, mas sem deixar de considerar valores como a imparcialidade e a objetividade.

Um dos caminhos possíveis para isso é a adoção de uma linguagem mais jornalística para realizar a análise de dados estatísticos. Apontamos algumas limitações do jornalismo, mas é necessário reconhecer que se trata de uma das práticas mais eficientes de tradução de informações complexas para o público, e com algum grau de imparcialidade e objetividade. Os veículos jornalísticos têm sido responsáveis pela difusão das informações geradas pelo IBGE contando com auxílio da assessoria de imprensa do Instituto. Não é difícil perceber que os próprios repórteres têm mais facilidade para produzir matérias aprofundadas e corretas quando os dados estatísticos são comunicados com mais clareza.

Segundo Nelson Senra, professor aposentado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), houve um tempo no IBGE em que mesmo o uso de tabelas era questionado porque destacava uma determinada informação em detrimento de outra. Agora quase todas as publicações contam com comentários sobre os resultados que tentam “traduzir” os números. Há um esforço no sentido de se tornar esses textos cada vez mais inteligíveis para o público não especializado. Mas não é tão incomum que esses textos ainda sejam herméticos e requeiram um conhecimento mais especializado para que sejam compreendidos.

Nelson Senra tece várias considerações sobre a questão da análise:

A questão de “analisar” os números é polêmica nos institutos de estatística. Até onde se poderia ir, nas análises, sem se estar julgando a realidade mensurada, é sempre a pergunta que fica no ar. Afora o receio de que, em se fazendo análises, como fazem os estudiosos temáticos, isso não implicaria delongas na divulgação dos próprios números, isto é, das bases de dados. De fato, supondo que as análises fossem feitas para explicar os resultados, seria preciso esperar estarem prontas para então liberar as ditas bases de dados, o que não seria de agrado de ninguém, de nenhum usuário. Ora, um bom ajuste de trabalho, num bom calendário de procedimentos, resolveria esse dilema, por certo.

E voltamos à questão central, que é o limite da análise, sem que ao fazê-la se esteja adentrando no significado dos números, mais exatamente no significado das realidades mensuradas, fazendo-lhes julgamento, o que não seria próprio a uma instituição estatística. Contudo, a nosso juízo, não cabe esse temor, pois já nos planos tabulares, a partir dos quais se validam os valores obtidos em campo, já há uma escolha analítica expressa nas células das tabelas (essas células surgem das colunas e das linhas, que fique claro), mesmo não sendo mais as tabelas divulgadas, mas antes bases de dados (entretanto, elas são subjacentes ao processo de trabalho). Mais ainda há escolhas analíticas quando se trata da produção de indicadores, havendo respaldo ou nas ciências ou nas recomendações internacionais. Assim sendo, por que então se negar a dar um passo adiante e fazer uma narrativa analítica sobre os resultados alcançados, se valendo do domínio dos processos produtivos que os técnicos envolvidos na produção possuem como ninguém?

Mas, se olharmos a história, podemos acalentar um otimismo de que um dia, em breve, haverá mais e mais análise. Veja-se que nos primórdios da atividade estatística, a simples utilização de tabelas foi considerada inadequada, exatamente porque já expressava uma opção analítica nas suas células. Pois isso foi superado, e hoje a tabela é usada como a forma natural de divulgação das estatísticas. Outro exemplo é a crescente produção de indicadores – que nada mais são do que estatísticas discursadas, uma vez que são geradas por cálculos explícitos, enquanto as estatísticas, em geral, são terminadas em agregações mais simples –, até então restrita a temáticas com fundamentos teóricos muito sólidos, ao passo que hoje passaram a ser produzidos com enorme liberdade, em formas às vezes as mais prosaicas, não raro sem nenhum sentido. Isso mostra haver mudanças, isto é, que se está diante de fronteiras em movimento, donde se pode pensar que em algum momento se poderá conviver com divulgações mais e mais analíticas, sem que com isso as instituições estatísticas se vejam confundidas com instituições de pesquisas ou de estudos acadêmicos (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 188).

O que se conclui nessa discussão inicial é que os números não falam por si mesmos. A estatística, assim como outras ciências, tende a ser influenciada pela visão de que o conhecimento pode ser adquirido objetivamente por meio do método científico. Entretanto, essa visão é questionada por descobertas mais recentes e as ciências cognitivas demonstram que cada indivíduo constrói seus conhecimentos criando uma síntese perspectiva própria por meio de um processo que opera em rede. As tecnologias de comunicação apresentam um potencial ainda inexplorado no conceito de cognição ampliada.

O IBGE tem ampliado o uso da internet como meio de divulgação e tomado medidas para se aproximar mais da sociedade. O próximo capítulo



mostra como o Instituto tem se empenhado em suas ações de comunicação para produzir uma informação mais palatável ao público em geral e procurado estimular a produção colaborativa de conhecimentos, tal como preconizado no conceito de cognição distribuída.

## 4 AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DO IBGE

Este capítulo realiza uma breve retrospectiva histórica do IBGE e analisa algumas das principais ações de comunicação mais recentes do Instituto. O Instituto iniciou experiências em 2017 com novos formatos de divulgação de dados estatísticos. Um exemplo foi substituir determinadas publicações por boletins analíticos sintéticos, mas mantendo a divulgação de tabelas e metadados. O portal também passou por ampla reformulação, buscando tornar-se mais organizado e intuitivo. Entre outras medidas tomadas pelo instituto para melhorar sua comunicação destacam-se a criação da Agência IBGE Notícias e do portal IBGEeduca, além do desafio Hackathon “Dado na Mão”.

### 4.1 Retrospectiva histórica

Este tópico realiza uma breve retrospectiva das ações de comunicação do IBGE desde sua formação, mas com ênfase na história mais recente. A principal base utilizada para traçar esse panorama histórico foi a publicação *Brasil em pauta: a trajetória da comunicação do IBGE*, de Nelson de Castro Senra, Silvia Maia Fonseca e Teresa Cristina Millions (2018), que enfatiza fortemente o relacionamento com os veículos jornalísticos, mas também traça um histórico da comunicação do Instituto desde a sua criação até os dias de hoje, mostrando a entrada das novas tecnologias e a evolução na linguagem dos produtos.

A primeira parte da obra abrange o período de 1936 a 1979 e decreve os passos iniciais da comunicação do IBGE. A segunda parte cobre de 1979 a 1999 e enfatiza a chegada da comunicação eletrônica. A terceira parte, que vai de 1999 a 2017, aborda a consolidação da comunicação, chegando aos moldes atuais. A quarta e última parte trata brevemente sobre o futuro.

Mário Augusto Teixeira de Freitas idealizou o Instituto com a intenção de unificar a produção e divulgação de dados estatísticos e cartográficos que até então dispersos em diversos órgãos espalhados pelo país. Houve atenção inicial tanto à conquista da confiança dos informantes quanto à divulgação de volumosas

publicações. Jornalistas foram contratados com o intuito de criar uma ponte com a imprensa e o Censo de 1940 foi a campo com sucesso.

Já era presente a discussão sobre a objetividade das estatísticas oficiais:

E na divulgação dessas informações, Teixeira de Freitas, analista de grande valor que era, embarca numa polêmica, ainda hoje delicada: até onde pode uma instituição estatística produtora, valendo-se das informações por ela produzidas, que entende em detalhes, fazer análise detalhada das realidades que as referidas informações estão a revelar? Claro que a divulgação das informações por uma instituição estatística é uma fronteira móvel, estando sempre a revelar uma análise; mesmo numa tabela, forma clássica de exposição de números, onde, em suas células já há uma opção de análise, pois cruza linhas e colunas; mais ainda nos gráficos, nos diagramas, nos cartogramas que trazem análises embutidas; o caso dos indicadores, sempre desejados, nem se fale, pois já ao serem definidos expressam uma escolha analítica. Enfim, Teixeira de Freitas, àquele tempo entendia que, embora os números fossem oferecidos aos estudiosos e aos formuladores de políticas, também estavam disponíveis aos produtores, àqueles que, não sem razão, ele chamava de estatistas ou estatísticos, ou seja, homens que conheciam o saber-fazer as estatísticas, mas que também, por seu envolvimento sociopolítico detinham um raro saber usá-las (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 56).

Em entrevista ao jornal *A Manhã* (08/08/1943), Teixeira de Freitas afirma que certos detalhes saltam mais aos olhos daqueles próprios que efetuaram as pesquisas e tais técnicos estariam “em condições de sentir melhor a premência ou o caráter essencial de umas tantas soluções que os fatos apontam” (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 56).

Durante a etapa descrita na primeira parte de *Brasil em pauta*, os comunicados à imprensa foram sendo ajustados, buscando uma linguagem mais jornalística, e as relações com os jornalistas foram se estreitando. Publicações começaram a ser produzidas em maior volume e variedade, demandando a implantação de um serviço gráfico com ampla capacidade de produção. Mas havia críticas:

Não obstante a produção estatística e geográfica seguir seu rumo, e a imprensa seguir dando apoio, os usuários (então chamados de consumidores, em natural contraponto a produtores) não poupavam críticas aos atrasos e às ausências, e havia críticas pontuais também a qualidade. E não foram críticas isoladas, avulsas, mas antes críticas bem elaboradas, bem sustentadas, críticas que foram se somando: a primeira resultou de um grande seminário em 1958, a segunda de um grupo de trabalho em 1962, a terceira de uma consultoria internacional em 1964, a quarta, em 1966, finalmente, quase que apenas fez uma síntese das críticas anteriores, mas propôs uma linha de mudança, mudança que viria em 1967, tomando o estatuto jurídico do IBGE uma Fundação Pública de Direito Privado, de modo a ganhar uma dinâmica que o permitisse acompanhar as demandas

por informações necessárias à aceleração do desenvolvimento socioeconômico (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 92).

Durante a gestão de Isaac Kerstenetzky, de 1970 a 1979, houve uma modernização do IBGE tanto em sua estrutura quanto em seu rol de pesquisas:

Com o novo Plano Geral, mais e mais informações estatísticas e geográficas foram produzidas, e o foram com ousadia, não fora Isaac Kerstenetzky mais que um economista, um cientista social, com ampla visão de mundo, a ponto de permitir que o IBGE fizesse pesquisa qualitativa associada à inovadora pesquisa de orçamentos familiares, o famoso Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF. Sim, por uma folha anexa ao questionário desta pesquisa foi possível levantar uma gama enorme de informações qualitativas inusitadas numa instituição estatística, resultando o “Estudo das informações não estruturadas do ENDEF e de sua integração com os dados quantificados” (...) Viriam novas pesquisas, como a Matriz de Insumo Produto, o Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor, o Sistema de Indicadores Sociais (em 1979 sairia a publicação Indicadores sociais: relatório, a primeira do gênero, e que só se tornaria rotineira a partir de 1998 como Síntese de indicadores sociais, embora inúmeras publicações temáticas de caráter social tenham sido produzidas), entre outros; os censos econômicos passariam a quinquenais; estudos em geografia quantitativa seriam desenvolvidos auxiliando o planejamento socioeconômico, quando o espaço ganha valor sobre o tempo (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 92-93).

Ao mesmo tempo, o IBGE se retraiu durante o regime militar implantado em 1964, com o contato com a imprensa ficando restrito ao presidente. “Não havia censura evidente, mas havia cuidado nas divulgações; e havia temor das pessoas” (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 93).

A segunda parte de *Brasil em pauta* trata sobre aprimoramentos ocorridos não só devido à abertura política, mas principalmente por causa das inovações tecnológicas:

Mais e mais dados foram desejados, e de forma rápida e dinâmica, não sendo satisfatórias as publicações. Os usuários queriam, eles próprios, montar suas tabelas, o que no passado fora impossível. Mas, com o tempo, desde os anos 1970, passou-se a utilizar computadores. Por eles, as informações individuais registradas nos questionários foram armazenadas em máquinas, gerando folhas e folhas de crítica e análise, em significativa redução de tempo. Terminado o trabalho, estando validado o plano tabular de divulgação, que ficavam armazenados nos computadores, as publicações podiam ser produzidas imediatamente, em comando direto para a gráfica. E, tão logo houve alguma tecnologia de recuperação de informações presencial ou à distância esse plano tabular de divulgação pôde ser acessado, facilitando a vida dos usuários, que não mais precisavam manusear diversos volumes para fazer comparações espaciais. Os usuários ficaram felizes, mas usuário sempre quer mais, queriam eles próprios montar suas tabelas, ou seja, acessar as bases de dados; esse mais, para ser simples, exigiu novos avanços tecnológicos,

que viriam bem adiante: a modernidade da microinformática e o acesso da grande rede (a Web), e seus desdobramentos (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 101).

Desenvolvido nos anos 1980, o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) permitiria aos usuários acessar dados agregados (temas e subtemas, em áreas espaciais de seu interesse) através ou de Telex ou da Rede Nacional de Comunicação (RENPAAC), bem como formar tabelas a partir do plano tabular padrão.

Com tais e tantos recursos já eletrônicos de comunicação, o IBGE ampliava sua divulgação, e assim conseguia libertar seus usuários, os mais exigentes, e que dispusessem de recursos técnicos em seus centros de pesquisa, de dever dispor das inúmeras e volumosas publicações para consultar as informações. E se tenha em mente que havia ainda “os produtos ou arquivos de pronta entrega, e as tabulações especiais ou apurações especiais”, disponíveis a pesquisadores que os pudessem processar em potentes computadores. Em suma, ainda se estava longe das facilidades da Internet, e da microinformática, mas já se avançava bastante (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 105-106).

Esses avanços evidenciaram alguns problemas. Nas diversas pesquisas do IBGE não era incomum haver nomes diferentes para um mesmo dado, ou um mesmo nome para dados diferentes. O Projeto de Indexação do Banco de Metadados foi criado buscando permitir uma armazenagem mais uniforme e facilitar a recuperação de informações. A publicação impressa como depositária de informações começava a ceder lugar às bases de dados digitais que logo foram abertas aos usuários externos.

Divulgar ganhava crescente especialização e novas estruturas foram criadas em meados dos anos 1980: a Coordenadoria de Comunicação Social – CCS (mais tarde seria renomeada para Coordenação de Comunicação Social, mantendo a sigla) e o Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI:

E em ambos os casos havia uma cultura a mudar, sendo a mudança mais simples na seara da Coordenadoria de Comunicação Social, pois a equipe era bem menor e o objetivo, relação com a imprensa, guarda certo encanto entre os técnicos. Embora não tivessem a arte de se relacionar com jornalistas os técnicos estavam dispostos a aprender, um aprendizado nada imediato e simples, em suas linguagens rebuscadas e herméticas. Os técnicos, em geral, não sabem traduzir suas escritas e seus discursos aos públicos, via jornalistas. Demorou bastante tempo, esse aprendizado, mas tropeços à parte, logo daria certo. (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 116).

Uma das funções básicas da CCS era o preparo de *releases*, que de certo modo buscavam traduzir a redação dos técnicos para a linguagem jornalística. Shirley Soares, primeira chefe da CCS, relata que era um trabalho negociado caso a caso, sendo ora mais fácil, ora mais difícil:

Contudo, ela diz que nunca teve maiores problemas, e que sua relação com os técnicos sempre foi muito boa: “eles nos ensinaram ‘economês’ e nós ensinamos a eles ‘jornalês’”, e afirma que nada do que era distribuído aos jornais, na forma dos releases, o era sem a aprovação prévia dos técnicos, o que, por certo, terá criado uma boa empatia com os técnicos responsáveis pelas pesquisas (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 119).

Para atender a imprensa, os técnicos passaram por orientações, algo próximo a um *media training*. Os jornalistas que cobriam o IBGE também receberam capacitações, como o *Caminho dos Índices*, no qual conviveram com técnicos em diferentes etapas da produção dos índices de preços.

O CDDI teve um percurso de aceitação mais difícil e lento dentro do Instituto:

De um lado, havia a resistência de que disseminar, no sentido de atender ao público, era o ponto nobre da produção, e não uma etapa previamente especializada, a exigir um sem-número de profissionais especializados. Sempre se percebeu a editoração e a impressão, é claro, para haver as publicações; meio a contragosto se vislumbrava o documentarista, que não raro se confundia com o bibliotecário; já se começava a perceber o informata, uma vez que o processo de produção passara a utilizar a computação, mas não se o via como um profissional que precisa cuidar com atenção da base de dados, e que isso exigia a criação de um metadados, o que afetava o processo produtivo. Par a par era apenas nascente os profissionais de propaganda e *marketing*, e pouco se conhecia de pesquisas de mercado de informação. Em suma, era preciso mudar cultura (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 116).

Inicialmente com poucos recursos, o CDDI se consolidaria de forma mais robusta anos depois. No entanto, já estabelece desde cedo uma certa identidade. A palavra disseminação, por exemplo, foi utilizada no lugar de divulgação para enfatizar o papel do IBGE para produção do conhecimento, como enfatiza Suzana Muller, primeira chefe do CDDI:

Disseminação... a origem é a [palavra] semente. Ela pretende que essa informação dê frutos, ela vai com a ideia de ser repercutida, de ser divulgada. Não apenas ser jogada, ser lida, mas sim dar origem a novos conhecimentos. A ideia da disseminação é essa. E o Centro veio justamente de que tudo seria centralizado, não tanto centralizado lá... Mas centralizar qualquer coisa é muito difícil, porque envolve ceder. Alguns devem ceder o poder que tem e isso é muito difícil. [...] Há muita discussão entre esses

termos divulgação, disseminação, comunicação, mas no ponto de vista acadêmico, ou quando você pensa num autor, num pesquisador, o pesquisador escreve para os seus pares. Ele escreve numa linguagem hermética, na sua linguagem científica, e ele escreve para os pares (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 131).

A terceira parte de *Brasil em Pauta* descreve a consolidação da comunicação do IBGE, que começou a se reposicionar diante das transformações da sociedade. Simon Schwartzman, presidente do Instituto de 1994 a 1998, defendia que o foco deveria passar a ser o cidadão em vez do Estado:

Eu tinha uma visão completamente diferente; achava que uma instituição como o IBGE era um órgão de informação para a sociedade, e o Estado, o governo brasileiro, assim como os governos locais e municipais, faz parte da sociedade, como um usuário, até mesmo privilegiado das informações, mas não como seu dono e principal destinatário. Sua [IBGE] função é produzir informações de interesse social para todo mundo, para o governo, para o setor privado, para a opinião pública, internacional etc. Daí esta preocupação com colocar os dados à disposição do pesquisador, de tentar atender o público da melhor maneira possível (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 148).

Schwartzman encomendou um diagnóstico ao *Statistics Canada*, o órgão oficial de estatísticas canadense, e realizou com base nesse relatório uma mudança da cultura organizacional, com foco em qualidade, eficiência e valorização técnica. O Instituto precisava tornar sua informação mais acessível e compreensível, tornar-se mais comunicativo. Adquirir relevância era o caminho para se obter os recursos financeiros para o funcionamento.

David Wu Tai, servidor do IBGE, foi colocado à frente do CDDI com o objetivo de implantar a plataforma digital do Instituto na internet, compromisso cumprido no mesmo ano em que assumiu o cargo (1995):

O IBGE foi uma das primeiras instituições do País a ter uma página na Internet. Também foi pioneiro na utilização de plataforma de software livre, que permite o uso de qualquer programa de computador pelos usuários gratuitamente, abrindo caminho para outras instituições. No lançamento do portal, a página principal era bem simples, com a logomarca da Instituição, os índices conjunturais da Diretoria de Pesquisas atualizados e um rodapé com endereço eletrônico para atendimento ao usuário. Em pouco tempo, a página foi reestruturada com um novo visual: seção de notícias, com os releases das pesquisas divulgados a partir do início das coletivas para imprensa, pop clock, um pequeno globo que, ao ser clicado, dava a estimativa da população naquele exato momento, um contador do número de visitantes da página e, por fim, acesso ao banco de dados – Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 155).

O portal do IBGE já passou por diversas reformulações, sendo a mais recente delas realizada em 2017:

No novo portal, os resultados das pesquisas conjunturais ganham mais destaque, já que são muito procurados pelos diversos públicos (...). Na reformulação do portal, a equipe de serviços online procurou distribuir de forma inteligente o conteúdo e trabalhou uma estrutura lógica de links, facilitando o acesso às principais páginas, com poucos cliques, e garantindo a navegação mais simples. Um enorme desafio para um portal, como o do IBGE, que oferece hospedagem para uma série de canais e conteúdo, somando aproximadamente um milhão de arquivos entre biblioteca e FTPS, disponíveis aos usuários. Além disso, o portal abriga os sistemas de extração de dados dos bancos de dados como Brasil em Síntese, SIDRA e o Banco Multidimensional de Estatísticas – BME, que geram arquivos para download e têm um conjunto muito grande de informações (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 159).

Há uma preocupação em atender públicos diversificados por meio do portal:

O portal do IBGE procura sintetizar as informações produzindo conteúdos específicos para determinados segmentos como, por exemplo, os sites Cidades@, Estados@ e Países@, com um perfil completo sobre as cidades, estados e o País, além de mapas temáticos. O IBGEduca, que reúne os sites do Vamos Contar, o IBGEteen e o 7a12, voltado para o público jovem, estudante e professores, com novos produtos como, por exemplo, as informações sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, para o público infantil. Também foi criado o projeto IBGE explica, que reúne vídeos de curta duração com objetivo de tornar mais amigáveis as metodologias de algumas pesquisas. Além do cuidado de tornar o acesso moderno e amigável, o portal do IBGE tem como princípio a disponibilização de todas as informações para a sociedade de forma gratuita, em arquivo PDF, microdados, download das publicações editadas pelo Instituto, além de informações técnicas, metodologias e questionários adotados nas pesquisas (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 159).

Sérgio Besserman presidiu o IBGE logo após Schwartzman. Com o Instituto mais informatizado, ele investiu na comunicação com os veículos jornalísticos. Contratou o jornalista veterano Luiz Mario Gazzaneo para chefiar a CCS:

Juntos, Besserman e Gazzaneo, driblaram a resistência dos técnicos com a imprensa, promoveram cursos, treinamentos e palestras com jornalistas respeitados na mídia, criaram o embargo, estabeleceram as regras de precedência dos resultados das pesquisas para as autoridades do governo, inauguraram o calendário de divulgação no portal da Internet e, se adiantando a uma agenda que hoje é prioritária, investiram na produção de indicadores para a área ambiental e desenvolvimento sustentável (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 148).



O embargo consiste em adiantar para os veículos jornalísticos o material sobre uma pesquisa estrutural com o compromisso de divulgação apenas no dia e no horário estabelecidos pelo IBGE. Isso permite a produção de matérias mais aprofundadas e precisas. Gazzaneo implementou a prática a partir do ano 2000. Houve uma resistência inicial por parte da equipe técnica, que temia o vazamento de informações, mas a política foi muito bem-sucedida e é utilizada até hoje:

Ao atender à necessidade da mídia, o embargo também garantiu ao IBGE uma enorme visibilidade, com cadernos especiais nos jornais impressos e diversos minutos nas rádios e TVs. O material jornalístico ganhou qualidade e os jornalistas se especializaram em determinados assuntos, elevando o nível do debate e exigindo uma linguagem mais acessível nas entrevistas e análises. Por outro lado, a repercussão na mídia levantou o moral dos pesquisadores e introduziu uma nova consciência sobre a importância da divulgação (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 166).

Ao sair do IBGE, Besserman deixou a comunicação mais fortalecida. Seus sucessores defendem as ações de comunicação, que foram normatizadas com a publicação da primeira Política de Comunicação Integrada, em 2013. Também deram continuidade aos investimentos nas divulgações regionais e ampliaram a comunicação nas redes sociais e no portal do IBGE, com a criação de uma agência de notícias.

Em 2017, o CDDI lançou um projeto que reformulou a divulgação das pesquisas estruturais:

Em vez das tradicionais publicações com mais de 100 páginas, foi criado um informativo de, em geral, quatro a seis páginas, com uma síntese dos principais resultados de forma mais amigável e com infográficos. O informativo, também disponível online, representa mais agilidade na editoração e distribuição mais ampla para todo o País (...). Convidada para uma oficina no CDDI/IBGE, a jornalista Elizabeth da Silva Cataldo apresentou uma análise crítica dos novos informativos, com objetivo de contribuir com o novo projeto gráfico e editorial. Para ela, o infográfico é o “coração” do projeto e deve permanecer claro e criativo. Elogiou também as “janelas” de informação nas páginas, que atraem a atenção para a leitura (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 186).

Beth Cataldo ressaltou que os técnicos precisam se esforçar na edição dos textos e nos títulos das tabelas que, em alguns casos, são repetitivos e longos. Ela reconhece que “o esforço de edição é constante e árduo para se chegar ao sumo das pesquisas” (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 186), lembrando que as íntegras estão disponíveis aos que quiserem se aprofundar no tema.

A quarta e última parte de *Brasil em Pauta* faz considerações quanto ao futuro da comunicação do IBGE. São feitas observações pertinentes sobre a estrutura do Instituto:

Por fim, cabe notar que a comunicação no IBGE é dividida, ainda hoje, em duas unidades, a Coordenação de Comunicação Social - CCS e o Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, e que ficam em locais (espaços) diferentes. Por certo trabalham em harmonia, não há que negar. A CCS está subordinada diretamente ao Presidente, tendo de certa forma uma concepção de assessoria, não raro de assessoria de imprensa, ao passo que o CDDI é uma unidade gestora com status de diretoria, com inúmeras atividades técnicas, atendendo às diretorias técnicas, inclusive à própria CCS. Se mirarmos os movimentos de diferentes órgãos de comunicação, sobretudo em ambiente privado, essas duas unidades, no mínimo estariam trabalhando num mesmo espaço, talvez sob um mesmo comando, quiçá como uma Diretoria de Comunicação. Nada nesse sentido é pensado no IBGE, sequer cogitado. A CCS não é vista com poderes para, por exemplo, ascender aos técnicos, muito menos aos diretores e lhes dizer que eles precisam se preparar melhor para suas entrevistas, lhes oferecer cursos, lhes apontar problemas nas redações de relatórios, mostrando inadequações nas linguagens. São ainda por demais passivos, em um mundo, ou um tempo, em que a comunicação é tão, ou mais mesmo, essencial que a produção. Não é o caso do IBGE, em que a produção, seus técnicos ainda são soberanos, e a comunicação, seja pela via da CCS (sobretudo) e até mesmo pela via do CDDI (menos, bem menos) é caudatária. Devia ser bem inverso, dado o mundo moderno (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 219).

Os autores deixam em aberto a discussão referente à análise de dados estatísticos por parte dos institutos oficiais:

Contudo, par a par com todos esses esforços, uma questão difícil sempre se coloca: pode o IBGE dizer mais do que apenas anunciar os números que elabora, sem com isso estar a fazer análise (ou estudo) da realidade, o que, segundo as boas práticas, não lhe compete promover? Mas, dizer apenas os números, em sua nudez, não passa aos usuários, a impressão de frialdade, até mesmo de ignorância do seu verdadeiro significado? Não passa uma noção de técnicos sem maior qualificação, o que está longe da verdade, já que seu quadro é de excelente formação? Assim sendo, pesando os prós e os contras, não seria oportuno ao IBGE, em tudo e por tudo, para melhor se valorizar – claro que tendo o cuidado de preservar sua “neutralidade” (o que quer que isso seja) como produtor –, agregar mais conteúdo aos números que produz, ao tempo da divulgação dos mesmos? Afinal, cabe sempre perguntar, quem melhor conhece o verdadeiro significado desses números? Quem sabe o real valor de suas fronteiras de significação? Enfim, ao agregar alguma análise aos números, no instante em que os divulga, o IBGE não estaria, além de se valorizar como instituição de pesquisa, não estaria, vale repetir, dando uma distinta contribuição ao entendimento das realidades brasileira? (SENRA, FONSECA e MILLIONS, 2018, p. 37).

## 4.2 A Agência IBGE Notícias

Em maio de 2017, foi lançada a Agência IBGE Notícias (<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>), que produz e distribui diretamente para os públicos do IBGE conteúdo multimídia (notícias, audiovisuais e impressos) a partir da produção do instituto. Com o slogan “A notícia de quem produz a informação”, a agência reúne uma equipe multidisciplinar de jornalistas, designers e fotógrafos que produz conteúdo multimídia a partir dos núcleos de Jornalismo Digital, Imagem e Design, Audiovisual, Revista, Mídias Sociais (incluem *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*) e Imprensa.

Desde o fim da década de 90, as informações produzidas pelo IBGE vêm sendo disseminadas, prioritariamente, pelo portal da instituição na internet e através dos veículos de comunicação. A mídia tem sido uma parceria importante na divulgação das pesquisas, mas nem sempre consegue produzir notícias a partir de cruzamentos de dados e com os recortes geográficos disponíveis nas pesquisas. Por sua vez, o usuário comum muitas vezes não conhece as pesquisas do IBGE ou não sabe utilizá-las diretamente a partir do site. Pensando nisso, a Agência vai acionar os diversos núcleos para transformar dados em informação (SARAIVA, 2017).

O núcleo de Jornalismo Digital, por exemplo, tem o desafio de traduzir as informações estatísticas para facilitar a compreensão das matérias. Também trata de aspectos importantes das pesquisas, como a coleta de dados e amostragem, que não costumam ser tão valorizados pela cobertura jornalística externa.

Novos produtos da agência são eventualmente lançados. Em maio de 2018, foi a vez do “Minuto IBGE”, com reportagens semanais em áudio veiculadas nacionalmente por rádio. A coordenadora de Comunicação Social do IBGE, Diana Paula de Souza, ressaltou que o produto “é mais uma maneira de alcançar o grande público e mostrar que a estatística é essencial para a formulação e a implementação de políticas públicas, e, também, um estímulo ao exercício da cidadania” (CARDOSO, 2018). O *site* da agência também foi reformulado. “Desde que foi ao ar, a Agência segue se desenvolvendo e se aprimorando na linguagem digital, aos poucos ela está se construindo. Nosso objetivo é sempre facilitar o acesso e alcançar o grande público”, afirma Diana Souza.

### 4.3 O Portal IBGEeduca

As ações mais recentes para aprimorar a comunicação e compreensão dos dados estatísticos e geocientíficos não se restringem à agência de notícias. Em abril de 2018, entrou no ar o portal IBGEeduca (<https://educa.ibge.gov.br>), que produz conteúdo a partir das informações do IBGE para os diferentes públicos escolares: crianças, jovens e professores. Há um esforço para que os dados estatísticos sejam mais diretamente acessados pela sociedade. Para o coordenador de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE, David Wu Tai, o IBGEeduca contribui para a formação de cidadãos. Ele considera fundamental “que os alunos aprendam a ler e interpretar números organizados e suas representações gráficas, assim como compreendam a representação do espaço em que vivemos” (AZEVEDO, 2018).

Sobre o IBGEeduca, a professora Sarah Nery ressalta que “em tempos de *fake news*, conhecer fontes oficiais se tornou vital”. E isso seria válido especialmente para “os jovens, que se informam prioritariamente pelas plataformas de redes sociais da internet, nas quais circulam muitas informações falsas e duvidosas” (AZEVEDO, 2018). Sarah destaca que “os jovens estão constantemente buscando conhecimento, dentro e fora da internet; logo, se existirem conteúdos de qualidade e credibilidade adaptados para seus interesses e linguagens, eles certamente vão consumir e compartilhar essas informações”

### 4.4 O desafio Hackathon “Dado na Mão”

Em junho de 2017 foi realizado em Brasília o *Campus Party*, um dos maiores eventos de tecnologia do mundo que une jovens *geeks* (fãs de tecnologia e jogos eletrônicos) em um festival de inovação, criatividade, ciências, empreendedorismo e universo digital. O IBGE participou com o desafio Hackathon “Dado na Mão”, em que os concorrentes desenvolveram programas, aplicativos ou jogos que deveriam utilizar as informações públicas disponíveis no site e apresentá-las ao público em

formatos dinâmicos e acessíveis. As soluções propostas poderiam vir a ser adotadas como forma de potencializar e popularizar o acesso ao acervo de dados do instituto.

Treze equipes com quatro integrantes cada participaram do desafio de criar uma solução tecnológica a partir do tema “Informações estatísticas e geocientíficas ao alcance de todos”. A equipe UNA venceu desenvolvendo uma ferramenta para que as pessoas se identifiquem e se conscientizem em relação às suas características de trabalho, rendimento e gênero, tendo como pano de fundo os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da ONU, que buscam a melhoria das condições de vida globais até 2030. O segundo colocado, projeto GeoCartas, nasceu de um propósito lúdico e baseado em games, visando uma maior identificação de crianças e jovens com os dados do IBGE. E o terceiro, Abre Aqui, objetiva ajudar empresários na identificação de demandas e vantagens competitivas, com o auxílio de dados geográficos, territoriais.

Saraiva (2017) relata que a experiência foi um aprendizado para os participantes da equipe UNA. “O IBGE deu uma camada de dados muito grande e buscamos mostrar pessoas que são como você, da sua idade, que moram onde você mora”, comentou Matheus Carneiro Godinho. Outra integrante, Ludmila Bela Cruz, contou que o desafio Hackathon ampliou sua visão sobre a população brasileira. “Eu mesma nunca tinha parado para pensar qual era o meu lugar no meio de tantos números”, acrescentou.

O gerente de serviços *online* do IBGE, Ian Nunes, ressaltou que o principal ganho da instituição em participar do evento foi o de abrir o canal de comunicação com as pessoas que fazem desenvolvimento de softwares e que lidam com software aberto. “É uma geração que se apropria das informações para gerar valor para a sociedade, a partir do conceito de compartilhamento de informação, de produção de conteúdo compartilhado, de aplicativos e softwares, utilizando a força produtiva e a criatividade das pessoas, para colocar esses dados mais próximos da realidade”, explicou Ian (SARAIVA, 2017).

Iniciativas como o desafio Hackathon e o IBGEeduca podem auxiliar na alfabetização digital. E a Agência IBGE Notícias é um aperfeiçoamento da comunicação de estatísticas públicas e geociências, visando ao cumprimento da missão institucional do IBGE: “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania”. Representa um salto

na direção da democratização da comunicação das estatísticas públicas e do exercício da cidadania.

O IBGE demonstra estar ciente de que não basta disponibilizar dados estatísticos e geocientíficos, mas também “traduzi-los” e difundi-los diretamente para a sociedade e também com o apoio da mídia. O Instituto deu passos importantes, mas ainda há muito trabalho a ser feito para que os usuários comuns consigam checar informações oficiais diretamente e sem ajuda. É necessário persistir na busca por uma linguagem cada vez mais moderna e intensificar o uso de tecnologias de comunicação que melhor traduzam seus dados.

A Agência de Notícias e o portal IBGEeduca são passos iniciais importantes, mas que necessitam de contínuo aprimoramento. Iniciativas como a do Hackathon precisam ter continuidade. É possível aprimorar o texto dos comentários de resultados das pesquisas utilizando o jornalismo como referência. Por fim, o Instituto deve persistir na busca por uma linguagem cada vez mais moderna e intensificar o uso de tecnologias de comunicação que melhor traduzam seus dados.

## 5 FERRAMENTAS DE DIVULGAÇÃO DO JORNALISMO

Neste capítulo são abordadas ferramentas vindas do jornalismo que podem contribuir para aprimoramentos da comunicação do IBGE. A ênfase será dada para a linguagem textual jornalística, a infografia e o jornalismo de dados.

### 5.1 Linguagem textual jornalística

O jornalismo, que frequentemente se vê no papel de “traduzir” dados complexos para a população, fornece um referencial interessante para se pensar a análise e comunicação de dados estatísticos. Consultamos livros mais gerais sobre texto jornalístico, como *A Estrutura da Notícia e Linguagem Jornalística* de Nilson Lage, sobre jornalismo científico, como o produzido por Fabíola de Oliveira (2019) e o organizado por Sergio Vilas Boas (2005), e sobre jornalismo econômico, como os de Sidnei Basile (2002), Suely Caldas (2005) e Bernardo Kucinski (1996), bem como os manuais de redação dos veículos *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Tradicionalmente, o texto jornalístico privilegia a ordem decrescente de importância. No livro *Estrutura da Notícia*, Nilson Lage fornece um exemplo prático de como isso ocorre:

Se considerarmos a tradição oral, mais antiga e mais corrente, veremos que a ordenação dos eventos por ordem decrescente de importância ou interesse é bem mais comum do que a temporalidade da sequência.

Suponhamos que, ao despertar, alguém realize as seguintes operações:

1. abre os olhos;
2. consulta o relógio de cabeceira;
3. levanta-se;
4. vai ao banheiro;
5. escova os dentes;
6. lava o rosto;
7. ouve a campainha da porta;
8. enxuga-se às pressas;
9. sai do banheiro;
10. caminha até à porta;
11. destranca a fechadura;
12. abre a porta;
13. vê um homem caído na soleira;

14. corre o olhar em torno;
15. constata que não há ninguém mais no corredor;
16. abaixa-se;
17. toca o homem com os dedos;
18. sente que o corpo está frio e rígido;
19. percebe que é um cadáver;
20. corre para o telefone;
21. disca o número da Central de Polícia.

Nosso infeliz personagem vai contar o caso a quem atende o telefonema. É improvável que tente – e consiga – contar a história a partir do início: *Eu ainda há pouco acordei, abri os olhos, consultei o relógio...* Seguramente dirá: *Tem o cadáver de um homem na minha porta. Descobri quando fui atender à campainha. Não tinha mais ninguém do lado de fora. Vi que o corpo está frio. Demorei só um minuto porque estava no banheiro...* Os eventos estarão ordenados não por sua sequência temporal, mas pelo interesse ou importância decrescente, na perspectiva de quem conta e, sobretudo, na suposta perspectiva de quem ouve. E mais: a importância de cada evento será aferida em função do evento principal da série, a descoberta do cadáver. Esta descoberta é que torna relevante o fato de o corredor estar vazio, ou de o sujeito que começou tão lamentavelmente seu dia ter demorado um minuto para atender à campainha porque estava no banheiro (LAGE, 2007).

É possível aplicar esse raciocínio a divulgações de resultados de pesquisas. Publicações mais antigas do IBGE apresentavam uma série de informações metodológicas antes de apresentar a análise dos resultados. Isso ocorria nas primeiras edições da *PNAD TIC*, por exemplo. Uma abordagem mais jornalística priorizaria a apresentação dos resultados em vez de detalhes técnicos. O próprio texto da análise também pode ter uma estrutura que privilegie os dados mais relevantes da pesquisa, apresentando-os primeiro. Ao mesmo tempo, ele precisa ser organizado de modo que permita a recuperação rápida de qualquer informação desejada.

No livro *Linguagem Jornalística*, Lage afirma que é necessário buscar um meio termo entre os registros formal e o coloquial, algo que pode ser adotado em outros tipos de texto:

Do ponto de vista da eficiência da comunicação, o registro coloquial seria sempre preferível. É mais acessível para as pessoas de pouca escolaridade e, mesmo para as que estudaram ou lidam constantemente com a linguagem formal, permite mais rápida fruição e maior expressividade. No entanto, o registro formal é uma imposição de ordem política, esteja ou não em lei. A pressão social valoriza seu emprego e qualifica de erro todo desvio. E nem é o caso de se afrontar cegamente esta imposição: ela se confunde com a ideia de nação, ou de cultura diferenciada, além de permitir que a língua nacional se transforme mais lentamente (em lugar de transmutar-se a cada geração) e que as inovações sejam testadas antes de incorporar-se ao dicionário ou à gramática oficiais.

A conciliação entre esses dois interesses – de uma comunicação eficiente e de aceitação social – resulta na restrição fundamental a que está sujeita a



linguagem jornalística: ela é basicamente constituída de palavras, expressões e regras combinatórias que *são possíveis no registro coloquial e aceitas no registro formal* (LAGE, 2006).

O autor também compara as linguagens jornalística e didática:

O domínio da referencialidade permite diferenciar a linguagem jornalística da linguagem didática, ainda quando esta se propõe a divulgação do conhecimento ou *divulgação científica*: nos textos didáticos, predomina a metalinguagem, isto é, explicação ou definição de um item léxico por outro ("a sociedade é... ", "a Organização das Nações Unidas compreende. ..", "chama-se de hematófago.. .", "as inflorescências se dividem em.. ."). Não é o que ocorre em jornalismo: aqui, as proposições principais dão conta de *transformações*, *deslocamentos* ou *enunciações* (a notícia); de conjuntos complexos de fatos (as *coberturas*); ou se formulam a partir de *acontecimentos* (a reportagem interpretativa, o artigo). A explicação ou definição dos termos aparece como apostrofo, ou como período intercalado com o único objetivo de permitir a compreensão do conteúdo (LAGE, 2006).

Dados estatísticos possuem características semelhantes às citadas por Lage. Inclusive também é recomendável o uso de definições de forma integrada ao conteúdo. Um dos dados informados pela *Síntese de Indicadores Sociais*, por exemplo, é o Índice de Gini. É possível definir o que é esse índice de forma fluida e concisa no texto da publicação, auxiliando o entendimento do público em geral, sem que necessariamente seja enfadonho para especialistas.

Lage também afirma que adjetivos testemunhais e aferições subjetivas devem ser substituídos por dados que permitam ao leitor ou ouvinte realizar sua própria aferição. Mas ressalta sobre a necessidade de contextualizar números com comparações e de não utilizá-los de forma falaciosa:

*O parâmetro das avaliações numéricas deve ser sempre a experiência objetiva do público.* As pessoas em geral dimensionam perfeitamente unidades de uso corrente, como metro, quilômetro, hora - mas têm dificuldades para aferir grandezas maiores ou menores do que os limites de sua relação objetiva com o mundo: milhões de quilômetros, um trilhão de reais, milésimos de micron. Ou ainda para lidar com qualidades cuja definição desconhecem: a potência de uma usina em Megawatts, a frequência em Hertz, a informação em *bits*. É preciso, então, recorrer a comparações: dar ideia da potência de uma usina recorrendo ao consumo instantâneo de uma cidade, expressar a distância entre planetas em tempo de viagem de uma nave espacial terrestre etc.

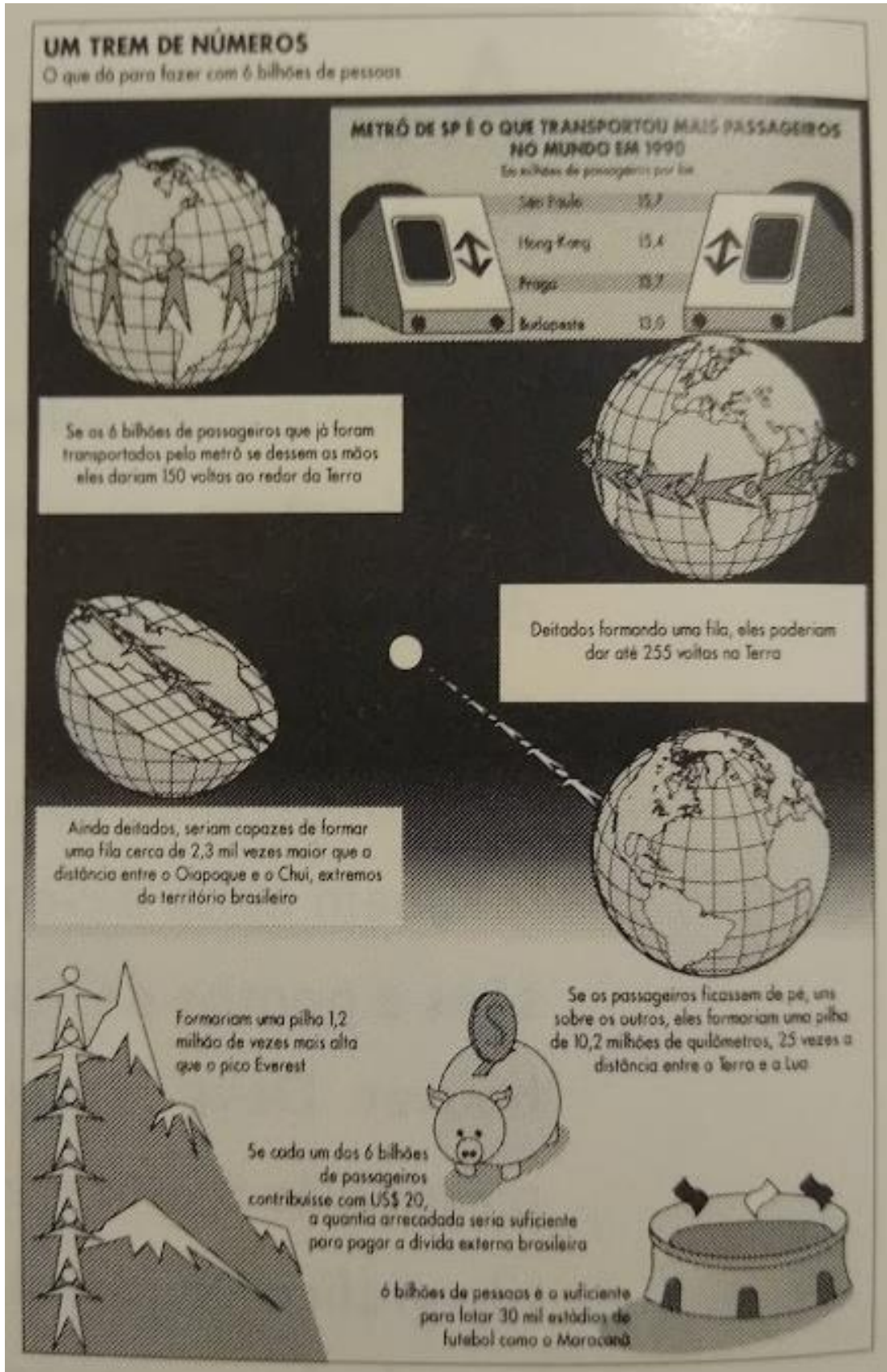
Números têm alta confiabilidade. No entanto, podem ser usados para argumentação falaciosa, como acontece nestes casos:

(a) estabelecem-se falsos padrões de aferição: número de automóveis para medir o grau de desenvolvimento de países, procura de emprego como índice de desempregados numa recessão prolongada etc.;

- (b) empregam-se unidades fora da escala do objeto aferido, para impressionar com grandes números: potência de uma grande hidrelétrica em Watts, metros de uma rodovia etc.;
- (c) comparam-se grandezas heterogêneas: tiragens de pico com tiragens médias de veículos, consumo de papel com hectares de florestas derrubadas etc.;
- (d) dá-se preferência, conforme convém, a valores absolutos ou porcentagens: números relativos de produção setorial quando se instalam indústrias pioneiras, produto interno bruto como fator de comparação entre países com diferentes populações etc.;
- (e) definem-se universos restritos para a obtenção de recordes: o melhor pianista entre os deputados, a moça mais bonita deste lado da rua etc.;
- (f) altera-se o mecanismo de coleta ou processamento dos dados: número de doentes de uma moléstia antes e depois da criação de mecanismo de controle epidemiológico, índices de preços calculados por critérios distintos etc.;
- (g) extrapolam-se números com leviandade: incidência de doenças cardíacas calculada para a população dos Estados Unidos e aplicada à população do Brasil etc. (LAGE, 2006).

Não é comum no IBGE o uso de comparações para contextualizar grandezas. É um recurso que poderia ser empregado em certas divulgações, mas com moderação. Os resultados do Produto Interno Bruto (PIB), para ficar em um só exemplo, envolvem uma série de cifras elevadas. Comparar cada número com algo próximo do “cidadão comum” poderia tornar a divulgação confusa em vez de facilitar a compreensão. E há ainda o risco de se tecer comparações irrelevantes. O *Novo Manual da Redação Folha de S.Paulo* (1992), por exemplo, mostra um infográfico (p. 122) sobre passageiros transportados pelo metrô de São Paulo com informações como “Se os passageiros ficassem de pé, uns sobre os outros, eles formariam uma pilha de 10,2 milhões de quilômetros, 25 vezes a distância entre a Terra e a Lua”, que são de contribuição discutível para uma maior contextualização:

Figura 5 – Infográfico da Folha de S.Paulo



Fonte: FOLHA DE S.PAULO, 1992.

Os manuais de redação são instrumentos que podem ser úteis para aprimorar a divulgação de dados estatísticos. Alguns veículos jornalísticos criaram manuais próprios:

Os *stylebooks*, livros de normas de redação, surgiram no Brasil em meados da década de 50. Atendiam, por um lado, à necessidade de generalizar procedimentos de técnica de redação que estavam sendo adaptados de modelos estrangeiros; de outro, à ausência de critérios estabelecidos para a solução de muitos problemas ortográficos, desde o uso de maiúsculas até a grafia de nomes originalmente escritos com ideogramas ou em alfabeto não-latino: chinês, japonês, hebraico, árabe, russo, grego etc. (LAGE, 2006).

Destacam-se os manuais de redação de *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*.

*O Estado de S. Paulo* lançou a primeira edição de seu *Manual de Redação e Estilo* em 1990. A apresentação da terceira edição revista e ampliada (1997, p. 5) informa que foram vendidos mais de 500 mil exemplares das edições anteriores. Redigido pelo jornalista Eduardo Martins, o volume é dividido em cinco partes: Normas internas e de estilo; O uso da crase; Os cem erros mais comuns; Guia de pronúncia; e Escreva certo. A primeira parte é a mais extensa (ocupa três quartos do total de páginas) e a principal da publicação:

A primeira reúne, em ordem alfabética, verbetes que tornam claro o que se entende por um bom texto jornalístico e instruções práticas e teóricas para escrever bem, com correção e elegância. Sem se pretender um tratado de jornalismo, revela igualmente os princípios básicos para a edição do jornal. Ela relaciona ainda as normas internas do **Estado**, entre elas a maneira de usar negrito ou itálico, maiúsculas e minúsculas, números, formas de tratamento, abreviaturas, siglas, etc., e trata dos grandes capítulos da gramática, como a concordância, regência, formação do plural, normas de acentuação, conjugação verbal e uso do artigo. Finalmente, dá noções de ortografia (incluindo-se o uso do hífen) e estilo (palavras a evitar, boas e más construções da língua, etc.). Este é o capítulo básico do livro, servindo até mesmo de índice remissivo para todo o trabalho, pois contém chamadas para centenas de outros verbetes e para as demais seções do *Manual* (MARTINS, 1997, p. 10).

Antes de apresentar os verbetes propriamente ditos (intitulados como “Instruções específicas”, nas páginas 22 a 314), o capítulo fornece 49 “Instruções gerais” (páginas 15 a 21) sobre como escrever textos jornalísticos. Alguns trechos que podem se aplicar para divulgações de dados estatísticos:

1 — Seja **claro, preciso, direto, objetivo** e **conciso**. Use frases curtas e evite intercalações excessivas ou ordens inversas desnecessárias. Não é justo exigir que o leitor faça complicados exercícios mentais para compreender o texto. (...)

3 — A **simplicidade** é condição essencial do texto jornalístico. Lembre-se de que você escreve para **todos os tipos** de leitor e **todos**, sem exceção, têm o direito de entender qualquer texto, seja ele político, econômico, internacional ou urbanístico. (...)

7 — O estilo jornalístico é um meio-termo entre a linguagem literária e a falada. Por isso, evite tanto a retórica e o hermetismo como a gíria, o jargão e o coloquialismo. (...)

9 — Em qualquer ocasião, prefira a palavra **mais simples** (...).

10 — Só recorra aos **termos técnicos** absolutamente indispensáveis e nesse caso coloque o seu significado entre parênteses. (...)

15 — Não perca de vista o universo vocabular do leitor. Adote esta regra prática: nunca escreva o que você não diria. Assim, alguém *rejeita* (e não *declina de*) um convite, *protela* ou *adia* (e não *procrastina*) uma decisão, *aproveita* (e não *usufrui*) uma situação. (...)

24 — Você pode ter familiaridade com determinados termos ou situações, mas o leitor, não. Por isso, seja **explícito** nas notícias e não deixe nada subentendido. (...)

27 — Procure dispor as informações em **ordem decrescente de importância** (princípio da pirâmide invertida) (...).

28 — Encadeie o lead de maneira suave e harmoniosa com os parágrafos seguintes e faça o mesmo com estes entre si (MARTINS, 1997, p. 15-18).

O *Globo* lançou a primeira edição de seu *Manual de Redação e Estilo* em 1992. A 28ª edição revista e ampliada (2003, p. 9) informa que a primeira edição já era a quarta versão do manual de circulação interna produzido no final da década de 1960. Organizado e editado pelo jornalista Luiz Garcia, o volume mais recente contém seis capítulos: Antes de escrever (dividido em Pauta, Preparação, Atitude, Comportamento e Relato); Estilo (A palavra e o fato, Linguagem, Juntar palavras, Lead, Organização do texto e Tipos de texto); Padrões e convenções (Maiúsculas, Minúsculas, Nomes, Numerais, Publicações, obras de arte, Formas de tratamento, Pesos e medidas, Siglas e abreviaturas, Cargos e funções, Etapas da vida e Diversos); Em bom português (Acentos, Crase, Palavras compostas, hífen, Verbos, Concordância, Preposição, Artigos, Pronomes e Pontuação); e Questões éticas. Também conta com cinco apêndices: Palavras perigosas; Acidentes de texto; Em outros idiomas; Expressões jurídicas; e Termos de psicanálise e psiquiatria.

O manual não é tão focado em gramática quanto o do *Estado*, procurando dar dicas mais gerais sobre o fazer jornalístico:

Como escreve um jornalista? Numa palavra: depressa.

Não apenas isso, claro, mas há razão para mencioná-lo de saída: em nenhum outro ofício de escritor a pressão das horas é tão cruel e inevitável. Relatórios têm de ser informativos e precisos, a obra literária pede

elegância de estilo; só o jornalismo requer tudo isso, e depressa, sem que a rapidez seja desculpa válida para o erro ou a mediocridade.

A qualquer velocidade, exige-se fidelidade a três requisitos: exatidão (para não enganar o leitor), clareza (para que ele entenda o que lê) e concisão (para não desperdiçar nem o tempo dele nem o espaço do jornal).

Se isso bastasse, o jornal pareceria um enorme telegrama: conciso, claro, exato e enfadonho.

Para que o seu texto escape de tão horrível destino, o jornalista conta com variadas normas e recomendações. Quase todas são sensatas e podem dar boa ajuda – mas técnicas de redação são apenas auxiliares do talento e da aptidão que cada um desenvolve por conta própria. A esse respeito, basta lembrar: só escreve bem, acima da pura habilidade mecânica, quem lê muito e escolhe bem o que lê.

Em muitas situações, pede-se ao jornalista apenas que seja bom artesão, competente, aplicado, honesto. Em outras, que seria imperdoável desperdiçar, há espaço para a qualidade literária.

Em qualquer caso, a preocupação com o estilo – no artesão e no artista que convivem em cada jornalista – é indispensável para atrair a atenção do leitor.

Este, ao passar os olhos pelo jornal, procura o que acredita ser importante e o que lhe desperta curiosidade. Só lerá de cabo a rabo aquilo que entender e de que gostar.

É por isso que escrever bem é tão essencial para o jornalista quanto apurar bem: de que vale a notícia cuja apresentação não a faz lida, compreendida, apreciada? (GARCIA, 2003, p. 19-20).

O texto jornalístico, portanto, precisa ser exato, claro e conciso, mas também precisa ser atrativo, e esse conjunto só é obtido por meio da leitura e da prática. O manual tende a evitar regras que possam limitar o estilo de escrita:

Não é boa ideia estabelecer normas e padrões sobre o que seria a linguagem própria do texto jornalístico: por esse caminho, na melhor hipótese chega-se a um estilo padronizado, fiel seguidor de receitas e destituído de imaginação. A única padronização recomendável refere-se a coisas como aspas, maiúsculas e maneiras de grafar horas e quantias, e nada tem a ver com a qualidade do estilo. Quanto a receitas, um princípio vale para todas: é bom conhece-las bem para saber desprezá-las na hora certa (GARCIA, 2003, p. 24).

Mas isso não impede que sejam apresentadas dicas como esta:

Profissões, atividades e ramos do conhecimento têm vocabulários próprios, com expressões que o leitor médio ignora. Muitas vezes é preciso usá-las, mas sempre explicando do que se trata. Esta precaução oferece dupla vantagem: torna a matéria inteligível e impede que o repórter escreva sobre o que não entende.

Se nem sempre é possível fugir dos termos técnicos, não há desculpa para adotar modismos e maneirismos verbais. Eles existem em todas as áreas. Quando o policial diz “viatura”, cabe ao jornalista traduzir para “carro”, “automóvel”, “caminhonete” ou o que for. O economista se preocupa com “reversão negativa de expectativas”; o jornalista resumirá para “decepção”. O advogado faz rapapé com “egrégia corte”; o jornalista secamente dirá “tribunal”. E assim por diante (GARCIA, 2003, p. 25).

No final do tópico sobre linguagem, há uma lista de “virtudes” e “pecados” na construção de textos:

Resumindo, aqui vai uma lista de virtudes do bom texto: originalidade, cor local, ambiente, detalhes que ajudam o leitor a visualizar uma situação, simplicidade na explicação, ironia (leve, jamais ofensiva em nível pessoal e sempre acessível a inteligências medianas), referências históricas e literárias (para enriquecer a informação, nunca para mostrar erudição), respeito pela inteligência do leitor, respeito pela ignorância do leitor.

E um rol de pecados do mau texto: pedantismo, verborragia, editorialização (enxerto de opinião em texto supostamente noticioso), ambiguidade, inexatidão, exagero, nariz-de-cera (abertura de texto que se perde em divagações e comentários genéricos), lugar-comum, repetição, redundância, contradição, detalhes inúteis ou óbvios, falta de ritmo, humor grosseiro (trocadilhos, principalmente) (GARCIA, 2003, p. 28).

Entre as “virtudes”, destaca-se o respeito tanto pela inteligência quanto pela ignorância de quem consome a informação. A recomendação é perfeitamente aplicável para a divulgação de dados estatísticos, bem como tomar cuidado para se evitar os “pecados” listados.

O *Estado S. Paulo* e *O Globo* não produziram versões mais recentes dos manuais. Já a *Folha de S. Paulo* produziu a primeira edição de seu manual em 1984 (foi o primeiro a lançar um voltado também para seu público) e o reformulou nos anos de 1987, 1992, 2001 e 2018. A versão de 2001 se apresenta assim:

Este manual contém as normas e recomendações que norteiam o trabalho dos jornalistas da **Folha**. Ele é uma versão revista e ampliada da edição anterior, lançada em 1992 – que, por sua vez, atualizava as edições de 1984 e 1987, fazendo acréscimos a elas.

A elaboração deste livro obedeceu a alguns princípios básicos. A exemplo das versões anteriores, ele procura condensar uma concepção de jornal e tornar disponível para o público leitor uma pauta de compromissos, dando-lhe a possibilidade de fiscalizar sua execução.

Esta edição procurou também atender ao interesse dos leitores que utilizam o manual como fonte de consulta. Assim, ela traz uma série de anexos (gramatical, jurídico, médico e outros) cujo objetivo é oferecer ao público uma obra de referência – concisa, porém abrangente – e ao mesmo tempo dar subsídios à atividade jornalística, sem ter, evidentemente, a pretensão de substituir a consulta a especialistas.

O novo manual também traduz uma flexibilização progressiva das normas presentes nas edições de 1984 e 1987, mais impositivas. Ela consubstancia os princípios da última versão do projeto editorial da **Folha** – divulgada em 1997 e aqui reproduzida – e procura orientar a aplicação desse projeto na prática cotidiana dos jornalistas (FOLHA DE S.PAULO, 2001, p. 7).

Trata-se, portanto, de uma versão revista e ampliada das anteriores. A “flexibilização progressiva” aconteceu porque a primeira edição teve má aceitação

entre os jornalistas da *Folha* justamente devido às “normas impositivas”, algo comentado em matéria do próprio veículo:

Lançado em agosto de 1984, o primeiro Manual da Redação era parte do Projeto Folha, implementado por Otavio Frias Filho, e que incluía também crítica interna, controle de erros, avaliação profissional e metas. Na época, suas diretrizes e padronizações foram consideradas como uma camisa de força por parte da Redação.

Seis meses após sua implementação, um terço dos repórteres, redatores e editores do jornal subscreveu a um abaixo-assinado que criticava o projeto e o Manual, ao qual o então jovem diretor de Redação respondeu: “Posso esclarecer que esse grau de exigência vai ser exacerbado. Permanentemente exacerbado porque precisamos fazer a cada dia um jornal melhor” (MENA, 2021).

Talvez isso explique o cuidado constante tomado no manual de *O Globo* para que não se mostre impositivo. O manual do *Estado* também parece buscar certa neutralidade, utilizando com frequência termos como “evite” ou “prefira”.

A edição de 2001 do manual da Folha é organizado em quatro capítulos: Projeto Folha (projeto editorial do jornal); Procedimentos (com texto e verbetes que explicam como os jornalistas devem seguir as diretrizes do projeto editorial); Padronização e estilo (verbetes com recomendações para a elaboração de textos); e Estrutura da Folha (história e estrutura do Grupo Folha). Também conta com 12 anexos: gramatical; legislativo; jurídico; militar; de religiões; médico; matemático e estatístico; geográfico, com mapas; econômico; transliteração de nomes estrangeiros; principais estrangeirismos, com a grafia adotada pela *Folha*; siglas, com endereços e telefones.

Em 2021, a Folha lançou uma nova edição do manual baseada na reformulação de 2018:

Esse “Manual da Redação” contém as normas e recomendações que orientam o trabalho dos jornalistas da **Folha de S.Paulo**. Embora incorpore muito do que havia nas primeiras quatro versões – publicadas em 1984, 1987, 1992 e 2001 –, a nova edição difere das antigas em aspectos essenciais. Além disso, acrescenta temas fundamentais que não estavam presentes no lançamento de 2018. (...)

Nas edições anteriores, as diretrizes éticas da conduta jornalística e as orientações práticas sobre procedimentos se encontravam reunidas em um único tópico. Agora os temas estão separados em dois diferentes capítulos (*Conduta e Prática*), de modo a garantir maior destaque para cada um deles e contemplar as questões suscitadas pela produção de notícias no ambiente digital. Além disso, pela primeira vez há uma seção dedicada ao comportamento do jornalista nas redes sociais.

Também é novidade o capítulo *Estilo*. Antes, recomendações para obter um bom acabamento nos textos eram escassas e apareciam de forma dispersa



em diferentes trechos do livro. A nova edição dá mais visibilidade e organização a esse tópico, separando-o da padronização do jornal e das regras gramaticais (FOLHA DE S.PAULO, 2021, p. 7-8).

O manual é dividido em quatro partes: Folha (Princípios editoriais, Projeto Editorial e História e estrutura); Atuação jornalística (Conduta e Prática); Texto (Estilo, Língua portuguesa e Padronização); e Anexos temáticos (Ciência e ambiente, Economia, Educação, Matemática e estatística, Mobilidade urbana, Religiões, Saúde, Tecnologia e Três Poderes: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário).

A introdução do subcapítulo Estilo apresenta algumas dicas gerais de escrita:

O relato noticioso deve ser claro, preciso, sintético e objetivo. Mas clareza, precisão, síntese e objetividade não são suficientes. É necessário que a reportagem seja apresentada de forma interessante, fluente e bem organizada – que seja, em duas palavras, bem escrita.

Escrever bem é prender a atenção do leitor. É conduzi-lo de uma palavra a outra, de uma frase à seguinte, de parágrafo em parágrafo até o fim do texto. Esse objetivo tem de ser buscado a cada sentença. Nesta, devem predominar a sintaxe e o vocabulário simples, a informação exata, os termos concretos. Não há lugar para passagens ambíguas, construções intrincadas, termos incompreensíveis, palavras supérfluas, advérbios sem função ou qualquer outro obstáculo que deixe o relato menos fluido (FOLHA DE S.PAULO, 2021, p. 129-130).

Também comenta sobre como o texto jornalístico se diferencia do utilizado em relatórios e documentos:

A mera transcrição dos dados de tabelas, relatórios estatísticos, documentos técnicos e ofícios judiciais, nos quais o repórter com frequência se baseia, pode resultar num texto claro, preciso, sintético e objetivo – mas também aborrecido e difícil de ler.

Reportagem não é relatório. A reportagem destaca o fato significativo e não pode prescindir de um senso de surpresa; o relatório enumera, de forma burocrática, tudo aquilo de que se dispõe. O simples ato de enfileirar muitos nomes próprios no início de um texto – digamos, sobre acusados numa ação de lavagem de dinheiro – já o deixa relatorial.

A fim de evitar esse efeito negativo, muitas informações relevantes podem ser relegadas a locais menos destacados (FOLHA DE S.PAULO, 2021, p. 130).

O texto de relatórios sobre dados estatísticos talvez devesse se aproximar mais da linguagem jornalística. A introdução se encerra com a preocupação de não parecer impositivo:

Os verbetes a seguir reúnem diretrizes de estilo; não devem ser lidos como normas absolutas. Constituem uma referência para aprimorar a própria

escrita, mas não substituem o conhecimento adquirido pela prática nem tornam dispensável a aprendizagem pela leitura dos melhores textos, noticiosos ou não (FOLHA DE S.PAULO, 2021, p. 131).

Ao final do subcapítulo, há uma lista de dicas para antes de começar a escrever e antes de entregar o texto. Seguem algumas delas, também úteis para divulgações de dados estatísticos:

- Pare por alguns minutos e pense: quais são as informações mais importantes? De que forma podem ser hierarquizadas no texto?; (...).
- Releia e corte palavras repetidas desnecessárias (sobretudo locuções, adjetivos e advérbios e artigos indefinidos); (...)
- Converta orações longas e curtas;
- Verifique se os parágrafos têm tamanho adequado;
- Substitua jargões por palavras que todos entendam; (...)
- Verifique se o texto deixa no ar perguntas que deveriam ter sido respondidas e se dá como sabidos acontecimentos que o leitor não necessariamente conhece;
- Observe se estão presentes os três “Cs” (clareza, coerência e concisão) (FOLHA DE S.PAULO, 2021, p. 163).

Em tempo, um dos verbetes de Padronização e estilo do manual da *Folha* de 2001 é este:

**economês** – A **Folha** combate o economês, vício de estilo comum em jornalismo econômico: *A autoridade monetária está praticando uma política contracionista de elevação de juros reais com o objetivo de tentar conter o crescimento dos índices inflacionários.* Significa apenas *O governo está aumentando os juros para tentar segurar a inflação.* Todos os termos técnicos e jargões devem ser evitados ou explicados em linguagem compreensível para qualquer leitor (FOLHA DE S.PAULO, 2001, p. 64).

Para Suely Caldas, o jornalismo econômico deve facilitar o entendimento de temas complexos para o cidadão comum:

Ora, a linguagem jornalística é uma só. O texto sobre o déficit fiscal do governo deve ter a mesma simplicidade, objetividade e clareza de outro que descreve um confronto entre policiais e traficantes na favela ou daquele que narra a súbita disposição de Romário em disputar a bola com o adversário. O que muda é apenas o tema. Se o leitor não entendeu o que leu, é porque o jornalista não cumpriu sua função básica de informar. Escreveu como se fosse um burocrata e não como um bom repórter. O empresário tem lá seu vocabulário próprio, o economista lança mão de expressões técnicas da ciência econômica, o ministro fala no linguajar escorregadio do governo. Mas o jornalista deve ter preocupação e preparo para interpretar o que ouviu desses personagens e, ao escrever, traduzir tudo em linguagem simples e objetiva, capaz de ser entendida por qualquer um, do porteiro se seu prédio ao mais importante empresário do país (CALDAS, 2019, p. 9-10).

Caldas cita divulgações do próprio IBGE como exemplo de texto a se “traduzir”:

O texto de economia exige esforço extra do repórter para traduzir, em linguagem clara e acessível, a frieza dos números, os termos técnicos e herméticos usados pelas fontes de informação, pesquisas, balanços, relatórios e documentos do governo. É preciso, sobretudo, saber interpretar com simplicidade e agregar novos dados para projetar e oferecer ao leitor indicações de tendências, para que ele possa planejar sua vida ou seus negócios. As pesquisas mensais do IBGE sobre produção industrial e desemprego, o resultado do mês da balança comercial, por exemplo, são informações que chegam ao repórter de forma técnica e fria. Ao escrever, ele não deve seguir o *script* que leu ou ouviu. Se assim o fizer, vai apenas reproduzir para o leitor a chatice das expressões típicas do economês, que o cidadão comum não é obrigado a conhecer (CALDAS, 2019, p. 84-85).

Sidney Basile faz um resumo sobre o que considera importante para o texto no jornalismo econômico com tópicos como estes:

1. Uma regra fundamental é compreender a arte de vender peixe, segundo David Ogilvy: diga o que precisa ser dito logo, sem subterfúgios.
2. O jornalista deve ter sempre em mente a cogitação a respeito de para quem escreve.
3. Se você precisa comunicar algo, comunique de maneira mais direta possível, com a maior simplicidade, para que o público que precisa de sua comunicação compreenda você.
4. Em jornalismo econômico o texto com frequência, se não for bem tratado, fica muito burocrático. Em consequência, é fundamental que o bom profissional se esforce para tornar o assunto agradável e inteligível.
5. Algumas regras fundamentais:
  - o básico em primeiro lugar; (...)
  - pergunte-se de quando em quando: mas o que é mesmo o mais importante aqui? A vantagem é que o foco estará sempre presente na sua memória. (...)
  - seja claro para não deixar lugar para outras interpretações. (...)
  - cuidado com excesso de números. Com muita frequência, o excesso de números e estatísticas esconde o foco da matéria. Sempre que possível, utilize recursos adicionais (infográficos, tabelas) para comunicar de maneira fácil os números necessários na matéria;
  - palavras: seja preciso. Só utilize as palavras que passarão a informação que você precisa transmitir. Não se exceda (BASILE, 2012, p. 133).

Bernardo Kucinski destaca características da linguagem do jornalismo econômico que podemos aplicar à divulgação de dados estatísticos:

No jornalismo dedicado à economia, um dos principais problemas de linguagem está no fato de ele se dirigir a pelo menos dois públicos bem diferenciados, que se comunicam por códigos próprios: de um lado, especialistas, grandes empresários e profissionais do mercado; de outro, o grande público e os pequenos empresários. O grande público e os pequenos empresários sentem-se permanentemente agredidos pela linguagem técnica inevitavelmente usada no jornalismo econômico. (...)

O desafio do jornalista está em reportar e analisar, transmitir opiniões de economistas e governo, sem usar linguagem que as pessoas comuns não entendam, e sem violar os conceitos criados pela linguagem dos economistas. Os atributos da boa linguagem jornalística podem ser sintetizados sob o qualificativo geral de *objetividade*. Não no sentido filosófico de se entender a realidade como dada e unívoca e nem no sentido de uma camisa de força, que nega ao jornalista o direito de opinar e de fazer juízo de valor. Trata-se da objetividade como um princípio de adesão à honestidade intelectual e de propósitos e de primazia dos fatos, que se materializa na linguagem jornalística por meio de um conjunto de atributos de fundo e de estilo. Entre os atributos de fundo estão a pertinência e importância social do tema, a hierarquização apropriada dos fatos, sua boa concatenação e contextualização, e a distinção, quando necessário, entre opinião e informação. Entre os atributos de estilo estão clareza, simplicidade, concisão e precisão. O bom texto também deve ter expressividade, potencial de destaque em relação à mancha cinzenta do conjunto do jornal, capacidade de galvanizar sentimentos ainda não totalmente aflorados ou conscientizados pelos leitores. A narrativa deve fluir naturalmente e ser absorvida sem que o leitor tenha de se deter para decodificar o que está lendo (KUCINSKI, 2000, p. 167-168).

O jornalismo científico também é um ramo que interpreta um tema complexo (ciência) para o público em geral:

A produção do jornalista e a do cientista detêm aparentemente enormes diferenças de linguagem e de finalidade. Vejamos como. Enquanto o cientista produz trabalhos dirigidos para um grupo de leitores, específico, restrito e especializado, o jornalista almeja atingir o grande público. A redação do texto científico segue normas rígidas de padronização e normatização universais, além de ser mais árida, desprovida de atrativos. A escrita jornalística deve ser coloquial, amena, atraente, objetiva e simples. A produção de um trabalho científico é resultado não raro de anos de investigação. O trabalho científico normalmente encontra amplos espaços para publicação nas revistas especializadas, permitindo linguagem prolixa, enquanto o texto jornalístico esbarra em espaços cada vez mais restritos; e portanto deve ser enxuto, sintético.

O casamento maior da ciência e do jornalismo se realiza quando a primeira, que busca conhecer a realidade por meio do entendimento da natureza das coisas, encontra no segundo fiel tradutor, isto é, o jornalismo que usa a informação científica para interpretar o conhecimento da realidade (OLIVEIRA, 2019, p. 43).

O processo de interpretação envolve diversos passos, como resume Alicia Ivanissevich:

A linguagem dos artigos ou programas veiculados pela mídia é um fator determinante para o sucesso ou o fracasso da transmissão da informação. Espera-se dos jornalistas – especialistas em comunicação – que saibam escolher, selecionar, interpretar, resumir e traduzir a informação para o público. Para atingir a população, as notícias sobre ciência devem passar, como as de qualquer outra área, por esse processo.

Às dificuldades de interpretação e de edição pode-se acrescentar a variável tempo (IVANISSEVICH, 2015, p. 18).

Segundo a autora, o tempo escasso para a produção de matérias é responsável por boa parte dos erros veiculados pela mídia, embora eles não sejam exclusividade dos jornalistas.

Se enorme número de falhas pode ser adicionado ao processo de produção da notícia, existe também, por outro lado, o risco de que, ao manter a precisão e a correção que a metodologia científica requer, o produto final se torne tão desinteressante a ponto de não ser lido, ouvido ou assistido por ninguém. Essa equação deve estar sempre presente na cabeça de quem fornece a informação e de quem a apresenta ao público. O desafio daqueles que trabalham com divulgação científica é justamente encontrar um equilíbrio entre esses extremos (IVANISSEVICH, 2015, p. 19).

Práticas e conceitos dos jornalismo econômico e científico podem, portanto, contribuir para a construção de uma divulgação de dados estatísticos mais acessível. A criação de um manual de redação específico para o IBGE, por sinal, poderia colaborar para o aprimoramento da comunicação do Instituto.

## 5.2 Infografia e design de notícias

Ary Moraes possui formação e experiência profissional tanto em desenho industrial quanto em jornalismo, concentrando suas pesquisas no campo da infografia e do design de notícias. O livro *Infografia: História e Projeto* (2013) atualiza a discussão por ele proposta em sua dissertação de mestrado e faz uma síntese da evolução histórica dos gráficos informativos e da visualização de dados até chegar à infografia na primeira década do século XXI. Trata ainda da prática do designer de infográficos, discorrendo sobre metodologia, aplicações, sintaxe e morfologia dos infográficos. Este livro será utilizado como referência para este subcapítulo.

Moraes cita Victor Margolin (1994), para quem as mudanças na sociedade e em seus sistemas de comunicação no final do século XX resultaram na Idade da Comunicação.

Com a expansão dos novos aparatos de comunicação, o homem comum ficou exposto a um grande volume de informações de naturezas distintas. Ao selecioná-las, analisá-las, e oferecê-las contextualizadas aos leitores, os jornais cumpriram o papel de filtro (...). O designer é decisivo nesse processo ao organizar o entendimento, ou nas palavras de Margolin, por tornar-se "(...) um facilitador da ação social, ajudando a

dar forma ao processo de comunicação assim como aos seus produtos”. No jornalismo, tal papel de mediação pode ser identificado, sobretudo na produção de infográficos, a partir dos anos 1980, que se expandiu de tal modo que os tornou uma característica desse meio a partir de então (MORAES, 2013, p. 15-16).

Moraes afirma que a infografia é “a arte de tornar claro aquilo que é complexo e talvez não haja nada mais urgente no atual momento histórico” (2013, p. 16). No contexto mais recente de disseminação de *fake news*, acreditamos que essa urgência é ainda maior.

Ao tratar dos primórdios do que viria a ser chamado de infografia, Moraes (2013) destaca a contribuição inicial de Nicholas Oresme, que construiu no século XIV o modelo de representação baseado em eixos ortogonais, com o horizontal representando o tempo e o vertical indicando a intensidade ou concentração. Séculos depois, William Playfair (1759-1823) produziu variações de gráficos estatísticos, utilizados até hoje no jornalismo impresso e até nas versões interativas digitais mais recentes. Os seus princípios de representação estabelecidos nessas contribuições estão na base do que viria a ser conhecido como visualização de dados. Charles Joseph Minardi (1781-1870) desenvolveu diagramas como o do desempenho do exército de Napoleão na campanha da Rússia, que apresenta dados variados por meio da combinação de gráfico em curva com representação de espaço geográfico.

A demanda por informações acessíveis surgiu no contexto do crescimento urbano associado ao processo de industrialização:

Mapas, sistemas de sinalização, diagramas, quadros, tipografia, enfim, todos esses elementos se dirigiam ao grupo heterogêneo de pessoas que se concentrava e/ou se deslocava pelas cidades ou para as cidades (...). Paralelamente, os movimentos de vanguarda artística surgidos ainda no século anterior se intensificaram na primeira metade do século XX, questionando as formas de representação (...). O Isotype, o diagrama de Beck para o metrô e outras propostas de estabelecer ou desenvolver sistemas de comunicação visual apontam para mudanças no que Briggs e Burke chamam de *sistema de mídia*, ou seja, a interdependência entre os diferentes meios de comunicação de um determinado momento histórico (MORAES, 2013, p. 26-27).

A imprensa se modificou para atender a um público cada vez maior e heterogêneo. A mecanização da imprensa, a introdução do telégrafo e o advento da fotografia são três mudanças de meados do século XIX destacadas por Moraes (2013), bem como a transição do jornalismo de opinião para a imprensa comercial.

Deste modo, os jornais ilustrados ganham impulso na década de 1880, permanecendo por décadas mais associados aos jornais populares:

Supostamente, a imagem ajudaria aqueles que não tinham a prática de leitura diária tão desenvolvida quanto os leitores dos jornais de elite. (...) esse caráter didático foi acentuado nos anos seguintes à década de 1980 por causa do aumento da oferta e do acesso a informações de naturezas distintas: cada vez mais, as pessoas ficavam expostas a uma grande quantidade de informações que não faziam parte de seu cotidiano, sendo portanto difíceis de serem entendidas em decorrência das limitações de seu repertório. Os infográficos teriam surgido nos jornais diários para atender a essa demanda por entendimento, que se acentuou no último quarto do século XX (MORAES, 2013, p. 30-31).

Moraes analisa, também, o desenvolvimento da infografia na imprensa brasileira citando, por exemplo, o uso de “protoinfográficos” (2013, p. 39) no material referente à guerra com o Paraguai (1864-1870). Posteriormente, jornais que viriam a dominar o mercado utilizariam mapas na cobertura jornalística da Segunda Guerra Mundial e de eventos esportivos, entre outros:

Reconstituições de crimes ou acidentes também eram usuais. Nelas, desenhistas narravam os acontecimentos numa forma semelhante à dos *storyboards*, o que deu a esse tipo de peça gráfica o nome como ficou conhecida no jargão jornalístico: *cineminha*. Mapas, plantas, gráficos numéricos e reconstituições formavam o acervo de recursos gráficos informativos em voga na imprensa brasileira nos anos 1980 e distinguiam-se dos demais por seu caráter não opinativo (MORAES, 2013, p. 30-45).

Neste contexto, o termo infografia surgiria internacionalmente nos anos 1980 resultante da expansão do uso de gráficos informativos pelos jornais, com concorrência cada vez mais acirrada:

A palavra vem do espanhol *infografía*, que, por sua vez, é o resultado da contração do inglês *information graphics (infographics)*, e surgiu na Espanha, num seminário sobre o tema promovido pela Universidad de Navarra, em 1988. De maneira sucinta significa informação gráfica ou ainda gráficos informativos (...). Inserida nas reformas gráficas e editoriais dos jornais desenvolvidas na década de 1990, a infografia acabou disseminada por elas ao redor do mundo e – partindo dos Estados Unidos e depois Espanha – tornou-se um elemento característico do jornalismo impresso a partir de então (MORAES, 2013, p. 32).

Destaca-se, aqui, o trabalho pioneiro dos espanhóis Mario Tascón e Jaime Serra:

Tascón baseava seus gráficos em desenhos vetoriais, fundamentando-os em rigorosas apurações e acentuando a objetividade em seu discurso, mas, sem dúvida, sua maior contribuição foi aplicar a acuidade dos infográficos tecnicistas norte-americanos na temática cotidiana, usual, cujo eixo estava nos dramas pessoais narrados pelo noticiário (...). Serra misturava desenhos vetoriais ou feitos à mão a sofisticadas produções fotográficas para compor infográficos especiais (...). Sua maior contribuição foi desvincular a Infografia do desenho vetorial (...) (MORAES, 2013, p. 32-34).

No Brasil, Moraes (2013) destaca o Projeto Folha, que promoveu o *redesign* da *Folha de S. Paulo* no final da década de 1980, e os experimentos promovidos pelo jornal carioca *O Dia* no início dos anos 1990, que estimularam as reformulações nos jornais *Zero Hora*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* e *Correio Brasiliense*. Entre as revistas, destaca-se o trabalho infográfico produzido na *Superinteressante*. Alguns veículos brasileiros conseguiram obter vários prêmios internacionais nesse ramo.

A produção de infográficos, no jornalismo, compõe a fase de planejamento das edições:

Até os anos 1980, o planejamento da edição estava nas mãos de pessoas de texto, como são chamados os jornalistas que não trabalham diretamente na produção de imagens (...). Com as transformações ocorridas na Imprensa nos anos 1980, nas quais a implantação da Infografia se insere, essa postura mudou pela natureza do trabalho de produção de um tipo de discurso que se igualava ao texto em importância. Portanto, para produzi-lo, os editores de imagem deveriam adotar uma postura ativa, não subalterna, mas igualitária, favorecendo sua inserção na etapa de planejamento (MORAES, 2013, p. 67).

Desse modo, Moraes aponta que para a produção de um infográfico é importante se perguntar: “a) Dispõe-se de informações suficientes para fazê-lo? b) Dispõe-se de tempo suficiente para produzi-lo?” (2013, p. 68). Respondidas a essas questões, as etapas da produção do infográfico abrangem apuração, seleção dos dados, projeto, produção e avaliação final.

O autor especifica três categorias de infográficos: exploratórios, explanatórios e historiográficos. Os infográficos exploratórios são o nível mais simples de complexidade das informações e apresentam as formas mais elementares de visualização de dados. Incluem mapas, plantas, vistas, perspectivas, ilustrações do personagem caracterizado e, também, os gráficos estatísticos. Os infográficos explanatórios têm a finalidade de explicar o funcionamento de determinado objeto ou as diversas relações intrínsecas a determinado fenômeno, ou como este se



desenvolve no espaço e no tempo. Por fim, os infográficos historiográficos tomam por base uma sucessão de eventos históricos e contextualizam um determinado elemento em relação a esses eventos, e sua forma mais característica é a chamada linha do tempo.

Na década de 1990 os infográficos ganharam versões digitais, com destaque para o espanhol *El Mundo* e o norte-americano *New York Times*:

Enquanto o primeiro foi bem-sucedido na adaptação dos infográficos vetoriais de sua versão impressa para o novo ambiente digital – o grande desafio dos designers naquele momento histórico –, o segundo foi além ao integrar diversas linguagens num único sistema. Foi no *New York Times* que ganhou impulso a linha chamada visualização de dados (*data visualization* ou *Datavis*) na Infografia jornalística (MORAES, 2013, p. 36).

O meio digital permitiu novos caminhos que iam além da simples representação estática de gráficos ou mapas:

Em sua versão digital, o jornal expressou essa linha desenvolvendo infográficos interativos que permitiam os leitores visualizar as informações, por exemplo, ao moverem o cursor, clicarem em botões ou, ainda, obterem informações ao preencherem alguns campos fornecidos pelo site do jornal. Os infográficos que envolviam relatos ganharam links para vídeos ou áudios gravados pelos repórteres, que se encaixavam no sistema mantendo sua unicidade e reforçando o caráter multimodal da Infografia, já manifesto nas versões impressas (MORAES, 2013, p. 36).

Ary Moraes não esgota na infografia o estudo sobre o design para divulgação jornalística. Em *Design de Notícias: A Acessibilidade do Cotidiano* (2015), ele revisita sua tese de doutorado e busca identificar e conceituar esse tipo peculiar de produção visual, características e abrangências, além de contextualizá-lo no cenário de mudanças que na sociedade do começo do século XXI. O livro investiga o desenvolvimento histórico da forma da página de notícias e também os aspectos metodológicos ligados à sua produção do ponto de vista do design.

A infografia pode ser um recurso especialmente útil para o Jornalismo de Dados, tema que será tratado a seguir.

### 5.3 Jornalismo de dados

Após observarem como os dados quantificáveis estão presentes em narrativas jornalísticas em sites de notícias de todo o país, Leonardo Mancini e Fabio Vasconcellos (2016) propuseram uma classificação que inclui a conceituação do jornalismo de dados: reportagens em que os dados guiam a construção da narrativa. Apontam, também, uma diferença entre ele e o jornalismo com dados, ou seja, publicações que utilizam dados sem que esses sejam o foco da narrativa.

*The Data Journalism Handbook* (BOUNEGRU, CHAMBERS & GRAY, 2012) é um documento colaborativo que reúne textos de especialistas de vários países. O manual foi traduzido para outras línguas, inclusive para o português, e um novo volume está em produção. Partindo do manual, Mancini e Vasconcellos (2016) demonstram a dificuldade para se conceituar jornalismo de dados e citam autores brasileiros que ajudam a iluminar o tema ao associar capacidade investigativa e novas possibilidades tecnológicas:

Basicamente, as técnicas consistiriam na produção, no tratamento e no cruzamento de grande quantidade de dados, permitindo uma maior eficiência na recuperação da informação, na apuração da reportagem a partir do conjunto de dados, na circulação em diferentes plataformas e na geração de visualizações e infografias (Träsel, 2013). Novamente, a automatização dos processos de apuração e de mensuração de dados permitiria a prática desse tipo de jornalismo (Barbosa, 2006, 2007). Lima Júnior (2011) acrescenta que o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) seria um elemento fundamental do que ele chama de “Jornalismo Computacional”, que ganha importância no contexto de Big Data e que seria a principal razão para uma mudança no tipo de habilidade dos futuros jornalistas, classificada pelo autor como “*hacking journalism*”, ou seja, a capacidade explorar tecnologias filtrando informações e colocando-as de forma visual (MANCINI & VASCONCELLOS, 2016).

Os autores citam Philip Meyer, que nos anos 1960 utilizava o termo “jornalismo de precisão”, para tratar do uso do computador e de métodos da ciência social com o intuito de produzir reportagens.

O estudo de Meyer acabou por incentivar o surgimento, nos anos 1990, do termo Reportagem com Auxílio de Computador (RAC), ainda hoje utilizado em fóruns especializados, como o *Investigative Reporters e Editors* (IRE) e a Abraji. Esses novos procedimentos ajudaram os jornalistas a aprimorar o seu próprio conhecimento acerca da realidade social e política, reduzindo a

dependência de fontes externas ao processo de produção e de análise da informação (MANCINI & VASCONCELLOS, 2016).

Mark Coddington, também citado por Mancini e Vasconcellos, aponta diferenças entre o jornalismo de dados (JD), o RAC e o jornalismo computacional (voltado para programação de máquinas):

O RAC surgiu de um esforço de unir as modernas técnicas das ciências sociais ao jornalismo profissional e ao jornalismo investigativo. O JD e o Jornalismo Computacional, por sua vez, são práticas que se relacionam não apenas com algumas técnicas das ciências sociais, mas com a cultura dos dados abertos. Desse modo, o JD estaria mais próximo de uma fusão com os princípios da cultura dos dados abertos e com o trabalho computacional (MANCINI & VASCONCELLOS, 2016).

Os autores avaliam conceitos propostos por Paul Bradshaw, Jonathan Stray e Nate Silver para chegar a uma definição que vai do jornalismo com dados ao jornalismo de dados:

Essa matriz de algum modo limita o corte abrupto entre o que é, e o que é não JD, porque permite que as nuances entre as publicações possam ser contempladas. Em suma, a escala Jornalismo com Dados em um extremo e, em outro, JD, busca contemplar as diversas formas pelas quais a imprensa já produz conteúdo com dados quantitativos e como agora passou a produzir. Para isso, é necessário, no eixo horizontal, estabelecer quais atributos as reportagens apresentam. Esses atributos buscam atender ao modelo proposto por Stray (2014), Silver (2014) e Bradshaw (2014), qual seja: a importância de o JD buscar e apresentar relações entre os dados e, a partir daí, contar as suas histórias. Portanto, no eixo horizontal, teríamos três categorias que atendem à dimensão do caráter investigativo das publicações, assim como a sua dimensão interpretativa e a dimensão comunicativa. Nesse último caso, não estamos interessados em saber se as publicações têm ou não uma alta qualidade técnica e estética, mas se existe uma comunicação gráfica dos dados que se associa com o seu conteúdo analítico de forma a enriquecer a compreensão da história contada. Em outros termos, não são meros gráficos a ocupar um espaço na página, são gráficos que contam parte da história apresentada na página (MANCINI & VASCONCELLOS, 2016).

Mancini e Vasconcelos (2016) monitoraram a versão *online* de 48 veículos jornalísticos durante cinco meses e analisaram 2.296 reportagens, destacando *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *Estado de S. Paulo* como exemplos de veículos que usam adequadamente o jornalismo de dados. Três competências foram consideradas fundamentais: a investigativa (extração e/ou organização: busca e tratamento próprio dos dados), a interpretativa (argumentação: habilidade para contar a história e as relações entre os dados) e a comunicativa (visualização gráfica: a visualização

dos dados como forma de ampliar a compreensão da própria história). Esta última tem especial relação com a infografia:

Nessa categoria, procura-se identificar se as publicações trazem algum tipo de visualização, como gráficos ou infográficos. Avalia-se a maneira como essa visualização é utilizada de modo a permitir que o conteúdo da reportagem seja aprimorado pela comunicação visual, não no sentido estético, ainda que desejável, mas no sentido de que essa comunicação promova/incentive a compreensão analítica da reportagem de dados (MANCINI & VASCONCELLOS, 2016).

Acreditamos que o jornalismo de dados, especialmente quando potencializado pela infografia, possui a capacidade de aprofundar a informação com clareza necessária ao público em geral, algo especialmente relevante na chamada era da pós-verdade.

Tanto Ary Moraes quanto Mancini e Vasconcelos deram mais foco em suas análises para veículos tradicionais e já consolidados há décadas, como *Folha de S.Paulo*, *Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Acrescentamos aqui o trabalho desenvolvido pelo *Nexo* ([www.nexojornal.com.br](http://www.nexojornal.com.br)), jornal digital lançado em 2015 com o objetivo de trazer contexto às notícias e ampliar o acesso a dados e estatísticas, privilegiando o rigor e a qualidade da informação.

A diversidade na formação e experiência profissional dos três fundadores (disponíveis no site do *Nexo*) diz muito sobre o veículo. Paula Miraglia, diretora geral, é doutora em Antropologia Social pela USP, foi diretora de ONGs como o *International Centre for the Prevention of Crime*, no Canadá, e consultora do Banco Mundial e do Banco Interamericano para o Desenvolvimento. Renata Rizzi, diretora de estratégia e negócios, é engenheira e doutora em Economia pela USP. Por fim, Conrado Corsalete, editor chefe, é jornalista, tendo experiência como editor de Política do *Estado de S. Paulo*, editor-adjunto de Cotidiano da *Folha de S.Paulo* e repórter nos dois jornais e no *Agora SP*.

O *Nexo* defende a busca por uma produção jornalística que contribua para um debate público qualificado e plural, tendo como princípios editoriais o equilíbrio, a clareza e a transparência. Várias possibilidades de plataforma digital são exploradas, usando uma diversidade de formatos como infográficos, materiais interativos, vídeos e podcasts, e buscando colocar a experiência do usuário no centro da produção.

Infografia e Dados estão entre os padrões editoriais citados no site do *Nexo*. A apresentação de dados por meio de gráficos é considerada central na maneira de contar histórias. Os gráficos devem ter funcionalidade e estar de acordo com o projeto gráfico do jornal, sendo necessário checar os métodos de pesquisa por trás dos números antes de publicá-los. Cabe ressaltar que uma das seções do jornal se chama Gráfico, com amplo conteúdo que dispensa o texto ao qual estaria quase sempre vinculado em outros veículos.

Outro padrão editorial de destaque e que é diretamente interligado é a Interatividade, considerada uma ferramenta importante na busca por novas narrativas. O *Nexo* procura expor conteúdo jornalístico que traga reflexão e considera que um jogo, por exemplo, precisa ser pensado de forma a garantir essa função.

Acreditamos que o uso mais intensivo e apurado da infografia pode ser um dos caminhos adotados para que o público tenha acesso a dados corretos. Afinal, ela permite dar mais clareza à informação complexa, algo que se mostra cada vez mais vital e necessário. Seu uso pelo *Nexo* e outros veículos pode servir como exemplo para produtores de informação como o IBGE.

## 6 ANÁLISE DE DIVULGAÇÕES DE PESQUISAS

Este capítulo analisa as divulgações da *Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2020*, publicada em 12 de novembro de 2020, e da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal (PNADC TIC) 2019*, publicada em 14 de abril de 2021. É realizada a análise de cada publicação, do material para divulgação produzido pela Agência IBGE Notícias e das matérias publicadas pelos veículos jornalísticos. O circuito de comunicação será considerado nesta análise.

A empresa Linear Comunicação realiza o serviço de *clipping* para o IBGE, que consiste no monitoramento, análise e arquivamento de matérias jornalísticas relacionadas ao Instituto publicadas nas categorias Impresso (jornais), Revista, Site, Blog, Televisão e Rádio. Para esta análise, foram verificadas todas as matérias arquivadas pela Linear nas próprias datas de divulgação das pesquisas e no primeiro dia seguinte, ou seja, 12 e 13 de novembro de 2020 para *SIS* e 14 e 15 de abril de 2021 para *PNADC TIC*.

Como as revistas impressas possuem periodicidade semanal, também foram verificadas todas as matérias arquivadas da categoria Revista no período de duas semanas após as divulgações das pesquisas, ou seja, 12 a 26 de novembro para *SIS* e 14 a 28 de abril para *PNADC TIC*.

O contexto comunicativo foi abordado no capítulo 2, mas outros fatores também afetaram as duas divulgações. O principal deles foi a pandemia da Covid-19, uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. A primeira morte no Brasil causada pelo vírus foi anunciada no mês de março de 2020, quando medidas de contenção começaram a ser tomadas nas esferas federal, estadual e municipal, como o uso de máscaras em locais públicos, a suspensão de aulas presenciais e o fechamento de parte do comércio.

No mesmo mês, o Conselho Diretor do IBGE publicou resolução estabelecendo regime de trabalho remoto (residencial) para todos os funcionários do Instituto, exceto para aqueles cuja presença fosse avaliada como imprescindível para a manutenção dos serviços. O atendimento a jornalistas passou a ser feito prioritariamente por e-mail. Reuniões de embargo e entrevistas coletivas passaram a ser realizadas por videoconferência com acesso restrito. Essa situação se perdurava durante a divulgação das duas pesquisas analisadas.

A pandemia avançou causando milhares de mortes e o tema dominava os noticiários. Em 12 novembro de 2020, o Brasil registrou 926 óbitos por Covid em 24 horas e já totalizava 164.332 mortos pela doença no país desde o início da pandemia.

Figura 6 – Matéria do G1 sobre a Covid-19 (12/11/2020)

**g1** BEM ESTAR  
CORONAVÍRUS

## Brasil registra 926 novas mortes por Covid-19 e chega a 164,3 mil após atualização de dados atrasados

País registra 164.332 óbitos e 5.782.647 diagnósticos pela Covid-19, segundo levantamento junto às secretarias estaduais de Saúde.

Por G1  
12/11/2020 08h00

*(Correção: houve erro ao informar que o país havia somado 34.640 novos casos em 24 horas. Foram atribuídos mil casos a mais ao Pará. O número foi retificado. O erro foi corrigido às 20h51 desta sexta.)*

O país registrou 926 mortes pela Covid-19 nas últimas 24 horas, chegando ao total de 164.332 óbitos desde o começo da pandemia. Com isso, a média móvel de mortes no Brasil nos últimos 7 dias foi de 365. A variação foi de -16% em comparação à média de 14 dias atrás, indicando tendência de queda nas mortes por Covid.

É o maior registro de mortes em 24 horas desde o dia 16 de setembro. Isso pode ser reflexo de represamento causado após problemas de acesso ao sistema do Ministério da Saúde (e-SUS), que reúne os registros. Assim, alguns estados como SP, MG e RJ, que ficaram alguns dias sem divulgar seus boletins, podem ter números de óbitos e de casos que ficaram acumulados. Isso pode explicar as 926 mortes registradas em um dia.

Brasil registra 926 novas mortes por Covid após atualização de dados atrasados

Fonte: G1, 2020.

As primeiras vacinas ainda estavam sendo testadas e não havia previsão para se iniciar alguma campanha de vacinação. A divulgação da S/S também concorreu nos noticiários com o primeiro turno das eleições municipais, que seriam realizadas em 15 de novembro.

A situação da pandemia era ainda mais grave em 14 de abril do ano seguinte, quando o país registrou 3.462 mortes por Covid em 24 horas e totalizava 362.180 óbitos desde o primeiro caso. Já havia sido iniciada a vacinação, realizada em duas doses, mas apenas 3,84% da população (8,1 milhões de habitantes) haviam

recebido a segunda dose, e não havia previsão para se imunizar o restante devido ao ritmo lento de aquisição de vacinas. O tema continuava predominando nos veículos jornalísticos.

Figura 7 – Matéria do G1 sobre a Covid-19 (14/04/2021)



**g1** BEM ESTAR  
CORONAVÍRUS

## Brasil tem mais de 362 mil mortos por Covid; média móvel de óbitos fica acima de 3 mil pelo 5º dia

País contabilizou 13.677.564 casos e 362.180 óbitos por Covid-19 desde o início da pandemia, segundo balanço do consórcio de veículos de imprensa. Foram 3.462 mortes contabilizadas no último dia.

Por G1  
14/04/2021 20h00 · Atualizado há 11 meses

**Vacinação**

**Balanco da vacinação contra Covid-19 deste quarta-feira (14)** aponta que 24.956.272 pessoas já receberam a primeira dose de vacina contra a Covid-19, segundo dados divulgados até as 20h. O número representa 11,79% da população brasileira.

A segunda dose já foi aplicada em 8.121.842 pessoas (3,84% da população do país) em todos os estados e no Distrito Federal.

No total, 33.078.114 doses foram aplicadas em todo o país.

Fonte: G1, 2021.

Realizado a cada dez anos, o Censo Demográfico do IBGE foi suspenso em 2020 por causa da pandemia. O Instituto preparava-se para realizar a pesquisa em 2021, mas a confirmação no mês de abril de um amplo corte de verbas na Lei Orçamentária Anual inviabilizou a operação, tema que ganhou destaque nos noticiários. Susana Guerra saiu da presidência do IBGE logo em seguida e, na data de divulgação da *PNADC TIC*, foi noticiado que o então diretor de pesquisas Eduardo Rios Neto assumiria o cargo. Outro tema que também repercutiu na imprensa na mesma semana foi a anulação pelo Supremo Tribunal Federal das condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da operação Lava Jato, o que possibilitaria sua candidatura para as eleições presidenciais de 2022.



## 6.1 Síntese dos Indicadores Sociais 2020

Das publicações do IBGE, a *Síntese de Indicadores Sociais (SIS)* é uma das que possuem maior caráter analítico, o que a torna de especial interesse para esta tese.

A construção e a clareza dos **indicadores sociais** são relevantes para a discussão. O livro *Indicadores Sociais no Brasil* (JANNUZZI, 2012) comenta sobre as noções básicas, os limites e as potencialidades da aplicação desses indicadores na análise da mudança social e na formulação de políticas públicas.

Um indicador social é uma medida, em geral, quantitativa, dotada de significado substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas) (JANNUZZI, 2012, p. 21).

Sob a perspectiva programática, indicadores sociais são instrumentos para se monitorar a realidade social com o objetivo de formular e reformular políticas públicas. Eles se diferem das estatísticas públicas, que seriam dados mais brutos obtidos em censos, estimativas amostrais e registros administrativos:

Os eventos vitais, por exemplo, como óbitos e nascimentos, ou dados administrativos provenientes do Censo Escolar, como o número de alunos ou professores, estão ainda, em um estágio preliminar (bruto ou intermediário) para utilização efetiva. Porém, ainda são úteis para a construção de indicadores que permitam uma apreciação mais contextualizada e comparativa (no tempo e espaço) da realidade social, como as taxas de natalidade (JANNUZZI, 2012, p. 22 e 23).

As estatísticas públicas são, portanto, a base utilizada para a composição de indicadores sociais, que são expressos por proporções, taxas, índices, médias, distribuição de classes e cifras absolutas. Alguns exemplos seriam as taxas de mortalidade infantil, o rendimento médio dos trabalhadores ocupados, a proporção de crianças matriculadas em escolas e o índice de Gini.

Segundo Jannuzzi, os indicadores sociais podem ser classificados por área temática da realidade social a que se referem, como, por exemplo, os de saúde, educacionais, de mercado de trabalho, demográficos, habitacionais, de segurança pública e justiça, de infraestrutura urbana, de renda e desigualdade social. Também podem ser divididos entre objetivos (quantitativos) e subjetivos (qualitativos), ou

entre descritivos (não dotados de significados valorativos) e normativos (refletem juízos de valor, como a proporção de pobres ou a taxa de desocupação), ou entre simples (feitas a partir de uma estatística social específica) e compostos (combinam dois ou mais indicadores simples, como o Índice de Desenvolvimento Humano), entre outras formas de classificação (2012, p. 26 a 32).

Quanto às propriedades desejáveis nos indicadores sociais, Jannuzzi destaca a relevância social, a validade, a confiabilidade, a cobertura, a sensibilidade, a especificidade, a inteligibilidade de sua construção, a comunicabilidade, a factibilidade para obtenção, a periodicidade na atualização, a desagregabilidade e a historicidade (2012, p. 33 a 39).

O conjunto de indicadores sociais sobre um determinado aspecto da realidade social ou área de intervenção programática é definida por Jannuzzi como Sistema de Indicadores Sociais, e pode ser montado a partir de quatro etapas: definição do conceito ou temática, especificação de suas dimensões, obtenção das estatísticas públicas pertinentes e composição do sistema através da computação dos indicadores (p. 23 a 26).

Os primeiros trabalhos e relatórios de indicadores sociais surgiram em torno da problematização do conceito de desenvolvimento:

No momento em que as evidências mostravam que o crescimento econômico não era suficiente para garantir condições de vida dignas para as populações, surgiram publicações e, posteriormente, recomendações internacionais, propondo, inicialmente, um conjunto de indicadores divididos por temas e, posteriormente, a construção de sistemas de indicadores sociais articulados com as informações econômicas e demográficas (SIMÕES, ALKMIN e SANTOS, 2017, p. 17).

O movimento dos indicadores sociais nos Estados Unidos surge nos anos 1960, influenciando a produção de relatórios na década seguinte em outros países, inclusive o Brasil:

A tradição do IBGE na elaboração de indicadores sociais remete ao início dos anos de 1970 quando o então Presidente Isaac Kerstenetzky criou o Grupo intitulado “Projeto de Indicadores Sociais”. Tal iniciativa ocorreu no bojo de um processo de reformulação da instituição, que envolvia, dentre outros, a criação de novas linhas e áreas de trabalho, que se articulariam a partir de três projetos principais: a reconstrução do sistema de contabilidade social do país – a partir do projeto Matriz de Relações Intersetoriais; a análise das condições de vida da população brasileira, com a construção de indicadores sociais; e a implementação de um amplo estudo nutricional e de orçamentos familiares – o ENDEF. Previa-se que

com a articulação entre esses projetos haveria o fortalecimento do papel do IBGE como coordenador do sistema estatístico nacional; além disso, promoveria uma nova inserção estratégica da instituição no cenário da pesquisa econômica e social brasileira, a partir da integração dessas duas dimensões (WU TAI, 2017, p. 5).

Os primeiros relatórios de indicadores sociais do IBGE eram de temática mais restrita e com periodicidade indefinida, algo que foi se modificando com o passar do tempo:

Nesses mais de quarenta anos de história, o projeto de indicadores sociais passou por profundas modificações, que foram responsáveis pelo seu amadurecimento e formato atual. As publicações foram ganhando novas características ao longo do tempo: inicialmente as condições de vida da população brasileira foram retratadas em publicações pontuais, sem periodicidade definida, mas como produto de um processo de trabalho que considerava a construção de indicadores a partir de arcabouços teóricos definidos. Com a *Síntese de Indicadores Sociais*, a publicação ganhou formato e periodicidade definida, dando ao usuário a possibilidade de acompanhamento anual do comportamento de determinado tema e indicador (WU TAI, 2017, p. 5).

A *Síntese de Indicadores Sociais (SIS)* foi iniciada em 1999 e pode ser considerada uma descendente dos antigos relatórios:

Este parentesco pode ser encontrado na forma de organização temática da publicação, que não se estende ao seu conteúdo teórico-analítico, mais robusto nos relatórios, mas que encontra semelhanças nos objetivos da publicação, onde ambas estão voltadas para revelar a magnitude e os efeitos das desigualdades sociais sobre as condições de vida da população brasileira. Da mesma forma, as referidas publicações são importantes fontes de informações para o planejamento de políticas públicas, sendo os indicadores utilizados tanto pelo governo nacional, quanto pelas diferentes esferas subnacionais (SIMÕES, ALKMIN e SANTOS, 2017, p. 22).

A *SIS* foi publicada anualmente desde 1999, com exceção dos anos imediatamente posteriores à realização de *Censo Demográfico* (2001 e 2011). Houve mudanças ao longo desse período, buscando incorporar assuntos atuais e relevantes para as políticas públicas:

A partir de 2012 a *SIS* passou a adotar uma nova organização temática, o que é fruto de sua adequação às reflexões travadas no âmbito internacional e que aprofundaram a problematização da relação entre desenvolvimento e crescimento econômico. Cabe ressaltar, neste sentido, a influência do documento *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress* coordenado por Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi, também conhecido como Relatório Sarkozy (...). Em sua busca por captar a dinâmica social brasileira a *SIS* também

procurou incorporar temas relevantes para a agenda nacional de desenvolvimento. A introdução de um capítulo exclusivo sobre padrão de vida e distribuição de renda, por exemplo, sistematizou uma série de indicadores sobre desigualdade de rendimentos, foco importante das políticas sociais ao longo dos primeiros quinze anos do século XX e conteúdo central nas agendas internacionais de desenvolvimento neste período (SIMÕES, ALKMIN e SANTOS, 2017, p. 22).

As mudanças na pesquisa aconteceram em sintonia com discussões internacionais:

O IBGE, enquanto signatário de diversas resoluções e convenções internacionais, participa ativamente do processo de trabalho desenvolvido, principalmente, pelas agências ligadas ao sistema das Organizações das Nações Unidas — ONU. Ao adotar as recomendações debatidas em fóruns internacionais a instituição alinha o sistema estatístico brasileiro às orientações consensuadas com outros países, adequando suas estatísticas ao paradigma de desenvolvimento vigente. Esta aderência institucional permitiu que o IBGE, e a gerência de indicadores sociais, em particular, participassem ativamente do processo de trabalho relativo aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio — ODM e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — ODS, assim como das agendas regionais como a Comissão Regional de População e Desenvolvimento — CRPD (SIMÕES, ALKMIN e SANTOS, 2017, p. 24).

A partir da edição de 2017, novas mudanças foram realizadas na estrutura da pesquisa, que passou a ter três capítulos com temáticas mais amplas em vez de seis ou sete mais restritos:

Nesta edição procurou-se restringir o escopo temático e aprofundar a análise em temas que possuem elevada aderência às particularidades atuais da economia e sociedade brasileira: mercado de trabalho; padrão de vida e distribuição de renda; e mobilidade social. Com capítulos mais amplos, objetivou-se explorar uma gama maior de indicadores com resultados para diferentes desagregações territoriais – chegando ao nível dos municípios das capitais – além de fornecer informações desagregadas por grupos populacionais específicos. Objetivou-se, com isso, traçar um quadro abrangente das condições de vida da população brasileira (IBGE, 2017, p. 9).

O terceiro capítulo da edição de 2017 foi baseado em um suplemento da *PNAD 2014 (Mobilidade Sócio-Ocupacional)*, tema que seria substituído nas edições seguintes por educação. A *PNADC* passaria a ser a fonte primária de dados no lugar da *PNAD* (a diferença entre essas duas pesquisas é abordada no subcapítulo 6.2).

A mudança na quantidade de capítulos ao longo dos anos não influenciou diretamente a quantidade de páginas com análise (texto explicativo dos

indicadores acompanhado de gráficos e tabelas suplementares). Também houve redução do total de páginas das edições de 2015 em diante devido ao corte das tabelas completas no livro, que passaram a ser publicadas apenas no formato digital:

Quadro 3 – Características das edições da SIS (2012 a 2020)

Características das edições da SIS (2012 a 2020)							
Edição	Data de publicação	Fonte principal	Total de páginas	Páginas com análise	Formato	Número de capítulos de análise	Nomes dos capítulos de análise
2012	28/11/2012	PNAD 2001-2011	293	98	Livro com tabelas completas	6	Aspectos demográficos; Famílias e domicílios; Educação; Atividades pessoais, inclusive trabalho; Padrão de vida e distribuição de renda; Direitos humanos
2013	29/11/2013	PNAD 2002-2012	266	99	Livro com tabelas completas	6	Aspectos demográficos; Famílias e domicílios; Educação; Trabalho; Padrão de vida e distribuição de renda; Saúde
2014	17/12/2014	PNAD 2004-2013	214	68	Livro com tabelas completas	6	Aspectos demográficos; Famílias; Educação; Trabalho; Distribuição de renda; Domicílios
2015	04/12/2015	PNAD 2004-2014	134	97	Livro sem tabelas completas	6	Aspectos demográficos; Grupos sociodemográficos; Educação; Trabalho; Distribuição de renda; Domicílios
2016	02/12/2016	PNAD 2005-2015	141	99	Livro sem tabelas completas	7	Aspectos demográficos; Famílias e arranjos; Grupos populacionais específicos; Educação; Trabalho; Padrão de vida e distribuição de renda; Domicílios
2017	15/12/2017	PNADC 2012-2016 e PNAD 2014	145	93	Livro sem tabelas completas	3	Mercado de trabalho; Padrão de vida e distribuição de renda; Mobilidade ocupacional e educacional
2018	05/12/2018	PNADC 2012-2017	149	93	Livro sem tabelas completas	3	Estrutura econômica e mercado de trabalho; Padrão de vida e distribuição de renda; Educação
2019	06/11/2019	PNADC 2012-2018	134	85	Livro sem tabelas completas	3	Estrutura econômica e mercado de trabalho; Padrão de vida e distribuição de renda; Educação
2020	12/11/2020	PNADC 2012-2019	152	100	Livro sem tabelas completas	3	Estrutura econômica e mercado de trabalho; Padrão de vida e distribuição de renda; Educação

Fonte: nossa autoria.

A diagramação foi mantida sem alterações relevantes nas últimas edições:

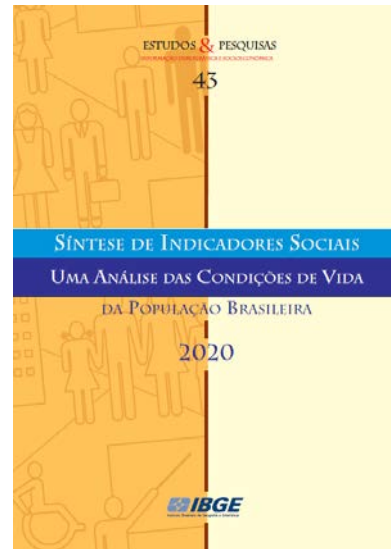
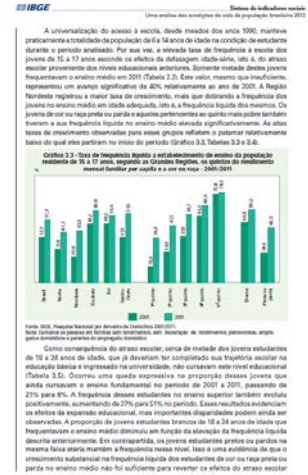
Figura 8 – Comparativo entre SIS 2012 e SIS 2020



Educação

O dados obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD permitem avaliar a magnitude do sistema educacional brasileiro e monitorar diversas dimensões da escolaridade da população brasileira, essenciais para compreender a realidade social do País. Esse relatório está organizado em dois níveis: educação básica e superior. A educação básica, por sua vez, divide-se em três níveis educacionais: que compreende a faixa de 3 a 5 anos, educação fundamental (compulsória, de 6 a 14 anos) e ensino médio, de 15 a 17 anos de idade. Trata-se de um sistema essencialmente, no qual a educação infantil e a educação fundamental são de responsabilidade das municipalidades, enquanto o ensino médio é, predominantemente, de responsabilidade dos estados e do Distrito Federal. É competência do governo federal atuar no ensino superior e prestar assistência técnica e financeira a outros entes da municipalidade, buscando garantir a equidade dos gastos nas diferentes Unidades da Federação.

A educação é a principal fonte de oportunidade relativa nas sociedades modernas, sendo condição necessária para o ingresso profissional e principal mediadora na transmissão do afeto entre as gerações. Em outros termos, quanto maior for a capacidade do sistema educacional de promover a aquisição de qualificações, independentemente das condições sociais dos estudantes, maior será a qualidade de oportunidade educacional, o desenvolvimento, mas igualmente será a chance de ascender na ocupação mais valorizada. Além disso, a educação tem um bom retorno em si mesmo, essencial para a promoção da cidadania, apresentando um maior impacto na condição geral de vida da população, o que a torna não só mais importante para a mudança social, mas, também, fonte de melhoria no nível geral de educação, isto é, melhoria absoluta, quanto melhores forem os níveis de acesso à educação de qualidade desde os



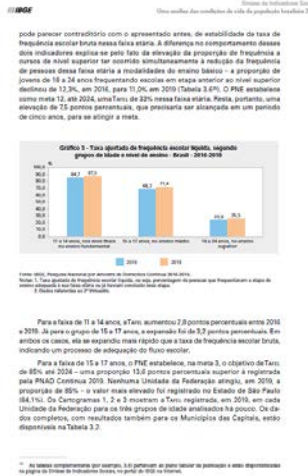
Educação

O presente capítulo é dedicado à análise de aspectos da realidade educacional brasileira, identificando desigualdades regionais, de gênero, set ou de renda, rendimento e por situação do domicílio no acesso à educação.

Os parâmetros que nortearam as análises foram principalmente as metas estabelecidas pelas Políticas Nacionais de Educação - PNE, instituídas pela Lei n. 13.005, de 25.08.2014. O PNE estabelece 20 metas nacionais para a educação com vigência de 10 anos (BRASIL, 2014), o que significa que planos plurianuais devem tomar como referência. Assim, o PNE passou a ser considerado o arcabouço do Sistema Nacional de Educação - SNE, servindo também de base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais.

A principal fonte de dados para o conteúdo dos indicadores utilizados no capítulo é o módulo anual de educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, que, desde 2010, é realizado no 2º trimestre de cada ano. Recursos são também, para fins de comparação internacional, as informações disponíveis na base de dados de indicadores da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas (United Nations - UN), e na publicação Education at a Glance, relatório anual elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organization for Economic Co-operation and Development - OECD), que reúne indicadores educacionais dos países membros e parceiros.

O capítulo está dividido em cinco capítulos. O primeiro apresenta indicadores de frequência escolar, ao passo que o segundo focaliza a distribuição dos estudantes nas redes pública e privada de ensino. O terceiro capítulo trata indicadores de nível de instrução e analfabetismo de população. Por fim, os dois últimos apresentam análises com enfoque na juventude.



Fonte: IBGE, 2021.

Quanto ao conteúdo, a SIS 2020 se apresenta como o resultado de uma evolução ocorrida nas temáticas e na profundidade das abordagens:

Nestes mais de 20 anos de existência, a SIS evoluiu não apenas em tamanho, com capítulos mais robustos e analíticos, mas especialmente pela incorporação de distintos temas que compõem o campo social e que demandam, portanto, a atenção da sociedade e de usuários de informações sociais. A progressiva inclusão de novos indicadores, a diversificação das formas de apresentação de resultados (com ênfase em diferentes recortes regionais e sociodemográficos) e a proposição de novos temas evidenciam a adequação desta publicação as questões concernentes ao campo social debatidas na atualidade (IBGE, 2020b, p. 8).

A *SIS 2020* é dividida em três capítulos: Estrutura econômica e mercado de trabalho (38 páginas); Padrão de vida e distribuição de renda (36 páginas); e Educação (26 páginas). É um conteúdo extenso, o que de certo modo pode dificultar a disseminação via veículos jornalísticos.

O primeiro recorte, Estrutura econômica e mercado de trabalho, relaciona a dinâmica desse mercado com o comportamento da economia brasileira entre 2012 e 2019, ressaltando suas desigualdades estruturais, sobretudo aquelas evidenciadas pelo desemprego e a informalidade incidentes nos grupos populacionais considerados mais vulneráveis – pretos ou pardos, mulheres e jovens. Aspectos relacionados à desocupação, à subutilização da força de trabalho e ao trabalho intermitente, entre outros, são ressaltados como forma de qualificar as características estruturais do mercado de trabalho brasileiro.

O segundo recorte, Padrão de vida e distribuição de renda, aborda as desigualdades a partir de indicadores de distribuição de rendimento, acesso a bens e serviços relacionados a condições de moradia, e pobreza monetária. Dispondo de uma série que abarca o período de 2012 a 2019, o capítulo reúne indicadores para mensuração da desigualdade de renda, tais como o índice de Gini, o índice de Palma e razões de rendimentos, e apresenta os resultados segundo diferentes metodologias de cálculo da pobreza.

O terceiro recorte, por fim, trata da Educação, tomando como parâmetros as metas e estratégias adotadas pelo Plano Nacional da Educação (PNE). Para tal, são utilizadas estatísticas sobre frequência escolar, distribuição da população nas redes pública e privada de ensino, nível de instrução e analfabetismo, com ênfase nas desigualdades entre os grupos populacionais, contemplando, especialmente, o ano de 2019. O capítulo contém, ainda, análises centradas na juventude, sobretudo nos jovens que não estudam.

A publicação é ilustrada com tabelas e gráficos para diferentes desagregações territoriais. Esse conjunto de informações também está disponibilizado no portal do IBGE na Internet, com tabelas (nos formatos XLSX e ODS) que incluem os indicadores presentes no volume impresso, além de outros, adicionais, com seus respectivos coeficientes de variação.

A principal fonte de informação para a implementação dessas análises é a *PNADC*, realizada pelo IBGE. Outras estatísticas do Instituto são também aplicadas em complemento, como as do Sistema de Contas Nacionais (SCN), além de

registros do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia. Indicadores disponibilizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) proporcionam comparações entre países.

A sistematização desses indicadores atende a recomendações internacionais e contribui para a compreensão das modificações nos perfis demográfico, social e econômico da população, possibilitando, assim, o monitoramento de políticas sociais e a disseminação de informações relevantes para toda a sociedade brasileira.

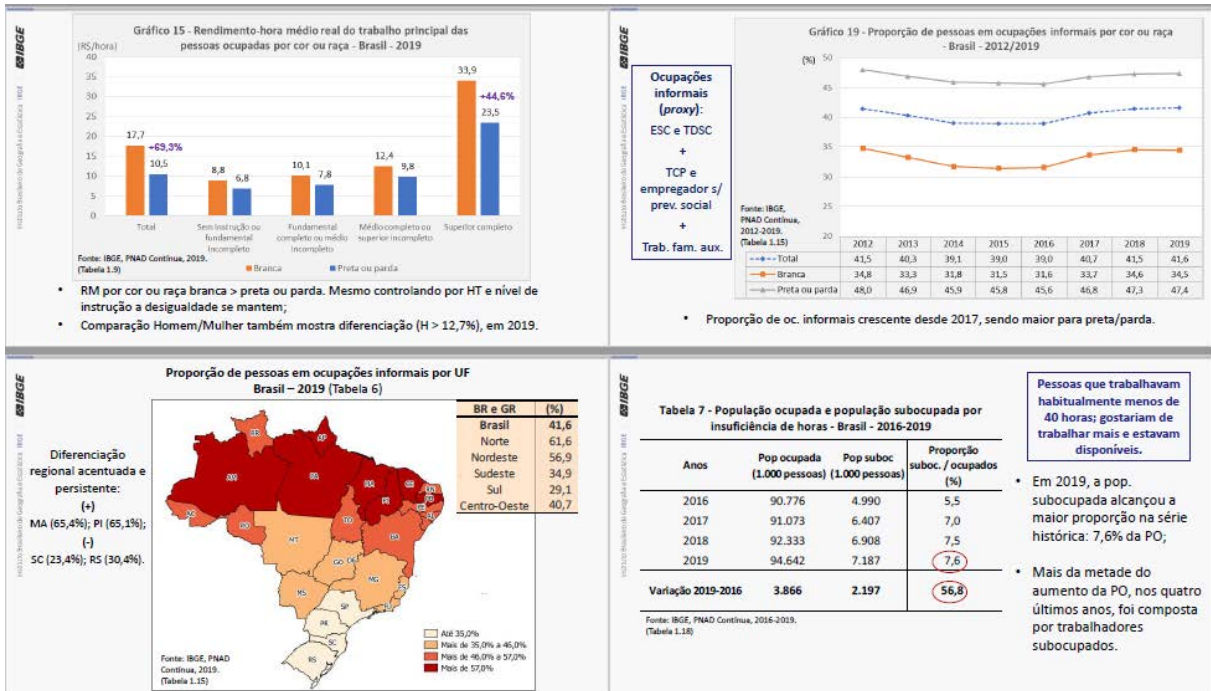
#### 6.1.1 Divulgação da SIS pela Agência IBGE Notícias

Não tivemos acesso à reunião *online* de embargo, realizada em 10 de novembro de 2020, mas participamos da coletiva *online* iniciada às 10h de 12 de novembro. Apenas jornalistas que entraram em contato previamente com a assessoria de imprensa obtiveram o link para participar da coletiva.

Observou-se pouca interação dos jornalistas com os técnicos durante a coletiva. Isso não é incomum quando se realiza anteriormente a reunião de embargo, mas foi possivelmente reforçado pelo meio virtual em vez de presencial. Foi utilizada uma apresentação *PowerPoint* com 48 slides.



Figura 9 – Slides da apresentação PowerPoint sobre a SIS



Fonte: IBGE, 2020.

Houve interrupção para se esclarecer a dúvida de um jornalista, prontamente respondida. Os técnicos em seguida pediram que as perguntas fossem feitas somente no final, mas nenhum jornalista se manifestou após a apresentação, que teve quase duas horas de duração.

A Agência IBGE Notícias disponibilizou um release (íntegra no Anexo A) e duas notícias (íntegra nos Anexos B e C) sobre a SIS 2020, além da apresentação PowerPoint (convertida para PDF) e cinco comentários nos formatos áudio e vídeo de analistas do IBGE sobre capítulos da pesquisa: trabalho (capítulo 1) foi abordado por João Hallak Neto (gerente da pesquisa) e Luanda Botelho, renda (capítulo 2) por Barbara Cobo e educação (capítulo 3) por Luanda Botelho e Bruno Perez. Cada comentário tem duração entre 80 e 130 segundos.

Figura 10 – Imagens de vídeos da Agência de Notícias IBGE sobre a SIS



Fonte: IBGE, 2020.

Os áudios foram extraídos dos vídeos e disponibilizados no formato mp3 (podem ser tocados no player da página ou baixados) com vinheta de quatro segundos reproduzida no início e no final de cada arquivo. Já os vídeos foram disponibilizados na plataforma *YouTube*, sem a possibilidade de baixar diretamente os arquivos, com tela inicial sem áudio que apresenta em quatro segundos o nome da pesquisa, o tema abordado e o nome do técnico. Nos vídeos fica bastante evidente que os técnicos estão lendo algum texto, algo que também pode ser notado nos áudios. A captura de vídeo aparentemente é realizada sem equipamento profissional, possivelmente devido à pandemia (trabalho remoto), o que pode prejudicar um possível uso pelo telejornalismo. Os áudios parecem ter um potencial maior de uso no radiojornalismo, embora basicamente consistam na leitura de sequências de números variados em detrimento de uma análise mais espontânea.

O release foi concebido com o objetivo de auxiliar os jornalistas a formularem suas próprias matérias e busca resumir a pesquisa como um todo. Destacou no título o tema da pobreza (Síntese de Indicadores Sociais: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população).

Figura 11 – Release da Agência de Notícias IBGE sobre a SIS

**AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS**

Home Notícias Releases Comunicados Minuto IBGE Próximas divulgações Acervo

## Síntese de Indicadores Sociais: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população

editoria: **Estatísticas Sociais**

12/11/2020 10h00 | Atualizado em 12/11/2020 17h21

Os resultados utilizam dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2012 a 2019, entre outras fontes.

De 2018 para 2019, a pobreza medida pela linha de US\$ 5,5 PPC caiu de 25,3% para 24,7% das pessoas. Já a extrema pobreza (US\$1,90 PPC) se manteve em 6,5% da população, em 2018 e em 2019, afetando mais da metade dos nordestinos e 39,8% das mulheres pretas ou pardas.

O índice de Gini (0,543) caiu em relação a 2018 (0,545), mas o país é o nono mais desigual do mundo segundo o Banco Mundial.

Entre 2018 e 2019, a taxa de desocupação caiu de 12% para 11,7%. Porém, a proporção dos desocupados há pelo menos dois anos subiu de 23,5% em 2017 para 27,5% em 2019.

Entre os jovens de 15 a 29 anos de idade, 22,1% não estudavam e não estavam ocupados em 2019. O percentual foi menor que em 2018, em decorrência do aumento do nível de ocupação.

Em 2019, os estados do Nordeste apresentavam mais de ¼ dos jovens de 15 a 29 anos que não estudavam nem estavam ocupados, padrão percebido na série iniciada em 2016.

Entre as mulheres pretas ou pardas de 15 a 29 anos de idade, 32,0% não estudavam e não tinham ocupação em 2019, proporção 2,4 vezes maior que a dos jovens brancos nessa situação (13,2%).

Em 2018, segundo o Caged, mais de 71 mil contratações ocorreram pela forma intermitente no país, representando 0,5% das admissões com carteira assinada. Em 2019, foram mais de 155 mil contratações dessa forma intermitente, ou 1,0% das admissões com carteira.

Quatro em cada dez trabalhadores ocupados estavam na informalidade em 2019. A

**NOTÍCIAS RELACIONADAS**

Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país 12/11/2020

Oito em cada dez jovens que nunca frequentaram escola estavam sem ocupação em 2019 12/11/2020

**ÁUDIOS**

SIS 2020 - Capítulo 1 - Trabalho - João Hallak Neto - Gerente da pesquisa

SIS 2020 - Capítulo 1 - Trabalho - Luanda Botelho - Analista da pesquisa

SIS 2020 - Capítulo 2 - Renda - Barbara Cobo - Analista da Pesquisa

SIS 2020 - Capítulo 3 - Educação - Luanda Botelho - Analista da pesquisa

SIS 2020 - Capítulo 3 - Educação - Bruno Perez - Analista da Pesquisa

**VÍDEOS**

Destaques - SIS 2020 - Capítulo 1 - Trabalho - João Hallak Neto - Gerente da pesquisa

Destaques - SIS 2020 - Capítulo 1 - Trabalho - Luanda Botelho - Analista da pesquisa

Destaques - SIS 2020 - Capítulo 2 - Renda - Barbara Cobo - Analista da pesquisa

Destaques - SIS 2020 - Capítulo 3 - Educação - Bruno Perez - Analista da Pesquisa

Destaques - SIS 2020 - Capítulo 3 - Educação - Luanda Botelho - Analista da pesquisa

**DOCUMENTOS**

Apresentação - SIS 2020

Tabelas - SIS 2020

Publicação - SIS 2020

Fonte: IBGE, 2020.

Somente o corpo do texto possui 26.578 caracteres (espaços inclusos), excluindo título, créditos, os quatro gráficos e a única tabela. É o equivalente a 19

laudas jornalísticas, considerando o padrão adotado pela FENAJ (lauda com 1.400 caracteres), algo consideravelmente longo.

O release abrange uma introdução de 3.158 caracteres que resume todo o texto, que é organizado em 28 textos menores com os seguintes subtítulos:

*Em 2019, Pará tinha a maior proporção de trabalhadores informais (67,9%)*

*Taxa de desocupação diminuiu em 2019*

*Branços ganham em média 69,3% mais do que pretos e pardos pela hora trabalhada*

*Comparado aos países da OCDE, Brasil tinha uma das maiores proporções de desocupação de longo prazo*

*Contrato intermitente dobra em 2019 e chega a 13% dos novos empregos com carteira*

*Índice de Gini cai em 2019, mas Brasil ainda é o nono país mais desigual do mundo*

*Maranhão continua com os menores rendimentos per capita médio e mediano do país*

*Benefícios como Bolsa Família e BPC respondem por 1/3 do rendimento de 12% da população*

*Em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população*

*Mulheres pretas ou pardas são 39,8% das pessoas extremamente pobres*

*11,5% da população residiam em domicílios sem documentos de comprovação de propriedade*

*Em 2019, apenas 26,1% da população da Região Norte foram atendidos por esgotamento por rede coletora ou pluvial*

*Posse de motocicleta é mais frequente entre a população com menor rendimento*

*Frequência escolar bruta aumenta em quase todos os grupos de idade*

*Frequência escolar das crianças de 0 a 5 anos melhora, em 2019, mas ainda está longe da meta*

*Frequência escolar líquida avança mais rápido que a bruta para grupos de 11 a 17 anos*

*Amapá, Santa Catarina e DF já ultrapassaram meta de Tafel do Ensino Superior em 2019*

*Jovem branco tem duas vezes mais chance de frequentar ou já ter concluído o ensino superior*

*Apenas o Sudeste chegou à média de 12 anos de estudo prevista na meta do PNE*

*Seis em cada dez estudantes da rede pública de ensino médio são pretos ou pardos*

*Mais de 50% dos alunos do ensino superior estavam nas faixas de maior rendimento*

*Apenas 4,5% das pessoas com 25 anos ou mais de idade frequentam escola*

*Quase metade das pessoas com mais de 25 anos no Nordeste não têm instrução ou não completaram o ensino fundamental*

*Taxa de analfabetismo das pessoas de 65 anos ou mais de idade é 37,1% no quinto mais baixo de rendimento*

*Proporções de jovens sem nível superior completo que não estudavam é maior entre homens pretos ou pardos*

*Mulheres interromperam os estudos para afazeres domésticos e cuidado de pessoas 13 vezes mais do que homens*

*No Nordeste, ¼ dos jovens não estudavam nem estavam ocupados, em 2019*

*Uma jovem preta ou parda tem 2,4 vezes a chance de um jovem branco de não estudar nem ter ocupação*

Os textos de cada tópico possuem entre 411 e 1.255 caracteres, excluindo títulos, e são estruturados para destacar números variados. O índice de Gini, por exemplo, foi abordado em uma frase do texto introdutório (O índice de Gini (0,543) caiu em relação a 2018 (0,545), mas o país é o nono mais desigual do mundo segundo o Banco Mundial) e em um tópico de 902 caracteres:

**Índice de Gini cai em 2019, mas Brasil ainda é o nono país mais desigual do mundo**

O índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* foi de 0,543 em 2019, recuando em relação a 2018 (0,545) e aumentando frente a 2015 (0,524), o menor índice da série da PNAD Contínua.

A região Sul tinha a menor desigualdade de rendimentos (0,467 em 2019). O Nordeste apresentou o maior crescimento percentual do indicador entre 2012 e 2019 (2,4%) e foi a única região onde o Gini cresceu, entre 2018 e 2019, passando de 0,545 para 0,559. Três capitais nordestinas se destacaram como as mais desiguais: Recife (0,612), João Pessoa (0,591) e Aracaju (0,581). A única capital a ficar abaixo do patamar de 0,500 foi Goiânia, com Gini de 0,468.

De acordo com dados do Banco Mundial para o relatório *World Development Indicators*, o Brasil permanece como um dos mais desiguais do mundo quando se trata da distribuição de renda entre seus habitantes, sendo o nono país mais desigual do mundo nessa avaliação.

O release não explica o que seria o índice de Gini, talvez partindo do princípio de que o leitor já detém esse conhecimento. Podemos encontrar a definição na publicação completa:

O índice de Gini é uma medida numérica que representa o afastamento de uma dada distribuição de renda (Curva de Lorenz) da linha de perfeita igualdade, variando de “0” (situação onde não há desigualdade) e “1” (desigualdade máxima, ou seja, toda a renda apropriada por um único indivíduo) (IBGE, 2020b, p. 8).

O que se percebe é que o release foi concebido com a intenção de elaborar um panorama completo de toda a publicação. O resumo tem utilidade para jornalistas que pretendem elaborar suas próprias matérias a partir da pesquisa, mas acaba se tornando truncado ao condensar um volume imenso de conteúdo e se distancia de um texto mais jornalístico, por assim dizer. Sob o ponto de vista da divulgação jornalística, poderia ser recomendável dividir o conteúdo da *SIS* em volumes temáticos menores divulgados em mais de um dia.

Além do release, a Agência de Notícias publicou duas notícias sobre a *SIS 2020*.

## Figura 12 – Notícias da Agência de Notícias IBGE sobre a SIS

**Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país**

**Resumo**

- Um dos principais indicadores do mercado de trabalho, a taxa de desocupação foi, em 2019, de 9,3%, para brancos, e 13,6% para pretos ou pardos.
- Entre as pessoas ocupadas, o percentual de pretos ou pardos em ocupações informais chegou a 47,4%, enquanto entre os trabalhadores brancos foi de 34,5%.
- A população ocupada de cor ou raça branca ganhava em média R\$ 73,49 mais do que a preta ou parda. Em valores, significava uma renda mensal de trabalho de R\$ 2.884 frente a R\$ 1.663.
- O rendimento-hora de brancos com nível superior era de R\$ 33,90, enquanto pretos e pardos com o mesmo nível de instrução ganhavam R\$ 23,50 por hora trabalhada.
- Entre as pessoas abaixo das linhas de pobreza, 70% eram de cor preta ou parda. A pobreza afetou mais as mulheres pretas ou pardas: 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres.
- 45,2 milhões de pessoas residiam em 14,2 milhões de domicílios com algum tipo de inadequação. Desta população, 13,5 milhões eram de cor ou raça branca e 31,3 milhões pretos ou pardos.

**Oito em cada dez jovens que nunca frequentaram escola estavam sem ocupação em 2019**

**Resumo**

- Quanto mais cedo abandonaram os estudos, maiores são as chances de jovens ficarem sem ocupação.
- A proporção de jovens que não estão ocupados nem estudam reduziu de 23,0% em 2018, para 22,1%, em 2019.
- Estados do Nordeste têm maior proporção de jovens nessa situação.
- Uma jovem preta ou parda tem 2,4 vezes mais chances de não estar estudando nem estar ocupada do que um jovem branco.
- 42,8% dos jovens nessa situação tinham renda domiciliar por capita de até R\$ 353,56.
- Frequência escolar avanço em todas as faixas etárias, sem destaque para crianças que estão no creche.

Fonte: IBGE, 2020.

Uma delas (Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país) é introduzida por um resumo com seis tópicos (1.007 caracteres) com números que sustentam a afirmação do título:

- Um dos principais indicadores do mercado de trabalho, a taxa de desocupação foi, em 2019, de 9,3%, para brancos, e 13,6% para pretos ou pardos.
- Entre as pessoas ocupadas, o percentual de pretos ou pardos em ocupações informais chegou a 47,4%, enquanto entre os trabalhadores brancos foi de 34,5%.
- A população ocupada de cor ou raça branca ganhava em média R\$ 73,49 mais do que a preta ou parda. Em valores, significava uma renda mensal de trabalho de R\$ 2.884 frente a R\$ 1.663.
- O rendimento-hora de brancos com nível superior era de R\$ 33,90, enquanto pretos e pardos com o mesmo nível de instrução ganhavam R\$ 23,50 por hora trabalhada.
- Entre as pessoas abaixo das linhas de pobreza, 70% eram de cor preta ou parda. A pobreza afetou mais as mulheres pretas ou pardas: 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres.
- 45,2 milhões de pessoas residiam em 14,2 milhões de domicílios com algum tipo de inadequação. Desta população, 13,5 milhões eram de cor ou raça branca e 31,3 milhões pretos ou pardos.

O corpo do texto que se segue (4.630 caracteres) expande os temas e conta com definições dos conceitos utilizados e citações entre aspas de técnico do IBGE, como exemplificado no trecho a seguir que trata sobre o segundo tópico (informalidade):

Um dos principais indicadores do mercado de trabalho, a taxa de desocupação foi, em 2019, de 9,3%, para brancos, e 13,6% para pretos ou pardos. Entre as pessoas ocupadas, o percentual de pretos ou pardos em ocupações informais chegou a 47,4%, enquanto entre os trabalhadores brancos foi de 34,5%. O resultado reflete a maior participação dos pretos e pardos em trabalhos característicos da informalidade, como por exemplo atividades agropecuárias, que tinha 62,7% de ocupados pretos ou pardos, construção, com 65,2%, e serviços domésticos, 66,6%.

“A informalidade para pretos ou pardos é uma característica histórica, que percebemos em todos os anos da série da Pnad Contínua, que se inicia em 2012 e vai até 2019. É um grupo que requer atenção, é um grupo mais vulnerável, que não vai poder ter aposentadoria por tempo de serviço, que não tem direito a licenças remuneradas por afastamento por motivo de saúde ou licença gestante, então são mais vulneráveis em termos de pessoal ocupado”, explica o coordenador da SIS, João Hallak.

A definição de informalidade utilizada na Síntese é recomendada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e inclui cinco modalidades de posição na ocupação: empregado sem carteira, trabalhador doméstico sem carteira, conta própria não contribuinte, empregador não contribuinte e trabalhador familiar auxiliar.

O texto prossegue tratando sobre rendimento e se encadeando com o tema abordado logo antes (informalidade afeta a renda). É um texto mais coeso e fluido que o do release, já que se ocupa de um tema mais fechado, utilizando os números para contar a informação de modo mais integrado e claro. A notícia conta ainda com uma foto legendada e três infográficos.

Com estrutura semelhante, a outra notícia (Oito em cada dez jovens que nunca frequentaram escola estavam sem ocupação em 2019) é introduzida por um resumo com seis tópicos (575 caracteres) seguido por um texto (4.980 caracteres) com uma foto legendada e dois infográficos.

A notícia busca contextualizar os números, conforme exemplificado neste trecho:

Segundo Luanda Botelho, a diferença entre homens e mulheres vem, sobretudo, do acesso ao mercado de trabalho. “Embora sejam mais escolarizadas que os homens, as mulheres enfrentam dificuldades na transição para o mercado de trabalho, porque muitas delas são responsáveis pelos afazeres domésticos e os cuidados de outras pessoas. Elas também encontram dificuldades mesmo estando na força de trabalho, com maior taxa de desocupação”, explicou.



As duas notícias são matérias jornalísticas voltadas para um público mais amplo. O foco em temas mais específicos resultou em textos mais curtos, explicativos e palatáveis. O uso de citações diretas de técnicos é uma das inovações implementadas após a formação da Agência de Notícias (2017) e certamente se constitui em um avanço.

#### 6.1.2 Divulgação da SIS pelos veículos jornalísticos

O IBGE realizou oito divulgações na mesma semana: *Pesquisa Industrial Mensal Regional, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola e Pesquisa de Estoques* na terça-feira (10/11/2020); *Pesquisa Mensal de Comércio* na quarta-feira (11/11/2020); *Pesquisa Mensal de Serviços, Trimestrais do Abate e SIS* na quinta-feira (12/11/2020) e *Sistema de Contas Regionais* na sexta-feira (13/11/2020).

Para esta análise, foram verificadas todas as 3.407 matérias arquivadas pela Linear Comunicação dos dias 12 e 13 de novembro de 2020. Desse total, 637 se relacionavam diretamente com a *Síntese de Indicadores Sociais*, conforme mostra a tabela a seguir:

Quadro 4 – Matérias selecionadas de 12 e 13 de novembro de 2020

	Matérias selecionadas pela empresa de clipagem											
	Valores absolutos				Valores percentuais (em relação ao total por categoria)				Valores percentuais (em relação aos totais do dia)			
	12 de novembro 2020		13 de novembro 2020		12 de novembro 2020		13 de novembro 2020		12 de novembro 2020		13 de novembro 2020	
Categoria	Total IBGE	Apenas SIS	Total IBGE	Apenas SIS	Total IBGE	Apenas SIS	Total IBGE	Apenas SIS	Total IBGE	Apenas SIS	Total IBGE	Apenas SIS
Impresso	168	4	211	55	100,0	2,4	100,0	26,1	9,2	0,9	13,4	27,5
Revista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Televisão	70	19	59	14	100,0	27,1	100,0	23,7	3,8	4,4	3,7	7,0
Rádio	39	7	49	13	100,0	17,9	100,0	26,5	2,1	1,6	3,1	6,5
Site	1.508	389	1.193	108	100,0	25,8	100,0	9,1	82,3	90,7	75,7	54,0
Blog	47	10	63	10	100,0	21,3	100,0	15,9	2,6	2,3	4,0	5,0
<b>Total</b>	<b>1.832</b>	<b>429</b>	<b>1.575</b>	<b>200</b>	<b>100,0</b>	<b>23,4</b>	<b>100,0</b>	<b>12,7</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

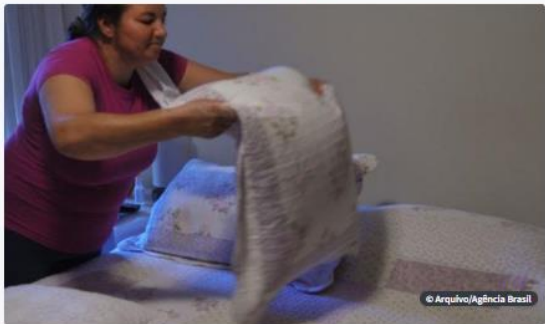
Fonte: nossa autoria.

A íntegra das matérias de Imprensa e Sites citadas a seguir neste tópico está disponibilizada no Anexo D. Foram verificadas todas as 49 matérias arquivadas da categoria Revista do período de 12 a 26 de novembro, mas constatou-se que nenhuma delas abordou a S/S.

Destaca-se o predomínio de matérias publicadas em sites, totalizando 497 matérias sobre a S/S 2020 nos dois dias analisados, sendo que 214 delas são replicações, com pouca ou nenhuma alteração, de cinco matérias produzidas por quatro agências de notícia: *Informalidade atinge 41,6% dos trabalhadores no país em 2019* (da Agência Brasil, publicada em 89 sites); *Índice de jovens que não estudavam nem trabalhavam caiu em 2019* (Agência Brasil, em 67 sites); *Antes da pandemia, Brasil tinha 51,7 milhões abaixo da linha da pobreza, diz IBGE* (Agência Estado, em 32 sites), *Pobreza extrema afeta 13,7 milhões brasileiros, diz IBGE* (Agência Folha, em 14 sites) e *Parcela de pobres no Brasil diminuiu em 2019 para 24,7% da população, diz IBGE* (Agência Reuters, em 12 sites).

A Agência Brasil permite a replicação gratuita de seu conteúdo, desde que citada a fonte, o que provavelmente ajuda a explicar o alto índice de replicação de suas duas reportagens. O corpo do texto *Informalidade atinge 41,6% dos trabalhadores no país em 2019* tem 4.856 caracteres (excluindo título e subtítulos) e aborda informalidade e desigualdades de rendimento. Contém uma citação direta, entre aspas, atribuída ao IBGE e fecha o texto com uma citação indireta atribuída a uma pesquisadora do instituto. Já a matéria *Índice de jovens que não estudavam nem trabalhavam caiu em 2019* tem 2.575 caracteres e trata sobre a relação entre trabalho e estudo e alguns dados complementares sobre educação. Contém citações diretas atribuídas ao IBGE e a dois pesquisadores do instituto.





Figura 13 – Matérias da Agência Brasil sobre a SIS (12/11/2020)



**Economia**

### IBGE: informalidade atinge 41,6% dos trabalhadores no país em 2019


*População preta ou parda estava mais inserida em ocupações informais*

Publicado em 12/11/2020 - 10:02 Por Ana Cristina Campos - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro

A informalidade no mercado de trabalho atingia 41,6% dos trabalhadores do país em 2019, ou 39,3 milhões de pessoas. Entre pessoas ocupadas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, a proporção de informais era de 62,4%, mas de apenas 21,9% entre aquelas com ensino superior completo.





As informações constam da Síntese de Indicadores Sociais, divulgada hoje (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



**Economia**

### Índice de jovens que não estudavam nem trabalhavam caiu em 2019

*Proporção passou de 23% em 2018 para 22,1% no ano passado*

Publicado em 12/11/2020 - 10:03 Por Ana Cristina Campos - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro

No Brasil, a proporção de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudavam nem trabalhavam diminuiu em 2019, passando de 23%, no ano anterior, para 22,1% em decorrência do aumento no nível de ocupação dos jovens.

Os dados estão na Síntese de Indicadores Sociais, divulgada hoje (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o instituto, apesar da melhora, os resultados de 2019 ainda mantiveram o Brasil com proporção de jovens sem estudar e sem ocupação bem acima da média da Organização para

Fonte: AGÊNCIA BRASIL, 2020.

O texto *Antes da pandemia, Brasil tinha 51,7 milhões abaixo da linha da pobreza, diz IBGE*, da Agência Estado, tem 3.929 caracteres e busca traçar um panorama geral das desigualdades de rendimento no país, com ênfase nas diferenças por região, gênero e cor ou raça. Usa uma citação de pesquisadora do Instituto.

Figura 14 – Matéria da Agência Estado sobre a SIS (12/11/2020)

Economia

# Antes mesmo da covid-19, Brasil tinha 51,7 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza

Segundo o IBGE, em 2019, 24,7% da população brasileira sobrevivia com renda mensal máxima de R\$ 436 por pessoa do domicílio; nesse grupo, 13,6 milhões eram considerados extremamente pobres, com renda mensal de R\$ 151

Vinicius Neder, O Estado de S.Paulo

12 de novembro de 2020 | 11h32

RIO - Quando a recessão causada pela **covid-19** atingiu a economia, a partir de março, o mercado de trabalho já estava fragilizado e, no ano passado, 51,742 milhões de brasileiros, ou 24,7% da população, estavam abaixo da linha de pobreza definida pelo **Banco Mundial** para países de

Fonte: ESTADÃO, 2020.

A matéria *Pobreza extrema afeta 13,7 milhões brasileiros, diz IBGE*, da *Agência Folha*, tem 4.312 caracteres e é centrada na questão da pobreza, enfatizando diferenças regionais e e alguns dados por gênero e cor ou raça. Não contém citações.

Figura 15 – Matéria da Agência Folha sobre a SIS (12/11/2020)



**FOLHA DE S.PAULO**

economia > inss bitcoin dólar, empresas e bolsas empreendedorismo impost

## Pobreza extrema afeta 13,7 milhões brasileiros, diz IBGE

Situação vem se mostrando estável desde 2017, após atingir menor patamar em 2014

12.nov.2020 às 13h34

EDIÇÃO IMPRESSA

Ouvir o texto A- A+

**Diego Garcia**

**RIO DE JANEIRO** O Brasil tinha 13,7 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza extrema em 2019. Apesar de o percentual de pessoas nessa condição ter caído em relação a 2018, em termos absolutos, o número se mantém estável na comparação com anos anteriores.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em sua Síntese dos Indicadores Sociais, o contingente representa 6,5% da população brasileira vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia (R\$ 151 por mês, segundo a cotação e a metodologia utilizadas na pesquisa).

Fonte: FOLHA ONLINE, 2020.

Por fim, o texto *Parcela de pobres no Brasil diminuiu em 2019 para 24,7% da população, diz IBGE*, da Agência Reuters, tem 2.793 caracteres e também é focada na pobreza, com informações complementares sobre mercado de trabalho, mas

procura dar um enfoque positivo ao fazer comparações com dados anteriores. Contém citação de pesquisador do IBGE.

Figura 16 – Matéria da Agência Reuters sobre a SIS (12/11/2020)



The screenshot shows the top portion of a news article on the Terra website. At the top left is the Terra logo with a hamburger menu icon. To the right are navigation links for 'PRODUTOS', an email icon, and a user profile icon. The main headline reads 'Parcela de pobres no Brasil diminuiu em 2019, diz IBGE'. Below the headline is a sub-headline: 'Segundo levantamento, criação de empregos informais foi responsável pelo dado'. The author's name, 'Rodrigo Viga Gaier', is displayed with a profile picture. Below the author's name is the publication date and time: '12 nov 2020 15h09 | atualizado às 15h18', and a link to 'ver comentários'. At the bottom of the article preview is an audio player with the text 'Ouvir texto' and a play button, followed by a progress indicator showing '0:00'.

A parcela da população **brasileira** que vivia em situação de **pobreza** caiu em 2019 em relação ao ano anterior a reboque de uma maior criação de **empregos** informais, de acordo com levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**) divulgado nesta quinta-feira.



Mulher recebe cesta básica em favela de Heliópolis, em São Paulo 18/06/2020 REUTERS/Amanda Perobelli  
Foto: Reuters

Fonte: TERRA, 2020.

O que se observa nessas cinco matérias mais replicadas é que a estrutura lembra a das notícias produzidas pela Agência IBGE Notícias. A referência é somente a pesquisa divulgada, com o uso eventual de citações atribuídas a pesquisadores do IBGE ou ao próprio Instituto. Nenhuma delas realiza entrevistas com outras fontes além do próprio IBGE. Também não há uso de personagens que exemplifiquem os dados ilustrados. É possível que a pandemia tenha afetado essas características.

O G1, portal das Organizações Globo que oferece conteúdo com acesso gratuito, publicou em 12 de novembro nove matérias que aprofundavam diferentes dados da SIS 2020: *Em dois anos, dobra o número de contratos de trabalho intermitente no Brasil* (na seção de Economia, com 3.367 caracteres no corpo do texto); *Em 2019, Brasil bateu recorde de desempregados que buscavam por emprego há pelo menos dois anos, aponta IBGE* (em Economia, com 3.643 caracteres); *Extrema pobreza se manteve estável em 2019, enquanto a pobreza teve ligeira queda no Brasil, aponta IBGE* (em Economia, com 4.395 caracteres); *Brasil aumenta o número de crianças em creches e na pré-escola, mas segue distante da meta, diz IBGE* (na seção de Educação, 3.839 caracteres); *Matrículas nas escolas públicas do Ceará cresceram em todas as etapas de ensino, aponta IBGE* (na seção regional do Ceará, com 2.391 caracteres); *IBGE aponta BA como estado brasileiro com maior nº absoluto de pessoas extremamente pobres* (na seção regional da Bahia, com 5.360 caracteres); *Recife tem maior desigualdade entre capitais em 2019 e PE fica em terceiro no país em concentração de renda, diz IBGE* (na seção regional de Pernambuco, com 12.246 caracteres, sendo 2.288 deles dedicados à Pesquisa Mensal de Serviços); *IBGE: Brasil tem quase 52 milhões de pessoas na pobreza e 13 milhões na extrema pobreza* (na seção do *Jornal Nacional*, com 2.569 caracteres) e *Frequentar escola por mais tempo muda chances no mercado de trabalho, mostra pesquisa* (também do *Jornal Nacional*, com 2.529 caracteres).

As três matérias da editoria de Economia só utilizam o IBGE como fonte. Duas dessas matérias usam citações atribuídas ao IBGE e a restante apresenta citação atribuída a um pesquisador do Instituto.


Figura 17 – Matérias de economia do G1 sobre a SIS (12/11/2020)

**g1 ECONOMIA**  
CONCURSOS E EMPREGO

### Em dois anos, dobra o número de contratos de trabalho intermitente no Brasil

Modalidade de contratação foi instituída em 2017 com a Reforma Trabalhista. Em 2018, primeiro ano de vigência, trabalho intermitente representou 0,5% das contratações com carteira assinada; já em 2019, 1%.

Por Daniel Silveira, G1 — Rio de Janeiro  
12/11/2020 10h00 · Atualizado há um ano



Em 2019, número de contratos intermitentes no Brasil superou em mais que o dobro o registrado um ano antes, quando nova lei entrou em vigor. — Foto: Carteira de Trabalho, em imagem de arquivo.

Dados divulgados nesta quinta-feira (12) pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** mostram que, em dois anos, dobrou o número de trabalhadores contratados sob a modalidade de trabalho intermitente no Brasil. A Região Nordeste lidera, em proporção, esse tipo de contratação.


- Reforma trabalhista completa 3 anos; veja os principais efeitos

**g1 ECONOMIA**

### Em 2019, Brasil bateu recorde de desempregados que buscavam por emprego há pelo menos dois anos, aponta IBGE

Indicador aumentou seguidamente desde 2016. Mulheres e idosos são os mais afetados.

Por Daniel Silveira, G1 — Rio de Janeiro  
12/11/2020 10h00 · Atualizado há um ano



Dados do IBGE demonstram que quanto maior o tempo de espera na fila do desemprego, maior a dificuldade em conseguir reconexão. — Foto: Silveira/Oliveira/Agência


A lenta recuperação do mercado de trabalho tem reflexo no tempo de procura por emprego. Dados divulgados nesta quinta-feira (12) pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** referentes a 2019 mostram que, apesar da ligeira queda no desemprego, bateu recorde a proporção de pessoas que buscavam por nova oportunidade de trabalho há pelo menos dois anos.

**g1 ECONOMIA**

### Extrema pobreza se manteve estável em 2019, enquanto a pobreza teve ligeira queda no Brasil, aponta IBGE

País não foi capaz de reduzir o contingente de mais de 13,6 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da extrema pobreza. Trabalho informal pode ter contribuído para reduzir em cerca de 800 mil o número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza.

Por Daniel Silveira, G1 — Rio de Janeiro  
12/11/2020 10h00 · Atualizado há um ano



Uma de 13,6 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de extrema pobreza, mais de metade deles, no Nordeste. — Foto: Reprodução/IN

Um levantamento divulgado nesta quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que o Brasil não conseguiu amenizar a extrema pobreza no último ano. Todavia, o trabalho informal pode ter contribuído para reduzir o contingente de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza.

- Em dois anos, dobra o número de contratos de trabalho intermitente no Brasil
- Em 2019, Brasil bateu recorde de desempregados que buscavam por emprego há pelo menos dois anos, aponta IBGE

Fonte: G1, 2020.



A matéria da seção de Educação apresenta informações atribuídas à *PNAD* (que é a fonte básica dos dados da *SIS*) e não apresenta citações.

Figura 18 – Matéria de educação do G1 sobre a SIS (12/11/2020)



**Brasil aumenta o número de crianças em creches e na pré-escola, mas segue distante da meta, diz IBGE**

Entre 2016 e 2019, taxa de frequência escolar de alunos de 0 a 3 anos subiu de 30,4% para 35,6%. Meta do Plano Nacional de Educação (PNE) é atingir 50% até 2024.

Por G1  
12/11/2020 10h00 - Atualizado há um ano

Escola na zona Oeste de São Paulo — Foto: Celso Teixeira/G1

De 2016 a 2019, a parcela de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches saltou de 30,4% para 35,6%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada nesta quinta (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fonte: G1, 2020.

As três matérias regionais do *G1* não usam citações, sendo que a de Pernambuco explora um volume maior de conteúdo, enquanto as outras duas são mais focadas em temas específicos (educação no Ceará e pobreza na Bahia). Também só utilizam informações do IBGE, sem recorrer a outras fontes.


Figura 19 – Matérias regionais (CE, BA e PE) do G1 sobre a SIS (12/11/2020)

**g1** CEARÁ

### Matrículas nas escolas públicas do Ceará cresceram em todas as etapas de ensino, aponta IBGE

No Ceará, mais de 80% dos alunos do ensino fundamental e médio, em 2019, estavam em escolas públicas. Dados se referem ao período de 2016 até o ano passado.

Por **Thaísany Nascimento**  
12/11/2020 10h41 - Atualizado há um ano



Em 2019, de cada 100 alunos matriculados no ensino médio no Ceará, 91 estavam na rede pública. — Foto: Natário Rodrigues/SVM


Dados da Síntese de Indicadores Sociais de 2019, divulgada nesta quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelaram que, entre 2016 e 2019, as escolas públicas do Ceará, se comparadas às unidades particulares, tiveram aumento no número de matrículas em todas as etapas de educação básica.

**g1** BAHIA

### IBGE aponta BA como estado brasileiro com maior nº absoluto de pessoas extremamente pobres

Além disso, pesquisa diz que o estado é o segundo no número de pobres. Em 2019, 4 em cada 10 moradores do estado estavam abaixo da linha da pobreza, com renda domiciliar per capita menor que R\$ 428, e pouco mais de 1 em cada 10 com renda menor que R\$ 148.

Per **G1 BA**  
12/11/2020 12h31 - Atualizado há um ano



IBGE aponta BA como estado brasileiro com maior nº absoluto de pessoas extremamente pobres.

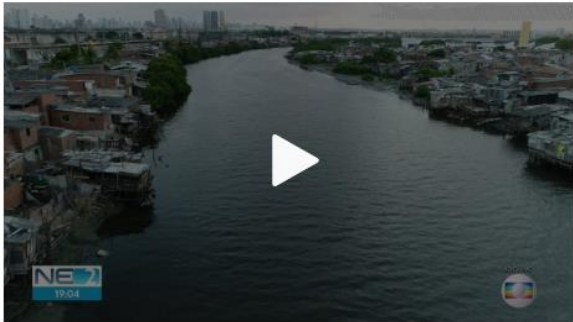
Um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado nesta quinta-feira (12), apontou que, em 2019, a Bahia possuía, em números absolutos, a maior quantidade de pessoas extremamente pobres e a segunda maior de pobres.

**g1** PERNAMBUCO

### Recife tem maior desigualdade entre capitais em 2019 e PE fica em terceiro no país em concentração de renda, diz IBGE

Síntese de Indicadores Sociais (SIS) foi divulgada nesta quinta-feira (12). Capital pernambucana não ocupava essa posição desde 2016. Estado ficou atrás de Sergipe e Roraima.

Per **G1 PE**  
12/11/2020 18h48 - Atualizado há um ano



Recife é capital mais desigual do Brasil, diz IBGE.

Um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado nesta quinta (12), apontou o Recife como a capital brasileira com maior índice de desigualdade, em 2019. Pernambuco apareceu, no mesmo período, como o terceiro estado do país com maior concentração de renda (veja vídeo acima).

Fonte: G1, 2020.

As duas matérias do *G1* baseadas no *Jornal Nacional* (um dos principais telejornais do país, exibido pela *TV Globo*) basicamente resumem as reportagens do telejornal, que exploram a pesquisa de forma bem diferenciada das matérias citadas até agora. Não são utilizados recursos como infográficos ou mesmo fotos no site,

mas os vídeos do *Jornal Nacional* são disponibilizados nas matérias do G1 logo após seus respectivos títulos.

Figura 20 – Matérias do Jornal Nacional no G1 sobre a SIS (12/11/2020)

**Frequentar escola por mais tempo muda chances no mercado de trabalho, mostra pesquisa**

O IBGE pesquisou a situação dos brasileiros de 15 a 29 anos e confirma: quanto mais cedo os jovens abandonam a escola, maior o risco de ficarem sem emprego. Dos que estudaram até os 14 anos, praticamente metade estava desempregada em 2019.

Por Jornal Nacional  
12/11/2020 22h09 · Atualizado há um ano

**IBGE: Brasil tem quase 52 milhões de pessoas na pobreza e 13 milhões na extrema pobreza**

A situação é mais crítica no Maranhão, que tem um a cada cinco moradores na indigência.

Por Jornal Nacional  
12/11/2020 22h03 · Atualizado há um ano

IBGE aponta relação entre quantos anos que jovens frequentaram escola e chances de emprego.

Pesquisa do IBGE mostra como frequentar a escola por mais tempo muda as chances de um jovem no mercado de trabalho.

O Cristian entrega currículo há pelo menos dois anos, mas ele sabe o que está atrapalhando.

IBGE: Brasil tem quase 52 milhões de pessoas na pobreza e 13 milhões na extrema pobreza.

O IBGE divulgou nesta quinta (12) um retrato das condições sociais do país em 2019. Quase 52 milhões de brasileiros vivem na pobreza.

Desigualdade: uma praga que assola o Brasil desde sempre e que criou raízes profundas.

Fonte: G1, 2020.

O vídeo da matéria *IBGE: Brasil tem quase 52 milhões de pessoas na pobreza e 13 milhões na extrema pobreza* (3 minutos e 15 segundos de duração) mostra algumas das condições enfrentadas pela entrevistada Andressa Nascimento, faxineira desempregada de 23 anos (a matéria não revela a cidade onde ela mora). Quando chove, ela, o marido e seus quatro filhos se vêem obrigados a dormir em cima de um estrado porque a casa alaga. Números relacionados à pobreza no país são apresentados e contextualizados com infográficos animados. Écio Costa, professor de economia da UFPE, comenta sobre dificuldade para se reverter as disparidades. No vídeo, o repórter alterna entre uma região rica (Leblon) e outra pobre (Jardim Maravilha) do Rio de Janeiro para ilustrar os contrastes. Outros números são mostrados junto a imagens que ilustram a pobreza. A matéria é encerrada mostrando a entrevistada Alteliene Amorim Rodrigues, desempregada que vive em uma palafita, sem água encanada ou banheiro, em São Luís do Maranhão (Unidade da Federação com maior percentual de indigência).

Figura 21 – Imagens de matéria do Jornal Nacional sobre desigualdade (12/11/2020)



Fonte: TV GLOBO, 2020.

Já o vídeo da matéria *Frequentar escola por mais tempo muda chances no mercado de trabalho, mostra pesquisa* (2 minutos e 40 segundos), que foi exibida em seguida no *Jornal Nacional*, é focada em educação e trabalho. Também são entrevistados personagens para ilustrar os dados divulgados. Cristian Campos Chaves, 18 anos, largou o ensino médio para tentar conseguir trabalho, mas está desempregado há dois anos. Sua mulher Paula Guimarães de Oliveira, de 27 anos, não completou o nível fundamental e também está desempregada. A família, que também abrange uma filha de Paula, depende de ajuda para sobreviver. Teresa Pontual, gerente-executiva da CEIPE/FGV, é entrevistada e faz uma análise sobre o ensino médio. Números são exibidos junto com imagens e devidamente explicados.

Figura 22 – Imagens de matéria do Jornal Nacional sobre educação e trabalho (12/11/2020)



Fonte: TV GLOBO, 2020.

Em suma, as duas matérias do *Jornal Nacional* conseguem contextualizar com clareza alguns dos principais dados dos três capítulos da *SIS 2020*. Ao contrário das principais matérias de sites examinadas anteriormente, as reportagens se valem de depoimentos de especialistas de fora do IBGE e de personagens que ilustram o drama gerado pela desigualdade, gerando aprofundamento e empatia, com bom uso de imagens ilustrativas. O texto das matérias no *G1* funciona praticamente como chamada para os vídeos, que talvez nem sejam visualizados por muitos usuários com restrições de acesso à internet (pacotes limitados de dados para celulares, por exemplo).

A matéria do *Jornal Hoje* (telejornal vespertino da TV Globo) também exibida no dia da divulgação da *SIS* (12/11/2020) tem duração de 5 minutos e 11 segundos. A estrutura é parecida, com números e infográficos exibidos com imagens ilustrativas, entrevistas ilustrando situações de pobreza (três moradores da cidade de Queimados, no Rio de Janeiro, em situação de pobreza extrema) e um comentário de Marcelo Neri, economista da FGV.

Figura 23 – Imagens de matéria do Jornal Hoje sobre a SIS (12/11/2020)



Fonte: TV GLOBO, 2020.

A *GloboNews* (canal por assinatura das Organizações Globo que exhibe apenas jornalismo) se destaca no volume de tempo de exibição sobre a SIS em alguns de seus telejornais exibidos ao longo do dia: *Jornal GloboNews 10h* (10 minutos e 58 segundos), *Jornal GloboNews 16h* (5 minutos e 8 segundos), *Jornal GloboNews 18h* (3 minutos e 53 segundos), *GloboNews em Pauta* (7 minutos e 1 segundo) e *Jornal das Dez* (2 minutos e 56 segundos). Ou seja, o canal dedicou mais de meia hora de sua grade para a pesquisa.

Figura 24 – Imagens de matérias da GloboNews sobre a SIS (12/11/2020)



Fonte: GLOBONEWS, 2020.

Todas as matérias analisadas da *GloboNews* são mais focadas na desigualdade de renda e apresentam diversos números por meio de infográficos. O *Jornal GloboNews 10h* entrevistou Bárbara Cobo, gerente da pesquisa (creditada como economista do IBGE), e a catadora Jocimar Figueiredo, que ilustrou algumas das dificuldades enfrentadas pelos mais pobres. O *Jornal GloboNews 16h* repete um trecho da entrevista com Jocimar, mas não há fala de especialista. Já no *Jornal GloboNews 18h* há a análise de Daniel Teixeira, diretor do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, que tratou sobre dificuldades encontradas por pessoas negras no mercado de trabalho.

O *GloboNews em Pauta* entrevistou um casal que vive em situação de pobreza extrema. Em seguida, dois colunistas comentaram resultados da pesquisa: Flávia Oliveira (que enfatizou dados sob a ótica da cor ou raça) e Carlos Alberto Sardenberg (fez uma análise sobre impactos econômicos da pandemia e a

relevância do programa social Bolsa Família). Por fim, o *Jornal das Dez* apresenta trechos das entrevistas anteriores de Jocimar Figueiredo e Daniel Teixeira, além de uma breve análise feita por Marcelo Neri, pesquisador da FGV.

As notícias de rádio registradas não apresentaram maiores inovações. Limitaram-se a apresentar os principais números da pesquisa, especialmente os relacionados à pobreza, com eventuais análises de pesquisadores ou colunistas.

A matéria mais longa de rádio é da *CBN Brasil* (12/11/2020), duração de 6 minutos e 45 segundos, na qual a colunista Miriam Leitão faz uma análise detalhada sobre os dados relacionados à pobreza da *SIS* (referentes a 2019) e seu provável agravamento ao longo de 2020 com a pandemia. Na mesma data, a *CBN São Paulo* fez uma matéria com maior variedade de análise. Com duração de 3 minutos e 30 segundos, ela apresenta números variados e depoimentos analíticos de Kátia Maia (diretora executiva da ONG Oxfam do Brasil, defendeu a criação de políticas públicas para diminuir as desigualdades raciais e de gênero), de João Hallak (pesquisador do IBGE, falou sobre trabalho informal) e Marcelo Neri (presidente do Centro de Políticas Sociais da FGV, fez uma projeção sobre impactos da pandemia na pobreza).

O programa *Primeira Hora da Rádio Bandeirantes* AM de São Paulo divulgou em 13 de novembro 2020 a única matéria radiojornalística com o depoimento de uma “personagem”, uma confeitadeira que trabalha sem carteira assinada. Com duração de 1 minuto e 43 segundos, a matéria apresenta alguns dos principais números sobre pobreza e informalidade, além da breve fala de uma pesquisadora do IBGE, que apenas cita um dos números da pesquisa.

Não houve grandes destaques no jornalismo impresso de 13 de novembro de 2020, data seguinte à da divulgação da pesquisa. O *Globo* fez uma chamada de três linhas na capa com o título *Moradia precária afeta 20%*, que remete para as páginas 26 e 27. Na página 26, a matéria *Pesquisa mostra que 45,3 milhões vivem em casas precárias* ocupa metade de uma página e apresenta foto de uma mulher em um barraco com a legenda “Falta de estrutura. Maria da Glória vive em uma habitação de um cômodo com dois familiares, no Morro da Babilônia”. Ela é entrevistada na reportagem e conta que improvisou a moradia após a prefeitura derrubar sua casa anterior por estar em área de risco. O texto também aborda os “nem-nem”, parcela da população que não trabalha e nem estuda, e desigualdades de raça e gênero. Contém citações dois pesquisadores do IBGE (Bruno Perez e Luanda Botelho) e de Naércio Menezes Filho (especialista em políticas públicas e professor do Instituto de Ensino e Pesquisa –



Inspere). A matéria é complementada pelos textos *Brasil é o nono mais desigual do mundo, diz IBGE* (página 27, sem citações) e *Jovem Branco tem duas vezes mais chance de chegar à universidade* (página 28, com uma citação de Luanda Botelho).

Figura 25 – Páginas do jornal O Globo sobre a SIS (13/11/2020)

**Neymar: Atacante é cortado e destaca seleção nas Eliminatórias da Copa. Brasil pega Venezuela logo**

**Prêmio Multishow: Festa em seis palcos teve Ivete como melhor cantora**

**O GLOBO**

**PANDEMIA**  
**País tem alta de casos de Covid em Rio, SP e mais nove capitais**  
Ficou só risco de segunda onda em oito cidades de Norte e Nordeste e em Florianópolis

**RELEVO: 2020**  
**Suspeita de ligação com o crime atinge 31 candidatos**

**RELEVO: 2020**  
**Datafolha mostra que subiu rejeição a Bolsonaro**

**Fato ou Fake? Lang e robô para combater fake news**

**ANISA: Bolsonaro indica outro militar**

**Questão adulta estremece auxílios**

**Merenda precariza até 30%**

**ESQUENTA BLACK FRIDAY CAOA CHERY**  
OFERTAS IMPERDÍVEIS  
VEJA NESTE CADEIRÃO

**Brasil é o nono mais desigual do mundo, diz IBGE**

Após polêmica gerada por declarações da cofundadora, banco anunciou uma série de iniciativas para estimular capacitação e desenvolvimento da carreira de profissionais negros e promover a diversidade na empresa

**Nubank: R\$ 20 milhões para combater racismo**

**Se as fake news são o abismo, o jornalismo é a ponte.**

A gente checa os fatos para seu voto não cair no fake.

**FATOUFAKE**

CBW ÉPOCA EXTRA G1 O GLOBO INSPERE O GLOBO NAVEG

**18.11.2020 / 14H**  
**VAMOS CRIAR JUNTOS O PRÓXIMO NÍVEL?**

A empresa precisa de ideias. O crescimento vem de ideias. O sucesso vem de ideias. Vamos criar juntos o próximo nível?

**TRANSMISSÃO AO VIVO no NAVE e PICOOPS.**

**Valor Embratel**

**Jovem branco tem duas vezes mais chance de chegar à universidade**

**A RAINHA XUXA CONTA SUA HISTÓRIA**

**XUXA MENEGHEL Memórias**

**NAS LIVRARIAS E EM E-BOOK**

**GLOBO LIVROS**

O Estado de S. Paulo não fez chamada de capa. Publicou na página B5 a reportagem *Antes da covid-19, País tinha 51,7 mi abaixo da pobreza*, que é focada em pobreza e desigualdade. Apresenta apenas uma citação, que é atribuída à pesquisadora do IBGE Barbara Cobo. Não tem fotos, mas apresenta um infográfico com séries temporais de 2012 a 2019 que destacam números sobre rendimentos abaixo da linha de pobreza (R\$ 438 mensais per capita) e de extrema pobreza (R\$ 151 mensais per capita). Também destaca graficamente números relacionados à pobreza de pretos e pardos e de nordestinos.

Figura 26 – Página do jornal O Estado de S. Paulo sobre a SIS (13/11/2020)

O ESTADO DE S. PAULO SEXTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 2020 | Economia | B5

# Antes da covid-19, País tinha 51,7 mi abaixo da pobreza

Segundo IBGE, em 2019, 24,7% da população brasileira sobrevivia com renda mensal máxima de R\$ 436 por pessoa do domicílio

**Vivício Kuder / R70**

Quando a recessão causada pela covid-19 atingiu a economia a partir de março, o número de trabalho fora ficou em 12,7 milhões de brasileiros, ou 12,7% da população, excluindo a linha de pobreza definida pelo Banco Mundial para países de economia de alta renda. Esse contingente sobrevive com renda mensal de, no máximo, R\$ 436 por pessoa do domicílio. Entre os grupos, os considerados extremamente pobres — com renda mensal de até R\$ 151 por pessoa do domicílio — eram 13,69 milhões em 2019, 8,6% da população, informou o IBGE.

Na pesquisa de 2019 para 2019, o quarto maior país, três anos de baixo crescimento econômico de 2017 a 2019, com um déficit de 2% ao ano, manteve a tendência de alta da pobreza, que cresceu fortemente com a recessão anterior à atual, de 2014 a 2019.

Em 2014, quando 22,8% dos brasileiros estavam abaixo da linha de pobreza definida pelo Banco Mundial para países de renda média alta, houve um crescimento de 2014, contatando 27 milhões de brasileiros para o ano passado, 52,6 milhões passaram abaixo da linha de pobreza, uma alta de 19,1% no período.

Também em 2014, os extremamente pobres eram 4,5% da população, ou 10,1 milhões de pessoas. Entre aquele ano e 2019, 4,66 milhões de brasileiros passaram a essa condição, um salto de 45,7%. De 2019 para 2019, foram 131 mil a mais na extrema pobreza.

Quando o IBGE divulgou o Relatório Social (RS) 2020, feita com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C), do IBGE, referente a 2019, alta surpreendente da pobreza.

Apesar das informações sobre a crise atual, citadas pela Pnad-Covid, versão especial da pesquisa do IBGE desenvolvida para acompanhar os efeitos da pandemia, mostra redução da pobreza — medida apenas por renda monetária, não incluindo o valor em conta corrente — quando o trabalho emergencial pago pelo governo federal em julho e agosto de 2020 ajudou a baixar a taxa. Em maio a pandemia, mais da metade da população foi

## DESGUALDADE

Antes mesmo da crise causada pela pandemia, 24,7% da população brasileira estava abaixo da linha de pobreza

Abaixo da linha de pobreza		Extrema pobreza	
ANO	EM MILHÕES DE PESSOAS	ANO	EM MILHÕES DE PESSOAS
2012	52.282	2012	11.379
2013	48.096	2013	10.153
2014	45.817	2014	8.023
2015	48.082	2015	8.518
2016	52.138	2016	11.809
2017	50.589	2017	11.288
2018	52.522	2018	12.527
2019	51.742	2019	13.689

Desigualdade. O Estado resultou em uma forma de desigualdade, como o fato de a pobreza atingir mais os mulheres e a população de baixa renda por parte. No caso da cor da pele, 26,9% do total da população são negros ou pardos, mas, entre os extremamente pobres, eles representam 40,7%.

“A pobreza atinge de forma mais forte os indivíduos negros ou pardos”, afirma Bárbara Cobo, analista do IBGE.

Em termos regionais, 21,2% da população vive no Nordeste. No contingente dos extremamente pobres, mais da metade, ou 55,8%, vive na região.

Antes mesmo da pandemia atingir a maioria da força de trabalho, entre formal e informal, entre fevereiro e julho deste ano, o desemprego chegou à marca de 12,7% entre os trabalhadores brasileiros. O Brasil é destaque mundial nesse quesito, segundo a SIS 2020.

Considerando dados de 2019 e a população de desempregados há um ano ou mais, o Brasil tem a quarta pior taxa, entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne as nações mais desenvolvidas. O país aparece atrás apenas de Grécia, Espanha e Itália.

Em 2019, 12,7% dos desempregados no Brasil estavam mais de um ano ou mais, segundo a SIS 2020.

13/11/2020, 13h, GRANDE LEILÃO DE

# 71 MÓVEIS

EM SÃO PAULO

## APARTAMENTOS, CASAS, TERRENOS E IMÓVEIS COMERCIAIS

DIVERSAS OPORTUNIDADES COM OPÇÕES DE FINANCIAMENTO E USO DO FGTS\*

ACCESSE E ENVIJE O SEU LANCE: [WWW.SODRESANTORO.COM.BR](http://WWW.SODRESANTORO.COM.BR)

**CAIXA** **AVISO DE LICITAÇÃO** **SODRÉ SANTORO**

LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

### Resultado de setembro confirma retomada lenta de serviços

Setor registra alta de 1,8% no comparecimento em agosto, segundo o IBGE; avanço no trimestre fica em 8,6%

Alta de 1,8% no volume de comparecimento em setembro em agosto, informou o IBGE. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado do setor, mais lento do que o registrado no mês de agosto, reflete o impacto da retomada da atividade econômica em agosto. O setor registrou um avanço de 1,8% em setembro, em comparação com o mesmo mês do ano anterior, e um avanço de 8,6% no trimestre.

Além disso, o setor registrou um avanço de 1,8% em setembro, em comparação com o mesmo mês do ano anterior, e um avanço de 8,6% no trimestre.

### RITMO LENTO

Enfiteuse do retomado do setor de serviços

Em setembro, a alta de 1,8% no volume de comparecimento do setor de serviços foi verificada em quatro dos cinco subíndices investigados na PMS. O destaque ficou no serviço de informação econômica, com alta de 2,0%. Em abril, o índice chegou ao ponto de inflexão e em maio, após um período de recuperação, voltou a registrar avanço.

Se o crescimento se recuperar para a retomada da economia, o ritmo lento, em dezembro, poderá ser retomado. Além disso, mesmo que a retomada do setor de serviços seja retomada, o ritmo de crescimento do setor pode ser afetado pela retomada da atividade econômica em agosto.

A Folha de S.Paulo não fez chamada de capa. Publicou na página A19 a matéria 13,7 milhões de brasileiros estão na extrema pobreza e vivem com menos de US\$ 1,90 ao dia, que é focada exclusivamente no tema do título e não realiza nenhuma entrevista ou citação. Destaca graficamente os percentuais de extrema pobreza no país, no Nordeste e no Sul, mas não utiliza infográficos.

Figura 27 – Página do jornal Folha de S.Paulo sobre a SIS (13/11/2020)

FOLHA DE S.PAULO \*\*\* SEXTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 2020 A19 mercado

PAINEL S.A. | Joana Cunha | painel@sigprofolha.com.br

Navegação

Cresce no Ministério da Infraestrutura a expectativa de que, após as eleições municipais, as próximas semanas devem ser cruciais para a aprovação da BR do Mar, projeto em tramitação no Congresso que busca ampliar o transporte marítimo de cabotagem pela costa brasileira para reduzir a dependência do modal rodoviário no país. Além do corpo a corpo na Câmara, o governo está reunindo apoios de entidades para dar peso à pressão pelo projeto e enfrentar as resistências.

ANCORA Nesta semana, o ministro Tarcísio de Freitas recebeu mensagem de apoio da Anac (Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Cargo), que reúne os setores de aço, cimento, açúcar, celulose, cerâmicos e outros, com nomes de grandes companhias, como Gerdaul, Usiminas, Itabira e IBS.

MAHÉ Apresentada pelo Executivo em agosto com uma mensagem de urgência para a votação, a proposta já enfrentou resistências de diversos lados, desde congressistas e outras entidades setoriais, até dos caminhoneiros.

LUZ ACESA A Anace (associação de grandes consumidores de energia que reúne empresas como Gerdau, Duratex e Atacajó) fechou um estudo que prevê aumentos entre 3% e 8% nas tarifas de todos os consumidores em 2021, inclusive os residenciais.

PONTADELAPIS As projeções de preços variam de acordo com a distribuição e o método de cálculo. As concessionárias que fazem reajustes no primeiro semestre deverão ser as maiores altas, de 7% a 8%, porque o prejuízo da pandemia não foi contemplado nas contas do início deste ano.

SEGUNDA... Um cruzeiro da SeaDreams que estava navegando pelo Caribe teve que voltar mais cedo a Barbados após alguns passageiros terem resultados positivos em testes preliminares da Covid-19.

...ONDA A empresa disse nesta quinta (12) que a equipe médica do navio fez testes na tripulação e todos os exames deram negativo. Novos testes também estão sendo feitos nos passageiros. Enquanto isso, viagens e funcionários não-essenciais estão em quarentena nos cabines do navio, que aguarda autorização para desembarcar em Barbados.

BATOM A americana Reylon disse nesta quinta-feira (12) que conseguiu aprovar investidores para evitar um pedido de falência. A companhia de cosméticos afirma que os detentores dos títulos concordaram em trocar cerca de 70% da dívida de US\$ 343 milhões que vencerá em 2021.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazzi

INDICADORES

Table with 4 columns: JUDOS (Dólar em 100 mil), IMPOSTO DE RENDA (Ano, Imposto, Dólar em mil), CONTRIBUIÇÃO A PREVIDÊNCIA (Forma, Valor em mil), EMPREGADOS DOMÉSTICOS (Empregado, Valor em mil).

Auxílio emergencial pressiona mais a inflação de pobres no Nordeste

Famílias da região que ganham até 3 mínimos são as que mais sofrem com alta dos alimentos, diz BC; mais ricos do Sudeste sentem menos

Larissa Garcia BRASÍLIA A inflação acumulada neste ano, até setembro, foi maior para famílias que recebem até três salários mínimos, com alta de 2,29%. O Índice das famílias mais pobres (sete vezes maior do que o de famílias de renda mais elevada, segundo comparação feita em estudo do Banco Central divulgado nesta quinta (12)).

caso eles tenham um aumento de renda, segundo pesquisa Dafofolha realizada no início desta semana. Quando lhes foi perguntado sobre o momento ideal, caso tivessem aumento na sua renda, os painelistas consultados apontaram comprar um carro próprio (24%), pagariam as dívidas (17%), poupariam o dinheiro (12%), investiriam nos estudos (12%), contratariam um advogado (8%), abririam o próprio negócio (8%), reformariam a casa (6%), ajudariam amigos e familiares (5%), fariam uma viagem (4%), ajudariam pessoas que precisam (4%), colocariam o filho em uma viagem (4%) ou mais cara (3%) ou comprariam um carro (2%).

Entre os itens que mais pressionam a inflação são alimentos e bebidas, com aumento de 1,27 percentual. De acordo com o levantamento, os mais pobres gastam mais com alimentação no domicílio, segmento que mais pressionou a inflação após a pandemia. Além disso, o documento mostra que houve maior variação dos preços de serviços e alimentos consumidos especificamente por famílias com rendas menores.

Também foi perguntado aos moradores do Rio se algum em sua casa teve redução de rendas últimos meses. Eles responderam 64% dos entrevistados. Eduardo Cuccolo



13,7 milhões de brasileiros estão na extrema pobreza e vivem com menos de US\$ 1,90 ao dia

Diego Garcia RIO DE JANEIRO O Brasil tinha 13,7 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza extrema em 2019. Apesar de não ter sido afetado diretamente pela crise econômica, o Brasil está na comparação com outros países em termos absolutos, o número se mantém estável na comparação com anos anteriores.

ter nacionalmente para o Brasil pelo Banco Mundial, o total de pobres do país — com renda de US\$ 5,50 por dia (R\$ 4,36 por mês, segundo a pesquisa) — superou 31 milhões de pessoas em 2019. No ano anterior, eram 23,5 milhões nessa situação, o que fez a proporção de pobres em relação ao total da população cair de 22,7% para 22,7%. Em 2014, porém, o índice estava em 22,8% da população.

Fonte: FOLHA DE S.PAULO, 2020.

Cabe ressaltar que a pesquisa foi aproveitada por sites, TVs, rádios e impressos regionais para destacar dados locais. Das 497 matérias sobre a S/S publicadas em sites, 172 eram matérias regionais de veículos locais. Isso se deve em grande parte ao trabalho de divulgação feito pela SDI (Supervisão de Documentação e Disseminação de Informação) do IBGE de cada Unidade da Federação.

Algumas dessas matérias locais se repetiram em mais de um site. *Rondônia é o estado com menor concentração de renda das Regiões Norte e Nordeste*, por exemplo, é um release produzido por SDI que foi replicado em 15 sites diferentes.

Figura 28 – Matéria de O Combatente sobre a SIS (12/11/2020)

The image shows a screenshot of a news article on the website 'O Combatente'. The article is titled 'Rondônia é o estado com menor concentração de renda das Regiões Norte e Nordeste' and is dated 12 de novembro de 2020. The article text states that the Rondônia index was 0.472, the fourth best in the country, behind Santa Catarina (0.422), Mato Grosso (0.456), and Goiás (0.459). The worst state was Sergipe with 0.580. The article also mentions that the Sintese de Indicadores Sociais (SIS) was published by IBGE on Friday (12), showing that Rondônia was the state with the best Gini index in the North and Northeast regions, which measures income inequality, ranging from 0 (perfect equality) to 1 (maximum concentration and inequality).

The screenshot also shows social media sharing icons, a contact number (69) 98473-6021, and a list of other news items under the heading 'ÚLTIMAS NOTÍCIAS'.

Fonte: O COMBATENTE, 2020.

Com 6.639 caracteres, o texto não utiliza citações ou infográficos. Ele aborda na introdução (1.522 caracteres) a desigualdade de rendimento e depois se divide em três textos (com 1.178, 1.519 e 2.420 caracteres) com os seguintes subtítulos:

*10,3% dos rondonienses e 22% dos porto-velhenses não têm documento que comprova propriedade da residência*

*Diminui proporção de pessoas sem instrução em Rondônia*

*Trabalhadores com carteira assinada ganham mais que sem carteira*

*Em Alagoas, mais de 47% das pessoas vivem em situação de pobreza é outro exemplo de release produzido por SDI que foi replicado integralmente (também sem citações ou infográficos) por sites jornalísticos (cinco no total).*

Figura 29 – Matéria da Tribuna Hoje sobre a SIS (12/11/2020)



The image shows a screenshot of a news article from the website Tribuna Hoje. The article is titled "Em Alagoas, mais de 47% das pessoas vivem em situação de pobreza" and is attributed to IBGE, dated 12/11/2020 at 16h04. The article text states that according to the 2020 Social Indicators Synthesis, 47.2% of Alagoas residents receive less than US\$ 5.50 per day in terms of purchasing power parity (PPP), equivalent to R\$ 437 per month. It also notes a 3.3% reduction in the poverty rate from 2012 to 2019, and a decrease from 48.8% in 2018 to 47.2% in 2019. The article includes a photograph of a group of children standing behind a wooden fence in front of a simple, makeshift structure. Below the photo, there is a caption: "Reprodução - Foto: Assessoria".

Fonte: TRIBUNA HOJE, 2020.

Com 2.616 caracteres, o texto destaca os principais dados locais da SIS, contando com introdução de 963 caracteres e depois se dividindo em quatro textos menores (com 397, 406, 535 e 315 caracteres) com os seguintes subtítulos:

*Em Alagoas, brancos recebiam 37,4% a mais que pretos ou pardos*

*Em Alagoas, 34,3% da população estava há dois anos ou mais sem trabalhar e procurando emprego*

*Pessoas com ensino superior completo recebiam até três vezes mais por hora de trabalho*

*Pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto representam o maior grupo entre os ocupadas em Alagoas*

Foi notado um uso intenso de releases regionais do IBGE em matérias de sites locais, nem sempre com a reprodução integral do conteúdo como nos exemplos citados. O que se constata de modo geral é que tais matérias são feitas em cima da própria pesquisa ou release, com pouco uso de entrevistas, infográficos e outros recursos.

O site *O Povo* realizou uma cobertura mais abrangente, publicando cinco matérias regionais sobre a SIS em 12/11/2020. Duas delas são focadas em educação. Com 4.384 caracteres de texto, a matéria *Ceará possui 26% dos jovens de 15 a 29 anos sem estudar ou trabalhar* entrevistou o professor Wagner Andriola (da Faculdade de Educação da UFC) e apresentou foto e infográficos com dados de 2016 a 2019 sobre jovens do Ceará e do Nordeste que não trabalham e nem estudam. Com 3.908 caracteres, a matéria *Ceará tem a melhor taxa de acesso ao ensino médio do Nordeste, diz IBGE* também tem entrevista com Wagner Andriola e apresenta foto e dois gráficos sobre taxas de frequência escolar líquida e bruta no Ceará.

Figura 30 – Matérias de educação de O Povo Online sobre a SIS (12/11/2020)


[Notícias](#)
[Esportes](#)
[Divirta-se](#)
[Vida & Arte](#)

Início > Notícias > Ceará

## Ceará possui 26% dos jovens de 15 a 29 anos sem estudar ou trabalhar

Segundo o IBGE, o Nordeste tinha em todos seus nove estados mais de um quarto dos jovens nessa faixa etária sem estudar ou trabalhar

12:11 | Nov. 12, 2020 | Autor **Lais Oliveira** | Tipo **Notícia**



Os resultados de 2019 mostram o Ceará com uma proporção de jovens nessa situação bem acima da média dos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. (foto: Antonio Cruz/Agência Brasil)





**N**o Ceará, a proporção de pessoas de 15 a 29 anos de idade que não estudavam nem estavam trabalhando diminuiu em 2019, saindo de 28,5%, no ano anterior; para 26%. O Nordeste tinha em todos seus nove estados mais de um quarto dos jovens nessa faixa etária sem estudar ou trabalhar, totalizando um taxa de 28,1% na média regional.


[Notícias](#)
[Esportes](#)
[Divirta-se](#)
[Vida & Arte](#)

Início > Notícias > Ceará

## Ceará tem a melhor taxa de acesso ao ensino médio do Nordeste, diz IBGE

O indicador sobre a população de 15 a 17 anos no ensino médio tem avançado progressivamente desde 2016, quando era de 67,6%

11:39 | Nov. 12, 2020 | Autor **Lais Oliveira** | Tipo **Notícia**



Os dados organizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram divulgados nesta quinta-feira, 12. (foto: Wilson Dias/ABR)





**O**Ceará apresenta a melhor taxa de acesso ao ensino médio do Nordeste, segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2020, realizada com dados de 2019. No Estado, a taxa ajustada de frequência escolar líquida (Tafel), que mede a frequência à escola na etapa adequada, ficou em 74,2% para a população de 15 a 17 anos no ensino médio. O indicador tem avançado progressivamente desde 2016, quando era de 67,6%.

Fonte: O POVO ONLINE, 2020.

Outras duas matérias são focadas em mercado de trabalho. Com 6.605 caracteres, a matéria *Empregos intermitentes crescem 83% no Nordeste em 2019* tem entrevistas com os professores Fábio Sobral (dos cursos de graduação em Economia Ecológica e Ciências Econômicas da UFC) e José Meneleu Neto (coordenador do Laboratório de Estudos de População da Universidade Estadual do Ceará – UECE), além de foto. Com 5.006 caracteres de texto, a matéria *Ceará tem 56,8% dos trabalhadores na informalidade* também tem entrevistas com Fábio Sobral e José Meneleu Neto, além de foto.

Figura 31 – Matérias de trabalho de O Povo Online sobre a SIS (12/11/2020)


 Notícias Esportes Divirta-se Vida & Arte

Início » Notícias » Economia

## Empregos intermitentes crescem 83% no Nordeste em 2019

A análise do IBGE foi divulgada nesta quinta-feira, 12, e mostra que o Nordeste teve mais de 26,3 mil admissões com esse vínculo empregatício no último ano

10:42 | Nov. 12, 2020 Autor **Lais Oliveira** Tipo **Notícia**



O resultado ficou dentro das expectativas(foto: Barbara Moira)


**E**m 2019, o **Nordeste** demonstrou maior intensidade na substituição dos vínculos de emprego com continuidade por contratos intermitentes (sem definição de jornada de trabalho) do Brasil. A pesquisa **Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2020**, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que **19,9% do saldo de empregos regional** - maior do País - foram na modalidade intermitente, totalizando 15.251 postos de trabalho, um aumento de 83,1% em relação ao ano anterior.


 Notícias Esportes Divirta-se Vida & Arte

Início » Notícias » Economia

## Ceará tem 56,8% dos trabalhadores na informalidade

Desses trabalhadores informais, 59,8% são pretos e pardos e 49% brancos no Estado, diz o IBGE

11:17 | Nov. 12, 2020 Autor **Lais Oliveira** Tipo **Notícia**



A primeira fase do programa vai destinar recursos da ordem de R\$ 100 milhões e deve beneficiar até 36 mil empreendedores no Estado(foto: FABIO LIMA)


**O**Ceará tem 56,8% dos **trabalhadores na informalidade**, considerando uma população ocupada que chega a 3.689 milhões, conforme a **Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2020**, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quinta-feira, 12. Desses trabalhadores na informalidade, 59,8% são pretos e pardos e 49% brancos no Estado.

Fonte: O Povo Online, 2020.

Por fim, a desigualdade de rendimento é tratada na matéria *40% dos mais pobres sobrevivem com R\$ 231 no Ceará*. Com 2.433 caracteres, a matéria tem uma foto, não tem entrevistas e apresenta duas tabelas com séries históricas de 2015 a 2019 e dados do Ceará e do Nordeste sobre Índice de Gini e rendimento médio domiciliar per capita. Além das cinco matérias regionais próprias, *O Povo* também publicou as três matérias nacionais de agências citadas anteriormente como as mais replicadas por sites: *Informalidade atinge 41,6% dos trabalhadores no país em 2019 (Agência Brasil)*; *Índice de jovens que não estudavam nem trabalhavam caiu em 2019 (Agência Brasil)*; e *Antes da pandemia, Brasil tinha 51,7 milhões abaixo da linha da pobreza, diz IBGE (Agência Estado)*.

## 6.2 PNADC TIC 2019

*A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal (PNADC TIC)*



2019, divulgada em abril de 2021, utiliza um método mais moderno de divulgação (boletim temático em vez de publicação tradicional) e aborda o acesso à internet no Brasil, tema que também é de interesse para a tese.

A *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD) foi criada nos anos 1960 sob influência da *United States Agency for International Development* (Aliança para o Progresso), que buscava colaborar na implantação de um sistema de pesquisas contínuas por amostra de domicílio em países latino-americanos, de modo a prover o continente americano com estatísticas comparáveis:

As pesquisas por amostra de domicílio eram o caminho possível para atender as demandas existentes, tendo em vista as vantagens que apresentam em relação aos levantamentos que investigam toda a população. Nas pesquisas por amostra de domicílios há melhor controle das fases operacionais e redução do tempo de execução e dos custos, além de permitir a ampliação e o aprofundamento das investigações dos temas que podem ser, adequadamente, captados por esse tipo de levantamento (IBGE, 1991, p. 7).

Censos demográficos são realizados no Brasil a cada dez anos. Para suprir a falta de informações básicas sobre a população durante os períodos intercensitários, o IBGE criou a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD):

Particularmente, no caso do IBGE, um grupo de trabalho foi montado no Instituto em 1966, com a missão de estudar e planejar a implementação de um programa nacional de pesquisas domiciliares por amostragem em bases contínuas. Ainda no final daquele mesmo ano, um inquérito experimental foi desenvolvido nos Municípios de Nova Iguaçu e Rio Bonito, ambos no Estado do Rio de Janeiro. Estava aberto o caminho para a realização, em 1967, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, consolidada ao longo do tempo como uma das principais pesquisas estruturais do IBGE, fonte de informações em escala nacional sobre diversos aspectos socioeconômicos que compõem a realidade brasileira (WU TAI, 2015, p. 20).

A PNAD foi iniciada no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais, com realização no último trimestre, sendo interrompidos nos anos de realização dos censos demográficos. Ao longo do tempo, a PNAD passou por atualizações metodológicas, algumas restritas ao plano amostral, e outras relacionadas à abrangência e às conceituações dos aspectos pesquisados, em consonância com as recomendações internacionais. A área pesquisada foi ampliada gradativamente e, a partir de 2004, os resultados

apresentados passaram a agregar informações das áreas urbana e rural de todas as Unidades da Federação.

O objetivo da *PNAD* era pesquisar, de forma permanente, características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, e, com periodicidade variável, outros temas, de acordo com as necessidades de informação para o País, tendo como unidade de investigação o domicílio. Além da pesquisa básica anual, também eram produzidos suplementos da *PNAD* que aprofundavam os temas permanentes e investigavam outros assuntos de interesse, como foi o caso da tecnologia da informação e comunicação (TIC).

Foram produzidas três edições do suplemento *Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal* a partir de dados coletados em 2005 (com 255 páginas, sendo 33 delas dedicadas ao capítulo Análise dos resultados), 2008 (com 224 páginas, sendo 22 de análise) e 2011 (com 157 páginas, sendo 18 de análise).

Após o início de uma parceria entre IBGE o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, começou em 2013 a investigação da recepção de diferentes modalidades de sinais de televisão (buscando orientar a transição do sistema analógico para o digital) e o acesso à internet em banda larga. O suplemento passou a se chamar *Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal*, com três edições referentes aos anos de 2013 (com 79 páginas, sendo 27 de análise), 2014 (com 87 páginas, sendo 31 de análise) e 2015 (com 90 páginas, sendo 23 de análise).

O menor número total de páginas das três edições mais recentes da *PNAD TIC* em comparação com as três anteriores se deve ao corte das tabelas, que passaram a ser disponibilizadas apenas em formato digital no portal do IBGE. Todas as seis publicações possuíam um mesmo padrão de formato e diagramação, mais tradicional e semelhante ao adotado na *Síntese de Indicadores Sociais*. E em todas o capítulo com comentários se chamava Análise dos resultados, algo curioso considerando que o IBGE tende a evitar o termo “análise”.

O capítulo Análise dos resultados da *PNAD TIC 2015* é precedida por Apresentação (2 páginas), Introdução (2 páginas) e Notas Técnicas (19 páginas divididas em: Evolução Histórica da Pesquisa; Principais alterações metodológica, conceitual e processual; Alterações na operação de coleta e na apuração dos dados; Comparabilidade dos resultados da série histórica; Plano amostral; Tamanho da

amostra e Indicadores-chave da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC). Sob um ponto de vista mais jornalístico, o destaque inicial deveria ser dado para a análise dos resultados.

A *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)* foi implantada, experimentalmente, em outubro de 2011 e, a partir de janeiro de 2012, em caráter definitivo, em todo o país. Foi criada para substituir a *PNAD* tradicional (pesquisa anual encerrada com a divulgação dos dados referentes a 2015) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME, que abrangia seis regiões metropolitanas e foi encerrada com a divulgação dos dados referentes a fevereiro de 2016). A *PNADC* tem periodicidade de coleta trimestral, ou seja, a amostra total de domicílios é coletada em um período de três meses para, ao final desse ciclo, serem produzidas as estimativas dos indicadores desejados. Foi criada para produzir dados trimestrais do Brasil; Grandes Regiões; Unidades da Federação; Regiões Metropolitanas que contêm municípios das capitais; Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) Grande Teresina e municípios das capitais. Desde sua implantação, a pesquisa vem ampliando os indicadores investigados e divulgados.

Em 2021, segundo o portal do IBGE ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)), as informações produzidas pela *PNADC* possuíam periodicidade mensal (conjunto restrito de indicadores relacionados à força de trabalho e somente para o nível geográfico de Brasil, retratando o trimestre móvel encerrado a cada mês do ano), trimestral (conjunto de indicadores relacionados à força de trabalho para todos os níveis de divulgação da pesquisa, retratando os quatro trimestres do ano), anual (demais temas permanentes da pesquisa e indicadores complementares à força de trabalho) e variável (outros temas ou tópicos dos temas permanentes a serem pesquisados com maior periodicidade ou ocasionalmente).

Os temas e tópicos suplementares pesquisados em trimestres específicos do ano eram educação (2º trimestre) e acesso à televisão e à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal (4º trimestre). Já os temas e tópicos pesquisados ao longo do ano em determinada visita eram habitação (1ª visita), características gerais dos moradores (1ª visita), informações adicionais da força de trabalho (1ª visita), outras formas de trabalho (5ª visita), trabalho de crianças e adolescentes (5ª visita) e rendimentos de outras fontes (1ª e 5ª visitas).

Todas as edições da *PNADC TIC* publicadas até abril de 2021 possuíam o novo formato de boletim temático, sendo os dados referentes a 2016, 2017, 2018 e 2019:

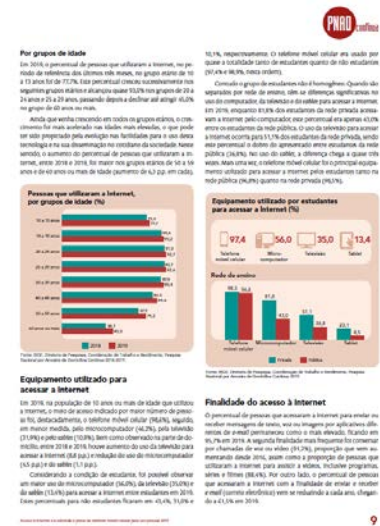
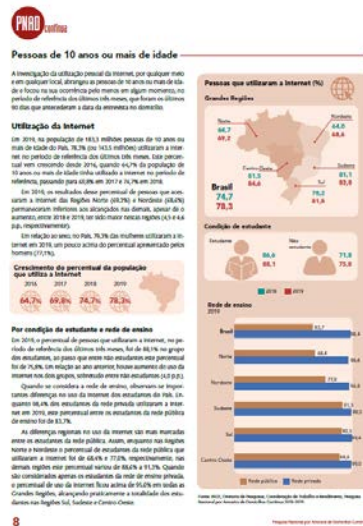
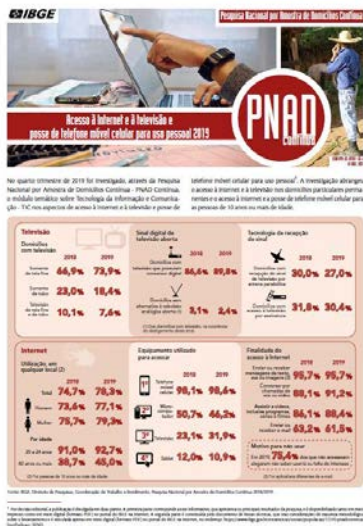
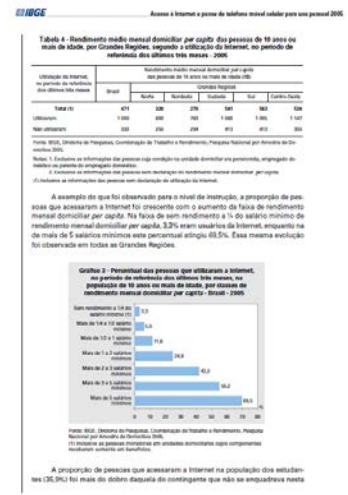
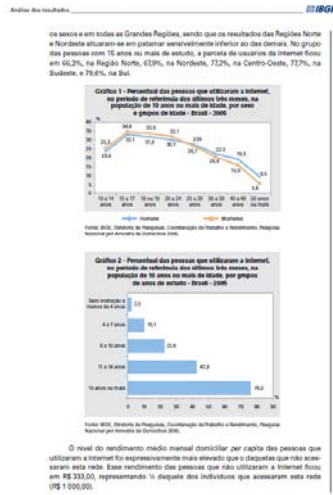
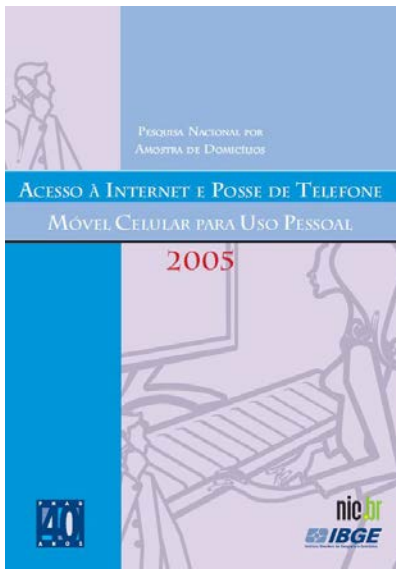
Quadro 5 – Características das edições da PNAD TIC (2005 a 2015) e PNADC TIC (2016 a 2019)

Características das edições da PNAD TIC (2005 a 2015) e PNADC TIC (2016 a 2019)						
Edição	Data de publicação	Pesquisa básica	Total de páginas	Páginas com análise	Formato	Nome do suplemento
2005	23/03/2007	PNAD 2005	255	33	Livro com tabelas completas	Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal
2008	11/12/2009	PNAD 2008	224	22	Livro com tabelas completas	Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal
2011	16/05/2013	PNAD 2011	157	18	Livro com tabelas completas	Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal
2013	29/04/2015	PNAD 2013	79	27	Livro sem tabelas completas	Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal
2014	06/04/2016	PNAD 2014	87	31	Livro sem tabelas completas	Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal
2015	22/12/2016	PNAD 2015	90	23	Livro sem tabelas completas	Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal
2016	21/02/2018	PNADC 2016	16	16	Boletim	Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal
2017	20/12/2018	PNADC 2017	12	12	Boletim	Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal
2018	29/04/2020	PNADC 2018	12	12	Boletim	Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal
2019	14/04/2021	PNADC 2019	12	12	Boletim	Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal

Fonte: nossa autoria.

A edição de 2016 possuía 16 páginas e as edições seguintes possuíam 12 cada, com uma formatação que segue determinada padronização no uso de cores, fontes e infográficos. É possível perceber uma evolução considerável na diagramação quando se compara os livros da *PNAD TIC* com os boletins da *PNADC TIC*.

Figura 32 – Comparativo entre PNAD TIC 2005 e PNADC TIC 2019



Fonte: IBGE, 2021.

As tabelas completas continuaram a ser disponibilizadas no portal (formatos XLSX e ODS) até a edição de 2018, tal como já acontecia anteriormente com a PNAD. Mas para obter tabelas com dados de 2019 é necessário gerá-las no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Isso pode se constituir em um obstáculo para usuários com pouca experiência em informática. A propósito, os boletins da PNADC TIC não fazem referência a dados por Unidade da Federação, traçando comparações no máximo entre as Grandes Regiões. Só é possível obter detalhamento por UF nas tabelas, algo pouco claro ao usuário.

A última edição da *PNADC TIC* utilizou informações referentes ao quarto trimestre de 2019. Assim como nas edições anteriores, os dados têm como foco o acesso à internet e à televisão e a posse de telefone móvel celular para uso pessoal, com detalhamento geográfico para Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. As informações relacionadas aos domicílios particulares permanentes foram obtidas por meio de um bloco de perguntas próprias do tema TIC, quando da captação dos dados sobre habitação; e as informações relacionadas às pessoas de 10 anos ou mais de idade, por meio de questionário específico.

Com 12 páginas, o informativo da *PNADC TIC 2019* contém comentários analíticos sobre variados indicadores. A primeira página destaca graficamente alguns dados comparativos de 2018 e 2019 referentes à televisão nos domicílios (TVs com tela fina ou tubo, sinal digital e tecnologia de recepção de sinal) e acesso à internet por pessoas de 10 anos ou mais de idade (utilização por sexo e idade, equipamento utilizado, finalidade do acesso e motivo para não usar).

No que diz respeito aos domicílios (páginas 2 a 7), contempla: a existência de televisão; o seu tipo (tela fina ou de tubo); a existência de aparelho com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta e os domicílios que já o recebiam; a existência de antena parabólica e a utilização do serviço de televisão por assinatura; a existência de microcomputador, ou tablet, e telefone (fixo convencional ou móvel celular); o uso da internet, com destaque para os equipamentos empregados para o respectivo acesso e os tipos de conexão (discada, banda larga fixa e móvel) presentes no domicílio; e, ainda, o motivo principal da não utilização da internet no domicílio.

No que se refere às pessoas de 10 anos ou mais de idade (páginas 8 a 12), o informativo abrange aspectos da utilização pessoal da internet, por qualquer meio e em qualquer local, pelo menos em algum momento do período de referência dos últimos três meses que antecederam a data da entrevista no domicílio, tais como: o equipamento empregado para acessá-la; o tipo de conexão usada; a finalidade de tal acesso; o motivo principal de sua não utilização; e a posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Os comentários são ilustrados graficamente e buscam ressaltar as principais

diferenças regionais e sociodemográficas observadas nesses indicadores no período considerado.

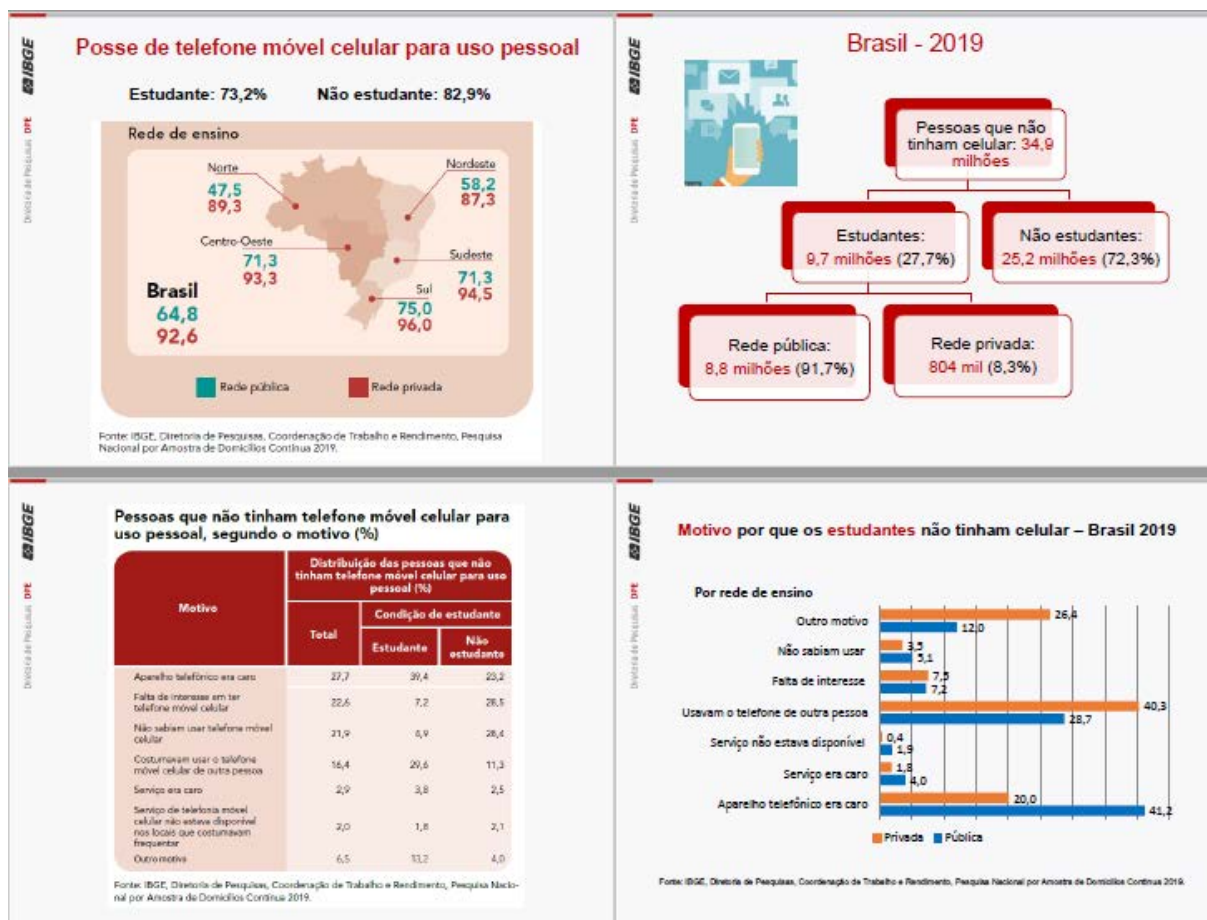
Os informativos da *PNADC* também são disponibilizados em meio impresso. As notas técnicas sobre essa edição da pesquisa, com 116 páginas, foram divulgadas em separado e podem ser acessadas apenas em meio digital, no portal do IBGE. Elas fornecem um panorama metodológico da pesquisa, com informações sobre seus objetivos, âmbito, referenciais teóricos utilizados, conceitos e definições adotados, planejamento amostral, entre outros aspectos, e são atualizadas periodicamente por meio da inclusão de conceituações relacionadas à introdução de novos módulos temáticos.

#### 6.2.1 Divulgação da PNADC TIC pela Agência IBGE Notícias

Não tivemos acesso à reunião *online* de embargo, realizada em 12 de abril de 2021, mas participamos da coletiva *online* iniciada às 10h de 14 de abril. Apenas jornalistas que entraram em contato previamente com a assessoria de imprensa obtiveram o link para participar da coletiva.

Segundo o assessor de imprensa que coordenou a coletiva, apenas dois veículos jornalísticos participaram. Foi utilizada uma apresentação *PowerPoint* com 61 slides.

Figura 33 – Slides da apresentação PowerPoint sobre a PNADC TIC



Fonte: IBGE, 2021.

A coletiva durou pouco mais de uma hora e também contou com a participação de representantes do Ministério das Comunicações e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, órgãos parceiros na produção da pesquisa, mas não houve nenhuma interação por parte dos jornalistas.

A Agência IBGE Notícias disponibilizou um release (íntegra no Anexo E) e uma notícia (íntegra no Anexo F) sobre a *PNADC TIC 2019*, além da apresentação *PowerPoint* (convertida para PDF) e um comentário de 280 segundos, nos formatos áudio e vídeo, da analista Alessandra Brito. O áudio e o vídeo apresentam características muito semelhantes aos da *SIS 2020* no que se refere a formato e apresentação. A diferença é que uma única analista resumiu todos os tópicos da pesquisa inteira, com temas que seguem a ordem de apresentação da publicação completa.



Figura 34 – Imagens de vídeo da Agência de Notícias IBGE sobre a PNADC TIC



Fonte: IBGE, 2021.

Assim como no caso da *SIS 2020*, o release da *PNADC TIC 2019* foi produzido para auxiliar jornalistas a elaborarem suas matérias. A diferença aqui é que o volume de informação da pesquisa é muito menor, permitindo produzir um texto mais conciso. Destacou no título o acesso à internet (PNAD Contínua TIC 2019: internet chega a 82,7% dos domicílios do país).

Figura 35 – Release da Agência de Notícias IBGE sobre a PNADC TIC

**AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS**

Home Notícias Releases Comunicados Minuto IBGE Próximas divulgações Acervo

## PNAD Contínua TIC 2019: internet chega a 82,7% dos domicílios do país

Editoria: [Estatísticas Sociais](#)

14/04/2021 10h00 | Atualizado em 14/04/2021 10h34

De 2018 para 2019, o percentual de domicílios em que havia utilização da internet subiu de 79,1% para 82,7%, um aumento de 3,6 pontos percentuais. Mesmo assim, em 2019, em 12,6 milhões domicílios do país não havia internet, devido à falta de interesse (32,9%), ao serviço de acesso ser considerado caro (26,2%) ou por nenhum morador saber usar a internet (25,7%). Os dados são da PNAD Contínua do IBGE que, no 4º trimestre de 2019, pesquisou o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

O equipamento mais usado para acessar a internet continuou sendo o celular, encontrado em 99,5% dos domicílios que acessavam a rede. O segundo foi o microcomputador (45,1%); seguido pela televisão (31,7%) e pelo tablet (12,0%). Houve redução de 3 p.p. no uso do microcomputador e de 1,4 p.p. no de tablet, mas alta de 8,4 p.p. no uso da televisão.

O rendimento médio per capita dos domicílios com utilização da internet (R\$ 1.527) era o dobro da renda dos que não utilizavam a rede (R\$ 728). O rendimento médio per capita dos que utilizavam tablet para navegar na internet (R\$ 3.223) era mais que o dobro do recebido por aqueles que acessavam a rede pelo celular (R\$ 1.526).

**NOTÍCIAS RELACIONADAS**

Internet chega a 88,1% dos estudantes, mas 4,1 milhões da rede pública não tinham acesso em 2019 14/04/2021

**ÁUDIOS**

Áudio - Alessandra Brito, analista da PNAD Contínua TIC 2019

**VÍDEOS**

Vídeo - Alessandra Brito, analista da PNAD Contínua TIC 2019

**DOCUMENTOS**

Publicação - PNAD Contínua TIC 2019

Tabelas - PNAD Contínua TIC 2019

Divulgação PNAD TIC 2019

**PRODUTOS RELACIONADOS**

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação anual

Fonte: IBGE, 2021.

O release possui uma introdução com 4.602 caracteres (espaços inclusos), que não tem a função de resumir o texto seguinte (tal como ocorreu no caso da S/S), mas de destacar as informações consideradas mais relevantes na pesquisa, quase todas relacionadas ao uso da internet.

O corpo do texto que se segue à introdução possui 16.843 caracteres, excluindo título e créditos (não há tabelas ou infográficos). Ou seja, o equivalente a 12 laudas jornalísticas, considerando o padrão adotado pela FENAJ (lauda de 1.400 caracteres). Menor que o release da S/S, mas ainda consideravelmente grande. O texto é organizado em 15 textos menores com os seguintes subtítulos:

*Acesso à internet por TV sobe de 23,3% para 31,7% dos domicílios*

*Apenas no Nordeste o uso da banda larga fixa é maior que o da banda larga móvel*

*Acesso à internet é mais frequente entre mulheres e entre jovens de 20 a 29 anos*

*Estudantes acessam mais a internet, entre os da rede privada o uso chega a 98%*

*Caiu o acesso à internet por computador e tablet, enquanto o acesso por TV e celular cresceu*

*Uso da internet para assistir a vídeos, séries e filmes chega a 88,4%*

*Em 2019, 89,3% das pessoas que não usavam a rede não estavam estudando*

*Posse de celular para uso pessoal passa de 80% da população de dez anos ou mais*

*Entre os estudantes sem celular, 29,6% usavam telefone de outra pessoa  
4,7% dos domicílios continuam sem nenhum tipo de telefone*

*Cai a proporção de domicílios com microcomputador e tablet*

*Nos domicílios com TV, o rendimento é duas vezes maior que o dos sem TV*

*Aumenta o número de TVs com conversor para o sinal digital*

*Cai de 3,1% para 2,4% a proporção de domicílios sem acesso à TV*

*Serviço de TV por assinatura tem queda na área urbana e alta na rural*

Os textos de cada tópico possuem entre 524 e 2.103 caracteres, excluindo títulos, e são estruturados para destacar números variados, como no tema abordado a seguir (uso da internet por estudantes):

**Estudantes acessam mais a internet, entre os da rede privada o uso chega a 98%**

Em 2019, o percentual de pessoas que utilizaram a internet foi de 88,1% no grupo dos estudantes, e de 75,8% entre não estudantes. Houve aumento do uso da internet nos dois grupos, sobretudo entre não estudantes (4,0 p.p.). Mas enquanto 98,4% dos estudantes da rede privada utilizaram a internet em 2019, este percentual entre os estudantes da rede pública foi de 83,7%.

As diferenças regionais no uso da internet são mais marcadas entre os estudantes da rede pública. Nas Regiões Norte e Nordeste, o percentual de estudantes da rede pública que utilizaram a internet foi de 68,4% e 77,0%, respectivamente; nas demais regiões, este percentual variou de 88,6% a 91,3%. Considerando apenas os estudantes da rede privada, o percentual de uso da rede ficou acima de 95,0% em todas as regiões, alcançando praticamente a totalidade dos estudantes nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Assim como no caso da *SIS 2020*, o release parece concebido com a intenção de elaborar um panorama completo de toda a *PNADC TIC*. O release também apresenta um texto truncado, embora o volume de informações da pesquisa seja menor.

Além do release, a Agência de Notícias publicou uma notícia (Internet chega a 88,1% dos estudantes, mas 4,1 milhões da rede pública não tinham acesso em 2019)

Figura 36 – Notícia da Agência de Notícias IBGE sobre a PNADC TIC



**AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS**

Home | Notícias | Releases | Comunicados | Minuto IBGE | Próximas divulgações | Acervo

PNAD Contínua

## Internet chega a 88,1% dos estudantes, mas 4,1 milhões da rede pública não tinham acesso em 2019

Editoria: Estatísticas Sociais | Alexandre Barros | Arte: Melga Sepia

14/04/2021 10h00 | Atualizado em 28/04/2021 09h20

**Resumo**

- Do total de estudantes sem internet, 95,9% estudavam em escolas públicas.
- Na rede pública de ensino do Norte e Nordeste, apenas 68,4% e 77,0% dos alunos, respectivamente, tinham acesso à internet.
- Celular é o principal meio para navegar na internet, mas somente 64,8% dos estudantes de escolas públicas tinham o aparelho.
- Uso do computador e do tablet para acessar à rede cai, enquanto celular e TV avançam em 2019.
- Internet cresce nos domicílios do país, principalmente no Nordeste.
- Entre os 39,8 milhões de pessoas que não acessaram a internet em 2019, 43,8% alegaram não ter o serviço por não saber navegar na rede.

95,9% dos estudantes sem internet estudavam em escolas públicas - Foto: Divulgação/MCTIC

O percentual de estudantes, de 10 anos ou mais, com acesso à internet cresceu de 86,6%, em 2018, para 88,1% em 2019, mas 4,3 milhões ainda não utilizavam o serviço, sendo a maioria alunos de escolas públicas (95,9%). Enquanto, 4,1 milhões de estudantes da rede pública de ensino não tinham acesso ao serviço, apenas 174 mil alunos do setor privado não tinham conexão à rede mundial de computadores.

**RELEAS RELACIONADOS**  
PNAD Contínua TIC 2019: internet chega a 82,7% dos domicílios do país 14/04/2021

**ÁUDIOS**  
Áudio - Alessandra Brito, analista da PNAD Contínua TIC 2019

**VÍDEOS**  
Vídeo - Alessandra Brito, analista da PNAD Contínua TIC 2019

**DOCUMENTOS**  
Publicação - PNAD Contínua TIC 2019  
Tabelas - PNAD Contínua TIC 2019  
Divulgação PNAD TIC 2019

**PRODUTOS RELACIONADOS**  
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação anual

Fonte: IBGE, 2021.

A notícia é introduzida por um resumo com seis tópicos (625 caracteres) com números que sustentam a afirmação do título:

- Do total de estudantes sem internet, 95,9% estudavam em escolas públicas.
- Na rede pública de ensino do Norte e Nordeste, apenas 68,4% e 77,0% dos alunos, respectivamente, tinham acesso à internet.
- Celular é o principal meio para navegar na internet, mas somente 64,8% dos estudantes de escolas públicas tinham o aparelho.
- Uso do computador e do tablet para acessar à rede cai, enquanto celular e TV avançam em 2019.
- Internet cresce nos domicílios do país, principalmente no Nordeste.
- Entre os 39,8 milhões de pessoas que não acessaram a internet em 2019, 43,8% alegaram não ter o serviço por não saber navegar na rede.

O corpo do texto que se segue (6.276 caracteres) expande os temas, focando o acesso à internet por estudantes. Essa escolha se deve à suspensão de aulas presenciais no ano seguinte devido à pandemia, que acabou prejudicando os estudantes com menor renda:

Quase todos os estudantes de escolas particulares tinham acesso à internet (98,4%). Já no ensino público, eram 83,7%. Essa diferença é ainda mais marcante entre as grandes regiões do país. No Norte e Nordeste, o percentual de estudantes da rede pública que utilizaram a internet foi de 68,4% e 77,0%, respectivamente. Nas demais regiões esse percentual variou de 88,6% a 91,3%. Já na rede de ensino privada, o percentual de uso da internet ficou acima de 95,0% em todas as grandes regiões, alcançando praticamente a totalidade dos estudantes no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. “Isso está relacionado à renda. 26,1% dos estudantes não utilizaram a internet por considerar o serviço caro e 19,3% devido ao custo do equipamento eletrônico para navegar na rede. Essas diferenças são ainda maiores entre os estudantes da rede pública e da rede privada, revelando um traço de desigualdade que ficou ainda mais evidente na pandemia, quando o ensino presencial foi suspenso e as famílias tiveram que se adaptar às aulas remotas”, afirma a analista da pesquisa, Alessandra Scalioni Brito.

A notícia conta ainda com uma foto legendada e dois infográficos. Assim como ocorreu com a *S/S*, temos na notícia um texto mais fluido e explicativo que o do release, focando em um tema mais específico entre os analisados pela pesquisa.

### 6.2.2 Divulgação da PNADC TIC pelos veículos jornalísticos

O IBGE realizou cinco divulgações na mesma semana: *Pesquisa Mensal de Comércio* na terça-feira (13/04/2021); *PNADC TIC* na quarta-feira (14/04/2021); *Pesquisa Mensal de Serviços*, *Contas de Ecossistemas: Produtos florestais não*

*madeireiros e Contas de Ecossistemas: Condição dos corpos hídricos na quinta-feira (15/04/2021).*

Para esta análise, foram verificadas todas as 3.715 matérias arquivadas pela Linear Comunicação dos dias 14 e 15 de abril de 2021. Desse total, 500 se relacionavam diretamente com a *PNADC TIC 2019*, conforme mostra a tabela a seguir:

Quadro 6 – Matérias selecionadas de 14 e 15 de abril de 2021

Categoria	Matérias selecionadas pela empresa de clipagem											
	Valores absolutos				Valores percentuais (em relação ao total por categoria)				Valores percentuais (em relação aos totais do dia)			
	14 de abril de 2021		15 de abril de 2021		14 de abril de 2021		15 de abril de 2021		14 de abril de 2021		15 de abril de 2021	
	Total IBGE	Apenas PNAD TIC	Total IBGE	Apenas PNAD TIC	Total IBGE	Apenas PNAD TIC	Total IBGE	Apenas PNAD TIC	Total IBGE	Apenas PNAD TIC	Total IBGE	Apenas PNAD TIC
Impresso	177	2	190	21	100,0	1,1	100,0	11,1	10,6	0,5	9,3	19,8
Revista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Televisão	50	12	55	15	100,0	24,0	100,0	27,3	3,0	3,0	2,7	14,2
Rádio	47	14	46	8	100,0	29,8	100,0	17,4	2,8	3,6	2,3	7,5
Site	1.366	361	1.703	58	100,0	26,4	100,0	3,4	81,5	91,6	83,5	54,7
Blog	36	5	45	4	100,0	13,9	100,0	8,9	2,1	1,3	2,2	3,8
<b>Total</b>	<b>1.676</b>	<b>394</b>	<b>2.039</b>	<b>106</b>	<b>100,0</b>	<b>23,5</b>	<b>100,0</b>	<b>5,2</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: nossa autoria.

As íntegra das matérias de Revistas, Sites e Impressos citadas a seguir neste tópico está disponibilizada no Anexo G. Foram verificadas todas as 39 matérias arquivadas da categoria Revista do período de 16 a 24 de abril de 2021. Apenas a matéria “Revolução do ensino” (24/04/2021), da *IstoÉ Dinheiro*, fez referência à pesquisa ao informar dados sobre estudantes sem acesso à internet.

Há semelhanças com a divulgação jornalística da *SIS*, como o predomínio de matérias publicadas em sites e a alta replicação de algumas delas. Nos dois dias analisados, foram publicadas 419 matérias sobre a *PNADC TIC* em sites, sendo que 246 delas são replicações, com pouca ou nenhuma alteração, de oito matérias produzidas por agências de notícias ou portais: *Sobe para 82,7% percentual de domicílios com internet, diz IBGE* (da Agência Brasil, em 55 sites); *Acesso de estudantes à internet aumenta para 88,1% em 2019, diz IBGE* (da

*Agência Brasil*, publicada em 50 sites); *TV por assinatura em domicílios recua para 30,4% em 2019* (da *Agência Brasil*, em 44 sites); *Acesso à internet cresce, mas ainda exclui 39,8 milhões de brasileiros* (do portal *R7*, em 23 sites); *IBGE aponta desigualdade de acesso à internet entre estudantes* (do *R7*, em 20 sites); *Domicílios com televisores aptos a sinal digital chegam a 89,8%* (do *R7*, em 18 sites); *No pré-covid, País tinha 12,646 milhões de famílias sem acesso à internet em casa* (da *Agência Estado*, em 23 sites) e *Segundo IBGE, 4,3 milhões de estudantes brasileiros entraram na pandemia sem acesso à internet* (da *Agência Folha*, em 13 sites).

A *Agência Brasil* se destacou novamente com um alto índice de replicação em suas três reportagens. O corpo do texto intitulado *Sobe para 82,7% percentual de domicílios com internet, diz IBGE* tem 5.039 caracteres (excluindo título e subtítulos) e contém citação de Hélio Maurício Miranda da Fonseca, gerente de Projetos do Ministério das Comunicações, que falou sobre a relevância da pesquisa para a formulação de políticas públicas. A matéria *Acesso de estudantes à internet aumenta para 88,1% em 2019, diz IBGE* tem 3.658 caracteres e contém citações de Alessandra Brito, pesquisadora do IBGE, que comentou a diferença de acesso entre estudantes das redes públicas e privada. Por fim, a reportagem *TV por assinatura em domicílios recua para 30,4% em 2019* tem 4.010 caracteres e contém uma única citação atribuída ao IBGE sobre a redução crescente do indicador desde 2016.

Figura 37 – Matérias da Agência Brasil sobre a PNADC TIC (14/04/2021)

© Caminhos da Reportagem/TV Brasil

**Geral**

### Sobe para 82,7% percentual de domicílios com internet, diz IBGE

*De 2018 para 2019, alta foi de 3,6 pontos percentuais*

Publicado em 14/04/2021 - 13:59 Por Cristina Índio do Brasil - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro

O percentual de domicílios brasileiros que usam a internet subiu de 79,1% para 82,7%, de 2018 para 2019, o que representa alta de 3,6 pontos percentuais (p.p.). Em 2019, no entanto, 12,6 milhões de domicílios ainda não tinham internet. Os motivos apontados foram falta de interesse (32,9%), serviço de acesso caro (26,2%) e o fato de nenhum morador saber usar a internet (25,7%).

Em 6,8% das residências, os moradores citaram a indisponibilidade de rede na área do domicílio e 5% alegaram o alto custo do equipamento eletrônico para conexão. Os dados

© Álvaro Henrique / Secretaria de Educação do DF

**Educação**

### Acesso de estudantes à internet aumenta para 88,1% em 2019, diz IBGE

*O uso da internet na rede privada ficou acima de 95%*

Publicado em 14/04/2021 - 13:35 Por Cristina Índio do Brasil - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro

O percentual de estudantes de 10 anos ou mais de idade com acesso à internet subiu de 86,6%, em 2018, para 88,1% em 2019. Apesar disso, 4,3 milhões ainda não utilizavam o serviço e a maior parte era de alunos de escolas públicas (95,9%).

Ao todo eram 4,1 milhões de estudantes da rede pública de ensino sem o acesso à internet, enquanto na rede privada eram apenas 174 mil alunos sem conexão à rede mundial de computadores.

© Tomaz Silva/Agência Brasil

**Geral**

### TV por assinatura em domicílios recua para 30,4% em 2019

*Para 51,5% da população, preço é o motivo para não ter esse tipo de TV*

Publicado em 14/04/2021 - 17:32 Por Cristina Índio do Brasil - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro

A Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (**Pnad Contínua**), divulgada hoje (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que analisou o acesso à tecnologia da informação e comunicação (TIC) no quarto trimestre de 2019, aponta que o percentual de domicílios com TV por assinatura caiu de 31,8% em 2018 para 30,4% em 2019. Na área urbana, houve recuo de 34,3% para 32,4% na mesma comparação, mas na rural aumentou de 14,9% para 15,9%. O motivo para os 51,5% que não tinham esse tipo de TV, era o preço elevado. A falta de interesse é apontada por 41,6%.

Fonte: AGÊNCIA BRASIL, 2021.



O portal *R7*, pertencente ao Grupo Record, publicou três matérias que se destacaram nas replicações. Nenhuma delas contém citações de entrevistados. A matéria *Acesso à internet cresce, mas ainda exclui 39,8 milhões de brasileiros* tem 2.345 caracteres, além de um resumo inicial de quatro tópicos que totalizam 316 caracteres e um infográfico com dados sobre acesso à rede nas regiões urbana e rural do Brasil e Grandes Regiões. *IBGE aponta desigualdade de acesso à internet entre estudantes* tem 2.883 caracteres e o vídeo de uma matéria exibida pelo programa *Hoje em Dia* da *TV Record* (9 minutos e 30 segundos de duração) sobre as dificuldades enfrentadas por estudantes que se preparavam durante a pandemia para tentar ingressar na universidade. Por fim, a reportagem *Domicílios com televisores aptos a sinal digital chegam a 89,8%* tem 2.093 caracteres e inclui um vídeo de matéria do programa *Balanço Geral* da *TV Record* (3 minutos e 44 segundos) sobre o fim do sinal analógico de TV. Não há indicação exata da data de produção dos dois vídeos citados que complementam as matérias do *R7*, mas eles certamente são anteriores à divulgação da pesquisa, o que pode causar alguma confusão para quem consome a informação. A matéria do *Hoje em Dia*, por exemplo, claramente foi produzida no ano anterior e cita dados da *PNAD* sem informar qual é a edição da pesquisa utilizada.

Figura 38 – Matérias do R7 sobre a PNADC TIC (14/04/2021)

### Acesso à internet cresce, mas ainda exclui 39,8 milhões de brasileiros

Dado é de estudo do IBGE e diz respeito a 2019. Motivos variam desde preço e rede indisponível até falta de interesse

BRASIL | Márcio Pinho, do R7

**RESUMINDO A NOTÍCIA**

- Os resultados indicam que 21,7% das pessoas com 10 anos ou mais não utilizam a internet no Brasil
- Falta de interesse e serviço caro estão entre os motivos mais comuns
- Nordeste foi a região com menor número de domicílios com acesso à internet
- Utilização por idosos cresceu e chegou a 48% da população com 60 anos ou mais



Cellular é principal meio de acesso à internet, segundo o IBGE

A utilização da internet cresce no Brasil, mas ainda não atinge cerca de 39,8 milhões de brasileiros, segundo estudo divulgado nesta quarta-feira (14) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os dados dizem respeito ao último trimestre de 2019 e foram coletados por meio da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua.

Os resultados indicam que 21,7% dos 183,3 milhões de pessoas com 10 anos ou mais não utilizam a internet no Brasil. O número, apesar de expressivo, mostra uma redução em relação a 2018, quando 46 milhões de pessoas não tinham acesso à internet, segundo o IBGE.

Já na nova pesquisa, ficou constatado que 62,7% dos domicílios do país em 2019 tinham acesso à internet, um aumento de 3,6 pontos percentuais em relação a 2018. A região com menor índice é o Nordeste (veja gráfico abaixo). Além disso, os números indicam que o acesso na área rural ainda fica bastante atrás em relação à área urbana.

### IBGE aponta desigualdade de acesso à internet entre estudantes

Alunos de escolas públicas têm mais dificuldade de conexão; o celular é meio utilizado pelos alunos de todas as redes

EDUCAÇÃO | Karla Dunbar, do R7



Estudantes de todas as regiões e classes sociais acessam a internet pelo celular

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou nesta quarta-feira (14) os dados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua) que analisa o uso de televisão e internet pelas famílias brasileiras. Os números são referentes a 2019 e apontam que estudantes de escolas particulares têm mais acesso à internet que aqueles da rede pública.

A pesquisa aponta diferenças sociais de **acesso à internet** em 2019 e que ficaram mais evidentes após a pandemia de **COVID-19**, que impôs isolamento social e ensino remoto. De acordo com os dados da Pnad de 2019, 88,1% dos estudantes **brasileiros acessaram a internet**. No entanto, a pesquisa aponta uma diferença social: 98,4% dos estudantes da rede privada tiveram acesso à rede e esse percentual entre os estudantes da rede pública de ensino foi de 83,7%.

A Pnad também aponta diferenças de acesso por região do país. Nas regiões Norte e Nordeste o percentual de estudantes da rede pública que utilizaram a internet foi de 68,4% e 77,0%, respectivamente, nas demais regiões esse percentual variou de 88,6% a 91,3%. A distância fica ainda maior quando apenas os estudantes da rede privada são analisados, o percentual de uso ficou acima de 95,0% em todas as regiões, "atingindo praticamente a totalidade dos estudantes nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste".

O acesso à internet pelo celular é o meio mais comum a todos os estudantes tanto na rede pública (96,8%) quanto na rede privada (98,3%). A diferença volta quando o foco está na posse do aparelho. Nas escolas particulares, 92,6% dos alunos tinham telefone celular para uso pessoal, esse percentual era de apenas 64,8% entre aqueles da rede pública. A maior diferença ocorreu na região Norte, apenas 47,5% de estudantes da rede pública tinham o próprio aparelho celular.

Do total de estudantes que tinham aparelho celular para uso pessoal no país, um contingente de 26,3 milhões de pessoas, a parcela que tinha acesso à internet neste aparelho era de 97,8%, acima da parcela estimada para o total da população de 10 anos ou mais de idade (91,0%).

A diferença social volta a ganhar força quando o meio de acesso à web é o computador – 81,8% dos estudantes da rede privada acessavam a internet pelo computador, esse percentual era apenas 43,0% entre os estudantes da rede pública.

O uso da televisão para acessar a internet ocorre para 51,1% dos estudantes da rede privada, sendo este percentual a dobrar do apresentado entre estudantes da rede pública (26,8%). No uso do tablet, a diferença chega a quase três vezes.

Entre os estudantes da rede pública, a principal finalidade do uso da internet foi assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes (93,4%), ao passo que, entre os estudantes da rede privada, o maior percentual ocorreu na finalidade **enviar ou receber mensagens de texto**, via e-mail ou imagens por aplicativos diferentes de e-mail (97,2%).

**Sem acesso à internet, estudantes de baixa renda têm dificuldades dura...**

### Domicílios com televisores aptos a sinal digital chegam a 89,8%

Dado é de estudo do IBGE e se refere a 2019. Expansão acontece em todas as regiões do país e também nas áreas urbana e rural

BRASIL | Du R7



Percentual de domicílios preparados para receber o sinal digital de televisão aberta alcançou 89,8%, segundo estudo divulgado nesta quarta-feira (14) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O dado diz respeito ao último trimestre de 2019 e mostra um aumento em relação a 2018, quando o índice de domicílios com televisores aptos a receber o sinal digital era de 86,6%. Com o aumento verificado em 2019, 63,1 milhões de domicílios estavam habilitados para receber o sinal que se tornará o definitivo da televisão brasileira. Isso porque desde 2016 o sinal analógico vem sendo desligado para que a frequência seja liberada para a expansão da rede 4G de telefonia.

O sinal já não está disponível em parte dos municípios do país, e seu desligamento será concluído em 2023, segundo o governo. A maioria dos aparelhos fabricados a partir de 2010 já traz um conversor de sinal integrado.

Segundo o estudo do IBGE, o incremento na presença dos aparelhos aptos a receber o sinal digital de deu na área urbana (89,9% para 92,4%) e também na área rural, de forma mais intensa (84,1% para 71,4%).

Considerando os domicílios com televisão, de 2018 para 2019, os maiores aumentos no percentual de domicílios com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta ocorreram nas regiões Norte (81,5% para 87,0%) e Nordeste (76,2% para 81,4%).

Entretanto, esses resultados alcançados em 2019 ainda permaneceram inferiores aos das demais regiões, com a Sudeste apresentando o percentual mais elevado (94,0%).

**Internet**

O estudo mostrou também que a utilização da internet cresce no Brasil, mas ainda não atinge cerca de 39,8 milhões de pessoas, segundo estudo divulgado nesta quarta-feira (14) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os dados foram coletados por meio da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua.

Os resultados indicam que 21,7% das pessoas com 10 anos ou mais não utilizam a internet no Brasil. O número, apesar de expressivo, mostra uma redução em relação a 2018, quando 46 milhões de pessoas não tinham acesso à internet, segundo o IBGE.



Saiba como continuar assistindo à Record TV após o fim do sinal analógico por RecordTV

Como fazer para continuar assistindo a Record TV após o fim do sinal analógico

#### DOMICÍLIOS COM UTILIZAÇÃO DE INTERNET NO BRASIL

Nordeste tem menor acesso no país



Região	Área	Utilização (%)
Brasil	Total	62,7%
	Urbana	82,7%
Norte	Total	79%
	Urbana	88,6%
Nordeste	Total	54,3%
	Urbana	74,3%
Sudeste	Total	84,8%
	Urbana	94,8%
Sul	Total	84,9%
	Urbana	97,8%
Centro-Oeste	Total	86,1%
	Urbana	94,3%

Fonte: IBGE

Fonte: R7, 2021.

A matéria da Agência Estado (*No pré-covid, País tinha 12,646 milhões de famílias sem acesso à internet em casa*) tem 5.439 caracteres e trata sobre internet, celulares e TV.

Figura 39 – Matéria da Agência Estado sobre a PNADC TIC (14/04/2021)

Economia

# No pré-pandemia, Brasil tinha 12,6 milhões de lares sem internet

Dados divulgados pelo IBGE mostram que cerca de 39,8 milhões de brasileiros de 10 anos ou mais de idade não usavam a rede no fim de 2019

Daniela Amorim, O Estado de S.Paulo  
14 de abril de 2021 | 11h31

RIO - No último trimestre antes que a **pandemia de covid-19** se agravasse no **Brasil**, 12,646 milhões de famílias ainda não tinham acesso à internet em casa. Cerca de 39,8 milhões de brasileiros de 10 anos ou mais de idade não usavam a rede, e ainda havia 34,9 milhões de pessoas nessa faixa

Fonte: ESTADÃO, 2021.

E a matéria da *Agência Folha* (*Segundo IBGE, 4,3 milhões de estudantes brasileiros entraram na pandemia sem acesso à internet*) tem 4.928 caracteres e enfatiza as dificuldades enfrentadas por estudantes da rede pública. Ambas contêm citações somente de Alessandra Brito, pesquisadora do IBGE.

Figura 40 – Matéria da Agência Folha sobre a PNADC TIC (14/04/2021)



uol

FOLHA DE S.PAULO

educação > enem ruf escolha a escola folha na sala cotidiano

## Segundo IBGE, 4,3 milhões de estudantes brasileiros entraram na pandemia sem acesso à internet

Dado do instituto reforça desigualdade no ensino a distância entre estudantes das redes pública e privada

14.abr.2021 às 10h00

Ouvir o texto A- A+

**Nicola Pamplona**

**RIO DE JANEIRO** Ao fim de 2019, 4,3 milhões de estudantes brasileiros não tinham acesso à internet, seja por falta de dinheiro para contratar o serviço ou comprar um aparelho seja por indisponibilidade do serviço nas regiões onde viviam.

Destes, 4,1 milhões estudavam na rede pública de ensino, informou nesta quarta (10) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A estatística reforça os efeitos da desigualdade na educação com escolas fechadas durante a pandemia.

Fonte: FOLHA ONLINE, 2021.

Essas oito matérias apresentam características semelhantes às das mais replicadas sobre a S/S. A estrutura também lembra a das notícias produzidas pela Agência IBGE Notícias. A referência é somente a pesquisa divulgada, com o uso eventual de citações atribuídas à uma pesquisadora específica do IBGE ou ao próprio Instituto. A única citação de entrevista com alguém externo ao órgão foi em uma das matérias da *Agência Brasil* e é de um representante do Ministério das Comunicações que participou da coletiva de lançamento da *PNADC TIC*. Também não há uso de personagens que exemplifiquem os dados ilustrados.

Uma das matérias do G1 também merece destaque pela quantidade de replicações, que ultrapassaram a da Agência Folha. De 14 de abril de 2021, o texto *Em 2019, Brasil tinha quase 40 milhões de pessoas sem acesso à internet, diz IBGE* continha 5.320 caracteres e foi publicada em 17 sites. A matéria original também conta com um infográfico que ilustra dados variados sobre o acesso à rede e o vídeo da matéria do programa *Jornal Hoje*, que será comentada adiante. Possui uma única citação entre aspas, atribuída ao IBGE, sobre a diferença de acesso por faixa de rendimento nas grandes regiões.

Figura 41 – Matéria do G1 sobre a PNADC TIC (14/04/2021)

**Em 2019, Brasil tinha quase 40 milhões de pessoas sem acesso à internet, diz IBGE**

Número representa 21,7% da população com idade acima de 10 anos. Dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C).

Por G1  
14/04/2021 10h00 · Atualizado há 11 meses

O celular é o aparelho número um para acessar a internet no Brasil. Em 2019, o aparelho era usado por 98,6% dos internautas. — Foto: Altieres Rohrer/G1

O Brasil tinha **39,8 milhões** pessoas sem conexão com a internet no final de 2019. O número representa **21,7%** da população com idade acima de 10 anos.

Os números são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C), com levantamento feito no 4º trimestre de 2019, divulgada nesta quarta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Um ano antes, o número de brasileiros que não tinham acesso à rede mundial de computadores era de 45,9 milhões, o que correspondia a 25,3% da população com 10 anos ou mais.

Em um ano, o número de internautas no Brasil aumentou em 6,1 milhões de pessoas. Havia no país, ao final de 2019, **143,5 milhões** pessoas conectadas à internet (78,3%).

Os dados do suplemento de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) da Pnad dão um panorama sobre quantas pessoas estão conectadas à internet e aparelhos mais usados para acessar a rede.

Veja abaixo os principais dados da pesquisa.

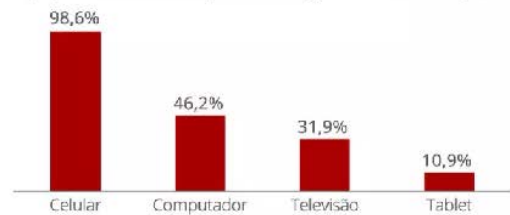
**Uso da internet no Brasil**  
Celular é o principal meio de acesso à rede



**Rendimento real médio per capita nos domicílios**



**Equipamento usado para navegar na internet (em %)**



**Finalidade de acesso à internet (em %)**



**Estudantes com acesso à internet por rede de ensino (em %)**



Fonte: IBGE, levantamento feito no 4º tri de 2019  
Infográfico elaborado em: 14/04/2021



Fonte: G1, 2021.


O G1 também publicou 12 matérias regionais sobre a pesquisa, todas sem citações de entrevistados. Em 14 de abril de 2021, foram publicadas matérias nas seções regionais de Alagoas (*Alagoas é o 4º estado do país com maior taxa de lares sem acesso à internet, aponta IBGE*, com 1.172 caracteres), Bahia (*Bahia teve 2º maior aumento de internautas no Brasil em 2019, aponta pesquisa do IBGE*, com 2.751 caracteres), Maranhão (*Maranhão tinha o 2º menor percentual de domicílios com internet do país em 2019, diz IBGE*, com 2.250 caracteres, e um infográfico com ranking de acesso por Unidade da Federação), Paraíba (*Índice de lares da Paraíba com acesso à internet chega a 76,7%, aponta pesquisa do IBGE*, com 3.931 caracteres e um infográfico comparando dados locais e nacionais de acesso), Piauí (*Acesso à internet cresce no Piauí, mas proporção ainda é a menor do país, diz IBGE*, com 1.455 caracteres) e Tocantins (*Pesquisa do IBGE mostra que internet chega a quase 75% dos lares tocaninenses*, com 2.773 caracteres).

Figura 42 – Matérias regionais (BA, MA e PB) do G1 sobre a PNADC TIC (14/04/2021)

### Bahia teve 2º maior aumento de internautas no Brasil em 2019, aponta pesquisa do IBGE

Essa é levantamento mais recente da instituição, divulgado nesta quarta-feira (14), que aponta que 71,3% usam internet no estado.

Por G1 BA  
14/04/2021 13h21 - Atualizado há 11 meses



Bahia teve 2º maior aumento de internautas no Brasil em 2019, aponta pesquisa do IBGE — Foto: Getty Images via RPP

Uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que, em 2019, a Bahia teve o segundo maior crescimento de internautas no Brasil. Esse é o levantamento mais recente da instituição, divulgado nesta quarta-feira (14), que aponta que 71,3% usam internet no estado.

Segundo o IBGE, nos últimos trimestres de 2018 e 2019, o número de usuários da internet no estado baiano, com idades a partir de 10 anos, passou de 8,3 milhões para 9,2 milhões: um aumento de 10,3%. O aumento absoluto foi de 860 mil novos internautas.


O instituto detalhou que esse foi o maior aumento registrado na Bahia desde 2016, quando o IBGE começou a fazer a pesquisa.

Entre 2018 e 2019, na Bahia, o número de internautas cresceu mais fora da Região Metropolitana de Salvador: um aumento de 12,2%. Mulheres (+10,4%), idosos (+37,0%) e pessoas menos instruídas (+14,4%) são a principal parcela desse crescimento.

Ainda de acordo com o IBGE, na época da pesquisa, a maior parte das pessoas que não usavam a internet alegaram que não sabiam como fazer: 43,8% delas. Outras 38,8% das pessoas sem o uso disse que o custo do equipamento e do serviço era a principal restrição.

Apesar da alta, no final de 2019, o percentual de 71,3% de pessoas que usavam a internet na Bahia estava abaixo da média nacional de 78,3%, levantada por estados como Distrito Federal (92,1%), São Paulo (86,4%) e Rio de Janeiro (84,7%).

#### Preferências



Bahia teve 2º maior aumento de internautas no Brasil em 2019, aponta pesquisa do IBGE — Foto: Unimed Barueri/Divulgação


O acesso à internet pelo celular é o preferido entre os baianos: 98,9% dos 9,2 milhões de internautas em 2019. No entanto, o equipamento que mais ganhou adeptos para navegar na internet no estado foi a televisão.

No quarto trimestre de 2019, pouco mais de 2 em cada 10 pessoas usavam a internet isso pela TV, na Bahia. Um total de 2,2 milhões de usuários informaram ter navegado por meio desse equipamento. Comparado a 2018, esse número representa um aumento de 53,6%.

### Maranhão tinha o 2º menor percentual de domicílios com internet do país em 2019, diz IBGE

Há dois anos, o estado tinha apenas 67,4% dos domicílios com acesso ao serviço. Levantamento foi divulgado nesta quarta-feira (14).

Por G1 MA — São Luis, MA  
14/04/2021 15h27 - Atualizado há 11 meses



O celular é o aparelho número um para acessar a internet no Brasil. Em 2019, o aparelho era usado por 98,9% dos internautas — Foto: Reprodução/R7/Integração

Em 2019, o Maranhão era o segundo estado com o menor percentual de domicílios que tem acesso à internet do país. Há dois anos, o estado tinha apenas 67,4% dos domicílios maranhenses tinham o serviço.

Os números são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C), com levantamento feito no 4º trimestre de 2019, divulgada nesta quarta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2016, o percentual de residências com internet era de 47,5%. Apesar do aumento, o estado ainda aparece na penúltima colocação do ranking dos estados, atrás somente do Piauí com 67,3%. Em média, o percentual de domicílios brasileiros que possuem acesso ao serviço era de 82,7% em 2019.

**Em 2019, Brasil tinha quase 40 milhões de pessoas sem acesso à internet, diz IBGE**

Entre os equipamentos utilizados para acessar a internet, o celular lidera a lista com 99,8%. Em seguida, aparecem computadores e tablets com 23,5%. Já em relação ao acesso à internet pela televisão, subiu de 2,3% a 13,2% o uso de serviço nos domicílios maranhenses durante o período.

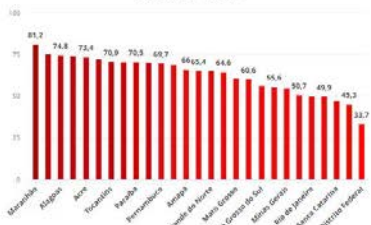
Segundo o IBGE, subiu para 57,1% o número de pessoas a partir de 10 anos ou mais, que tinham celular para uso pessoal. Em 2019, pessoas entre 25 a 29 anos eram maioria entre a população que utilizava o telefone móvel para uso pessoal, com 74%.

#### Menos microcomputadores ou tablets

O levantamento aponta que o Maranhão é o estado que possui a menor quantidade de domicílios sem microcomputadores ou tablets. Em 2019, apenas 18,8% das residências tinham o serviço, percentual menor ao registrado em 2016, que obteve 20,1%. No Brasil, a média chega a 42,9%.

#### Ranking de estados com maior percentual de microcomputadores e tablets

dados são referentes a 2019




Estado	Percentual (%)
Maranhão	67,4
Akshon	74,8
Ara	73,4
Rio Grande do Norte	70,9
Paraná	70,5
Pernambuco	68,7
Amapá	66,5
Rio Grande do Sul	64,6
Mato Grosso	60,6
Mato Grosso do Sul	55,4
São Paulo	86,4
Santa Catarina	84,7
Distrito Federal	92,1

Fonte: IBGE

### Índice de lares da Paraíba com acesso à internet chega a 76,7%, aponta pesquisa do IBGE

É a terceira maior marca do Nordeste. Em sentido contrário, paraibanos usam cada vez menos TV à cabo.

Por G1 PB  
14/04/2021 19h51 - Atualizado há 11 meses



Percentual de domicílios da Paraíba com acesso à internet — Foto: IBGE/Reprodução

A Paraíba atingiu em 2019 uma taxa de 76,7% dos domicílios com acesso à internet, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD C), divulgado nesta quarta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso significa que pouco mais de um milhão de lares paraibanos – de um total de 1,33 milhão – já têm internet, o que indica um aumento de 16% em três anos, já que em 2016 eram 60,7% dos lares.

O índice, contudo, está abaixo da média nacional, que é de 82,7%. Ao mesmo, representa a terceira melhor marca da Região Nordeste. O estado, na região, só fica atrás de Sergipe (80,2%) e Rio Grande do Norte (78,4%). A Paraíba também está acima da média regional, que é de 74,3%.

Com relação à forma como os paraibanos têm acesso à internet, contabilizando apenas os lares que já possuem o serviço, 99,5% das pessoas utilizam a internet via celular, 33,3% via computador, 26,5% via televisão e 9,8% via tablet. A soma ultrapassa os 100% porque a maioria das pessoas usam mais de um dispositivo para esse fim.

O estudo mostra um avanço paulatino do celular e da TV, ao tempo que há um recuo no uso do computador e do tablet para esse fim. Em 2016, 97,5% usavam o celular, 10,3% a televisão, 48,2% o computador e 18,8% o tablet.

Entre os domicílios em que a internet não era utilizada em 2019, os principais motivos apontados foram: em 35% dos lares nenhum morador sabia usar a rede; em 30,2% o serviço de acesso era caro e em 27,2% havia falta de interesse em acessar. Outros 2,8% informaram que o equipamento eletrônico necessário para acessar a internet tinha um alto custo e 2,3% relataram que o serviço de acesso à rede não estava disponível na área do domicílio.

Em relação ao tipo de conexão, a banda larga fixa está em 84,6% dos domicílios em que havia acesso à internet na Paraíba. Já a banda larga móvel está em 61,9% dos lares.

#### Chamadas de voz ou de vídeo em alta

Das 2,3 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade que acessaram a internet na Paraíba em 2019, cerca de 94,4% utilizaram a rede para conversar por chamadas de voz ou de vídeo. Conforme a PNAD Contínua, essa foi a principal finalidade de acesso apresentada pela população paraibana. O percentual ficou acima da média nacional de 91,2%.

Em segundo lugar, está o uso da rede para enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens, por aplicativos de bate-papo. Esse uso responde a 91,2% dos usuários. A pesquisa mostra ainda que 89% usam a internet para assistir a vídeos e apenas 46,9% para enviar e receber e-mails.

O estudo aponta ainda que o uso da internet é mais frequente nas faixas etárias de 20 a 24 anos (89,1%), de 25 a 29 anos (87%), de 14 a 19 anos (86,9%) e de 30 a 39 anos (84%). As menores proporções foram observadas nos grupos de 60 anos ou mais (29,6%) e 50 a 59 anos (58,4%).

Fonte: G1, 2021.

No dia seguinte, foram publicadas matérias nas seções do Acre (*Em 2019, Acre tinha mais de 230 mil pessoas sem acesso à internet, diz IBGE, com 3.996 caracteres, incluindo a mesma citação atribuída ao IBGE que consta na matéria nacional*), Amapá (*Amapá tem a maior proporção de domicílios com acesso à*


internet do Norte e Nordeste do país, com 1.511 caracteres), Distrito Federal (Acesso à internet no DF salta de 71% para 92% da população em oito anos; Brasília mantém maior índice do país, com 2.245 caracteres, incluindo uma citação atribuída ao relatório do IBGE, e um infográfico com série histórica de 2016 a 2019 de dados locais sobre meios de acesso), Rio Grande do Norte (Em 2019, RN tinha 251 mil domicílios sem acesso à internet, diz IBGE, com 2.243 caracteres), Rondônia (Em 2019, Rondônia tinha mais de 16% das casas sem acesso à internet, diz IBGE, com 1.784 caracteres) e Roraima (Roraima lidera média nacional de acessos à internet por celulares, aponta pesquisa do IBGE, com 1.391 caracteres). Os infográficos da matéria nacional foram utilizados em quatro das matérias regionais (Amapá, Maranhão, Rio Grande do Norte e Rondônia), e seu texto também parece ter sido utilizado como base inicial de reportagens locais.

Figura 43 – Matéria regional (DF) do G1 sobre a PNADC TIC (14/04/2021)

**Acesso à internet no DF salta de 71% para 92% da população em oito anos; Brasília mantém maior índice do país**

Percentual é ainda maior entre estudantes, com 96,4%, segundo levantamento do IBGE, com base em dados de 2019. Apesar do destaque nacional, ainda havia 57 mil famílias offline na capital no período analisado.

Por Carolina Cruz, G1 DF  
15/04/2021 06h19 - Atualizado há 11 meses



Acesso à internet na capital federal, em imagem de arquivo — Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

O percentual de moradores do Distrito Federal com acesso à internet passou de **71%** para **92%**, entre 2011 e 2019, o que equivale a 2,45 milhões de pessoas. Durante o período, a capital se manteve com o maior índice de conectados do país. É o que aponta um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).


O estudo faz parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), divulgada na quarta-feira (14), e considera o contato com a rede entre pessoas com mais de 10 anos. Segundo os dados, apesar do destaque nacional, ainda há cerca de 57 mil famílias offline na capital (saiba mais abaixo).

- Em 2019, Brasil tinha quase 40 milhões de pessoas sem acesso à internet, diz IBGE
- Guia do 5G: quando a tecnologia chegará ao Brasil? Veja perguntas e respostas

De acordo com o levantamento, os estudantes são os mais conectados: 96,4% daqueles com mais de 10 anos – em 2011, esse percentual era de 92,1%. Já entre não estudantes, a web está presente na rotina de 90,8%. As taxas são as maiores do país nos dois grupos.

O estudo aponta que a segunda posição no ranking brasileiro de acesso à internet em 2019 foi ocupada por São Paulo, com 86,4%, seguida do Rio de Janeiro, com 84,7%. Os dois estados e o DF estão acima da média nacional, que é de 78,3%.

**Offline**



Plano Foto, no Distrito Federal, em imagem de arquivo — Foto: TV Globo/Reprodução


Em 2019, havia 57 mil famílias sem internet na capital – 5,6%. Entre elas, a maioria justificou que a falta é por conta do "alto custo do serviço" (36,7%).

Enquanto o grupo offline tem renda mensal de **R\$986**, em média, quem possui acesso à rede tem remuneração quase três vezes maior, **R\$2.631**.

Os principais motivos alegados por quem não está conectado são:

- Acesso caro: 36,7%
- Falta de interesse: 32,1%
- Nenhum morador sabia usar a internet: 22,8%

**Celular em alta**



População do Distrito Federal tem acesso gratuito à internet em Wi-Fi social na Praça do Relógio, em Taguatinga — Foto: Tony Windsor/Agência Brasil

A principal finalidade das pessoas para acesso à internet na capital é enviar ou receber mensagens, 97%. Em seguida, está o consumo de vídeos em canais online e plataformas de streaming, com 94%.

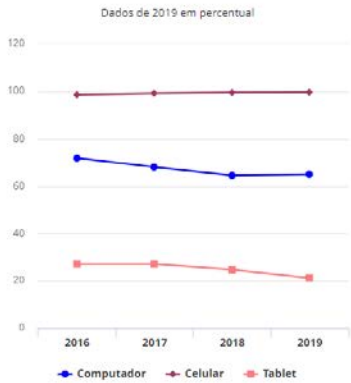
O celular é o principal meio para acessar a rede na capital: 99,6% entre os conectados. Mas o DF se destaca mais no uso de outros tipos de aparelho.

Brasília tem os maiores índices de acesso por meio de computadores e tablets do país. De acordo com o relatório do IBGE, "a população residente em Brasília possui um maior acesso a diferentes equipamentos para acesso à rede".

Apesar disso, esses aparelhos registram queda no uso ao longo dos anos, enquanto os smartphones ganham popularidade. **Veja abaixo.**

**Meio utilizado para acessar a internet no DF**

Dados de 2019 em percentual



Fonte: IBGE

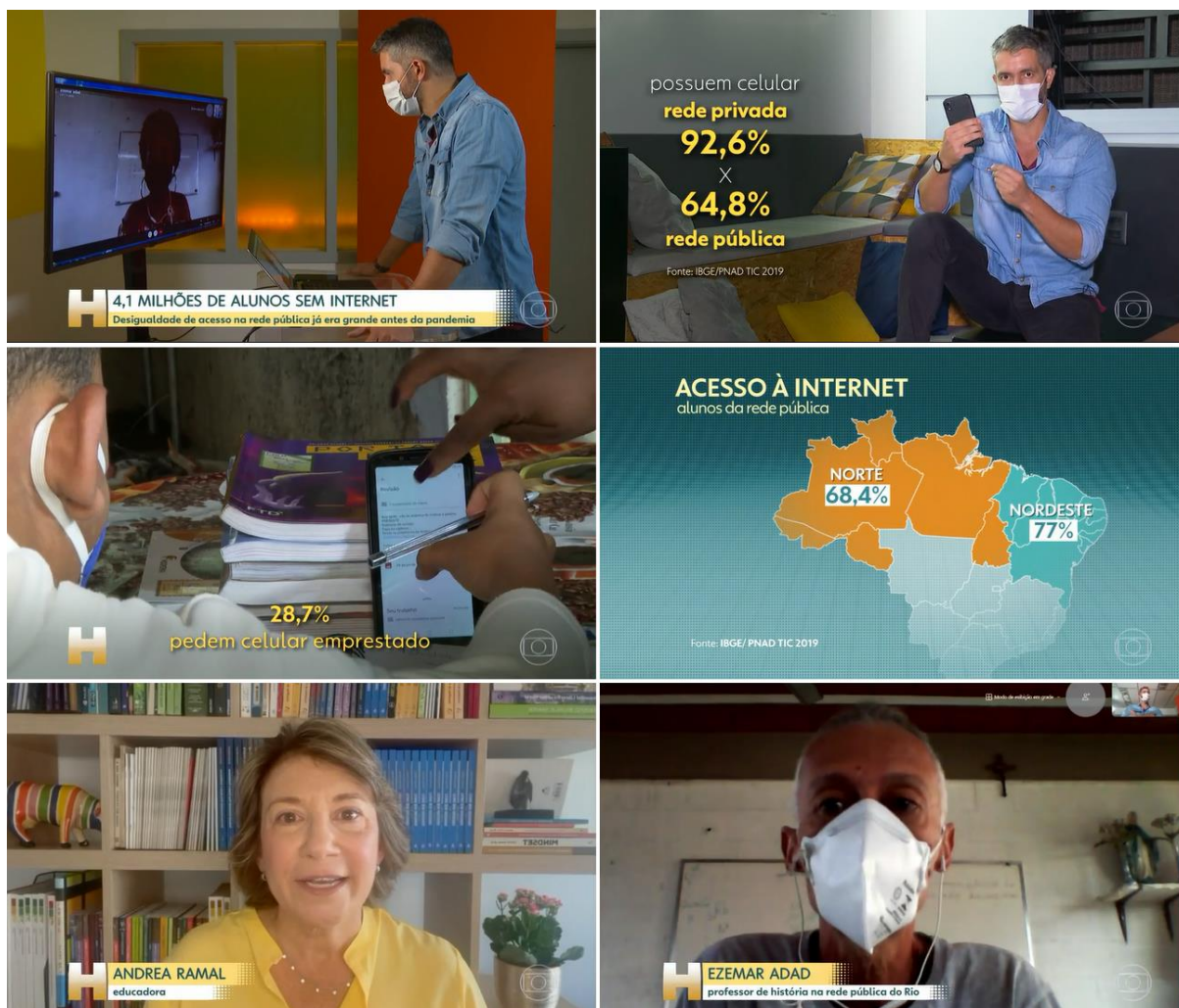
Fonte: G1, 2021.



O *Jornal Nacional*, da *TV Globo*, destacou-se na divulgação da *SIS 2020*, mas não apresentou matéria sobre a *PNADC TIC 2019*. A edição de 14 de abril de 2021 teve como foco principal o avanço da Covid e temas correlatos. Mas o *Jornal Hoje* transmitido pela emissora na tarde do mesmo dia apresentou matéria com duração de 3 minutos e 40 segundos destacando que a pesquisa fornecia um retrato de como era desigual o acesso à internet entre estudantes da rede pública e privada no ano imediatamente anterior à pandemia, algo que se tornaria ainda mais problemático no contexto de ensino remoto adotado diante da pandemia.

A reportagem do *Jornal Hoje* entrevistou a estudante Stefany Regina dos Santos, de 22 anos, que não consegue acompanhar as aulas *online* do cursinho preparatório da comunidade. Alguns números foram exibidos com imagens ao fundo e uso de um infográfico com cartograma para destacar diferenças regionais. A educadora Andrea Ramal comentou sobre a necessidade de se priorizar políticas públicas para resolver o problema. O professor Ezemar Adad, da rede pública do Rio de Janeiro, destacou que é preciso realizar um investimento tecnológico nas escolas. E a apresentadora fechou a matéria informando que o Ministério da Educação foi procurado, mas não deu resposta sobre o problema. Nenhum outro tema da pesquisa foi abordado pelo telejornal.

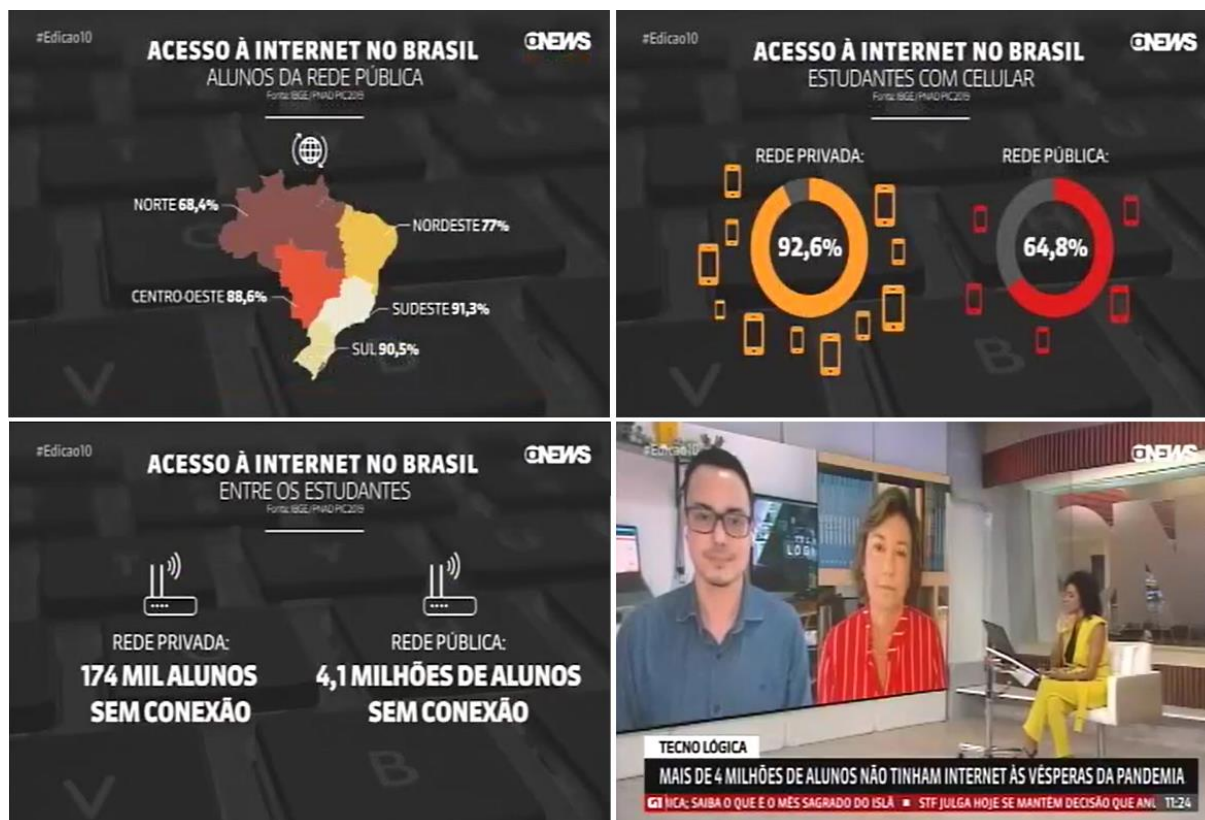
Figura 44 – Imagens de matéria do Jornal Hoje sobre a PNADC TIC (14/04/2021)



Fonte: TV GLOBO, 2021.

A reportagem de TV mais extensa foi a exibida pelo *Jornal GloboNews 10h* do dia seguinte à divulgação da pesquisa, com 10 minutos e 9 segundos de duração. A matéria também tratou sobre impactos da desigualdade de acesso à internet na educação e consistiu em uma conversa entre a apresentadora, o colunista de tecnologia Tarsius Veloso (apresentou infográficos animados com alguns dos principais dados da pesquisa) e a educadora Andrea Ramal (comentou sobre o significado dos números no contexto da pandemia e a necessidade de se implementar políticas inclusive para o preparo dos educadores para o ensino remoto). Na mesma data, o *Jornal GloboNews 0h* apresentou a matéria exibida pelo *Jornal Hoje* no dia anterior com algumas adaptações e duração de 3 minutos e 15 segundos.

Figura 45 – Imagens de matéria da GloboNews sobre a PNADC TIC (15/04/2021)



Fonte: GLOBONEWS, 2021.

Também em 15 de abril 2021, o telejornal *Manhã BandNews*, da TV *BandNews* apresentou matéria com 8 minutos e 7 segundos de duração. Tratou-se de uma entrevista com Ivan Gontijo, da organização da sociedade civil Todos pela Educação. Ele também destacou a desigualdade de acesso entre estudantes revelada pela pesquisa, ressaltando que se trata de um problema estrutural.

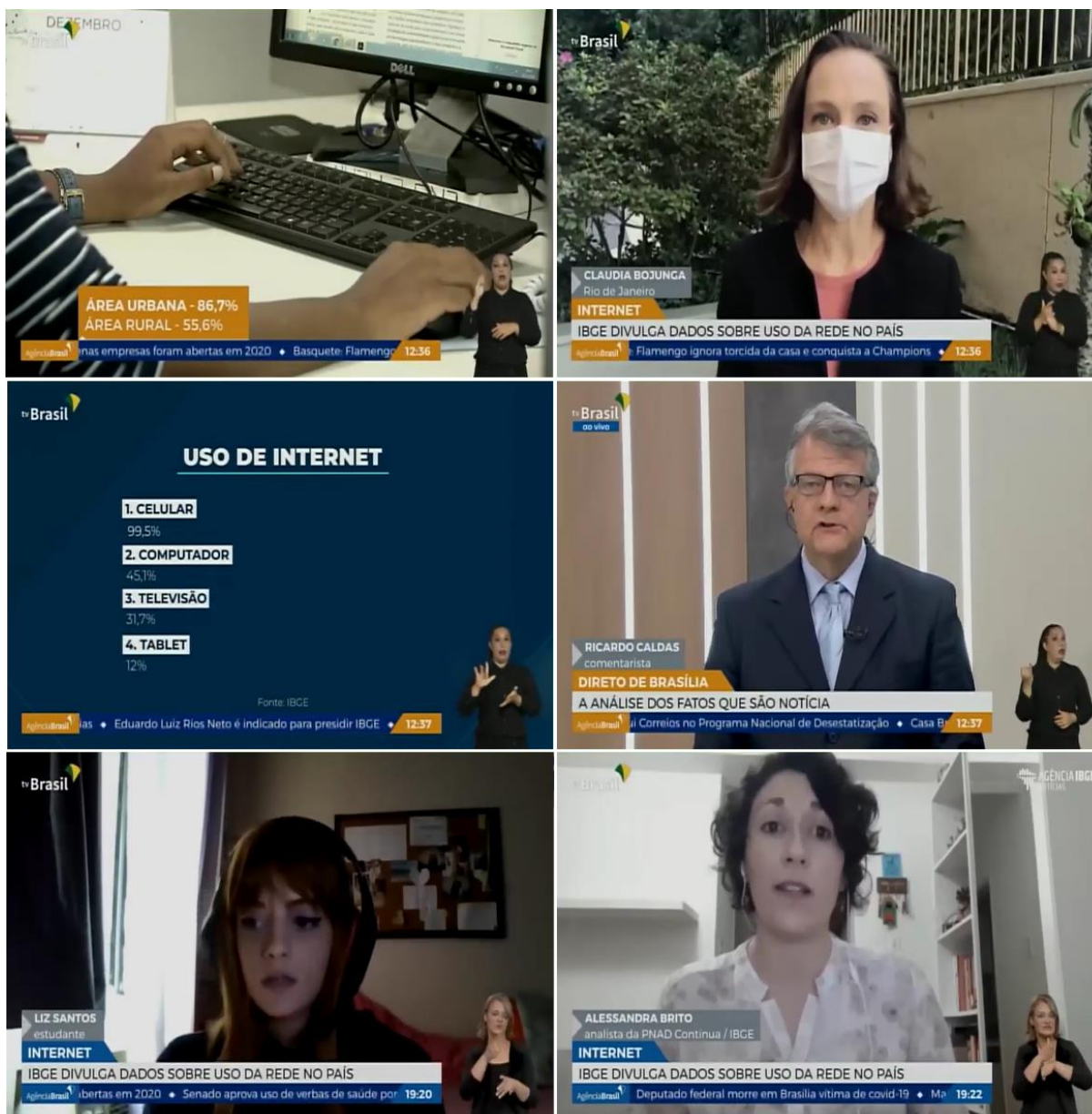
Figura 46 – Imagens de matéria da BandNews sobre a PNADC TIC (15/04/2021)



Fonte: BANDNEWS, 2021.

A maioria das matérias de TV foram fortemente focadas na questão do ensino remoto. Mas não foi o caso das reportagens da *TV Brasil* exibidas nos telejornais *Repórter Brasil Tarde* (em 14 de abril de 2021, com 3 minutos e 16 segundos de duração), *Repórter Brasil* (em 14 de abril, com 2 minutos e 35 segundos) e *Brasil em Dia* (em 15 de abril, com 2 minutos e 32 segundos). Boa parte das três matérias é uma repetição das mesmas imagens, passagem da jornalista e infográficos animados com dados mais gerais sobre acesso à internet. A primeira reportagem conta no final com a análise do comentarista Ricardo Caldas. As duas restantes mostram entrevista com a estudante Liz Santos, que comenta seus modos de uso da rede, e são concluídas com a análise de Alessandra Brito, pesquisadora do IBGE, sobre acesso à internet por estudantes da rede pública (é um trecho do vídeo disponibilizado pela Agência IBGE Notícias).

Figura 47 – Imagens de matérias da TV Brasil sobre a PNADC TIC (14/04/2021)



Fonte: TV BRASIL, 2021.

As notícias de rádio registradas não apresentaram maiores inovações. A maioria limitou-se a apresentar os principais números sobre a falta de acesso à internet, especialmente entre estudantes, com eventuais análises de pesquisadores ou colunistas.

As matérias mais longas foram exibidas no dia da divulgação da pesquisa pela *CBN Anhanguera*, de Goiás, e *CBN Amazônia*, de Rondônia. Com duração de 8 minutos e 58 segundos, a matéria da rádio goiana enfatizou o uso das videochamadas e entrevistou Maria dos Reis (dona de casa que passou a

utilizar ainda mais o recurso após a pandemia, foi a única “personagem” nas matérias de rádio sobre a pesquisa) e Arthur Igreja (especialista em tecnologia, inovação e tendências que comentou resultados da pesquisa). Foram abordados a relação entre o acesso à banda larga e o rendimento, a popularização dos celulares e o uso de TV e serviços de *streaming*, enfatizando os dados regionais. Já a matéria da emissora rondoniense consistiu em uma entrevista com Luiz Cleyton Holanda Lobato, chefe da Unidade Estadual do IBGE em Rondônia, que abordou os dados regionais da pesquisa sobre o acesso à internet, especialmente entre estudantes e idosos. O entrevistado também falou sobre a importância de se responder as pesquisas do IBGE para a formulação de políticas públicas.

A cobertura da *PNADC TIC* jornalismo impresso de 15 de abril de 2021 foi mais precária que a da *SIS*. Os principais jornais de circulação nacional (*O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*) sequer mencionaram a pesquisa. Os poucos jornais regionais que publicaram algo limitaram-se a textos curtos com dados sobre acesso à internet. A exceção no que se refere a tema abordado foi em *O Estado de Mato Grosso do Sul* com a matéria *Número de casas com TV por assinatura recuou* (página A8).

Figura 48 – Página do jornal O Estado de Mato Grosso do Sul sobre a PNADC TIC (15/04/2021)

**PNADC**

## Número de casas com TV por assinatura recuou

A PNADC Continua, divulgada ontem (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que analisou o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no 4º trimestre de 2019, aponta que o percentual de domicílios com TV por assinatura caiu de 31,8% em 2018 para 30,4% em 2019. Na área urbana houve recuo de 34,3% para 32,4% na mesma comparação, mas na rural aumentou de 14,9% para 15,9%. O motivo, para os 51,3% que não tinham esse tipo de TV, era o preço elevado. A falta de interesse é apontada por 41,8%.

De 2018 para 2019, a proporção dos domicílios sem TV por assinatura e que a substituíram pela programação disponível na internet avançou de 3,5% para 4,9%.

No mesmo ano, 63,1 milhões de domicílios tinham televisão com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta, ainda que não o estivessem captando. O número corresponde a 89,8% dos domicílios. Em 2018, o percentual era de 80,0%. Segundo o IBGE, foi registrado um aumento em área urbana de 89,9% para 92,4%, com mais intensidade, em área rural, que passou de 64,1% para 71,4%. Os maiores avanços no percentual de domicílios com conversor para

receber o sinal digital de televisão aberta foram nas regiões Norte, de 81,5% para 87,0%, e Nordeste, de 76,2% para 81,4%. O uso de antena parabólica caiu de 30,0% em 2018 para 27,0% nos domicílios brasileiros em 2019. O equipamento é utilizado para captar sinal de televisão em áreas que não são plenamente atendidas por meio de antenas terrestres. Na área urbana, o uso caiu de 24,0% para 21,8% e de 66,7% para 63,6% na área rural.

O rendimento real médio per capita nos domicílios com antena parabólica de R\$ 1.002 era 37,8% menor que dos que tinham televisão sem esse tipo de serviço, cuja renda era de R\$ 1.807. Os domicílios que não contavam com conversor, não recebiam sinal de televisão por antena parabólica nem tinham serviço de televisão por assinatura somavam 1,7 milhão em área urbana, em 2019, ou 82,7%.

Já a proporção de domicílios sem qualquer meio de acesso à televisão que não fosse o sinal analógico, também em área urbana, caiu de 3,0% para 2,3%, e em área rural, de 4,1% para 3,4%.

Segundo o IBGE, a PNADC Continua TIC "vem constatando uma rápida redução desse indicador desde 2016 (10,3%)".

## MS teve 10,9% de novas empresas abertas em 2020, aponta Serasa

**Maioria dos estabelecimentos abertos foi de microempreendedores**

empresas individuais, 113.679 (3,4%). Na comparação do acumulado anual entre 2020 e 2019 houve crescimento de 6,7%.

Entre as regiões, Centro-Oeste teve 13,3% mais negócios que em 2019; Sul 11,5%; Sudeste 6,7% e Nordeste 6,0%. A Região Norte teve o maior crescimento, de 20,9%.

Ainda conforme o levantamento da Serasa Experian, o Estado da Bahia teve o menor registro, de 2,8%. O maior percentual foi do Amazonas, com 27,6%.

Os serviços de alimentação foram o principal foco dos empreendedores. O setor representa 9,7% do total de empresas abertas. Em seguida está confecções em geral, que tiveram 6,2%, e de reparação e manutenção, 6,1%. Serviços de higiene e embelezamento pessoal 5,5%; propaganda e publicidade 4,6%; comércio varejista de gêneros alimentícios 3,2%. Curso preparatório e de especialização 3,1%; transporte rodoviário de cargas 3,0%; serviços auxiliares de transportes 2,0%. O setor que menos teve percentual foi o de mão de obra especializada, com 1,8%.

Na visão do economista da Serasa, Luiz Rabi, o setor de alimentos, em alguns casos, possibilita baixo investimento, por isso pode estar no topo. "As empresas do ramo alimentício, que figuraram o topo da lista de novas empresas, além de fornecerem itens básicos e essenciais possibilitam, em muitas vezes, um investimento de baixo custo para começar um negócio", conclui.



Comércio passou a abertura de empresas no ano passado segundo a pesquisa

### LOTÉRIAS

**Mega Sena (N°2362)**  
03|20|22|32|35|50

**Quina (N°5540)**  
13|24|30|33|43

**Loteria Federal (N°5555)**  
1 \* 069351 R\$ 500.000,00  
2 \* 020086 R\$ 27.000,00  
3 \* 056000 R\$ 24.000,00  
4 \* 097597 R\$ 19.000,00  
5 \* 062894 R\$ 18.329,00

**Lotoácil (N°2206)**  
01|02|03|04|06  
08|12|13|15|16  
17|20|21|23|25

**Diário de Sorte**  
(Quociente nº 423) Sorteado em 13/04/2021  
01|06|08|10|11|21|31

## Energia

### Usina Sonora recebe Licença de Operação para iniciar atividades

**Usina Sonora recebeu a Licença de Operação para início das atividades de sua termoeletricidade, seu funcionamento em Mato Grosso do Sul na produção de açúcar e álcool.** A UTE Sonora está instalada no Rio Correntes e tem capacidade para gerar até 70 mil megawatts por ano. A autorização foi feita pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar.

A licença emitida pelo Inmass (Instituto de Meio Ambiente de MS) certifica o cumprimento da legislação ambiental vigente para a cogeração de energia elétrica a partir da biomassa feita do bagaço da cana-de-açúcar.

De acordo com a Semagop, a produção de energia a partir das usinas era de 1.800 GWh, 40% a menos que o total anual. O setor tem investido em tecnologia para aproveitar os resíduos que antes eram problema e passam a ser matéria-prima de combustível, com eficiência energética, ou seja, produzindo mais com menos. Além disso, é uma

estratégia do governo estimular a produção de energia renovável, logo diversificou a produção e posicionou o Estado como exportador de energia de biomassa. Hoje referência no país", destaca o secretário da Semagop, Jaime Verrack.

Proprietário da Usina Sonora, Francisco Giobbi explica que antes da termoeletricidade o bagaço da cana-de-açúcar era utilizado apenas para gerar a energia utilizada pela indústria, sem gerar excedente. "Investimos em equipamentos modernos e eficientes e agora vamos exportar 10 megawatts por dia, o suficiente para alimentar uma cidade de 40 mil habitantes", ressalta.

Conforme a Biosol, todas as unidades que operam em Mato Grosso do Sul cogeram bioeletricidade, sendo que 12 exportam o excedente. Somente em 2019 foram exportados 2.541 GWh para o Sistema Interligado Nacional (SIN).

O volume atenderia o consumo residencial de Mato Grosso do Sul durante o ano de 2017, que foi de 1.792 GWh. (Com assessoria)

## Orçamento

### Governo prevê salário-mínimo de R\$ 1.147 em 2022, sem ganho real

**Bernardo Caram e Thiago Resende**  
BRASIL FOLHA IMPRESS

No projeto que estabelece as diretrizes para o orçamento de 2022, que será enviado ao Congresso até hoje (15), o governo definiu que o salário-mínimo deverá ser reajustado de R\$ 1.100 para R\$ 1.147 em janeiro.

O reajuste, segundo a previsão do Ministério da Economia, será de 4,3%, sem ganho real aos trabalhadores. De acordo com um membro da pasta que participa da elaboração do texto, o aumento refletirá apenas a projeção do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) para 2021. Será o terceiro ano seguido que o plano nacional não terá aumento acima da inflação, mantendo o plano do governo Jair Bolsonaro (sem partido), que acabou com a política de ganhos reais que vigorou no Brasil por mais de duas décadas.

O projeto, que ainda passa por finalização no governo e pode sofrer ajustes, é a primeira etapa para a construção do orçamento e dá as bases para a política de gastos do ano de 2022, ano eleitoral. O prazo definido em lei para envio do texto ao Congresso se encerra em 15 de abril.

### Cotações

**Moedas**

Moeda	Compra	Venda
Dólar	0,2715	0,2720
Real	0,3540	0,3545
Yên	0,0025	0,0026

**Investimentos**

Índice	Valor
Ibovespa	120.100
Bovespa	120.100

**Indicadores Apropiciados**

Índice	Valor
Índice de Confiança	100
Índice de Expectativas	100

**Indexadores Financeiros**

Índice	Valor
Índice de Preciosação	100
Índice de Inflação	100

**Provisão Social**

Índice	Valor
Índice de Previdência	100
Índice de Seguros	100

**Tempo**

**NO ESTADO**

Cidade	Min	Máx
Campo Grande	19°	33°
Dourados	22°	35°
Corumbá	21°	35°
Maracaju	22°	36°
Paranáíba	21°	33°
Três Lagoas	22°	34°
Mundo Novo	23°	36°

**NO BRASIL**

Cidade	Min	Máx
Cuiabá	23°	34°
São Paulo	15°	25°
Brasília	15°	28°
Rio de Janeiro	17°	29°

Fonte: O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 2021.

O jornal O Tempo, de Minas Gerais, publicou a matéria Estudantes sem acesso à internet são 4,3 mi (página 15) e foi o único a abordar o tema da pesquisa em editorial no texto Cidadania Offline (página 28).

Figura 49 – Páginas do jornal O Tempo sobre a PNADC TIC (15/04/2021)

**Brasil**

**Em 2019 Estudantes sem acesso à internet são 4,3 mi**

**Advogados de Monique pedem novo depoimento**

**Psicóloga orienta pais a ouvirem queixas dos filhos**

**Defensor de Dr. Jairinho anuncia abandono do caso**

**Em 2019 Estudantes sem acesso à internet são 4,3 mi**

**Advogados de Monique pedem novo depoimento**

**Psicóloga orienta pais a ouvirem queixas dos filhos**

**Defensor de Dr. Jairinho anuncia abandono do caso**

**Editorial**

**CIDADANIA OFFLINE**

Quase 40 milhões de brasileiros entraram na pandemia sem acesso à internet. Os dados, divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e referentes a 2019 mostram, que um quinto da população não tinha como acessar serviços públicos essenciais em meio às medidas de isolamento social no início do ano passado e se viram ainda mais vulneráveis à desigualdade econômica e social.

Para dar conta de mais de 60 milhões de brasileiros desassistidos por programas sociais, investimentos em rede pública de internet, programas de inclusão digital, acesso a computadores, como o Caixa Tem, para alcançar o acesso a serviços digitais e atendimento ao usuário. Respostas públicas, para evitar aglomerações, são: planejar serviços online de atendimento quando a demanda exceder a capacidade física; oferecer atendimento presencial em locais estratégicos; ampliar o atendimento presencial em locais estratégicos; ampliar o atendimento presencial em locais estratégicos; ampliar o atendimento presencial em locais estratégicos.

**OPINIÃO**

**Duke**

**O tempo da fome é outro**

Quem tem fome tem pressa

**Bella Gonçalves**

**Mais de 27 milhões de brasileiros e brasileiras estão abaixo da linha da pobreza**

**27 milhões de cidadãos vão dormir com fome esta noite**

Um aumento de 7% no número de pessoas em extrema pobreza, saltando de 20,9% em março de 2020 para 22,7% no momento do levantamento. Não é novidade que a fome é um problema sério em nosso país. De acordo com o IBGE, em março de 2020, 27 milhões de brasileiros estavam abaixo da linha da pobreza, o que representa 12,7% da população brasileira. Isso significa que mais de 27 milhões de brasileiros e brasileiras vão dormir com fome esta noite.

Fonte: O TEMPO, 2021.

Recursos gráficos foram pouco utilizados, geralmente limitando-se a fotos genéricas que representavam acesso à internet. Foi o caso da Gazeta de Alagoas, o jornal que dedicou maior espaço em folha para a pesquisa ao publicar na página B1 as matérias AL é o 4º do país com menor proporção de domicílios com internet (com foto de duas pessoas em videoconferência por computador) e Celular é mais utilizado para acesso à internet em AL, diz IBGE (com foto de um adolescente de costas utilizando celular).



Figura 50 – Páginas do jornal Gazeta de Alagoas sobre a PNADC TIC (15/04/2021)

**JORNALISMO DE VERDADE**

# GAZETA DE ALAGOAS

QUINTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2021

WWW.GAZETADEALAGOAS.COM.BR

## SUPREMO DÁ AVAL E CPI JÁ TEM OS 11 INTEGRANTES DEFINIDOS POR PARTIDOS

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem, por 10 votos a 1, reafirmar a decisão do ministro Luís Roberto Barroso que determinou ao Senado a instalação de uma CPI para investigar as ações do governo federal no combate à pandemia de Covid-19. A comissão, que também investigará o uso de recursos federais enviados para os estados e municípios, já tem definidos os 11 senadores titulares e os sete suplentes. **A5**

### PLANALTO ATUA PARA BARRAR RENAN E RANDOLFE NO COMANDO DE COMISSÃO



## TEMPORAL CAUSA DESTRUIÇÃO EM PALMEIRA; MACEIÓ SOB ALERTA

Fortes chuvas que caíram ontem em Palmeira dos Índios alagaram ruas, destruíram pavimentos (foto), derrubaram estruturas de alvenaria e causaram transtornos na cidade. Em Maceió, Defesa Civil recebeu novo aviso de temporais e entrou em estado de atenção; preocupação maior é com deslizamentos. **A8**

## NOVO EMPRÉSTIMO

### DÍVIDA DEVE PREJUDICAR INVESTIMENTOS FUTUROS EM AL, DIZ AUDITORIA CIDADÃ

Coordenador local do Núcleo Alagoano da Auditoria Cidadã, o professor José Menezes critica novo pedido de empréstimo de R\$ 770 milhões feito pelo governador Renan Filho à Assembleia Legislativa, alertando que o aumento do endividamento deverá comprometer ainda mais as gerações futuras de Alagoas. **A3**

### VACINAÇÃO

Maceió suspende primeira dose até chegada de novas remessas **A7**

Estado registra mais 802 casos confirmados e 24 óbitos por Covid **A7**

78% das vítimas de coronavírus na capital tinham fatores de risco **A3**

### FASE VERMELHA

Novo decreto do governo estadual não satisfaz bares e restaurantes **A2**

Debate sobre comunismo acirra ânimos na ALE e redes sociais **A3**

### Alagoas é 4º com menor nº de domicílios com internet **A1**

**NÃO HÁ RISCO DE FALTA DE OXIGÊNIO, DIZ COSEMS**

O Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Alagoas (Cosems/AL) afirma que há estoque de oxigênio suficiente para manter atendida a rede hospitalar na pandemia. **A6**

ANUNCIOS: (71) 3100-1100 | (71) 3100-1100 | (71) 3100-1100 | (71) 3100-1100 | (71) 3100-1100 | (71) 3100-1100 | (71) 3100-1100 | (71) 3100-1100 | (71) 3100-1100 | (71) 3100-1100

## ECONOMIA

# AL É O 4º DO PAÍS COM MENOR PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM INTERNET

Pouco mais de 73% utilizavam o recurso em 2019, segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) Contínua



Crescimento do uso da internet em relação ao ano de 2016 e de 10,3%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ANILIZE REZENA** (com reportagem de ANILIZE REZENA)

Uma das maiores dificuldades para o acesso à internet em Alagoas é a falta de infraestrutura básica, como a rede elétrica e a fibra óptica. Segundo o IBGE, em 2019, apenas 73,4% dos domicílios tinham acesso à internet, o que coloca o estado em 4º lugar entre os estados brasileiros. No Ceará, segundo colocado, o acesso era de 84,8%. Já em São Paulo, o acesso era de 94,8%. No Rio de Janeiro, o acesso era de 84,8%. No Espírito Santo, o acesso era de 84,8%. No Paraná, o acesso era de 84,8%. No Mato Grosso do Sul, o acesso era de 84,8%. No Mato Grosso, o acesso era de 84,8%. No Goiás, o acesso era de 84,8%. No Tocantins, o acesso era de 84,8%. No Piauí, o acesso era de 84,8%. No Maranhão, o acesso era de 84,8%. No Pará, o acesso era de 84,8%. No Acre, o acesso era de 84,8%. No Roraima, o acesso era de 84,8%. No Amapá, o acesso era de 84,8%. No Distrito Federal, o acesso era de 84,8%. No Brasil, o acesso era de 84,8%.

## CELULAR É MAIS UTILIZADO PARA ACESSO À INTERNET EM AL, DIZ IBGE



Dados apontam que 93,7% dos moradores dos domicílios acessam a internet através do aparelho telefônico

**ANILIZE REZENA** (com reportagem de ANILIZE REZENA)

Conforme os dados da PNAD Contínua, o acesso à internet em Alagoas é feito principalmente por meio de dispositivos móveis, como smartphones e tablets. Segundo o IBGE, em 2019, 93,7% dos domicílios com acesso à internet utilizavam dispositivos móveis. Isso indica que a maioria dos alagoenses não possui acesso à internet fixa em casa. O acesso fixo é mais comum em domicílios com renda mais alta e em áreas urbanas.

## MERCADO ALAGOAS

com EDVALDO JUNIOR

**DEMANDA**

Aumento pela falta de crédito especial da Agência de Fomento de Alagoas (Fomac), dentro da 'Fonca Especial' do governo do Estado. O valor de R\$ 10 milhões em 12 de abril é devolvido pelo Estado em março de 2021. O valor de R\$ 10 milhões em 12 de abril é devolvido pelo Estado em março de 2021. O valor de R\$ 10 milhões em 12 de abril é devolvido pelo Estado em março de 2021.

**LIBERANDO**

De acordo com levantamento feito pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sindicato) de Alagoas, o setor de educação está em recuperação. O setor de educação está em recuperação. O setor de educação está em recuperação. O setor de educação está em recuperação.

**TEM MAIS**

Setor de serviços é o que mais cresce no Estado. O setor de serviços é o que mais cresce no Estado. O setor de serviços é o que mais cresce no Estado. O setor de serviços é o que mais cresce no Estado.

**BOAS-VINDAS**

O presidente da CPA, Almir Amorim, esteve em Maceió para visitar o Hospital de Referência de Alagoas. O presidente da CPA, Almir Amorim, esteve em Maceió para visitar o Hospital de Referência de Alagoas.

**ENCONTRO**

Almir Amorim esteve em Maceió para visitar o Hospital de Referência de Alagoas. Almir Amorim esteve em Maceió para visitar o Hospital de Referência de Alagoas.

**WEBINAR**

O presidente da Cooperativa Prodimas, Edilson Santos, participou de um webinar sobre o uso de tecnologia. O presidente da Cooperativa Prodimas, Edilson Santos, participou de um webinar sobre o uso de tecnologia.

**OLIVA**

A produção de olivas em Alagoas está em crescimento. A produção de olivas em Alagoas está em crescimento. A produção de olivas em Alagoas está em crescimento.

**GÁS**

A distribuição de gás em Alagoas está em andamento. A distribuição de gás em Alagoas está em andamento. A distribuição de gás em Alagoas está em andamento.

**CASA NOVA**

O programa Casa Nova está em andamento. O programa Casa Nova está em andamento. O programa Casa Nova está em andamento.

**CONVITE**

O convite para o evento está em andamento. O convite para o evento está em andamento. O convite para o evento está em andamento.

**COMPETITIVA**

O mercado está em recuperação. O mercado está em recuperação. O mercado está em recuperação.

Fonte: GAZETA DE ALAGOAS, 2021.

Já o *Correio do Povo*, do Rio Grande do Sul, destacou em um quadro alguns dados sobre acesso à internet por Grandes Regiões (página 11), e isso foi o que mais se aproximou de um infográfico entre todas as matérias de jornais impressos.

Figura 51 – Página do jornal Correio do Povo sobre a PNADC TIC (15/04/2021)

CORREIO DO POVO

Editora assistente: Vera Nunes

ENSINO

ensino@correiodopovo.com.br

QUINTA-FEIRA, 15 de abril de 2021 | 11

## Acesso de estudantes à Internet sobe para 88,1%

Pesquisa do IBGE mostra, também, que 4,3 milhões ainda não acessam a rede, sendo que a maioria são alunos da rede pública

percentual de estudantes de 10 anos ou mais de idade com acesso à Internet subiu de 86,6%, em 2018, para 88,1% em 2019. Apesar disso, 4,3 milhões ainda não utilizavam o serviço e a maior parte era de alunos de escolas públicas (95,9%). Ao todo eram 4,1 milhões de estudantes da rede pública de ensino sem acesso à Internet, enquanto na rede privada eram apenas 174 mil alunos sem conexão à rede mundial de computadores.

Os números estão na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) Contínua divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que investigou no último trimestre de 2019 o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). A pesquisa analisou informações do período entre 2016 e 2019, sobre o acesso à Internet e à televisão, além da posse de celular para uso pessoal nos domicílios e na população do país.

Para a analista da pesquisa,

**REGIÕES**

- Na avaliação do IBGE, a diferença de acesso entre os estudantes de escolas particulares (98,4%) para os do ensino público (83,7%) é ainda mais significativa entre as grandes regiões do país.
- No Norte ficou em 68,4%, e no Nordeste 77,0%. Os percentuais de alunos da rede pública que utilizaram o serviço.
- Nas demais regiões o percentual variou de 88,6% a 91,3%.
- Na rede de ensino privada, o uso da Internet ficou acima de 95,0% em todas as grandes regiões do país.

Alessandra Scalioni Brito, esse resultado está relacionado à renda. Do total dos estudantes que não utilizaram a Internet, em 26,1% isso ocorria por considerar o serviço caro e 19,3% era em consequência do custo do equipamento eletrônico para navegar na rede. "Essas diferenças são ainda maiores entre os estudantes da rede pública e da rede privada, revelando um traço de desigualdade que ficou ainda mais evidente na pandemia", destacou.

A pesquisa indicou ainda que em 2019, o uso do celular para acessar à Internet atingiu a 97,4%, o que representou um avanço, mas, ainda assim, o percentual dos alunos de escolas públicas que tinham o aparelho para uso pessoal era apenas 64,8% e nem todos eles tinham acesso à rede. Na rede privada, o uso era bem maior e alcançava 92,6%. A PNAD Contínua TIC para 2019, mostrou ainda que enquanto o uso do celular por estudantes para acessar à Internet vem subindo ao longo dos anos, a utilização do microcomputador segue em ritmo oposto. No início da pesquisa, 70,6% dos alunos usavam computador para navegar na web, e em 2019 eram 56,0%. Outro crescimento foi o do uso da televisão para acessar a Internet, que subiu de 11,9% para 35,0%. O tablet era usado somente por 13,4% dos alunos, a maioria da rede privada.

Quando completamos um ano de escolas fechadas, lutando contra um inimigo invisível que ceifou milhares de vidas e começamos a enxergar uma luz no fim do túnel, com a possibilidade de reabertura, surge o Governo Federal com a proposta de homeschooling. Para quem não conhece o termo, adaptado do inglês, significa "ensine seu filho em casa, ele não precisa da escola".

É difícil de acreditar que este projeto tenha sido gestado pelo Governo Federal e proposto pelo Ministério da Educação. Certamente, temos outros assuntos mais importantes para tratar no campo educacional em nosso país. Sim, vou repetir: o governo, que deveria ser o maior interessado em educar e ensinar as nossas crianças está propondo que elas não precisam ir à escola, podem estudar em casa. Não é brincadeira, a proposta é que a família substitua a escola na tarefa de ensinar. Com o homeschooling estaríamos retrocedendo à forma de ensinar do século XV.

Não vou nem entrar no mérito se a família, sem o apoio de especialistas, pode ou não ensinar seus filhos, porque é óbvio que não. As relações da criança com seus pais não permitem que se crie um ambiente propício para o ensino e a aprendizagem. A relação é muito diferente daquela que se estabelece entre alunos e professores. O aluno aprende na escola e em casa, os dois ambientes são complementares.

Tirando a parte da aprendizagem, como se isto fosse possível, vamos avaliar o desenvolvimento socioemocional dos pequenos. Aí, segundo Piaget, o desastre é ainda maior. Na escola, a criança aprende a conviver, está entre seus iguais. Aprende que existem crianças diferentes dela, com outros valores, com outra formação, que pensam diferente e isto ajuda em seu crescimento enquanto indivíduo. Na escola, as crianças aprendem que existe a diversidade, que o mundo não se resume a sua família. Tirar a escola da criança é privá-la de uma formação completa.

Recente pesquisa comparou alunos que cursaram a pré-escola com quem ingressou diretamente no Ensino Fundamental. A conclusão foi de que quem fez pelo menos um ano de pré-escola chegou ao primeiro ano do Fundamental mais responsável, cooperativo e assertivo.

Qual o real motivo de privar nossas crianças de irem à escola? Será que é por causa do resultado que a rede pública vem tendo nos últimos exames internacionais? Será que é a linha pedagógica que a escola pública vem adotando nos últimos anos? Parece que o governo, na briga da escola com ou sem partido, simplesmente quer decretar que não precisamos mais levar nossas crianças à escola. Decisão simplista e equivocada. Pior que uma escola com deficiências, mas que podem ser corrigidas, é não ter escola para nossas crianças.

**“Pior que uma escola com deficiências, mas que podem ser corrigidas, é não ter escola para nossas crianças”**

Bruno Eizerik, Presidente do SINEPE/RS

**Informe comercial**

**Um inimigo visível**

Bruno Eizerik, Presidente do SINEPE/RS

**BASEADA EM EVIDÊNCIAS**

## MEC lança Relatório da Alfabetização

O Ministério da Educação (MEC) lançou ontem o Relatório Nacional da Alfabetização Baseada em Evidências (Renabe), que traz experiências bem-sucedidas de alfabetização desenvolvidas em diversos países. De acordo com o MEC, o documento traz os debates mais recentes sobre o tema para ajudar educadores a melhorar a qualidade da alfabetização no Brasil. O termo "evidências", usado no relatório, diz respeito a achados de alfabetização que resultam de pesquisas científicas.

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, lembrou que apesar de o país ter avançado na universalização do acesso de estudantes às primeiras séries do Ensino Fundamental, os resultados das avaliações internas, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), e externas, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), mostram que a aprendizagem segue muito limitada, com a maioria dos estudantes não conseguindo compreender o que lê.

Segundo o MEC, o Renabe (disponível em: [bit.ly/3e5JpXt/](http://bit.ly/3e5JpXt/)) é resultado da I Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe), organizada pela Secretaria de Alfabetização (Sealf), em 2019, como parte das ações de implementação da Política Nacional de Alfabetização (PNA).

**AGENDA DO ENSINO**

- **Currículo LinkedIn:** O Núcleo de Prática de Negócios da Fadergs, na Capital, por meio do projeto NPN-RH, está oferecendo revisão gratuita de currículos e auxílio para atualização da rede social LinkedIn. Os serviços são realizados por alunos da Escola de Negócios da instituição. Solicitações de atendimento pelo [npnfadergs.rs@gmail.com](mailto:npnfadergs.rs@gmail.com) ou WhatsApp (51) 98037-8267.
- **Folclore:** A FTD Educação promove encontro amanhã, às 15h, entre o cineasta Carlos Saldanha, criador da série da Netflix Cidade Invisível, e Januária Cristina Alves, autora do livro Abecedário de Personagens do Folclore Brasileiro, para debater o resgate do folclore. Transmissão: [youtube.com/watch?v=ITgI0P1H67g/](https://www.youtube.com/watch?v=ITgI0P1H67g/).

**ENSINO PRESENCIAL**

## Federasul busca apoio da ALRS

Em mais um encontro do "Tá na Mesa", promovido pela Federasul, nesta quarta-feira, com a presença do presidente da Assembleia Legislativa, Gabriel Souza, a entidade pediu apoio para o Estado retomar a educação presencial. "Esse debate não pode ser postergado", disse o presidente Anderson Trautman Cardoso. Ele salientou que é preciso levar à balança, "além dos prejuízos pedagógicos, também os impactos à saúde mental de nossas crianças e jovens e a falta de qualificação adequada da mão de obra que sofre com o desemprego". Segundo Cardoso, os desafios trazidos pela pandemia exigem união para promover os avanços e as reformas que o RS e o País necessitam.

Já o Grupo Direito ao Ensino Não Presencial Durante a Pandemia emitiu nota se manifestando "pela proteção da vida e da saúde de toda comunidade escolar, essencialmente em tempos de bandeira preta, estado emergencial em que nos encontramos no RS e na Capital". A entidade salienta que é preciso agilizar com urgência a vacinação dos trabalhadores da área da educação, "profissionais que serão expostos ao regime presencial de escolas, uma vez que a vacinação de crianças e adolescentes ainda está em estudo".

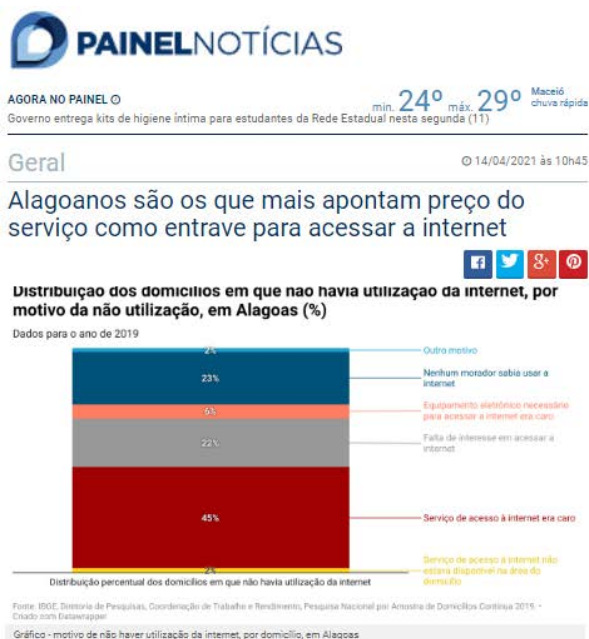
**SINEPE/RS**  
SINDICATO DO ENSINO PRIVADO  
MEMBRO PRINCIPAL CONTÓRREO E DO SIO HIRAND

SIGA @SINEPERS

Assim como a SIS, a PNADC TIC foi aproveitada por sites, TVs, rádios e impressos regionais, o que também se deve em grande parte ao trabalho de divulgação feito pela SDI (Supervisão de Documentação e Disseminação de Informação) do IBGE de cada Unidade da Federação. Das 419 matérias sobre a pesquisa publicadas em sites, 73 eram matérias regionais de veículos locais.

Também se constatou a repetição de textos em diferentes sites. A matéria *Alagoanos são os que mais apontam preço do serviço como entrave para acessar a internet* é um release produzido por SDI replicado em oito sites diferentes com poucas alterações. Com 2.998 caracteres, o texto contém dois infográficos: um cartograma (*Distribuição dos domicílios que alegaram não utilizar a internet em função do preço do serviço, por estado*) e um gráfico de barras empilhadas (*Distribuição dos domicílios em que não havia utilização da internet, por motivo de não utilização, em Alagoas*). Esses infográficos foram replicados por dois veículos (*Painel Notícias – AL e Tribuna Hoje Online – AL*).

Figura 52 – Matéria do Painel de Notícias sobre a PNADC TIC (14/04/2021)



Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada nesta quarta-feira (14) revelou que sete em cada dez domicílios alagoanos (73,2%) utilizavam a internet em 2019, no cenário pré-pandemia. O crescimento em relação ao ano de 2016 é de 17,9 pontos percentuais. Em números absolutos, o acesso à internet no estado saltou de 580 mil lares para 805 mil no período.

Apesar do aumento, o estado alagoano ainda tem a 4ª menor proporção de domicílios com utilização da internet, à frente apenas do Acre (71,4%), Maranhão (67,4%) e Piauí (67,3%). O Distrito Federal registrou a maior proporção de lares com acesso à internet em 2019: 94,4%.

Por outro lado, entre as 295 mil (26,8%) residências alagoanas sem conexão à rede mundial de computadores, 45% alegou como principal barreira o preço cobrado pelo serviço de acesso, tomando os alagoanos os que mais se queixavam dos valores entre todos os estados brasileiros. No Ceará, segundo colocado no quesito, essa foi a queixa de 38,1% das residências. Distrito Federal (36,7%), Rio Grande do Norte (36%) e Pernambuco (34,1%) apareceram na sequência.

Outros fatores observados nos lares alagoanos para a não utilização da internet foram o fato de nenhum morador saber usar a internet (23%), a falta de interesse (22%), o alto custo de equipamento eletrônico necessário para acessar a internet (6%), a ausência de oferta na área do domicílio (2%) e outros motivos (2%).

As informações foram extraídas da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) Contínua, que investigou no último trimestre de 2019 o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

**Distribuição dos domicílios que alegaram não utilizar a internet em função do preço do serviço, por estado (%)**

Os dados são referentes ao ano de 2019.



Mapa - distribuição dos domicílios que alegaram preço do serviço

**Celular é o meio mais utilizado para acesso à internet em Alagoas**

A pesquisa também revelou que o aparelho de celular é o 'queridinho' entre os alagoanos na hora de utilizar a internet. Em 2019, 99,7% dos moradores dos domicílios com utilização da internet

Fonte: PAINEL DE NOTÍCIAS, 2021.

A matéria aborda na introdução (1.628 caracteres) as dificuldades de acesso da população alagoana à internet e depois se divide em três textos (com 489, 363 e 518 caracteres) com os seguintes subtítulos:

*Celular é o meio mais utilizado para acesso à internet em Alagoas*

*Lares com utilização de tablet têm o maior rendimento*

*Nordeste observa grande uso da internet exclusivamente por banda larga fixa*

Nem sempre o release produzido por SDI é utilizado na íntegra. O texto *Bahia é o segundo estado com o maior aumento absoluto de usuários de internet* foi replicado quase integralmente por dois sites (*Correio 24 Horas* e *Info Saj – BA* em 15 de abril 2021), inclusive com uma tabela produzida com o uso do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA): *Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de estudante e utilização da Internet no período de referência dos últimos três meses*, que compara dados de 2019 com 2018 (Brasil e Unidades da Federação).

Figura 53 – Matéria do Correio 24 Horas sobre a PNADC TIC (14/04/2021)

O QUE A BAHIA QUER SABER

# Correio

Assine



## Bahia é o segundo estado com o maior aumento absoluto de usuários de internet

São 860 mil novos baianos internautas, aponta IBGE

Entre os últimos trimestres de 2018 e de 2019, o número de baianos com 10 anos ou mais de idade que usaram a Internet, no estado, cresceu 10,3%, passando de 8,3 milhões para 9,2 milhões. Assim, de um ano para o outro, o percentual de internautas aumentou de 65,1% para 71,3%, um avanço de 6,2 pontos percentuais.

O aumento absoluto de 860 mil novos usuários em apenas um ano foi o maior registrado no estado desde 2016, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) iniciou a investigação anual da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) sobre Tecnologias de Informação e da Comunicação (TIC).

Esta evolução foi ainda a segunda maior do país, atrás apenas da registrada em São Paulo, onde o número de pessoas que usaram a Internet aumentou em 1,4 milhão no mesmo período - de 33,6 milhões em 2018 para 34,9 milhões em 2019.

Em termos proporcionais, a taxa de crescimento baiana (+10,3%) foi quase o dobro da verificada no Brasil como um todo. No país, o número de pessoas de 10 anos ou mais de idade que havia acessado a Internet cresceu 5,6%, entre 2018 e 2019, passando de 135,9 milhões para 143,4 milhões (+7,5 milhões).

O crescimento baiano em termos percentuais foi o terceiro mais elevado, empatado com o de Rondônia e menor apenas que os verificados no Acre (+11,5%) e no Piauí (+10,8%).

Fonte: CORREIO 24 HORAS, 2021.

O importante aumento no número de pessoas que usaram a Internet na Bahia fez o estado subir três posições no ranking da proporção de internautas na população de 10 anos ou mais de idade, de 20º lugar em 2018, para 17º em 2019, entre as 27 unidades da Federação.

Ainda assim, no pré-pandemia, 3 em cada 10 pessoas de 10 anos ou mais de idade na Bahia não acessavam a Internet de nenhuma maneira (nem pelo celular). Ou seja, 28,7% da população ou cerca de 3,705 milhões de moradores estavam "off-line".

No final de 2019, o percentual dos que utilizavam a Internet no estado (71,3%) estava abaixo do verificado no Brasil como um todo (78,3%) e muito aquém das proporções nas unidades da Federação que lideravam nesse indicador: Distrito Federal (92,1%), São Paulo (86,4%) e Rio de Janeiro (84,7%).

No outro extremo, Maranhão (57,0%), Piauí (63,6%) e Alagoas (64,0%) tinham os menores percentuais de moradores que utilizavam a Internet.

Tabela 7328 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de estudante e utilização da Internet no período de referência dos últimos três meses							
Variável - Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Mil pessoas)							
Utilização da internet no período de referência dos últimos três meses - Utilizaram Internet							
Brasil e Unidade da Federação	2018 (mil pessoas)	%	2019 (mil pessoas)	%	Diferença 2019/2018 (mil pessoas)	Variação 2019/2018 (%)	Diferença 2019/2018 (em pontos percentuais)
<b>Brasil</b>	<b>135.908</b>	<b>74,7</b>	<b>143.452</b>	<b>78,3</b>	<b>7.544</b>	<b>5,6</b>	<b>3,6</b>
São Paulo	33.567	83,4	34.966	86,4	1.399	4,2	3,0
<b>Bahia</b>	<b>8.345</b>	<b>65,1</b>	<b>9.205</b>	<b>71,3</b>	<b>860</b>	<b>10,3</b>	<b>6,2</b>
Minas Gerais	13.877	74,8	14.510	78,0	733	5,3	3,2
Ceará	5.158	65,4	5.506	70,5	448	8,7	5,1
Rio Grande do Sul	7.703	76,7	8.104	80,6	401	5,2	3,9
Paraná	7.764	77,9	8.151	81,5	387	5,0	3,6
Pará	4.437	61,8	4.799	66,1	362	8,2	4,3
Pernambuco	5.576	68,1	5.904	71,0	328	5,9	2,9
Maranhão	3.113	52,7	3.401	57,0	288	9,3	4,3
Goiás	4.823	79,8	5.104	83,0	281	5,8	3,2
Rio de Janeiro	12.852	83,7	13.132	84,7	280	2,2	1,0
Santa Catarina	5.060	81,0	5.329	84,2	269	5,3	3,2
Amazonas	2.081	63,3	2.272	68,4	191	9,2	5,1
Piauí	1.628	57,7	1.804	63,6	176	10,8	5,9
Paraíba	2.237	64,9	2.388	69,0	151	6,8	4,1
Espírito Santo	2.662	77,1	2.810	80,3	148	5,6	3,2
Mato Grosso	2.259	77,8	2.364	81,4	125	5,5	3,6
Rondônia	1.107	73,4	1.216	80,4	114	10,3	7,0
Rio Grande do Norte	2.112	69,0	2.220	72,9	108	5,1	3,9
Mato Grosso do Sul	1.860	80,3	1.964	84,2	104	5,6	3,9
Alagoas	1.742	60,9	1.842	64,0	100	5,7	3,1
Sergipe	1.397	71,1	1.491	75,2	94	6,7	4,1
Distrito Federal	2.380	90,3	2.450	92,1	70	2,9	1,8
Acre	442	61,9	493	68,0	51	11,5	6,1
Tocantins	895	67,6	937	69,5	42	4,7	1,9
Amapá	504	73,1	543	78,2	39	7,7	5,1
Roraima	335	77,0	328	74,2	-7	-2,1	-2,8

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 4º trimestre

Com 9.679 caracteres, o texto é dividido em quatro blocos (com 2.272, 1.684, 2.435 e 3.288 caracteres) com os seguintes subtítulos:

*São 860 mil novos baianos internautas, aponta IBGE*

*Crescimento no interior*

*Boom da Netflix*

*15% dos estudantes não usava internet*

Somente o primeiro bloco sobre os 860 mil novos internautas serviu como base para 11 matérias em 14 de abril de 2021 e mais uma em 15 de abril, com

modificações e cortes variados do trecho original (algumas versões totalizavam apenas 816 caracteres de texto).

Em 15 de abril, a matéria *Bombando: idosos aderem ao vício, e Bahia ganha 860 mil novos internautas em um ano*, do site *Correio 24 Horas*, também utiliza o release regional como base, mas não se limita a ele. Contém entrevistas com Mariana Viveiros (supervisora de disseminação de informações do IBGE), Grinaldo Oliveira (coordenador geral de infraestrutura de tecnologia da informação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Informação do Estado da Bahia) e dois aposentados que serviram como “personagens”: Aloísio Moreira e Luzia de Oliveira.

Figura 54 – Matéria do Correio 24 Horas sobre a PNADC TIC (15/04/2021)



**Correio** O QUE A BAHIA QUER SABER **Assine**  

**Bombando: idosos aderem ao 'vício', e Bahia ganha 860 mil novos internautas em um ano**

**Responsável por guinada, público da terceira idade já representa 37% dos novos usuários**

Cada vez menos baianos levam a vida sem acesso à internet. Pelo menos, é o que indicam os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontam um crescimento de 10,3% no número de pessoas de 10 anos ou mais de idade que usam internet na Bahia de 2018 para 2019. Um aumento, em números absolutos, de 860 mil novos internautas, que fez a população conectada aos serviços de internet pular de 8,3 milhões para 9,2 milhões e o percentual de conectados chegar a 71,6%. E os maiores responsáveis pela guinada no número são os idosos, que representam 37% dos novatos das redes.

Fonte: CORREIO 24 HORAS, 2021.

Recorrer a fontes diferentes do próprio IBGE, entretanto, não foi uma prática nas demais matérias analisadas. Tal como ocorreu com as matérias sobre a *S/S*, constatou-se que as matérias geralmente são feitas em cima da própria pesquisa ou release, com pouco uso de entrevistas, infográficos e outros recursos.

## CONCLUSÕES

O objeto de pesquisa desta tese foi o circuito de comunicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com foco na produção de dados estatísticos por técnicos, a interpretação realizada por profissionais de mídia e as estratégias utilizadas pelo IBGE e por veículos jornalísticos para comunicar os dados à sociedade. As metodologias utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

Robert Darnton propôs em 1982 um modelo de circuito de comunicação para análise de livros, no qual considera não só as obras propriamente ditas, mas todo seu contexto de produção e distribuição. Ele revisitou esse modelo em 2007, apontando utilidades, limitações e comparando-o com outro modelo proposto por Thomas R. Adams e Nicholas Barker em 1993. Baseado nisso, elaboramos um circuito aplicável para a análise da comunicação de dados estatísticos do IBGE, que será retomado adiante.

Tema de um capítulo próprio, o contexto comunicativo atual é marcado pelo impacto que a internet causou à sociedade no modo de consumir e partilhar a informação. Dados da *PNADC TIC* demonstram que sua presença é relevante no Brasil, alcançando 82,7% dos domicílios em 2019, embora o acesso não seja uniforme ao longo do território.

O uso de algoritmos nos filtros de internet estimula a criação de bolhas de informação, que privam os usuários de pontos de vista diferenciados. Isso favorece o direcionamento de *fake news*, sendo as mais graves aquelas criadas com o objetivo claro de enganar os usuários por meio da manipulação e fabricação de informação. O combate às *fake news* envolve medidas a serem tomadas pelas redes sociais, ferramentas de busca e assemelhados, além dos governos e dos próprios usuários. A educação digital é um dos caminhos, bem como uma maior transparência dos algoritmos. Mas também é fundamental facilitar o acesso à informação correta. Produtores de informação como o IBGE precisam buscar caminhos para que o público tenha acesso aos dados corretos.

O conteúdo produzido pelo IBGE é totalmente disponibilizado em seu portal, mas o acesso e a compreensão de dados estatísticos não são triviais. No capítulo “Os números falam por si mesmos”, discutimos sobre cognição, buscando



compreender se procede a afirmação do título e questionamos valores como objetividade e imparcialidade tanto na estatística quanto no jornalismo.

O IBGE, órgão oficial de estatísticas no Brasil, busca prezar pela objetividade e imparcialidade. Não são incomuns técnicos da Instituto afirmarem que “o IBGE não analisa”. Para eles, o Instituto deve primordialmente produzir números, ficando a análise desses dados a cargo de terceiros.

A estatística tende a ser influenciada pelo conceito de que o conhecimento pode ser adquirido objetivamente por meio do método científico, algo atualmente questionado por descobertas mais recentes. As ciências cognitivas, por sinal, demonstram que cada indivíduo constrói seus conhecimentos criando uma síntese perspectiva própria por meio de um processo que opera em rede.

Tal como no jornalismo, a objetividade nas estatísticas é uma meta importante, mas nunca é atingida por completo. Existe subjetividade até ao se escolher um tema em detrimento de outro quando se realiza uma pesquisa estatística. Se a missão do IBGE é retratar o país, precisamos pensar na função desse retrato. É necessário que ele seja conhecido pela sociedade, permitindo assim um exercício mais pleno da cidadania. As informações precisam ser disponibilizadas de modo verdadeiramente acessível, e não apenas por meio de bancos de microdados estatísticos ou tabelas voltados principalmente para especialistas. Defendemos que os números precisam ser situados e contextualizados. Valores como a imparcialidade e a objetividade devem ser considerados, mas o IBGE não deve se limitar a uma mera descrição técnica de resultados.

O capítulo “Ações de comunicação do IBGE” apresenta uma breve retrospectiva histórica do Instituto e analisa algumas de suas principais ações de comunicação mais recentes. O Instituto aprimorou gradualmente a sua comunicação desde sua criação, com avanços significativos na relação com a imprensa e no uso da internet. Ainda persiste o tabu sobre a análise dos dados divulgados, bem como a necessidade de uma maior integração entre a Coordenação de Comunicação Social – CCS (mais focada na assessoria de imprensa) e o Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI (voltado para disseminação aos demais públicos), talvez vindo a se unir em uma mesma diretoria.

Experiências com novos formatos de divulgação de dados estatísticos foram iniciadas em 2017. Um exemplo foi substituir determinadas publicações por boletins analíticos sintéticos, mas mantendo a divulgação de tabelas e metadados. O portal também passou por ampla reformulação, buscando tornar-se mais organizado e intuitivo. Entre outras medidas tomadas pelo instituto para melhorar sua comunicação destacam-se a criação da Agência IBGE Notícias e do portal IBGEeduca. São passos importantes, mas que necessitam de aprimoramento constante. O desafio Hackathon “Dado na Mão” foi uma iniciativa com bastante potencial, mas que não teve continuidade.

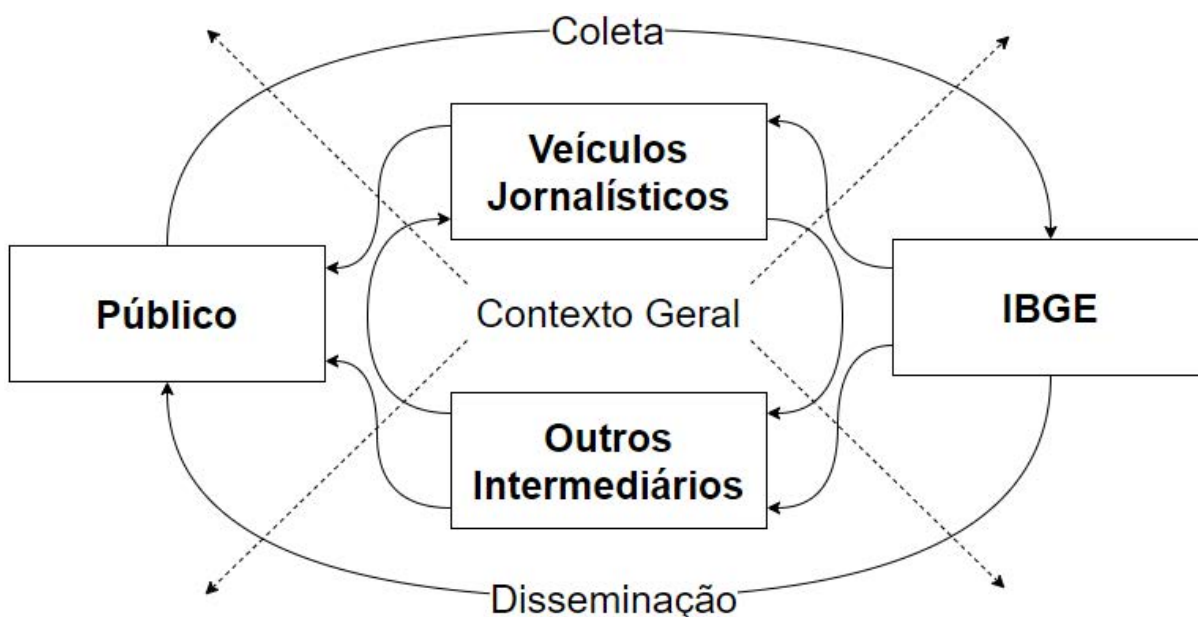
No capítulo “Ferramentas de divulgação do jornalismo” foram estudados alguns recursos que podem contribuir para aprimoramentos da comunicação do IBGE, com ênfase para a linguagem textual jornalística, a infografia e o jornalismo de dados. A linguagem jornalística pode auxiliar a produzir textos sobre informação estatística mais palatáveis ao público não especializado. O jornalismo de dados possui a capacidade de aprofundar a informação com clareza necessária ao público em geral. E uso mais intensivo e apurado da infografia também pode facilitar o acesso a dados estatísticos mais complexos.

Por fim, o capítulo “Análise de divulgações de pesquisas” analisou as divulgações da *Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2020*, publicada em 12 de novembro de 2020, e da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal (PNADC TIC) 2019*, publicada em 14 de abril de 2021.

Foi realizada a análise de cada publicação e do material para divulgação produzido pela Agência IBGE Notícias. Também foram analisadas as matérias publicadas pelos veículos jornalísticos (Impresso, Revista, Site, Blog, Televisão e Rádio) arquivadas pelo serviço de *clipping* do IBGE nas próprias datas de divulgação das pesquisas e no primeiro dia seguinte de cada uma, ou seja, 12 e 13 de novembro de 2020 para *SIS* e 14 e 15 de abril de 2021 para *PNADC TIC*. Para a categoria Revista, foi considerado o período de duas semanas após as divulgações das pesquisas, ou seja, 12 a 26 de novembro para *SIS* e 14 a 28 de abril para *PNADC TIC*.

Retomemos o circuito de comunicação proposto para analisar o IBGE:

Figura 55 – O circuito de comunicação do IBGE



Fonte: nossa autoria.

O circuito se aplica nas duas pesquisas analisadas. O *IBGE* pesquisa dados do *Público* por meio do fluxo de *Coleta* e os converte em informação estatística a ser divulgada de forma direta (*Disseminação*) e indireta (*Veículos Jornalísticos* e *Outros Intermediários*) em um *Contexto Geral* que envolve aspectos comunicacionais, culturais, sociais, econômicos, legais e políticos.

Para ampliar o contexto na análise desta tese, foi necessário considerar não apenas os aspectos ligados à internet e tratados em capítulo próprio, mas também os impactos causados pela pandemia da Covid-19, tema que dominava a mídia durante a divulgação das duas pesquisas analisadas. Os funcionários do IBGE passaram a trabalhar remotamente em seus domicílios, o que causou mudanças no trabalho de divulgação. Reuniões de embargo e entrevistas coletivas deixaram de ser presenciais e passaram a ser realizadas por videoconferência com acesso restrito. O atendimento a jornalistas pela CCS passou a ser feito prioritariamente por e-mail.

Foram realizadas oito divulgações pelo IBGE na mesma semana de publicação da *SIS* (nos dias 10, 11, 12 e 13 de novembro de 2020), e cinco outras na semana da *PNADC TIC* (em 13, 14 e 15 de abril de 2021). O Instituto divulga indicadores conjunturais e pesquisas estruturais. Os indicadores são em sua maioria mensais e lotam boa parte dos dias úteis do mês. Também há as pesquisas

estruturais, de caráter mais amplo, com periodicidade no mínimo anual ou indefinida. São divulgados previamente calendários com os dias de divulgação dos indicadores conjunturais e os meses das pesquisas estruturais.

O problema é que há uma logística complexa no processo de coleta, verificação, análise, revisão e divulgação das pesquisas. Não é incomum que estas se acumulem nos finais de cada semestre, especialmente nos finais de ano. Na prática, isso frequentemente faz com que IBGE acabe concorrendo com ele mesmo na imprensa. O que é particularmente complicado quando se evidencia que a comunicação do Instituto é fortemente baseada na interpretação realizada pelos veículos jornalísticos.

Comparando a *SIS 2020* com edições anteriores, percebe-se que não há grandes mudanças no que se refere a formato, estilo de texto e uso da infografia. A publicação contém um imenso volume de informação. Uma experiência possível seria dividir em publicações menores no formato de boletins temáticos, que juntos constituiriam a síntese anual completa. Por um lado, isso poderia aumentar o volume de matérias jornalísticas, que talvez abordassem com mais profundidade cada tema divulgado. Por outro lado, multiplicar divulgações poderia acabar agravando o problema da concorrência do IBGE com ele mesmo. Seria necessário alterar a lógica de produção e divulgação, redistribuindo de um modo diferente a informação estatística das diferentes pesquisas.

Houve uma clara evolução do formato e uso da infografia nas edições da *PNADC TIC* em comparação com as edições anteriores da *PNAD TIC*. O tipo de texto utilizado nos boletins informativos, entretanto, não é tão diferente do encontrado na “análise de resultados” de livros das edições mais antigas, embora seja notado um esforço para tornar o texto mais palatável para o público não especializado, observação também válida para a *SIS*.

Embora se foque em um tema mais específico do que a *SIS*, o alcance da divulgação da *PNADC TIC* por veículos jornalísticos foi consideravelmente mais limitado. A pesquisa não se tornou notícia no *Jornal Nacional* da *TV Globo* nem nos principais jornais impressos de circulação nacional (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*), por exemplo. O mais surpreendente é que havia um bom gancho factual: a pesquisa retratava o acesso à internet logo antes da pandemia, que fez aumentar o trabalho remoto e, principalmente, o ensino remoto

(boa parte das escolas, especialmente públicas, ainda não haviam retomado as atividades presenciais).

Um dos motivos para esse alcance menor certamente é a concorrência com a pauta da pandemia, que causava um elevado número de mortes no mesmo período. O formato de reuniões de embargo e coletivas não presenciais também pode ter contribuído para um menor aprofundamento pela imprensa. O que reforça ainda mais a necessidade do IBGE comunicar-se de forma mais direta com a sociedade.

Analisando a história do IBGE, percebe-se uma enorme evolução na comunicação de seus dados estatísticos. Entretanto, as inovações e aprimoramentos tendem a ocorrer lentamente, e quase sempre por iniciativas pessoais de determinadas lideranças. CCS e CDDI continuam trabalhando separadamente e até com certa confusão de atribuições. As redes sociais, por exemplo, haviam se tornado da responsabilidade da CCS em 2017, mas foram repassadas ao CDDI em 2021. A Agência de Notícias reduziu bastante sua atuação, limitando-se basicamente à função de assessoria de imprensa. Há evoluções, como a divulgação de notícias em um formato mais jornalístico que o dos releases. Essas notícias, entretanto, são pouco divulgadas por veículos jornalísticos, que acabam preferindo replicar matérias produzidas pela Agência Brasil e outras agências de notícias.

As notícias produzidas pelo próprio IBGE têm certas limitações, como o não uso de personagens ou de depoimentos feitos por especialistas externos. Mas não se trata de um problema exclusivo da Agência de Notícias, inclusive sendo também encontrado nas matérias mais divulgadas pelos sites jornalísticos.

Nas duas divulgações analisadas, o portal limitou-se a divulgar publicações completas no formato PDF, tabelas (formato XLSX ou no SIDRA), microdados e o conteúdo produzido pela agência de notícias. Passada a divulgação jornalística, não é fácil encontrar os dados divulgados por cada pesquisa. A *PNADC TIC*, por sinal, possui dados por Unidade da Federação difíceis de ser encontrados até por quem tem familiaridade com as pesquisas do IBGE.

Não há uma solução fácil para tornar as estatísticas mais acessíveis à sociedade. Defendemos que o aprimoramento da comunicação deve ser um processo contínuo. Em um mundo dominado por *fake news*, o acesso à informação correta deve ser priorizado para aqueles interessados em checar os

fatos. E no circuito de comunicação do IBGE, o fluxo de disseminação é o que mais precisa ser fortalecido.

A grosso modo, a informação estatística do IBGE (números, tabelas, gráficos e comentários) é produzida pelos técnicos da Diretoria de Pesquisas (DPE). O CDDI faz a diagramação da publicação e disponibiliza o material no portal. A CCS produz releases e notícias que “traduzem” essa informação para os jornalistas. Os veículos jornalísticos e outros intermediários também realizam essa “tradução”. Mas mesmo quando há reunião de embargo, entrega de material com 48 horas de antecedência e entrevista coletiva no dia de divulgação, não é incomum que haja dificuldade para que os jornalistas interpretem a informação divulgada.

O que defendemos é que os pesquisadores não devem produzir material apenas para seus pares, mas que busquem produzir uma informação voltada para a sociedade como um todo. O trabalho de interpretação precisa começar e ser reforçado já na produção das pesquisas, e não somente na ponta final (CCS e CDDI).

Ferramentas do jornalismo podem colaborar nesse processo. A linguagem da análise ou comentários dos resultados, do portal e demais materiais do IBGE poderia ser mais baseada na boa linguagem jornalística, que busca ser um meio termo entre linguagem literária e falada, entre registro formal e coloquial.

O objetivo seria desenvolver uma linguagem mais fuida, clara, coerente, concisa e atrativa. Uma linguagem que evite termos técnicos, mas que os explique quando seu uso for necessário. Que respeite tanto a inteligência do especialista quanto a ignorância do não especialista. Que tenha a objetividade e a imparcialidade como metas que nunca serão atingidas por completo, mas que não deixe de contextualizar e analisar a informação divulgada.

Seria aconselhável ao IBGE criar um manual de redação que atendesse às especificidades da divulgação de seus dados. Poderia englobar estilo (baseada na linguagem jornalística, inclusive a praticada nos jornalismo econômico e científico), regras gramaticais, padronizações e temas mais específicos, como atendimento, definições de termos técnicos e dicas para aprimoramento de apresentações, tabelas, infográficos e cartogramas, entre outros possíveis tópicos. Esse manual precisaria ser elaborado e implementado de modo que se estimulasse a criatividade e a inovação em vez de promover pasteurização, engessamento ou empobrecimento da produção. Treinamentos poderiam

complementar a utilidade desse manual, que seria voltado tanto para técnicos que realizam as pesquisas quanto para os responsáveis pela comunicação dos resultados e a todos aqueles que atendem os diversos públicos.

O aprimoramento da comunicação do IBGE não é uma mera questão de boa vontade. É necessária uma maior autonomia financeira e administrativa que possibilite a continuidade e o aprofundamento de qualquer iniciativa. A direção do IBGE ocorre por indicação do Ministério da Economia e não há mandatos com períodos determinados. Não há verbas garantidas para a realização de operações como o Censo Demográfico ou mesmo para a manutenção básica do Instituto. A coordenação dos sistemas nacionais de estatísticas e de geociências não é uma realidade consolidada. O mesmo vale quanto a realização periódica da Conferência Nacional de Estatística (CONFEST) e da Conferência Nacional de Geografia e Cartografia (CONFEGE), que permitiriam uma maior inserção da sociedade no planejamento dos trabalhos do Instituto. E a desvalorização salarial provoca perda constante de pessoal sem que haja concursos para reposição da mão de obra.

O conceito de Agência de Notícias do IBGE tem potencial para vir a contribuir de modo mais direto e efetivo na disseminação de conteúdo para a sociedade. O IBGEeduca e sua parceria com educadores também são outro caminho a ser ampliado para buscar formar cada vez mais uma cultura de entendimento e bom uso das estatísticas.

O portal do IBGE, por sinal, precisa se tornar cada vez mais acessível, pois reúne um enorme volume de informação que pode trazer grandes benefícios para a sociedade se bem divulgado. Há um enorme potencial de uso da infografia eletrônica que ainda é muito pouco explorado, sendo o site *Nexo* um exemplo a ser seguido. E iniciativas como o desafio Hackathon “Dado na Mão” precisam ser retomadas e aprofundadas para que surjam novas ideias e novas possibilidades de comunicação de dados estatísticos.

Finalizando, acreditamos que o circuito de comunicação proposto nesta tese, bem como as sugestões de aprimoramento indicadas, aplicam-se não somente à comunicação de dados estatísticos, mas também das informações geocientíficas produzidas pelo IBGE, e ainda podem ser adaptadas para comunicação de informação científica produzida por outras instituições.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, R. Thomas; BARKER, Nicholas. A new model for the study of the book. In: *A potencie of life: books in society*. Londres: The British Library, 1993, p. 5-43.
- ALMEIDA, M. L. Pacheco de. *Como elaborar monografias*. São Paulo: CEJUP, 1996.
- ARAÚJO, Carlos Alberto. A pesquisa norte-americana. in: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. *Teorias da Comunicação - Conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- AZEVEDO, Ana Laura. Portal IBGEeduca leva retrato do Brasil para a sala de aula. *Agência IBGE Notícias*. Rio de Janeiro, 25 abr. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20969-portal-ibgeeduca-leva-retrato-do-brasil-para-a-sala-de-aula>>. Acesso em: jul. 2018.
- BAKIR, Vian; MCSTAY, Andrew. Fake News and the economy of emotions: problems, cause, solutions. *Digital Journalism*, p. 154-175, 20 jul. 2017
- BASILE, Sidnei. *Elementos de Jornalismo Econômico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2012.
- BAUER, Martin W. GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- BOAS, Sergio Vilas (Org.). *Formação e informação científica: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo: Summus, 2005.
- BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. *A Arte da Pesquisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BOUNEGRU, Liliana; CHAMBERS, Lucy; GRAY, Jonathan. *The Data Journalism Handbook*. European Journalism Centre, 2012. Disponível em: <https://datajournalism.com/read/handbook/one>. Acesso em: ago. 2021.
- BRANCO, Sérgio. Fake News e os Caminhos para Fora da Bolha. *Revista Interesse Nacional*, ago. a out. de 2017, v. 38. Disponível em: <<http://interessenacional.com.br/2017/09/20/fake-news-e-os-caminhos-para-fora-da-bolha/>>. Acesso em: jul. 2018.
- BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- BRUNS, Axel. *Gatewatching*. New York: Peter Lang, 2005.
- CALDAS, Suely. *Jornalismo Econômico*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2019.



CARDOSO, Marina. Novo canal de comunicação aproxima Instituto da sociedade. *Agência IBGE Notícias*. Rio de Janeiro, 28 mai. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21288-novo-canal-de-comunicacao-aproxima-instituto-da-sociedade>>. Acesso em: jul. 2018.

CLARK, Andy. *Mindware: an introduction to the philosophy of cognitive science*. New York/Oxford: Oxford University Press, 2001.

CORMEN, Thomas H. RIVEST, Ronald L. LEISERSON, Charles E. STEIN, Clifford. *Algoritmos: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

DARNTON, Robert. O que é a história do livro? in: *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 189-219.

DARNTON, Robert. “O que é a história do livro?” revisitado. in: *ArtCultura*, v. 10, n. 16, p. 155- 169. , Uberlândia, jan.-jun. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1503>>. Acesso em: set. 2020.

DIB, Simone Faury; SILVA, Neusa Cardim da; SILVA, Kalina Rita Oliveira da; MACHADO, Rosane Lopes. *Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius, 2012. Disponível em: <[http://www.bdt.d.uerj.br/roteiro\\_uerj\\_web.pdf](http://www.bdt.d.uerj.br/roteiro_uerj_web.pdf)>. Acesso em: jan. 2019.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FOLHA DE S. PAULO. *Novo manual da redação: Folha de S.Paulo*. 7ª ed. São Paulo: Publifolha, 1992.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual da redação: Folha de S.Paulo*. 6ª ed. São Paulo: Publifolha, 2001.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual da redação: Folha de S.Paulo*. 22ª ed. São Paulo: Publifolha, 2021.

FONSECA, Silvia Maia. Mídia – uma ponte a ligar o IBGE com a sociedade. in: SENRA, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras*, v. 4, Estatísticas formalizadas (1972-2002). Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

GARCIA, Luiz (Org.). *O Globo - Manual de redação e estilo*. 28ª ed. São Paulo: Globo, 2003.

GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GONÇALVES, Márcio Souza; CLAIR, Ericson Telles Saint. Meios de Comunicação e Mentes. *Logos (Rio de Janeiro. Online)*, v. 19, p. 96-108, 2012.

GONÇALVES, Márcio Souza; MONTEIRO, Júlio Altieri; ROCHA, Renan Lúcio S. da. A produção de sentido no consumo de textos e sua historicidade. *Mídia e Cotidiano - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano*, v. 1, p. 24-43, 2013.

GONÇALVES, Márcio Souza. O sujeito e a prensa tipográfica. *Revista FAMECOS (Online)*, v. 19, p. 146-167, 2012.

HAYNES, Brad. Facebook retira do ar rede ligada ao MBL antes das eleições. *Reuters*. 25 jul. 2018. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRKBN1KF1MI-OBRDN>>. Acesso em: jul. 2018.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. in: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. *Teorias da Comunicação - Conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.

HUTCHINS, Edwin. *Distributed Cognition*. 2000. Disponível em: <<http://files.meetup.com/410989/DistributedCognition.pdf>>. Acesso em: jul. 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/institucional/codigos-e-principios>>. Acesso em: jul. 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=280800>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal 2008*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=280801>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal 2011*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=280802>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal 2013*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=293373>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Acesso à Internet e à Televisão e Posse de*

*Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal 2014*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016a. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=295753>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=299054>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal 2016*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101543>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101631>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101705>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal 2019*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101794>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Para compreender a PNAD: um texto simplificado*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Política de Comunicação Integrada*. 2 ed., Rio de Janeiro: IBGE, 2016c. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/institucional/documentos-ibge>>. Acesso em: jul. 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais 2012*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=282173>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais 2013*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013c. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=266778>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais 2014*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=291983>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=295011>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais 2016*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016d. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=298965>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101459>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018c. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101629>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais 2019*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101678>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais 2020*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101760>>. Acesso em: ago. 2021.

IVANISSEVICH, Alicia. A mídia como intérprete. in: BOAS, Sergio Vilas (Org.). *Formação e informação científica: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo: Summus, 2005.

JANNUZZI, Paulo Martino de. *Indicadores sociais no Brasil*. Campinas: Editora Alínea, 2012.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo Econômico*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2000.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo - Norte e Sul*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2007. Disponível em: <<http://nilsonlage.com.br/livros>>. Acesso em: ago. 2021.

LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. 8ª Ed. São Paulo: Ática, 2006. Disponível em: <<http://nilsonlage.com.br/livros>>. Acesso em: ago. 2021.

MANCINI, Leonardo. VASCONCELLOS, Fábio. Jornalismo de Dados: conceito e categorias. *Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos*. 18(1):69-82 janeiro/abril 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2016.181.07>>. Acesso em: ago. 2021.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia: Jornalismo como Produção Social da Segunda Natureza*. São Paulo: Ática, 1989.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas, 1990.

MARGOLIN, Victor. A idade da comunicação: um desafio para os designers, in *Estudos em Design*. Rio de Janeiro: AEnD-BR, 1994. v.2, n. 1, p. 10-14.

MARQUES, Claudio Faria. A internet está nos tornando estúpidos? Uma análise das ideias de Nicholas Carr no contexto brasileiro atual. In: *II Encontro Regional Centro-Sul da ABCiber - Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura, 2019, São Paulo*. Encontro Regional Centro-Sul da ABCiber, 2019.

MARQUES, Claudio Faria. Entre algoritmos e bolhas: as fake news e a comunicação do IBGE. In: *Alcar 2019 - XII Encontro Nacional de História da Mídia, 2019, Natal*. Alcar, 2019.

MARQUES, Claudio Faria. Esferas públicas, teorias de comunicação e hipóteses contemporâneas: traçando uma releitura. In: *Intercom 2019 - XLII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2019, Belém*. Intercom, 2019.

MARQUES, Claudio Faria. *Jornalismo Mobilizado pela Infância: A ANDI e a Mídia na Busca de Soluções*. Monografia (Graduação). UniCEUB, Brasília, 2000.

MARQUES, Claudio Faria. Infografia e Jornalismo de Dados na era das fake news. In: *XVI Póscom - Seminário de Alunos do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2019, Rio de Janeiro*. Póscom, 2019.

MARQUES, Claudio Faria. “Os números falam por si mesmos”: uma discussão sobre cognição e objetividade. In: *XII Simpósio Nacional da ABCiber - Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura, 2019, Porto Alegre*. Simpósio Nacional da ABCiber, 2019. v. 2019.

MARQUES, Claudio Faria. *Os três setores e o poder de mudança: uma análise da imprensa em período eleitoral*. Dissertação (Mestrado). FCS/UERJ, Rio de Janeiro, 2004.

MARTINS, Eduardo. *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 1997.

MEDINA, Cremilda. *Notícia - Um Produto à Venda: Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial*. São Paulo: Summus, 1988.

MEDITSCH, Eduardo. *O Conhecimento do Jornalismo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

MELLO, Daniel. Fake news são desafios para institutos de estatística, diz presidente do IBGE. *Agência Brasil*. São Paulo, 15 mar. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/fake-news-sao-desafios-para-institutos-de-estatistica-diz-presidente-do-ibge>>. Acesso em: jul. 2018.

MENA, Fernanda. Manual atualiza práticas jornalísticas para os novos tempos. *Folha de S.Paulo*. 27 fev. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/02/manual-atualiza-praticas-jornalisticas-para-os-novos-tempos.shtml>>. Acesso em: jul. 2021.

MOREIRA, Sonia Viginia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Fabíola de. *Jornalismo Científico*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

O'NEIL, Cathy. *Weapons of math destruction: how big data increases and threatens democracy*. New York: Crown, 2016.

PARISER, Eli. *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PERET, Eduardo. SARAIVA, Adriana Gonçalves. “Marco Regulatório e Censo 2020 são prioridades”, diz presidente do IBGE. *Agência IBGE Notícias*. Rio de Janeiro, 12 jun. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21428-marco-regulatorio-e-censo-2020-sao-prioridades-diz-presidente-do-ibge.html>>. Acesso em: jul. 2018.

REGIS, Fátima. MESSIAS, José. Comunicação, tecnologia e cognição: rearticulando homem, mundo e pensamento. In: REGIS, Fátima. ORTIZ, Anderson. AFFONSO, Luiz Carlos. TIMPONI, Raquel (Orgs.) *Tecnologias de comunicação e cognição*. Porto Alegre: Salinas, p.23-51, 2012.

REGIS, Fátima. TIMPONI, Raquel. MAIA, Alessandra. Cognição integrada, cognição encadeada e cognição distribuída: uma breve discussão sobre modelos cognitivos na cibercultura. In: *Revista Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo: ESPM, v.9, n.26, p. 115-134, Nov. 2012. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/346>>. Acesso em: jul. 2018.

RIBEIRO, Gizele da Rocha. DIB, Simone Faury. MARQUES, Claudio Faria. SILVA, Cícera Henrique da. GUIMARAES, Maria Cristina Soares. VEIGA, Viviane de Oliveira. Mapeamento das práticas de Ciência aberta na Fiocruz a partir da base de dados Web of Science. In: *IX Encontro Ibérico EDICIC, 2019*, Barcelona. EDICIC, 2019.

RONCOLATO, Murilo. O uso ilegal de dados do Facebook pela Cambridge Analytica. *Nexo*. 17 mar. 2018a. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/19/O-uso-ilegal-de-dados-do-Facebook-pela-Cambridge-Analytica.-E-o-que-h%C3%A1-de-novo>>. Acesso em: jul. 2018.

RONCOLATO, Murilo. A repercussão da fala do criador do Facebook sobre o Holocausto. *Nexo*. 19 jul. 2018b. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/07/19/A-repercuss%C3%A3o-da-fala-do-criador-do-Facebook-sobre-o-Holocausto>>. Acesso em: jul. 2018.

SALVUCCI, D.; TAATGEN, N. *The Multitasking Mind*. New York: Oxford University Press, 2011.

SARAIVA, Adriana Gonçalves. Desenvolvimento Sustentável inspirou equipe vencedora do Desafio Hackathon IBGE. *Agência IBGE Notícias*. Rio de Janeiro, 22 jun. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/10415-desenvolvimento-sustentavel-inspirou-equipe-vencedora-do-desafio-hackathon-ibge.html>>. Acesso em: jul. 2018.

SARAIVA, Adriana Gonçalves. IBGE lança agência multimídia. *Agência IBGE Notícias*. Rio de Janeiro, 25 mai. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/9848-ibge-lanca-agencia-multimidia.html>>. Acesso em: jul. 2018.

SENRA, Nelson de Castro. FONSECA, Silvia Maia. MILLIONS, Teresa Cristina. *Brasil em pauta: a trajetória da comunicação do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101611>>. Acesso em: ago. 2021.

SIMÕES, André. ALKMIN, Antônio Carlos. SANTOS, Caroline. Passado, presente e futuro da produção e análise dos Indicadores Sociais no IBGE. In: SIMÕES, André. ALKMIN, Antônio Carlos. *Indicadores sociais: passado, presente e futuro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101154>>. Acesso em: ago. 2021.

SOUZA, Carlos Affonso e PADRÃO, Vinícius. Quem Lê Tanta Notícia (Falsa)? Entendendo o Combate Contra as Fake News. *ITS Rio*, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://itsrio.org/pt/publicacoes/quem-le-tanta-noticia-falsa/>>. Acesso em: jul. 2018.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TANDOC JR., Edson C.; LIM, Zheng e LING, Richard Ling. Defining “Fake News”. *Digital Journalism*, 2017. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21670811.2017.1360143>>. Acesso em: jul. 2018.

THURMAN, Neil. Journalism, gatekeeping and interactivity. in: COLEMAN, Stephen. FREELON, Deen (Editors). *Handbook of Digital Politics*. Edward Elgar Publishing, 2015, p. 357-374.

TOTARO, Paolo. *A cultura do cálculo e a desagregação social*. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

TOTARO, Paolo; NINNO, Domenico. The concept of algorithm as an interpretative key of modern rationality. *Theory, Culture and Society*, v. 31, n. 4, p. 29-49, 2014.

WARDLE, Claire. "Fake News." It's Complicated. *First Draft*, 2017  
<<https://medium.com/1st-draft/fake-newsits-complicated-d0f773766c79>>. Acesso em: jul. 2018.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença, 1995.

WU TAI, David. Apresentação. In: SIMÕES, André. ALKMIN, Antônio Carlos. *Indicadores sociais: passado, presente e futuro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101154>>. Acesso em: ago. 2021.

WU TAI, David. Apresentação. In: *PNAD: um registro histórico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: 1967-2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=294895>>. Acesso em: ago. 2021.



## MATÉRIAS CITADAS DE SITES JORNALÍSTICOS

### Agência Brasil

Acesso de estudantes à internet aumenta para 88,1% em 2019, diz IBGE. *Agência Brasil*. 14 abr. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-04/acesso-de-estudantes-internet-aumenta-para-881-em-2019-diz-ibge>>. Acesso em: ago. 2021.

Fake news são desafios para institutos de estatística, diz presidente do IBGE. *Agência Brasil*. São Paulo, 15 mar. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/fake-news-sao-desafios-para-institutos-de-estatistica-diz-presidente-do-ibge>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE: informalidade atinge 41,6% dos trabalhadores no país em 2019. *Agência Brasil*. 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-11/ibge-informalidade-atinge-416-dos-trabalhadores-no-pais-em-2019>>. Acesso em: ago. 2021.

Índice de jovens que não estudavam nem trabalhavam caiu em 2019. *Agência Brasil*. 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-11/indice-de-jovens-que-nao-estudavam-nem-trabalhavam-caiu-em-2019>>. Acesso em: ago. 2021.

Sobe para 82,7% percentual de domicílios com internet, diz IBGE. *Agência Brasil*. 14 abr. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/sobe-para-827-percentual-de-domicilios-com-internet-diz-ibge>>. Acesso em: ago. 2021.

TV por assinatura em domicílios recua para 30,4% em 2019. *Agência Brasil*. 14 abr. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2021-04/domicilios-com-tv-por-assinatura-recua-para-304-em-2019>>. Acesso em: ago. 2021.

### Agência IBGE Notícias

Desenvolvimento Sustentável inspirou equipe vencedora do Desafio Hackathon IBGE. *Agência IBGE Notícias*. Rio de Janeiro, 22 jun. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/10415-desenvolvimento-sustentavel-inspirou-equipe-vencedora-do-desafio-hackathon-ibge.html>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE lança agência multimídia. *Agência IBGE Notícias*. Rio de Janeiro, 25 mai. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/9848-ibge-lanca-agencia-multimidia.html>>. Acesso em: ago. 2021.

Internet chega a 88,1% dos estudantes, mas 4,1 milhões da rede pública não tinham acesso em 2019. *Agência IBGE Notícias*. Rio de Janeiro, 14 abr. 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30522-internet-chega-a-88-1-dos-estudantes-mas-4-1-milhoes-da-rede-publica-nao-tinham-acesso-em-2019>>. Acesso em: ago. 2021.

“Marco Regulatório e Censo 2020 são prioridades”, diz presidente do IBGE. *Agência IBGE Notícias*. Rio de Janeiro, 12 jun. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21428-marco-regulatorio-e-censo-2020-sao-prioridades-diz-presidente-do-ibge.html>>. Acesso em: ago. 2021.

Novo canal de comunicação aproxima Instituto da sociedade. *Agência IBGE Notícias*. Rio de Janeiro, 28 mai. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21288-novo-canal-de-comunicacao-aproxima-instituto-da-sociedade>>. Acesso em: ago. 2021.

Oito em cada dez jovens que nunca frequentaram escola estavam sem ocupação em 2019. *Agência IBGE Notícias*. Rio de Janeiro, 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29434-oito-em-cada-dez-jovens-que-nunca-frequentaram-escola-estavam-sem-ocupacao-em-2019>>. Acesso em: ago. 2021.

PNAD Contínua TIC 2019: internet chega a 82,7% dos domicílios do país  
Editoria: Estatísticas Sociais. *Agência IBGE Notícias*. Rio de Janeiro, 14 abr. 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30521-pnad-continua-tic-2019-internet-chega-a-82-7-dos-domicilios-do-pais>>. Acesso em: ago. 2021.

Portal IBGEeduca leva retrato do Brasil para a sala de aula. *Agência IBGE Notícias*. Rio de Janeiro, 25 abr. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20969-portal-ibgeeduca-leva-retrato-do-brasil-para-a-sala-de-aula>>. Acesso em: ago. 2021.

Síntese de Indicadores Sociais: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população. *Agência IBGE Notícias*. Rio de Janeiro, 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao>>. Acesso em: ago. 2021.

Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país. *Agência IBGE Notícias*. Rio de Janeiro, 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais>>. Acesso em: ago. 2021.

## Correio 24 Horas

Bahia é o segundo estado com o maior aumento absoluto de usuários de internet. *Correio 24 Horas*. 14 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/bahia-e-o-segundo-estado-com-o-maior-aumento-absoluto-de-usuarios-de-internet/>>. Acesso em: ago. 2021.

Bombando: idosos aderem ao vício, e Bahia ganha 860 mil novos internautas em um ano. *Correio 24 Horas*. 15 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/bombando-idosos-aderem-ao-vicio-e-bahia-ganha-860-mil-novos-internautas-em-um-ano>>. Acesso em: ago. 2021.

## Estadão Online

Antes mesmo da covid-19, Brasil tinha 51,7 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza. *Estadão Online*. 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,antesmesmo-da-covid-19-brasil-tinha-51-7-milhoes-de-pessoas-abaixo-da-linha-da-pobreza,70003511651>>. Acesso em: ago. 2021.

No pré-pandemia, Brasil tinha 12,6 milhões de lares sem internet. *Estadão Online*. 14 abr. 2021. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,antesmesmo-da-covid-19-brasil-tinha-51-7-milhoes-de-pessoas-abaixo-da-linha-da-pobreza,70003511651>>. Acesso em: ago. 2021.

## Folha Online

Manual atualiza práticas jornalísticas para os novos tempos. *Folha de S.Paulo*. 27 fev. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/02/manual-atualiza-praticas-jornalisticas-para-os-novos-tempos.shtml>>. Acesso em: ago. 2021.

Segundo IBGE, 4,3 milhões de estudantes brasileiros entraram na pandemia sem acesso à internet. *Folha Online*. 14 abr. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/04/segundo-ibge-43-milhoes-de-estudantes-brasileiros-entraram-na-pandemia-sem-acesso-a-internet.shtml>>. Acesso em: ago. 2021.

## G1

Acesso à internet cresce no Piauí, mas proporção ainda é a menor do país, diz IBGE. *G1*. 14 abr. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/04/14/acesso-a-internet-cresce-no-piaui-mas-proporcao-ainda-e-a-menor-do-pais-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

Acesso à internet no DF salta de 71% para 92% da população em oito anos; Brasília mantém maior índice do país. *G1*. 15 abr. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/04/15/aceso-a-internet-no-df-salta-de-71percent-para-92percent-da-populacao-em-oito-anos-brasilia-mantem-maior-indice-do-pais.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

Alagoas é o 4º estado do país com maior taxa de lares sem acesso à internet, aponta IBGE. *G1*. 14 abr. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/04/14/alagoas-e-o-4o-estado-do-pais-com-maior-taxa-de-lares-sem-aceso-a-internet-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

Amapá tem a maior proporção de domicílios com acesso à internet do Norte e Nordeste do país. *G1*. 15 abr. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/04/15/amapa-tem-a-maior-proporcao-de-domicilios-com-aceso-a-internet-do-norte-e-nordeste-do-pais.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

Brasil aumenta o número de crianças em creches e na pré-escola, mas segue distante da meta, diz IBGE. *G1*. 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/11/12/brasil-aumenta-o-numero-de-criancas-em-creches-e-na-pre-escola-mas-segue-distante-da-meta-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

Bahia teve 2º maior aumento de internautas no Brasil em 2019, aponta pesquisa do IBGE. *G1*. 14 abr. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/04/14/bahia-teve-2o-maior-aumento-de-internautas-no-brasil-em-2019-aponta-pesquisa-do-ibge.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

Em 2019, Acre tinha mais de 230 mil pessoas sem acesso à internet, diz IBGE. *G1*. 15 abr. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/04/15/em-2019-acre-tinha-mais-de-230-mil-pessoas-sem-aceso-a-internet-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

Em 2019, Brasil bateu recorde de desempregados que buscavam por emprego há pelo menos dois anos, aponta IBGE. *G1*. 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/11/12/em-2019-brasil-bateu-recorde-de-desempregados-que-buscavam-por-emprego-ha-pelo-menos-dois-anos-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

Em 2019, Brasil tinha quase 40 milhões de pessoas sem acesso à internet, diz IBGE. *G1*. 14 abr. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/04/14/em-2019-brasil-tinha-quase-40-milhoes-de-pessoas-sem-aceso-a-internet-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

Em 2019, RN tinha 251 mil domicílios sem acesso à internet, diz IBGE. *G1*. 15 abr. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/04/15/em-2019-rn-tinha-251-mil-domicilios-sem-aceso-a-internet-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

Em 2019, Rondônia tinha mais de 16% das casas sem acesso à internet, diz IBGE. *G1*. 15 abr. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/04/15/em-2019-rondonia-tinha-mais-de-16percent-das-casas-sem-acesso-a-internet-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

Em dois anos, dobra o número de contratos de trabalho intermitente no Brasil. *G1*. 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/11/12/em-dois-anos-dobra-o-numero-de-contratos-de-trabalho-intermitente-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

Extrema pobreza se manteve estável em 2019, enquanto a pobreza teve ligeira queda no Brasil, aponta IBGE. *G1*. 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/11/12/extrema-pobreza-se-manteve-estavel-em-2019-enquanto-a-pobreza-teve-ligeira-queda-no-brasil-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

Frequentar escola por mais tempo muda chances no mercado de trabalho, mostra pesquisa. *G1*. 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/11/12/frequentar-escola-por-mais-tempo-muda-chances-no-mercado-de-trabalho-mostra-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE aponta BA como estado brasileiro com maior nº absoluto de pessoas extremamente pobres. *G1*. 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/11/12/ibge-aponta-que-ba-e-o-estado-brasileiro-com-maior-no-absoluto-de-pessoas-extremamente-pobres.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE: Brasil tem quase 52 milhões de pessoas na pobreza e 13 milhões na extrema pobreza. *G1*. 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/11/12/ibge-brasil-tem-quase-52-milhoes-de-pessoas-na-pobreza-e-13-milhoes-na-extrema-pobreza.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

Índice de lares da Paraíba com acesso à internet chega a 76,7%, aponta pesquisa do IBGE. *G1*. 14 abr. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/04/14/indice-de-lares-da-paraiba-com-acesso-a-internet-chega-a-767percent-aponta-pesquisa-do-ibge.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

Maranhão tinha o 2º menor percentual de domicílios com internet do país em 2019, diz IBGE. *G1*. 14 abr. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/04/14/maranhao-tinha-o-2o-menor-percentual-de-domicilios-com-internet-do-pais-em-2019-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

Matrículas nas escolas públicas do Ceará cresceram em todas as etapas de ensino, aponta IBGE. *G1*. 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/11/12/matriculas-nas-escolas-publicas-do-ceara-cresceram-em-todas-as-etapas-de-ensino-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

Pesquisa do IBGE mostra que internet chega a quase 75% dos lares tocaninenses. *G1*. 14 abr. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/04/14/pesquisa-do-ibge-morta-que-internet-chega-a-quase-75percent-dos-lares-tocantineses.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

Recife tem maior desigualdade entre capitais em 2019 e PE fica em terceiro no país em concentração de renda, diz IBGE. *G1*. 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/11/12/recife-tem-maior-desigualdade-entre-capitais-em-2019-e-pe-fica-em-terceiro-no-pais-em-concentracao-de-renda-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

Roraima lidera média nacional de acessos à internet por celulares, aponta pesquisa do IBGE. *G1*. 15 abr. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/04/15/roraima-lidera-media-nacional-de-acessos-a-internet-por-celulares-aponta-pesquisa-do-ibge.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

## **Nexo**

O uso ilegal de dados do Facebook pela Cambridge Analytica. *Nexo*. 17 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/19/O-uso-ilegal-de-dados-do-Facebook-pela-Cambridge-Analytica.-E-o-que-h%C3%A1-de-novo>>. Acesso em: ago. 2021.

A repercussão da fala do criador do Facebook sobre o Holocausto. *Nexo*. 19 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/07/19/A-repercuss%C3%A3o-da-fala-do-criador-do-Facebook-sobre-o-Holocausto>>. Acesso em: ago. 2021.

## **O Combatente**

Rondônia é o estado com menor concentração de renda das Regiões Norte e Nordeste. *O Combatente*. 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.ocombatente.com/2020/11/12/rondonia-e-o-estado-com-menor-concentracao-de-renda-das-regioes-norte-e-nordeste/>>. Acesso em: ago. 2021.

## **O Povo Online**

40% dos mais pobres sobrevivem com R\$ 231 no Ceará. *O Povo Online*. 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2020/11/12/40--dos-mais-pobres-sobrevivem-com-r--231-no-ceara.html>>. Acesso em: ago. 2021.

Ceará tem 26% dos jovens de 15 a 29 anos sem estudar ou trabalhar. *O Povo Online*. 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2020/11/12/ceara-tem-26--dos-jovens-de-15-a-29-anos-sem-estudar-ou-trabalhar.html>>. Acesso em: ago. 2021.

Ceará tem 56,8% dos trabalhadores na informalidade. *O Povo Online*. 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2020/11/12/ceara-tem-56-8--dos-trabalhadores-na-informalidade.html>>. Acesso em: ago. 2021.

Ceará tem a melhor taxa de acesso ao ensino médio do Nordeste, diz IBGE. *O Povo Online*. 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2020/11/12/ceara-tem-a-melhor-taxa-de-acesso-ao-ensino-medio-do-nordeste--diz-ibge.html>>. Acesso em: ago. 2021.

Empregos intermitentes crescem 83% no Nordeste em 2019. *O Povo Online*. 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2020/11/12/empregos-intermitentes-crescem-83--no-nordeste-em-2019.html>>. Acesso em: ago. 2021.

## **Painel Notícias**

Alagoanos são os que mais apontam preço do serviço como entrave para acessar a internet. *Painel Notícias*. 14 abr. 2021. Disponível em: <<http://www.painelnoticias.com.br/geral/187881/alagoanos-sao-os-que-mais-apontam-preco-do-servico-como-entrave-para-acessar-a-internet>>. Acesso em: ago. 2021.

## **R7**

Acesso à internet cresce, mas ainda exclui 39,8 milhões de brasileiros. *R7*. 14 abr. 2021. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/acesso-a-internet-cresce-mas-ainda-exclui-398-milhoes-de-brasileiros-14042021>>. Acesso em: ago. 2021.

Domicílios com televisores aptos a sinal digital chegam a 89,8%. *R7*. 14 abr. 2021. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/domicilios-com-televisores-aptos-a-sinal-digital-chegam-a-898-14042021>>. Acesso em: ago. 2021.

IBGE aponta desigualdade de acesso à internet entre estudantes. *R7*. 14 abr. 2021. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/educacao/ibge-aponta-desigualdade-de-acesso-a-internet-entre-estudantes-14042021>>. Acesso em: ago. 2021.

## **Reuters**

Facebook retira do ar rede ligada ao MBL antes das eleições. *Reuters*. 25 jul. 2018. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRKBN1KF1MI-OBRDN>>. Acesso em: jul. 2018.

## **Terra**

Parcela de pobres no Brasil diminuiu em 2019, diz IBGE. *Terra*. 12 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/economia/parcela-de-pobres-no-brasil-diminuiu-em-2019-diz-ibge,a1db42e14dcd199308f3f5252676a88bw6ndkqvh.html>>. Acesso em: ago. 2021.

**Tribuna Hoje Online**

Em Alagoas, mais de 47% das pessoas vivem em situação de pobreza. *Tribuna Hoje Online*. 12 nov. 2020. Disponível em:

<<https://tribunahoje.com/noticias/economia/2020/11/12/em-alagoas-mais-de-47-das-pessoas-vivem-em-situacao-de-pobreza/>>. Acesso em: ago. 2021.



## MATÉRIAS CITADAS DE VEÍCULOS IMPRESSOS

### **Correio do Povo (RS)**

Acesso de estudantes à Internet sobe para 88,1%. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 15 abr. 2021. Ensino, p. 11.

### **Folha de S.Paulo (SP)**

13,7 milhões de brasileiros estão na extrema pobreza e vivem com menos de US\$ 1,90 ao dia. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 13 nov. 2020. Mercado, p. A19.

### **Gazeta de Alagoas (AL)**

AL é o 4º do país com menor proporção de domicílios com internet. *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 15 abr. 2021. Economia, p. B01.

Alagoas é 4% com menor nº de domicílios com internet. *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 15 abr. 2021. Capa, p. 1.

Celular é mais utilizado para acesso à internet em AL, diz IBGE. *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 15 abr. 2021. Economia, p. B01.

### **IstoÉ Dinheiro**

Revolução do ensino. *IstoÉ Dinheiro*. São Paulo, 24 abr. 2021. Negócios, p. 42.

### **O Estado de Mato Grosso do Sul (MS)**

Número de casas com TV por assinatura recuou. *O Estado de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, 15 abr. 2021. Economia, p. 08.

### **O Estado de S. Paulo (SP)**

Antes da covid-19, País tinha 51,7 mi abaixo da pobreza. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 13 nov. 2020. Economia e Negócios, p. B05.

### **O Globo (RJ)**

Brasil é o nono mais desigual do mundo, diz IBGE. *O Globo*. Rio de Janeiro, 13 nov. 2020. Economia, p. 27.

Jovem branco tem duas vezes mais chance de chegar à universidade. *O Globo*. Rio de Janeiro, 13 nov. 2020. Economia, p. 28.

Moradia precária afeta 20%. *O Globo*. Rio de Janeiro, 13 nov. 2020. Capa, p. 1.

Pesquisa mostra que 45,3 milhões vivem em casas precárias. *O Globo*. Rio de Janeiro, 13 nov. 2020. Economia, p. 26.

### **O Tempo (MG)**

Cidadania off-line. *O Tempo*. Belo Horizonte, 15 abr. 2021. Opinião, p. 28.

Estudantes sem acesso à internet são 4,3 mi. *O Tempo*. Belo Horizonte, 15 abr. 2021. Brasil, p. 15.

## MATÉRIAS CITADAS DE RÁDIO E TV

### **Rádio Bandeirantes AM 840 (SP)**

Brasil não conseguiu reduzir a extrema pobreza em 2019, segundo o IBGE. *Bandeirantes*. São Paulo, 13 nov. 2020. Primeira Hora. Programa de rádio.

### **Rádio CBN (Nacional)**

Dia a Dia da Economia, com Míriam Leitão. *CBN*. 12 nov. 2020. CBN Brasil. Programa de rádio.

### **Rádio CBN Anhanguera FM 97,1 (GO)**

Popularização das vídeochamadas na pandemia. *CBN Anhanguera*. Goiânia, 14 abr. 2021. CBN Goiânia. Programa de rádio.

### **Rádio CBN Amazônia FM 101,9 (RO)**

IBGE publica suplemento sobre tecnologia da informação e comunicação. *CBN Amazônia*. Porto Velho, 14 abr. 2021. Boletim Rondônia. Programa de rádio.

### **Rádio CBN São Paulo FM 90,5 (SP)**

Extrema pobreza no Brasil esta no maior nível desde de 2012, dados do IBGE. *CBN São Paulo*. São Paulo, 12 nov. 2020. CBN São Paulo. Programa de rádio.

### **TV BandNews (Nacional)**

4,3 milhões de estudantes não tem acesso à internet durante a pandemia. *BandNews*. 15 abr. 2021. Manhã BandNews. Programa de TV.

### **TV Brasil (Nacional)**

IBGE divulga dados sobre uso da rede no país. *TV Brasil*. 15 abr. 2021. Brasil em Dia. Programa de TV.

IBGE divulga dados sobre uso de internet nas residências. *TV Brasil*. 14 abr. 2021. Repórter Brasil Tarde. Programa de TV.

Internet: IBGE divulga dados sobre uso da rede no país. *TV Brasil*. 14 abr. 2021. Repórter Brasil. Programa de TV.

### **TV Globo (Nacional)**

IBGE aponta desigualdade de acesso à internet entre estudantes. *Globo*. 14 abr. 2021. Jornal Hoje. Programa de TV.

IBGE aponta relação entre quantos anos que jovens frequentaram escola e chances de emprego. *Globo*. 12 nov. 2020. Jornal Nacional. Programa de TV.

IBGE: Brasil tem quase 52 milhões de pessoas na pobreza e 13 milhões na extrema pobreza. *Globo*. 12 nov. 2020. Jornal Nacional. Programa de TV.

Pobreza atingia 52 milhões de brasileiros em 2019, segundo o IBGE. *Globo*. 12 nov. 2020. Jornal Hoje. Programa de TV.

### **TV GloboNews (Nacional)**

40 milhões de brasileiros não tinham internet às vésperas da pandemia. *GloboNews*. 15 abr. 2021. Jornal GloboNews 10h. Programa de TV.

Brasil é o nono país com maior desigualdade no mundo. *GloboNews*. 12 nov. 2020. Jornal GloboNews 10h. Programa de TV.

IBGE divulga índice de desigualdade do acesso a internet no país. *GloboNews*. 15 abr. 2021. Jornal GloboNews 0h. Programa de TV.

IBGE: Pobreza atingiu 52 milhões de pessoas no Brasil em 2019. *GloboNews*. 12 nov. 2020. Jornal GloboNews 16h. Programa de TV.

Mais de 13 milhões de brasileiros vivem em pobreza extrema. *GloboNews*. 12 nov. 2020. GloboNews em Pauta. Programa de TV.

Pobreza atingia quase 52 milhões no Brasil em 2019. *GloboNews*. 12 nov. 2020. Jornal GloboNews 18h. Programa de TV.

Pobreza extrema atinge 13,7 milhões de brasileiros. *GloboNews*. 12 nov. 2020. Jornal das Dez. Programa de TV.

Recife é a capital mais desigual do país. *GloboNews*. 12 nov. 2020. Jornal GloboNews 10h. Programa de TV.

**ANEXO A - Release do IBGE sobre a SIS 2020**

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao>

**Síntese de Indicadores Sociais: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população**

Editoria: Estatísticas Sociais

12/11/2020 10h00 | Atualizado em 12/11/2020 17h21

*Os resultados utilizam dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2012 a 2019, entre outras fontes.*

*De 2018 para 2019, a pobreza medida pela linha de US\$ 5,5 PPC caiu de 25,3% para 24,7% das pessoas. Já a extrema pobreza (US\$1,90 PPC) se manteve em 6,5% da população, em 2018 e em 2019, afetando mais da metade dos nordestinos e 39,8% das mulheres pretas ou pardas.*

*O índice de Gini (0,543) caiu em relação a 2018 (0,545), mas o país é o nono mais desigual do mundo segundo o Banco Mundial.*

*Entre 2018 e 2019, a taxa de desocupação caiu de 12% para 11,7%. Porém, a proporção dos desocupados há pelo menos dois anos subiu de 23,5% em 2017 para 27,5% em 2019.*

*Entre os jovens de 15 a 29 anos de idade, 22,1% não estudavam e não estavam ocupados em 2019. O percentual foi menor que em 2018, em decorrência do aumento do nível de ocupação.*

*Em 2019, os estados do Nordeste apresentavam mais de ¼ dos jovens de 15 a 29 anos que não estudavam nem estavam ocupados, padrão percebido na série iniciada em 2016.*

*Entre as mulheres pretas ou pardas de 15 a 29 anos de idade, 32,0% não estudavam e não tinham ocupação em 2019, proporção 2,4 vezes maior que a dos jovens brancos nessa situação (13,2%).*

*Em 2018, segundo o Caged, mais de 71 mil contratações ocorreram pela forma intermitente no país, representando 0,5% das admissões com carteira*

assinada. Em 2019, foram mais de 155 mil contratações dessa forma intermitente, ou 1,0% das admissões com carteira.

Quatro em cada dez trabalhadores ocupados estavam na informalidade em 2019. A informalidade no mercado de trabalho brasileiro, de caráter estrutural, atingia 41,6% dos trabalhadores do país em 2019, ou 39,3 milhões de pessoas. Este indicador se manteve estável em relação a 2018. A proporção era maior na região Norte (61,6%) e menor na Sul (29,1%).

Entre pessoas ocupadas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, a proporção de informais era de 62,4%, mas de apenas 21,9% entre aquelas com ensino superior completo.

Em 2019, a taxa de frequência escolar bruta das crianças de 0 a 3 anos atingiu 35,6% e, na faixa entre 4 e 5 anos, chegou a 92,9%, porém ainda está abaixo das metas do Plano Nacional de Educação (50% para 0 a 3 anos e universalização para 4 e 5 anos até 2024).

Na faixa de 18 a 24 anos de idade, 35,7% dos jovens brancos frequentavam ou já haviam concluído o ensino superior em 2019. Entre os jovens pretos ou pardos, esse percentual era de apenas 18,9%.

Em 2019, entre as pessoas de 25 anos ou mais de idade, 51,1% não haviam completado o ensino médio, mas apenas 4,5% da população nessa faixa etária frequentavam escola.

Um total de 23,8 milhões de jovens com 15 a 29 anos de idade e sem ensino superior completo não frequentavam escola. 57,6% dos homens pretos ou pardos e 53,2% das mulheres pretas ou pardas estavam nessa situação.

Entre as razões apresentadas pelos jovens para terem parado de estudar, ou nunca terem estudado, “precisava trabalhar” foi a resposta mais recorrente, mas com maior incidência para os homens (43,1%) do que para as mulheres (26,0%). O percentual de jovens que não estudavam e nem estavam ocupados caiu de 23,0% em 2018 para 22,1 em 2019.

### **Em 2019, Pará tinha a maior proporção de trabalhadores informais (67,9%)**

Em 2019, 39,3 milhões de pessoas estavam ocupadas nas cinco modalidades que constituem o trabalho informal (empregado e trabalhador doméstico sem carteira assinada, conta própria e empregador não contribuintes para a Previdência

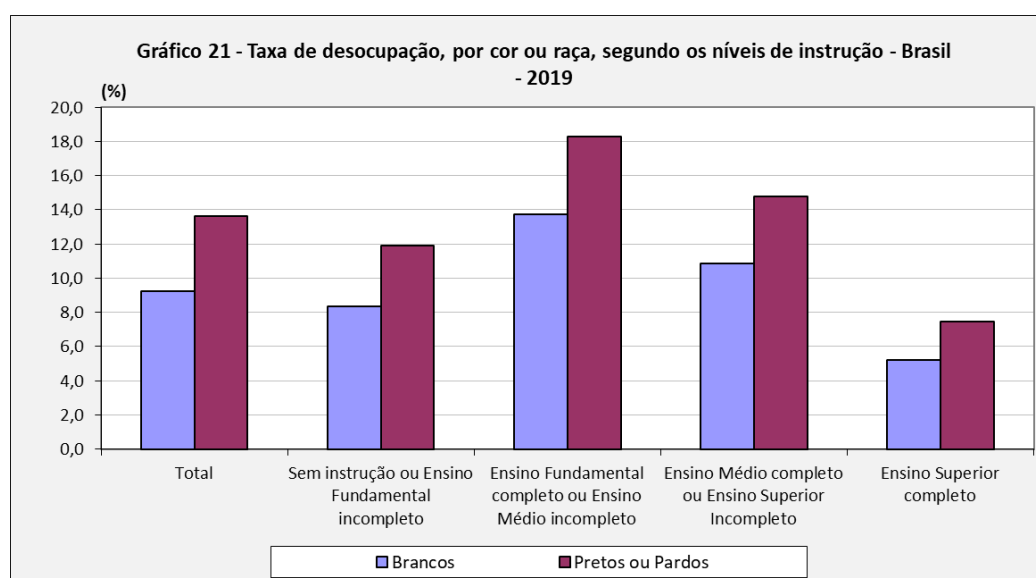
Social e trabalhador familiar auxiliar), o que representou 41,6% da população ocupada, percentual mais elevado da série, e estabilidade frente a 2018 (41,5%).

Entre as pessoas ocupadas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, a proporção de informais foi de 62,4%, contra 21,9% para aquelas com ensino superior completo.

Pará (67,9%), Maranhão (65,4%) e Piauí (65,1%) foram as unidades da Federação com os maiores percentuais de trabalhadores em ocupações informais em 2019, enquanto Santa Catarina (23,4%), Rio Grande do Sul (30,4%), São Paulo e Paraná (ambos com 31,4%), tinham as menores proporções.

### Taxa de desocupação diminuiu em 2019

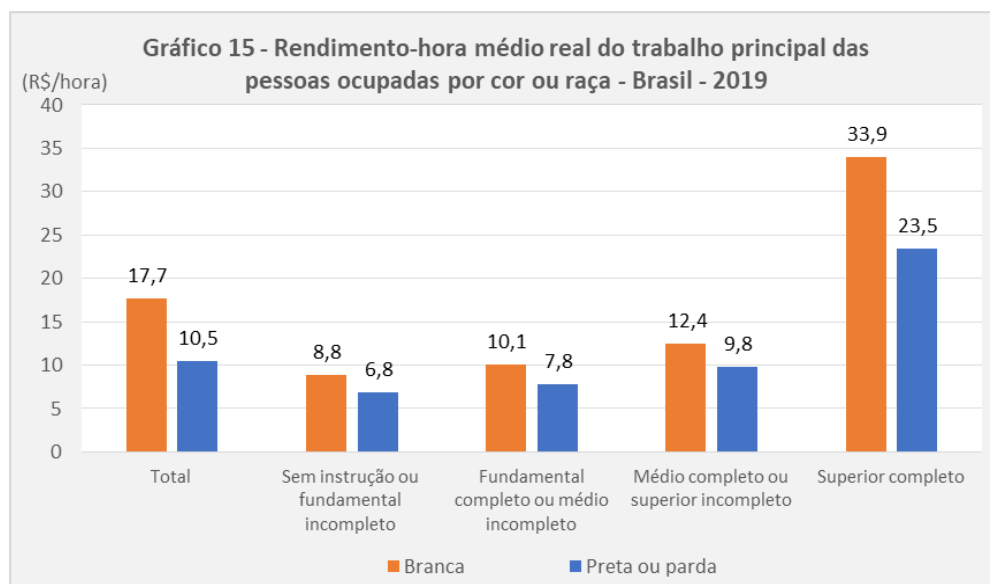
Em 2019, a taxa de desocupação (11,7%) mostrou relativa melhora frente a 2018 (12%). A taxa de desocupação da população preta ou parda (13,6%) foi maior que a da população branca (9,2%), padrão já observado na série. Mesmo entre pessoas com o mesmo nível de instrução, a taxa é maior para os pretos ou pardos em todos os níveis educacionais. No ensino fundamental completo ou médio incompleto, por exemplo, a taxa de desocupação varia de 13,7% entre brancos para 18,4% entre pretos ou pardos.



### Branco ganham em média 69,3% mais do que pretos e pardos pela hora trabalhada

A presença dos pretos ou pardos é maior na Agropecuária (62,7%), na Construção e nos Serviços domésticos (66,6%), atividades que possuíam

rendimentos inferiores à média em 2019. Já nos serviços de Informação, atividades financeiras e outras atividades profissionais e Administração pública, educação, saúde e serviços sociais, cujos rendimentos médios foram bastante superiores à média, são os agrupamentos de atividades que contavam com a maior participação de pessoas ocupadas de cor ou raça branca.



Em 2019, a população ocupada de cor ou raça branca ganhava 69,3% mais do que a preta ou parda, e os homens 12,7% mais que as mulheres, considerando-se o mesmo número de horas trabalhadas. A população ocupada branca recebia rendimento-hora superior à população preta ou parda para qualquer nível de instrução, sendo a diferença maior (44,6%) no nível Superior completo, R\$ 33,90 contra R\$ 23,50.

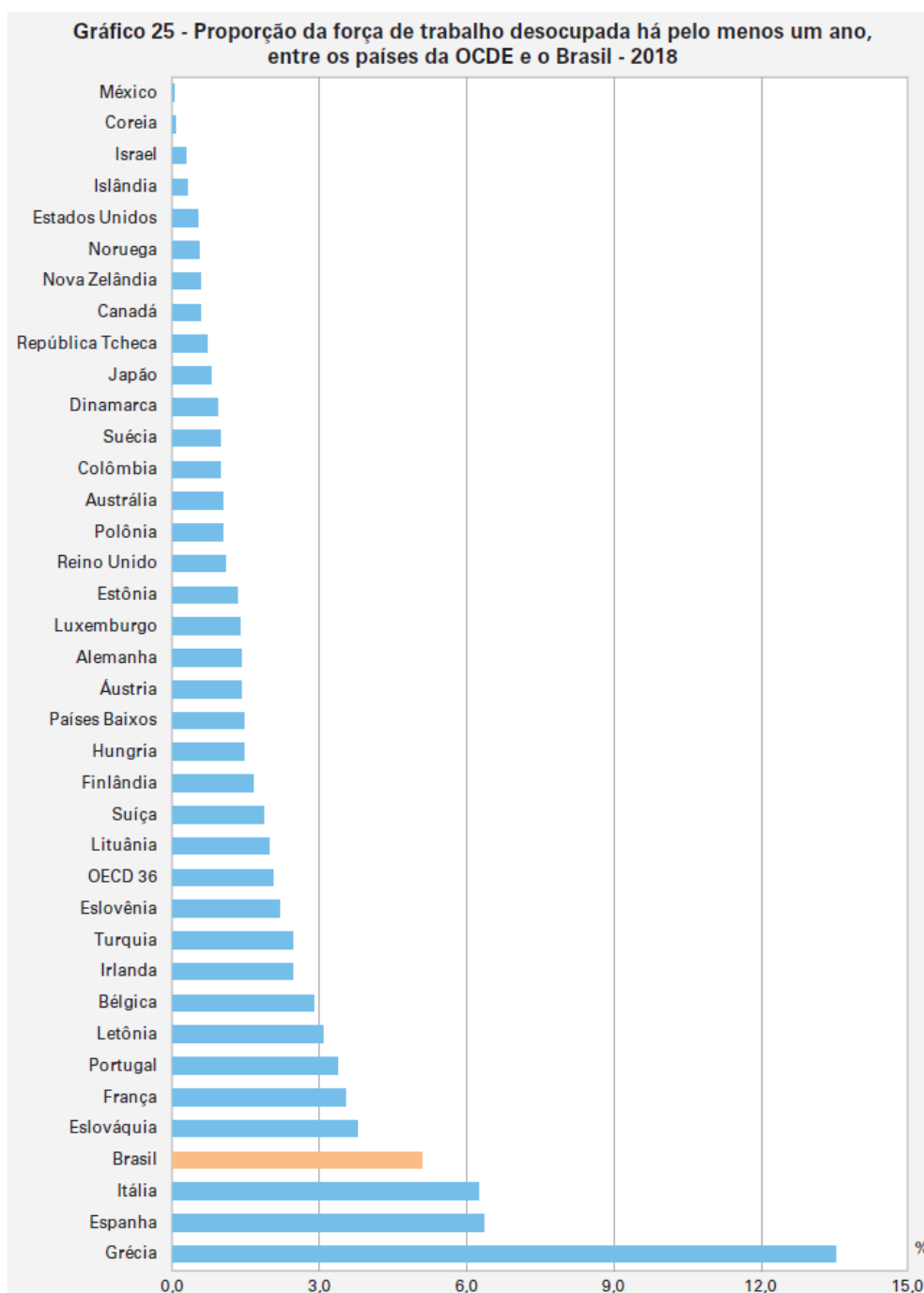
Piauí e Maranhão tinham os menores rendimentos médios (respectivamente R\$ 1.280 e R\$ 1.287) e Distrito Federal (R\$ 3.953), São Paulo (R\$ 2.817) e Rio de Janeiro (R\$ 2.715), os maiores.

### **Comparado aos países da OCDE, Brasil tinha uma das maiores proporções de desocupação de longo prazo**

Entre 2017 e 2019, a taxa de desocupação caiu de 12,5% para 11,7%, mas a proporção dos desocupados de longo prazo (mais de um ano procurando emprego) não passou por alteração significativa no período. Já a proporção de pessoas desocupadas há pelo menos dois anos aumentou de 23,5%, em 2017, para 27,5%, em 2019.



Para a comparação internacional do fenômeno da desocupação de longo prazo, a OIT propõe o indicador proporção da força de trabalho desocupada há pelo menos um ano. A comparação com os países da OCDE, com dados de 2018, coloca o Brasil (5,1%) entre as maiores incidências do fenômeno, apenas atrás de Grécia (13,6%), Espanha (6,4%) e Itália (6,3%).



Fontes: 1. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018. 2. HOW'S life? 2020: measuring well-being. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2020. 244 p. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9870c393-en>. Acesso em: set. 2020.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevista da PNAD Contínua 2018.

### **Contrato intermitente dobra em 2019 e chega a 13% dos novos empregos com carteira**

Com dados do Caged, a Síntese mostra que em 2018, primeiro ano completo de vigência da reforma trabalhista (instituída em julho de 2017), mais de 71 mil contratações ocorreram pela forma intermitente no país, representando 0,5% das admissões com carteira assinada. Em 2019, foram mais de 155 mil, ou 1,0% das admissões, sendo mais da metade (84 mil) no Sudeste.

Em 2018, houve saldo (admissões, subtraídos os desligamentos) de 51,2 mil postos de trabalho com contrato intermitente, correspondendo a 9,4% do saldo de empregos com carteira assinada. Já em 2019, 85,7 mil novos postos gerados foram na modalidade intermitente, isto é, 13,3% de todos os novos empregos com carteira assinada.

O Nordeste demonstrou maior intensidade na substituição dos vínculos de emprego com continuidade por contratos intermitentes. De fato, 19,9% do saldo de empregos na região Nordeste em 2019 foram na modalidade intermitente. No Centro-Oeste, o crescimento do saldo de empregos por contrato intermitente foi de 164%, entre 2018 e 2019.

### **Índice de Gini cai em 2019, mas Brasil ainda é o nono país mais desigual do mundo**

O índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* foi de 0,543 em 2019, recuando em relação a 2018 (0,545) e aumentando frente a 2015 (0,524), o menor índice da série da PNAD Contínua.

A região Sul tinha a menor desigualdade de rendimentos (0,467 em 2019). O Nordeste apresentou o maior crescimento percentual do indicador entre 2012 e 2019 (2,4%) e foi a única região onde o Gini cresceu, entre 2018 e 2019, passando de 0,545 para 0,559. Três capitais nordestinas se destacaram como as mais desiguais: Recife (0,612), João Pessoa (0,591) e Aracaju (0,581). A única capital a ficar abaixo do patamar de 0,500 foi Goiânia, com Gini de 0,468.

De acordo com dados do Banco Mundial para o relatório *World Development Indicators*, o Brasil permanece como um dos mais desiguais do mundo quando se trata da distribuição de renda entre seus habitantes, sendo o nono país mais desigual do mundo nessa avaliação.

### **Maranhão continua com os menores rendimentos *per capita* médio e mediano do país**

O rendimento médio domiciliar *per capita* de 2019 foi de R\$ 1.406 para o total da população brasileira. As regiões Sudeste (R\$ 1.720) e Sul (R\$ 1.701) tinham os rendimentos mais elevados, aproximadamente o dobro do rendimento domiciliar *per capita* do Norte (R\$ 872) e Nordeste (R\$ 884). Esse padrão de diferença nos patamares de rendimento domiciliar *per capita* se alterou pouco desde 2012.

No Brasil, o rendimento domiciliar *per capita* mediano (ao que até metade da população tem acesso) equivalia a cerca de 60% do rendimento médio e foi de R\$ 861 em 2019, valor inferior ao salário mínimo nacional vigente nesse ano (R\$ 998).

### **Benefícios como Bolsa Família e BPC respondem por 1/3 do rendimento de 12% da população**

A Síntese de Indicadores Sociais mostra que 11,8% da população brasileira em 2019 viviam com até o valor de  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo *per capita* mensal (cerca de R\$ 250) e quase 30% com até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo *per capita* (R\$ 499). No Nordeste, quase metade da população tinha até esse último patamar de renda mensal. No outro extremo da distribuição, no Brasil, 4,1% tinham rendimento *per capita* superior a 5 salários mínimos (R\$ 4.990), no Distrito Federal 12,9% das pessoas apresentavam esse rendimento.

Para o total da população, chama atenção o aumento da participação de aposentadorias e pensões entre 2012 e 2019, que passou de 18,1% para 20,5% do rendimento domiciliar total. Entretanto, esse crescimento está concentrado entre aqueles com mais rendimentos (aumento de 14,1% no período para as pessoas com rendimento domiciliar *per capita* acima de 3 salários mínimos).

O peso de aposentadorias e pensões no rendimento domiciliar para as pessoas com até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo *per capita*, que era de 8% em 2012, reduziu-se ainda mais em 2019, passando para 7%. Nessa faixa de rendimento, a participação da componente “outros rendimentos” - Bolsa Família, BPC, entre outros - é bem mais significativa, sendo responsável por mais de 1/3 do rendimento total em 2019.

### Em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população

A Síntese mostra que a análise da evolução temporal da extrema pobreza no Brasil teve agravamento em relação ao início da série, com aumento de 13,5% na incidência pela linha de US\$1,90 PPC, passando de 5,8%, em 2012, para 6,5% da população, em 2019. Em relação à 2018 (6,5%), houve estabilidade.

Pela linha de US\$ 5,50 PPC, houve redução na proporção de pobres entre 2012 e 2019, de 26,5% para 24,7% da população. Frente a 2018, a proporção de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* abaixo dessa linha caiu 0,6 ponto percentual, passando de 25,3% para 24,7%.

Entre os que se declararam brancos, 14,7% eram pobres e 3,4% eram extremamente pobres, enquanto entre pretos e pardos 32,3% eram pobres e 8,9% eram extremamente pobres.

Tabela 8 - Pessoas por classes de rendimento domiciliar per capita, segundo características selecionadas de domicílios e pessoas, total, incidência e distribuição percentual - 2019								
Características selecionadas de domicílios e pessoas	Total		Proporção de pessoas por classes de rendimento domiciliar per capita					
	(1 000 pessoas)		Menos de US\$ 1,9 PPC 2011 (1)			Menos de US\$ 5,5 PPC 2011 (1)		
	Absoluto	Distribuição percentual (%)	Total (1 000 pessoas)	Proporção (Incidência em cada grupo) (%)	Distribuição percentual (%)	Total (1 000 pessoas)	Proporção (Incidência em cada grupo) (%)	Distribuição percentual (%)
<b>Total</b>	<b>209 415</b>	<b>100</b>	<b>13 689</b>	<b>6,5</b>	<b>100</b>	<b>51 742</b>	<b>24,7</b>	<b>100</b>
<b>Sexo</b>								
Homens	101 054	48,3	6 525	6,5	47,7	24 883	24,6	48,1
Mulheres	108 361	51,7	7 163	6,6	52,3	26 859	24,8	51,9
<b>Cor ou raça (3)</b>								
Branco	89 373	42,7	3 055	3,4	22,3	13 168	14,7	25,4
Pretos ou pardos	117 855	56,3	10 499	8,9	76,7	38 072	32,3	73,6
<b>Sexo e cor ou raça (2)</b>								
Homens brancos	42 222	20,2	1 420	3,4	10	6 298	15	12
Homens pretos ou pardos	57 790	27,6	5 049	8,7	37	18 358	32	35
Mulheres brancas	47 151	22,5	1 635	3,5	12	6 870	15	13
Mulheres pretas ou pardas	60 065	28,7	5 450	9,1	40	19 714	33	38
<b>Nível de instrução</b>								
Sem instrução ou fundamental incompleto	57 318	27,4	4 896	8,5	35,8	16 704	29,1	32,3
Ensino fundamental completo ou médio incompleto	28 655	13,7	2 051	7,2	15	8 112	28,3	15,7

Ensino médio completo ou superior incompleto	57 190	27,3	1 899	3,3	13,9	9 033	15,8	17,5
Ensino superior completo	24 824	11,9	151	0,6	1,1	635	2,6	1,2
<b>Posição na ocupação (4)</b>								
Ocupado	94 573	45,2	1 889	2	13,8	13 321	14,1	25,7
Com carteira de trabalho assinada (5)	35 203	16,8	14	0	0,1	2 502	7,1	4,8
Sem carteira de trabalho assinada (5)	14 477	6,9	490	3,4	3,6	3 366	23,3	6,5
Trabalhador doméstico	6 154	2,9	233	3,8	1,7	1 574	25,6	3
Militar ou funcionário público estatutário	7 870	3,8	1	0	0	241	3,1	0,5
Empregado do setor privado (5)	45 909	21,9	493	1,1	3,6	5 526	12	10,7
Empregador	4 370	2,1	4	0,1	0	101	2,3	0,2
Conta própria	24 415	11,7	893	3,7	6,5	4 715	19,3	9,1
Trabalhador familiar auxiliar	2 084	1	255	12,2	1,9	822	39,5	1,6
<b>Moradores em arranjos domiciliares do tipo</b>								
Unipessoal	11 726	5,6	871	7,4	6,4	1 281	10,9	2,5
Casal sem filho	31 070	14,8	974	3,1	7,1	2 756	8,9	5,3
Casal com filho(s)	117 608	56,2	7 676	6,5	56,1	33 724	28,7	65,2
Arranjo formado por responsável sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	13 027	6,2	2 531	19,4	18,5	6 977	53,6	13,5
Arranjo formado por mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	11 906	5,7	2 419	20,3	17,7	6 537	54,9	12,6
Arranjo formado por mulher branca sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	3 632	1,7	445	12,3	3,3	1 386	38,2	2,7
Arranjo formado por mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	8 149	3,9	1 953	24	14,3	5 085	62,4	9,8
Outros	35 985	17,2	1 636	4,5	12	7 003	19,5	13,5
<p>Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019, consolidado de primeiras entrevistas.</p> <p>Notas: Exclui pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico. Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.</p> <p>(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.</p> <p>(2) Mediana calculada no nível pessoa.</p> <p>(3) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.</p> <p>(4) Não são apresentados resultados para pessoas desocupadas e fora da força de trabalho.</p> <p>(5) Os empregados do setor privado também estão representados nas categorias "empregado com carteira de trabalho assinada" e "empregado sem carteira de trabalho assinada"</p>								

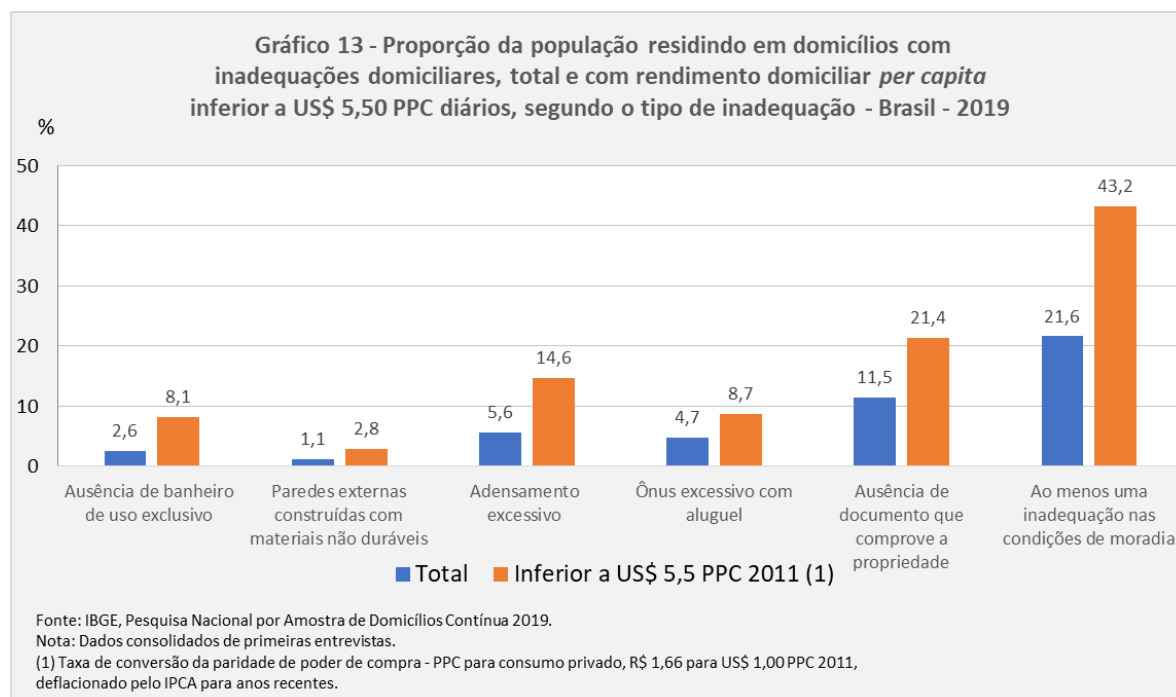
**Mulheres pretas ou pardas são 39,8% das pessoas extremamente pobres**

As mulheres pretas ou pardas se destacaram entre os pobres: eram 28,7% da população, 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres. O arranjo domiciliar formado por mulheres pretas ou pardas responsáveis, sem cônjuge e com presença de filhos menores de 14 anos concentrou a maior incidência de pobreza: 24% dos moradores desses arranjos tinham rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 1,90 e 62,4% inferior a US\$ 5,50. Já entre as crianças com até 14 anos de idade, 11,3% eram extremamente pobres e 41,7% pobres

Os trabalhadores familiares auxiliares eram a posição na ocupação com maior incidência de extrema pobreza (12,2%) e de pobreza (39,5%). Chama também atenção o fato de 25,6% dos trabalhadores domésticos, 23,3% dos empregados sem carteira e 19,3% dos trabalhadores por conta-própria estarem entre aqueles considerados pobres pela linha de US\$ 5,50 PPC.

**11,5% da população residiam em domicílios sem documentos de comprovação de propriedade**

Entre as cinco inadequações domiciliares analisadas, a mais comum foi a ausência, em domicílios próprios, de documentação que comprove a propriedade. Essa informação foi investigada pela primeira vez pela PNAD Contínua em 2019. No total da população, 11,5% residiam em domicílios com essa inadequação, proporção que atingia 21,4% das pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC por dia.



### **Em 2019, apenas 26,1% da população da Região Norte foram atendidos por esgotamento por rede coletora ou pluvial**

No conjunto da população, 90,6% residiam, em 2019, em domicílios com coleta direta ou indireta de lixo, 84,7% em domicílios com abastecimento de água pela rede geral, e 65,8% em domicílios com esgotamento pela rede coletora ou pluvial.

O Sudeste obtém os melhores resultados para os três serviços: em 2019, 97,0% da sua população residiam em domicílios com coleta de lixo, 92,1% residiam em domicílios com abastecimento de água e 88,3% estavam em domicílios com esgotamento por rede coletora ou pluvial. A região Norte obteve os piores resultados para os três serviços: 78,7% da população estava em domicílios com coleta de lixo, 58,3% em domicílios com abastecimento de água por rede geral e 26,1% com esgotamento por rede coletora ou pluvial.

### **Posse de motocicleta é mais frequente entre a população com menor rendimento**

Em 2019, 51,9% da população residiam em domicílios com carro de uso particular, mas entre a população com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC por dia, a proporção era de 21,6%.

Entre os bens investigados pela PNAD Contínua, a motocicleta é peculiar: sua posse é mais disseminada entre a população com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC por dia (27,9%) que no conjunto da população (25,9%) - um resultado influenciado pela utilização da motocicleta como ferramenta de trabalho em ocupações como entregador ou mototáxi, bem como para deslocamento em áreas rurais, em substituição à tração animal.

### **Frequência escolar bruta aumenta em quase todos os grupos de idade**

Entre 2016 (primeiro ano da série histórica) e 2019, a taxa de frequência escolar bruta, isto é, a proporção de pessoas de um determinado grupo etário que frequentam escola (desde creches até o nível superior) cresceu em cinco das seis faixas etárias consideradas.

Os menores aumentos foram nos grupos de 6 a 10 anos (0,3 p.p.) e de 11 a 14 anos de idade (0,6 p. p.), o que se explica porque, em 2016, o país já se encontrava em patamar bastante próximo à universalização em ambas as faixas (99,5% e 98,9%, respectivamente).

Na faixa de 15 a 17 anos, o país atingiu, em 2019, uma taxa bruta de frequência escolar de 89,2%, com elevação de 2,0 pontos percentuais frente ao dado registrado em 2016. Já o grupo de 18 a 24 anos foi o único sem avanço na taxa de frequência escolar bruta no período.

### **Frequência escolar das crianças de 0 a 5 anos melhora, em 2019, mas ainda está longe da meta**

Em 2019, a taxa de frequência escolar bruta das crianças de 0 a 3 anos atingiu 35,6%, um acréscimo de 5,2 pontos percentuais em relação a 2016. Na faixa entre 4 e 5 anos, a taxa de frequência escolar bruta subiu 2,7 pontos percentuais, atingindo 92,9% em 2019. Porém, o país ainda não atingiu os marcos previstos no Plano Nacional de Educação (PNE): até 2024, a universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e 50% para as crianças de até 3 anos.

A Região Sul teve o melhor resultado no grupo de 0 a 3 anos (43,3%) e o Nordeste no de 4 a 5 anos (95,8%). Já a região Norte apareceu com o pior indicador nos dois casos: 17,6% das crianças com até 3 anos e 86,6% das crianças de 4 a 5 anos na escola.



### **Frequência escolar líquida avança mais rápido que a bruta para grupos de 11 a 17 anos**

A taxa ajustada de frequência escola líquida (Tafel) representa a proporção de pessoas que frequentam o nível de ensino adequado à sua faixa etária ou que já haviam concluído esse nível, de acordo com o sistema educacional brasileiro. Ela aumentou entre 2016 e 2019.

No grupo de 18 a 24 anos, a Tafel aumentou em 1,6 p. p., de 23,9% em 2016 para 25,5% em 2019. Esse aumento foi simultâneo à redução da proporção de jovens dessa faixa etária nas etapas escolares anteriores, de 12,3% para 11,0%.

A Tafel subiu 2,8 p. p. na faixa de 11 a 14 anos, entre 2016 e 2019, chegando a 87,5%, e 3,2 p. p. no grupo entre 15 e 17 anos, atingindo 71,4%. Em ambos os casos, ela se expandiu mais rápido que a taxa de frequência escolar bruta, indicando adequação do fluxo escolar.

### **Amapá, Santa Catarina e DF já ultrapassaram meta de Tafel do Ensino Superior em 2019**

A Tafel da faixa de 15 a 17 anos ficou abaixo do indicado no PNE até 2024 (85%). Nenhuma unidade da Federação alcançou a proporção, e o valor mais alto foi o de São Paulo (84,1%).

As regiões Norte e Nordeste tiveram resultados mais baixos nos três grupos etários, com algumas exceções. Roraima e Ceará se destacaram com bons resultados nas faixas de 11 a 14 anos (ensino fundamental) e de 15 a 17 anos (ensino médio).

O Amapá (34,4%) tem uma das maiores Tafel do ensino superior (grupo de 18 a 24 anos). O estado, junto com Santa Catarina (33,7%) e Distrito Federal (42,2%) são os únicos que ultrapassaram o patamar de 33% de Tafel no Ensino superior, que é meta do PNE.

### **Jovem branco tem duas vezes mais chance de frequentar ou já ter concluído o ensino superior**

Em 2019, na faixa de 18 a 24 anos, um jovem branco tinha aproximadamente duas vezes mais chance de frequentar ou já ter concluído o ensino superior que um jovem preto ou pardo: 35,7% contra 18,9%.

Já um jovem morador de um domicílio urbano tinha cerca de três vezes mais chance estar frequentando ou já ter concluído o ensino superior que um jovem morador de um domicílio rural – 28,1% contra 9,2%.

Apenas 7,6% dos jovens pertencentes ao quinto populacional de menor rendimento domiciliar *per capita* frequentavam ou já haviam completado o nível superior em 2019, uma proporção oito vezes inferior à verificada entre os jovens do quinto populacional de maior renda (61,5%).

### **Apenas o Sudeste chegou à média de 12 anos de estudo prevista na meta do PNE**

A média de anos de estudos na população entre 18 e 29 anos moradora de domicílios rurais registrada pela PNAD Contínua em 2019 foi de 10,0 anos, e na população residente em domicílios urbanos foi de 11,8 anos, ambos abaixo da meta do PNE, que é de 12 anos até 2024. O Sudeste foi a única região a alcançar essa marca em 2019; Norte e Nordeste registraram um valor de 10,9 anos para esse indicador. Na categoria de cor ou raça, os brancos tinham uma escolaridade média de 12,3 anos e os pretos ou pardos, de 11,1 anos.

### **Seis em cada dez estudantes da rede pública de ensino médio são pretos ou pardos**

Os pretos ou pardos representavam 62,1% da população entre 15 e 17 anos em 2019. Entre os estudantes da rede pública de ensino médio, essa proporção é 63,9%. Já na rede particular, eram 35,7%.

No ensino superior, a distribuição por cor ou raça dos estudantes das redes pública e privada é semelhante, registrando proporções de estudantes pretos e pardos de 49,9% e 47,0%, respectivamente, bem abaixo da proporção de pretos e pardos na população entre 18 e 24 anos (60,4%) em 2019.

Na distribuição por quintos de rendimento, a rede pública de ensino médio apresentava uma distribuição (30,9% no 1º quinto, 29,1% no 2º) relativamente próxima ao verificado na população de 15 a 17 anos (31,8% no 1º quinto, 26,4% no 2º), enquanto a rede privada apresenta uma distribuição mais concentrada no quinto de maior rendimento (46,5%).

### **Mais de 50% dos alunos do ensino superior estavam nas faixas de maior rendimento**

No ensino superior, a rede pública (23,7% no 4º quinto e 29,2% no 5º) e a privada (29,9% no 4º e 34,7% no 5º) apresentavam uma distribuição concentrada nos quintos de maior rendimento, em contraste com o verificado na população entre 18 e 24 anos (22,4% no 1º e 22,8% no 2º).

No entanto, a rede pública teve um percentual superior de participação dos estudantes dos quintos de menor rendimento: em 2019, 26,7% dos estudantes da rede pública de ensino superior pertenciam aos dois quintos de menor rendimento, proporção que era de 17,0% na rede privada.

### **Apenas 4,5% das pessoas com 25 anos ou mais de idade frequentam escola**

Em 2019, 51,1% das pessoas de 25 anos ou mais de idade não haviam completado o ensino médio. Apesar de terem direito constitucional a completar seus estudos de forma gratuita, apenas 4,5% da população nessa faixa etária frequentavam escola em qualquer nível.

A evolução verificada entre 2016 e 2019 no nível de instrução da população dessa faixa etária é resultado, principalmente, da morte de pessoas mais velhas com menor instrução e do ingresso nessa faixa etária de pessoas mais instruídas.

### **Quase metade das pessoas com mais de 25 anos no Nordeste não têm instrução ou não completaram o ensino fundamental**

Na população com mais de 25 anos da região Nordeste, 49,1% não tinham instrução ou tinham o ensino fundamental incompleto, e apenas 12,1% tinham superior completo. Na região Sudeste, em 2019, a proporção de pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto foi de 32,5%, enquanto a proporção de pessoas com nível superior foi de 20,5%.

A proporção de pessoas de cor ou raça branca com 25 anos ou mais com nível superior era de 24,9%, enquanto os pretos ou pardos registravam 11,0%. Nota-se também que as mulheres apresentaram uma distribuição por nível de instrução superior à dos homens.

### **Taxa de analfabetismo das pessoas de 65 anos ou mais de idade é 37,1% no quinto mais baixo de rendimento**

No quinto de maior rendimento da população, a taxa de analfabetismo dos quatro primeiros grupos etários, até 54 anos, é menor que 1%, e praticamente a mesma. Nesse quinto populacional, a taxa de analfabetismo só supera 1% no grupo com 65 anos ou mais. Já no quinto de menor rendimento, embora a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 a 19 anos seja 0,8%, ela atinge 1,9% já na faixa etária seguinte (20 a 24 anos) e sobe rapidamente nas faixas posteriores, até atingir 37,1% no grupo com 65 anos ou mais.

### **Proporções de jovens sem nível superior completo que não estudavam é maior entre homens pretos ou pardos**

Em 2019, cerca de 23,8 milhões de jovens com 15 a 29 anos de idade e sem ensino superior completo não frequentavam escola, pré-vestibular ou curso da educação profissional. A proporção de jovens que não estudavam e não haviam concluído o ensino superior era maior entre os homens pretos ou pardos (57,6%).

As mulheres pretas ou pardas apareciam em seguida (53,2%), em desvantagem com relação aos homens brancos (47,4%), mesmo as mulheres sendo mais escolarizadas em geral. As mulheres brancas apresentaram o menor percentual para este indicador (39,5%). O perfil das mulheres pretas ou pardas que não estudavam e não tinham concluído o ensino superior em 2019 se distinguia dos demais grupos, pois entre elas a maioria não estava ocupada, enquanto nos outros prevalecia quem tinha ocupação.

### **Mulheres interromperam os estudos para afazeres domésticos e cuidado de pessoas 13 vezes mais do que homens**

Entre as razões apresentadas pelos jovens para terem parado de estudar, ou nunca terem estudado, “precisava trabalhar” foi a resposta mais recorrente, mas com maior incidência para os homens (43,1%) do que para as mulheres (26,0%).

As mulheres, por sua vez, além de interromperem os estudos em consequência de gravidez (11,8%), também o fazem por estarem mais atribuídas dos afazeres domésticos e cuidado de crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência (6,5%), 13 vezes mais do que os homens (0,5%).

Entre as jovens brancas, 9,2% apontaram a gravidez como principal motivo para parar de estudar e 4,9% a realização dos afazeres e cuidados. Entre as jovens pretas ou pardas, esses motivos apareceram com 13,1% e 7,3%, respectivamente.

Mais da metade (56,4%) das mulheres pararam de estudar em decorrência de gravidez afirmaram não estar estudando por ter de realizar afazeres domésticos ou cuidar de criança, adolescente etc.

Na análise por quintos de rendimento, quanto mais baixo o quinto, mais os jovens responderam não estar estudando por ter de realizar afazeres domésticos ou cuidar de criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.

### **No Nordeste, ¼ dos jovens não estudavam nem estavam ocupados, em 2019**

A proporção de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudavam nem tinham ocupação diminuiu em 2019, passando de 23,0%, no ano anterior, para 22,1%. Esse movimento foi decorrente do aumento do nível de ocupação dos jovens. Apesar desse aumento, o Brasil se encontrava em pior situação que a maioria dos países que compõem o Mercosul como Estados Partes ou países associados.

Os estados da Região Sul apresentaram percentuais de jovens sem trabalho e sem ocupação mais próximos aos de países desenvolvidos, em especial nas capitais. Por outro lado, na Região Nordeste, em todas as Unidades da Federação, mais de ¼ dos jovens de 15 a 29 anos não estudavam nem estavam ocupados. Nessa região, apenas 40,5% dos jovens estavam ocupados, enquanto a média nacional era 49,8%.

### **Uma jovem preta ou parda tem 2,4 vezes a chance de um jovem branco de não estudar nem ter ocupação**

A proporção de jovens que não estudavam nem trabalhavam era maior entre as mulheres (27,5%) do que entre os homens (16,6%). Na análise por cor ou raça, 17,0% dos jovens brancos e 25,3% dos jovens pretos ou pardos não estudavam nem estavam ocupados. Essa diferença se acentuou ligeiramente em relação ao ano anterior (18,5% dos brancos e 25,8% dos pretos ou pardos).

Entre as mulheres pretas ou pardas de 15 a 29 anos de idade, 32,0% não estudavam e não tinham ocupação em 2019. Uma jovem preta ou parda tinha, então, 2,4 vezes mais chances de estar nessa situação do que um jovem branco (13,2%). As mulheres brancas, por sua vez, estavam em maior proporção sem estudar e sem ocupação (20,8%) do que os homens pretos ou pardos (18,9%) em 2019.

Na análise por rendimentos, 42,8% dos jovens que não estudavam nem estavam ocupados em 2019 estavam no quinto da população com os menores rendimentos domiciliares *per capita* e apenas 4,7% no quinto com os maiores rendimentos.

**ANEXO B** - Notícia do IBGE sobre a SIS 2020 (1 de 2)

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais>

**Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país**

Editoria: Estatísticas Sociais | Adriana Saraiva | Arte: Brisa Gil

12/11/2020 10h00 | Atualizado em 12/11/2020 17h47

**Resumo**

- *Um dos principais indicadores do mercado de trabalho, a taxa de desocupação foi, em 2019, de 9,3%, para brancos, e 13,6% para pretos ou pardos.*
- *Entre as pessoas ocupadas, o percentual de pretos ou pardos em ocupações informais chegou a 47,4%, enquanto entre os trabalhadores brancos foi de 34,5%.*
- *A população ocupada de cor ou raça branca ganhava em média 73,4% mais do que a preta ou parda. Em valores, significava uma renda mensal de trabalho de R\$ 2.884 frente a R\$ 1.663.*
- *O rendimento-hora de brancos com nível superior era de R\$ 33,90, enquanto pretos e pardos com o mesmo nível de instrução ganhavam R\$ 23,50 por hora trabalhada.*
- *Entre as pessoas abaixo das linhas de pobreza, 70% eram de cor preta ou parda. A pobreza afetou mais as mulheres pretas ou pardas: 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres.*
- *45,2 milhões de pessoas residiam em 14,2 milhões de domicílios com algum tipo de inadequação. Desta população, 13,5 milhões eram de cor ou raça branca e 31,3 milhões pretos ou pardos.*



Quatro entre dez pessoas extremamente pobres eram mulheres pretas ou pardas - Foto: Licia Rubinstein/Agência IBGE Notícias

A situação no mercado de trabalho, a renda e as condições de moradia são desiguais no país conforme a cor e raça dos brasileiros. Com base nos dados da PNAD Contínua 2019, o estudo Síntese de Indicadores Sociais, divulgado hoje (12) pelo IBGE, mostra que pretos ou pardos tem maiores taxas de desocupação e informalidade do que brancos, estão mais presentes nas faixas de pobreza e extrema pobreza e moram com maior frequência em domicílios com algum tipo de inadequação.

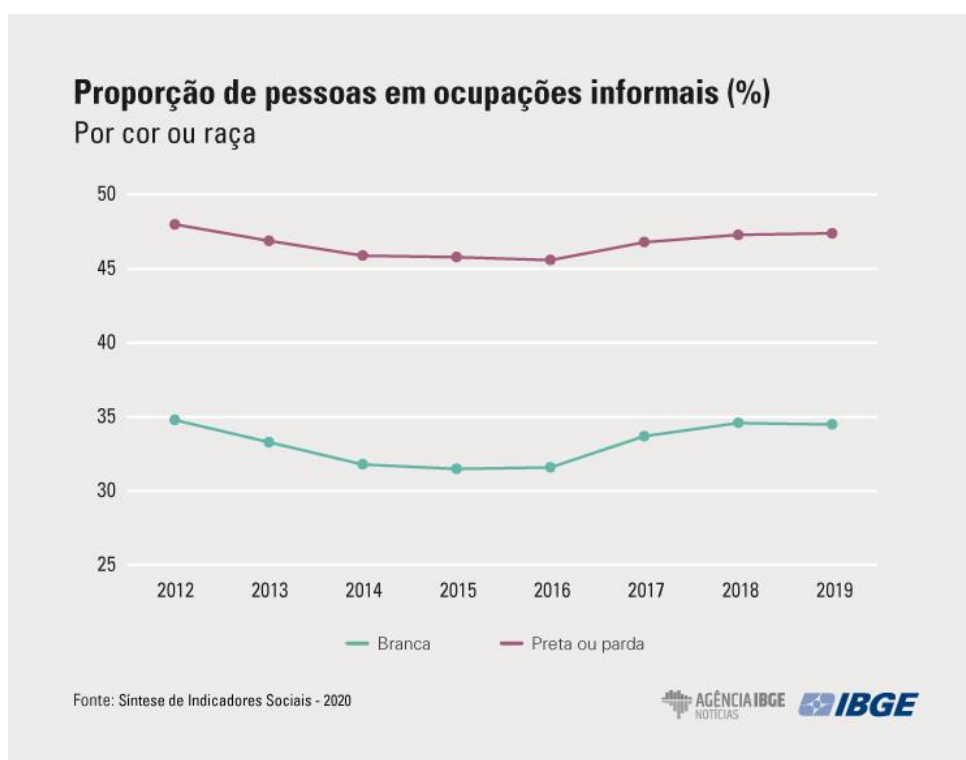
Um dos principais indicadores do mercado de trabalho, a taxa de desocupação foi, em 2019, de 9,3%, para brancos, e 13,6% para pretos ou pardos. Entre as pessoas ocupadas, o percentual de pretos ou pardos em ocupações informais chegou a 47,4%, enquanto entre os trabalhadores brancos foi de 34,5%. O resultado reflete a maior participação dos pretos e pardos em trabalhos característicos da informalidade, como por exemplo atividades agropecuárias, que tinha 62,7% de ocupados pretos ou pardos, construção, com 65,2%, e serviços domésticos, 66,6%.

“A informalidade para pretos ou pardos é uma característica histórica, que percebemos em todos os anos da série da Pnad Contínua, que se inicia em 2012 e vai até 2019. É um grupo que requer atenção, é um grupo mais vulnerável, que não vai poder ter aposentadoria por tempo de serviço, que não tem direito a licenças remuneradas por afastamento por motivo de saúde ou licença gestante, então são



mais vulneráveis em termos de pessoal ocupado”, explica o coordenador da SIS, João Hallak.

A definição de informalidade utilizada na Síntese é recomendada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e inclui cinco modalidades de posição na ocupação: empregado sem carteira, trabalhador doméstico sem carteira, conta própria não contribuinte, empregador não contribuinte e trabalhador familiar auxiliar.



A maior inserção de pretos ou pardos em atividades informais, como serviço doméstico sem carteira assinada, que em 2019 tinha rendimento médio mensal de apenas R\$ 755, contribui para diminuir a renda média desse grupo populacional. A população ocupada de cor ou raça branca ganhava em média 73,4% mais do que a preta ou parda. Em valores, significava uma renda mensal de trabalho de R\$ 2.884 frente a R\$ 1.663, em 2019.

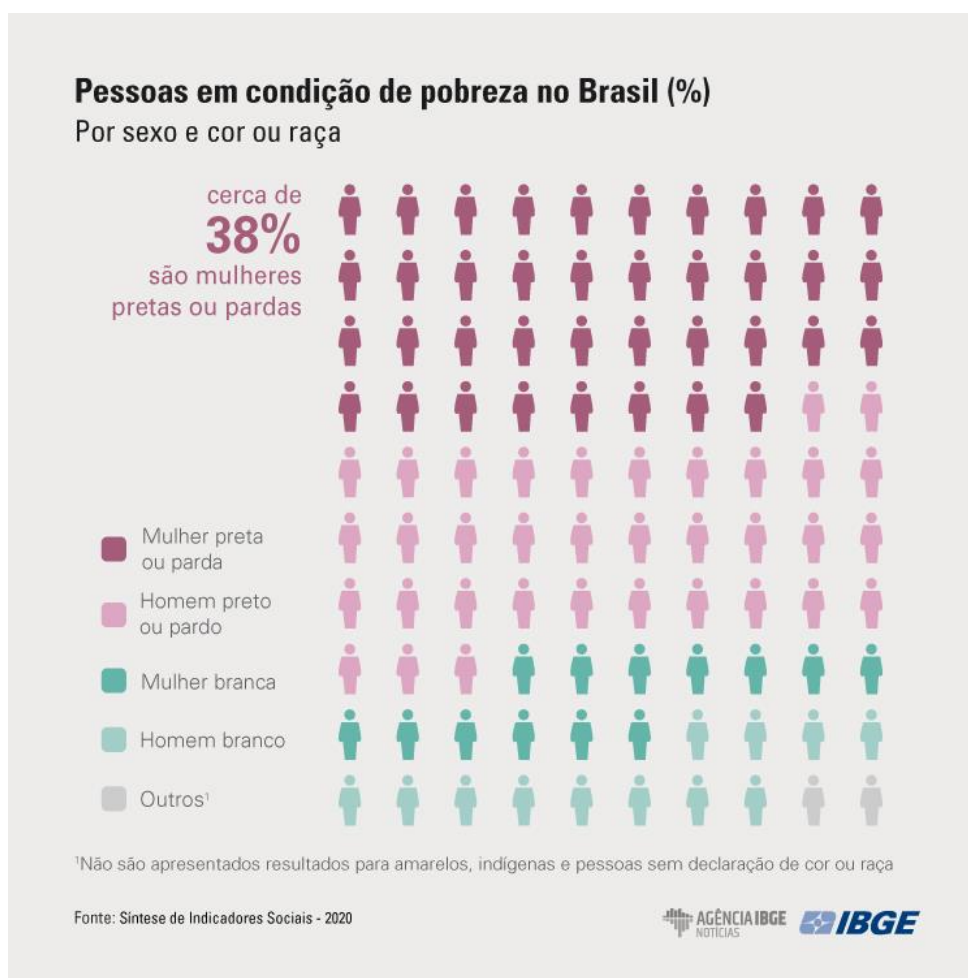
A população ocupada branca também recebia rendimento-hora superior à população preta ou parda segundo qualquer nível de instrução, sendo a diferença maior na categoria Superior completo, R\$ 33,90 contra R\$ 23,50, ou seja, 44,3% a mais para brancos.

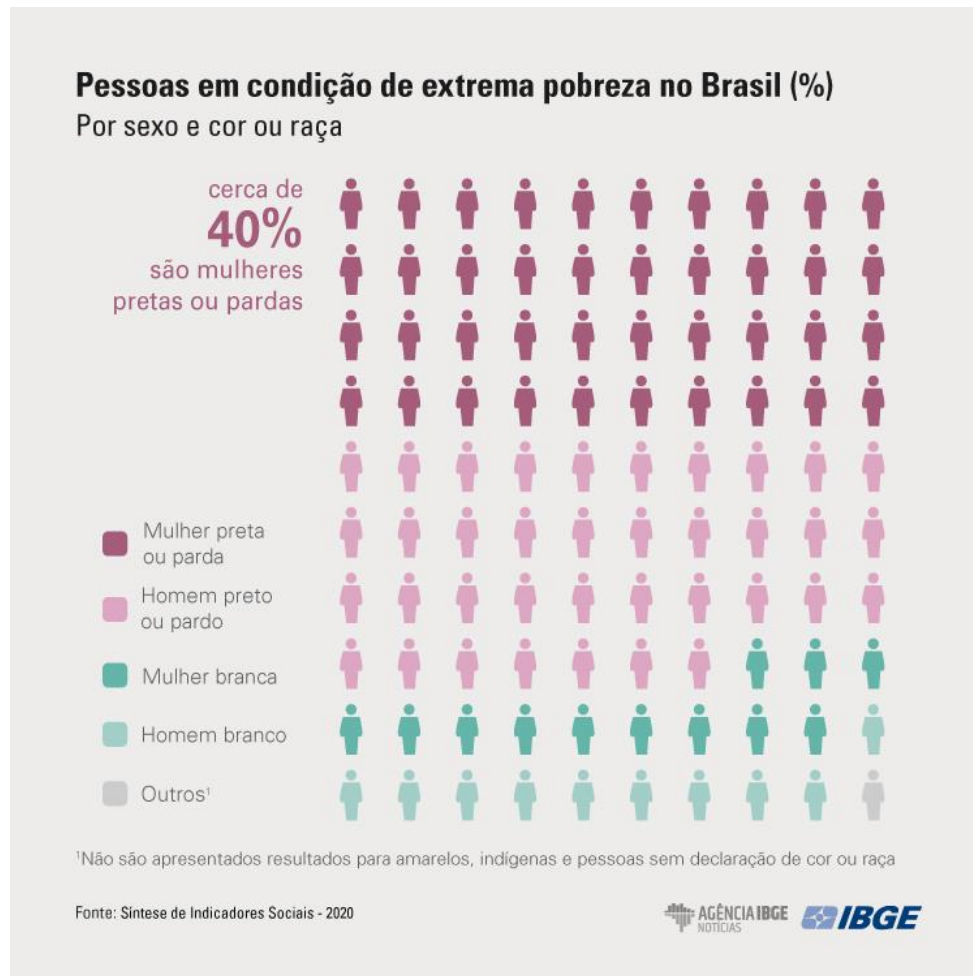
A Síntese mostra que a extrema pobreza no país cresceu 13,5%, passando de 5,8% da população, em 2012, para 6,5%, em 2019, segundo a linha internacional fixada pelo Banco Mundial em US\$ 1,90 por dia em termos de paridade de poder de compra (PPC). Já pela linha de US\$ 5,50 PPC (pobreza), houve redução na

proporção de pobres da ordem de 6,6%, caindo de 26,5% para 24,7% da população, nesse período. Entre os que se declararam brancos, 3,4% eram extremamente pobres e 14,7% eram pobres, mas essas incidências mais que dobravam entre pretos e pardos.

Entre as pessoas abaixo das linhas de pobreza do Banco Mundial, 70% eram de cor preta ou parda, enquanto a população que se declarou com essa característica era de 56,3% da população total. A pobreza afetou ainda mais as mulheres pretas ou pardas: eram 28,7% da população, mas 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres.

“A população de cor ou raça preta ou parda está mais presente na informalidade, possui menos anos de estudo, está em atividades que remuneram menos, então tudo isso contribui para que a renda do trabalho seja menor. Certamente, todos esses elementos tanto do mercado de trabalho quanto de fora do mercado de trabalho fazem com que tenham um rendimento domiciliar per capita inferior e se insiram relativamente mais nessas categorias de pobreza e extrema pobreza”, analisa Hallak.





A desigualdade também aparece nos indicadores de moradia. O estudo mostra que 45,2 milhões de pessoas residiam em 14,2 milhões de domicílios com pelo menos uma de cinco inadequações - ausência de banheiro de uso exclusivo, paredes externas com materiais não duráveis, adensamento excessivo de moradores, ônus excessivo com aluguel e ausência de documento de propriedade. Desta população, 13,5 milhões eram de cor ou raça branca e 31,3 milhões pretos ou pardos.

“Não é possível elencar um único indicador como mais importante em termos de desigualdade. Percebemos uma desigualdade estrutural que ocorre ao longo dos anos da série em vários indicadores, e não apenas em 2019. Eu entendo que a análise conjunta das informações é que tem sua força para mostrar a desigualdade”, conclui João Hallak.

**ANEXO C** - Notícia do IBGE sobre a SIS 2020 (2 de 2)

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29434-oito-em-cada-dez-jovens-que-nunca-frequentaram-escola-estavam-sem-ocupacao-em-2019>

**Oito em cada dez jovens que nunca frequentaram escola estavam sem ocupação em 2019**

Editoria: Estatísticas Sociais | Alerrandre Barros | Arte: Jessica Cândido

12/11/2020 10h00 | Atualizado em 12/11/2020 14h57

**Resumo**

- *Quanto mais cedo abandonam os estudos, maiores são as chances de jovens ficarem sem ocupação.*
- *A proporção de jovens que não estão ocupados nem estudam reduziu de 23,0%, em 2018, para 22,1%, em 2019.*
- *Estados do Nordeste têm maior proporção de jovens nessa situação.*
- *Uma jovem preta ou parda tem 2,4 vezes mais chances de não estar estudando nem estar ocupada do que um jovem branco.*
- *42,8% dos jovens nessa situação tinham renda domiciliar per capita de até R\$ 353,50.*
- *Frequência escolar avança em todas as faixas etárias, com destaque para crianças que estão na creche.*



Quanto mais cedo jovens abandonam os estudos, maiores são as chances de ficarem sem ocupação - Foto: Arquivo Agência Brasil

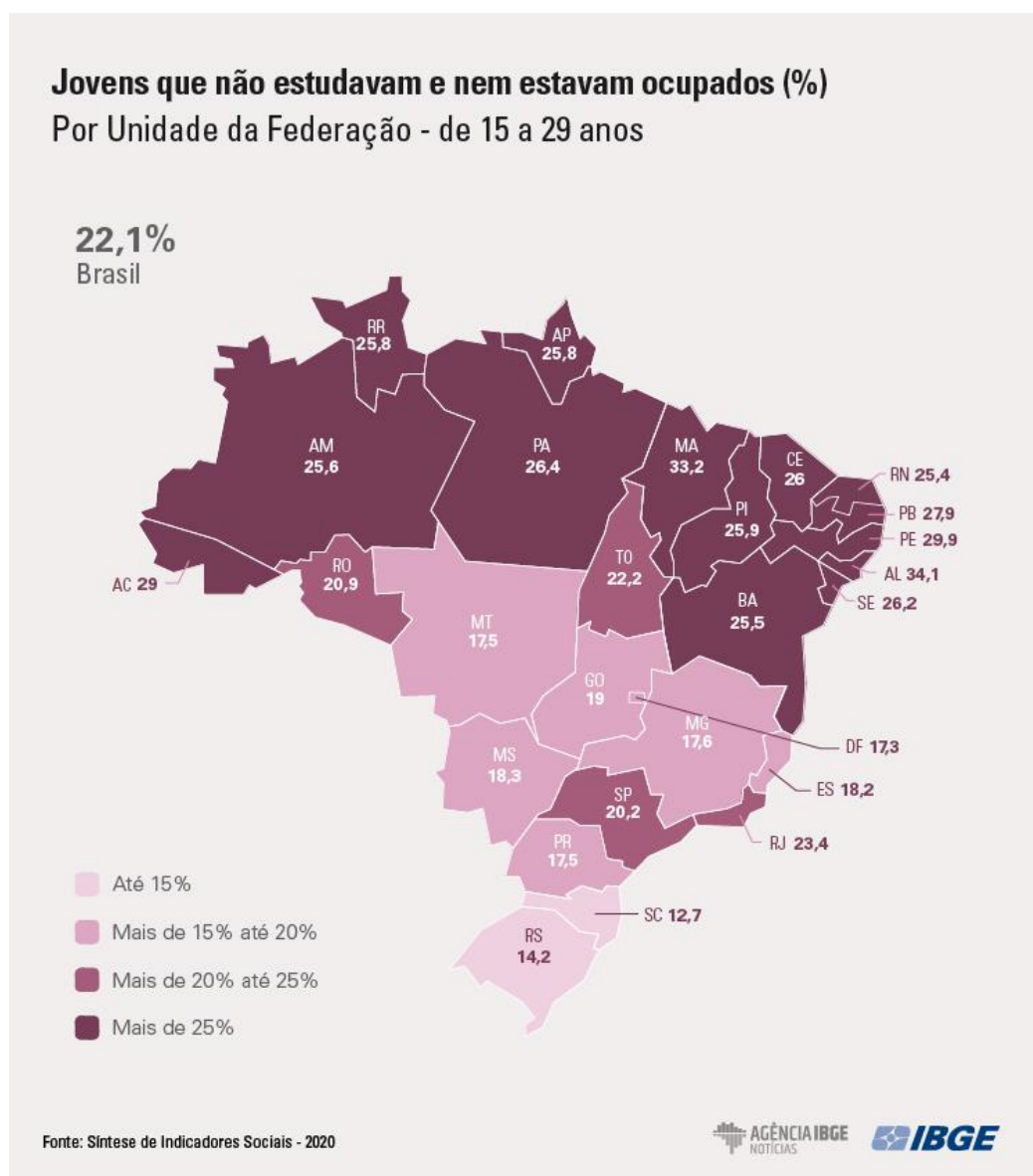
Cerca de 82,3% dos jovens de 15 a 29 anos que nunca frequentaram a escola estavam sem ocupação em 2019, segundo a Síntese de Indicadores Sociais, divulgada hoje (12) pelo IBGE. O levantamento mostra, pela primeira vez, que entre os que já tinham estudado, quanto mais cedo abandonaram os estudos, maiores eram as chances de estarem sem trabalho.

Dos jovens que frequentaram a escola até os 10 anos de idade, 55% não estavam ocupados no ano anterior. Essa proporção vai diminuindo enquanto aumenta o número de anos estudados. Em 2019, 62,6% dos jovens que estudaram até os 18 anos ou mais estavam ocupados.

Esses dados ajudam a entender por que no Brasil ainda há tantos jovens que não estudam nem têm ocupação. No ano passado, a proporção de pessoas nessa situação reduziu, passando de 23,0%, em 2018, para 22,1%, em 2019. Apesar da melhora no indicador, o país tem mais jovens que não estudam nem têm ocupação do que outros países da América do Sul, como Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia.

“A redução nesse indicador resulta do aumento do nível de ocupação dos jovens no período. Não se tratou, portanto, da expansão do acesso à educação”, explica a analista da Gerência de Indicadores Sociais do IBGE, Luanda Botelho, acrescentando que o indicador de quem não estuda nem tem ocupação não tem uma variação conjuntural tão destacada de um ano para o outro.

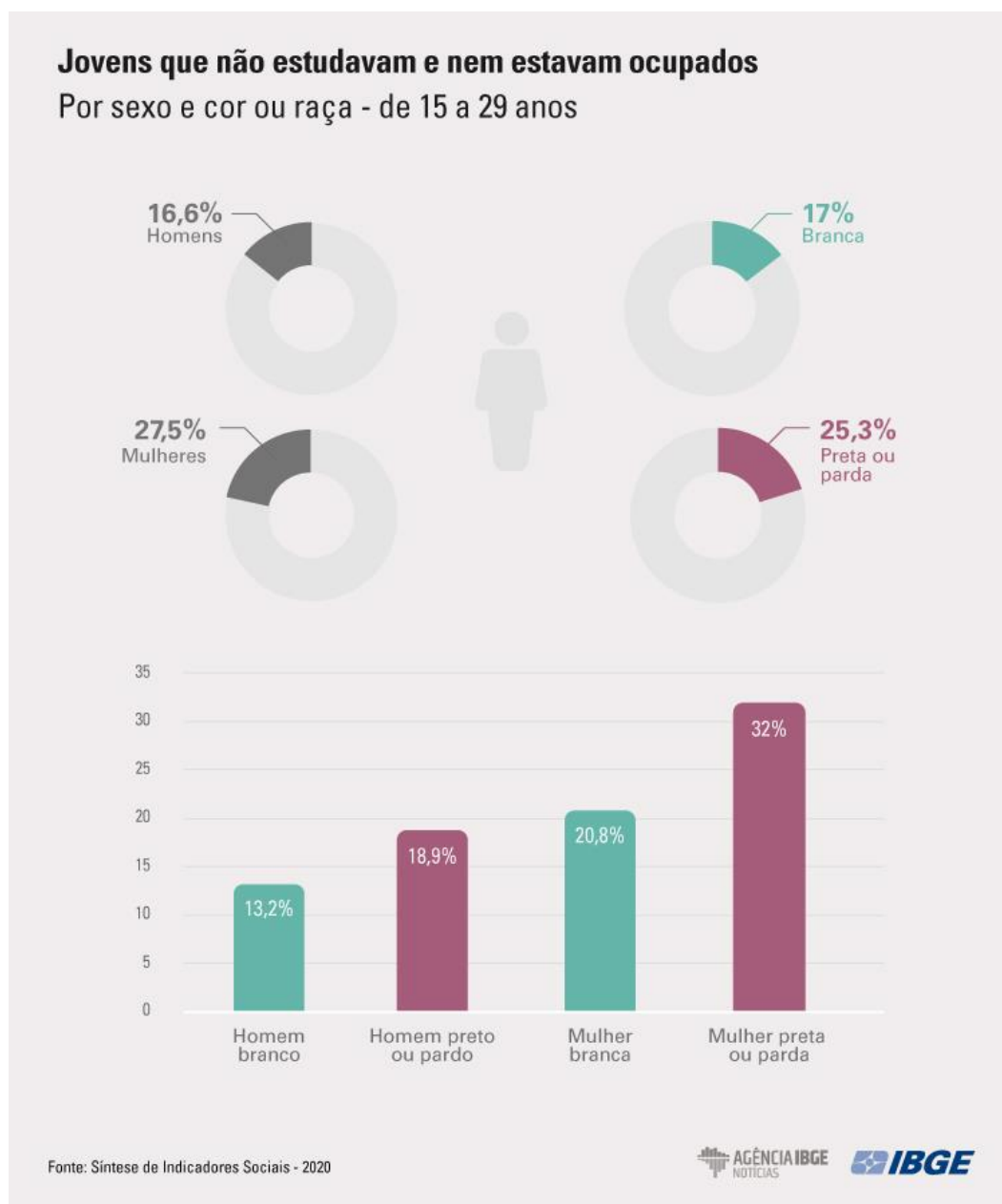
Entre as regiões do país, os estados do Sul apresentaram os percentuais de jovens sem estudar e sem ocupação mais próximos de países desenvolvidos, principalmente, nas capitais. Por outro lado, em todos os estados do Nordeste mais de 25% dos jovens estavam nessa condição. Em 2019, apenas 40,5% dos jovens estavam ocupados no Nordeste, enquanto a média nacional era 49,8%.



As mulheres jovens (27,5%) foram as que mais vivenciaram essa situação, enquanto apenas 16,6% dos homens jovens não estudavam nem estavam ocupados. A desigualdade é ainda maior entre a população branca e a preta ou parda. No ano passado, 17,0% dos jovens brancos e 25,3% dos jovens pretos ou pardos não estudavam nem estavam ocupados. Essa diferença foi maior do que a registrada em 2018, quando 18,5% dos brancos e 25,8% dos pretos ou pardos estavam nessa situação.

Entre as mulheres pretas ou pardas o percentual era ainda maior: 32,0% não estudavam e não tinham ocupação. Uma jovem preta ou parda tinha 2,4 vezes mais chances de estar nessa situação do que um jovem branco (13,2%). As mulheres pretas ou pardas também estavam em desvantagem tanto em relação aos homens de mesma cor ou raça (18,9%), quanto em relação às mulheres brancas (20,8%).

Segundo Luanda Botelho, a diferença entre homens e mulheres vem, sobretudo, do acesso ao mercado de trabalho. “Embora sejam mais escolarizadas que os homens, as mulheres enfrentam dificuldades na transição para o mercado de trabalho, porque muitas delas são responsáveis pelos afazeres domésticos e os cuidados de outras pessoas. Elas também encontram dificuldades mesmo estando na força de trabalho, com maior taxa de desocupação”, explicou.



Em 2019, 42,8% dos jovens que não estudavam nem trabalhavam estavam no quinto da população com os menores rendimentos domiciliares per capita, que representa aqueles com renda de até R\$ 353,50. Apenas 4,7% desses jovens estavam no quinto com os maiores rendimentos.

“Esse resultado pode ser explicado tanto pela origem familiar desses jovens quanto pelo fato de, uma vez ocupados, passarem a contribuir para o rendimento domiciliar. Os jovens que estavam estudando e ocupados contavam com maior participação no quinto populacional de maiores rendimentos (25,9%), seguidos pelos jovens que estavam só ocupados (17,5%)”, acrescentou Luanda Botelho.

### **Frequência escolar avança em todas as faixas de idade**

A Síntese de Indicadores Sociais também mostra que, entre 2016 e 2019, a frequência escolar cresceu em todas as faixas etárias, de 0 a 17 anos.

O ritmo de ampliação na cobertura do ensino foi mais acelerado, contudo, nas creches, onde estudam crianças de 0 a 3 anos, que atingiu 35,6%, um acréscimo de 5,2 pontos percentuais em relação a 2016. Apesar do avanço, o país ainda não chegou à meta do Plano Nacional de Educação (PNE) de colocar 50% das crianças de 0 a 3 anos nas creches. O prazo termina em 2024.

Entre 2016 e 2019, a proporção de estudantes que frequentavam o nível de ensino adequado à sua faixa etária ou que já haviam concluído esse nível de ensino também avançou no Brasil. O indicador cresceu 1,6 ponto percentual entre os jovens de 18 a 24 anos, indicando que 25,5% desses estudantes já haviam concluído ou estavam frequentando curso de ensino superior, contra 23,9% em 2016. A meta do PNE para essa faixa etária é 33%.

O levantamento ainda detalha que apenas 18,9% dos jovens pretos ou pardos na faixa etária entre 18 e 24 anos frequentavam, em 2019, o ensino superior. Esse percentual era de 35,7% entre os estudantes brancos. Ou seja, um jovem branco tem quase duas vezes mais chance de frequentar ensino superior do que um jovem preto ou pardo.



## ANEXO D - Íntegra de matérias sobre a SIS 2020

### LISTA DAS MATÉRIAS POR ORDEM DE CITAÇÃO NAS PÁGINAS 109 A 132

<b>D.1</b>	AGÊNCIA BRASIL (12/11/2020) - IBGE: informalidade atinge 41,6% dos trabalhadores no país em 2019.....	231
<b>D.2</b>	AGÊNCIA BRASIL (12/11/2020) - Índice de jovens que não estudavam nem trabalhavam caiu em 2019 .....	234
<b>D.3</b>	ESTADÃO ONLINE (12/11/2020) - Antes mesmo da covid-19, Brasil tinha 51,7 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza .....	236
<b>D.4</b>	PORTAL TERRA (12/11/2020) - Parcela de pobres no Brasil diminuiu em 2019, diz IBGE .....	240
<b>D.5</b>	G1 (12/11/2020) - Em dois anos, dobra o número de contratos de trabalho intermitente no Brasil.....	242
<b>D.6</b>	G1 (12/11/2020) - Em 2019, Brasil bateu recorde de desempregados que buscavam por emprego há pelo menos dois anos, aponta IBGE .....	246
<b>D.7</b>	G1 (12/11/2020) - Extrema pobreza se manteve estável em 2019, enquanto a pobreza teve ligeira queda no Brasil, aponta IBGE .....	250
<b>D.8</b>	G1 (12/11/2020) - Brasil aumenta o número de crianças em creches e na pré-escola, mas segue distante da meta, diz IBGE .....	256
<b>D.9</b>	G1 (12/11/2020) - Matrículas nas escolas públicas do Ceará cresceram em todas as etapas de ensino, aponta IBGE.....	262
<b>D.10</b>	G1 (12/11/2020) - IBGE aponta BA como estado brasileiro com maior nº absoluto de pessoas extremamente pobres.....	264
<b>D.11</b>	G1 (12/11/2020) - Recife tem maior desigualdade entre capitais em 2019 e PE fica em terceiro no país em concentração de renda, diz IBGE..	268
<b>D.12</b>	G1 (12/11/2020) - IBGE: Brasil tem quase 52 milhões de pessoas na pobreza e 13 milhões na extrema pobreza.....	276
<b>D.13</b>	G1 (12/11/2020) - Frequentar escola por mais tempo muda chances no mercado de trabalho, mostra pesquisa .....	278

<b>D.14</b>	O GLOBO / RJ (13/11/2020) - CAPA - p.: 01.....	280
<b>D.15</b>	O GLOBO / RJ (13/11/2020) - ECONOMIA - p.: 26.....	281
<b>D.16</b>	O GLOBO / RJ (13/11/2020) - ECONOMIA - p.: 27.....	282
<b>D.17</b>	O GLOBO / RJ (13/11/2020) - ECONOMIA - p.: 28.....	283
<b>D.18</b>	O ESTADO DE S. PAULO / SP (13/11/2020) - ECONOMIA E NEGÓCIOS - p.: B05.....	284
<b>D.19</b>	FOLHA DE S.PAULO / SP (13/11/2020) - MERCADO - p.: A19.....	287
<b>D.20</b>	O COMBATENTE (12/11/2020) - Rondônia é o estado com menor concentração de renda das Regiões Norte e Nordeste.....	290
<b>D.21</b>	TRIBUNA HOJE ONLINE (12/11/2020) - Em Alagoas, mais de 47% das pessoas vivem em situação de pobreza.....	294
<b>D.22</b>	O POVO ONLINE (12/11/2020) - Ceará tem 26% dos jovens de 15 a 29 anos sem estudar ou trabalhar.....	297
<b>D.23</b>	O POVO ONLINE (12/11/2020) - Ceará tem a melhor taxa de acesso ao ensino médio do Nordeste, diz IBGE.....	301
<b>D.24</b>	O POVO ONLINE (12/11/2020) - Empregos intermitentes crescem 83% no Nordeste em 2019.....	305
<b>D.25</b>	O POVO ONLINE (12/11/2020) - Ceará tem 56,8% dos trabalhadores na informalidade.....	308
<b>D.26</b>	O POVO ONLINE (12/11/2020) - 40% dos mais pobres sobrevivem com R\$ 231 no Ceará.....	311

**D.1 - AGÊNCIA BRASIL (12/11/2020)**

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-11/ibge-informalidade-atinge-416-dos-trabalhadores-no-pais-em-2019>

**IBGE: informalidade atinge 41,6% dos trabalhadores no país em 2019**

*População preta ou parda estava mais inserida em ocupações informais*

*Por Ana Cristina Campos – Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro*



© Arquivo/Agência Brasil

A informalidade no mercado de trabalho atingia 41,6% dos trabalhadores do país em 2019, ou 39,3 milhões de pessoas. Entre pessoas ocupadas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, a proporção de informais era de 62,4%, mas de apenas 21,9% entre aquelas com ensino superior completo.

As informações constam da Síntese de Indicadores Sociais, divulgada hoje (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A população preta ou parda (47,4%) estava mais inserida em ocupações informais em todas as unidades da Federação, quando comparada à população branca (34,5%).

As atividades que mais concentraram pessoas em ocupações informais, no ano passado, foram serviços domésticos (72,5%), agropecuária (67,2%) e construção (64,5%). Segundo o IBGE, desde 2014, em decorrência do desaquecimento do mercado de trabalho, houve ampliação relativa das ocupações informais, com destaque para transporte, armazenagem e correio, alojamento e alimentação e construção.

Em 2019, a proporção de trabalhadores em ocupações informais alcançou 61,6% na Região Norte e 56,9% no Nordeste. Por outro lado, as regiões Sudeste e Sul, apresentaram proporções de, respectivamente, 34,9% e 29,1%.

Entre 2018 e 2019, a taxa de desocupação caiu de 12% para 11,7%. A pesquisa mostra, porém, que a proporção dos desocupados há pelo menos dois anos subiu de 23,5% em 2017 para 27,5% em 2019.

A taxa de desocupação da população preta ou parda (13,6%) era maior do que a da população branca (9,2%), ainda que tivessem o mesmo nível escolar: entre aqueles com ensino fundamental completo ou médio incompleto, essa taxa era de 13,7% para brancos e de 18,4% para pretos e pardos.

Em 2019, a população ocupada de cor ou raça branca ganhava, em média, 69,3% mais do que a preta ou parda, e o rendimento dos homens era 12,7% maior que o das mulheres, considerando-se o mesmo número de horas trabalhadas.

No ano passado, a população subocupada alcançou a maior proporção na série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua, chegando a 7,6% da população ocupada. Entre as pessoas ocupadas, aquelas que trabalham menos que 40 horas semanais, querem e estão disponíveis para trabalhar mais horas são denominadas subocupadas por insuficiência de hora.

A reforma trabalhista regulamentada pela Lei n. 13.467 de 2017 introduziu a modalidade de contratação intermitente, formalizando um tipo de ocupação em que o trabalhador é contratado com carteira assinada, mas sem a garantia de um mínimo de horas de trabalho, sendo chamado para o desempenho da atividade laboral de acordo com a necessidade do empregador.

Em 2018, mais de 71 mil contratações ocorreram pela forma intermitente no país, representando 0,5% das admissões com carteira assinada. Em 2019, foram mais de 155 mil contratações dessa forma intermitente, ou 1% das admissões com carteira.

"Em todas as grandes regiões, houve aumento no número de admissões por contrato intermitente nesse período. Assim, apesar de representarem números relativamente pequenos sobre o total das admissões, o crescimento apresentado em apenas um ano é digno de atenção e monitoramento", diz o IBGE.

O índice de Gini (0,543) caiu em relação a 2018 (0,545), mas ficou superior a 2015, ano que teve o indicador mais baixo da série, com 0,524. O país é o nono mais desigual do mundo segundo o Banco Mundial. O índice é usado para medir a desigualdade social, em que zero corresponde a uma completa igualdade na renda e 1 corresponde a uma completa desigualdade.

A Região Sul é a que tem a menor desigualdade de renda, com 0,467. O Nordeste teve a maior desigualdade, com 0,559, e aumentou em relação a 2018, enquanto as outras regiões tiveram queda em comparação ao ano anterior.

Em 2019, a parcela de 10% de pessoas com menores rendimentos domiciliares per capita recebia 0,8% do total da renda do país. À metade da população brasileira correspondiam 15,6% dos rendimentos observados, cabendo aos 10% com maiores rendimentos 42,9% do total da renda.

Os 10% com maiores rendimentos são compostos por 70,6% da população branca. Os 10% com menores rendimentos são compostos por 77% da população preta ou parda.

Entre os 10% com menores rendimentos, o rendimento domiciliar per capita médio em 2019 foi de R\$ 112. Entre os 10% com maiores rendimentos, o rendimento domiciliar per capita médio no ano passado foi de R\$ 3.443.

De 2018 para 2019, a pobreza (rendimento domiciliar per capita até R\$ 436) caiu de 25,3% para 24,7% das pessoas. Já a extrema pobreza (rendimento domiciliar per capita até R\$ 151) se manteve em 6,5% da população, em 2018 e em 2019, afetando mais da metade dos nordestinos e 39,8% das mulheres pretas ou pardas. Entre 2012 e 2019, houve aumento de 13,5% na extrema pobreza.

Segundo a analista do IBGE Barbara Soares, o país tem bolsões de extrema pobreza que não conseguem acessar as instituições para solicitar benefícios sociais como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

## D.2 - AGÊNCIA BRASIL (12/11/2020)

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-11/indice-de-jovens-que-nao-estudavam-nem-trabalhavam-caiu-em-2019>

### **Índice de jovens que não estudavam nem trabalhavam caiu em 2019**

*Proporção passou de 23% em 2018 para 22,1% no ano passado*

*Por Ana Cristina Campos – Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro*



© Antonio Cruz/Agência Brasil

No Brasil, a proporção de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudavam nem trabalhavam diminuiu em 2019, passando de 23%, no ano anterior, para 22,1% em decorrência do aumento no nível de ocupação dos jovens.

Os dados estão na Síntese de Indicadores Sociais, divulgada hoje (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o instituto, apesar da melhora, os resultados de 2019 ainda mantiveram o Brasil com proporção de jovens sem estudar e sem ocupação bem acima da média da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) identificada para o ano anterior.

Entre os jovens que nunca frequentaram a escola, 82,3% estavam sem trabalho em 2019. "Quanto mais cedo os jovens abandonam os estudos, maiores as chances de estarem sem ocupação", afirmou a analista do IBGE Luanda Botelho.

Entre as mulheres pretas ou pardas de 15 a 29 anos de idade, 32% não estudavam e não tinham ocupação em 2019, proporção 2,4 vezes maior que a dos jovens brancos nessa situação (13,2%).

De acordo com a pesquisa, entre as razões apresentadas pelos jovens para terem parado de estudar, ou nunca terem estudado, "precisava trabalhar" foi a resposta mais recorrente, mas com maior incidência para os homens (43,1%) do que para as mulheres (26%).

"Cumprir destacar ainda que 42,8% dos jovens que não estudavam e não estavam ocupados em 2019, estavam no quinto da população com os menores rendimentos domiciliares per capita e apenas 4,7% no quinto com os maiores rendimentos", diz o IBGE.

Na região Nordeste, mais de um quarto dos jovens de 15 a 29 anos não estudavam e não estavam ocupados.

Em 2019, a taxa de frequência escolar bruta das crianças de 0 a 3 anos atingiu 35,6% e, na faixa entre 4 e 5 anos, chegou a 92,9%. Esse percentual, porém, ainda está abaixo das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê 50% para as crianças até 3 anos e universalização para as crianças de 4 e 5 anos até 2024.

Em 2016, a taxa de frequência escolar das crianças de 0 a 3 anos era de 30,4%. "A gente nota que, apesar da elevação de mais de cinco pontos percentuais, há um chão até atingir a meta do PNE", avaliou o analista do IBGE Bruno Perez.

Na faixa de 18 a 24 anos de idade, 35,7% dos jovens brancos frequentavam ou já haviam concluído o ensino superior em 2019. Entre os jovens pretos ou pardos, esse percentual era de apenas 18,9%.

Somente 7,6% dos jovens pertencentes ao quinto da população de menor rendimento domiciliar per capita frequentavam ou já haviam completado o nível superior em 2019, uma proporção oito vezes inferior à verificada entre os jovens do quinto da população de maior renda (61,5%).

### D.3 - ESTADÃO ONLINE (12/11/2020)

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,antesmesmo-da-covid-19-brasil-tinha-51-7-milhoes-de-pessoas-abaixo-da-linha-da-pobreza,70003511651>

#### **Antes mesmo da covid-19, Brasil tinha 51,7 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza**

*Segundo o IBGE, em 2019, 24,7% da população brasileira sobrevivia com renda mensal máxima de R\$ 436 por pessoa do domicílio; nesse grupo, 13,6 milhões eram considerados extremamente pobres, com renda mensal de R\$ 151*

*Vinicius Neder, O Estado de S.Paulo*

RIO - Quando a recessão causada pela covid-19 atingiu a economia, a partir de março, o mercado de trabalho já estava fragilizado e, no ano passado, 51,742 milhões de brasileiros, ou 24,7% da população, estavam abaixo da linha de pobreza definida pelo Banco Mundial para países de renda média-alta. Esse contingente sobrevive com renda mensal de, no máximo, R\$ 436 por pessoa do domicílio. Dentro desse grupo, os considerados extremamente pobres - com renda mensal de até R\$ 151 por pessoa do domicílio - eram 13,689 milhões em 2019, 6,5% da população, informou nesta quinta-feira, 12, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na passagem de 2018 para 2019, o quadro mudou pouco. Três anos de baixo crescimento econômico entre 2017 a 2019, sempre abaixo de 2% ao ano, mantiveram a tendência de alta da pobreza, que cresceu fortemente com a recessão anterior à atual, de 2014 a 2016.

Em 2014, quando 22,8% dos brasileiros estavam abaixo da linha de pobreza definida pelo Banco Mundial para países de renda média-alta, menor proporção desde 2012, o contingente era de 45,817 milhões. De lá para o ano passado, 5,926 milhões passaram abaixo dessa faixa de pobreza, uma alta de 12,9% no período.



## Desigualdade

Antes mesmo da crise causada pela pandemia, 24,7% da população brasileira estava abaixo da linha de pobreza

### Abaixo da linha de pobreza

Rendimento mensal por pessoa de R\$ 436

ANO	EM MILHÕES DE PESSOAS	EM PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO TOTAL
2012	52,262	26,5
2013	49,586	24,9
2014	45,817	22,8
2015	48,032	23,7
2016	52,153	25,5
2017	53,589	26,0
2018	52,523	25,3
2019	51,742	24,7

### Extrema pobreza

Rendimento mensal por pessoa de R\$ 151

ANO	EM MILHÕES DE PESSOAS	EM PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO TOTAL
2012	11,379	5,8
2013	10,153	5,1
2014	9,033	4,5
2015	9,918	4,9
2016	11,929	5,8
2017	13,268	6,4
2018	13,537	6,5
2019	13,689	6,5

Fonte: IBGE

ESTADÃO #8

Também em 2014, os extremamente pobres eram 4,5% da população, ou 9,033 milhões de pessoas. Entre aquele ano e 2019, 4,656 milhões de brasileiros passaram a essa condição, um salto de 51,5%. De 2018 para 2019, foram 151 mil a mais na extrema pobreza.

Os dados são da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2020, feita com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C), do IBGE. Referentes a 2019, não captam os efeitos da pandemia.

As primeiras informações sobre a crise atual, obtidas pela Pnad Covid, versão especial da pesquisa do IBGE desenvolvida para acompanhar os efeitos da pandemia, mostram redução da pobreza - medida apenas pela renda monetária, ou seja, não levam em conta outros aspectos, como patrimônio -, puxada pelo auxílio emergencial pago pelo governo federal aos trabalhadores informais de baixa renda. Em meio à pandemia, mais da metade da população foi beneficiada de alguma forma pelo auxílio emergencial. Essa queda da pobreza tende a ser temporária, ou seja, os brasileiros mais vulneráveis voltarão a ficar mais pobres quando o auxílio for extinto.

A SIS 2020 mostra que, de 2018 para 2019, além de o estrago da recessão de 2014 a 2016 em termos de aumento da pobreza não ter sido desfeito, a

desigualdade de renda permaneceu elevada. Como já divulgado pelo IBGE em maio passado, em 2019, o Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita ficou em 0,543 (quanto mais próximo de 1,0, maior a desigualdade), acima do 0,540 de 2012, ano inicial da série do indicador, e do 0,524 de 2015 (0,524), menor registro desde então.



*Três anos de baixo crescimento econômico entre 2017 a 2019 mantiveram a tendência de alta da pobreza no Brasil. Foto: Tiago Queiroz/Estadão - 17/12/2019*

O estudo ressalta ainda outras formas de desigualdade, como o fato de a pobreza atingir mais as mulheres e as pessoas de pele preta ou parda. No caso da cor da pele, 56,3% do total da população se diz preto ou pardo, mas, entre os 13,689 milhões extremamente pobres, eles representam 76,7%.

"A pobreza atinge de forma mais forte as mulheres pretas ou pardas", afirma Bárbara Cobo, analista do IBGE.

Em termos regionais, 27,2% da população vive no Nordeste. No contingente dos extremamente pobres, mais da metade, ou 56,8% vive na região.

### **Desemprego de longa duração**

Antes mesmo de a pandemia aniquilar 14 milhões de vagas de trabalho, entre formais e informais, entre fevereiro e julho deste ano, o desemprego de longa duração já se espalhava pelos trabalhadores brasileiros. O Brasil é destaque mundial nesse quesito, segundo a SIS 2020.

Considerando dados de 2018 e a proporção de desempregados há um ano ou mais, o Brasil tem a quarta pior taxa, num ranking com países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne as nações mais ricas do mundo. O País aparece atrás apenas de Grécia, Espanha e Itália.

Em 2019, 27,5% dos desocupados no Brasil estavam nessa situação há dois anos ou mais, segundo a SIS 2020.

#### D.4 - PORTAL TERRA (12/11/2020)

<https://www.terra.com.br/economia/parcela-de-pobres-no-brasil-diminuiu-em-2019-diz-ibge,a1db42e14dcd199308f3f5252676a88bw6ndkqvh.html>

#### **Parcela de pobres no Brasil diminuiu em 2019, diz IBGE**

*Rodrigo Viga Gaier*

A parcela da população brasileira que vivia em situação de pobreza caiu em 2019 em relação ao ano anterior a reboque de uma maior criação de empregos informais, de acordo com levantamento do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ( IBGE )** divulgado nesta quinta-feira.



*Mulher recebe cesta básica em favela de Heliópolis, em São Paulo 18/06/2020*

*REUTERS/Amanda Perobelli*

*Foto: Reuters*

Segundo a Síntese de **Indicadores Sociais**, o ano passado também registrou queda no índice de Gini, que mede a desigualdade social. O indicador recuou para 0,543 em 2019 ante 0,545 em 2018, mas ainda assim ficou bem acima do menor patamar da série, observado em 2015, de 0,524.

O Gini é um parâmetro internacional que mede a concentração de renda e o nível de desigualdade de um país. Quanto menor o índice, menos desigual é o país.

Uma reação no mercado de trabalho em 2019, motivada principalmente pelo emprego informal, pode justificar tanto a ligeira queda no Gini quanto no índice de pobreza, segundo pesquisadores do **IBGE**.

O fato de termos mais ocupações em 2019 significa que antes quem não tinha renda acaba tendo uma melhora na renda. No entanto, majoritariamente a ocupação cresceu nos sem carteira e nos trabalhadores por conta própria, que são categorias de renda inferior, disse o pesquisador João Hallak.

O mercado de trabalho brasileiro, no entanto, tem sofrido em 2020 devido aos impactos da pandemia de coronavírus, o que provavelmente afetará os números de pobreza no ano que vem.

De acordo com o **IBGE**, o Gini caiu no ano passado em todas as regiões do país, com exceção da Nordeste, onde há uma grande concentração de pobres e extremamente pobres. Na região o índice cresceu, entre 2018 e 2019, de 0,545 para 0,559.

O mercado de trabalho traz impacto para os indicadores de renda e pobreza e a renda do trabalho é relevante, e no Nordeste houve uma dificuldade maior na geração de vagas e pode impactar o desempenho do Gini, acrescentou Hallak.

Também a reboque de uma melhora relativa no mercado de trabalho, a pobreza no Brasil caiu entre 2018 e 2019, segundo o **IBGE**, passando de 25,3% para 24,7% da população. A pobreza é medida pela linha de 5,5 dólares PPC (Padrão de Paridade de Compra, métrica usada pelo Banco Mundial).

No caso da extrema pobreza (linha de 1,9 dólar PPC), houve uma estabilidade no ano passado, com 6,5% de toda a população brasileira nessa situação, mesmo percentual registrado em 2018 e em linha com 2017, quando era de 6,4%. Essa parcela da população vinha subindo de 2014 a 2017, quando se estabilizou.

Segundo o **IBGE**, quase metade da população do Nordeste vive em situação de extrema pobreza, assim como 39,8% das mulheres pretas ou pardas.

Em números absolutos, os extremamente pobres totalizavam 13,6 milhões em 2019, cerca de 100 mil a mais que no ano anterior. Em 2014, quando o Brasil vivia taxas menores de desemprego, quase 5 milhões de pessoas a menos estavam em situação de extrema pobreza.

D.5 - G1 (12/11/2020)

<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/11/12/em-dois-anos-dobra-o-numero-de-contratos-de-trabalho-intermittente-no-brasil.ghtml>

**Em dois anos, dobra o número de contratos de trabalho intermitente no Brasil**  
*Modalidade de contratação foi instituída em 2017 com a Reforma Trabalhista. Em 2018, primeiro ano de vigência, trabalho intermitente representou 0,5% das contratações com carteira assinada; já em 2019, 1%.*

*Por Daniel Silveira, G1 - Rio de Janeiro*



*Em 2019, número de contratos intermitentes no Brasil superou em mais que o dobro o registrado um ano antes, quando nova lei entrou em vigor — Foto: Carteira de trabalho, em imagem de arquivo*

Dados divulgados nesta quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em dois anos, dobrou o número de trabalhadores contratados sob a modalidade de trabalho intermitente no Brasil. A Região Nordeste lidera, em proporção, esse tipo de contratação.

Esta é a primeira vez que o IBGE divulga dados sobre o trabalho intermitente. Ele foi instituído no Brasil a partir da Reforma Trabalhista, que acaba de completar três anos. Trata-se de uma modalidade em em que o trabalhador é contratado com carteira assinada, mas sem a garantia de jornada mínima de trabalho.

Sob o contrato intermitente, o trabalhador é chamado para o exercício de sua atividade de acordo com a necessidade da empresa que o contratou e, assim, pode ficar meses sem trabalhar e, conseqüentemente, sem remuneração.

Com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia, o órgão apontou que, em 2019, foram registradas mais de 155 mil contratações sob essa modalidade, o que representou 1% de todas os contratos com carteira assinada firmados no país.

## Carteiras assinadas no Brasil

Número de contratos de trabalho intermitente mais que dobrou entre 2018 e 2019.



Gráfico: Economia/G1 • Fonte: IBGE

*Em dois anos, dobra o número de contratos de trabalho intermitente firmados no Brasil — Foto: Economia/G1*

O número é superior ao dobro do registrado em 2018, primeiro ano de vigência da nova Lei Trabalhista, quando foram registradas 71 mil contratos de trabalho intermitente, que representaram 0,5% dos contratos com carteira assinada.

Enquanto o número de contratos intermitentes aumentou em 117,5% na passagem de 2018 para 2019, o número total de carteiras assinadas aumentou em apenas 4,6% no mesmo período, o que dimensiona o avanço da nova modalidade de trabalho.

"Em todas as Grandes Regiões, houve aumento no número de admissões por contrato intermitente nesse período. Assim, apesar de representarem números

relativamente pequenos sobre o total das admissões, o crescimento apresentado em apenas um ano é digno de atenção e monitoramento", ponderou o IBGE.

### **Trabalho intermitente representou 13,3% do saldo de empregos**

Em sua análise, o IBGE destacou que o saldo de empregos - resultado das contratações menos as demissões - "permite constatar de forma mais evidente o aumento da utilização da modalidade intermitente de vínculo empregatício".

Em 2019, mais de 85 mil novos postos de trabalho gerados no país foram na modalidade intermitente, o que representou 13,3% de todos os novos empregos com carteira assinada. Um ano antes, o saldo foi de mais de 51 mil postos de trabalho com contrato intermitente, que corresponderam a 9,4% das carteiras assinadas no país.

A Região Nordeste foi a que registrou a maior proporção de trabalho intermitente em relação a todas as contratações formais. Em 2019, 19,9% das carteiras assinadas naquela região foram sob a modalidade intermitente.

## **Proporção (em %) de trabalho intermitente em 2019**

Nordeste lidera o trabalho intermitente em relação às contratações formais.

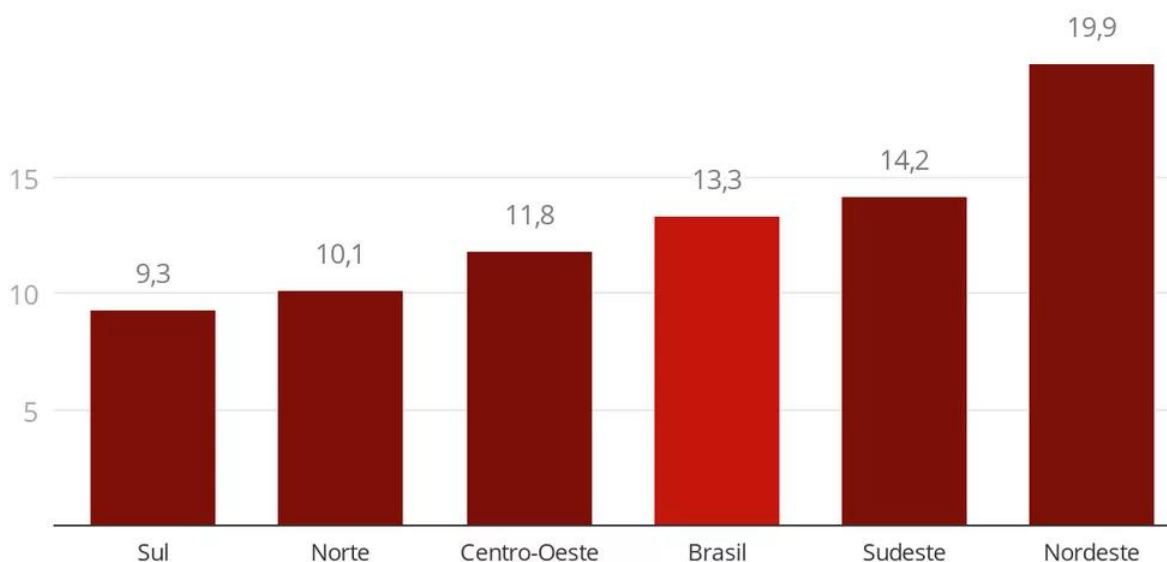


Gráfico: Economia/G1 • Fonte: IBGE

*Nordeste lidera, em proporção, as contratações sob a modalidade de trabalho intermitente — Foto: Economia/G1*



A Região Sudeste apresentou a segunda maior proporção de contratos intermitentes, representando 14,2% dos postos de trabalho gerados em 2019, seguida pelo Centro-Oeste (11,8%) e pelo Norte (10,1%). A menor proporção foi observada na Região Sul (9,3%).

Embora não tenha analisado detalhes do trabalho intermitente, como média de horas trabalhadas e a remuneração, o IBGE enfatizou que essa modalidade representa "uma característica de vulnerabilidade da ocupação formal", uma vez que ele compromete a remuneração mensal do trabalhador, impactando inclusive em verbas trabalhistas, como férias e 13º salário.

Em outros países, destacou o instituto, essa modalidade de contratação ficou conhecida como zero hour contract (contrato zero hora, na tradução literal).

**D.6 - G1 (12/11/2020)**

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/11/12/em-2019-brasil-bateu-recorde-de-desempregados-que-buscavam-por-emprego-ha-pelo-menos-dois-anos-aponta-ibge.ghtml>

**Em 2019, Brasil bateu recorde de desempregados que buscavam por emprego há pelo menos dois anos, aponta IBGE**

*Indicador aumentou seguidamente desde 2016. Mulheres e idosos são os mais afetados.*

*Por Daniel Silveira, G1 - Rio de Janeiro*



*Dados do IBGE demonstram que quanto maior o tempo de espera na fila do desemprego, maior a dificuldade em conseguir recolocação — Foto: Sine-CG/Divulgação*

A lenta recuperação do mercado de trabalho tem reflexo no tempo de procura por emprego. Dados divulgados nesta quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes a 2019 mostram que, apesar da ligeira

queda no desemprego, bateu recorde a proporção de pessoas que buscavam por nova oportunidade de trabalho há pelo menos dois anos.

Naquele ano, a taxa de desemprego no Brasil ficou em 11,7%, e 27,5% dos desempregados procuravam emprego há pelo menos dois anos - maior proporção da série histórica iniciada em 2012.

Um ano antes, a taxa de desemprego era de 12% e aqueles que buscavam por recolocação no mercado de trabalho há pelo menos dois anos representavam 26,8% do total de desempregados.

## Tempo de espera para recolocação no mercado de trabalho

Proporção (em %) de desempregados de acordo com o período de procura por novo emprego.

	até 1 mês	1 mês a menos de 1 ano	1 ano a menos de 2 anos	2 anos ou mais
2012	20,4	43,7	14	21,9
2013	20,1	45,2	15,3	19,4
2014	19,3	45,8	15,8	19,2
2015	17,5	46	17,7	18,8
2016	14,8	45,6	18,9	20,7
2017	17	41,5	18	23,5
2018	19,3	38,1	15,8	26,8
2019	19,2	38,3	15	27,5

Gráfico: Economia/G1 • Fonte: IBGE

*Lenta recuperação no mercado de trabalho reflete em maior tempo de espera por nova oportunidade de emprego. — Foto: Economia/G1*

Essa proporção aumentou desde 2016. Naquele ano, 20,7% dos desempregados aguardavam há mais de dois anos por nova oportunidade. Em 2017, quando a taxa de desemprego bateu recorde, de 12,5%, a proporção de desempregados há pelo menos dois anos subiu para 23,5%.

Já a proporção de desempregados que buscavam novo oportunidade há pelo menos um ano, mas há menos de dois, diminuiu consecutivamente desde 2016 - era de 18,9% naquele ano e chegou a 15% em 2019.

Também veio diminuindo a proporção de desempregados na fila por nova oportunidade há mais de um mês, mas há menos de um ano. Historicamente, é nessa faixa de tempo que se encontra a maior parte dos desempregados no país. Em 2016, eles somavam 45,6%, chegando a 38,3% em 2019, ligeiramente acima do observado em 2018, que era de 38,1%.

Isso sugere que quanto maior o tempo de espera, maior a dificuldade em conseguir uma recolocação no mercado.

Quando a busca por emprego supera um ano, é classificada pelo IBGE como desocupação de longo prazo. Só é considerado desempregado aquele trabalhador que, sem ocupação no mercado de trabalho realiza busca ativa por nova oportunidade de emprego.

O IBGE destacou que, entre os países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil está entre as nações com maiores incidências do desemprego há pelo menos um ano, atrás da Grécia, Espanha e Itália.

"A OCDE e a OIT alertam para os impactos da desocupação de longo prazo sobre o bem-estar emocional e material dos indivíduos e suas famílias", enfatizou o IBGE.

### Mulheres e idosos são os mais afetados

Ao analisar a desocupação de longo prazo por gênero, o IBGE observou que as mulheres são mais afetadas que os homens. Em 2019, dentre as mulheres desempregadas, 31,3% estavam nessa condição há pelo menos dois anos e outras 16,3% há pelo menos um ano. Entre os homens desempregados, essas proporções foram, respectivamente, de 23% e 13,5%.

Segundo o IBGE, esses dados ratificam a maior dificuldade que as mulheres têm para encontrar ocupação no mercado de trabalho.

### Tempo de espera por novo emprego no Brasil, por gênero

Mulheres são mais prejudicadas que os homens na chamada desocupação de longo prazo.



Gráfico: Economia/G1 • Fonte: IBGE

*Mulheres são mais afetadas pela desocupação de longo prazo que os homens, segundo dados do IBGE. — Foto: Economia/G1*

Já na análise por grupos de idade, o IBGE apontou que, embora a taxa de desemprego seja maior entre os jovens, são os idosos que levam mais tempo para encontrar uma nova ocupação.

Em 2019, enquanto 30,1% dos desempregados de 14 a 29 anos de idade estavam sem trabalhar e procurando trabalho há pelo menos um ano, 34,1% dos desempregados com 60 anos de idade tinham o mesmo tempo de espera por recolocação. Os que buscavam emprego há pelo menos um ano, mas há menos de dois, somavam 16,7% entre os mais jovens e 15,9% entre os idosos.

### Tempo de espera por novo emprego, por grupos de idade

Idosos são mais prejudicados que os mais jovens na fila de espera por recolocação no mercado.



Gráfico: Economia/G1 • Fonte: IBGE

*Idosos são mais afetados pela desocupação de longo prazo que os mais jovens, segundo o IBGE — Foto: Economia/G1*

O IBGE apontou que, segundo a Organização Internacional do trabalho (OIT), entre as hipóteses que poderiam explicar a maior dificuldade dos idosos em sair da fila do desemprego estão "a incompatibilidade entre as habilidades desses indivíduos e aquelas exigidas pelo mercado de trabalho, a falta de vagas para seu nível de experiência e qualificações, e a relutância de empregadores em contratarem pessoas idosas".

**D.7 - G1 (12/11/2020)**

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/11/12/extrema-pobreza-se-manteve-estavel-em-2019-enquanto-a-pobreza-teve-ligeira-queda-no-brasil-aponta-ibge.ghtml>

**Extrema pobreza se manteve estável em 2019, enquanto a pobreza teve ligeira queda no Brasil, aponta IBGE**

*País não foi capaz de reduzir o contingente de mais de 13,6 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da extrema pobreza. Trabalho informal pode ter contribuído para reduzir em cerca de 800 mil o número de pessoas que viviam abaixo da linha da pobreza.*

*Por Daniel Silveira, G1 - Rio de Janeiro*



*Cerca de 13,6 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha da extrema pobreza, mais da metade deles no Nordeste. — Foto: Reprodução/JN*

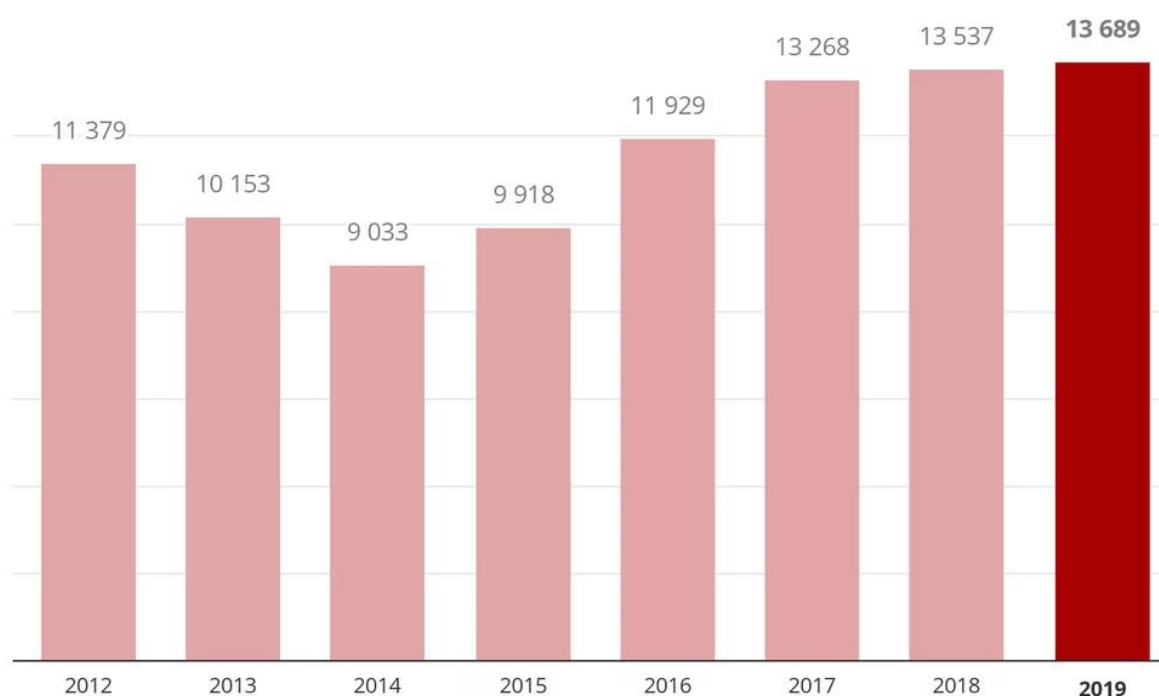
Um levantamento divulgado nesta quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que o Brasil não conseguiu amenizar a extrema pobreza no último ano. Todavia, o trabalho informal pode ter contribuído para reduzir o contingente de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza.

Os dados são de 2019 e fazem parte da Síntese de Indicadores Sociais. Naquele ano, 6,5% de toda a população brasileira se encontrava em situação de extrema pobreza - a mesma proporção observada em 2018.

Em números absolutos, considerando o aumento populacional no país, somavam 13,6 milhões o total de pessoas extremamente pobres, cerca de 100 mil a mais que no ano anterior, o que é considerado estatisticamente como uma estabilidade. Na comparação com 2014, quando o país vivia sob os patamares mais baixos de desemprego, esse contingente aumentou em quase 4,7 milhões de pessoas.

## Brasileiros em situação de extrema pobreza

Em milhares



Fonte: IBGE

*Brasileiros em situação de extrema pobreza — Foto: Economia G1*

Já a proporção de pobres caiu de 25,3% para 24,7% no mesmo período. Em 2019, eram cerca de 51,7 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, cerca de 800 mil a menos que no ano anterior.

Segundo o IBGE, é considerado em situação de extrema pobreza quem dispõe de menos de US\$ 1,90 por dia, o que equivalia a aproximadamente R\$ 151

por mês em 2019. Já os considerados pobres são aqueles que vivem com menos de US\$ 5,50, equivalente a R\$ 436 no ano de análise.

Estas linhas foram estabelecidas pelo Banco Mundial para acompanhar a evolução da pobreza global. Elas não consideram o câmbio oficial, mas o chamado Poder de Paridade de Compra (PPC). Segundo o IBGE, essa medida permite comparar o valor real das moedas em determinado ponto do tempo por meio de uma pesquisa de preços de bens e serviços em diversos lugares do mundo.

Considerando apenas a linha de pobreza, o Brasil apresenta a 21ª taxa mais elevada entre 43 países com informação disponível no Banco Mundial, ficando atrás de países como Paraguai, Azerbaijão e Cazaquistão.

Já o contingente de extremamente pobres no Brasil é maior que a população total de países como Bélgica, Portugal e Grécia, entre outros.

### **Extrema pobreza no Brasil**

O contingente de extremamente pobres no país é formado, majoritariamente, por pretos e pardos, mulheres em sua maioria, sem instrução ou com ensino fundamental incompleto e desempregados.

O IBGE destacou que 56,8% das pessoas abaixo da linha da extrema pobreza viviam no Nordeste, região que respondia por 27,2% da população total do país.

Entre os estados, a situação mais precária foi observada no Maranhão, onde um em cada cinco moradores viviam em condição de miséria financeira em 2019.

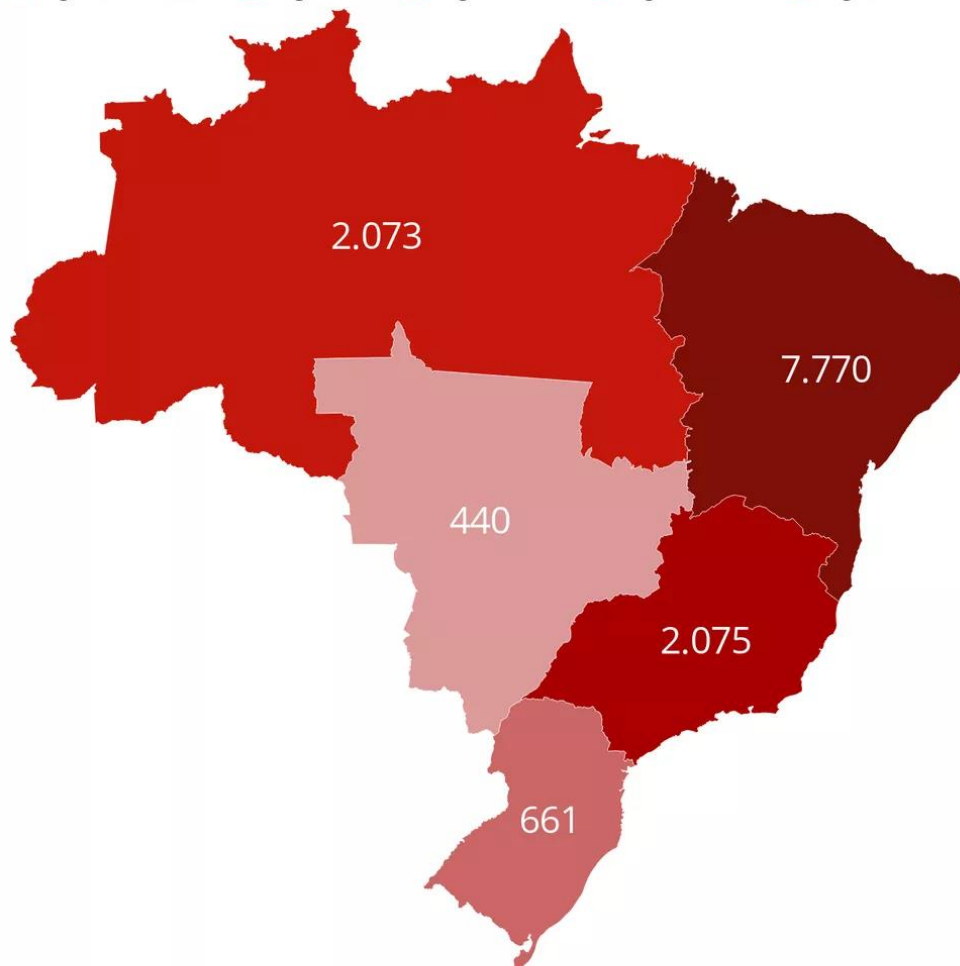
Já a região Sudeste, a mais populosa do país, tinha o segundo maior contingente de extremamente pobres, mas respondia por apenas 15,2% desse grupo.



## Número de pessoas em situação de extrema pobreza, por região

Em milhares

Região Centro-Oeste Região Norte Região Sudeste Região Nordeste Região Sul



Mapa: Economia/G1 • Fonte: IBGE • Dados de: OSM

*Número de pessoas em situação de extrema pobreza, por região — Foto: Economia G1*

Apenas 13,8% das pessoas consideradas extremamente pobres estava ocupada no mercado de trabalho em 2019. A dificuldade em conseguir trabalho remunerado, segundo o IBGE, pode explicar a estabilidade dessa população.

O rendimento do trabalho é o que tem mais peso na composição do rendimento médio domiciliar per capita, segundo o IBGE. Ele representava, em 2019, 72,5% do rendimento familiar.

O IBGE destacou que, dentre as pessoas ocupadas que viviam em situação de extrema pobreza, os trabalhadores familiares auxiliares, geralmente sem

qualquer remuneração, eram a posição na ocupação com maior incidência (12,2%) neste grupo.

### 1 em cada 4 brasileiros vivia com menos de R\$ 436 por mês

Embora o contingente de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza tenha se reduzido na passagem de 2018 para 2019, o país registrava um batalhão de mais de 51,7 milhões de pessoas nesta condição.

Isso equivale a dizer que um em cada quatro brasileiros viveu com menos de R\$ 436 por mês em 2019.

O coordenador da pesquisa, João Hallak Neto, apontou que o mercado de trabalho pode estar por trás da redução do contingente de pobres. Isso porque a informalidade bateu recorde no país em 2019, o que pode ter impactado diretamente na renda dos brasileiros mais pobres.

### Nº (em mil) de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, por região

Região Norte foi a única em que houve aumento, em 2019, da proporção de pessoas em situação de pobreza.

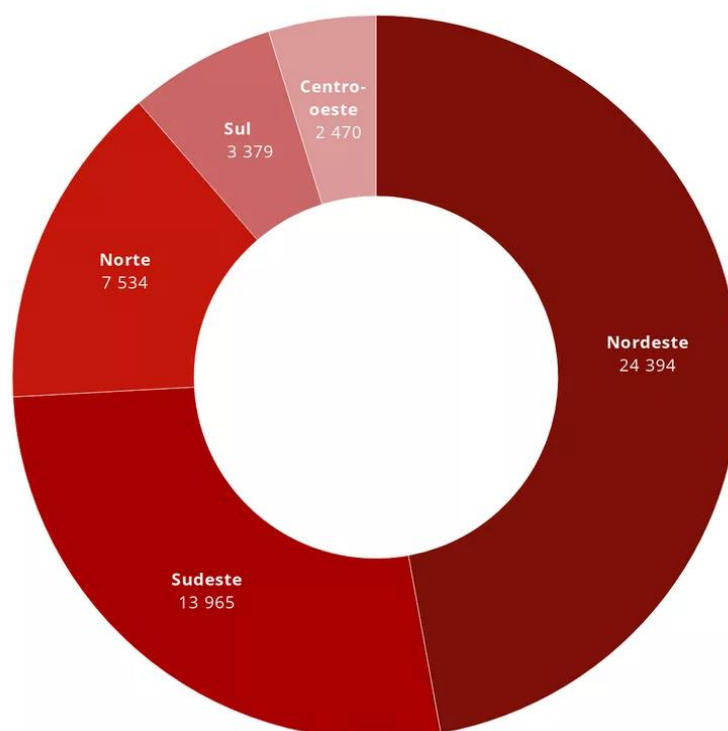


Gráfico: Economia/G1 • Fonte: IBGE

*Regiões Norte e Nordeste têm mais de 40% da população vivendo abaixo da linha da pobreza — Foto: Economia/G1*

Quase metade da população abaixo da linha da pobreza (47,1%) vivia no Nordeste. O Sudeste respondia por cerca de 27% do contingente de pobres.

O IBGE destacou que o Maranhão era o estado com a maior proporção de pobres em relação à população total - quase metade dos maranhenses vivia abaixo da linha da pobreza. Outros 12 estados apresentavam incidência de pobreza superior a 40% da população.

**D.8 - G1 (12/11/2020)**

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/11/12/brasil-aumenta-o-numero-de-criancas-em-creches-e-na-pre-escola-mas-segue-distante-da-meta-diz-ibge.ghtml>

**Brasil aumenta o número de crianças em creches e na pré-escola, mas segue distante da meta, diz IBGE**

*Entre 2016 e 2019, taxa de frequência escolar de alunos de 0 a 3 anos subiu de 30,4% para 35,6%. Meta do Plano Nacional de Educação (PNE) é atingir 50% até 2024.*

*Por G1*



*Escola na zona Oeste de São Paulo — Foto: Celso Tavares/G1*

De 2016 a 2019, a parcela de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches saltou de 30,4% para 35,6%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada nesta quinta (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

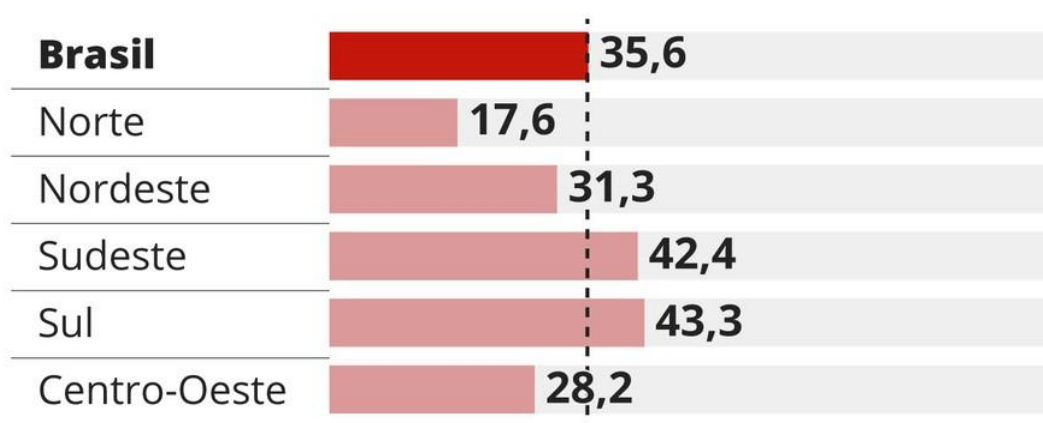
Apesar do avanço, o índice ainda está distante da meta do Plano Nacional de Educação (PNE), uma série de diretrizes e estratégias para a política educacional brasileira a ser implementada entre 2014 e 2024.

De acordo com o documento, o objetivo final é de que pelo menos 50% dos alunos dessa faixa etária estejam nas creches. Ou seja, em 5 anos, o índice precisa subir mais de 14 pontos percentuais.

Um dos obstáculos é a baixa oferta de vagas, principalmente em regiões mais pobres. No Norte, a porcentagem de crianças de 0 a 3 anos matriculadas é bem inferior à média nacional: 17,6%. O maior índice foi registrado no Sul, onde 43,3% estão na creche.

## Crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches (2019)

Meta do PNE é atingir 50% até 2024



Fonte: Pnad Contínua 2019 - IBGE



Infográfico elaborado em: 11/11/2020

*Pnad Contínua 2019 mostra índice de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches — Foto: Arte/G1*

Além da importância para o desenvolvimento motor e intelectual das crianças, há também um papel fundamental para o retorno da mulher ao mercado de trabalho. Se não houver a possibilidade de matricular um bebê na creche, é comum que a mãe abandone o emprego para cuidar da criança.

Na pré-escola, a meta do PNE é mais ambiciosa e busca a universalização do ensino, ou seja, que 100% das crianças de 4 a 5 anos estejam matriculadas. Em 2019, segundo o IBGE, o índice era de 92,9%. Mais uma vez, a região Norte ficou abaixo da média nacional, com 86,6%.

# Crianças de 4 a 6 anos matriculadas em pré-escolas (2019)

Meta do PNE é atingir a universalização do ensino



Fonte: Pnad Contínua 2019 - IBGE



Infográfico elaborado em: 11/11/2020

*Brasil ainda não alcançou a meta de 100% de crianças matriculadas na pré-escola. — Foto: Arte/G1*

## Ensino médio: um terço dos jovens fora da sala de aula

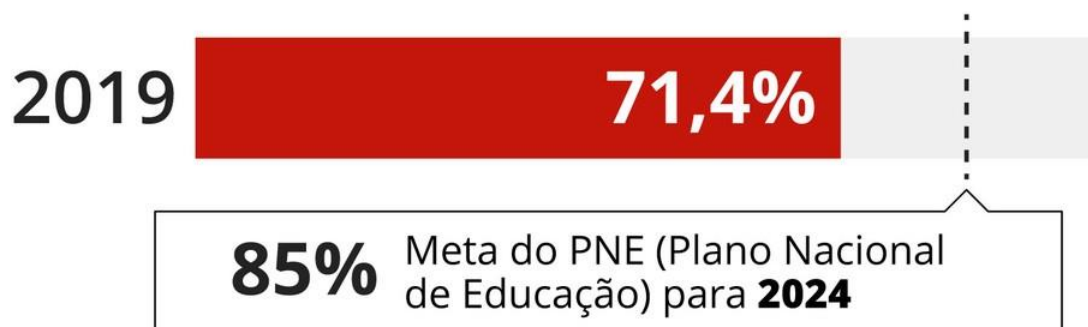
No ensino médio, o PNE estabelece que, até 2024, 85% dos alunos de 15 a 17 anos estejam matriculados no ensino médio.

Segundo o IBGE, o índice era de 71,4% em 2019. Ou seja: aproximadamente um terço dos jovens estava fora da escola ou ainda no ensino fundamental.

Meta do PNE estipula que Brasil alcance marca de 85% dos adolescentes matriculados no ensino médio.

# Alunos de 15 a 17 anos, matriculados no ensino médio

Brasil ainda está distante da meta proposta pelo PNE



Fonte: Pnad Contínua 2019 - IBGE



Infográfico elaborado em: 11/11/2020

*Meta do PNE estipula que Brasil alcance marca de 85% dos adolescentes matriculados no ensino médio. — Foto: Arte/G1*

Nenhum estado atingiu a meta, por enquanto. Quem mais se aproximou foi São Paulo (84,1%). Os índices mais preocupantes são os do Pará e da Bahia, que ficaram na faixa de 48% a 62,6%.

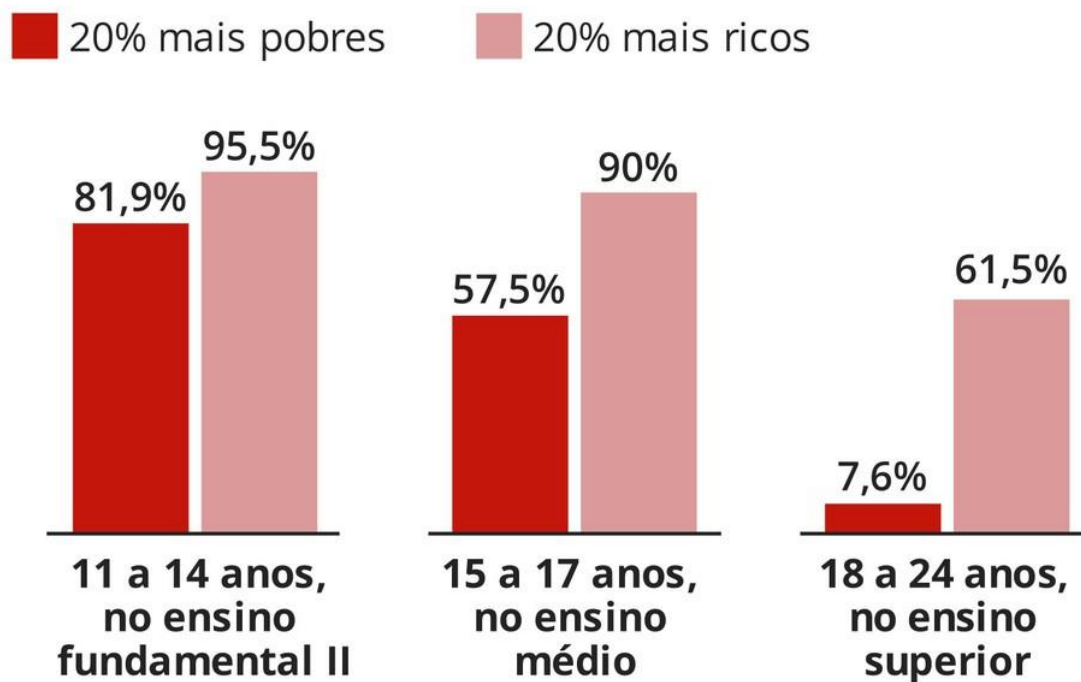
## No ensino superior, mais chance para brancos e ricos

Na faixa de 18 a 24 anos, segundo o IBGE, os brancos têm duas vezes mais chance de estar na universidade ou de já ter concluído o ensino superior do que os pretos e pardos.

O recorte por renda também evidencia a desigualdade: considerando a população mais pobre, apenas 7,6% dos jovens estavam na faculdade ou já tinham o diploma. Entre os mais ricos, a porcentagem foi bem mais alta: 61,5%.

# Alunos matriculados em escolas ou universidades (2019)

Porcentagem de crianças e jovens em instituições de ensino varia conforme a renda



Fonte: Pnad Contínua 2019 - IBGE



Infográfico elaborado em: 11/11/2020

*Gráfico mostra diferença na escolarização dos mais ricos e dos mais pobres — Foto: Arte/G1*

## Jovens sem estudar

Em 2019, 23,8 milhões de jovens de 15 a 29 anos sem educação superior não frequentavam escola, curso pré-vestibular ou educação profissional. É o equivalente a metade dos indivíduos dessa faixa etária.

A parcela é maior entre homens pretos e pardos (57,6%) e menor entre brancos (47,4%).

As principais justificativas para não estar estudando são: necessidade de trabalhar e falta de vontade. Segundo a análise do IBGE, entre os pobres, mais jovens responderam que precisaram cuidar de criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.



A Pnad Contínua também estima quantos brasileiros de 15 a 19 anos estão sem estudar e sem trabalhar. O índice caiu de 23%, em 2018, para 22,1%, em 2019.

Na região Sul, os números aproximaram-se dos registrados em países desenvolvidos. Por outro lado, no Nordeste, em todos os estados, mais de um quarto dos jovens não estudavam e não estavam ocupados.

### **Analfabetismo: índice em queda**

O PNE propõe a erradicação do analfabetismo na população com 15 anos ou mais. Em 2019, o IBGE mostra que o índice era de 6,6%. Há uma discreta queda em relação ao dado de 2016 (7,2%).

Outros números que também avaliam a formação de adultos no país mostram a desigualdade regional. Na população com 25 anos ou mais, no Nordeste, 49,1% não tinham instrução ou não haviam concluído nem sequer o ensino fundamental. No Sudeste, o índice é de 32,5%.

Além disso, a diferença é grande na proporção de adultos com nível superior completo: 12,1% no Nordeste, e 20,5% no Sudeste.

**D.9 - G1 (12/11/2020)**

<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/11/12/matriculas-nas-escolas-publicas-do-ceara-cresceram-em-todas-as-etapas-de-ensino-aponta-ibge.ghtml>

**Matrículas nas escolas públicas do Ceará cresceram em todas as etapas de ensino, aponta IBGE**

*No Ceará, mais de 80% dos alunos do ensino fundamental e médio, em 2019, estavam em escolas públicas. Dados se referem ao período de 2016 até o ano passado.*

*Por Thatiany Nascimento*



*Em 2019, de cada 100 alunos matriculados no ensino médio no Ceará, 91 estavam na rede pública. — Foto: Natinho Rodrigues/SVM*

Dados da Síntese de Indicadores Sociais de 2019, divulgada nesta quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelaram que, entre 2016 e 2019, as escolas públicas do Ceará, se comparadas às unidades particulares, tiveram aumento no número de matrículas em todas as etapas da educação básica.

No ensino fundamental, a proporção de alunos em escolas públicas no Ceará passou de 78,7% em 2016 para 80,3% em 2019. No caso do ensino médio, o

aumento de matrícula em escolas públicas foi de 89,8% para 91,3% no ano passado.

Segundo o levantamento, em 2019, de cada 100 alunos matriculados no ensino médio no Ceará, 91 estavam na rede pública. No ensino fundamental a cada 100 estudantes, o total de estudantes nas escolas públicas chegava a 80.

Já no ensino infantil, a rede pública do Ceará era responsável por 70% das matrículas, que agrega creches e pré-escolas. Em 2019, essa proporção passou para 73,7%. A outra parte das matrículas é feita na rede privada.

### **Rede particular é mais forte no ensino infantil**

De acordo com a pesquisa, em 2019, a rede particular atendia:

26,3% dos alunos da creche e pré-escola

19,7% dos estudantes do ensino fundamental

8,7% do ensino médio regular

Os dados divulgados pelo IBGE tem como base o módulo anual de educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e revelam também, que, apesar do número de matrículas na rede pública ter crescido e, conseqüentemente, a proporção dos alunos na rede particular ter diminuído, neste intervalo de tempo, o Ceará é um estado cuja participação da iniciativa privada não é tão incipiente.

Em 2019, o Ceará, se comparado aos demais estados e Distrito Federal, era o 11º com a maior participação da iniciativa privada no ensino em creches e pré-escolas. Na etapa fundamental, o estado registrou a 8ª maior participação das escolas particulares. Já no ensino médio, a situação se inverte um pouco e o Ceará tem a 12ª maior proporção de aluno matriculados na rede pública.

Conforme o documento do IBGE, "de modo geral, a participação na rede privada está geograficamente associada a rendimentos mais elevados". Em unidades como o Distrito Federal, que tem a maior proporção de participação da rede privada na educação infantil (50,7%) e no ensino médio (24,7%), por exemplo, o levantamento do IBGE indica que isto reflete "a maior capacidade dos moradores dessas regiões de arcar com os custos do ensino privado".

## D.10 - G1 (12/11/2020)

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/11/12/ibge-aponta-que-ba-e-o-estado-brasileiro-com-maior-no-absoluto-de-pessoas-extremamente-pobres.ghtml>

### **IBGE aponta BA como estado brasileiro com maior nº absoluto de pessoas extremamente pobres**

*Além disso, pesquisa diz que o estado é o segundo no número de pobres, Em 2019, 4 em cada 10 moradores do estado estavam abaixo da linha da pobreza, com renda domiciliar per capita menor que R\$ 428, e pouco mais de 1 em cada 10 com renda menor que R\$ 148.*

Por G1 BA



IBGE aponta BA como estado brasileiro com maior nº absoluto de pessoas extremamente pobres

Um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado nesta quinta-feira (12), apontou que, em 2019, a Bahia possuía, em números absolutos, a maior quantidade de pessoas extremamente pobres e a segunda maior de pobres.

Segundo a pesquisa, no ano passado, quatro em cada 10 moradores do estado (40,4% da população) estavam abaixo da linha da pobreza monetária, com

renda domiciliar per capita menor que R\$ 428. Além disso, pouco mais de 1 em cada 10 (12,5%) estava abaixo da linha de extrema pobreza, com renda domiciliar per capita menor que R\$ 148.

De acordo com o IBGE, essas proporções praticamente não se alteraram desde 2016 e davam à Bahia, em 2019, o 2º maior número absoluto de pobres, com 6 milhões de pessoas, e o maior número de extremamente pobres do país, que totalizava 1,853 milhão.

Já em termos percentuais, a Bahia (40,4%) ficava na 11ª posição entre os estados - caindo 4 posições no ranking, já que havia sido 7º em 2018. Maranhão (52,2%), Amazonas (47,4%) e Alagoas (47,2%) tinham os maiores percentuais de população abaixo da linha de pobreza em 2019 em termos percentuais.

No outro oposto, Santa Catarina (7,5%), Rio Grande do Sul (11,1%) e Distrito Federal (11,2%) tinham as menores proporções de pessoas na linha de pobreza.



*Bahia tem 2º maior número absoluto de pessoas pobres e população tem restrição no acesso a saneamento básico — Foto: Reprodução/ TV Bahia*

O instituto explica que o Brasil não tem uma linha oficial de pobreza. Considerando o critério definido pelo Banco Mundial para países de renda média, adotado no acompanhamento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável (ODS), a linha oficial de pobreza é de US\$ 5,50 por dia em paridade de poder de compra.

Entre as capitais, a pesquisa considera Salvador um pouco mais bem posicionada, já que a capital baiana, com a 4ª maior população em geral, tinha, em 2019, o 5º maior número absoluto de pessoas abaixo da linha de pobreza monetária: 611 mil, que representa 21,3% da população. Entretanto, de 2018 para 2019, o número de extremamente pobres teve discreto aumento em Salvador, de 124 mil para 140 mil pessoas (4,9% da população).

Tanto a Bahia quanto Salvador ainda tinham, em 2019, bem mais pobres, em número absolutos e percentuais, do que em 2014, ano em que a pobreza chegou a seu mais baixo patamar tanto no estado (37,5% da população, ou 5,446 milhões e pessoas) quanto na capital (13,6% ou 379 mil pessoas).

No Brasil como um todo, em 2019, 51,7 milhões de pessoas viviam abaixo da linha de pobreza monetária do Banco Mundial - renda domiciliar per capita mensal menor que R\$ 436. Isso representava 24,7% da população do país. Também houve uma discreta redução nesse grupo em relação a 2018, quando 25,3% dos brasileiros estavam abaixo da linha de pobreza (52,5 milhões de pessoas), informou o IBGE.

### **Extrema pobreza e restrições**

O valor de US\$ 1,90 diário per capita em paridade de poder de compra é o limite para a definição de extrema pobreza global, como explicitado no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1.1 e na missão institucional do Banco Mundial.

Na Bahia e em Salvador, essa linha equivalia, em 2019, a uma renda domiciliar per capita média de R\$ 148 por mês.

A extrema pobreza teve recuo discreto na Bahia, entre 2018 e 2019, o segundo consecutivo. Em Salvador, porém, o movimento foi inverso, houve um leve aumento no número de pessoas extremamente pobres e de sua participação na população em geral.

No estado, 1,853 milhão de pessoas viviam com menos que R\$ 148, o que correspondia a 12,5% da população. Houve uma redução de 3,2% nesse grupo em relação a 2018, o que representou menos 62 mil pessoas em pobreza extrema. Mesmo assim a Bahia manteve, no ano passado, o maior número de extremamente pobres do país, posto que o estado ocupa desde o início da série histórica da PNAD Contínua, em 2012. Ficou ainda com o 8º maior percentual (12,5%).

Maranhão (20,4%), Acre (16,1%) e Alagoas (15,0%) lideravam na proporção de extremamente pobres, enquanto Santa Catarina (1,5%), Distrito Federal (1,7%) e Rio Grande do Sul (2,2%) tinham as menores percentagens.

A proporção de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza na Bahia é praticamente o dobro da nacional. No Brasil como um todo em 2019, 6,5% da população (13,7 milhões de pessoas) viviam com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 151 (valor da linha nacional). A proporção de extremamente pobres no país não se alterou em relação a 2018, quando 13,5 milhões de brasileiros estavam nessa condição.

Além disso, a Bahia tem maiores proporções da população morando em domicílios com algum tipo de restrição no acesso a serviços que contribuem para melhores condições de vida.

A restrição mais frequente para toda a população da Bahia é no acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico: rede de água, coleta de esgoto e coleta de lixo. A situação atinge quase metade da população total do estado, o que corresponde a 47,3% dos moradores.

Entre os pobres, essa proporção sobe para pouco mais de 6 em cada 10 pessoas (63,0%) que vivem em domicílios não atendidos por pelo menos um dos serviços.

As outras restrições são:

Acesso a educação: segunda restrição mais frequente para a população baiana, que atingia 1 em cada 3 pessoas no estado (33,3%). Esse percentual chegava mais perto de 4 em cada 10 entre as pessoas abaixo da linha de pobreza (36,4% tinha restrição à educação).

Acesso à Internet: terceira restrição mais comum na Bahia que afetava 22,5% da população e aumentava para quase 3 em cada 10 pessoas consideradas pobres (29,5% viviam em domicílios sem nenhum tipo de acesso à Rede).

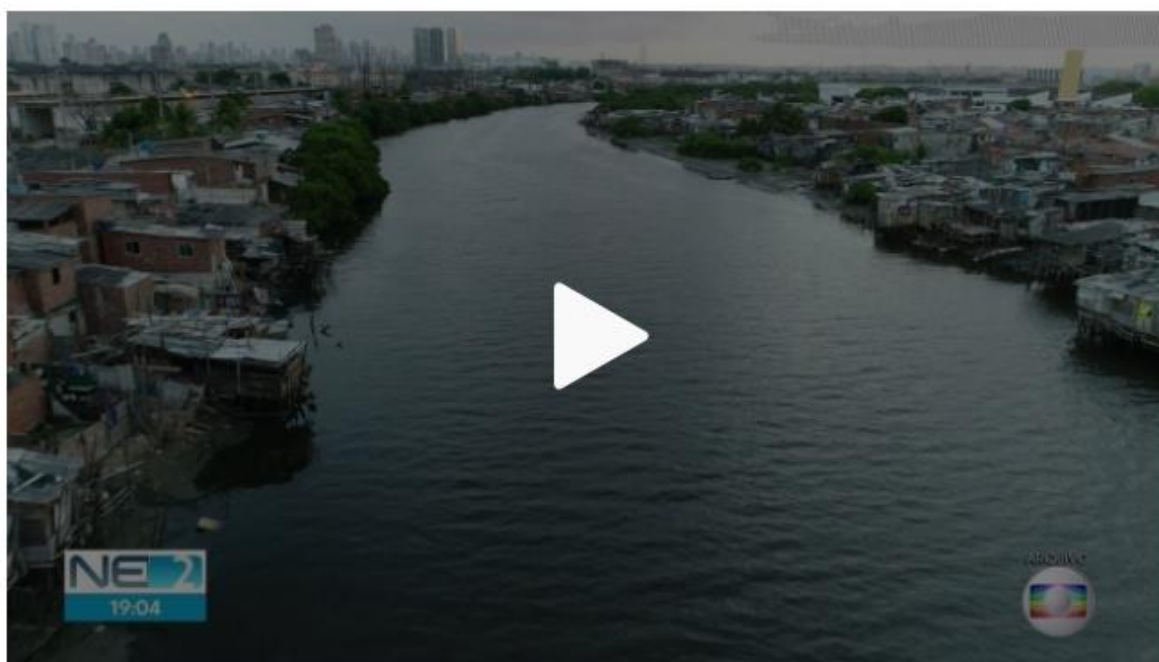
**D.11 - G1 (12/11/2020)**

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/11/12/recife-tem-maior-desigualdade-entre-capitais-em-2019-e-pe-fica-em-terceiro-no-pais-em-concentracao-de-renda-diz-ibge.ghtml>

**Recife tem maior desigualdade entre capitais em 2019 e PE fica em terceiro no país em concentração de renda, diz IBGE**

*Síntese de Indicadores Sociais (SIS) foi divulgada nesta quinta-feira (12). Capital pernambucana não ocupava essa posição desde 2016. Estado ficou atrás de Sergipe e Roraima.*

*Por G1 PE*



Recife é capital mais desigual do Brasil, diz IBGE

Um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado nesta quinta (12), apontou o Recife como a capital brasileira com maior índice de desigualdade, em 2019. Pernambuco apareceu, no mesmo período, como o terceiro estado do país com maior concentração de renda.

Os dados fazem parte da Síntese de Indicadores Sociais 2020 (SIS). A desigualdade na distribuição de renda é medida pelo índice de Gini. De acordo com



esse parâmetro, quanto mais perto de 1, mais a renda é concentrada nas mãos de poucas pessoas.

Na capital pernambucana, o índice ficou em 0,612. A cidade, informou o instituto, não ocupava a primeira posição desde 2016. O município foi seguido por João Pessoa (0,591) e Aracaju (0,581).

Ainda de acordo com o levantamento, no ano passado, Pernambuco foi o terceiro estado com maior concentração de renda do Brasil, com 0,573. Ficou atrás de Sergipe (0,580) e Roraima (0,576).

No índice de Gini, o Brasil era, em 2019, o nono país mais desigual do mundo, com 0,543. Ele ficou abaixo de indicadores de Pernambuco e do Recife. O estado e a capital seguiram a tendência do Nordeste, única região do país a ter aumento no índice, entre 2018 e 2019.

O estudo do IBGE apontou que, em 2019, no Recife, cerca de 115 mil pessoas, ou 7% da população, viviam abaixo da linha de extrema pobreza.

No estado, no mesmo ano, havia pouco mais de 1,2 milhão de pessoas, ou 13% da população, com renda mensal domiciliar per capita inferior a R\$ 151 (US\$ 1,9 por dia). Esse é o critério adotado pelo Banco Mundial para identificar a condição de extrema pobreza.

O IBGE informou, ainda, que esse é o maior patamar da série histórica, iniciada em 2012, e o dobro da média nacional, de 6,5%. No país, esse índice ficou inalterado, entre um ano e outro. Em 2018, os muito pobres eram 11,4% da população.

A Síntese de Indicadores Sociais também demonstrou que o índice de pessoas pobres em Pernambuco passou de 41,1%, em 2018, para 41,8%, em 2019. Este foi o pior resultado em sete anos.

Isso significa que pouco mais de quatro em cada dez pernambucanos vivia com menos de R\$ 436 por mês, ou US\$ 5,5 por dia, de acordo com o mesmo critério do Banco Mundial. O resultado superou a média nacional, de 24,7% da população abaixo da linha de pobreza.

O levantamento mostrou, ainda, que a extrema pobreza leva a um menor acesso a serviços básicos. Segundo o IBGE, 9% dos pernambucanos com renda mensal inferior a US\$ 1,90 por dia não tinham a cobertura de nenhum tipo de programa de proteção social.

Além disso, 28,6% tinham ao menos uma precariedade nas condições de moradia, 38,8% contavam com dificuldade no acesso à educação, 47,1% não podiam entrar na Internet e 66,5% viviam em domicílios sem saneamento básico.

### **Detalhes**

O IBGE informou também que, em 2019, o rendimento médio domiciliar per capita da população pernambucana foi de R\$ 954. No Recife, o valor chegou a ser praticamente o dobro: R\$ 1.899.

No ano passado, 75,5% da população pernambucana tinha rendimento médio domiciliar per capita de até um salário mínimo.

Pessoas de cor ou raça preta ou parda tiveram rendimento médio domiciliar per capita de R\$ 771, pouco mais da metade do rendimento de R\$ 1.347 das pessoas de cor ou raça branca. Essa diferença foi de R\$ 576.

Além disso, entre os 10% da população com menores rendimentos, três quartos, ou 75,4%, eram pretos e pardos. Entre os 10% com maiores rendimentos, mais da metade, ou seja, 56,5%, era branca.



*Carteira de trabalho. — Foto: Heloise Hamada/G1*

## **Desocupação**

A taxa de desocupação entre os pretos e pardos, em Pernambuco, em 2019, era de 16,3%, contra 12,5% entre os brancos e acima da média de 15,1% para a população em geral.

A desocupação entre as mulheres era ainda maior, alcançando 17% no período, enquanto, para os homens, o índice chegou a 13,6%.

O tempo de procura de trabalho para a população desocupada foi pesquisado pela primeira vez. Das 631 mil pessoas desempregadas, em 2019, 14,6% delas procuravam uma ocupação há menos de um mês.

Ao todo, 31,6% buscavam ocupação entre menos de um mês a menos de um ano e 16,5%, entre um ano e dois anos. A maior parte, 37,4%, procurava trabalho há dois anos ou mais.

Os pretos e pardos também receberam menores salários do que a população branca, seja em ocupações formais ou informais.

Enquanto os brancos receberam, em média, R\$ 3.130, quando estão formalizados, o valor caiu para R\$ 1.942 entre pretos e pardos. Os trabalhadores informais brancos receberam por volta de R\$ 1.324, os pretos e pardos ganharam menos de um salário mínimo, ou R\$ 873.

## **Rendimentos**

Em 2019, levando em conta o rendimento médio do trabalho, o grupo de 10% da população ocupada com maiores rendimentos recebeu, em Pernambuco, 14,6 vezes mais do que o 40% da população ocupada que ganha menos. Esse número ficou acima do índice nacional, que era de 13 vezes.

Quem estava no décimo superior recebeu, em média, R\$ 7.795, enquanto os mais pobres nesse patamar de renda receberam, aproximadamente, R\$ 535.

Em Pernambuco, os trabalhadores receberam, em média por volta de R\$ 1.657, o nono pior valor do país. Quem tinha carteira de trabalho assinada, ganhou R\$ 1.599. Os sem carteira ficaram com vencimentos de R\$ 936 por mês.

O valor recebido também variou de acordo com a escolaridade: o rendimento médio por hora de um trabalhador sem instrução ou com ensino fundamental completo era de R\$ 5,2. Para quem tinha o ensino superior completo, o valor mais do que quintuplicou, atingindo R\$ 26,8.

## **Trabalho**

A Síntese de Indicadores Sociais 2020 reuniu dados sobre o trabalho intermitente, a partir de informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia.

Em 2019, 6.042 trabalhadores pernambucanos foram admitidos por essa nova modalidade de contrato, que surgiu com a aprovação da Reforma Trabalhista, há três anos. Em 2018, eram 1.753 pessoas, um aumento de 244,7%.

O saldo de empregos gerados por contrato intermitente em Pernambuco, ou seja, a diferença entre contratações e demissões, teve a segunda maior variação positiva do país entre 2018 e 2019, atrás do Distrito Federal.

O saldo passou de 1.270 para 3.082 postos de trabalho, 204,9% a mais. Essa tendência de alta também foi observada no número total de admissões formais.

Pernambuco teve um saldo positivo de 137% no total de contratações com carteira assinada, o maior do Brasil. A diferença entre o número de trabalhadores contratados e demitidos pulou de 4.091, no ano retrasado, para 9.696 em 2019.

## **Moradia**

Em relação às condições de moradia, 0,5% da população pernambucana construiu as paredes externas de seus lares com materiais não duráveis. Segundo o IBGE, 2,4% viviam em residências sem banheiro de uso exclusivo do domicílio e 4,5% gastaram mais de um terço de seu orçamento com aluguel.

Além disso, 4,8% moravam em locais com mais de três pessoas por dormitório, 15,7% não tinham documento que comprovasse a propriedade e 25,2% tinham ao menos uma dessas inadequações.

No estado, 15,4% dos domicílios não tinham acesso ao serviço de coleta de lixo, 25,3% não contavam com abastecimento de água por rede geral.

Ainda segundo o estudo, 39,7% das casas não tinham esgotamento sanitário e 47,5% tinha ao menos uma dessas deficiências no saneamento básico.



*IBGE mostra ocupação da rede pública de educação em Pernambuco — Foto: Reprodução/TV Globo*

## **Educação**

Taxa de adolescentes que frequentavam o Ensino Médio na idade adequada aumentou 5,6 pontos percentuais em 2019

Os alunos pernambucanos tinham, em 2019, uma média de 11,1 anos de estudo, de acordo com a SIS. A taxa ajustada de frequência escolar líquida entre os adolescentes de 15 a 17 anos mostrou que o estado conseguiu fazer com que mais pessoas com essa idade estivessem na escola na idade adequada.

Em 2019, 68,5% dos integrantes dessa faixa etária estavam no ensino médio, um aumento de 5,6 pontos percentuais em comparação a 2018, quando 62,9% dos adolescentes entre 15 e 17 anos frequentavam a escola nessa etapa da educação básica.

Entre os jovens de 18 a 24 anos, 20,4% dos integrantes dessa faixa etária estavam matriculados em instituições de ensino superior, contra 20,9% em 2018.

Entre as crianças de 6 a 14 anos, do ensino fundamental, a taxa ajustada de frequência escolar líquida era de 97,3% em 2019, praticamente estável com relação ao ano anterior, cuja taxa foi de 97,4%.

A rede pública atendia maior parte dos estudantes na educação básica, mas papel se inverteu no ensino superior

A rede pública de ensino atendia a maior parte dos estudantes pernambucanos desde a creche até o ensino médio, sendo, em 2019, responsável por 54,8% dos alunos na creche e pré-escola, 74,1% dos estudantes do ensino fundamental regular e 88,7% do ensino médio regular.

A rede privada atendeu a maior parte dos estudantes de cursos de ensino superior, especialização, mestrado e doutorado. Em 2019, 73,1% dos estudantes de graduação frequentavam uma instituição de ensino privada. Nos cursos de pós-graduação, a rede privada foi responsável por 75% dos alunos.

No Recife, a rede privada atendia a maior parte da demanda da educação infantil, com 67,4% das matrículas. No ensino fundamental regular, aproximadamente quatro em cada dez estudantes estudavam em escolas particulares.

No ensino médio, 81,8% frequentavam a rede pública de ensino. No ensino superior, quase 30% dos alunos eram de universidades públicas, percentual maior do que o verificado no estado como um todo.

Entre as pessoas de 25 anos ou mais, apenas 13,9% concluíram o ensino superior. A maior parte dos integrantes dessa faixa etária, 34,3%, tinha o ensino fundamental incompleto.

Na sequência, 27,1% concluíram o ensino médio, mas não frequentaram faculdades ou universidades. Entre os adultos pernambucanos, 11,9% das pessoas não tinham instrução.

### **Sem estudo e sem trabalho**

A pesquisa também mostrou a situação dos jovens de 15 a 29 anos, a respeito da condição de estudo (se estão estudando ou não) e a situação na ocupação (se estão ocupados ou não).

Em Pernambuco, quase 10% da população dessa faixa etária estava ocupada e estudando em 2019. Nas outras variáveis, a distribuição é muito semelhante: praticamente três em cada dez pernambucanos (29,9%) com essa idade não estudavam nem estavam ocupados, mesma porcentagem das pessoas que disseram trabalhar, mas não estudavam. Por fim, 30,6% estudavam, mas não estavam ocupados.

## Serviços

Nesta quinta, o IBGE também divulgou dados sobre os serviços. Em Pernambuco, houve uma alta de 0,4%, em setembro, no comparativo com agosto. Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

O estado está empatado com Amapá e Rondônia e à frente do Tocantins, que registrou estabilidade, e do Rio de Janeiro (-0,5%), único estado em queda. O índice de Pernambuco também está abaixo da média nacional, de 1,8%.

Mesmo com uma sequência de cinco meses de resultados positivos no setor de serviços, o desempenho do setor não foi o suficiente para recuperar as perdas ocorridas por conta da pandemia. Em setembro, o segmento de serviços esteve 13,8% abaixo do patamar de fevereiro.

A lentidão na recuperação do setor de serviços também se expressa no confronto entre os números de setembro deste ano em comparação com o mesmo mês de 2019. A retração no período foi de -15,6%, a sétima queda seguida e o quarto pior desempenho do país. O recuo também foi superior à média brasileira, de -7,2%.

No acumulado do ano, a pesquisa também detectou uma redução no volume de serviços mais acentuada do que a média nacional.

Em Pernambuco, o segmento teve queda de 14,6%, enquanto, no Brasil, a queda foi de 8,8%. O mesmo ocorreu no acumulado dos últimos 12 meses, em que o índice marcou - 11,1%, no estado, o quinto mais baixo do país, contra -6%, no país.

Outros serviços, como compra, venda e aluguel de imóveis, atividades de apoio à agricultura, à pecuária e gestão de resíduos sólidos registrou um aumento de 14,3% em relação a setembro do ano passado. Foi o único setor a ter desempenho positivo, com alta pelo segundo mês consecutivo.

A atividade de serviços com o pior desempenho foi a de serviços prestados às famílias, que marcou índices negativos em todos os meses do ano, mesmo antes da pandemia. Em setembro, a queda foi de -53,8% em comparação ao mesmo período do ano passado.

Essa atividade, que inclui 23 tipos de serviços, como hotéis, bares, restaurantes, salões de beleza, espetáculos de artes cênicas e atividades esportivas em geral, já havia amargado retrações significativas em abril (-74,6%), maio (-69,7%), junho (-68,7%), julho (-66,2%) e agosto (-58,5%).

O setor também têm os índices mais desfavoráveis tanto na variação acumulada do ano (-49,4%) quando na variação acumulada dos últimos 12 meses (-39,6%).

**D.12 - G1 (12/11/2020)**

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/11/12/ibge-brasil-tem-quase-52-milhoes-de-pessoas-na-pobreza-e-13-milhoes-na-extrema-pobreza.ghtml>

**IBGE: Brasil tem quase 52 milhões de pessoas na pobreza e 13 milhões na extrema pobreza**

*A situação é mais crítica no Maranhão, que tem um a cada cinco moradores na indigência.*

*Por Jornal Nacional*



IBGE: Brasil tem quase 52 milhões de pessoas na pobreza e 13 milhões na extrema pobreza

O IBGE divulgou nesta quinta (12) um retrato das condições sociais do país em 2019. Quase 52 milhões de brasileiros vivem na pobreza.

Desigualdade: uma praga que assola o Brasil desde sempre e que criou raízes profundas.

Andressa teve o primeiro filho aos 14 anos. Hoje, aos 23, já tem quatro. Quando chove, ela, o marido e os quatro filhos têm que dormir em cima de um estrado, preso entre a janela e o muro, porque fica tudo alagado.



"Eu chorando porque eu ali em cima ouvindo as coisas caindo dentro de casa, não podendo fazer nada. Vendo cobra andando aqui. E eu com as crianças ali em cima. E grávida", conta Andressa Nascimento, faxineira desempregada. No extremo, onde está Andressa, os 10% mais pobres ficaram, em 2019, com menos de 1% do total de rendimentos recebidos pelas pessoas no país. No outro extremo, os 10% mais ricos ficaram com quase 43%.

Um dos mais conhecidos indicadores de desigualdade é o Índice de Gini. Ele varia de zero, que representa a perfeita igualdade, até 1, a desigualdade máxima. No Brasil, o índice ficou em 0,543. No ranking internacional da desigualdade, o Brasil ocupa a posição 156, abaixo de Botsuana, na África, Colômbia e México.

As diferenças são ainda mais cruéis quando levamos em conta a cor da pele. O rendimento médio da população branca foi de quase R\$ 2 mil, enquanto os pretos e pardos ficaram com metade.

"A disparidade é muito grande e ela atinge sempre as mesmas regiões e os mesmos grupos étnicos. Eles têm condições de vida muito precárias. Uma situação difícil de você sair desse nível social para atingir um ganho social e mudar de situação de vida", avalia Écio Costa, professor de Economia da UFPE.

O país que bate recordes na agricultura, que exporta alimentos e até aviões para o mundo, tem um uma boa parcela da sua população sem acesso ao mínimo para ter uma vida digna. Brasileiros que não têm dinheiro para morar, para se alimentar, para educar os filhos, e que parecem presos a um círculo que precisa ser quebrado.

Segundo o IBGE, o Brasil tem mais de 13 milhões de pessoas na extrema pobreza, aquelas que, de acordo com o Banco Mundial, vivem com até R\$ 151 por mês. E quase 52 milhões na pobreza - com renda de até R\$ 436 por mês. A situação é mais crítica no Maranhão, que tem um a cada cinco moradores na indigência.

Dona Alteliene Amorim Rodrigues, desempregada, vive em São Luís em uma palafita sem água encanada e sem banheiro.

"Eu espero que um dia eu tenha um lugar melhorzinho para que eu possa morar. Uma casa pequena, mas em um lugar bem honesto. Que seja pequena, mas de tijolos. Um banheiro, meu sonho. Por enquanto, eu estou levando", conta.

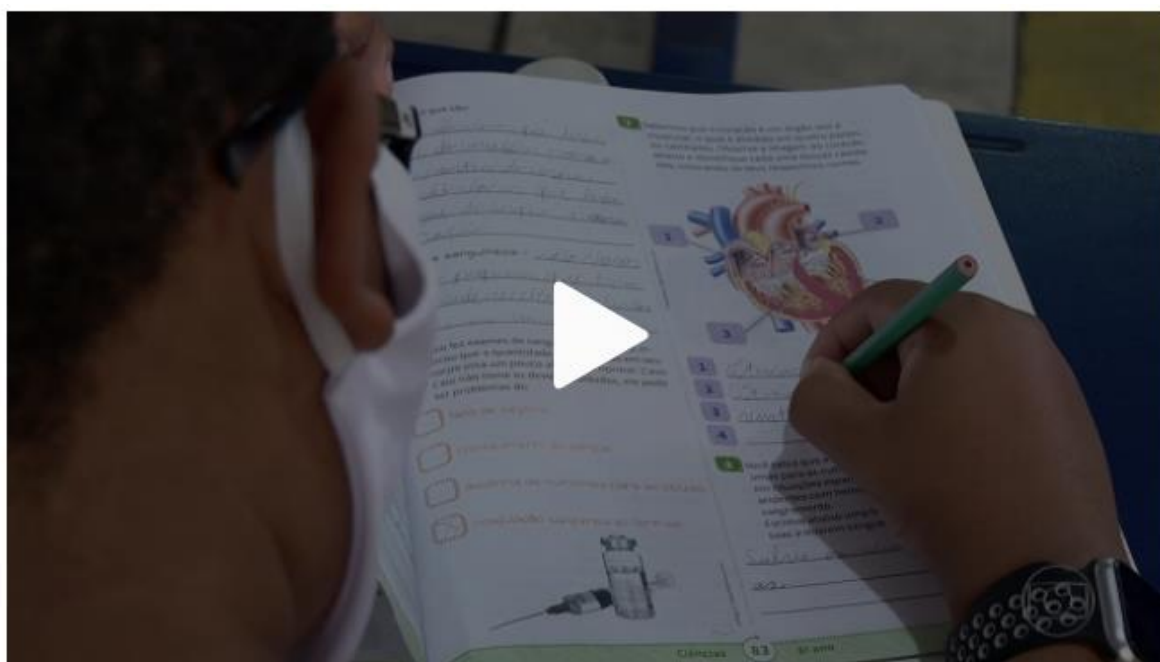
**D13 - G1 (12/11/2020)**

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/11/12/frequentar-escola-por-mais-tempo-muda-chances-no-mercado-de-trabalho-mostra-pesquisa.ghtml>

### **Frequentar escola por mais tempo muda chances no mercado de trabalho, mostra pesquisa**

*O IBGE pesquisou a situação dos brasileiros de 15 a 29 anos e confirma: quanto mais cedo os jovens abandonam a escola, maior o risco de ficarem sem emprego. Dos que estudaram até os 14 anos, praticamente metade estava desempregada em 2019.*

*Por Jornal Nacional*



IBGE aponta relação entre quantos anos que jovens frequentaram escola e chances de emprego

Pesquisa do IBGE mostra como frequentar a escola por mais tempo muda as chances de um jovem no mercado de trabalho.

O Cristian entrega currículo há pelo menos dois anos, mas ele sabe o que está atrapalhando.

"É a falta do meu Ensino Médio completo", conta.

O IBGE pesquisou a situação dos brasileiros de 15 a 29 anos e confirma: quanto mais cedo os jovens abandonam a escola, maior o risco de ficarem sem

emprego. Dos que estudaram até os 14 anos, praticamente metade estava desempregada em 2019. Para quem estudou menos, até os 10 anos: 55% não tinham ocupação. E entre os jovens que nunca foram à escola, de cada dez, oito estavam sem trabalho.

A pesquisa mostra que, quanto mais os jovens estudam, mais chances eles têm no mercado de trabalho. Mas, por outro lado, revela também que o principal motivo dos jovens abandonarem a escola é exatamente porque precisam trabalhar.

Cristian deixou a escola em 2019 acreditando que ia ter um emprego. Aos 18 anos, ainda não conseguiu trabalho com carteira assinada. Está dependendo de ajuda para sustentar a enteada e a mulher.

"Eu encerrei o segundo ano, espero ano que vem poder fazer o terceiro e entregar currículo novamente para ver se eu, com ensino médio completo, eles me chamam", conta.

Paula abandonou a escola ainda mais cedo, não terminou o ensino fundamental. E agora, aos 27, também não está conseguindo trabalho.

"A gente não dava muito valor, vamos supor, para escola, que hoje em dia me faz falta. Muita", afirma.

Paula faz parte da metade dos brasileiros com 25 anos ou mais que não completaram o ensino médio.

"A gente precisa de um ensino médio muito mais atraente, muito mais conectado com o mercado de trabalho, porque essa é a outra cruel realidade do nosso ensino médio. Ele não prepara nem para o ensino superior e nem para o mercado de trabalho", avalia Teresa Pontual, gerente-executiva da CEIPE/FGV

O Brasil tem mais jovens que não estudam nem têm ocupação do que outros países da América do Sul, como Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. E se a jovem for preta ou parda, ainda tem quase duas vezes e meia mais risco de estar nesta situação do que um jovem branco.

De 2016 a 2019, a frequência escolar aumentou entre os alunos que têm até 17 anos. Mas ainda está longe de alcançar a meta do Plano Nacional de Educação.

A pesquisadora Teresa Pontual diz que a qualidade também está distante do que precisamos.

"A gente precisa que todos, que toda a sociedade se mobilize, se engaje nessa causa. Realmente valorize a educação não só da boca para fora, não só em época de campanha política, mas sempre", explica.

D.14 - O GLOBO / RJ (13/11/2020) - CAPA - p.: 01

**Neymar:** Atacante é cortado e desfalca seleção nas Eliminatórias da Copa. Brasil pega Venezuela hoje PÁGINA 38



**Prêmio Multishow:** Festa em seis palcos teve Ivete como melhor cantora SEGUNDO CADERNO

**O GLOBO**

Trinco Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 2020 ANO XLVII - Nº 31.875 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00 2ª EDIÇÃO

ISSN 2176-1320

**PANDEMIA**  
**País tem alta de casos de Covid em Rio, SP e mais nove capitais**

Fiocruz vê risco de segunda onda em oito cidades de Norte e Nordeste e em Florianópolis

Nove capitais têm avanço de infecção por coronavírus que pode levar à segunda onda da pandemia no país, de acordo com a Fiocruz. Oito das mais ameaçadas estão no Norte e no Nordeste, e a nona é Florianópolis. Os cientistas ainda não têm certeza sobre a ocorrência da segunda onda no Brasil, mas afirmam que é preciso conter o contágio. A rede municipal de Saúde do Rio tinha, até ontem, 95% dos leitos de UTI ocupados e, nos hospitais privados, o atendimento a pacientes de Covid nas emergências cresceu 40% nas últimas três semanas. São Paulo teve salto de 50% nas suspeitas de Covid desde agosto. Na França, aonde a segunda onda chegou, 25% das mortes já se devem ao vírus. PÁGINAS 16, 18 e 36

**Anvisa: Bolsonaro indica outro militar**

O coronel da reserva Jorge Luiz Kormann foi indicado pelo presidente Jair Bolsonaro para vaga que será aberta na diretoria da Anvisa. Se o nome passar pelo Senado, será o segundo militar na cúpula do órgão regulador, que tem como diretor-presidente o contra-almirante Antônio Barra Torres. Kormann não tem formação na área da saúde. PÁGINA 17

**Guedes admite estender auxílio**

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que o governo vai prorrogar o auxílio emergencial caso ocorra uma segunda onda de Covid-19. PÁGINA 23

**Moradia precária afeta 20%**

Um em cinco brasileiros reside em casa de madeira ou sem banheiro, diz IBGE. Concentração de renda cresceu, e país é o nono mais desigual do mundo. PÁGINAS 26 e 27



Dentro da caixa. Urnas eletrônicas preparadas para a distribuição em locais de votação no Rio de Janeiro

**ELEIÇÕES 2020**  
**Suspeita de ligação com o crime atinge 31 candidatos**

Ao menos 31 candidatos a vereador e prefeito que disputarão a eleição de domingo pelo país são suspeitos de envolvimento com milícias, tráfico ou grupos de extermínio. Desse total, 23 já foram condenados, são réus ou alvo de inquérito. Os demais têm parentesco ou são amigos de criminosos. Dez candidatos disputam a eleição na Baixada Fluminense. PÁGINA 8

**Datafolha mostra que subiu rejeição a Bolsonaro**

A má avaliação do governo Bolsonaro aumentou nas cidades do Rio e de São Paulo, segundo o Datafolha, chegando a 50% na capital paulista. Em suas lives na reta final de campanha, o presidente já deu apoio a 58 candidatos de 14 partidos. DEM, PRB, Republicanos e Patriota lideram a lista. PÁGINA 10

**Fato ou Fake lança robô para combater informações falsas**

Serviço de checagem do Grupo Globo lançou um bot no WhatsApp para leitortirar dúvidas sobre o que circula nas redes. PÁGINA 14

**Merval Pereira Adversários precisam de paciência histórica contra Bolsonaro** PÁGINA 2

**Flávia Oliveira Cuidado ao votar domingo para não se arrepender depois** PÁGINA 3

**E AGORA, BRASIL?**

**Empresas aceleram planos de transformação para o mundo digital**

Na quarta edição on-line dos encontros "E agora, Brasil?", realizados por O GLOBO e Valor Econômico, executivos de grandes empresas e especialistas em negócios digitais discutem a adaptação exigida pelo mercado em meio à crise sanitária e econômica. PÁGINAS 29 e 31

**SEGUNDO CADERNO**

**Candidatas a prefeito mostram suas propostas para a área cultural**

O desafio de reerguer o setor cultural, arrasado pela pandemia, será um dos maiores para os futuros prefeitos. Os primeiros colocados na corrida eleitoral no Rio e em São Paulo responderam a perguntas do GLOBO sobre a área.

**Troca de afagos**



**ESQUENTA**  
**BLACK FRIDAY CAO A CHERY**  
**OFERTAS IMPERDÍVEIS**

**VEJA NESTE CADERNO**

**CADA CHERY**  
SOLUÇÃO, TRANSPORTE E SAÚDE

No trânsito, dá sentido à vida.

D.15 - O GLOBO / RJ (13/11/2020) - ECONOMIA - p.: 26

26 | Economia

Seita-feira 13.11.2020 | O GLOBO

# Pesquisa mostra que 45,3 milhões vivem em casas precárias

Estudo mostra que, mesmo antes da pandemia, 51,7 milhões de brasileiros já estavam abaixo da linha da pobreza

RAPHAELA RIBAS  
raphaela.ribas@iglobo.com.br

Um em cada cinco brasileiros mora em habitação precária, como casas de madeira ou sem banheiro, mostra a Síntese dos Indicadores Sociais, divulgada ontem pelo IBGE. Isso significa que, em 2019, quando os dados foram coletados, o país tinha 45,3 milhões de pessoas vivendo nesta situação.

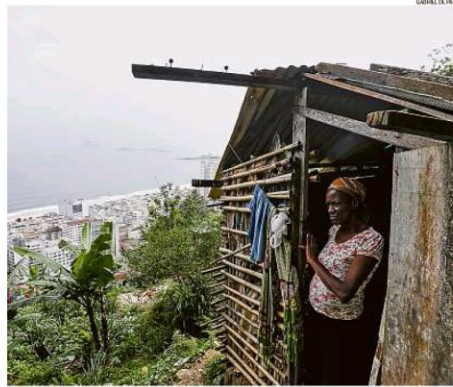
Entre a população pobre, com rendimento mensal inferior a R\$ 436, a situação é ainda pior e chega a quase metade (43,2%). Maria da Glória Ferreira de Jesus é uma delas. Após prefeitura demolir sua casa, em setembro, por estar em área de risco, ela passou a dividir uma habitação de um cômodo com familiares no Morro da Babillônia, na Zona Sul do Rio. As paredes da casa foram erguidas a partir de uma mistura de telhas e pe-

daços de madeira.

— A casa onde eu morava era aqui perto. Disseram que era área de risco. Vou construir outra depois. Por enquanto, estou aqui com minha sobrinha e o marido dela — conta ela.

O país hoje tem um déficit habitacional de 7,8 milhões de residências e ainda muitos desafios, como abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta domiciliar de lixo. Além dos problemas de infraestrutura, a falta de documentação que comprova a aquisição do imóvel foi pesquisada pela primeira vez pelo IBGE e aparece como o principal problema para as pessoas que vivem em habitações ou insegurança.

O estudo revela ainda que a situação precária é mais comum nas residências onde vivem pretos e pardos (26,5%) do que on-



Falta de estrutura. Maria da Glória vive em uma habitação de um cômodo com dois familiares, no Morro da Babillônia

de morar brancos (15%).

— Essa diferença está relacionada, em parte, à distribuição geográfica onde residem e em parte à condição financeira — afirmou Bruno Perez, analista do IBGE.

### MAIOR PARCELA DE NEM-NEM

O levantamento do IBGE mostra também que, antes mesmo da recessão provocada pela pandemia do novo coronavírus, o país já tinha, no ano passado, 51,74 milhões de brasileiros, ou 24,7% da população, vivendo abaixo da linha de pobreza. Já 6,5% da população, ou 13,6 milhões de pessoas, estavam em situação de extrema pobreza — dispendo de menos de R\$ 151 por mês para viver

— cerca de 100 mil a mais do que no ano anterior.

Na comparação com 2014, quando o país vivia sob patamares mais baixos de desemprego, esse contingente aumentou em quase 4,7 milhões de pessoas.

O estudo ressalta ainda outros impactos de desigualdade de renda da população. Quase 43% dos jovens entre 15 e 24 anos que não estudavam nem trabalhavam (os chamados nem-nem) em 2019 estavam entre os 20% mais pobres. A pesquisa mostra que, quanto mais cedo o jovem abandona o estudo, maiores as chances de ficar sem ocupação ou só conseguir vagas de baixa qualificação. Entre aqueles que

nunca frequentaram a escola, 82,3% estavam sem ocupação, destaca o IBGE, sendo que um quarto deste percentual estava no Nordeste.

— Grande parte desta parcela da população, principalmente no Nordeste, às vezes não tem condições de prover nem mesmo a alimentação necessária para a primeira infância, que é fundamental para o desenvolvimento da criança e que afeta sua aprendizagem. Quando a criança chega na escola, são outros desafios, e a chance de desistência aumenta. No outro extremo, há os brancos e as famílias mais ricas, que conseguem ter uma frequência escolar alta e chegar ao ensino superior — diz Naercio Menezes Filho, espe-

cialista em políticas públicas e professor do Insper.

A analista de gerência de indicadores sociais do IBGE Luanda Botelho lembra que a principal razão que leva um jovem a sair da escola ou nunca ter estudado é precisar trabalhar para ajudar a família:

— É um círculo difícil de ser quebrado, pois, quanto maior a pobreza, maior a tendência de ele estar fora da escola. Desta forma, o jovem não consegue uma boa posição do mercado de trabalho nem um bom salário.

### TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Dependendo da cor e do gênero, o cenário fica mais desfavorável. Do total de nem-nem em 2019, 25,3% eram pretos, e 17%, brancos. Entre as mulheres, 27,5% não estudavam nem trabalhavam, contra 16,6% dos homens.

— A pesquisa do IBGE mostra que uma grande proporção de mulheres pretas e pardas chefa famílias. Boa parte delas está abaixo da linha de pobreza. Com isso, os filhos crescem e se tornam nem-nem — diz o especialista do Insper.

Para ele, a saída para quebrar este círculo é aumentar a transferência de renda para famílias pobres, chefiadas por mulheres:

— Um novo programa de renda básica, com valor de cerca de R\$ 800 por criança, seria ideal, pois daria condições a essas mulheres de comprar itens básicos. Para esse cenário mudar, é necessário dar os meios condições essenciais para que as famílias mudem.

18.11.2020 / 14H  
**VAMOS CRIAR JUNTOS O PRÓXIMO NÍVEL?**

O MOMENTO MAIS DESAFIADOR PARA A CIBERSEGURANÇA

A explosão inédita de ataques cibernéticos, o crescimento vertiginoso do e-commerce, a primeira Black Friday pós-pandemia, LGPD e a chegada do PIX colocam 2020 como o ano-chave para a segurança digital. Não perca este debate.



Mário Rachid  
Diretor-executivo de Soluções Digitais da Embratel



Tania Cosentino  
Presidente da Microsoft Brasil



Alexandre Domingos  
Superintendente de Segurança da Informação da Dasa



MEDIADOR  
Ronaldo Lemos  
Advogado Especialista em Tecnologia, Mídia e Propriedade Intelectual

INSCREVA-SE



TRANSMISSÃO AO VIVO NO VALOR E NEGÓCIOS:



Realização:

Apresentado por:



## D.16 - O GLOBO / RJ (13/11/2020) - ECONOMIA - p.: 27

O GLOBO | Sexta-feira 13.11.2020

Economia | 27

## Brasil é o nono mais desigual do mundo, diz IBGE

Pesquisa mostra que país tem distribuição de renda pior que Botsuana. Na comparação com 2015, a concentração aumentou no ano passado. Os 10% mais ricos se apropriam de 43% dos recursos totais, enquanto os 10% mais pobres ficam com 1%

CÁSSIA ALMEIDA

cassia@oglobo.com.br

A alta concentração de renda alçou o Brasil ao nono lugar entre os países mais desiguais do mundo, conforme mostrou ontem o IBGE, ao divulgar a Síntese dos Indicadores Sociais de 2019. Ao comparar dados do Banco Mundial, o instituto constatou que o Brasil está pior que Botsuana, o décimo mais desigual e melhor que a África do Sul, o primeiro país no ranking de concentração. A Bélgica é o mais igualitário.

O índice de Gini mede a concentração de rendimentos. Quanto mais perto de um, pior a distribuição. No ano passado, ele ficou em 0,543, pelos dados da síntese. O resultado representa uma leve queda em relação a 2018, mas o país perdeu terreno.

Em 2012, esse mesmo indicador era de 0,540. O Brasil chegou a 0,523 em 2015, mas a recessão nos anos seguintes e a recuperação mais forte para a camada mais rica da população pioraram a distribuição de renda no Brasil mais recentemente.

### MAIS RICOS GANHAM RENDA

Outra maneira de se olhar a desigualdade é quanto cada faixa de renda se apropria dos recursos totais. "Em uma primeira vista nos dados, chama atenção, mais uma vez, a pouca variação da estrutura da desigualdade brasileira refletida pela distribuição muito desigual dos rendimentos entre as pessoas ao longo dos anos", diz o texto da pesquisa.

Segundo a Síntese, os 10% mais pobres, "embora mantendo uma parcela em torno de 1% do total, perderam 17,5% de participação" de 2012 a 2019. Entre os mais ricos, não houve alteração. Os 10% que têm mais renda continuam se apropriando da mesma parcela de recursos: em 2012, concentravam 43% da renda. Em 2019, 43,1%. No Sudeste e no Nordeste, houve até aumento dessa participação nesses anos.

A recuperação desigual dos rendimentos após a recessão de 2015 e 2016 explica essa piora na distribuição de renda em relação a 2012. Segundo a pesquisa do IBGE, enquanto a renda dos 40% mais pobres aumentou 4,8% de 2012 a 2019, entre os 10% mais ricos, o ganho foi maior: 7,4%.

Outra comparação internacional também mostra o país em condições piores que outras nações. O desemprego de longa duração, quando a procura por uma vaga chega a pelo menos um ano, atinge 5,1% da população desempregada.

A comparação com os membros da OCDE, organização que reúne os países desenvolvidos, coloca o Brasil entre os quatro piores, somente atrás de Grécia (13,6%), Espanha (6,4%) e Itália, com 6,3% dos desempregados nessa situação.

# Se as fake news são o abismo, o jornalismo é a ponte.

A gente checa os fatos para seu voto não cair no fake.

**FATOUFAKE**

CBN EPOCA EXTRA G1 O GLOBO Valor

## Nubank: R\$ 20 milhões para combater racismo

Após polêmica gerada por declarações da cofundadora, banco anunciou uma série de iniciativas para estimular capacitação e desenvolvimento da carreira de profissionais negros e promover a diversidade na empresa

MARIANA BARBOSA  
mbarbosa@oglobo.com.br  
OGLOBO

O banco digital Nubank anunciou que vai investir R\$ 20 milhões em uma série de iniciativas para combater o racismo estrutural e promover a diversidade dentro e fora da fintech.

Depois da repercussão negativa das declarações da cofundadora Cristina Junqueira, que em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, afirmou ter dificuldades de contratar executivos negros para posições de liderança por falta dos requisitos técnicos, o Nubank se abriu para o diálogo com ativistas e instituições que trabalham pelo fim do racismo para pensar em um plano de ação.

Entre as iniciativas exter-

nas anunciadas pelo banco digital está a criação de um centro de tecnologia e experiência do cliente em Salvador, o NuLab@Salvador, que terá uma dupla finalidade: ampliar a diversidade do time e ajudar a entender melhor os clientes do Nordeste.

### INCENTIVA START-UPS

O banco também vai criar um fundo de capital semente para investir em start-ups fundadas ou lideradas por empreendedores negros e negras, em parceria com aceleradoras e organizações sociais.

A empresa ainda se comprometeu a investir na formação de mil jovens negros de comunidades, para aprimorar habilidades de linguagem, matemática, inglês, programação, e também na formação de 250



Investimento. Nubank anuncia medidas para se posicionar contra o racismo

programadoras negras.

"Ao longo da nossa história, avançamos muito pouco na pauta racial. Certamente não nos movemos na velocidade e intensidade que gostaríamos e nos é exi-

gida pela sociedade e, em especial, pelos grupos sub-representados", afirmaram os fundadores do banco, David Vélez, Cristina Junqueira e Edward Wible, em um post no blog da companhia.

"Nas últimas semanas, tivemos a oportunidade de refletir sobre o quanto precisamos não só aprender, mas também agir para combater as barreiras impostas pelo racismo estrutural", acrescenta o texto.

### REVISÃO DE PRÁTICAS

Internamente, o banco anunciou já ter iniciado a revisão das práticas de seleção e recrutamento e avaliação de performance, para eliminar vieses e barreiras que contribuam para a sub-representação de negros e negras. O trabalho contará com a assessoria do Instituto Identidades do Brasil (ID\_BR).

O banco se comprometeu a fazer um mapeamento de executivos e lideranças negras existentes no mercado e a adotar outras medidas para atrair talen-

tos e preencher vagas de lideranças abertas neste momento. Outro compromisso é incluir negros em cargos de diretoria e no Conselho de Administração.

A empresa fará um treinamento em diversidade e inclusão para os funcionários de todos os níveis da organização.

O banco também está lançando um programa formal de mentoria e aceleração de carreira para os funcionários negros e outros grupos sub-representados que já trabalham na empresa.

"Sabemos que o caminho é longo e que nossa contribuição será uma gota num oceano. Mas estamos cientes da importância de começar e de fazer a nossa parte", afirmaram os fundadores do Nubank no comunicado.

## Jovem branco tem duas vezes mais chance de chegar à universidade

RAPHAELA RIBAS  
rribas@oglobo.com.br

O IBGE traduziu em números a desigualdade racial em escolas e no mercado de trabalho: profissionais brancos têm os melhores salários

e acesso a empregos formais e ocupações que pagam mais. Os brancos também têm até duas vezes mais chances de entrar na universidade do que os negros.

Os dados são da pesquisa anual Síntese dos Indicadores

Sociais, elaborado com informações do ano de 2019. O estudo mostra que a quantidade de negros em atividades que exigem menos instrução escolar e pagam salários mais baixos é bem maior que a de brancos. Eles são

maioria na agropecuária (62,7%), na construção (65,2%) e nos serviços domésticos (66,6%).

Já os brancos atuam predominantemente nas áreas financeira, da informação e outras atividades na admi-

nistração pública, que garantem rendimentos superiores à média do país e costumam exigir ensino superior.

Em 2019, os brancos ganhavam, em média, 69,3% mais do que pretos ou pardos, para a mesma jornada de trabalho.

Na faixa de 18 a 24 anos, um jovem branco tem cerca de duas vezes mais chances de entrar na faculdade ou já ter se formado.

— E, no Brasil, ter nível superior conta muito. Mas não são apenas estas as diferenças. As desigualdades continuam na carreira também — diz Luanda Botelho, analista de gestão de indicadores sociais do IBGE.

A RAINHA  
**XUXA**  
CONTA SUA  
HISTÓRIA

XUXA  
MENEGBEL  
Memórias

NAS LIVRARIAS  
E EM E-BOOK

GLOBAL LIVROS

D.18 - O ESTADO DE S. PAULO / SP (13/11/2020) - ECONOMIA E NEGÓCIOS - p.: B05

O ESTADO DE S. PAULO

SEXTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 2020 | Economia | B5

# Antes da covid-19, País tinha 51,7 mi abaixo da pobreza

## Segundo IBGE, em 2019, 24,7% da população brasileira sobrevivia com renda mensal máxima de R\$ 436 por pessoa do domicílio

Vinícius Nader / R70

Quando a recessão causada pela covid-19 atingiu a economia, a partir de março, o mercado de trabalho já estava fragilizado e, no ano passado, 51,7 milhões de brasileiros, ou 24,7% da população, estavam abaixo da linha de pobreza definida pelo Banco Mundial para países de renda média-alta. Esse contingente sobrevive com renda mensal de, no máximo, R\$ 436 por pessoa do domicílio. Dentro desse grupo, os considerados extremamente pobres - com renda mensal de até R\$ 131 por pessoa do domicílio - eram 13,689 milhões em 2019, 6,5% da população, informou ontem o IBGE.

Na passagem de 2018 para 2019, o quadro mudou pouco. Três anos de baixo crescimento econômico de 2013 a 2019, sempre abaixo de 2% ao ano, mantiveram a tendência de alta da pobreza, que cresceu fortemente com a recessão anterior à atual, de 2014 a 2016.

Em 2014, quando 22,8% dos brasileiros estavam abaixo da linha de pobreza definida pelo Banco Mundial para países de renda média-alta, menor proporção desde 2010, o contingente era de 45,877 milhões. De lá para o ano passado, 5,926 milhões passaram abaixo da linha de pobreza, uma alta de 12,9% no período.

Também em 2014, os extremamente pobres eram 4,5% da população, ou 9,033 milhões de pessoas. Entre aquele ano e 2019, 4,656 milhões de brasileiros passaram a essa condição, um salto de 51,5%. De 2018 para 2019, foram 1,1 mil e mais na extrema pobreza.

Os dados são do Sistema de Indicadores Sociais (SIS) 2020, feita com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C), do IBGE. Referente a 2019, não captam os efeitos da pandemia.

As primeiras informações sobre a crise atual, obtidas pela Pnad Covid, versão especial da pesquisa do IBGE, demonstram para acompanhar os efeitos da pandemia, mostram redução da pobreza - medida apenas pela renda monetária, ou seja, não levam em conta outros aspectos, como patrimônio - puxada pelo auxílio emergencial pago pelo governo federal aos trabalhadores informais de baixa renda. Em meio à pandemia, mais da metade da população foi be-

### DESIGUALDADE

Antes mesmo da crise causada pela pandemia, 24,7% da população brasileira estava abaixo da linha de pobreza

#### Abaixo da linha de pobreza

Rendimento mensal, por pessoa de R\$ 436

ANO	EM MILHÕES DE PESSOAS	EM PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO TOTAL
2012	52.282	28,5
2013	48.586	24,9
2014	45.817	22,8
2015	48.032	23,7
2016	52.153	25,5
2017	50.589	26,0
2018	52.523	25,3
2019	51.742	24,7

#### Extrema pobreza

Rendimento mensal, por pessoa de R\$ 131

ANO	EM MILHÕES DE PESSOAS	EM PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO TOTAL
2012	11.579	5,8
2013	10.153	5,1
2014	9.033	4,5
2015	9.618	4,9
2016	11.829	5,8
2017	13.288	6,4
2018	13.527	6,5
2019	13.689	6,5

Preto, pardo e nordestino 76,7%  
Em 2019, 76,7% dos extremamente pobres se declararam preto ou pardo na população geral do País, essa taxa é de 56,3%.

56,8%  
dos extremamente pobres vivem no Nordeste na população geral do País, 27,2% vivem na região.

Em termos regionais, 29,2% da população vive no Nordeste. No contingente dos extremamente pobres, mais da metade, ou 56,8% vive na região. Antes mesmo da pandemia aniquilar 14 milhões de vagas de trabalho, entre formais e informais, entre fevereiro e julho deste ano, o desemprego de longa duração já se espalhou pelos trabalhadores brasileiros. O Brasil é destaque mundial nesse quesito, segundo a SIS 2020.

Considerando dados de 2018 e a proporção de desempregados há um ano ou mais, o Brasil tem a quarta pior taxa, num ranking com países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne as nações mais ricas do mundo. O País aparece atrás apenas de Grécia, Espanha e Itália. Em 2019, 27,5% dos desempregados no Brasil estavam nessa situação há dois anos ou mais, segundo a SIS 2020.

13/11/2020, 13h, GRANDE LEILÃO DE

# 71 MÓVEIS EM SÃO PAULO

## APARTAMENTOS, CASAS, TERRENOS E IMÓVEIS COMERCIAIS

### DIVERSAS OPORTUNIDADES COM OPÇÕES DE FINANCIAMENTO E USO DO FGTS\*

ACESSE E ENVIE O SEU LANCE:  
[WWW.SODRESANTORO.COM.BR](http://WWW.SODRESANTORO.COM.BR)

**CAIXA**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Edital de Leilão Público nº 000000001/LEILÃO

A CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da Secretaria de Fomento para Micro e Pequenas Empresas que presta apoio técnico, operacional e jurídico às empresas de menor porte, convoca os interessados a participar de um leilão público de aquisição de bens móveis, imóveis e terrenos, em caráter de emergência, no âmbito do Edital de Leilão Público nº 000000001/LEILÃO, em 13/11/2020, às 13h, no endereço eletrônico www.sodresantoro.com.br. O edital encontra-se disponível em: www.caixa.gov.br/licitacoes. O edital encontra-se disponível em: www.caixa.gov.br/licitacoes. O edital encontra-se disponível em: www.caixa.gov.br/licitacoes. O edital encontra-se disponível em: www.caixa.gov.br/licitacoes.

**SODRÉ SANTORO**

LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

## Resultado de setembro confirma retomada lenta de serviços

Setor registra alta de 1,8% na comparação com agosto, segundo o IBGE; avanço no trimestre fica em 8,6%

Apesar de uma retomada lenta, o setor de serviços registrou uma alta de 1,8% em setembro em comparação com agosto, segundo o IBGE. O avanço no trimestre ficou em 8,6%, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Apesar de uma retomada lenta, o setor de serviços registrou uma alta de 1,8% em setembro em comparação com agosto, segundo o IBGE. O avanço no trimestre ficou em 8,6%, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

o, economista-chefe do ASA Investimentos, Gustavo Ribeiro, elevou a projeção de alta do Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre ante o segundo, de 6,5% para 7,5%. A economista Natália Victa, da gestora Guide Asset, viu um "viés de alta" nas expectativas em relação ao desempenho da economia como um todo no terceiro trimestre. No segundo trimestre, no auge da recessão causada pela covid-19, o PIB tombou 9,7% ante os três primeiros meses do ano.

**Especificidades.** A lentidão na retomada dos serviços faz parte das peculiaridades da crise causada pela pandemia. Com as restrições ao contato pessoal, atividades de caráter presencial - como os serviços de manicure e cabeleireiro prestados pelos salões e beleza, ou os segmentos associados ao lazer, como bares, restaurantes, cinemas e turismo - praticamente paralisaram no início da pandemia. A retomada dos últimos meses tem sido mais lenta do que a demanda básica, seja por receio dos consumidores seja por restrições ain-

da impostos, com capacidade reduzida e limite ao horário de funcionamento dos restaurantes. "O caráter presencial é um limitador", afirmou o gerente da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE, Rodrigo Lobo, citando os serviços de transportes e os serviços de transporte aéreo que foram os serviços de informação e comunicação, com alta de 2,9%. Essa atividade engloba tanto os serviços de telecomunicações quanto de suporte e consultoria em tecnologia da informação. Abaixo à pandemia, os serviços de tecnologia da informação estão com o nível de atividade 25,6% acima do registrado em fevereiro. Se, no curto prazo, a recuperação parcial do setor de serviços, o maior da economia, contribuir para a retomada da economia, no médio prazo, seu desempenho poderá segurar o ritmo do crescimento. Lobo, do IBGE, lembrou que a renda adicional do auxílio emergencial pago pelo governo para os trabalhadores informais de baixo renda teve menos efeito sobre o desempenho do setor, já que foi mais direcionado para a compra de

precisam sempre ser mais elevadas do que as de queda, para retornar ao nível anterior. Em setembro, a alta de 1,8% no volume de serviços prestados ante agosto foi verificada em quatro das cinco atividades investigadas na PMS. O destaque foram os serviços de informação e comunicação, com alta de 2,9%. Essa atividade engloba tanto os serviços de telecomunicações quanto de suporte e consultoria em tecnologia da informação. Abaixo à pandemia, os serviços de tecnologia da informação estão com o nível de atividade 25,6% acima do registrado em fevereiro. Se, no curto prazo, a recuperação parcial do setor de serviços, o maior da economia, contribuir para a retomada da economia, no médio prazo, seu desempenho poderá segurar o ritmo do crescimento. Lobo, do IBGE, lembrou que a renda adicional do auxílio emergencial pago pelo governo para os trabalhadores informais de baixo renda teve menos efeito sobre o desempenho do setor, já que foi mais direcionado para a compra de

### RITMO LENTO

Evolução da retomada do setor de serviços



alimentos. Além disso, mesmo com a retirada de boa parte das medidas de restrição ao contato social, a retomada do setor pode enfrentar dificuldades por causa do cenário de desemprego elevado: renda em queda em 2020, já com a paralisação de Cicero Gotim, Thais Barcellos e Gregory Prenciano.



## **Antes da covid-19, País tinha 51,7 mi abaixo da pobreza**

Quando a recessão causada pela covid-19 atingiu a economia, a partir de março, o mercado de trabalho já estava fragilizado e, no ano passado, 51,742 milhões de brasileiros, ou 24,7% da população, estavam abaixo da linha de pobreza definida pelo Banco Mundial para países de renda média-alta. Esse contingente sobrevive com renda mensal de, no máximo, R\$ 436 por pessoa do domicílio. Dentro desse grupo, os considerados extremamente pobres - com renda mensal de até R\$ 151 por pessoa do domicílio - eram 13,689 milhões em 2019, 6,5% da população, informou ontem o IBGE.

Na passagem de 2018 para 2019, o quadro mudou pouco. Três anos de baixo crescimento econômico de 2017 a 2019, sempre abaixo de 2% ao ano, mantiveram a tendência de alta da pobreza, que cresceu fortemente com a recessão anterior à atual, de 2014 a 2016.

Em 2014, quando 22,8% dos brasileiros estavam abaixo da linha de pobreza definida pelo Banco Mundial para países de renda média-alta, menor proporção desde 2012, o contingente era de 45,817 milhões. De lá para o ano passado, 5,926 milhões passaram abaixo dessa faixa de pobreza, uma alta de 12,9% no período.

Também em 2014, os extremamente pobres eram 4,5% da população, ou 9,033 milhões de pessoas. Entre aquele ano e 2019, 4,656 milhões de brasileiros passaram a essa condição, um salto de 51,5%. De 2018 para 2019, foram 151 mil a mais na extrema pobreza.

Os dados são da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2020, feita com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C), do IBGE. Referentes a 2019, não captam os efeitos da pandemia.

As primeiras informações sobre a crise atual, obtidas pela Pnad Covid, versão especial da pesquisa do IBGE desenvolvida para acompanhar os efeitos da pandemia, mostram redução da pobreza – medida apenas pela renda monetária, ou seja, não levam em conta outros aspectos, como patrimônio -, puxada pelo auxílio emergencial pago pelo governo federal aos trabalhadores informais de baixa renda. Em meio à pandemia, mais da metade da população foi beneficiada de alguma forma pelo auxílio emergencial. Essa queda da pobreza tende a ser temporária, ou seja, os brasileiros mais vulneráveis voltarão a ficar mais pobres quando o auxílio for extinto.

A SIS 2020 mostra que, de 2018 para 2019, além de o estrago da recessão de 2014 a 2016 em termos de aumento da pobreza não ter sido desfeito, a desigualdade de renda permaneceu elevada. Como já divulgado pelo IBGE em maio passado, em 2019, o Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita ficou em 0,543 (quanto mais próximo de 1,0, maior a desigualdade), acima do 0,540 de 2012, ano inicial da série do indicador, e do 0,524 de 2015 (0,524), menor registro desde então.

**Desigualdade.** O estudo ressalta ainda outras formas de desigualdade, como o fato de a pobreza atingir mais as mulheres e as pessoas de pele preta ou parda. No caso da cor da pele, 56,3% do total da população se diz preto ou pardo, mas, entre os 13,689 milhões extremamente pobres, eles representam 76,7%.

"A pobreza atinge de forma mais forte as mulheres pretas ou pardas", afirma Bárbara Cobo, analista do IBGE.

Em termos regionais, 27,2% da população vive no Nordeste. No contingente dos extremamente pobres, mais da metade, ou 56,8% vive na região.

Antes mesmo de a pandemia aniquilar 14 milhões de vagas de trabalho, entre formais e informais, entre fevereiro e julho deste ano, o desemprego de longa duração já se espalhava pelos trabalhadores brasileiros. O Brasil é destaque mundial nesse quesito, segundo a SIS 2020.

Considerando dados de 2018 e a proporção de desempregados há um ano ou mais, o Brasil tem a quarta pior taxa, num ranking com países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne as nações mais ricas do mundo. O País aparece atrás apenas de Grécia, Espanha e Itália.

Em 2019, 27,5% dos desocupados no Brasil estavam nessa situação há dois anos ou mais, segundo a SIS 2020.

PAINEL S.A.

Navegação

Cresce no Ministério da Infraestrutura a expectativa de que, após as eleições municipais, as próximas semanas devem ser cruciais para a aprovação da BR do Mar, projeto em tramitação no Congresso que busca ampliar o transporte marítimo de cabotagem pela costa brasileira para reduzir a dependência do modal rodoviário no país. Além do corpo a corpo na Câmara, o governo está reunindo apoios de entidades para dar peso à pressão pelo projeto e enfrentar as resistências.

ANCORA Nesta semana, o ministro Tarcísio de Freitas recebeu mensagem de apoio da Anac (Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga), que reúne os setores de aço, cimento, açúcar, celulose, cerâmicas e outros, com nomes de grandes companhias, como Gerdau, Usiminas, Raizen e JBS.

MARÉ Apresentada pelo Executivo em agosto com uma mensagem de urgência para a votação, a proposta já enfrentou resistências de diversos lados, desde congressistas e outras entidades setoriais, até dos caminhoneiros.

LUZ ACESA A Anace (associação de grandes consumidores de energia que reúne empresas como Cargill, Duratex e Atacadão) fechou um estudo que prevê aumentos entre 3% e 8% nas tarifas de todos os consumidores em 2021, inclusive os residenciais.

PONTA DOLÁPIS As projeções de preços variaram de acordo com a distribuidora e o semestre de cálculo. As concessionárias que fazem reajustes no primeiro semestre devem ter as maiores altas, de 7% a 8%, porque o prejuízo da pandemia não foi contemplado nas contas do início deste ano.

SEGUNDA... Um cruzeiro da SeaDreams que estava navegando pelo Caribe teve que voltar mais cedo a Barbados após alguns passageiros terem resultados positivos em testes preliminares da Covid-19.

...ONDA A empresa disse nesta quinta (12) que a equipe médica do navio fez testes na tripulação e todos os exames deram negativo. Novos testes também estão sendo feitos nos passageiros. Enquanto isso, viajantes e funcionários não essenciais estão em quarentena nas cabines do navio, que aguarda autorização para desembarcar em Barbados.

BATOM A americana Revlon disse nesta quinta-feira (12) que conseguiu apoio de investidores para evitar um pedido de falência. A companhia de cosméticos afirma que os detentores dos títulos concordaram em trocar cerca de 70% da dívida de US\$ 343 milhões que vencerá em 2021.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

Table with financial indicators: JUROS (273, 800, 789), IMPOSTO DE RENDA (Alíquota, Isento, Deslind), CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA (Autônomo, empregador e facultativo), EMPREGADOS DOMÉSTICOS (Empregado, Empregador).

Joana Cunha painel@grupofolha.com.br

Auxílio emergencial pressiona mais a inflação de pobres no Nordeste

Famílias da região que ganham até 3 mínimos são as que mais sofrem com alta dos alimentos, diz BC; mais ricos do Sudeste sentem menos

Larissa Garcia

BRASÍLIA A inflação acumulada neste ano, até setembro, foi maior para famílias que recebe até três salários mínimos, com alta de 2,29%. O índice das famílias mais pobres é sete vezes maior do que o daquelas de renda mais elevada, segundo comparação feita em estudo do Banco Central divulgado nesta quinta (12).

A maior alta foi observada no Nordeste (3,14%). No Sul, pessoas de baixa renda sentiram menos a alta de preços (1,35%). Segundo a pesquisa, os preços de alimentos subiram mais no Norte e no Nordeste, inclusive para as famílias de baixa renda. Para a autoridade monetária, o movimento é efeito do auxílio emergencial.

“O resultado sugere algum efeito do auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade mais significativa nessas regiões sobre a demanda desses produtos”, justificou. E contrapartida, no Sudeste, famílias de renda acima de dez salários mínimos tiveram a menor inflação, com 0,05%. O grupo também teve taxas menores no Sul (0,23%) e no Centro-Oeste (0,41%).

No Nordeste e no Norte, as famílias mais ricas analisadas tiveram alta de 0,90% e 1,58%, maiores que a média do país. A inflação de serviços é mais baixa para a faixa de renda mais alta, principalmente no Sul e no Sudeste.

“Em parte, pela maior participação aérea, transportes por aplicativos e hospedagem, que foram impactados pela menor mobilidade”, disse o texto. A autoridade monetária res-

saltou que os itens com maior impacto sobre a inflação variam entre as faixas de renda e entre as regiões.

“Algumas das principais contribuições para a alta da inflação das famílias com renda entre 10 e 40 mínimos foram automóvel novo, em todas as regiões, e plano de saúde e alimentação fora do domicílio”.

A pesquisa mostrou que a faixa de renda que menos sentiu a alta de preços foi a de 10 a 40 salários (até R\$ 41.800), com 0,23%. Famílias que recebem de 3 a 10 mínimos (até R\$ 10.450) viram o poder de compra diminuir 1,35%. A diferença entre a inflação dos grupos de menor e maior renda é de 1,07 ponto percentual. De acordo com o levantamento, os mais pobres gastam mais com alimentação no domicílio, segmento que mais pressionou a inflação após a pandemia. Além disso, o documento mostra que houve maior variação dos preços de serviços e alimentos consumidos especificamente por famílias com rendas menores.

Entre os itens que mais pressionaram a inflação das famílias que ganham até três mínimos, o estudo destacou cereais, leguminosas e oleaginosas, leite e derivados e carnes.

Casa própria, pagar dívida e poupar são prioridades em SP

SÃO PAULO Comprar a casa própria, pagar dívidas e poupar dinheiro. Esses são os três itens que mais preocupam moradores de São Paulo e Rio de Janeiro,

FIM DO DEBATE SOBRE PREÇOS, DIZ GUEDES

O ministro da Economia afirmou que o fim do auxílio emergencial de R\$ 300 em dezembro deve contribuir para arrefecer a alta nos preços de alimentos e de materiais de construção. Na hora em que o auxílio emergencial veio, com as pessoas em confinamento, elas gastaram com material de construção, melhoraram suas casas, e foram ao supermercado, disse Paulo Guedes. “O auxílio era de R\$ 600, desceu para R\$ 300, e depois aterrisagem, essas altas transitórias de preços setoriais devem se acalmar”.

caso eles tenham um aumento de renda, segundo pesquisa Datafolha realizada no início desta semana.

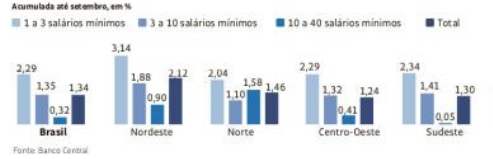
Quando lhes foi perguntado sobre a primeira atitude, caso tivessem aumento na sua renda, os paulistanos consultados apontaram: comprariam uma casa própria (24%), pagariam as dívidas (17%), poupariam o dinheiro (12%), investiriam nos estudos (10%), contrariariam um plano de saúde (8%), abririam o próprio negócio (7%), reformariam a casa (6%), ajudariam amigos e familiares (5%), fariam uma viagem (4%), dariam pessoas que precisavam (4%), colocariam o filho em escola particular ou mais cara (3%) ou comprariam um carro (2%).

Quando os mesmos questionados sobre o que mais múltipla escolha (é possível marcar mais de uma opção), 33% citaram os três primeiros itens. No município do Rio, as prioridades são as mesmas, mas os percentuais são menores: 18% comprariam uma casa própria, 16% pagariam as dívidas e 11% poupariam o dinheiro.

A pesquisa realizada no Recife (PE) mostrou percentuais mais altos de pessoas que abririam o próprio negócio e reformaria a casa. As prioridades foram: comprariam uma casa própria (18%), pagariam dívidas (15%), abririam o próprio negócio (11%), poupariam (10%) e reformariam a casa (9%).

Também foi perguntado aos moradores do Rio se algum em sua casa teve redução de renda nos últimos meses. Responderam sim 64% dos entrevistados. Eduardo Cuello

Inflação por faixa de renda



13,7 milhões de brasileiros estão na extrema pobreza e vivem com menos de US\$ 1,90 ao dia

Diego Garcia

RIO DE JANEIRO O Brasil tinha 13,7 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza extrema em 2019. Apesar do percentual de pessoas nessa condição ter caído em relação a 2018, em termos absolutos, o número se mantém estável na comparação com anos anteriores.

De acordo com o IBGE em sua Síntese dos Indicadores Sociais, o contingente representa 6,3% da população vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia (R\$ 151 por mês, segundo a cotação e a metodologia utilizadas na pesquisa).

O número indica aumento de dois pontos percentuais na comparação com 2014, quando a série atingiu seu menor índice, porém, o índice passou a crescer em 2015 e apresenta estabilidade desde 2017, quando chegou a 6,4%. Por outro lado, se considerada a linha recomendada in-

ternacionalmente para o Brasil pelo Banco Mundial, o total de pobres do país — com renda de US\$ 5,50 por dia (R\$ 436 por mês, segundo a pesquisa) — superou 51 milhões de pessoas em 2019.

No ano anterior, eram 52,5 milhões nessa situação, o que fez a proporção de pobres em relação ao total da população cair de 25,3% para 24,7%. Em 2014, porém, o índice estava em 22,8% da população. O Banco Mundial utiliza três linhas de pobreza, a depender do nível de renda dos países. A atual linha de pobreza é fixada em US\$ 1,90 por dia em termos de paridade de poder de compra (PPC).

O valor representa a média das linhas da pobreza encontradas nos 15 países mais pobres, segundo consumo e renda por pessoa. O Banco Mundial ainda recomenda que, quanto maior o nível de renda média dos países,

6,5% da população brasileira estava na extrema pobreza em 2019, segundo o IBGE

13,7% era o percentual no Nordeste

2,2% era o percentual no Sul

maior a linha de pobreza para que se mantenha a correspondência com o nível de rendimento médio da população. Países de renda média alta, grupo ao qual o Brasil pertence, têm como linha padrão US\$ 5,50 em PPC.

De acordo com o IBGE, entre os 43 países desse grupo com informação disponível na base de dados do Banco Mundial, o Brasil apresenta a 21ª taxa de pobreza mais elevada, em condições piores, por exemplo, que Paraguai, Tailândia, Argentina e Irã.

Na comparação por regiões, os dados mostram pequenas oscilações na comparação com o ano anterior. Nos estados do Norte do país, o percentual de pobres teve oscilação positiva, de 41,3% para 41,6%. Nas demais regiões, houve queda: o Nordeste foi de 43,6% para 42,9%, o Sudeste, de 16,3% para 15,8%, o Sul, de 12,4% para 11,3%, e o Centro-Oeste, de 16,4% para 15,3%.

## **13,7 milhões de brasileiros estão na extrema pobreza e vivem com menos de US\$ 1,90 ao dia**

*Diego Garcia - Rio de Janeiro*

O Brasil tinha 13,7 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza extrema em 2019. Apesar de o percentual de pessoas nessa condição ter caído em relação a 2018, em termos absolutos, o número se mantém estável na comparação com anos anteriores.

De acordo com o IBGE em sua Síntese dos Indicadores Sociais, o contingente representa 6,5% da população vivendo com menos de US\$1,90 por dia (R\$ 151 por mês, segundo a cotação e a metodologia utilizadas na pesquisa).

O número indica aumento de dois pontos percentuais na comparação com 2014, quando a série atingiu seu menor indicador, de 4,5%. Porém, o índice passou a crescer em 2015 e apresenta estabilidade desde 2017, quando chegou a 6,4%.

Por outro lado, se considerada a linha recomendada internacionalmente para o Brasil pelo Banco Mundial, o total de pobres do país-com renda de US\$ 5,50 por dia (R\$ 436 por mês, segundo a pesquisa)- superou 51 milhões de pessoas em 2019.

No ano anterior, eram 52,5 milhões nessa situação, o que fez a proporção de pobres em relação ao total da população cair de 25,3% para 24,7%. Em 2014, porém, o índice estava em 22,8% da população.

O Banco Mundial utiliza três linhas de pobreza, a depender do nível de renda dos países. A atual linha internacional de extrema pobreza é fixada em US\$ 1,90 por dia em termos de paridade de poder de compra (PPC).

O valor representa a média das linhas da pobreza encontradas nos 15 países mais pobres, segundo consumo e renda por pessoa.

O Banco Mundial ainda recomenda que, quanto maior o nível de renda média dos países, maior a linha de pobreza para que se mantenha a correspondência como nível de rendimento médio da população.

Países de renda média-alta, grupo ao qual o Brasil pertence, têm como linha padrão US\$5,50 em PPC.

De acordo com o IBGE, entre os 43 países desse grupo com informação disponível na base de dados do Banco Mundial, o Brasil apresenta a 21ª taxa de

pobreza mais elevada, em condições piores, por exemplo, que Paraguai, Tailândia, Argentina e Irã.

Na comparação por regiões, os dados mostram pequenas oscilações na comparação com o ano anterior. Nos estados do Norte do país, o percentual de pobres teve oscilação positiva, de 41,3% para 41,6%. Nas demais regiões, houve queda: o Nordeste foi de 43,6% para 42,9%, o Sudeste, de 16,3% para 15,8%, o Sul, de 12,1% para 11,3%, e o Centro-Oeste, de 16,4% para 15,3%.

6,5% da população brasileira estava na extrema pobreza em 2019, segundo o IBGE

13,7% era o percentual no Nordeste

2,2% era o percentual no Sul

**D.20 - O COMBATENTE (12/11/2020)**

<https://www.ocombatente.com/2020/11/12/rondonia-e-o-estado-com-menor-concentracao-de-renda-das-regioes-norte-e-nordeste/>

**Rondônia é o estado com menor concentração de renda das Regiões Norte e Nordeste**

*Assessoria*

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quinta-feira (12), mostrou que Rondônia foi a Unidade da Federação (UF) do Norte e Nordeste com melhor índice de Gini, que mede as desigualdades de renda e varia de 0 (perfeita igualdade) a 1 (máxima concentração e desigualdade).

O índice rondoniense foi de 0,472, sendo o quarto melhor do país, ficando atrás de Santa Catarina (0,422), Mato Grosso (0,456) e Goiás (0,459). A pior UF foi Sergipe, que registrou 0,580.

Em relação às capitais, Porto Velho ficou na quinta posição, com índice de Gini de 0,505, sendo a melhor da Região Norte. No ranking brasileiro de capitais, a melhor foi Goiânia (0,468) e a pior foi Recife, com 0,612.

Sobre rendimento domiciliar per capita, pode-se observar que, em Rondônia, 34,7% das pessoas tinham de meio a um salário mínimo; 25,2% tinham de um a dois salários mínimos e 18,5% tinham de um quarto a meio salário mínimo. O grupo de pessoas com mais de cinco salários mínimos representou 1,9% da população rondoniense.

A SIS também apontou que 78% dos rendimentos dos rondonienses são originados do trabalho, 16% de aposentadoria ou pensão e 6% tinham outras fontes. No Brasil e na Região Norte, o trabalho também é a principal fonte, apresentando taxas de 72,5% e 75,4% respectivamente.

**10,3% dos rondonienses e 22% dos porto-velhenses não têm documento que comprova propriedade da residência**

Outro aspecto investigado pela SIS é sobre as condições de moradia. Foi constatado que 0,7% da população rondoniense residia em domicílios que não

tinham banheiro exclusivo; 1,3% em moradias construídas com material não durável; 5,7% estavam na condição de adensamento excessivo (mais de três pessoas por cômodo) e 10,3% não tinham documento que comprovasse a propriedade da residência.

Em relação a Porto Velho, 0,6% da população estava em domicílios que não tinham banheiro exclusivo; 2,1% moravam em residências construídas com material não durável; 10,2% residiam em moradias com adensamento excessivo e 22% não tinham documento de propriedade.

Observou-se ainda que 22,6% dos rondonienses não tinham acesso à coleta de lixo; 55,5% não utilizavam rede geral de abastecimento de água e 84,3% não contavam com esgotamento sanitário por rede coletora. Em Porto Velho, estas taxas foram de 7,6%, 63,4% e 72,8% respectivamente.

Segundo a condição de ocupação, 68,7% dos rondonienses e 78,2% dos porto-velhenses moravam em imóvel próprio já pago; 3,6% e 1% respectivamente residiam em imóveis próprios, mas ainda estavam pagando; 9,3% e 7,5% respectivamente ocupavam imóveis cedidos.

### **Diminui proporção de pessoas sem instrução em Rondônia**

A Síntese apontou que, em 2016, 10,2% da população de Rondônia com mais de 25 anos não tinham instrução. Este índice caiu para 7,2% em 2019. O grupo com ensino fundamental incompleto manteve-se estável em torno de 40% neste período e houve aumento do número de rondonienses com ensino superior, saindo de 10,9% da população total, em 2016, para 12,4% em 2019. Além disso, aumentou o tempo de estudo dos rondonienses. Em 2016, o número médio de anos de estudo foi 10,4, passando para 11,3 em 2019.

Também foi possível observar que, em 2019, em Rondônia, 96% das crianças com idades entre seis e dez anos estavam matriculados nas séries iniciais do ensino fundamental, 80,7% dos pré-adolescentes com idades entre 11 e 14 anos estavam nos anos finais do ensino fundamental; 61,3% dos jovens com idades entre 15 e 17 anos estavam no ensino médio. Porto Velho registrou índices de 89,1%, 85,7% e 50,8% respectivamente.

A rede pública de ensino foi responsável por atender 81,1% dos estudantes de Rondônia e 65,2% dos estudantes de Porto Velho matriculados na educação infantil. No ensino fundamental, estes índices foram de 93,2% (Rondônia) e 85,6%

(Porto Velho). No ensino médio, 95% dos estudantes do estado e 92,4% da capital utilizaram a rede pública.

Constatou-se ainda que 26,6% dos jovens rondonienses com idades entre 15 e 29 anos só estudavam; 15,7% estudavam e trabalhavam; 36,9% só trabalhavam e 20,9% não estudava e não trabalhava. Em Porto Velho, estes índices foram de 32,7%, 13,8%, 29,1% e 24,4% respectivamente.

### **Trabalhadores com carteira assinada ganham mais que sem carteira**

A Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) revelou uma diferença entre o rendimento médio do empregado com carteira assinada e o que não tem carteira assinada. Em Rondônia, o trabalhador com registro ganhou em média R\$ 1.695,00, enquanto que o sem registro recebeu em média R\$ 1.174,00. Apesar da diferença, os números de 2019 são os de menor diferença percentual nos últimos cinco anos. A categoria com melhor rendimento médio é formada por empregadores, que registrou ganho médio de R\$ 5.631,00.

A Síntese mostrou ainda que houve uma queda no rendimento médio do trabalhador rondoniense entre 2018 e 2019 de R\$ 120,00. Em Porto Velho, esta queda foi de R\$ 259,00.

O estudo também apontou que, em Rondônia, há diferença entre os rendimentos médios entre homens e mulheres de R\$ 468,00. Em 2019, um homem recebeu em média R\$ 2.097,00, enquanto que uma mulher recebeu em média R\$ 1.629,00. A diferença salarial por gênero em Porto Velho é de R\$ 269,00.

Além disso, foi possível constatar que Rondônia e em Porto Velho têm diferenças menores que o Brasil quanto a cor ou raça, sendo a população branca com maior rendimento. A diferença brasileira entre pretos/pardos e brancos é de R\$ 1220,00 reais, enquanto que no estado é de R\$ 517,00 e na capital de R\$ 573,00.

Em relação à taxa de desocupação, Rondônia registrou 8,1%, sendo a quinta menor taxa entre as Unidades da Federação, ficando atrás de Santa Catarina (6,2%), Rio Grande do Sul (7,7%), Mato Grosso do Sul (7,8%) e Mato Grosso (8%). Já Porto Velho, ficou na oitava posição entre as capitais, registrando 10,7% de desocupação.

Pode-se verificar também que dos 71 mil rondonienses desocupados em 2019, 25,8% estavam procurando emprego há mais de dois anos; 20,8% estavam desocupados há um mês; 37,4% estavam procurando trabalho por tempo maior que



um mês e menor que um ano e 16,1% estavam de um ano a menos de dois anos desocupados.

A respeito da taxa de subutilização composta da força de trabalho, a SIS revelou que 17,5% dos trabalhadores rondonienses e 20,6% dos ocupados em Porto Velho estavam nesta condição. Rondônia foi a quinta melhor taxa brasileira entre as Unidades da Federação e a melhor das Regiões Norte, Nordeste e Sudeste.

Em todo o estado, 13,2% dos homens e 23,2% das mulheres da força de trabalho foram subutilizados em 2019. A pesquisa aponta ainda que os pretos e pardos têm taxas de subutilização maior que os brancos: 12,5% e 9,4% respectivamente.

*Assessoria – IBGE*

D.21 - TRIBUNA HOJE ONLINE (12/11/2020)

<https://tribunahoje.com/noticias/economia/2020/11/12/em-alagoas-mais-de-47-das-pessoas-vivem-em-situacao-de-pobreza/>

### **Em Alagoas, mais de 47% das pessoas vivem em situação de pobreza**

Os dados são da Síntese de Indicadores Sociais 2020 do IBGE

Por IBGE



*Reprodução - Foto: Assessoria*

Pesquisa divulgada nesta quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que, em 2019, 47,2% dos alagoanos recebem menos que US\$ 5,50 por dia em termos de paridade de poder de compra (PPC), o que equivale a R\$ 437 por mês. Os dados são da Síntese de Indicadores Sociais 2020.

A publicação mostra ainda que houve redução de 3,3% na proporção de pessoas que vivem em situação de pobreza entre 2012 e 2019, caindo de 48,8% para 47,2%. Também houve queda na comparação com 2018, quando o estado alagoano registrava 48,4% da população vivendo em situação de pobreza.

Por outro lado, a pesquisa revelou que a extrema pobreza cresceu 30,4% em Alagoas, passando de 11,5% da população, em 2012, para 15%, em 2019, segundo a linha internacional fixada pelo Banco Mundial em US\$ 1,90 (PPC), o correspondente a R\$ 151 por mês. Contudo, houve redução de 12,8% em relação ao ano de 2018, quando a extrema pobreza atingia 17,2% dos alagoanos.

### **Em Alagoas, brancos recebiam 37,4% a mais que pretos ou pardos**

A SIS também apresentou um panorama de desigualdade segundo a cor ou raça. Em Alagoas, a população ocupada de cor ou raça branca ganhava em média 37,4% mais do que a preta ou parda. Em valores, significava uma renda mensal de trabalho de R\$ 1.828 frente a R\$ 1.330, em 2019. Em Maceió, a diferença era de 56,8%, com um rendimento médio de R\$ 2.531 para os brancos e R\$ 1.614 para pretos ou pardos.

### **Em Alagoas, 34,3% da população estava há dois anos ou mais sem trabalhar e procurando emprego**

A pesquisa também apresentou dados sobre o tempo médio que as pessoas desempregadas estavam sem trabalhar e procurando trabalho. Das 172 mil pessoas desocupadas em Alagoas no ano de 2019, 12,4% estavam por até um mês nessa condição; 39,1% estavam por mais de um mês e menos de um ano; 14,2% estavam de um ano a menos de dois anos e 34,3% estavam há dois anos ou mais sem trabalhar e procurando um trabalho.

### **Pessoas com ensino superior completo recebiam até três vezes mais por hora de trabalho**

Na análise pelo nível de instrução, a Síntese de Indicadores Sociais revelou que as pessoas ocupadas em Alagoas que tinham o ensino superior completo recebiam, em média, R\$ 21 por hora de trabalho, enquanto aquelas com ensino médio completo ou superior incompleto ganhavam R\$ 9,1 e as com ensino fundamental completo ou médio incompleto recebiam R\$ 6,7. Na última faixa, as pessoas sem instrução ou fundamental incompleto ganhavam, em média, R\$ 5,8 por hora, mais de três vezes menos em relação aos que tinham ensino superior completo.

**Pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto representam o maior grupo entre os ocupadas em Alagoas**

Entre as 1,033 milhão de pessoas ocupadas em Alagoas no ano de 2019, 36,7% estavam no grupo sem instrução ou com fundamental incompleto, 14% correspondia àquelas com ensino fundamental completo ou médio incompleto, 33,5% tinham ensino médio completo ou superior incompleto e 15,8% possuíam ensino superior completo.

**D.22 - O POVO ONLINE (12/11/2020)**

<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2020/11/12/ceara-tem-26--dos-jovens-de-15-a-29-anos-sem-estudar-ou-trabalhar.html>

**Ceará tem 26% dos jovens de 15 a 29 anos sem estudar ou trabalhar**

*Segundo o IBGE, o Nordeste tinha em todos seus nove estados mais de um quarto dos jovens nessa faixa etária sem estudar ou trabalhar*

*Lais Oliveira*



*Os resultados de 2019 mostram o Ceará com uma proporção de jovens nessa situação bem acima da média dos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.(foto: Antonio Cruz/Agência Brasil)*

No Ceará, a proporção de pessoas de 15 a 29 anos de idade que não estudavam nem estavam trabalhando diminuiu, em 2019, saindo de 28,5%, no ano anterior, para 26,0%. O Nordeste tinha em todos seus nove estados mais de um quarto dos jovens nessa faixa etária sem estudar ou trabalhar, totalizando um taxa de 28,1% na média regional.

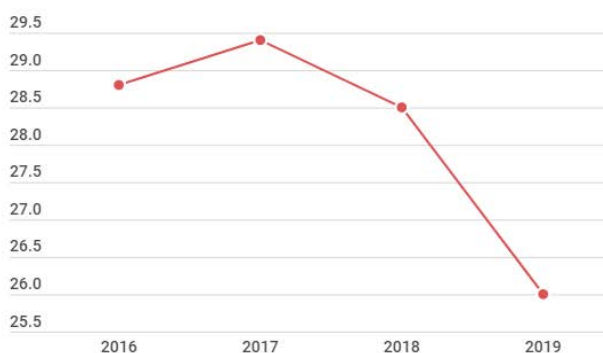
Os dados são da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2019 , publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quinta-feira, 12. Apesar da melhora no índice do Estado, os resultados de 2019 mostram o Ceará com uma proporção de jovens nessa situação bem acima da média dos estados do Sul,

Sudeste e Centro-Oeste e da média apontada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) identificada para o ano anterior.

Dos estados nordestinos, o Ceará ocupava o sexto lugar no ranking de jovens que não tinham ocupação ou não frequentavam unidades escolares em 2019. A maior taxa ficou com Alagoas (34%), seguido por Maranhão (33,2%), Pernambuco (29,9%), Paraíba (27,9%) e, depois do Ceará, Sergipe (26,2%).

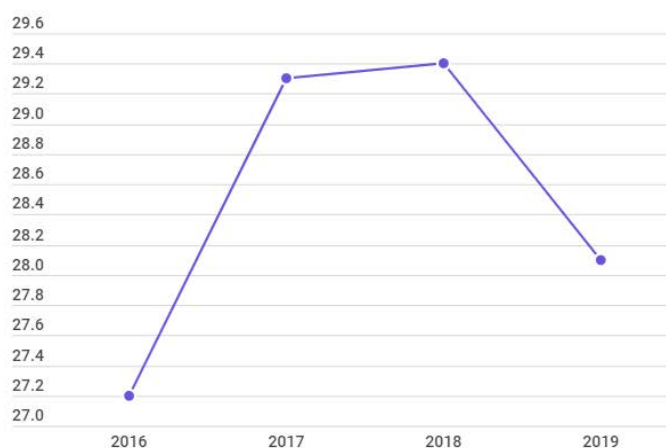
Desde 2016, a proporção de jovens nesta situação diminuiu, conforme mostra o IBGE. A região nordestina destoava das demais principalmente pelo aspecto da ocupação, visto que apenas 40,5% dos jovens estavam ocupados, enquanto a média nacional era 49,8%.

**Proporção de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudavam e não estavam ocupados no Ceará - 2016/2019**



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2019.

**Proporção de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudavam e não estavam ocupados no Nordeste - 2016/2019**



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2019.

### **Ensino médio x ensino superior**

Segundo o professor Wagner Andriola, da Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal do Ceará (UFC), a baixa escolarização de jovens adultos entre 15 e 29 é um tema que está associado ao distanciamento entre as experiências educacionais previstas no currículo do ensino médio e dos cursos universitários, com relação às atuais exigências do mundo do trabalho .

"Destaco a necessidade de ocorrer a aproximação entre as universidades, o sistema empresarial, através da Fiec [Federação das Indústrias do Estado do Ceará], por exemplo, e os sistemas educacionais de ensino básico", afirma.

Segundo a análise do professor, essa tríade de entidades (universidades, empresários e gestores de sistemas educacionais) proporcionará o estabelecimento de parcerias estratégicas envolvendo alunos universitários e alunos do ensino médio, "sob a coordenação de grupos de pesquisadores experientes, sobretudo nas áreas de maior monta para o desenvolvimento local.

"Esse é o segredo para aumentar a proporção de adultos com formação universitária, plenamente inseridos no mercado de trabalho local, em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Ceará", coloca.

Ainda segundo mostrou a pesquisa do IBGE, da população de 25 anos ou mais de idade do Nordeste, 49,1% não tinham instrução ou possuíam fundamental incompleto, e apenas 12,1% tinham superior completo.

O professor Wagner reforça que enquanto o sistema educacional estiver distanciado das demandas do mundo do trabalho, "sem gerar expectativas nos alunos de que os conteúdos escolares são vitais à inserção qualificada destes no mercado de trabalho, haverá baixa proporção de jovens efetivamente escolarizados". Para ele, a "escola precisa voltar a ser atrativa para esse segmento social, caso contrário, essas taxas pírias de escolarização se perpetuarão."

### **Cenário nacional**

No Brasil, a proporção de jovens sem estudar ou trabalhar diminuiu, em 2019, passando de 23%, no ano anterior, para 22,1%. O movimento decorreu do aumento no nível de ocupação dos jovens, conforme traz o IBGE, mas não se deu de forma igualitária nas regiões brasileiras.

Nesse quesito, o País ainda se encontra em pior situação que a maioria dos países que compõem o Mercado Comum do Sul (Mercosul), segundo dados para os

anos de 2018 ou 2017 disponíveis na base de dados da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Para fins de comparação internacional, a faixa etária utilizada é de 15 a 24 anos.

**Sobre a pesquisa**

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS) traz uma análise detalhada das condições de vida da população brasileira a partir de três eixos fundamentais - Estrutura Econômica e Mercado de Trabalho; Padrão de Vida e Distribuição de Renda; e Educação, com detalhamento geográfico, por gênero, cor ou raça e grupos de idade, assim como a evolução temporal de muitos dos indicadores.



**D.23 - O POVO ONLINE (12/11/2020)**

<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2020/11/12/ceara-tem-a-melhor-taxa-de-acesso-ao-ensino-medio-do-nordeste--diz-ibge.html>

**Ceará tem a melhor taxa de acesso ao ensino médio do Nordeste, diz IBGE**

*O indicador sobre a população de 15 a 17 anos no ensino médio tem avançado progressivamente desde 2016, quando era de 67,6%*

*Lais Oliveira*



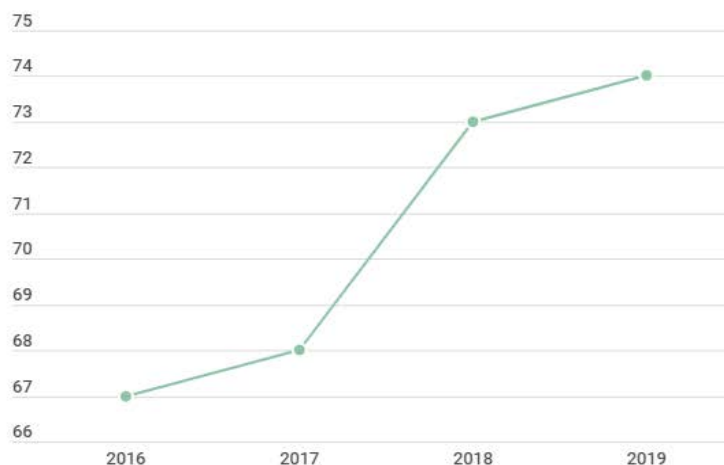
*Os dados organizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram divulgados nesta quinta-feira, 12. (foto: Wilson Dias/ABr)*

O Ceará apresenta a melhor taxa de acesso ao ensino médio do Nordeste, segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2019 . No Estado, a taxa ajustada de frequência escolar líquida (Tafel), que mede a frequência à escola na etapa adequada, ficou em 74,2% para a população de 15 a 17 anos no ensino médio . O indicador tem avançado progressivamente desde 2016, quando era de 67,6%.

Em relação à taxa bruta de frequência escolar, o Estado também evoluiu, atingindo 88,4% em 2019, com elevação de 5,9 pontos percentuais frente ao dado registrado em 2016. As informações organizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram divulgadas nesta quinta-feira, 12.

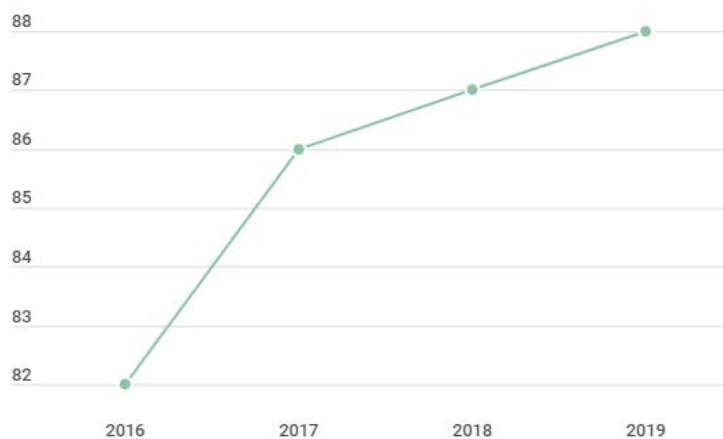
De acordo com o IBGE, a taxa de frequência escolar bruta considera apenas a frequência à escola em qualquer nível - ainda que não seja adequado àquela faixa etária . No grupo de 6 a 10 anos e no grupo de 11 a 14 anos de idade , a expansão da taxa bruta de frequência escolar no Ceará foi: 0,7 ponto percentual e 1,5 ponto percentual , respectivamente. É preciso considerar, porém, que o Ceará já se encontrava em patamar bastante próximo à universalização em ambas as faixas (99,3% e 98,0%, respectivamente) em 2016.

**Taxa ajustada de frequência escolar líquida da população de 15 a 17 anos de idade, no ensino médio, no Ceará- 2016/2019**



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2016-2019.

**Taxa ajustada de frequência escolar bruta da população de 15 a 17 anos de idade, no ensino médio, no Ceará- 2016/2019**



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2016-2019.

Para a faixa de 15 a 17 anos, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece o objetivo de Tafel de atingir 85% até 2024 - uma proporção 13,6 pontos percentuais superior à registrada em 2019, já que a média do País foi de 71,4% neste grupo etário. Segundo o IBGE, em 2019, nenhum estado atingiu a proporção de 85%. O valor mais elevado em relação a esse São Paulo (84,1%).

Em relação aos jovens que ingressam no ensino superior na idade adequada, entre 18 e 24 anos, a Tafel do Ceará estava em 22,9% em 2019, crescendo em 5,4 ponto percentual desde 2016. O IBGE mostrou que Amapá, Santa Catarina e Distrito Federal são as três únicas unidades da Federação que já ultrapassaram o patamar de 33% de Tafel no ensino superior, percentual estabelecido como meta pelo PNE. Portanto, para o Ceará alcançar a meta, falta ainda uma elevação de 10,1 pontos percentuais, que precisaria ser alcançada em um período de cinco anos.

### **Avanço**

O professor Wagner Andriola, docente titular da Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal do Ceará (UFC), acredita que o resultado obtido pelo Ceará na frequência escolar líquida dos jovens de 15 a 17 anos demonstra o acerto nas ações educacionais voltadas a esse segmento estudantil.

Não obstante a esse avanço, o Ceará deverá aprimorar as ações de gestão escolar, com o fato de incrementar o sucesso na escolarização desses jovens, bem como diminuir substantivamente as taxas de evasão escolar nessa faixa etária específica (15 a 17 anos), acrescenta.

Nesse processo, o especialista enxerga como desafios dotar as escolas de tempo integral, transformar as ações de formação em experiências úteis à integração desses jovens ao mercado de trabalho e incrementar as trocas de experiências entre as universidades com o ensino médio. Sobretudo em áreas estratégicas ao desenvolvimento local, tais como, infraestrutura (aeroportuária, portuária, ferroviária, prisional), logística, tecnologia e inovação, saúde e segurança públicas, formação de professores, avaliação de políticas públicas.

Apesar dos bons resultados cearenses, a pesquisa do IBGE revelou ainda que o Nordeste apresentou um padrão de resultados mais baixos nos grupos etários de 11 a 14 anos (nos anos finais do ensino fundamental), 15 a 17 anos (no ensino médio), 18 a 24 anos (no ensino superior). O mesmo vale para o Norte.

**Sobre a pesquisa**

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS) traz uma análise detalhada das condições de vida da população brasileira a partir de três eixos fundamentais - Estrutura Econômica e Mercado de Trabalho; Padrão de Vida e Distribuição de Renda; e Educação, com detalhamento geográfico, por gênero, cor ou raça e grupos de idade, assim como a evolução temporal de muitos dos indicadores.

**D.24 - O POVO ONLINE (12/11/2020)**

<https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2020/11/12/empregos-intermitentes-crescem-83--no-nordeste-em-2019.html>

**Empregos intermitentes crescem 83% no Nordeste em 2019**

*A análise do IBGE foi divulgada nesta quinta-feira, 12, e mostra que o Nordeste teve mais de 26,3 mil admissões com esse vínculo empregatício no último ano*

*Lais Oliveira*



*O resultado ficou dentro das expectativas(foto: Barbara Moira)*

Em 2019, o Nordeste demonstrou maior intensidade na substituição dos vínculos de emprego com continuidade por contratos intermitentes (sem definição de jornada de trabalho) do Brasil. A pesquisa Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que 19,9% do saldo de empregos regional - maior do País - foram na modalidade intermitente, totalizando 15.251 postos de trabalho, um aumento de 83,1% em relação ao ano anterior.

A análise foi divulgada nesta quinta-feira, 12, e mostra que o Nordeste teve mais de 26,3 mil admissões com esse vínculo empregatício no último ano. No Brasil, em 2018, mais de 71 mil contratações ocorreram pela forma intermitente, representando 0,5% das admissões com carteira assinada.

No ano seguinte, foram mais de 155 mil contratações, ou 1% das admissões. Em todas as regiões brasileiras, o IBGE aponta aumento no número de admissões por contrato intermitente no período.

A reforma trabalhista regulamentada pela Lei n. 13.467, de 2017, introduziu no Direito do Trabalho brasileiro a modalidade de contratação intermitente, ocupação em que o trabalhador é contratado com carteira assinada, mas sem a garantia de um mínimo de horas de trabalho, sendo chamado de acordo com a necessidade do empregador. Nesse sistema, o empregado pode, inclusive, ficar meses totalmente sem trabalhar e sem remuneração.

Em 2018, primeiro ano de vigência desta lei, houve saldo de mais de 51 mil postos de trabalho com contrato intermitente no País, correspondendo a 9,4% do saldo de empregos com carteira assinada. O saldo das movimentações dos contratos intermitentes de empregos é calculado da subtração entre admissões e desligamentos ocorridos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de um mesmo ano.

Demonstrando a tendência de crescimento dessa modalidade, mais de 85 mil novos postos gerados foram na modalidade intermitente em 2019, isto é, 13,3% de todos os novos empregos com carteira assinada. No que diz respeito à proporção desses empregos intermitentes em relação aos empregos de carteira assinada.

### **Direitos trabalhistas e economia**

Fábio Sobral, docente nos cursos de Economia Ecológica e Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará (UFC), considera que a modalidade representa a ampliação da lucratividade das empresas às custas da "diminuição dos direitos trabalhistas".

"Isso parece para as empresas até vantajoso no curto prazo, mas no longo prazo significa uma redução da massa salarial, o conjunto dos salários cai. Os trabalhadores e trabalhadoras intermitentes acabam recebendo menos por hora: são perdas no conjunto dos salários e isso reduz o consumo na medida em que o consumo no Brasil é essencialmente representado pelas famílias e isso depende diretamente da renda", explica.

Em síntese, Fábio atenta que na mudança do vínculo de trabalho contínuo para um trabalho intermitente, a renda do trabalhador cai e seu consumo também, afetando conseqüentemente o mercado. Na análise do professor, o trabalho intermitente é um dos caminhos para um processo recessivo, de crise econômica.

"Uma evolução gigantesca desse contrato intermitente em curtíssimo prazo tem impactos imediatos na economia local. E prova que o desaparecimento dessas relações trabalhistas regulares de proteção aos trabalhadores levará a uma manutenção do Brasil nesse atual estado de recessão econômica, que começa inclusive antes da pandemia", complementa o professor.

Ainda de acordo com o IBGE, o enfoque comporta indicadores importantes para analisar a subocupação entre os trabalhadores com carteira assinada, representando uma característica de vulnerabilidade da ocupação formal. Afinal, nos meses em que o empregado intermitente for menos requisitado, sua remuneração será menor, afetando ainda outras verbas trabalhistas, como férias, 13º salário, entre outras.

### **Sobre a pesquisa**

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS) traz uma análise detalhada das condições de vida da população brasileira a partir de três eixos fundamentais – Estrutura Econômica e Mercado de Trabalho; Padrão de Vida e Distribuição de Renda; e Educação, com detalhamento geográfico, por gênero, cor ou raça e grupos de idade, assim como a evolução temporal de muitos dos indicadores.

**D.25 - O POVO ONLINE (12/11/2020)**

<https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2020/11/12/ceara-tem-56-8--dos-trabalhadores-na-informalidade.html>

**Ceará tem 56,8% dos trabalhadores na informalidade**

*Laís Oliveira*



*ALVO das promoções de BB e Caixa são empreendedoras(foto: FABIO LIMA)*

Ceará tem 56,8% dos trabalhadores na informalidade , considerando uma população ocupada que chega a 3,689 milhões, conforme a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2019 , publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quinta-feira, 12 . Desses trabalhadores na informalidade, 59,8% são pretos e pardos e 49% brancos no Estado.

Segundo o levantamento indica, no cenário nacional a informalidade do mercado de trabalho é preponderante nas regiões Norte, onde a proporção de trabalhadores em ocupações informais alcançou 61,6% e Nordeste, onde o índice foi de 56,9%.



O recorte racial é uma marca nessa modalidade de trabalho. Do total de 21,5 milhões dos trabalhadores do Nordeste, 58,7% são de pretos e pardos e 51,5% brancos. A população preta ou parda estava mais inserida em ocupações informais em todos os estados do País quando comparada à população branca. Pará (69,4%), Maranhão (67,3%) e Piauí (66,9%) foram as unidades da Federação onde havia a maior proporção de pessoas de cor ou raça preta ou parda nas ocupações informais em 2019.

Segundo o IBGE, o aumento da informalidade no mercado de trabalho brasileiro é mais precisamente observado quando se olha para as categorias definidas estritamente como ocupações informais (empregado sem carteira, trabalhador doméstico sem carteira, conta própria não contribuinte, empregador não contribuinte e trabalhador familiar auxiliar) .

Conforme a pesquisa do IBGE, em 2019, 39,3 milhões de pessoas estavam ocupadas nessas cinco modalidades no Brasil. O número representa 41,6% da população ocupada , percentual mais elevado desde 2012.

Apesar disso, os resultados de 2019 em relação a 2018 obtidos pelo IBGE mostram que a informalidade se manteve estável em proporção, indo de 41,5% para 41,6%. Em termos absolutos, categorias com maior crescimento entre esses anos ocorreram nos trabalhadores por conta própria não contribuintes (4,7%) e nos empregados sem carteira (3,2%), resultados superiores ao aumento da população ocupada total entre 2018 e 2019 (2,5%).

### **Consequências da informalidade**

Para o professor Fábio Sobral, dos cursos de graduação em Economia Ecológica e Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará (UFC), a informalidade é um elemento que caracteriza profundamente um mercado em processo de crise. Ele cita ainda que essa modalidade é fundamental para compreensão do fenômeno da desigualdade de renda.

"Na informalidade não há respeito às horas trabalhadas, ao dia de repouso, não há uma remuneração satisfatória pelo tempo trabalhado ou proteção nos períodos de acidente de trabalho ou de adoecimento. A informalidade é típica de uma economia extremamente atrasada e que mergulha num atraso cíclico ", aponta.

O especialista menciona como consequências do aumento da informalidade a redução da renda e do consumo da população e propõe como caminhos para a

superação desse tipo de modalidade a reconstituição de relações de trabalho formais "protegidas por uma legislação trabalhista não voltada para o ganho imediato das empresas, mas para a proteção das camadas trabalhadoras.

"Foi uma tragédia o abandono da antiga legislação trabalhista, que parece aos olhos dos empregados e das empresas algo positivo, mas tem reflexos num mercado que se coloca permanentemente no padrão de consumo mais baixo, de renda e conseqüentemente consumo mais baixos", acrescenta.

O IBGE ainda revela que a estrutura produtiva brasileira ainda é marcada por elementos e relações trabalhistas típicas de economias subdesenvolvidas, como por exemplo, o grande número de trabalhadores em serviços domésticos, 6,3 milhões em 2019 (ou 6,6% dos ocupados), sendo essa uma atividade essencialmente constituída de ocupações desempenhadas por mulheres (5,8 milhões de mulheres e 502 mil homens). Em contrapartida, a Construção, atividade também caracterizada por baixos rendimentos e alta informalidade, ocupou 6,6 milhões de homens e somente 270 mil mulheres, em 2019.

### **Sobre a pesquisa**

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS) traz uma análise detalhada das condições de vida da população brasileira a partir de três eixos fundamentais - Estrutura Econômica e Mercado de Trabalho; Padrão de Vida e Distribuição de Renda; e Educação, com detalhamento geográfico, por gênero, cor ou raça e grupos de idade, assim como a evolução temporal de muitos dos indicadores.

**D.26 - O POVO ONLINE (12/11/2020)**

<https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2020/11/12/40--dos-mais-pobres-sobrevivem-com-r--231-no-ceara.html>

**40% dos mais pobres sobrevivem com R\$ 231 no Ceará**

*Redação O POVO*

No Ceará, 40% das pessoas mais pobres sobrevivem com apenas R\$ 231 por mês. Quando analisados os 20% da parcela populacional com o menor rendimento per capita, cai para R\$ 129. Na Capital, os valores sobem para R\$ 394 e R\$ 254, respectivamente. Divulgados nesta quinta-feira, 12, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dados compilados na Síntese de Indicadores Sociais são de 2019.

Os números mostram, também, que não houve redução da desigualdade socioeconômica nos últimos anos no Estado. Em 2015, os trabalhadores de baixa renda já sobreviviam com valor semelhante e até superior, sendo R\$ 232 (40% da população) e R\$ 134 (os 10%).

Já a minoria, ou seja, os 10% mais ricos, receberam R\$ 4.290 em 2019 no Estado. Em Fortaleza, salta para R\$ 7.574. Esse grupo teve elevação dos ganhos na comparação com 2015, quando as cifras em R\$ 3.557 e R\$ 5.720.

Outra fisionomia da desigualdade contornada pela pesquisa é a diferença do rendimento domiciliar per capita médio entre pessoas de cor ou raça distintas, de acordo com o conceito definido pelo IBGE. A renda das brancas é a maior (R\$ 1.427), enquanto a das pardas reduz para R\$ 755. Já o rendimento familiar das pretas vai para R\$ 771.

No Ceará, o rendimento per capita médio das mulheres é maior (R\$ 947) do que dos homens (R\$ 930). Um movimento que se repetiu nos últimos quatro anos. Exceto em 2017, quando a renda era de R\$ 888 para pessoas do sexo masculino e R\$ 841 para as do feminino.

Em 2019, o Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita do Ceará foi de 0,561, apresentando aumento em relação a 2012 (0,547), ano inicial da série do indicador, e a 2014 (0,522), menor índice da série. O indicador mede a desigualdade e quanto quanto mais próximo de zero melhor.

A desigualdade monetária no nível dos estados da Região Nordeste mostra um padrão sistemático no período em análise, no qual o estado de Alagoas é aquele com menor desigualdade de rendimentos (0,524 em 2019), em contraste com Sergipe, cujo Gini foi de 0,580 em 2019. O Rio Grande do Norte foi o estado que apresentou maior crescimento percentual do indicador entre 2013 e 2019 (10,0%). Nesse contexto, três municípios das capitais na Região se destacaram como os mais economicamente desiguais: Recife (0,612), João Pessoa (0,591) e Aracaju (0,581) - Fortaleza apontava índice de Gini de 0,574. A única a ficar abaixo do patamar de 0,500 no País foi Goiânia (Goiás), com Gini de 0,468.

**ANEXO E - Release do IBGE sobre a PNADC TIC 2019**

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30521-pnad-continua-tic-2019-internet-chega-a-82-7-dos-domicilios-do-pais>

**PNAD Contínua TIC 2019: internet chega a 82,7% dos domicílios do país**

Editoria: Estatísticas Sociais

14/04/2021 10h00 | Atualizado em 14/04/2021 10h34

*De 2018 para 2019, o percentual de domicílios em que havia utilização da internet subiu de 79,1% para 82,7%, um aumento de 3,6 pontos percentuais. Mesmo assim, em 2019, em 12,6 milhões domicílios do país não havia internet, devido à falta de interesse (32,9%), ao serviço de acesso ser considerado caro (26,2%) ou por nenhum morador saber usar a internet (25,7%). Os dados são da PNAD Contínua do IBGE que, no 4º trimestre de 2019, pesquisou o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).*

*O equipamento mais usado para acessar a internet continuou sendo o celular, encontrado em 99,5% dos domicílios que acessavam a rede. O segundo foi o microcomputador (45,1%); seguido pela televisão (31,7%) e pelo tablet (12,0%). Houve redução de 3 p.p. no uso do microcomputador e de 1,4 p.p. no de tablet, mas alta de 8,4 p.p. no uso da televisão.*

*O rendimento médio per capita dos domicílios com utilização da internet (R\$ 1.527) era o dobro da renda dos que não utilizavam a rede (R\$ 728). O rendimento médio per capita dos que utilizavam tablet para navegar na internet (R\$ 3.223) era mais que o dobro do recebido por aqueles que acessavam a rede pelo celular (R\$ 1.526).*

*O uso da conexão por banda larga móvel passou de 80,2% em 2018 para 81,2% em 2019; já o da banda larga fixa cresceu de 75,9% para 77,9%. Apenas na região Nordeste o uso da banda larga móvel (63,8%) foi menor que o da fixa (80,4%). Entre 2018 e 2019, cresceu a proporção de domicílios com os dois tipos de banda larga (de 56,3% para 59,2%) e caiu de 23,3% para 21,4% o percentual dos que só usam conexão móvel, assim como o dos que usam só a banda larga fixa (de 19,0% para 18,1%).*

*Em 2019, entre as 183,3 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade no país, 143,5 milhões (78,3%) utilizaram a internet nos últimos três meses. Jovens adultos entre 20 e 29 anos foram os que mais acessaram. O uso é maior entre estudantes (88,1%) do que entre não estudantes (75,8%). Os estudantes da rede privada (98,4%) usam mais do que os da rede pública (83,7%).*

*Em 2019, 81,8% dos estudantes da rede privada acessavam a internet pelo computador, contra 43,0% da rede pública. O uso da televisão para acesso à internet ocorria para 51,1% dos estudantes da rede privada, o dobro do apresentado entre estudantes da rede pública (26,8%). No uso do tablet, a diferença chega a quase três vezes. O celular foi o principal equipamento utilizado para acessar a internet pelos estudantes nas redes pública (96,8%) e privada (98,5%). O percentual dos que fizeram chamadas de voz ou vídeo via internet subiu de 88,1% para 91,2%. O acesso para assistir a vídeos, filmes e séries cresceu de 86,1% para 88,4%.*

*O percentual de domicílios com TV por assinatura variou de 31,8% para 30,4%, com redução de 34,3% para 32,4% em área urbana, e alta de 14,9% para 15,9% em área rural. Cerca de 51,5% dos que não tinham esse serviço o consideravam caro e 41,6% não tinham interesse. A proporção dos domicílios que não tinham TV por assinatura e a substituíram pela programação disponível na internet cresceu de 3,5% para 4,9%, de 2018 para 2019.*

De 2018 para 2019, o percentual de utilização da internet nos domicílios subiu de 79,1% para 82,7%. O crescimento mais acelerado da utilização da internet nos domicílios rurais - de 49,2% em 2018 para 55,6%, em 2019 – ajudou a reduzir a diferença em relação à área urbana, onde a utilização da internet subiu de 83,8% para 86,7%. Este crescimento ocorreu em todas as grandes regiões, sobretudo na região Nordeste, que, apesar do aumento de 5,2 pontos percentuais no período, se manteve como a região com menor percentual de domicílios com acesso à internet (74,3%).

O rendimento real médio per capita dos domicílios com utilização da internet (R\$ 1.527) foi mais que o dobro do rendimento dos que não utilizavam a rede (R\$ 728). Houve diferenças entre esses dois rendimentos em todas as regiões do país.

Nos 12,6 milhões de domicílios do país em que não havia utilização da internet, os três motivos que mais se destacaram (84,8%) foram: falta de interesse em acessar a internet (32,9%), serviço de acesso à internet era caro (26,2%) e

nenhum morador sabia usar a internet (25,7%). Em outros 6,8% das residências os moradores disseram que não havia disponibilidade de rede na área do domicílio e 5,0% alegaram o alto custo do equipamento eletrônico para conexão.

Em área urbana, o percentual de domicílios sem utilização da internet que alegaram esses três motivos chegou a 91,9%. Nas áreas rurais, 19,2% dos domicílios não utilizavam internet porque não dispunham do serviço na localidade, contra apenas 0,6% em área urbana.

### **Acesso à internet por TV sobe de 23,3% para 31,7% dos domicílios**

Em 2019, entre os equipamentos para navegar na rede, o celular já era utilizado em 99,5% dos domicílios com acesso à internet, praticamente o mesmo percentual de 2018 (99,2%). O microcomputador vinha em segundo (45,1% dos domicílios com internet), seguido pela televisão (31,7%) e pelo tablet (12,0%). Houve redução de 3 p.p. no uso do microcomputador e de 1,4 p.p. no de tablet, ao passo que aumentou em 8,4 p.p. o uso da televisão entre 2018 e 2019. O uso do celular permaneceu estável.

Enquanto nos domicílios que utilizaram tablet para acessar a internet o rendimento real médio per capita era de R\$ 3.223, nos domicílios que utilizaram televisão e microcomputador os rendimentos médios eram um pouco menores (R\$ 2.399 e R\$ 2.339, respectivamente), reduzindo-se para R\$ 1.526 naqueles que utilizaram o celular para acessar a internet.

### **Apenas no Nordeste o uso da banda larga fixa é maior que o da banda larga móvel**

Quanto ao tipo de conexão utilizada, tanto a banda larga móvel (3G/4G) quanto a fixa mostraram crescimento. Nos domicílios em que havia utilização da internet, o percentual dos que usavam a banda larga móvel passou de 80,2% em 2018 para 81,2% em 2019. Já o percentual dos que usavam banda larga fixa evoluiu de 75,9% em 2018 para 77,9% em 2019. Por outro lado, a conexão discada torna-se cada vez mais irrelevante, tendo passado de 0,6%, em 2016, para 0,4% em 2017 e 0,2%, em 2018 e 2019.

Na região Norte, o percentual de domicílios com banda larga fixa era de 55,0%, muito abaixo dos resultados das demais, que variaram de 77,3% a 81,4%.

Quanto ao uso da banda larga móvel, o menor percentual foi o do Nordeste (63,8%) e o maior, da região Norte (88,6%).

O Nordeste é a única região em que o percentual de domicílios com banda larga móvel (63,8%) foi menor que o da banda larga fixa (80,4%). Já na região Norte, a diferença entre o percentual de domicílios em que havia uso da banda larga móvel e o referente à banda larga fixa (33,6 p.p.) foi muito maior que nas demais regiões (de 1,0 p.p a 9,8 p.p.).

O percentual de domicílios em que havia os dois tipos de conexão subiu de 56,3% para 59,2%. O percentual dos domicílios em que era utilizada somente a banda larga móvel passou de 23,3% para 21,4%; naqueles em que só havia fixa, caiu de 19,0% para 18,1%.

De 2018 para 2019, o percentual de domicílios do País em que o serviço de rede móvel celular funcionava, para internet ou para telefonia, passou de 89,2% para 89,9%. Em área urbana, subiu de 92,4% para 93,2%, e na rural passou de 68,5% para 68,2%.

### **Acesso à internet é mais frequente entre mulheres e entre jovens de 20 a 29 anos**

Mais de três quartos (78,3%) da população brasileira com 10 anos ou mais de idade (183,3 milhões de pessoas) acessaram a internet no período de referência, alta de 3,6 p.p.. Este percentual vem crescendo desde 2016, quando 64,7% da população de 10 anos ou mais tinha utilizado a internet, passando para 69,8% em 2017, 74,7% em 2018 e 78,3% em 2019. As Regiões Norte (69,2%) e Nordeste (68,6%) permaneceram com resultados inferiores aos das demais, embora o seu aumento, entre 2018 e 2019, tenha sido maior (4,5 e 4,6 p.p., respectivamente).

Em 2019, 79,3% das mulheres utilizaram a internet, um pouco acima do percentual apresentado pelos homens (77,1%). No grupo etário de 10 a 13 anos o percentual foi de 77,7%. Houve crescimento sucessivo nos grupos etários seguintes alcançando quase 93,0% nas faixas de 20 a 24 anos e 25 a 29 anos, passando depois a declinar até atingir 45,0% no grupo de 60 anos ou mais. Mas o crescimento, entre 2018 e 2019, foi maior nos grupos de 50 a 59 anos e de 60 anos ou mais de idade (aumento de 6,3 p.p. em cada).



### **Estudantes acessam mais a internet, entre os da rede privada o uso chega a 98%**

Em 2019, o percentual de pessoas que utilizaram a internet foi de 88,1% no grupo dos estudantes, e de 75,8% entre não estudantes. Houve aumento do uso da internet nos dois grupos, sobretudo entre não estudantes (4,0 p.p.). Mas enquanto 98,4% dos estudantes da rede privada utilizaram a internet em 2019, este percentual entre os estudantes da rede pública foi de 83,7%.

As diferenças regionais no uso da internet são mais marcadas entre os estudantes da rede pública. Nas Regiões Norte e Nordeste, o percentual de estudantes da rede pública que utilizaram a internet foi de 68,4% e 77,0%, respectivamente; nas demais regiões, este percentual variou de 88,6% a 91,3%. Considerando apenas os estudantes da rede privada, o percentual de uso da rede ficou acima de 95,0% em todas as regiões, alcançando praticamente a totalidade dos estudantes nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

### **Caiu o acesso à internet por computador e *tablet*, enquanto o acesso por TV e celular cresceu**

Em 2019, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a internet, o principal meio de acesso foi o celular (98,6%), seguido pelo microcomputador (46,2%), pela televisão (31,9%) e pelo tablet (10,9%). Bem como observado na parte de domicílio, entre 2018 e 2019, houve aumento do uso da televisão para acessar a internet (8,8 p.p.) e redução do uso do microcomputador (4,5 p.p.) e do tablet (1,1 p.p.).

Entre estudantes, houve maior uso do microcomputador (56,0%), da televisão (35,0%) e do tablet (13,4%) para acessar a internet. Entre os não estudantes, os percentuais ficaram em 43,4%, 31,0% e 10,1%, respectivamente. O celular era usado por quase a totalidade tanto de estudantes quanto de não estudantes (97,4% e 98,9%, respectivamente).

### **Uso da internet para assistir a vídeos, séries e filmes chega a 88,4%**

O percentual de pessoas que acessaram a internet para enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de e-mail ficou estável, mas ainda foi o mais elevado, ficando em 95,7% em 2019. A segunda finalidade foi conversar por chamadas de voz ou vídeo (91,2%), proporção que cresce desde 2016, assim como a das pessoas que utilizaram a internet para assistir

a vídeos, inclusive programas, séries e filmes (88,4%). Já o envio e o recebimento de e-mail vêm se reduzindo a cada ano, chegando a 61,5% em 2019.

Em 2019, 21,7% das pessoas de 10 anos ou mais de idade não utilizaram a internet, no período de referência dos últimos três meses. Para este contingente de 39,8 milhões de pessoas, os dois principais motivos apontados foram não saber usar a internet (43,8%) e falta de interesse (31,6%). Os dois motivos seguintes foram de razão econômica e representaram em conjunto, 18,0%. O serviço de acesso à internet não estava disponível nos locais que as pessoas costumavam frequentar ainda ficou em 4,3%, sendo mais elevado na Região Norte (12,8%) e menor na Região Sudeste (2,0%), variando entre 3,2% e 3,9% nas demais regiões. Este motivo é maior em área rural (10,6%) do que urbana (1,5%).

#### **Em 2019, 89,3% das pessoas que não usavam a rede não estavam estudando**

Em 2019, 89,3% das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não utilizaram a internet no período de referência eram não estudantes. Desses, 47,2% não sabiam utilizar a internet, 33,1% não tinham interesse, 10,2% achavam o serviço caro, 4,5% afirmaram que o equipamento para o acesso era caro e apenas 3,4% responderam que o serviço não estava disponível nos locais que costumava frequentar.

Entre os estudantes que não utilizaram a internet os motivos financeiros pesaram mais: 26,1% achavam o serviço caro e 19,3% achavam o equipamento necessário para o acesso caro. A falta de interesse (18,5%) e o motivo de não saber utilizar (16,0%) tiveram peso bem menor que para o total da população de 10 anos ou mais de idade, enquanto a falta de disponibilidade do serviço nos locais que costumava frequentar teve um peso maior (11,2%).

Grande parte dos estudantes que não utilizaram a internet era do ensino público (95,9%) e os motivos para o não uso seguem a tendência do total de estudantes, com maior peso para questões financeiras (45,9%) e indisponibilidade do serviço nos locais que costumava frequentar (11,4%). Já entre os estudantes do ensino privado, o motivo financeiro estava mais ligado ao custo do serviço (23,1%) do que ao valor do equipamento (9,2%), com peso maior da falta de interesse (27,3%) e menor da indisponibilidade do serviço (6,4%).

### **Posse de celular para uso pessoal passa de 80% da população de dez anos ou mais**

Em 2019, o percentual de pessoas que tinham telefone móvel para uso pessoal na população de 10 anos ou mais de idade subiu de 79,3% para 81,0%. Regionalmente, os menores percentuais ocorreram nas Regiões Norte (69,7%) e Nordeste (72,4%). Nas demais os percentuais variavam de 85,7% a 87,3%. Já em relação ao sexo, 82,5% das mulheres e 79,3% dos homens tinham celular para uso pessoal.

Entre os que tinham celular para uso pessoal, a parcela que tinha acesso à internet por meio deste aparelho aumentou de 88,5% para 91,0% entre 2018 e 2019. Na área rural esse percentual cresceu de 73,4% para 79,0%, menor que o da área urbana, que aumentou de 90,2% para 92,3%.

O percentual era maior entre não estudantes (82,9%) do que entre estudantes (73,2%). Contudo, enquanto 92,6% dos estudantes da rede privada tinham celular para uso pessoal, este percentual era de apenas 64,8% entre aqueles da rede pública. A maior diferença (41,8 p.p.) a mais para os da rede privada ocorreu na Região Norte, devido ao baixo percentual de estudantes da rede pública com posse de celular (47,5%).

Do total de estudantes que tinham telefone móvel para uso pessoal, um contingente de 26,3 milhões de pessoas, a parcela que tinha acesso à internet neste aparelho era de 97,8%, acima da parcela estimada para o total da população de 10 anos ou mais de idade (91,0%). Ainda que os estudantes da rede privada tenham mais acesso ao celular para uso pessoal, a existência de internet neste celular não se difere muito por rede de ensino.

O menor percentual de pessoa com celular para uso pessoal foi no grupo de 10 a 13 anos (47,2%), subiu abruptamente no de 14 a 19 anos (78,5%) e prosseguiu em ascensão, alcançando as maiores participações nos grupos dos adultos jovens de 25 a 39 anos (cerca de 91,0%), e declinando gradualmente até o dos adultos de meia-idade de 50 a 59 anos (84,7%), com queda acentuada no dos idosos de 60 anos ou mais (67,0%). Houve crescimento do percentual de pessoas com celular para uso pessoal em todos os grupos, com destaque para jovens entre 10 e 13 anos (3,7 p.p.) e idosos de 60 anos ou mais (2,9 p.p.).

### **Entre os estudantes sem celular, 29,6% usavam telefone de outra pessoa**

Em 2019, no contingente de 34,9 milhões de pessoas não tinham celular para uso pessoal - 19,0% da população de 10 anos ou mais de idade – 27,7% alegaram que o aparelho telefônico era caro; 22,6%, falta de interesse em ter celular; 21,9% que não sabiam usar celular; e 16,4% que costumavam usar o telefone móvel de outra pessoa. Em cada um dos demais motivos, o percentual não alcançou 7,0%.

Esses quatro motivos para não ter telefone celular foram os mais indicados também pelos não estudantes, representavam 72,3% das pessoas sem celular. Entre os estudantes, o motivo com maior percentual foi que o aparelho telefônico era caro (39,4%), seguido pelo motivo de uso do celular de outra pessoa (29,6%). A falta de interesse e a questão de não saber usar o telefone móvel foram alegados por apenas 12,1% dos estudantes.

### **4,7% dos domicílios continuam sem nenhum tipo de telefone**

Em 2019, não havia telefone fixo ou móvel em 4,7% dos domicílios particulares permanentes do País (ou 3,4 milhões de domicílios), uma redução de 0,4 ponto percentual frente a 2018. A ausência de telefone manteve-se mais elevada nos domicílios nas Regiões Nordeste (9,0%) e Norte (8,8%), enquanto nas demais não ultrapassou 3,0%. Em 2019, havia telefone fixo convencional em 24,4% dos domicílios do País, queda em relação ao de 2018 (28,4%).

A parcela dos domicílios que tinham telefone móvel celular aumentou de 93,2% para 94,0% entre 2018 e 2019. Os domicílios da área rural tinham percentual menor, se comparados àqueles da área urbana, tanto de telefone móvel celular (83,6% frente a 95,5%) quanto de telefone fixo convencional (6,0% frente a 27,2%).

A proporção de domicílios com telefone móvel celular variava de 90,5% no Nordeste a 97,1% no Centro-Oeste. Já o Sudeste tinha o maior percentual de domicílios com telefone fixo convencional (35,6%), contra apenas 8,0% e 9,3% no Norte e Nordeste, respectivamente.

### **Cai a proporção de domicílios com microcomputador e tablet**

Os resultados de 2016 a 2019 mostraram um lento declínio na proporção de domicílios em que havia microcomputador: eles representavam 41,7%, em 2018, e 40,6% em 2019. Nesse período, o percentual caiu de 46,0% para 44,8%, em área urbana, enquanto na área rural, a diminuição foi de 14,3% para 13,1%.

O tablet é muito menos comum nos domicílios que o computador. De 2018 para 2019, o percentual dos domicílios em que havia tablet passou 12,5% para 11,3%. Em área urbana, esse indicador passou de 13,8% para 12,5% e, em área rural, de 3,8% para 3,3%. A grande maioria dos domicílios em que havia tablet também tinha microcomputador.

Em 2019, o rendimento médio per capita era de R\$ 789, para os domicílios que não tinham microcomputador nem tablet, e de R\$ 2.183, para os que tinham pelo menos um deles.

### **Nos domicílios com TV, o rendimento é duas vezes maior que o dos sem TV**

O percentual de domicílios onde havia televisão permaneceu praticamente estável: 96,3% (em 2018, eram 96,4%). O rendimento real médio per capita nos domicílios com televisão (R\$ 1 440) era quase o dobro do rendimento naqueles que não tinham (R\$ 772).

Houve aumento acentuado na proporção de domicílios com TV de tela fina (de 53 milhões para 57 milhões) e retração no de domicílios com televisão de tubo (de 23 milhões para 18 milhões). O percentual de domicílios com somente televisão de tela fina subiu de 66,9% para 73,9% entre 2018 e 2019, enquanto o daqueles com somente televisão de tubo caiu de 23,0% para 18,4% e dos com ambos os tipos de televisão se reduziu de 10,1% para 7,6%.

### **Aumenta o número de TVs com conversor para o sinal digital**

Em 2019, havia 63,1 milhões de domicílios com televisão com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta, ainda que não o estivesse captando, que compreendiam 89,8% dos domicílios com televisão do País. Em 2018, esse percentual estava em 86,6%. Houve incremento, em área urbana (89,9% para 92,4%) e, com mais intensidade, em área rural (64,1% para 71,4%). Os maiores crescimentos no percentual de domicílios com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta ocorreram nas Regiões Norte (81,5% para 87,0%) e Nordeste (76,2% para 81,4%).

A antena parabólica - recurso para captar sinal de televisão em áreas que não são plenamente atendidas por meio de antenas terrestres - teve presença reduzida nos lares brasileiros, de 30,0% em 2018 para 27,0% em 2019. Esse indicador caiu de 24,6% para 21,8% em área urbana e de 66,7% para 63,6% em área rural. O

rendimento real médio per capita nos domicílios com antena parabólica (R\$ 1.002) era 37,6% menor que o naqueles com televisão sem este tipo de serviço (R\$ 1.607).

### **Cai de 3,1% para 2,4% a proporção de domicílios sem acesso à TV**

Em 2019, 1,7 milhão de domicílios - 82,7% deles em área urbana - não contavam com conversor, não recebiam sinal de televisão por antena parabólica e nem tinham serviço de televisão por assinatura.

De 2018 para 2019, caiu de 3,1% para 2,4%, na proporção de domicílios sem qualquer meio de acesso à televisão que não fosse o sinal analógico. Em área urbana, a queda foi de 3,0% para 2,3%, e em área rural, de 4,1% para 3,4%. Na verdade, a PNAD Contínua TIC vem constatando uma rápida redução desse indicador desde 2016 (10,3%).

### **Serviço de TV por assinatura tem queda na área urbana e alta na rural**

Em 2019, 30,4% dos domicílios com televisão no país tinha acesso a serviço de televisão por assinatura, proporção que era de 32,4% em área urbana e de 15,9% em área rural. O percentual em área urbana se reduziu de 34,3% para 32,4%, entre 2018 e 2019, e passou de 14,9% para 15,9% em área rural. A região Sudeste manteve o maior percentual (38,9%), enquanto a Região Nordeste permaneceu com o menor (16,7%).

O rendimento médio per capita dos domicílios com TV por assinatura (R\$ 2.425) superou em muito o daqueles sem este serviço (R\$ 993). Em 2019, esse rendimento nos domicílios com antena parabólica (R\$ 1.002) representava 41,3% daquele nos domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura (R\$ 2.425).

Entre os motivos informados para não adquirir o serviço de TV por assinatura, 51,5% não o adquiriam por considerá-lo caro e 41,6% por não haver interesse pelo serviço. O percentual dos domicílios que não tinham TV por assinatura porque substituíam este serviço pela programação via internet chegou a 4,9%, enquanto os que não o tinham por não estar disponível na área em que se localizava o domicílio, somente 1,4%.

## ANEXO F - Notícia do IBGE sobre a PNADC TIC 2019

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30522-internet-chega-a-88-1-dos-estudantes-mas-4-1-milhoes-da-rede-publica-nao-tinham-acesso-em-2019>

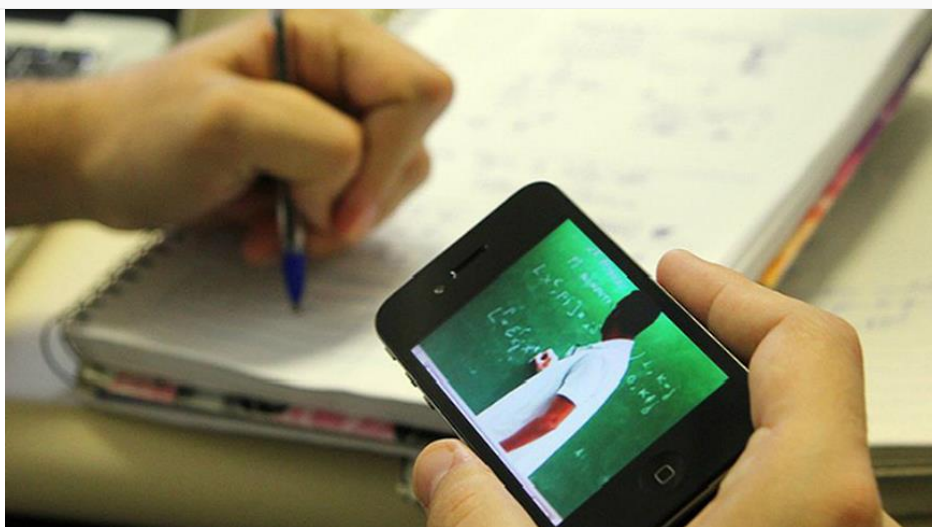
### **Internet chega a 88,1% dos estudantes, mas 4,1 milhões da rede pública não tinham acesso em 2019**

Editoria: Estatísticas Sociais | Alerrandre Barros | Arte: Helga Szpiz

14/04/2021 10h00 | Atualizado em 28/04/2021 09h20

- **Resumo**

- Do total de estudantes sem internet, 95,9% estudavam em escolas públicas.
- Na rede pública de ensino do Norte e Nordeste, apenas 68,4% e 77,0% dos alunos, respectivamente, tinham acesso à internet.
- Celular é o principal meio para navegar na internet, mas somente 64,8% dos estudantes de escolas públicas tinham o aparelho.
- Uso do computador e do tablet para acessar à rede cai, enquanto celular e TV avançam em 2019.
- Internet cresce nos domicílios do país, principalmente no Nordeste.
- Entre os 39,8 milhões de pessoas que não acessaram a internet em 2019, 43,8% alegaram não ter o serviço por não saber navegar na rede.



95,9% dos estudantes sem internet estudavam em escolas públicas - Foto: Divulgação/MCTIC

O percentual de estudantes, de 10 anos ou mais, com acesso à internet cresceu de 86,6%, em 2018, para 88,1% em 2019, mas 4,3 milhões ainda não utilizavam o serviço, sendo a maioria alunos de escolas públicas (95,9%). Enquanto, 4,1 milhões de estudantes da rede pública de ensino não tinham acesso ao serviço, apenas 174 mil alunos do setor privado não tinham conexão à rede mundial de computadores.

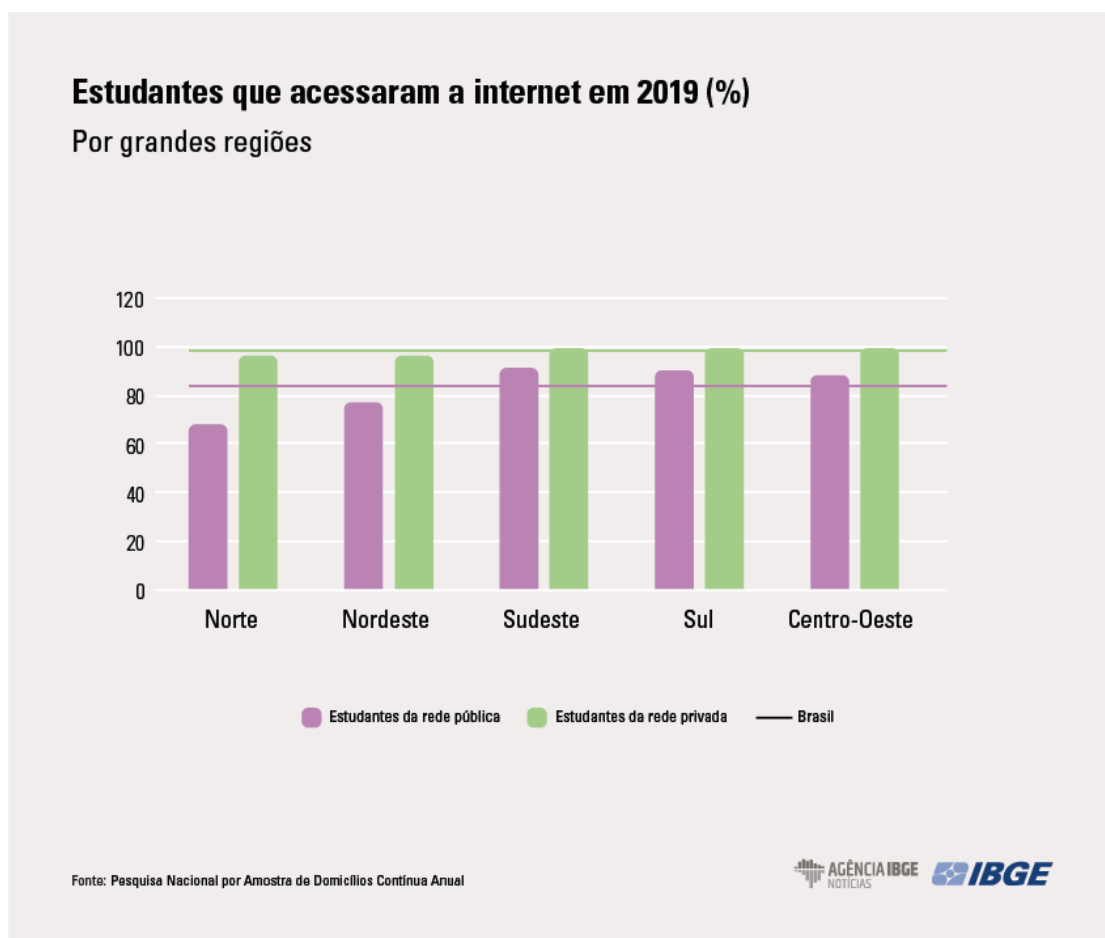
Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) Contínua, que investigou no último trimestre de 2019 o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). As informações foram divulgadas hoje (14) pelo IBGE.

Quase todos os estudantes de escolas particulares tinham acesso à internet (98,4%). Já no ensino público, eram 83,7%. Essa diferença é ainda mais marcante entre as grandes regiões do país. No Norte e Nordeste, o percentual de estudantes da rede pública que utilizaram a internet foi de 68,4% e 77,0%, respectivamente. Nas demais regiões esse percentual variou de 88,6% a 91,3%.

Já na rede de ensino privada, o percentual de uso da internet ficou acima de 95,0% em todas as grandes regiões, alcançando praticamente a totalidade dos estudantes no Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

“Isso está relacionado à renda. 26,1% dos estudantes não utilizaram a internet por considerar o serviço caro e 19,3% devido ao custo do equipamento eletrônico para navegar na rede. Essas diferenças são ainda maiores entre os estudantes da rede pública e da rede privada, revelando um traço de desigualdade que ficou ainda mais evidente na pandemia, quando o ensino presencial foi suspenso e as famílias tiveram que se adaptar às aulas remotas”, afirma a analista da pesquisa, Alessandra Scalioni Brito.





### **Somente 64,8% dos estudantes de escolas públicas têm celular**

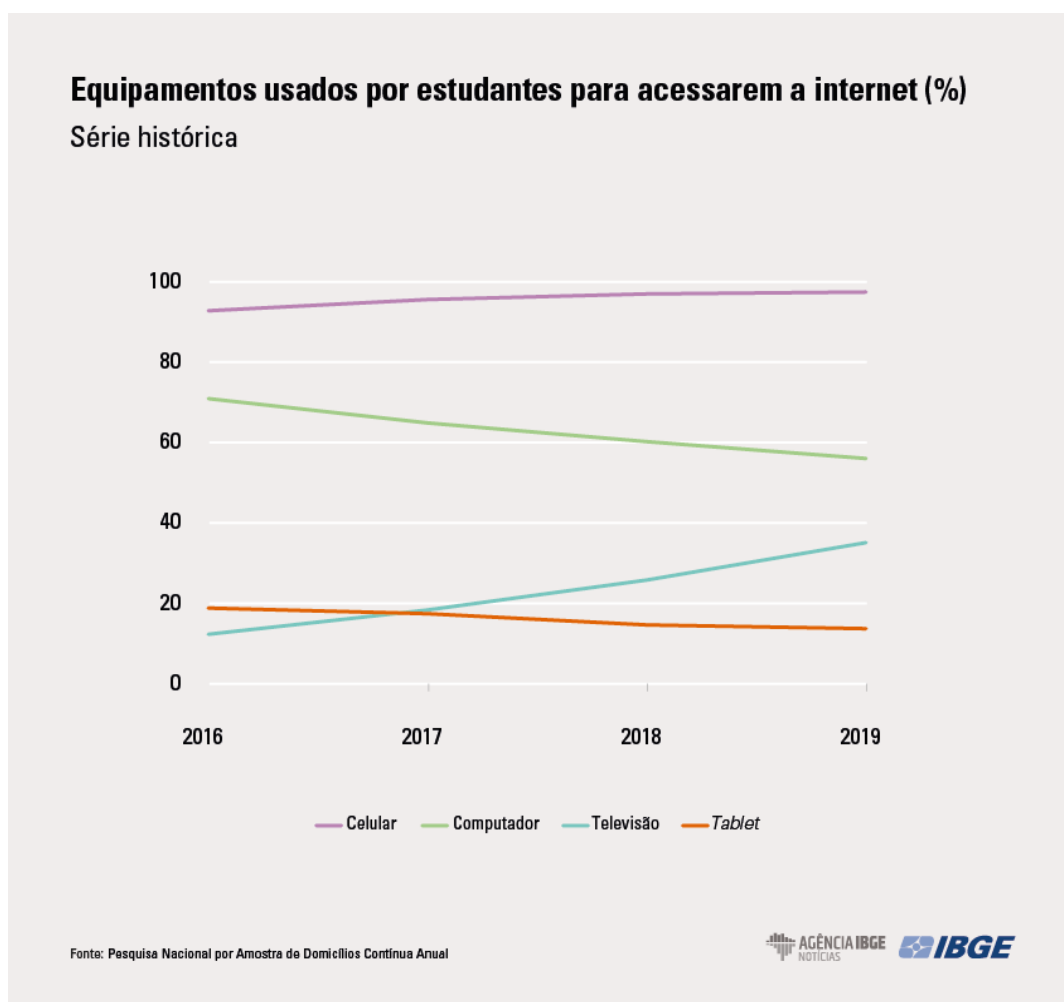
Em 2019, o uso do celular para acessar à internet avançou ainda mais entre os estudantes, chegando a 97,4%. A pesquisa mostra, contudo, que somente 64,8% dos alunos de escolas públicas tinham o aparelho para uso pessoal e nem todos eles tinham acesso à rede. No ensino privado, 92,6% dos estudantes tinham um telefone móvel. Essa diferença era ainda maior no Norte do país, onde apenas 47,5% dos alunos do ensino público tinham um celular.

“Entre os estudantes da rede privada, o percentual dos que tinham celular com acesso à internet foi de 99,1%, ao passo que, entre os estudantes da rede pública, foi 97,0%, ou seja, o estudante que tem celular próprio costuma ter acesso à internet no aparelho”, comenta Alessandra.

Dos estudantes da rede pública que não tinham celular em 2019, 41,2% alegaram o alto custo do aparelho. Outros 28,7% disseram que não tinham celular porque usavam o aparelho de outra pessoa. Esses dois motivos também foram os mais comuns entre os estudantes da rede privada, contudo o uso de aparelho de outra pessoa tem peso maior (40,3%) que a questão do aparelho telefônico ser caro (20,0%).

“Esses dados mostram que estudantes da rede pública tinham menos acesso a telefone próprio e a questão financeira tinha um peso maior. E como o celular é o principal meio de acesso à internet, num contexto de ensino remoto, provavelmente, esses estudantes terão mais dificuldades do que os da rede privada”, diz a analista da pesquisa

Se o uso do celular por estudantes para acessar à internet vem crescendo, ano após ano, o do microcomputador, por outro lado, vem reduzindo. Em 2016, início da pesquisa, 70,6% dos estudantes usavam computador para navegar na internet, frente a 56,0% em 2019. Já o uso da televisão para navegar na internet cresceu, de 11,9% para 35,0%. O tablet era usado somente por 13,4% dos estudantes, a maioria da rede privada.



### Uso da internet avança nos domicílios, principalmente no Nordeste

A PNAD TIC mostra ainda que a internet era usada em 82,7% dos domicílios brasileiros em 2019, um aumento de 3,6 pontos percentuais em relação a 2018. O aumento foi maior na área rural (55,6%) que na urbana (86,7%). Houve avanços em

todas as grandes regiões, sobretudo no Nordeste, que, apesar do aumento de 5,2 pontos percentuais em relação a 2018, ainda se manteve como a região com menor percentual de domicílios com acesso à internet (74,3%).

Nos domicílios em que havia utilização da internet, o percentual dos que usavam banda larga móvel 3G ou 4G passou de 80,2% para 81,2% entre 2018 e 2019. Já o percentual dos domicílios que utilizavam a banda larga fixa aumentou de 75,9% para 77,9%.

### **Norte e Nordeste têm menores percentuais de pessoas com acesso à internet**

Em 2019, a internet foi usada por 143,5 milhões de pessoas com 10 anos ou mais, estudante ou não (78,3%). Esse número é maior que o de 2018 (74,7%). Norte (69,2%) e Nordeste (68,6%) registraram os maiores avanços entre 2018 e 2019 (4,5 e 4,6 p.p., respectivamente), mas ainda permanecem abaixo do percentual das demais grandes regiões do país.

O uso da internet também avançou em todos os grupos etários, mas vem sendo mais acelerado nas faixas de idade mais elevadas, como 50 a 59 anos e 60 anos ou mais, cujo acesso à internet subiu 6,3 p.p. de 2018 para 2019.

“Isso pode ter sido propiciado pela evolução nas facilidades para o uso da internet e na sua disseminação no cotidiano da sociedade”, ressalta Alessandra Scalioni Brito, lembrando que nesses grupos etários, o uso da internet tem mais espaço para crescer que nos demais, que já têm elevados percentuais de acesso.

Em 2019, 81,0% da população de 10 anos ou mais, estudante ou não, tinha celular para uso pessoal, percentual um pouco maior ao do ano anterior (79,3%). Não à toa o aparelho é o meio mais usado para acesso à internet (98,6%), seguido pelo microcomputador (46,2%), pela televisão (31,9%) e pelo *tablet* (10,9%).

Entre os 39,8 milhões de pessoas que não acessaram a internet em 2019, 43,8% alegaram não ter o serviço por não saber navegar na rede. Outras 31,6% disseram não ter interesse, 18,0% alegaram custo e 4,3% afirmaram que o serviço não estava disponível nos locais que costumavam frequentar.

O percentual de pessoas que não acessaram a internet devido ao serviço não estar disponível nos locais que costumavam frequentar continuou destacadamente mais elevado no Norte (12,8%) e menor no Sudeste (2,0%), variando entre 3,2% e 3,9% nas demais grandes regiões. Esse motivo era o mais elevado na área rural (10,6%), se comparado à área urbana (1,5%).

**ANEXO G - Íntegra de matérias sobre a PNADC TIC 2019**

**LISTA DAS MATÉRIAS POR ORDEM DE CITAÇÃO NAS PÁGINAS 145 A 171**

<b>G.1</b>	ISTOÉ DINHEIRO - NEGÓCIOS - p.: 42 - (24/04/2021) - Revolução do ensino .....	330
<b>G.2</b>	AGÊNCIA BRASIL (14/04/2021) - Sobe para 82,7% percentual de domicílios com internet, diz IBGE.....	334
<b>G.3</b>	AGÊNCIA BRASIL (14/04/2021) - Acesso de estudantes à internet aumenta para 88,1% em 2019, diz IBGE .....	337
<b>G.4</b>	AGÊNCIA BRASIL (14/04/2021) - TV por assinatura em domicílios recua para 30,4% em 2019 .....	340
<b>G.5</b>	R7 (14/04/2021) - Acesso à internet cresce, mas ainda exclui 39,8 milhões de brasileiros .....	343
<b>G.6</b>	R7 (14/04/2021) - IBGE aponta desigualdade de acesso à internet entre estudantes .....	346
<b>G.7</b>	R7 (14/04/2021) - Domicílios com televisores aptos a sinal digital chegam a 89,8%.....	348
<b>G.8</b>	ESTADÃO ONLINE (14/04/2021) - No pré-pandemia, Brasil tinha 12,6 milhões de lares sem internet .....	350
<b>G.9</b>	FOLHA ONLINE (14/04/2021) - Segundo IBGE, 4,3 milhões de estudantes brasileiros entraram na pandemia sem acesso à internet .....	354
<b>G.10</b>	G1 (14/04/2021) - Em 2019, Brasil tinha quase 40 milhões de pessoas sem acesso à internet, diz IBGE.....	358
<b>G.11</b>	G1 (14/04/2021) - Alagoas é o 4º estado do país com maior taxa de lares sem acesso à internet, aponta IBGE.....	364
<b>G.12</b>	G1 (14/04/2021) - Bahia teve 2º maior aumento de internautas no Brasil em 2019, aponta pesquisa do IBGE .....	366
<b>G.13</b>	G1 (14/04/2021) - Maranhão tinha o 2º menor percentual de domicílios com internet do país em 2019, diz IBGE .....	369

<b>G.14</b>	G1 (14/04/2021) - Índice de lares da Paraíba com acesso à internet chega a 76,7%, aponta pesquisa do IBGE .....	373
<b>G.15</b>	G1 (14/04/2021) - Acesso à internet cresce no Piauí, mas proporção ainda é a menor do país, diz IBGE .....	376
<b>G.16</b>	G1 (14/04/2021) - Pesquisa do IBGE mostra que internet chega a quase 75% dos lares tocantinenses.....	378
<b>G.17</b>	G1 (15/04/2021) - Em 2019, Acre tinha mais de 230 mil pessoas sem acesso à internet, diz IBGE .....	380
<b>G.18</b>	G1 (15/04/2021) - Amapá tem a maior proporção de domicílios com acesso à internet do Norte e Nordeste do país.....	383
<b>G.19</b>	G1 (15/04/2021) - Acesso à internet no DF salta de 71% para 92% da população em oito anos; Brasília mantém maior índice do país .....	386
<b>G.20</b>	G1 (15/04/2021) - Em 2019, RN tinha 251 mil domicílios sem acesso à internet, diz IBGE .....	390
<b>G.21</b>	G1 (15/04/2021) - Em 2019, Rondônia tinha mais de 16% das casas sem acesso à internet, diz IBGE .....	393
<b>G.22</b>	G1 (15/04/2021) - Roraima lidera média nacional de acessos à internet por celulares, aponta pesquisa do IBGE.....	396
<b>G.23</b>	O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (15/04/2021) - p.: 08 .....	398
<b>G.24</b>	O TEMPO / MG (15/04/2021) - BRASIL - p.: 15 .....	400
<b>G.25</b>	O TEMPO / MG (15/04/2021) - OPINIÃO - p.: 28 .....	402
<b>G.26</b>	GAZETA DE ALAGOAS / AL (15/04/2021) - CAPA - p.: 01.....	404
<b>G.27</b>	GAZETA DE ALAGOAS / AL (15/04/2021) - ECONOMIA - p.: B01 .....	405
<b>G.28</b>	CORREIO DO POVO / RS (15/04/2021) - ENSINO - p.: 11 .....	408
<b>G.29</b>	PAINEL NOTÍCIAS (14/04/2021) - Alagoanos são os que mais apontam preço do serviço como entrave para acessar a internet.....	411
<b>G.30</b>	CORREIO 24 HORAS (14/04/2021) - Bahia é o segundo estado com o maior aumento absoluto de usuários de internet .....	414
<b>G.31</b>	CORREIO 24 HORAS (15/04/2021) - Bombando: idosos aderem ao vício, e Bahia ganha 860 mil novos internautas em um ano .....	421

G.1 - ISTO É DINHEIRO - NEGÓCIOS - p.: 42 (24/04/2021)

<https://www.istoedinheiro.com.br/revolucao-do-ensino>

## Revolução do ensino

Victoria GHIRALDI



*"Nós podemos aumentar nosso impacto sem gastar um centavo, apenas construindo consciência" Salman Khan, fundador e CEO da Khan Academy. (Crédito: Divulgação)*

Usar a tecnologia para tudo. Tudo mesmo. Essa é a rotina do americano Salman Khan, de 44 anos, criador de um sistema que vem mudando o formato de ensino no mundo. Na conversa com a DINHEIRO, Sal, como é conhecido, concedeu a entrevista pelo celular, enquanto caminhava por Mountain View, na Califórnia, cidade sede do *Google*, no Vale do Silício. "Li um estudo que diz que quando você anda e vê outras coisas, seu humor melhora", disse. "Acho que todos deveriam fazer isso." Com graduação em tecnologia, Sal trabalhava como especialista de investimentos antes de chegar ao seu grande negócio. Depois de ajudar a prima Nádya com aulas de matemática a distância, ele percebeu uma grande demanda por um ensino mais descontraído e personalizado. Requisitado, o americano expandiu a turma de alunos para outros primos e amigos de primos, até que decidiu largar o

emprego para focar em um novo caminho: a criação de uma plataforma de ensino totalmente gratuita, com base em um sistema de tecnologia capaz de identificar as lacunas de aprendizado individuais dos alunos. Assim surgiu a Khan Academy.

Em atividade há 16 anos, e há nove no Brasil, a plataforma é uma das maiores sem fins lucrativos do mundo. Entre os principais patrocinadores, estão *Google*, *Oracle*, *Bank of America*, além dos bilionários Bill Gates e do brasileiro Jorge Paulo Lemann, por meio das fundações que levam seus nomes. Durante a pandemia, o também bilionário Elon Musk, fundador da *Space X* e CEO da *Tesla*, fez uma doação de US\$ 5 milhões para ajudar no desenvolvimento do portal. Mais do que dinheiro, a doação mostra confiança do empresário na proposta de ensino. "Ele não se envolve em algo sem achar que pode mudar o mundo", afirmou o criador do modelo educacional. "É um grande sinal para o nosso trabalho." A quantia será destinada à ampliação de conteúdos dentro da plataforma, que está disponível para 190 países em 50 idiomas, e possui 123 milhões de usuários no mundo, divididos entre alunos, professores e tutores, pessoas que não possuem formação acadêmica, mas que dominam algum assunto específico. Com aulas que vão de matemática e ciências a desenho gráfico (em parcerias com *Disney* e *Pixar*), a *Khan Academy* trabalha com um sistema de tecnologia desenvolvido por Sal capaz de detalhar o rendimento específico de cada aluno em todas as atividades realizadas.

Para o criador da ferramenta, esse é um trabalho importante para o rompimento das lacunas de aprendizagem, que, somadas, interferem no desenvolvimento. "Pelo sistema, o aluno aprende no seu ritmo e o professor consegue identificar onde há dificuldade." O conteúdo disponibilizado é voltado para alunos de 2 a 18 anos. Ainda que receba doações, o programa gera mais custos do que arrecada. Em 2019, a Khan Academy registrou receita de US\$ 48 milhões, contra despesas de US\$ 55,7 milhões.



*APOSTA NO SISTEMA* *Dono da Tesla e SpaceX, o bilionário Elon Musk doou US\$ 5 milhões no início do ano para o aprimoramento e expansão de conteúdos da Khan Academy. Para o criador da plataforma, Sal Khan, a doação demonstra confiança na organização. (Crédito:YASIN OZTURK)*

**DESAFIO** Os desafios miram equilibrar a receita, porque a relevância já foi alcançada. De março a julho do ano passado, a plataforma de ensino registrou aumento de 300% no número de acessos globais, reflexo do fechamento das escolas a partir da pandemia. O Brasil, que segundo relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) manteve as escolas fechadas por 40 semanas - a média global foi de 22 semanas - enfrenta um problema ainda mais grave: o acesso à tecnologia. Levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado este mês mostra que os estudantes sem acesso à internet somavam 4,3 milhões em 2019. Desse total, 96% pertencem à rede pública de ensino. "Nos Estados Unidos, cerca de 10% a 15% dos alunos simplesmente desapareceram durante a pandemia. Esses números são de 20% a 30% no Brasil", disse Sal No País, terceiro lugar em número de acessos, atrás de Estados Unidos e México, são 4,5 milhões de alunos, 315 mil professores e parceria com 32 secretarias de educação municipais e estaduais. Os conteúdos de matemática, ciências e português são disponibilizados seguindo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino fundamental. Para Simone Soares, gerente de formação de professores e coordenadora do uso da Khan Academy em todas as 56



escolas em Osasco (SP), é nítido o avanço no desempenho escolar. "O trabalho, em conjunto com os professores, trouxe resultados positivos no Ideb 2017 (nota 6,1) e 2019 (6,3)." Para o fundador da plataforma, parte da solução dos problemas na educação do Brasil está na conscientização de que investir no setor é um caminho com grande retorno. "Podemos aumentar nosso impacto sem gastar um centavo, apenas construindo a consciência", afirmou. "Nosso ideal é que o aluno tenha um bom professor e mais tempo produtivo." Uma boa lição.



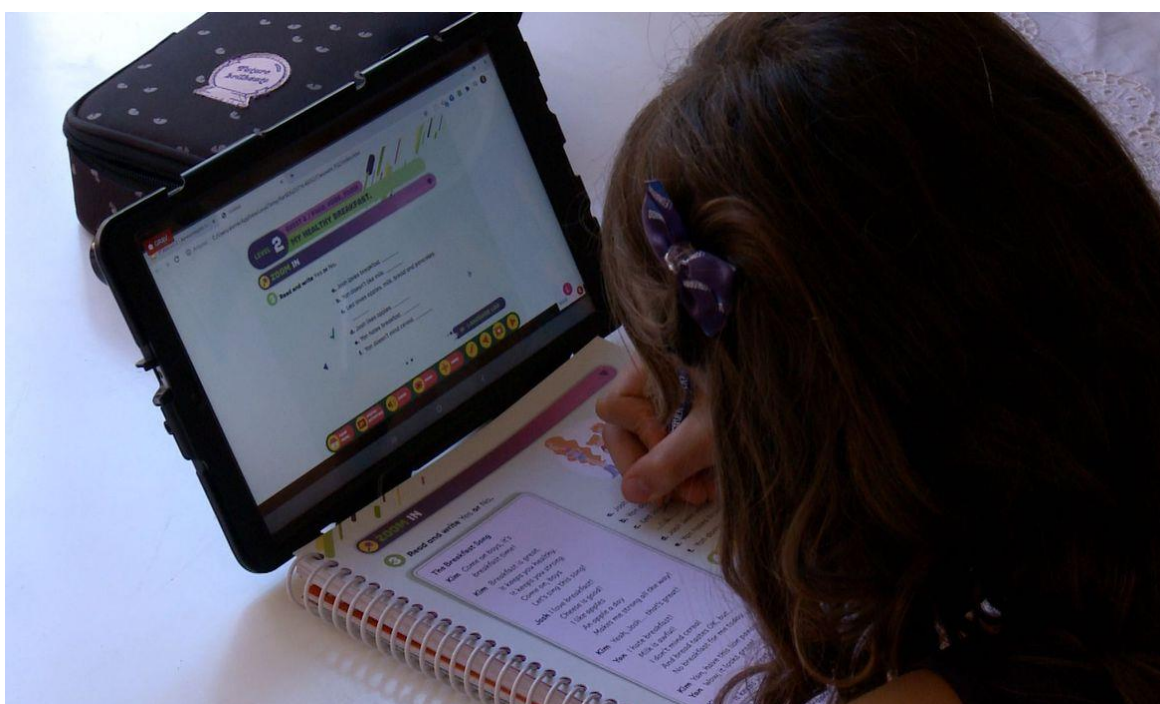
## G.2 - AGÊNCIA BRASIL (14/04/2021)

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/sobe-para-827-percentual-de-domicilios-com-internet-diz-ibge>

### **Sobe para 82,7% percentual de domicílios com internet, diz IBGE**

*De 2018 para 2019, alta foi de 3,6 pontos percentuais*

*Por Cristina Índio do Brasil - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro*



© Caminhos da Reportagem/TV Brasil

O percentual de domicílios brasileiros que usam a internet subiu de 79,1% para 82,7%, de 2018 para 2019, o que representa alta de 3,6 pontos percentuais (p.p.). Em 2019, no entanto, 12,6 milhões de domicílios ainda não tinham internet. Os motivos apontados foram falta de interesse (32,9%), serviço de acesso caro (26,2%) e o fato de nenhum morador saber usar a internet (25,7%).

Em 6,8% das residências, os moradores citaram a indisponibilidade de rede na área do domicílio e 5% alegaram o alto custo do equipamento eletrônico para conexão. Os dados estão na Pnad Contínua (Pnad TIC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que analisou o acesso à tecnologia da informação e comunicação no quarto trimestre de 2019.

Segundo o IBGE, o crescimento mais acelerado do uso da internet nos domicílios rurais, que saiu de 49,2% em 2018 para 55,6%, em 2019, ajudou a reduzir a diferença em relação à área urbana, onde o acesso à rede avançou de 83,8% para 86,7%. Conforme a pesquisa, houve crescimento em todas as grandes regiões, especialmente no Nordeste, com aumento de 5,2 pontos percentuais no período. Apesar disso, a região permanece como a que tem o menor percentual de domicílios com acesso à internet (74,3%).

De acordo com a pesquisa, em 2019, entre os 183,3 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade no país, 143,5 milhões, ou seja, 78,3%, usaram a internet nos últimos três meses do ano. Os jovens adultos entre 20 e 29 anos foram os que mais acessaram a rede. Os estudantes usaram mais a rede (88,1%) do que aqueles que não estudantes (75,8%).

### **Jovens, mulheres e renda**

Em 2019, as mulheres que usaram a internet tinham percentual (79,3%) um pouco acima do apresentado pelos homens (77,1%). Nos grupos por idade, 77,7% estavam entre 10 e 13 anos.

A pesquisa apontou crescimento sucessivo nas faixas seguintes chegando a quase 93,0% nas faixas de 20 a 24 anos e 25 a 29 anos. O percentual começa a cair até atingir 45% no grupo de 60 anos ou mais.

Segundo o IBGE, entre 2018 e 2019, o maior crescimento foi nos grupos de 50 a 59 anos e de 60 anos ou mais de idade, com aumento de 6,3 p.p. em cada.

O rendimento médio per capita dos domicílios com acesso à internet era de R\$ 1.527, valor que é mais que o dobro da renda dos que não usavam a rede e tinham renda de R\$ 728. A mesma relação foi observada no rendimento médio per capita dos que usavam tablet para acessar a internet, que atingia R\$ 3.223, enquanto nos que acessavam a rede pelo celular ficou em R\$ 1.526.

### **Celular**

O celular continuou sendo o equipamento mais usado para acessar a internet, o que ocorria em 99,5% dos domicílios. Na sequência vieram o computador (45,1%); a televisão (31,7%) e o tablet (12,0%). No caso do computador, houve redução de 3 pontos percentuais e, no de tablet, de 1,4, mas no uso da televisão, a alta foi de 8,4 pontos percentuais.

O percentual de domicílios do país em que o serviço de rede móvel celular funcionava, para internet ou para telefonia, passou de 89,2% para 89,9%, de 2018 para 2019. Na área urbana, cresceu de 92,4% para 93,2%, e na rural caiu de 68,5% para 68,2%.

O percentual dos que tinham telefone móvel em 2019 para uso pessoal chegou a 81% entre os que tinham 10 anos de idade ou mais de. Os menores percentuais foram registrados pelas regiões Norte (69,7%) e Nordeste (72,4%). Nas demais regiões, os percentuais variavam de 85,7% a 87,3%. As mulheres tinham mais aparelhos para uso pessoal (82,5%) do que os homens (79,3%).

### **Banda larga**

O uso da conexão por banda larga móvel (3G/4G) cresceu de 80,2% em 2018 para 81,2% em 2019 e o da banda larga fixa avançou de 75,9% para 77,9%.

Também na passagem de 2018 para 2019, a proporção de domicílios com os dois tipos de banda larga saiu de 56,3% para 59,2%, mas teve queda de 23,3% para 21,4% dentre os que só usam conexão móvel, o mesmo se repetindo entre os que usam só a banda larga fixa, que caiu de 19,0% para 18,1%.

Conforme a pesquisa, a conexão discada tem sido cada vez mais irrelevante, saindo de 0,6%, em 2016, para 0,4% em 2017 e 0,2%, em 2018 e 2019.

A Região Norte apresentou percentual de domicílios com banda larga fixa de 55,0%, resultado muito inferior ao das demais regiões, que variou de 77,3% a 81,4%. No uso da banda larga móvel, o menor percentual foi do Nordeste com 63,8% e o maior, da Região Norte, com 88,6%.

### **Políticas Públicas**

Para o gerente de Projetos do Ministério das Comunicações, Hélio Maurício Miranda da Fonseca, a pesquisa do IBGE, que tem parceria com a pasta, é fundamental para vários trabalhos, como por exemplo os planos plurianuais e para a definição de políticas públicas do setor.

"A mensuração feita pelo IBGE a partir desse trabalho da Pnad TIC é muito valiosa para que a gente possa ir medindo o efeito das políticas que o poder público federal da União tem estabelecido para os prestadores de serviços, sejam de pequeno ou maior porte", disse Fonseca, que participou hoje da entrevista coletiva em que foram apresentados os resultados da pesquisa.

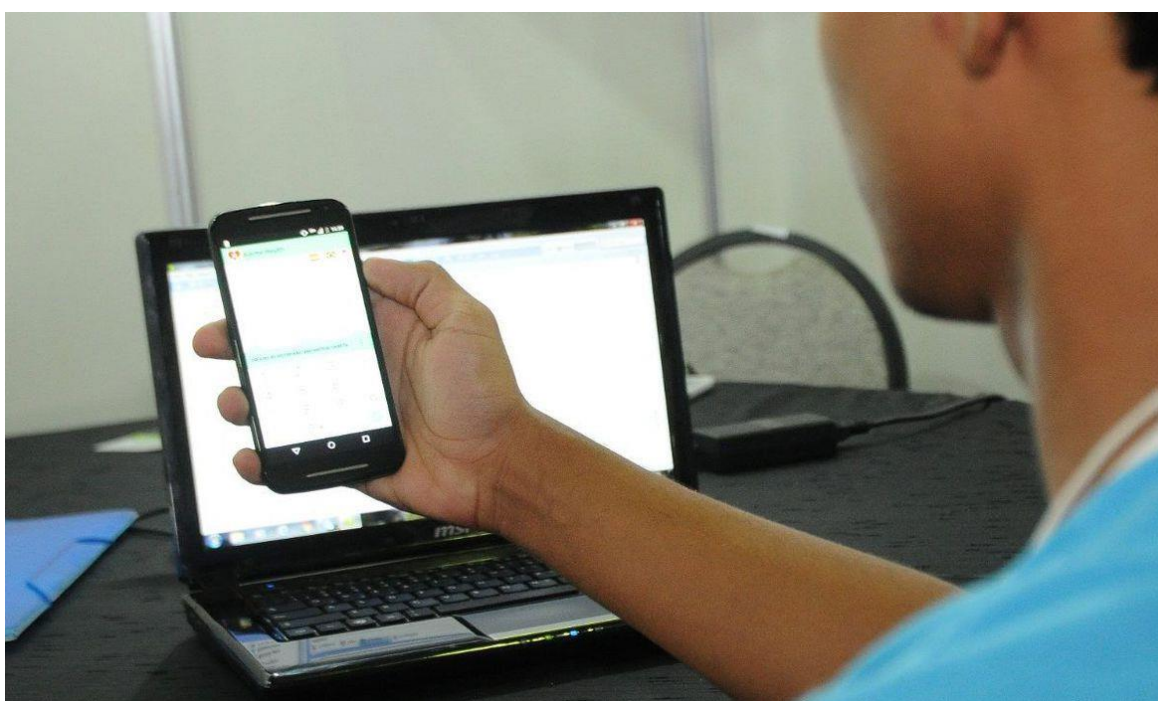
### G.3 - AGÊNCIA BRASIL (14/04/2021)

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-04/acesso-de-estudantes-internet-aumenta-para-881-em-2019-diz-ibge>

#### **Acesso de estudantes à internet aumenta para 88,1% em 2019, diz IBGE**

*O uso da internet na rede privada ficou acima de 95%*

*Por Cristina Índio do Brasil - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro*



© Álvaro Henrique / Secretaria de Educação do DF

O percentual de estudantes de 10 anos ou mais de idade com acesso à internet subiu de 86,6%, em 2018, para 88,1% em 2019. Apesar disso, 4,3 milhões ainda não utilizavam o serviço e a maior parte era de alunos de escolas públicas (95,9%).

Ao todo eram 4,1 milhões de estudantes da rede pública de ensino sem o acesso à internet, enquanto na rede privada eram apenas 174 mil alunos sem conexão à rede mundial de computadores.

Os números estão na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) Contínua divulgada hoje (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que

investigou no último trimestre de 2019 o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

A pesquisa analisou as informações do período entre 2016 e 2019, sobre o acesso à Internet e à televisão, além da posse de celular para uso pessoal nos domicílios e na população do país.

Na avaliação do IBGE, a diferença de acesso entre os estudantes de escolas particulares (98,4%) para os do ensino público (83,7%) é ainda mais significativa entre as grandes regiões do país. No Norte ficou em 68,4%, e no Nordeste 77,0% os percentuais de estudantes da rede pública que utilizaram o serviço. Nas demais regiões o percentual variou de 88,6% a 91,3%.

Na rede de ensino privada, segundo a pesquisa, o uso da internet ficou acima de 95,0% em todas as grandes regiões, sendo que no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, alcançou praticamente a totalidade dos estudantes.

Para a analista da pesquisa, Alessandra Scalioni Brito, esse resultado está relacionado à renda. Do total dos estudantes que não utilizaram a internet, em 26,1% isso ocorria por considerar o serviço caro e 19,3% era em consequência do custo do equipamento eletrônico para navegar na rede. "Essas diferenças são ainda maiores entre os estudantes da rede pública e da rede privada, revelando um traço de desigualdade que ficou ainda mais evidente na pandemia, quando o ensino presencial foi suspenso e as famílias tiveram que se adaptar às aulas remotas", destacou.

## **Celular**

A pesquisa indicou ainda que em 2019, o uso do celular para acessar à internet atingiu a 97,4%. o que representou um avanço, mas, ainda assim, o percentual dos alunos de escolas públicas que tinham o aparelho para uso pessoal era apenas 64,8% e nem todos eles tinham acesso à rede. Na rede privada, o uso era bem maior e alcançava 92,6%. A diferença era ainda maior no Norte do país, onde apenas 47,5% dos alunos do ensino público tinham um celular.

Entre os estudantes da rede pública sem telefone celular em 2019, 41,2% disseram que era pelo alto custo do aparelho. Outros 28,7% relataram não possuir aparelho porque usavam o de outra pessoa. Os motivos mais comuns para esta situação em estudantes da rede privada, também foram estes dois argumentos,

sendo que o uso de aparelho de outra pessoa tem peso maior (40,3%) que a questão do aparelho telefônico ser caro (20,0%).

"Esses dados mostram que estudantes da rede pública tinham menos acesso a telefone próprio e a questão financeira tinha um peso maior. E como o celular é o principal meio de acesso à internet, num contexto de ensino remoto, provavelmente, esses estudantes terão mais dificuldades do que os da rede privada", contou Alessandra.

A PNAD Contínua TIC para 2019, mostrou ainda que enquanto o uso do celular por estudantes para acessar à internet vem subindo ao longo dos anos, a utilização do microcomputador, no entanto, segue em ritmo oposto. No início da pesquisa, 70,6% dos estudantes usavam computador para navegar na internet, mas em 2019 eram 56,0%. Outro crescimento foi o do uso da televisão para navegar na internet que subiu de 11,9% para 35,0%. O tablet era usado somente por 13,4% dos estudantes, a maioria da rede privada.

#### G.4 - AGÊNCIA BRASIL (14/04/2021)

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2021-04/domicilios-com-tv-por-assinatura-recuam-para-304-em-2019>

#### **TV por assinatura em domicílios recua para 30,4% em 2019**

*Por Cristina Índio do Brasil - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro*



© Tomaz Silva/Agência Brasil

A Pnad Contínua, divulgada hoje (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que analisou o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no 4º trimestre de 2019, aponta que o percentual de domicílios com TV por assinatura caiu de 31,8% em 2018 para 30,4% em 2019. Na área urbana houve recuo de 34,3% para 32,4% na mesma comparação, mas na rural aumentou de 14,9% para 15,9%. O motivo para os 51,5% que não tinham esse tipo de TV, era o preço elevado. A falta de interesse é apontada por 41,6%.

De 2018 para 2019, a proporção dos domicílios sem TV por assinatura e que a substituíram pela programação disponível na internet avançou de 3,5% para 4,9%.



No mesmo ano, 63,1 milhões de domicílios tinham televisão com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta, ainda que não o estivesse captando. O número corresponde a 89,8% dos domicílios. Em 2018, o percentual era 86,6%.

Segundo o IBGE, foi registrado um aumento em área urbana de 89,9% para 92,4% e, com mais intensidade, em área rural, que passou de 64,1% para 71,4%. Os maiores avanços no percentual de domicílios com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta foram nas regiões Norte de 81,5% para 87,0% e Nordeste de 76,2% para 81,4%.

O uso de antena parabólica caiu de 30,0% em 2018 para 27,0% nos domicílios brasileiros em 2019. O equipamento é utilizado para captar sinal de televisão em áreas que não são plenamente atendidas por meio de antenas terrestres. Na área urbana, o uso caiu de 24,6% para 21,8% e de 66,7% para 63,6% na área rural.

O rendimento real médio per capita nos domicílios com antena parabólica de R\$ 1.002 era 37,6% menor que dos que tinham televisão sem este tipo de serviço, cuja renda era R\$ 1.607.

Os domicílios que não contavam com conversor, não recebiam sinal de televisão por antena parabólica e nem tinham serviço de televisão por assinatura, somavam 1,7 milhão em área urbana, em 2019, ou 82,7%.

Já a proporção de domicílios sem qualquer meio de acesso à televisão que não fosse o sinal analógico, também em área urbana, caiu de 3,0% para 2,3%, e em área rural, de 4,1% para 3,4%.

Segundo o IBGE, a Pnad Contínua TIC "vem constatando uma rápida redução desse indicador desde 2016 (10,3%)".

## **Mensagens**

A pesquisa mostrou ainda que embora estável, o percentual de pessoas que acessaram a internet para enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de email, foi o mais elevado, atingindo 95,7% em 2019. Em seguida, ficou a procura da internet para conversar por chamadas de voz ou vídeo (91,2%). Conforme o IBGE, essa proporção cresce desde 2016, assim como a das pessoas que utilizaram a internet para assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes (88,4%). Já o envio e o recebimento de email vêm se reduzindo a cada ano, chegando a 61,5% em 2019.

## Telefone

A pesquisa mostrou ainda que 4,7% dos domicílios particulares permanentes do país em 2019 ou 3,4 milhões, não tinham telefone fixo ou móvel. O resultado representa um recuo de 0,4 ponto percentual em relação a 2018. A ausência de telefone manteve-se mais elevada nos domicílios nas regiões Nordeste (9,0%) e Norte (8,8%). Nas demais não ultrapassou 3,0%. Os domicílios com telefone fixo convencional eram 24,4% do total do país, em 2019, o que significa queda em relação ao de 2018, quando o percentual alcançou 28,4%.

Em movimento contrário, a parcela dos domicílios com telefone móvel celular subiu de 93,2% para 94,0% na passagem de 2018 para 2019. Os da área rural apresentaram percentual menor, na comparação com os da área urbana, tanto de telefone móvel celular (83,6% frente a 95,5%) quanto de telefone fixo convencional (6,0% frente a 27,2%).

De acordo com a pesquisa, a proporção de domicílios com telefone móvel celular variava de 90,5% no Nordeste a 97,1% no Centro-Oeste. O Sudeste foi a região que registrou o maior percentual de domicílios com telefone fixo convencional (35,6%), contra apenas 8,0% no Norte e 9,3% no Nordeste.

**G.5 - R7 (14/04/2021)**

*<http://noticias.r7.com/brasil/acesso-a-internet-cresce-mas-ainda-exclui-398-milhoes-de-brasileiros-14042021>*

### **Acesso à internet cresce, mas ainda exclui 39,8 milhões de brasileiros**

*Dado é de estudo do IBGE e diz respeito a 2019. Motivos variam desde preço e rede indisponível até falta de interesse*

*BRASIL | Márcio Pinho, do R7*

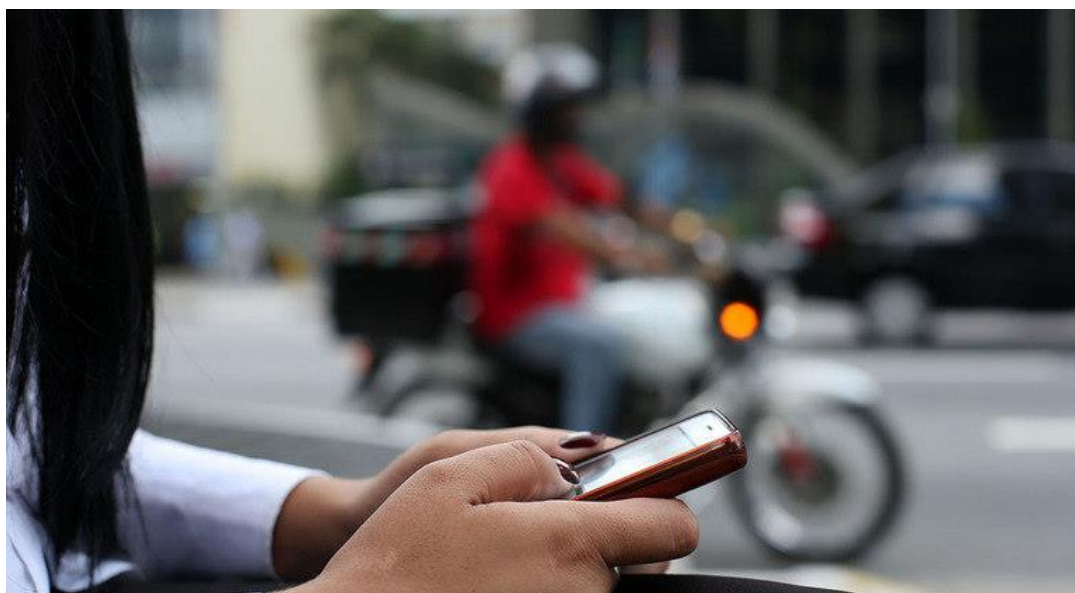
### **RESUMINDO A NOTÍCIA**

Os resultados indicam que 21,7% das pessoas com 10 anos ou mais não utilizam a internet no Brasil

Falta de interesse e serviço caro estão entre os motivos mais comuns

Nordeste foi a região com menor número de domicílios com acesso à internet

Utilização por idosos cresceu e chegou a 45% da população com 60 anos ou mais



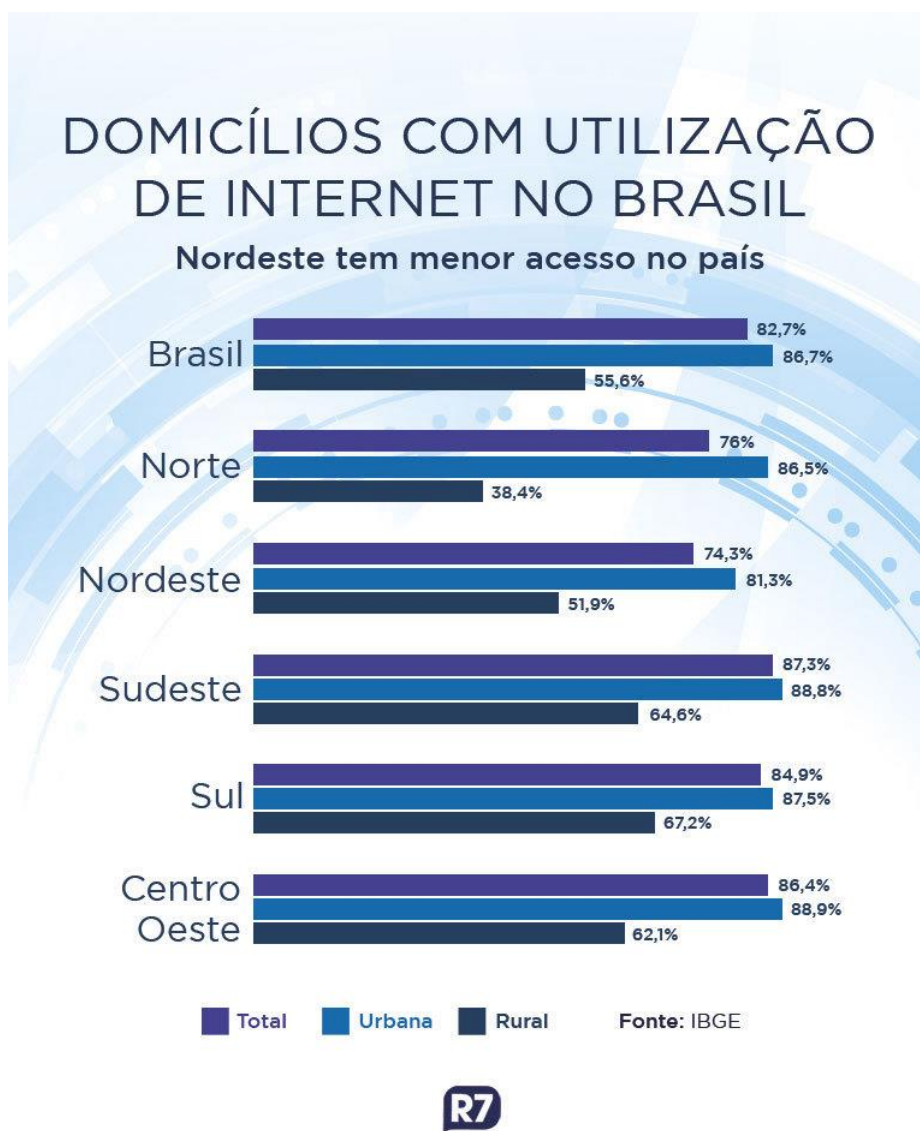
*Celular é principal meio de acesso à internet, segundo o IBGE*

A utilização da internet cresce no Brasil, mas ainda não atinge cerca de 39,8 milhões de brasileiros, segundo estudo divulgada nesta quarta-feira (14) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os dados dizem respeito ao último

trimestre de 2019 e foram coletados por meio da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua.

Os resultados indicam que 21,7% dos 183,3 milhões de pessoas com 10 anos ou mais não utilizam a internet no Brasil. O número, apesar de expressivo, mostra uma redução em relação a 2018, quando 46 milhões de pessoas não tinham acesso à internet, segundo o IBGE.

Já na nova pesquisa, ficou constatado que 82,7% dos domicílios do país em 2019 tinham acesso à internet, um aumento de 3,6 pontos percentuais em relação a 2018. A região com menor índice é o Nordeste (veja gráfico abaixo). Além disso, os números indicam que o acesso na área rural ainda fica bastante atrás em relação à área urbana.



Entre as residências onde não havia utilização da rede, os motivos que mais se destacaram para a não utilização foram:

- falta de interesse em acessar a internet (32,9%);
- preço caro do serviço (26,2%);
- nenhum morador sabia usar a internet (25,7%);
- serviço indisponível na região do domicílio (6,8%)

O meio de acesso indicado pelo maior número de pessoas foi o telefone celular (98,6%), seguido pelo microcomputador (46,2%), pela televisão (31,9%) e pelo tablet (10,9%). Houve aumento do uso da televisão para acessar a internet e redução do uso do microcomputador. Por outro lado, 81% do público afirmou ter um celular, mais do que os 79,3% de 2018.

Outro dado que chama a atenção é o aumento do uso da internet entre pessoas de maior faixa etária. Entre a população de 50 a 59 anos, o crescimento foi de seis pontos percentuais, alcançando 74,2% da população.

E quase a metade dos idosos (60 anos ou mais) afirma utilizar a tecnologia - o índice pulou de 38,7 para 45%.

O maior uso, no entanto, concentra-se na faixa etária de 20 a 24 anos, alcançando 92,7%.

A finalidade mais comum do uso da internet apontada pelos entrevistados é a troca de mensagens de texto ou imagens, alcançando 95,7% das pessoas. Já o envio e recebimento de e-mails caiu de 63,2% para 61,5%.

O estudo divulgado pelo IBGE foi intitulado "Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular Para Uso Pessoal 2019"

**G.6 - R7 (14/04/2021)**

<http://noticias.r7.com/educacao/ibge-aponta-desigualdade-de-acesso-a-internet-entre-estudantes-14042021>

### **IBGE aponta desigualdade de acesso à internet entre estudantes**

*Alunos de escolas públicas têm mais dificuldade de conexão; o celular é meio utilizado pelos alunos de todas as redes*

**EDUCAÇÃO** | Karla Dunder, do R7



*Estudantes de todas as regiões e classes sociais acessam a internet pelo celular*

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou nesta quarta-feira (14) os dados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua) que analisa o uso de televisão e internet pelas famílias brasileiras. Os números são referentes a 2019 e apontam que estudantes de escolas particulares têm mais acesso à internet que aqueles da rede pública.

A pesquisa aponta diferenças sociais de acesso à internet em 2019 e que ficaram mais evidentes após a pandemia de covid-19, que impôs isolamento social e ensino remoto. De acordo com os dados da Pnad de 2019, 88,1% dos estudantes brasileiros acessaram a internet. No entanto, a pesquisa aponta uma diferença

social: 98,4% dos estudantes da rede privada tiveram acesso à rede e este percentual entre os estudantes da rede pública de ensino foi de 83,7%.

A Pnad também aponta diferenças de acesso por região do país. Nas regiões Norte e Nordeste o percentual de estudantes da rede pública que utilizaram a internet foi de 68,4% e 77,0%, respectivamente, nas demais regiões este percentual variou de 88,6% a 91,3%. A distância fica ainda maior quando apenas os estudantes da rede privada são analisados, o percentual de uso ficou acima de 95,0% em todas as regiões, "alcançando praticamente a totalidade dos estudantes nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste".

O acesso à internet pelo celular é o meio mais comum a todos os estudantes tanto na rede pública (96,8%) quanto na rede privada (98,5%). A diferença volta quando o foco está na posse do aparelho. Nas escolas particulares, 92,6% dos alunos tinham telefone celular para uso pessoal, este percentual era de apenas 64,8% entre aqueles da rede pública. A maior diferença ocorreu na região Norte, apenas 47,5% de estudantes da rede pública tinham o próprio aparelho celular.

Do total de estudantes que tinham aparelho celular para uso pessoal no país, um contingente de 26,3 milhões de pessoas, a parcela que tinha acesso à Internet neste aparelho era de 97,8%, acima da parcela estimada para o total da população de 10 anos ou mais de idade (91,0%).

A diferença social volta a ganhar força quando o meio de acesso à web é o computador - 81,8% dos estudantes da rede privada acessavam a internet pelo computador, este percentual era apenas 43,0% entre os estudantes da rede pública.

O uso da televisão para acessar a Internet ocorria para 51,1% dos estudantes da rede privada, sendo este percentual o dobro do apresentado entre estudantes da rede pública (26,8%). No uso do tablet, a diferença chega a quase três vezes.

Entre os estudantes da rede pública, a principal finalidade do uso da Internet foi assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes (93,4%), ao passo que, entre os estudantes da rede privada, o maior percentual ocorreu na finalidade enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de e-mail (97,2%).

**G.7 - R7 (14/04/2021)**

<http://noticias.r7.com/brasil/domicilios-com-televisores-aptos-a-sinal-digital-chegam-a-898-14042021>

**Domicílios com televisores aptos a sinal digital chegam a 89,8%**

*Dado é de estudo do IBGE e se refere a 2019. Expansão acontece em todas as regiões do país e também nas áreas urbana e rural*

*BRASIL | Do R7*

***Acesso à TV digital cresce no Brasil***

O percentual de domicílios preparados para receber o sinal digital de televisão aberta alcançou 89,8%, segundo estudo divulgado nesta quarta-feira (14) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O dado diz respeito ao último trimestre de 2019 e mostra um aumento em relação a 2018, quando o índice de domicílios com televisores aptos a receber o sinal digital era de 86,6%.

Com o aumento verificado em 2019, 63,1 milhões de domicílios estavam habilitados para receber o sinal que se tornará o definitivo da televisão brasileira. Isso porque desde 2016 o sinal analógico vem sendo desligado para que a frequência seja liberada para a expansão da rede 4G de telefonia.

O sinal já não está disponível em parte dos municípios do país, e seu desligamento será concluído em 2023, segundo o governo. A maioria dos aparelhos fabricados a partir de 2010 já traz um conversor de sinal integrado.



Segundo o estudo do IBGE, o incremento na presença dos aparelhos aptos a receber o sinal digital se deu na área urbana (89,9% para 92,4%) e também na área rural, de forma mais intensa (64,1% para 71,4%).

Considerando os domicílios com televisão, de 2018 para 2019, os maiores crescimentos no percentual de domicílios com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta ocorreram nas regiões Norte (81,5% para 87,0%) e Nordeste (76,2% para 81,4%).

Entretanto, esses resultados alcançados em 2019 ainda permaneceram inferiores aos das demais regiões, com a Sudeste apresentando o percentual mais elevado (94,0%).

O estudo mostrou também que a utilização da internet cresce no Brasil, mas ainda não atinge cerca de 39,8 milhões de pessoas, segundo estudo divulgado nesta quarta-feira (14) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os dados foram coletados por meio da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua.

Os resultados indicam que 21,7% das pessoas com 10 anos ou mais não utilizam a internet no Brasil. O número, apesar de expressivo, mostra uma redução em relação a 2018, quando 46 milhões de pessoas não tinham acesso à internet, segundo o IBGE.



## G.8 - ESTADÃO ONLINE (14/04/2021)

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,no-pre-pandemia-brasil-tinha-12-6-milhoes-de-lares-sem-internet,70003680977>

### **No pré-pandemia, Brasil tinha 12,6 milhões de lares sem internet**

*Daniela Amorim, O Estado de S.Paulo*

RIO - No último trimestre antes que a pandemia de covid-19 se agravasse no Brasil, 12,646 milhões de famílias ainda não tinham acesso à internet em casa. Cerca de 39,8 milhões de brasileiros de 10 anos ou mais de idade não usavam a rede, e ainda havia 34,9 milhões de pessoas nessa faixa etária sem aparelho de telefone celular.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação 2019, a Pnad TIC, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



*No último trimestre antes que a pandemia de covid-19 se agravasse no Brasil, 12,646 milhões de famílias ainda não tinham acesso à internet em casa. Foto: Creative Commons*

O resultado mostra o tamanho do desafio de inclusão digital no País, um pouco antes que a crise sanitária confinasse milhões de brasileiros, provocasse o fechamento de escolas e aumentasse o número de pessoas em trabalho remoto. Até mesmo o cadastro para inscrição ao recebimento do auxílio emergencial pago pelo governo era feito pela internet, através de um site da Caixa ou aplicativo de telefone celular.

Ao fim de 2019, a renda média per capita dos domicílios com internet era de R\$ 1.527, mais que o dobro dos R\$ 728 recebidos pelos que não usavam a rede, ou seja, as famílias mais vulneráveis financeiramente tinham mais dificuldade de acesso.

A coleta do IBGE foi feita no último trimestre de 2019, ressaltou Alessandra Brito, analista da Pnad TIC. "É um dado que retrata como estava o acesso à internet bem no pré-pandemia", frisou Alessandra.

Houve melhora na inclusão digital em relação ao ano anterior: a proporção de domicílios brasileiros em que havia uso de internet aumentou de 79,1% em 2018 para 82,7% em 2019. Entre os que permaneceram desconectados, mais da metade alegou que o acesso ao serviço era caro (empecilho mencionado por 26,2% dos domicílios) ou que nenhum morador sabia se conectar (justificativa de 25,7%). Quase um terço das famílias desconectadas, uma fatia de 32,9%, declarou que não havia interesse no serviço.

No entanto, a ausência de conexão foi um dos empecilhos encontrados por alunos quando as escolas ficaram fechadas pela pandemia. Entre os estudantes de 10 anos ou mais, que passaram a depender de aulas e atividades educacionais remotas, 4,3 milhões não acessavam a internet, quase todos eles da rede pública (95,9%, ou 4,1 milhões). Na rede de ensino privada, 174 mil estudantes com ao menos 10 anos de idade estavam desconectados no pré-pandemia.

A posse de aparelho celular era ainda menos comum, 9,7 milhões de estudantes não tinham o aparelho, sendo 8,8 milhões deles (91,7%) frequentadores da rede pública de ensino.

"A renda é um fator que explica ter um computador em casa, ter um tablet, um celular, ter internet no domicílio. Para estar na rede privada, você tem que pagar para estudar", justificou Alessandra.

Segundo a pesquisadora, embora as vendas de equipamentos de comunicação e informática tenham aumentado durante a pandemia, não é possível dizer que houve melhora na inclusão digital.

"A gente teria que esperar o dado de 2020 para ver se isso foi uniforme (a aquisição de equipamentos). Pode ter aumentado para quem tinha dinheiro para comprar, pode ter exacerbado essa diferença entre rede pública e privada", ponderou a pesquisadora do IBGE, lembrando que houve piora no mercado de trabalho e na renda de trabalhadores no período.

Em 2019, na população de 10 anos ou mais de idade que usava a internet, o principal meio de acesso foi o telefone móvel celular, citado por 98,6% dos usuários, seguido, por microcomputador (46,2%), televisão (31,9%) e tablet (10,9%). Em relação a 2018, houve um aumento no uso da televisão para acessar a internet (alta de 8,8 pontos percentuais no total de menções), mas redução na utilização do microcomputador (4,5 pontos percentuais) e do tablet (1,1 pontos percentuais).

O aumento na adesão a assinaturas de serviços de streaming tem expandido o acesso à internet pela televisão, além de reduzir o uso de antenas parabólicas e TV por assinatura, disse Alessandra Brito, do IBGE.

"Até por essa substituição de TV de tubo por TV de tela fina, com mais tecnologia, as novas já vêm com conversor. Está aumentando na área rural o acesso à internet. Os sinais estão chegando nessas áreas mais longínquas", justificou Alessandra.

O percentual de domicílios com TV por assinatura encolheu de 31,8% em 2018 para 30,4% em 2019. A proporção de lares sem TV por assinatura que declararam tê-la substituído pela programação disponível na internet cresceu de 3,5% para 4,9% na passagem de 2018 para 2019, ante uma fatia de 1,5% em 2016.

A proporção de usuários que acessavam a internet para assistir a vídeos, filmes e séries cresceu de 86,1% em 2018 para 88,4% em 2019, enquanto a fatia dos que fizeram chamadas de voz ou vídeo online subiu de 88,1% para 91,2%.

A pesquisa mostrou ainda que, entre os lares com internet, o uso de conexão por banda larga móvel subiu de 80,2% em 2018 para 81,2% em 2019, enquanto a adoção de banda larga fixa aumentou de 75,9% para 77,9%.

Em 2019, havia televisão em 96,3% dos 72,9 milhões de domicílios particulares permanentes do País. O número de lares com televisão de tela fina

aumentou de 53 milhões em 2018 para 57 milhões em 2019, enquanto o de casas com televisão de tubo recuou de 23 milhões para 18 milhões.

Embora venha melhorando o acesso da população a aparelhos de TV, antenas ou conversores para recebimento do serviço digital, ainda havia 1,7 milhão de famílias no pré-pandemia sem alternativa à televisão analógica aberta, sendo 82,7% delas em área urbana, o equivalente a 1,4 milhão de domicílios.

## G.9 - FOLHA ONLINE (14/04/2021)

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/04/segundo-ibge-43-milhoes-de-estudantes-brasileiros-entraram-na-pandemia-sem-acesso-a-internet.shtml>

### Segundo IBGE, 4,3 milhões de estudantes brasileiros entraram na pandemia sem acesso à internet

Nicola Pamplona

Ao fim de 2019, 4,3 milhões de estudantes brasileiros não tinham acesso à internet, seja por falta de dinheiro para contratar o serviço ou comprar um aparelho seja por indisponibilidade do serviço nas regiões onde viviam.

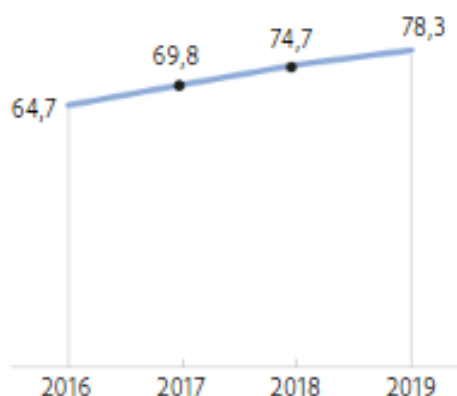
Destes, 4,1 milhões estudavam na rede pública de ensino, informou nesta quarta (10) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A estatística reforça os efeitos da desigualdade na educação com escolas fechadas durante a pandemia.

Pesquisa divulgada em março apontou que o acesso à internet e problemas de infraestrutura das escolas são os maiores entraves para o retorno às aulas neste ano: 49% das secretarias municipais de Educação indicaram altos graus de dificuldade com relação a acesso à internet.

#### Estudantes da rede pública têm menor acesso à internet

Percentual da população com mais de dez anos de idade que utiliza a internet  
Em %

Fonte: IBGE

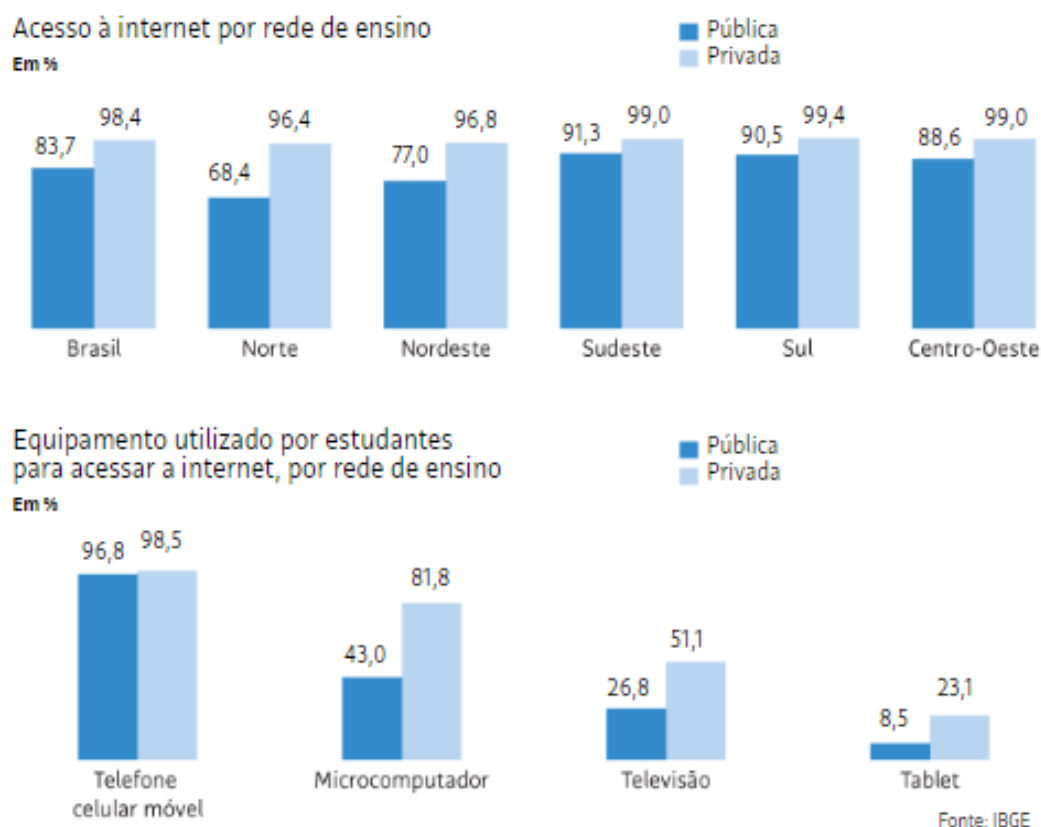


Os entraves de acesso a internet e a computadores são vistos como alguns dos motivos para a falta de participação de alunos nas atividades em 2020. Na rede pública estadual de São Paulo, por exemplo, cerca de 91 mil alunos não acompanharam as aulas remotas nem entregaram nenhuma atividade letiva no ano.

A pesquisa do IBGE traz dados do quarto trimestre de 2019, mas mostra que a desigualdade na utilização da internet era grande antes do início da pandemia, com grandes variações não só no acesso ao serviço, mas na qualidade do serviço e na posse de equipamentos adequados para assistir as aulas.

"A questão do aparelho ser caro e do serviço ser caro é um problema, mas é um problema ainda maior para o estudante da rede pública", diz a pesquisadora do IBGE Alessandra Brito, frisando que enquanto 99,5% dos brasileiros acessam a internet pelo celular, apenas 45,1% o fazem por computadores.

Segundo a pesquisa, embora 78,3% da população e 82,7% dos domicílios brasileiros tivessem acesso à internet no fim de 2019, a cobertura variava muito entre regiões, faixas de renda e tipo de escola frequentada.



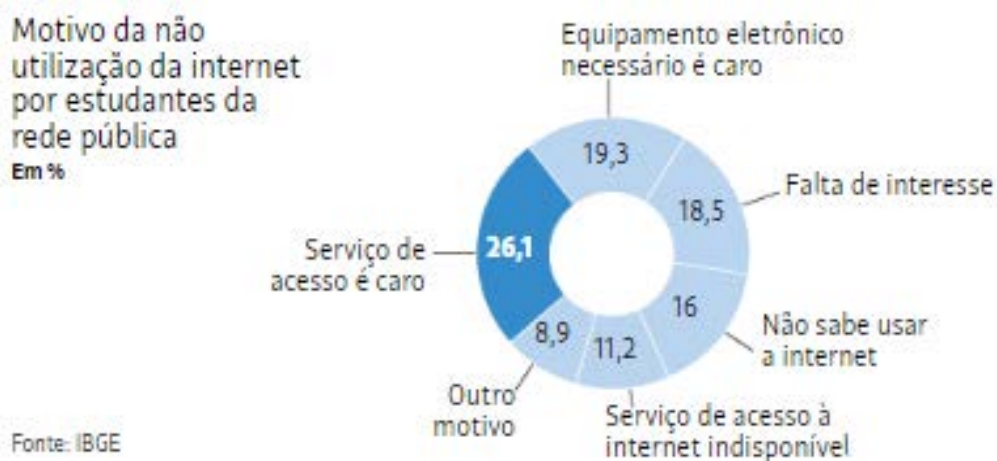
Considerando apenas municípios da zona rural, por exemplo, a taxa de cobertura de internet é de 55,6% dos domicílios. No Norte do país, apenas 38,4% das residências da área rural tinham acesso à internet. No Nordeste, a taxa é de 51,9%.

Segundo o IBGE, as principais razões para a falta de internet são o preço do serviço (citado em 21,4% dos domicílios da zona rural), a falta de conhecimento sobre como usar o serviço (21,4%) e a indisponibilidade do serviço (19,2%).

O custo para ter internet também é o problema principal para estudantes, seguido pelo custo para adquirir um equipamento eletrônico para utilizar o serviço. No país, a renda per capita média dos domicílios com acesso à internet (R\$ 1.527) era o dobro daquela verificada nas residências sem o serviço (R\$ 728).

A velocidade do serviço é outro problema: 22,1% dos domicílios brasileiros não tinham acesso a banda larga fixa no fim de 2019, ficando dependentes dos serviços de banda larga móvel. Ainda assim, 18,8% deles não conseguiam acessar esse tipo de serviço.

E, mesmo com o serviço, a desigualdade no acesso a equipamentos prejudica mais os alunos da rede pública. Entre estes, apenas 64,8% tinham celular, enquanto a taxa de cobertura entre os estudantes da rede privada era de 92,6%.



Na região Norte, a diferença é muito maior: a taxa de cobertura na rede pública (47,5%) equivale quase à metade da verificada na rede privada (89,3%).

A disparidade no acesso a microcomputadores entre estudantes é ainda mais elevada. Enquanto na rede privada 81,8% dos estudantes acessavam a internet usando esse tipo de aparelho, na rede pública a taxa era de apenas 43%.

No uso de tablet, a diferença chega a quase três vezes: 23,1% dos estudantes da rede privada usavam o dispositivo, contra apenas 8,5% daqueles que estudam em escola pública.

Como os dados foram coletados antes da pandemia, não consideram a explosão de vendas de aparelhos eletrônicos detectada por outras pesquisas do instituto em 2020, resultado de uma mudança no padrão de consumo dos brasileiros após o início das medidas de isolamento.



Com a redução dos gastos em serviços, como restaurantes e lazer, os consumidores direcionaram parcela maior de seu orçamento para compras de bens. A distribuição de auxílio emergencial entre o segundo e o terceiro trimestre de 2020 ajudou famílias de renda mais baixa a participar desse movimento.

1/11 Volta às aulas na escola estadual Raul Antônio Fragoso



Primeiro dia de volta às aulas presenciais na Escola Estadual Raul Antônio Fragoso, em Pirituba, zona norte de São Paulo... MAIS

Pesquisa sobre as vendas no comércio divulgada nesta terça (13) pelo IBGE mostra, por exemplo, que o segmento de móveis e eletrodomésticos é um dos poucos que vendeu em fevereiro de 2020 um volume maior do que o verificado em fevereiro de 2019, um mês antes do início da pandemia.

A pesquisadora do IBGE diz, porém, que ainda não é possível saber se esse movimento ajudou a equipar as famílias de renda mais baixa para se adequar ao ensino à distância. "Pode ter exacerbado essas diferenças", comenta ela.

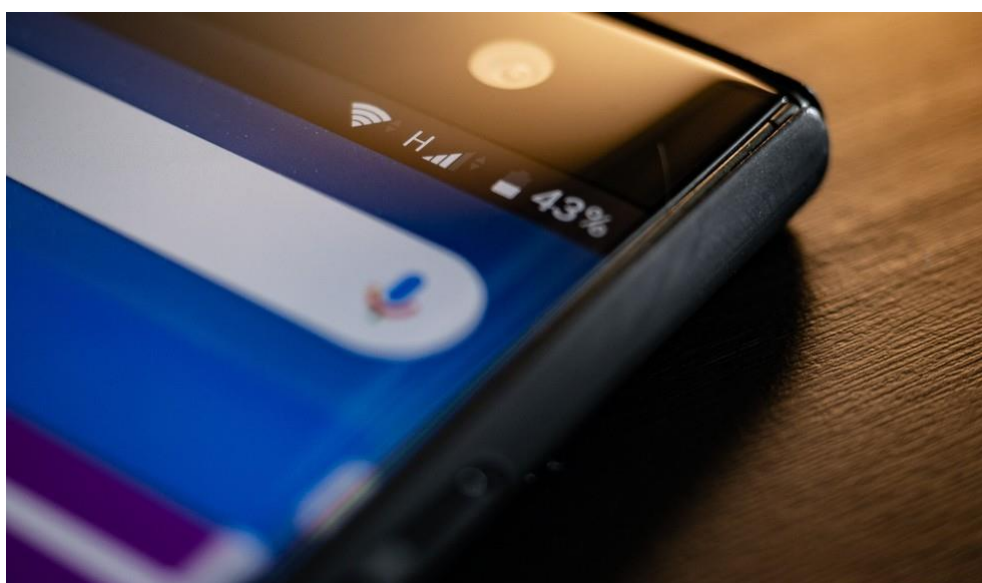
No geral, o acesso à internet entre os brasileiros vem crescendo seguidamente desde que a pesquisa começou a ser feita, em 2016. Naquele ano, 64,7% dos brasileiros tinham acesso ao serviço. Em 2019, o número subiu para 78,3%

**G.10** - G1 (14/04/2021)

<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/04/14/em-2019-brasil-tinha-quase-40-milhoes-de-pessoas-sem-acesso-a-internet-diz-ibge.ghtml>

## **Em 2019, Brasil tinha quase 40 milhões de pessoas sem acesso à internet, diz IBGE**

*Por G1*



*O celular é o aparelho número um para acessar a internet no Brasil. Em 2019, o aparelho era usado por 98,6% dos internautas. — Foto: Altieres Rohr/G1*

O Brasil tinha 39,8 milhões pessoas sem conexão com a internet no final de 2019. O número representa 21,7% da população com idade acima de 10 anos.

Os números são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C), com levantamento feito no 4º trimestre de 2019, divulgada nesta quarta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Um ano antes, o número de brasileiros que não tinham acesso à rede mundial de computadores era de 45,9 milhões, o que correspondia a 25,3% da população com 10 anos ou mais.

Em um ano, o número de internautas no Brasil aumentou em 6,1 milhões de pessoas. Havia no país, ao final de 2019, 143,5 milhões pessoas conectadas à internet (78,3%). Os dados do suplemento de Tecnologias da Informação e

Comunicação (TIC) da Pnad dão um panorama sobre quantas pessoas estão conectadas à internet e aparelhos mais usados para acessar a rede.

Veja abaixo os principais dados da pesquisa.

## Uso da internet no Brasil

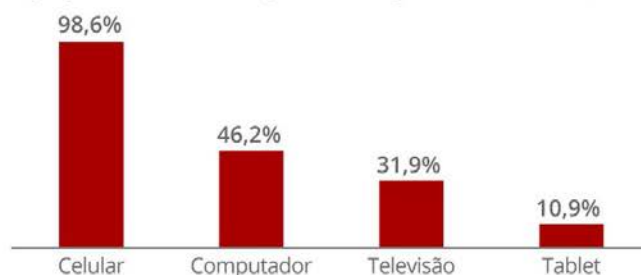
Celular é o principal meio de acesso à rede



### Rendimento real médio per capita nos domicílios



### Equipamento usado para navegar na internet (em %)



### Finalidade de acesso à internet (em %)



### Estudantes com acesso à internet por rede de ensino (em %)



Fonte: IBGE, levantamento feito no 4º tri de 2019



Infográfico elaborado em: 14/04/2021

## **Acesso à internet**

O número de pessoas que se conectam à internet no Brasil vem crescendo, segundo o IBGE. Em 2019, 78,3% das pessoas de 10 anos ou mais (143,5 milhões) se conectaram à rede.

Em 2016, esse número era de 64,7% da população, enquanto em 2017 era de 69,8% e em 2018 era de 74,7%.

Dentre os que não acessavam a internet, a maioria alegou não saber utilizá-la (43,8%) ou não ter interesse (31,6%). Essas pessoas também disseram que a internet era cara (11,9%), assim como os equipamentos (6,1%).

As regiões mais conectadas são:

Centro-oeste: 84,6%

Sudeste: 83,8%

Sul: 81,8%

Norte: 69,2%

Nordeste: 68,6%

Em 2019, a proporção de mulheres conectadas foi maior que a de homens: 78,3% delas tinham acesso, enquanto, o índice para eles era de 77,1%.

A faixa etária que mais se conecta tem entre 20 e 24 anos: 92,7% dessa faixa acessou a internet. Os brasileiros com 60 anos ou mais apresentaram o menor índice, de 45% - um salto a partir dos 38,7% em 2018.

## **Diferença de renda**

O rendimento real médio per capita nos domicílios em que havia utilização da internet era de R\$ 1.527, quase o dobro do rendimento dos que não utilizavam a rede, que foi de R\$ 728.

"A grande diferença entre esses dois rendimentos foi observada em todas as grandes regiões", afirmou o IBGE.

## **Celular como principal dispositivo**

O celular é o aparelho número um para acessar a internet no Brasil. Em 2019, o aparelho era usado por 98,6% dos internautas. Veja a comparação com outros dispositivos:

celular: 98,6%;  
computador: 46,2%;  
televisão: 31,9%;  
tablet: 10,9%.

O total de domicílios que tinha um computador diminuiu. Eram 41,7% em 2018, e 40,6% em 2019.

Em 2019, 148,4 milhões de pessoas com 10 anos ou mais tinham um celular para uso pessoal (81,0% da população desta faixa etária). O percentual é um pouco maior do que o estimado em 2018 (79,3%).

No entanto, o número é muito diferente entre pessoas que vivem em áreas urbanas e em áreas rurais: 84,4% contra 59,3%, respectivamente.

Entre as pessoas que não tinham um celular, 27,7% alegaram que o aparelho era caro; 22,6%, falta de interesse em ter um; 21,9% que não sabiam usar; e 16,4% que costumavam usar o aparelho de outra pessoa.

### **Troca de mensagens é o uso favorito**

A maioria das pessoas apontou que trocar mensagens é a principal finalidade para o uso da internet. A comunicação por ligações de voz ou vídeo ficou em segundo lugar:

enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagem por aplicativos: 95,7%;  
conversar por chamada de voz ou vídeo: 91,2%;  
assistir vídeos, filmes e séries: 88,4%;  
enviar ou receber e-mails: 61,5%.

### **Conexão em casa**

O uso de internet discada no Brasil é quase inexistente, segundo o IBGE. Somente 0,2% das pessoas se conectam à rede dessa forma.

A maioria dos lares usa banda larga fixa e banda larga móvel (3G e 4G). De 2018 para 2019, nos domicílios em que havia utilização da internet, o percentual de domicílios em que havia tanto a conexão por banda larga fixa quanto a móvel subiu de 56,3% para 59,2%.

Os domicílios que utilizaram somente a conexão por banda larga móvel passou de 23,3% para 21,4% de um ano para o outro. Naqueles em que havia somente o uso de conexão por banda larga fixa, a variação foi de 19,0% para 18,1%.

No total, 77,9% dos domicílios possuíam banda larga fixa e 81,2% banda larga móvel. Veja os números por região:

Norte: fixa 55% / móvel 88,6%;

Nordeste: fixa 80,4% / móvel 63,8%;

Centro-oeste: fixa 77,3% / móvel 87,1%;

Sudeste: fixa 79% / móvel 87,5%;

Sul: fixa 81% / móvel 82,4%.

## Estudantes



4,1 milhões de alunos de escola pública estavam sem acesso à internet, pouco antes da pandemia

Os estudantes usam mais a internet: 88,1% deles se conectaram à internet em 2019. O número entre não estudantes que acessaram a rede foi de 75,8%.

Apesar disso, o acesso se torna diferente de acordo com a rede de ensino:

98,4% dos estudantes da rede privada utilizaram a internet;  
83,7% dos estudantes da rede pública se conectaram à rede.

Essas diferenças se acentuam de acordo com a região do país. Considerados apenas os estudantes da rede privada, o percentual de uso da internet ficou acima de 95,0% em todas as grandes regiões. Veja abaixo os números para a rede pública:

Norte: 68,4%;  
Nordeste: 77%;  
Centro-oeste: 88,6%;  
Sul: 90,5%;  
Sudeste: 91,3%.

Entre os estudantes que não tinham um celular, 91% deles eram da rede pública de ensino. O principal motivo apontado pela ausência do aparelho foi o custo (41,2%), seguido pela alegação de que costumavam utilizar o telefone móvel celular de outra pessoa (28,7%).

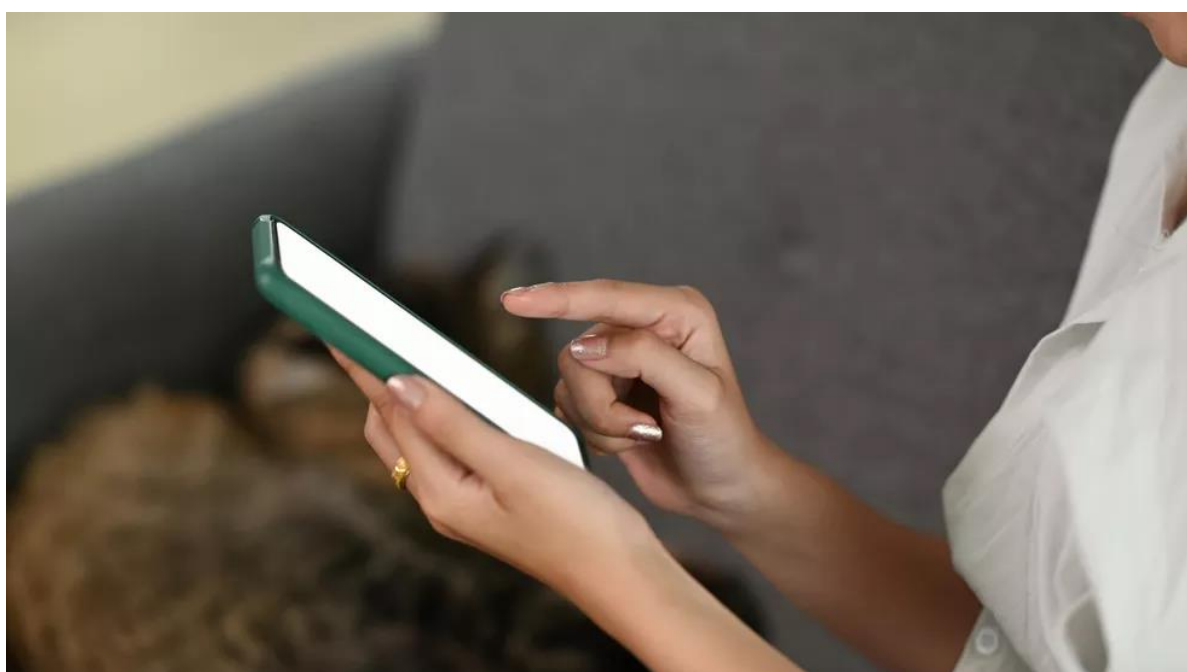
Na rede privada, os motivos eram inversos: o uso de aparelho de outra pessoa teve peso maior (40,3%) do que a questão do aparelho ser caro (20,0%).

**G.11** - G1 (14/04/2021)

<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/04/14/alagoas-e-o-4o-estado-do-pais-com-maior-taxa-de-lares-sem-acesso-a-internet-aponta-ibge.ghtml>

## **Alagoas é o 4º estado do país com maior taxa de lares sem acesso à internet, aponta IBGE**

*Por G1 AL*



*Entre os lares de Alagoas que têm acesso à internet, a maioria utiliza o celular para navegar — Foto: Unimed Bauru/Divulgação*

Alagoas é o quarto estado brasileiro com maior proporção de lares sem acesso à internet em 2019. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada nesta quarta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento mostra que Alagoas (26,8%) só fica atrás de Acre (28,6%), Maranhão (32,6%) e Piauí (32,7%). Já o Distrito Federal (94,4%) registrou a maior proporção de lares com acesso à internet em 2019.

Das 295 mil residências alagoanas sem conexão à internet, 45% apontaram o preço cobrado pelo serviço como o principal entrave.



**Principais motivos alegados por quem não tem acesso à internet**

Preço cobrado pelo serviço - 45%

Não saber usar a internet - 23%

Falta de interesse - 22%

Alto custo de equipamento eletrônico - 6%

Ausência de oferta na área do domicílio 2%

**Celular é o queridinho dos alagoanos**

A pesquisa apontou ainda que o aparelho celular é o meio mais utilizado pelos alagoanos para usar a internet. 99,7% dos entrevistados elegeram o smartphone como principal equipamento em 2019.

Computador ou tablet foram citados por 30,9% dos entrevistados. Já 24,2% dos alagoanos citaram televisão como a primeira opção para acessar a internet.

**G.12 - G1 (14/04/2021)**

*<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/04/14/bahia-teve-2o-maior-aumento-de-internautas-no-brasil-em-2019-aponta-pesquisa-do-ibge.ghtml>*

## **Bahia teve 2º maior aumento de internautas no Brasil em 2019, aponta pesquisa do IBGE**

*Por G1 BA*



*Bahia teve 2º maior aumento de internautas no Brasil em 2019, aponta pesquisa do IBGE — Foto: Getty Images via BBC*

Uma pesquisa feita Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que, em 2019, a Bahia teve o segundo maior crescimento de internautas no Brasil. Esse é o levantamento mais recente da instituição, divulgado nesta quarta-feira (14), que aponta que 71,3% usam internet no estado.

Segundo o IBGE, nos últimos trimestres de 2018 e 2019, o número de usuários da internet no estado baiano, com idades a partir de 10 anos, passou de 8,3 milhões para 9,2 milhões: um aumento de 10,3%. O aumento absoluto foi de 860 mil novos internautas.

O instituto detalhou que esse foi o maior aumento registrado na Bahia desde 2016, quando o IBGE começou a fazer a pesquisa.

Entre 2018 e 2019, na Bahia, o número de internautas cresceu mais fora da Região Metropolitana de Salvador: um aumento de 12,2%. Mulheres (+10,4%), idosos (+37,0%) e pessoas menos instruídas (+14,4%) são a principal parcela desse crescimento.

Ainda de acordo com o IBGE, na época da pesquisa, a maior parte das pessoas que não usavam a internet alegaram que não sabiam como fazer: 43,9% delas. Outras 38,8% das pessoas sem o uso disse que o custo do equipamento e do serviço era a principal restrição.

Apesar da alta, no final de 2019, o percentual de 71,3% de pessoas que usavam a internet na Bahia estava abaixo da média nacional de 78,3%, levantada por estados como Distrito Federal (92,1%), São Paulo (86,4%) e Rio de Janeiro (84,7%).

## Preferências



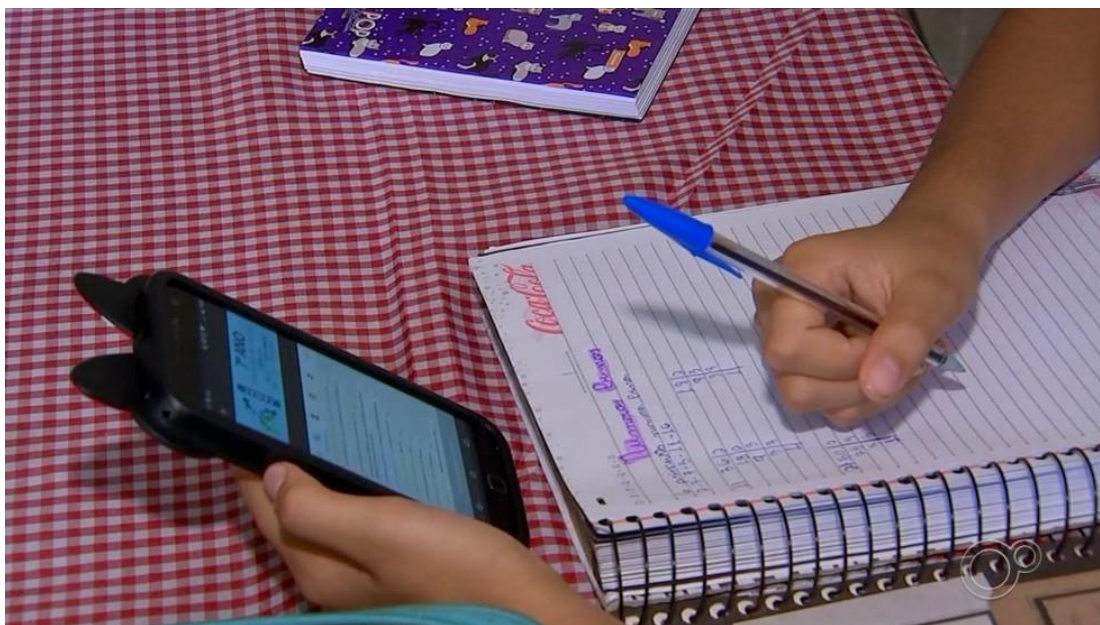
*Bahia teve 2º maior aumento de internautas no Brasil em 2019, aponta pesquisa do IBGE — Foto: Unimed Bauru/Divulgação*

O acesso à internet pelo celular é o preferido entre os baianos: 98,9% dos 9,2 milhões de internautas em 2019. No entanto, o equipamento que mais ganhou adeptos para navegar na Internet no estado foi a televisão.

No quarto trimestre de 2019, pouco mais de 2 em cada 10 pessoas usaram a internet isso pela TV, na Bahia. Um total de 2,2 milhões de usuários informaram ter navegado por meio desse equipamento. Comparado a 2018, esse número representa um aumento de 53,6%.

No geral, 87,7% das pessoas usam para assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes. Já 92,2% usam para fazer chamada de voz ou vídeo. O uso menos frequente é para enviar ou receber e-mails: 50,7%.

## Estudantes



*Bahia teve 2º maior aumento de internautas no Brasil em 2019, aponta pesquisa do IBGE — Foto: Reprodução/TV TEM*

Ainda em 2019, antes da pandemia, 428 mil estudantes não usavam a Internet na Bahia, um percentual de 15,8%. Além disso, outros 904 mil (33,5%) não tinham celular.

No quarto trimestre de 2019, 1 em cada 3 pessoas que estudavam no estado não possuía o aparelho: 33,5% do total ou 904 mil pessoas. Era o segundo maior contingente do país, em termos absolutos, abaixo apenas do verificado em São Paulo: 1,349 milhão de estudantes sem celular.

O número de estudantes com celular não avançou tanto na Bahia quanto o de internautas. De 2018 para 2019, o crescimento foi de apenas 3,9%, passando de 1,72 milhão para 1,79 milhão: mais 68 mil estudantes com o aparelho em um ano.

**G.13** - G1 (14/04/2021)

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/04/14/maranhao-tinha-o-2o-menor-percentual-de-domicilios-com-internet-do-pais-em-2019-diz-ibge.ghtml>

### **Maranhão tinha o 2º menor percentual de domicílios com internet do país em 2019, diz IBGE**

*Por G1 MA - São Luís, MA*



*O celular é o aparelho número um para acessar a internet no Brasil. Em 2019, o aparelho era usado por 98,6% dos internautas. — Foto: Reprodução/TV Integração*

Em 2019, o Maranhão era o segundo estado com o menor percentual de domicílios que tem acesso à internet do país. Há dois anos, o estado tinha apenas 67,4% dos domicílios maranhenses tinham o serviço.

Os números são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C), com levantamento feito no 4º trimestre de 2019, divulgada nesta quarta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2016, o percentual de residências com internet era de 47,5%. Apesar do aumento, o estado ainda aparece na penúltima colocação do ranking dos estados,

atrás somente do Piauí com 67,3%. Em média, o percentual de domicílios brasileiros que possuem acesso ao serviço era de 82,7% em 2019.

Entre os equipamentos utilizados para acessar a internet, o celular lidera a lista com 99,8%. Em seguida, aparecem computadores e tablets com 23,5%. Já em relação ao acesso à internet pela televisão, subiu de 2,3% a 13,2% o uso de serviço nos domicílios maranhenses durante o período.

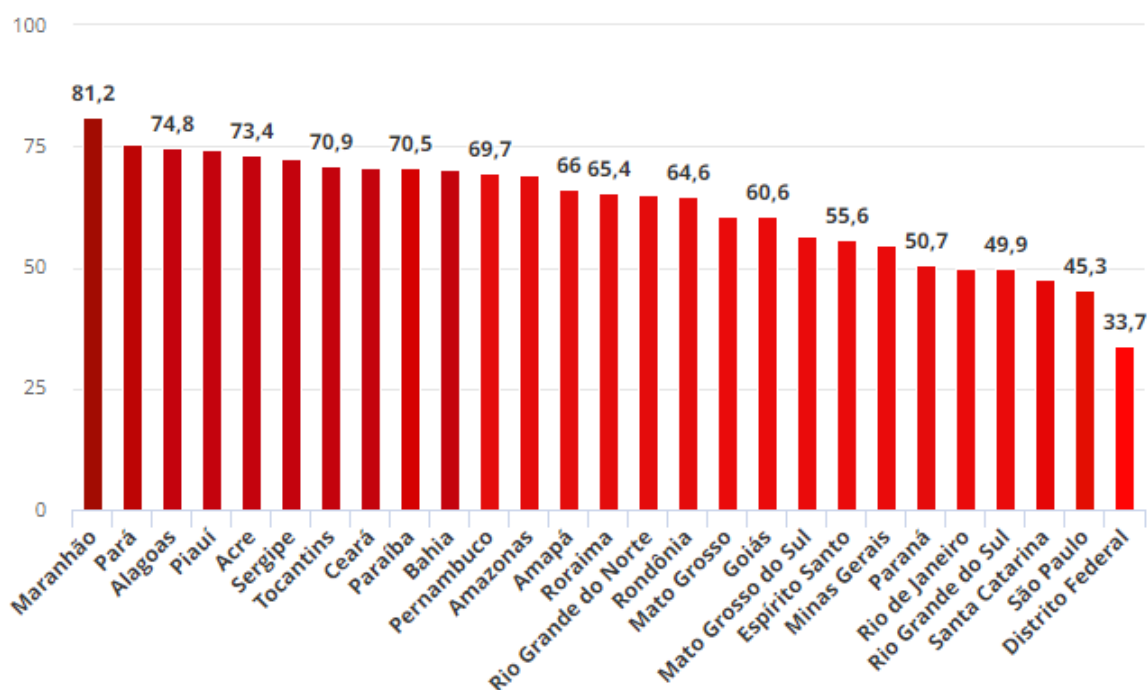
Segundo o IBGE, subiu para 57,1% o número de pessoas a partir de 10 anos ou mais, que tinham celular para uso pessoal. Em 2019, pessoas entre 25 a 29 anos eram maioria entre a população que utilizava o telefone móvel para uso pessoal, com 74%.

### Menos microcomputadores ou tablets

O levantamento aponta que o Maranhão é o estado que possui a menor quantidade de domicílios sem microcomputadores ou tablets. Em 2019, apenas 18,8% das residências tinham o serviço, percentual menor ao registrado em 2016, que obteve 20,1%. No Brasil, a média chega a 42,9%.

## Ranking de estados com maior percentual de microcomputadores e tablets

Dados são referentes a 2019



**Quase 40 milhões sem internet**

De acordo com o IBGE, o Brasil tinha 39,8 milhões pessoas sem conexão com a internet no final de 2019. O número representa 21,7% da população com idade acima de 10 anos.

Um ano antes, o número de brasileiros que não tinham acesso à rede mundial de computadores era de 45,9 milhões, o que correspondia a 25,3% da população com 10 anos ou mais.

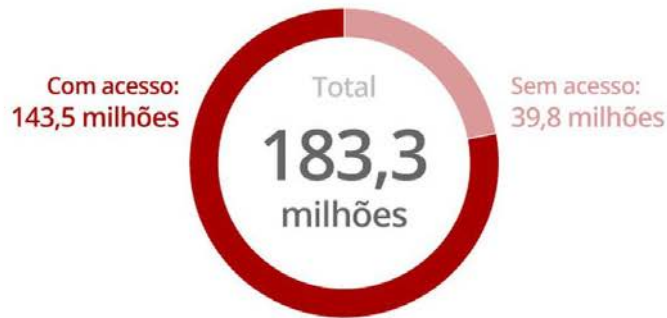
Em um ano, o número de internautas no Brasil aumentou em 6,1 milhões de pessoas. Havia no país, ao final de 2019, 143,5 milhões pessoas conectadas à internet (78,3%).

Os dados do suplemento de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) da Pnad dão um panorama sobre quantas pessoas estão conectadas à internet e aparelhos mais usados para acessar a rede.

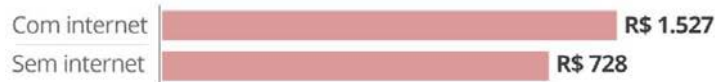
Veja abaixo os principais dados da pesquisa.

## Uso da internet no Brasil

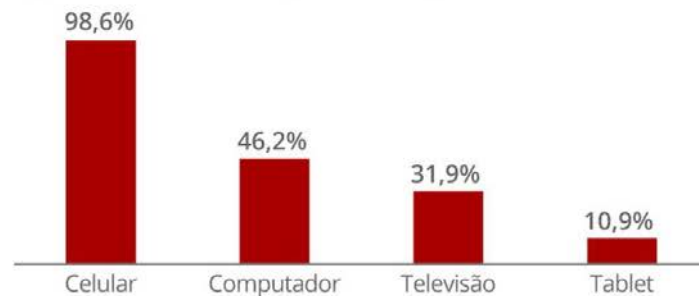
Celular é o principal meio de acesso à rede



### Rendimento real médio per capita nos domicílios



### Equipamento usado para navegar na internet (em %)



### Finalidade de acesso à internet (em %)



### Estudantes com acesso à internet por rede de ensino (em %)



Fonte: IBGE, levantamento feito no 4º tri de 2019



Infográfico elaborado em: 14/04/2021

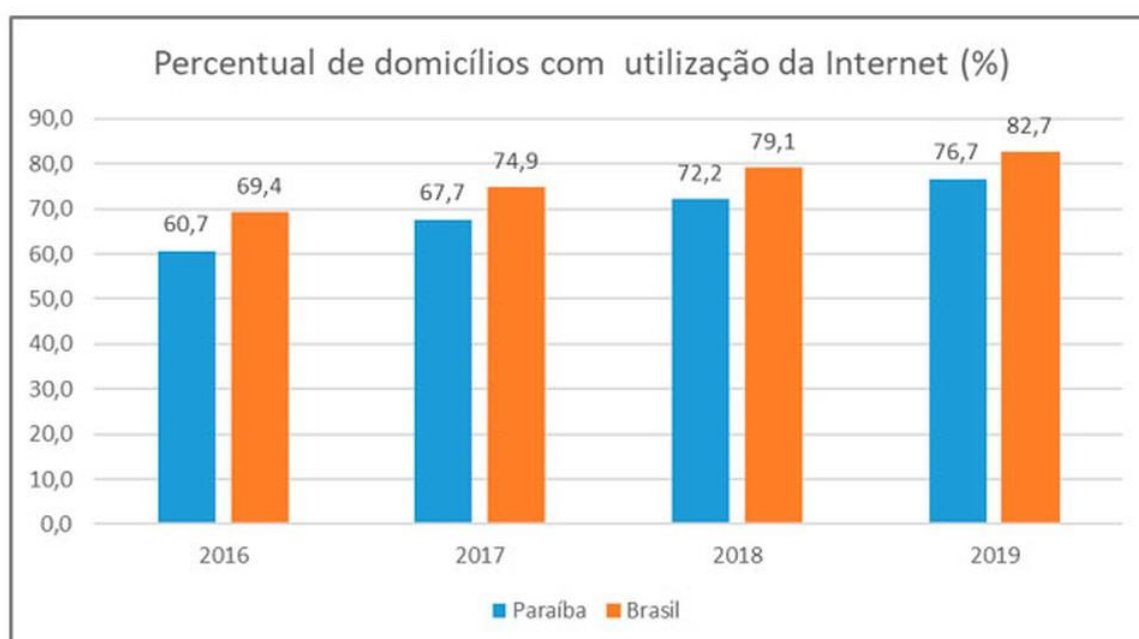


**G.14 - G1 (14/04/2021)**

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/04/14/indice-de-lares-da-paraiba-com-acesso-a-internet-chega-a-767percent-aponta-pesquisa-do-ibge.ghtml>

### Índice de lares da Paraíba com acesso à internet chega a 76,7%, aponta pesquisa do IBGE

Por G1 PB



*Percentual de domicílios da Paraíba com acesso à internet — Foto: IBGE/Reprodução*

A Paraíba atingiu em 2019 uma taxa de 76,7% dos domicílios com acesso à internet, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD C), divulgado nesta quarta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso significa que pouco mais de um milhão de lares paraibanos - de um total de 1,33 milhão - já têm internet, o que indica um aumento de 16% em três anos, já que em 2016 eram 60,7% dos lares.

O índice, contudo, está abaixo da média nacional, que é de 82,7%. Ao mesmo, representa a terceira melhor marca da Região Nordeste. O estado, na

região, só fica atrás de Sergipe (80,2%) e Rio Grande do Norte (78,4%). A Paraíba também está acima da média regional, que é de 74,3%.

Com relação à forma como os paraibanos têm acesso à internet, contabilizando apenas os lares que já possuem o serviço, 99,5% das pessoas utilizam a internet via celular, 33,3% via computador, 26,5% via televisão e 9,8% via tablet. A soma ultrapassa os 100% porque a maioria das pessoas usam mais de um dispositivo para esse fim.

O estudo mostra um avanço paulatino do celular e da TV, ao tempo que há um recuo no uso do computador e do tablet para esse fim. Em 2016, 97,5% usavam o celular, 10,3% a televisão, 48,2% o computador e 18,8% o tablet.

Entre os domicílios em que a internet não era utilizada em 2019, os principais motivos apontados foram: em 35% dos lares nenhum morador sabia usar a rede; em 30,2% o serviço de acesso era caro e em 27,2% havia falta de interesse em acessar. Outros 2,8% informaram que o equipamento eletrônico necessário para acessar a internet tinha um alto custo e 2,3% relataram que o serviço de acesso à rede não estava disponível na área do domicílio.

Em relação ao tipo de conexão, a banda larga fixa está em 84,6% dos domicílios em que havia acesso à internet na Paraíba. Já a banda larga móvel está em 61,9% dos lares.

### **Chamadas de voz ou de vídeo em alta**

Das 2,3 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade que acessaram a internet na Paraíba em 2019, cerca de 94,4% utilizaram a rede para conversar por chamadas de voz ou de vídeo. Conforme a PNAD Contínua, essa foi a principal finalidade de acesso apresentada pela população paraibana. O percentual ficou acima da média nacional de 91,2%.

Em segundo lugar, está o uso da rede para enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens, por aplicativos de bate-papo. Esse uso responde a 91,2% dos usuários. A pesquisa mostra ainda que 89% usam a internet para assistir a vídeos e apenas 46,9% para enviar e receber e-mails.

O estudo aponta ainda que o uso da internet é mais frequente nas faixas etárias de 20 a 24 anos (89,1%), de 25 a 29 anos (87%), de 14 a 19 anos (86,9%) e de 30 a 39 anos (84%). As menores proporções foram observadas nos grupos de 60 anos ou mais (29,6%) e 50 a 59 anos (58,4%).

### **Acesso à TV digital na Paraíba**

Em aproximadamente 84,1% dos domicílios paraibanos havia televisão com conversor para receber sinal digital de TV aberta em 2019, segundo a PNAD C. No Nordeste, essa proporção só foi menor que as verificadas em Sergipe (87,2%) e em Pernambuco (84,6%), além de ter ficado acima da média da região (81,4%), embora abaixo da brasileira (89,8%). No estado, houve crescimento desse indicador tanto frente aos dados de 2016, quando esse percentual era de 59,3%, como diante dos resultados de 2018, quando foi de 79,2%. Por outro lado, a distribuição de lares em que havia televisão e a recepção do sinal ocorria apenas por antena parabólica tem registrado queda contínua, passando de 21,8%, em 2016; para 20,3%, em 2017; para 13,2%, em 2018; e chegando a 10% em 2019.

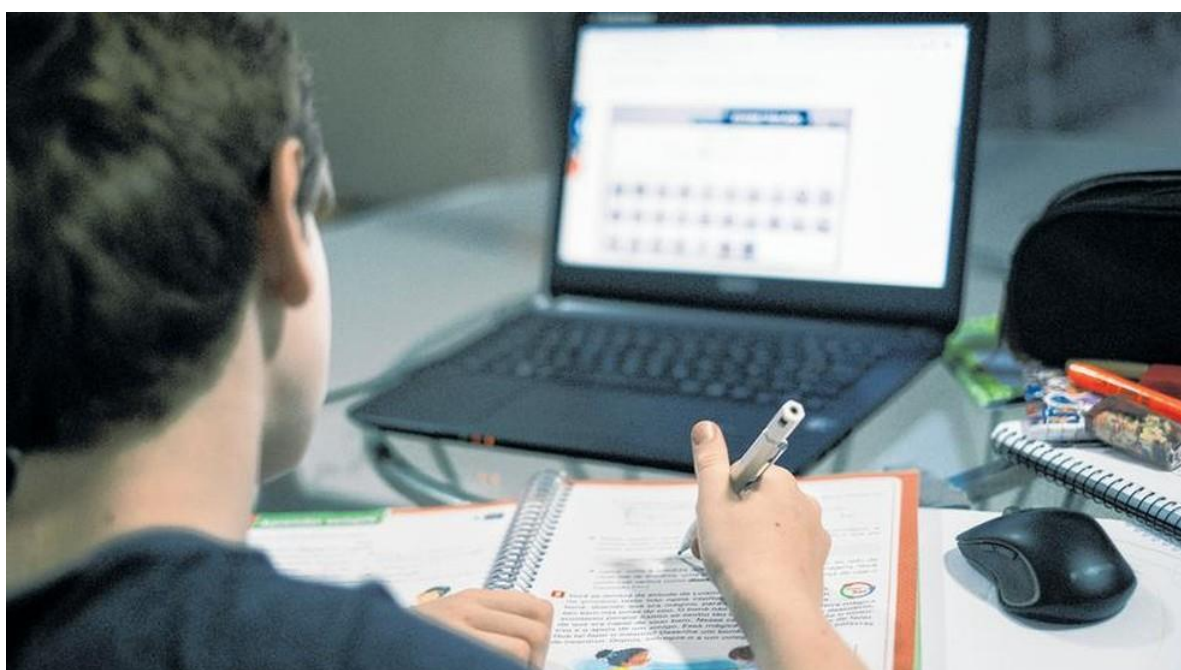
Outro indicador que tem registrado redução é o de domicílios em que havia acesso a serviço de televisão por assinatura que, na Paraíba, caiu de 15,3%, em 2016; para 14,3%, em 2017; para 12,7%, em 2018; atingindo 11,3%, em 2019. Esse percentual foi bem menor que os constatados nas médias brasileira (30,4%) e nordestina (16,7%). O alto custo e a falta de interesse foram os principais motivos.

**G.15** - G1 (14/04/2021)

<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/04/14/aceso-a-internet-cresce-no-piaui-mas-proporcao-ainda-e-a-menor-do-pais-diz-ibge.ghtml>

## **Acesso à internet cresce no Piauí, mas proporção ainda é a menor do país, diz IBGE**

*Por Laura Moura, G1 PI*



*Segundo a pesquisa, 339 mil casas piauienses não possuíam acesso à internet em 2019. — Foto: Gustavo Pellizzon/SVM*

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase sete a cada dez domicílios no Piauí possuíam acesso à internet em 2019. O número é maior que o registrado em 2016, quando ocorreu a última pesquisa sobre o tema. Apesar do aumento da proporção no estado, ela ainda é a menor do país.

O percentual de residências que utilizam a internet no Piauí passou de 52,7% em 2016 para 67,3% em 2019. O índice obtido pelo estado na última pesquisa é ainda menor ao que o país tinha em 2016, quando 69,4% dos domicílios brasileiros já tinham acesso ao serviço. Agora, a taxa é de 82,7%.

O IBGE revelou que 339 mil casas piauienses não possuíam acesso à internet em 2019. O principal motivo seria o valor cobrado por este serviço. As

outras causas também relatadas foram a falta de interesse, pelo fato de nenhum morador da residência saber utilizar a internet e pela indisponibilidade na região onde reside.

### **Internet x renda**

A pesquisa do instituto demonstrou que a desigualdade social é um fator crucial no que se refere ao acesso à internet no estado. Nas casas que utilizam o serviço, a renda mensal por pessoa era de R\$ 923, enquanto que nas residências que não possuíam internet a renda era de R\$ 536.

### **Idade**

No Piauí, 89,6% das pessoas com idades entre 20 a 24 anos utilizaram o serviço em 2019. Já entre as pessoas com 60 anos ou mais, a proporção cai para apenas 21,6%.

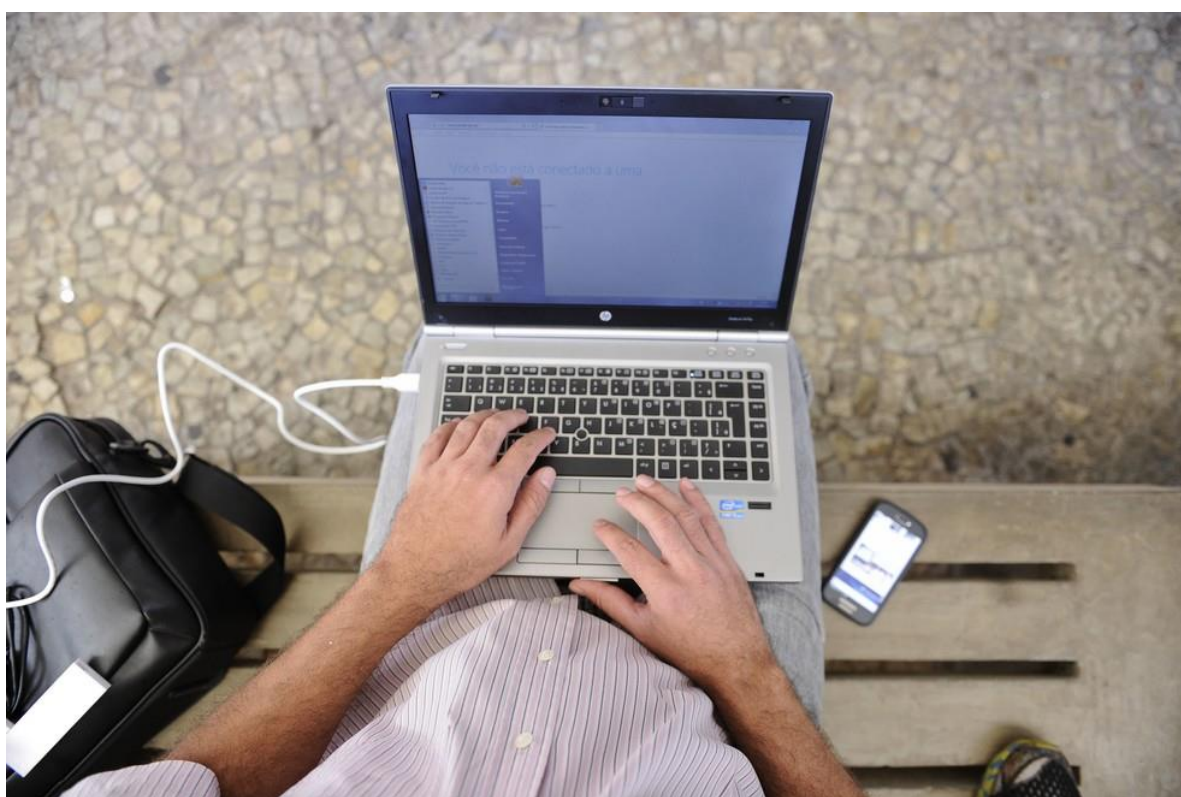
De 10 a 49 anos, a proporção de uso de internet era superior a 50%. A partir dos 50 anos, conforme o estudo, a taxa cai para menos da metade.

**G.16** - G1 (14/04/2021)

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/04/14/pesquisa-do-ibge-morta-que-internet-chega-a-quase-75percent-dos-lares-tocantinenses.ghtml>

## **Pesquisa do IBGE mostra que internet chega a quase 75% dos lares tocantinenses**

*Por G1 Tocantins*



*Acesso à internet cresceu no Tocantins — Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado*

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de domicílios tocantinenses com acesso a internet era de 74,6% em 2019. O número teve rápido crescimento nos quatro anos anteriores, já que em 2016 o total era de apenas 61,9%, mais de 12 pontos a menos.

O acesso a internet tem avançado rapidamente em todo o país e uma pesquisa do mostra que o Tocantins também segue esta tendência. Os dados foram coletados em 2019, mas divulgados apenas nesta quarta-feira (14) por causa do tempo de totalização, que normalmente é longo em pesquisas deste tipo.

O equipamento mais popular para navegar na rede no estado, segundo o levantamento, é o celular, que também está sendo cada vez mais utilizado. O número de moradores que Tocantins que tem este tipo o aparelho subiu de 74,4% para 78,2%, no período. Por outro lado, houve queda no índice de domicílios com telefone fixo: de 13,2% para 10,2%.

Os microcomputadores e celulares se tornaram menos populares para acessar a internet. Entre os moradores que utilizam a redes, 99,8% disseram usar o celular para navegar, enquanto apenas 31,6% usam microcomputadores e apenas 7% tablets.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad TIC).

Entre os 25,4% de domicílios que ainda não estavam conectados à rede em 2019, três motivos foram apontados como os principais para a falta de acesso: falta de interesse em acessar (33,6%), nenhum morador sabia usar a internet (22,9%) e serviço de acesso era caro (20,7%). Em outras 15,9% das residências os moradores disseram que não havia disponibilidade de rede na área do domicílio e em 4,8% a justificativa foi o alto custo do equipamento eletrônico para conexão.

Os pesquisadores do IBGE conseguiram ainda relacionar a renda familiar ao acesso à internet e também à TV por assinatura. O rendimento médio per capita dos domicílios em que havia utilização da internet (R\$ 1.146) era quase o dobro do rendimento dos que não utilizavam a rede (R\$ 620). Por sua vez, a renda per capita nos lares com acesso à televisão por assinatura chegava à média de R\$ 2.105, bem mais que o dobro dos que não possuíam o serviço (R\$ 862).

O percentual de lares que têm aparelhos de TV estava em 91,6% em 2019. Segundo a pesquisa, houve aumento significativo no número de moradores que acessavam a internet pela televisão, de 6,0% em 2016 para 15,2% em 2019.

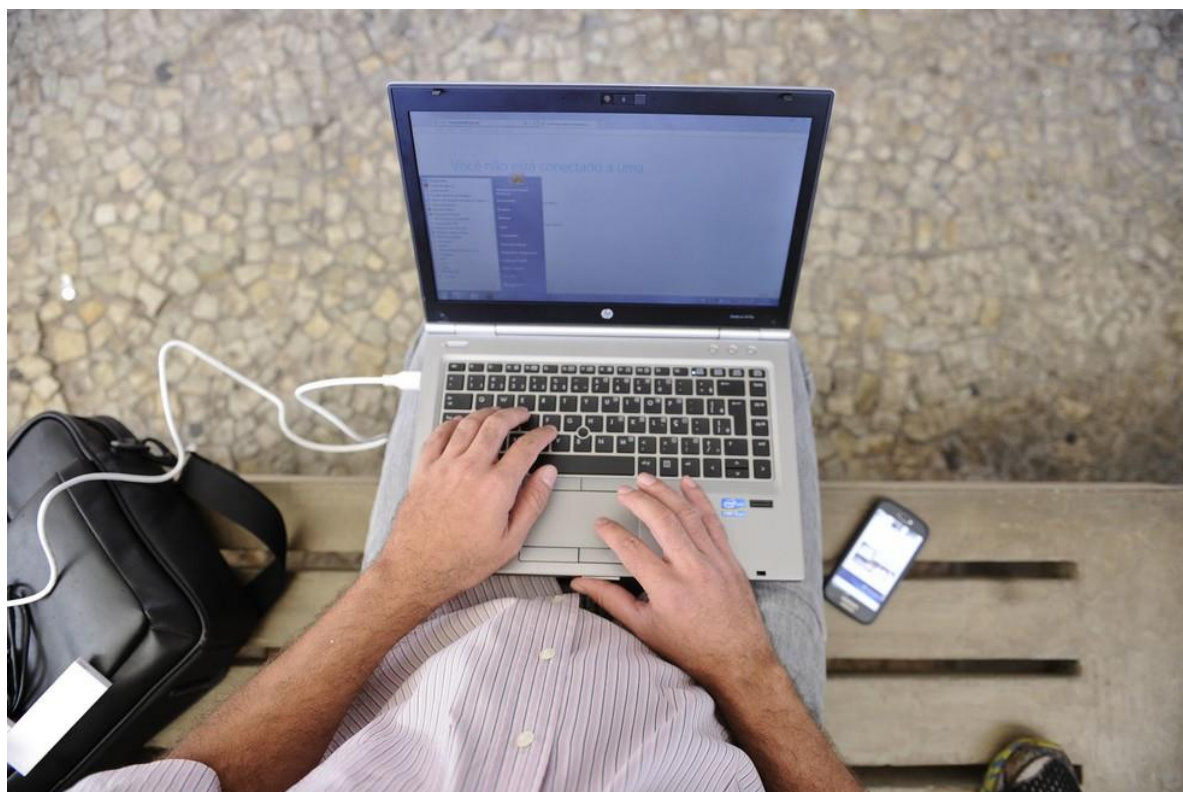
O processo de implantação do sinal digital para acesso aos canais de televisão aberta em substituição ao analógico, transmitido por antenas terrestres, ainda estava em andamento em 2019. A PNAD TIC mostra que naquele ano, 75,3% dos domicílios tinham conversor (integrado ou adaptado na TV) para receber o sinal digital. Em 2016, eles contabilizavam apenas 55,8%.

**G.17** - G1 (15/04/2021)

<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/04/15/em-2019-acre-tinha-mais-de-230-mil-pessoas-sem-acesso-a-internet-diz-ibge.ghtml>

### **Em 2019, Acre tinha mais de 230 mil pessoas sem acesso à internet, diz IBGE**

*Por Iryá Rodrigues, G1 AC - Rio Branco*



*Em 2019, Acre tinha mais de 230 mil pessoas sem acesso à internet — Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado*

O Acre tinha 231 mil pessoas sem conexão com a internet no final de 2019. O número representa 28,6% da população com idade acima de 10 anos.

Os números são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C), com levantamento feito no 4º trimestre de 2019, divulgada nessa quarta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Um ano antes, o número de acreanos que não tinha acesso à rede mundial de computadores era de 267 mil, o que correspondia a 33,2% da população com 10 anos ou mais.



Em um ano, o número de internautas no Acre aumentou em 36 mil pessoas. Havia no estado, ao final de 2019, 639 mil pessoas conectadas à internet, o que representa um percentual de 71,4%.

Os dados do suplemento de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) da Pnad dão um panorama sobre quantas pessoas estão conectadas à internet e aparelhos mais usados para acessar a rede.

### **Acesso à internet**

O número de pessoas que se conecta à internet no Acre vem crescendo, segundo o IBGE. Em 2019, 71,4% das pessoas de 10 anos ou mais se conectaram à rede, um aumento de 4,6 pontos percentuais em relação a 2018, quando 591 mil pessoas tinham acesso, o que correspondia a 66,8% da população.

Esse percentual vem crescendo desde 2016, quando 52,9% da população de 10 anos ou mais de idade tinha utilizado a internet, passando para 57,1% em 2017.

O crescimento ocorreu em todas as grandes regiões, sobretudo no Nordeste, que, apesar do aumento de 5,2 p.p. no período, se manteve como a região com menor percentual de domicílios com acesso à Internet (74,3%).

Em 2019, a proporção de mulheres conectadas foi maior que a de homens: 70,5% delas tinham acesso, enquanto, o índice para eles era de 65,3%.

Dentre os 78 mil domicílios do Acre que não acessavam a internet, a maioria alegou que o serviço não estava disponível na área do domicílio (47,6%). Essas pessoas também disseram que não sabiam utilizá-la (18,4%) ou não tinham interesse (16%). Outros afirmaram que o serviço de internet era caro (11%), assim como os equipamentos (5,4%).

### **Diferença de renda**

No Acre, o rendimento real médio per capita nos domicílios em que havia utilização da internet estava em R\$ 1.076. O valor é o dobro do rendimento nos domicílios em que a internet não era usada, de R\$ 442.

"A grande diferença entre esses dois rendimentos foi observada em todas as grandes regiões", afirmou o IBGE.

### **Celular como principal dispositivo**

O celular é o aparelho número um para acessar a internet no Acre. Em 2019, o aparelho era usado por 99,7% dos internautas. Veja a comparação com outros dispositivos:

celular: 99,7%;

computador: 30,2%;

televisão: 11,7%;

tablet: 5,5%.

### **Tipo de conexão**

A maioria dos lares no Acre usa banda larga móvel (3G e 4G) e banda larga fixa. De 2018 para 2019, nos domicílios em que havia utilização da internet, o percentual de domicílios em que havia a conexão por banda larga móvel subiu de 88,7% para 95,1%.

Já o percentual dos domicílios que utilizava a banda larga fixa aumentou de 55,8% para 56,0% neste período.

A análise regional mostrou que, em 2019, nas residências em que havia utilização da internet, o percentual de domicílios em que a banda larga fixa era usada ficou em 55,0% na Região Norte, ficando muito abaixo dos resultados alcançados nas demais, que variaram de 77,3% a 81,4%.

Com relação ao percentual dos domicílios em que havia uso da banda larga móvel, o menor foi o da Região Nordeste (63,8%) e o maior, da Região Norte (88,6%).

### **Estudantes**

Os estudantes usam mais a internet: 74,3% deles se conectaram à internet em 2019. O número entre não estudantes que acessa a rede foi de 65,8%.

Em relação ao ano anterior, houve aumento de 6,1 pontos percentuais do uso da internet nos dois grupos, sobretudo entre não estudantes.

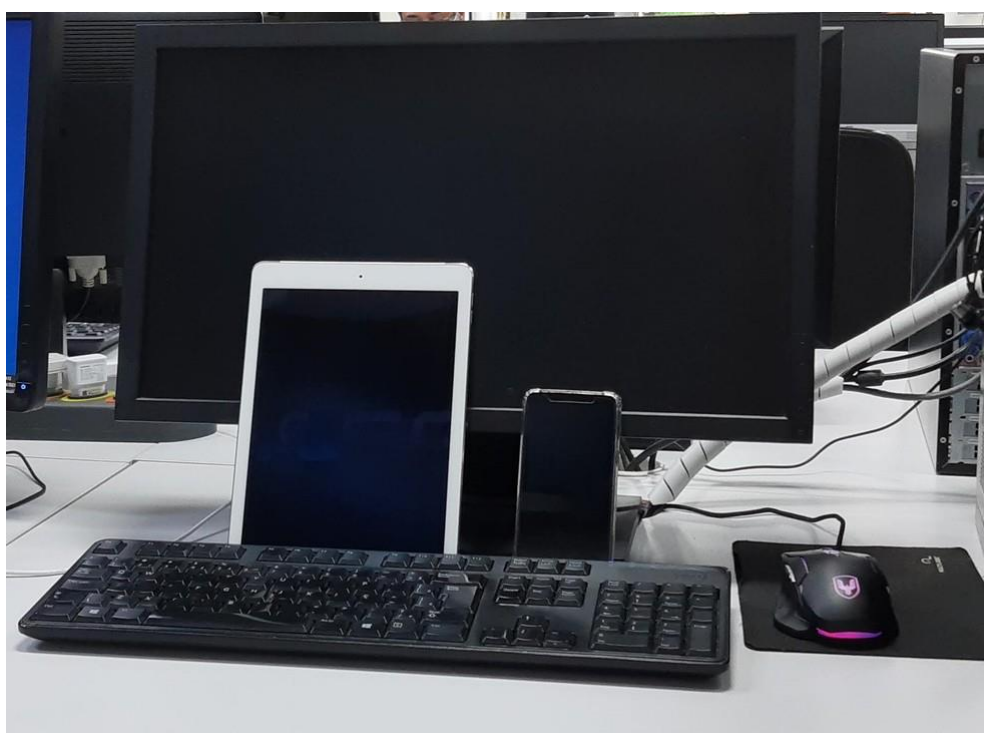
Em 2019, o percentual de pessoas que utiliza a internet, no período de referência dos últimos três meses, no grupo etário de 10 a 13 anos foi de 58,4%. Esse percentual cresceu sucessivamente nos seguintes grupos etários e alcançou quase 80,0% nos grupos de 20 a 24 anos e 25 a 29 anos, passando depois a declinar até atingir 33,6% no grupo de 60 anos ou mais.

**G.18** - G1 (15/04/2021)

<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/04/15/amapa-tem-a-maior-proporcao-de-domicilios-com-acesso-a-internet-do-norte-e-nordeste-do-pais.ghtml>

## **Amapá tem a maior proporção de domicílios com acesso à internet do Norte e Nordeste do país**

*Por John Pacheco, G1 AP – Macapá*



*Acesso à internet - por celular, computador ou tablet - acontece em 84 de cada 100 domicílios — Foto: John Pacheco/G1*

Com 83,9% dos domicílios utilizando à internet por qualquer dispositivo - celular, computador, tablet ou televisão - o Amapá é o primeiro entre todos estados do Norte e Nordeste na proporção de acessos a web. Os dados referentes a 2019, foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento integra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C) e mostra que houve aumento expressivo na proporção de famílias em relação aos anos anteriores.

Para o IBGE, entre os fatores que contribuem para a alta proporção dos domicílios com acesso à rede, está a grande concentração de famílias na região metropolitana - Macapá, Santana e Mazagão - e a pouca população rural. Além disso, pontua a oferta de planos de internet e telefonia celular nas sedes dos 16 municípios.

Os dados do suplemento de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) da Pnad dão um panorama sobre quantas pessoas estão conectadas à internet e aparelhos mais usados para acessar a rede.

## Uso da internet no Brasil

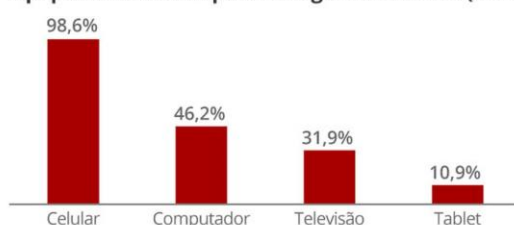
Celular é o principal meio de acesso à rede



### Rendimento real médio per capita nos domicílios



### Equipamento usado para navegar na internet (em %)



### Finalidade de acesso à internet (em %)



### Estudantes com acesso à internet por rede de ensino (em %)



Fonte: IBGE, levantamento feito no 4º tri de 2019

Infográfico elaborado em: 14/04/2021



**Quase 40 milhões sem internet**

De acordo com o IBGE, o Brasil tinha 39,8 milhões pessoas sem conexão com a internet no final de 2019. O número representa 21,7% da população com idade acima de 10 anos.

Um ano antes, o número de brasileiros que não tinham acesso à rede mundial de computadores era de 45,9 milhões, o que correspondia a 25,3% da população com 10 anos ou mais.

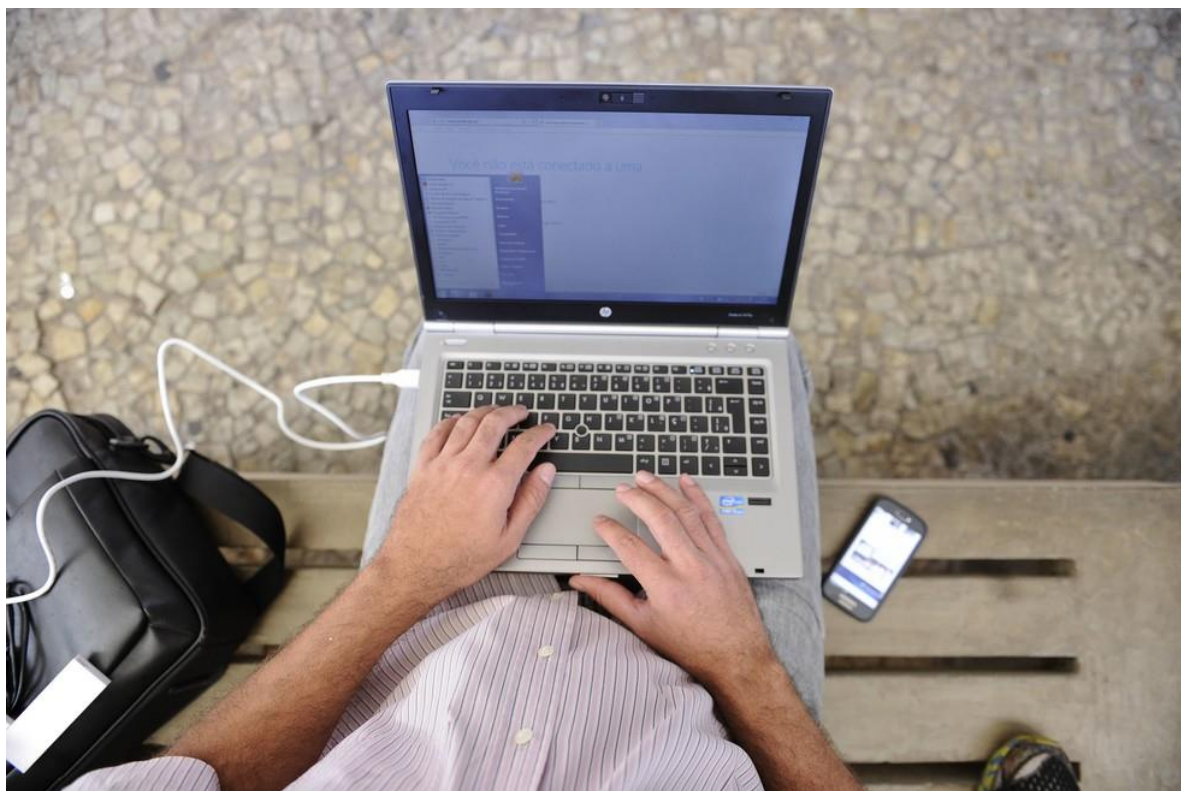
Em um ano, o número de internautas no Brasil aumentou em 6,1 milhões de pessoas. Havia no país, ao final de 2019, 143,5 milhões pessoas conectadas à internet (78,3%).

**G.19** - G1 (15/04/2021)

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/04/15/aceso-a-internet-no-df-salta-de-71percent-para-92percent-da-populacao-em-oito-anos-brasilia-mantem-maior-indice-do-pais.ghtml>

## **Acesso à internet no DF salta de 71% para 92% da população em oito anos; Brasília mantém maior índice do país**

*Por Carolina Cruz, G1 DF*



*Acesso à internet na capital federal, em imagem de arquivo — Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado*

O percentual de moradores do Distrito Federal com acesso à internet passou de 71% para 92%, entre 2011 e 2019, o que equivale a 2,45 milhões de pessoas. Durante o período, a capital se manteve com o maior índice de conectados do país. É o que aponta um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O estudo faz parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), divulgada na quarta-feira (14), e considera o contato com a rede entre pessoas com

mais de 10 anos. Segundo os dados, apesar do destaque nacional, ainda há cerca de 57 mil famílias offline na capital (saiba mais abaixo).

De acordo com o levantamento, os estudantes são os mais conectados: 96,4% daqueles com mais de 10 anos - em 2011, esse percentual era de 92,1%. Já entre não estudantes, a web está presente na rotina de 90,8%. As taxas são as maiores do país nos dois grupos.

O estudo aponta que a segunda posição no ranking brasileiro de acesso à internet em 2019 foi ocupada por São Paulo, com 86,4%, seguida do Rio de Janeiro, com 84,7%. Os dois estados e o DF estão acima da média nacional, que é de 78,3%.

## Offline



*Plano Piloto, no Distrito Federal, em imagem de arquivo — Foto: TV Globo/Reprodução*

Em 2019, havia 57 mil famílias sem internet na capital - 5,6%. Entre elas, a maioria justificou que a falta é por conta do alto custo do serviço (36,7%).

Enquanto o grupo offline tem renda mensal de R\$986, em média, quem possui acesso à rede tem remuneração quase três vezes maior, R\$2.631.

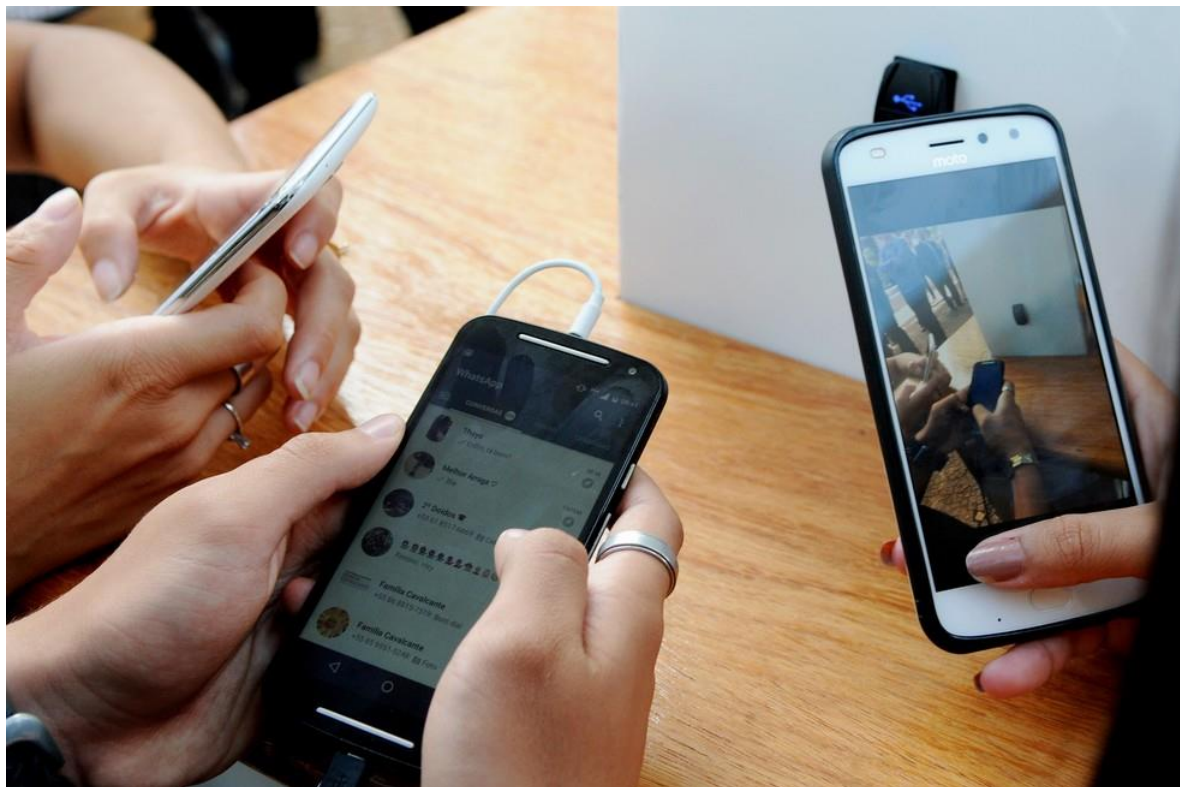
Os principais motivos alegados por quem não está conectado são:

Acesso caro: 36,7%

Falta de interesse: 32,1%

Nenhum morador sabia usar a internet: 22,8%

### Celular em alta



*População do Distrito Federal tem acesso gratuito à internet em wifi social na Praça do Relógio, em Taguatinga — Foto: Tony Winston/Agência Brasília*

A principal finalidade das pessoas para acesso à internet na capital é enviar ou receber mensagens, 97%. Em seguida, está o consumo de vídeos em canais online e plataformas de streaming, com 94%.

O celular é o principal meio para acessar a rede na capital: 99,6% entre os conectados. Mas o DF se destaca mais no uso de outros tipos de aparelho.

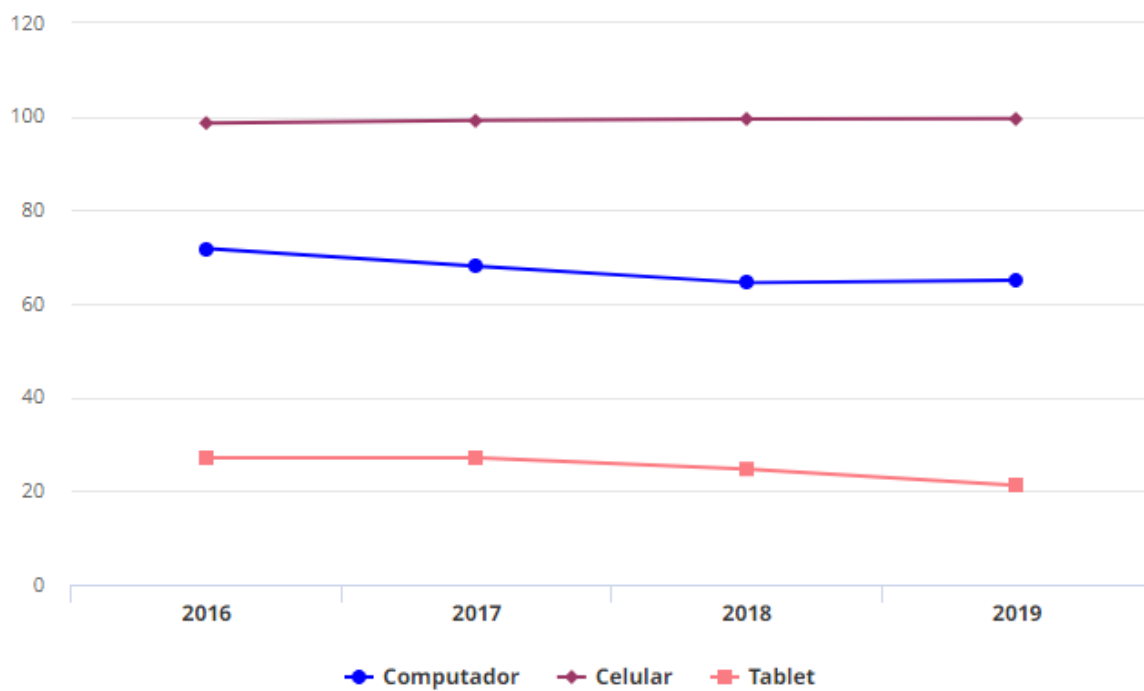
Brasília tem os maiores índices de acesso por meio de computadores e tablets do país. De acordo com o relatório do IBGE, a população residente em Brasília possui um maior acesso a diferentes equipamentos para acesso à rede.

Apesar disso, esses aparelhos registram queda no uso ao longo dos anos, enquanto os smartphones ganham popularidade. Veja abaixo:



## Meio utilizado para acessar a internet no DF

Dados de 2019 em percentual



Fonte: IBGE

**G.20** - G1 (15/04/2021)

<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/04/15/em-2019-rn-tinha-251-mil-domicilios-sem-acesso-a-internet-diz-ibge.ghtml>

## **Em 2019, RN tinha 251 mil domicílios sem acesso à internet, diz IBGE**

*Por G1 RN*



*Celular — Foto: Sten Ritterfeld / Unsplash*

Cerca de 251 mil domicílios no Rio Grande do Norte não tinham acesso à internet no fim do ano de 2019. É o que aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C) - sobre Tecnologia, Comunicação e Informação - que foi divulgada na quarta-feira (14) pelo IBGE. A pesquisa é o último recorte antes da pandemia da Covid-19.

Esse é o menor número de domicílios sem acesso à internet que o estado já registrou desde que a pesquisa começou a investigar esse dado, em 2016. Naquele ano, por exemplo, o RN tinha 382 mil domicílios nessa situação.

A pesquisa também aponta que em aproximadamente 74 mil desses lares, ou 29,6% do total dos domicílios sem internet, o motivo para não ter acesso é a falta de interesse.

De acordo com o IBGE, essa é uma das maiores proporções da região Nordeste, semelhante à do Ceará (29,3%). A proporção do estado potiguar é maior do que a da região (25,7%), mas inferior à média do Brasil (32,9%).

### **99% dos estudantes com internet no celular**

A Pnad Contínua apontou ainda que no Rio Grande do Norte 98,9% dos estudantes a partir de 10 anos de idade tinham acesso à internet através do celular no fim do ano de 2019.

Ao todo, essa porcentagem de estudantes representa 456 mil potiguares nesta faixa de idade.

Segundo a Pesquisa, o percentual de estudante potiguares com acesso à internet pelo celular é maior do que a média nacional, que é de 97,8%, nessa faixa etária acima dos 10 anos.

### **Preço do celular atrapalha**

No Nordeste, 3,6 milhões de estudantes de 10 anos ou mais de idade não possuem celular. Desse total, cerca de 1,7 milhão (47,6%) afirma que o principal empecilho é o preço do produto. Só Norte (45,4%) e Nordeste apresentam proporção maior de estudantes nessa situação do que a média brasileira (39,4%).

Além disso, cerca de 28% dos estudantes sem celular do Nordeste dizem que o motivo para terem o próprio aparelho é que costumam utilizar o telefone de outra pessoa. O percentual corresponde a cerca de 1 milhão de pessoas da região. A proporção é semelhante à do Brasil (29,6%).

### **0,2% por falta de serviço de rede**

Os dados da pesquisa indicam que cerca de 0,2% da população do Rio Grande do Norte não têm celular para uso pessoal por falta de serviço de rede nos locais onde moram e costumam frequentar.

A maior proporção de pessoas nessa situação está no Acre, com 20,7%. A média do Brasil é de 2%.

## Uso da internet no Brasil

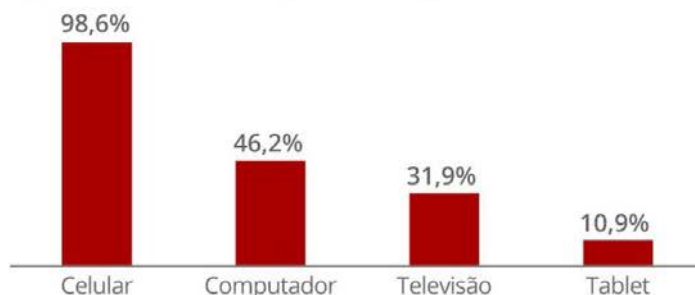
Celular é o principal meio de acesso à rede



### Rendimento real médio per capita nos domicílios



### Equipamento usado para navegar na internet (em %)



### Finalidade de acesso à internet (em %)



### Estudantes com acesso à internet por rede de ensino (em %)



Fonte: IBGE, levantamento feito no 4º tri de 2019



Infográfico elaborado em: 14/04/2021

**G.21 - G1 (15/04/2021)**

<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/04/15/em-2019-rondonia-tinha-mais-de-16percent-das-casas-sem-acesso-a-internet-diz-ibge.ghtml>

## **Em 2019, Rondônia tinha mais de 16% das casas sem acesso à internet, diz IBGE**

*Por G1 RO*



*O celular é o aparelho número um para acessar a internet no Brasil. Em 2019, o aparelho era usado por 98,6% dos internautas — Foto: Sten Ritterfeld / Unsplash*

Em 16,7% dos domicílios de Rondônia não houve utilização de internet em 2019, e esse é um índice menor que o registrado em 2016, quando 37,7% das casas não possuíam conexão com a internet.

Entre as pessoas com mais de dez anos que não usaram internet em Rondônia em 2019, cerca de 44% disseram que não sabiam nem usar o serviço.

Os números são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada nesta quarta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa também mostrou que entre os anos de entre 2016 e 2019 o número de pessoas com mais de dez anos que não usavam internet diminuiu 50,7% em Rondônia.

### **Diferença de renda**

Nesse período, o aumento de usuários de internet com mais de 10 anos foi de 852 mil para 1,2 milhão. E proporcionalmente, o grupo que mais cresceu foi o de pessoas com mais de 60 anos, que passou de 22 mil para 97 mil usuários.

Segundo o IBGE, quanto as pessoas ganham por mês influencia diretamente em suas conexões. A pesquisa aponta que o rendimento médio per capita se mostrou fator importante para acesso à internet.

Pois enquanto o rendimento médio per capita nas casas com internet era de R\$ 1.203, nos que não usavam internet era de R\$ 785.

A renda também influencia o tipo de equipamento utilizado para acessar a internet. Por exemplo, o menor e o maior rendimentos médios per capita foram identificados nos domicílios que usavam microcomputador (R\$ 1755) e nos que usavam tablet (R\$ 2548).

### **Dados nacionais**

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C), com levantamento feito no 4º trimestre de 2019 dizem que o Brasil tinha 39,8 milhões pessoas sem conexão com a internet no final de 2019. O número representa 21,7% da população com idade acima de 10 anos.

Veja abaixo os principais dados da pesquisa:

## Uso da internet no Brasil

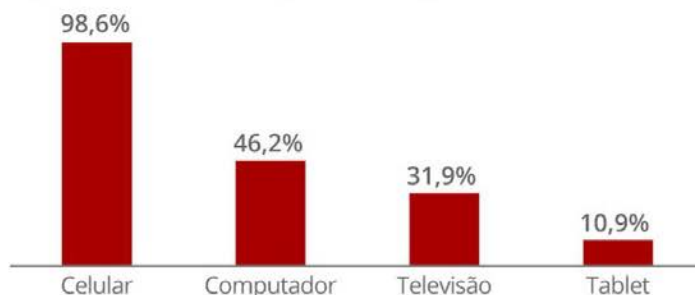
Celular é o principal meio de acesso à rede



### Rendimento real médio per capita nos domicílios



### Equipamento usado para navegar na internet (em %)



### Finalidade de acesso à internet (em %)



### Estudantes com acesso à internet por rede de ensino (em %)



Fonte: IBGE, levantamento feito no 4º tri de 2019



Infográfico elaborado em: 14/04/2021

**G.22 - G1 (15/04/2021)**

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/04/15/roraima-lidera-media-nacional-de-acessos-a-internet-por-celulares-aponta-pesquisa-do-ibge.ghtml>

## **Roraima lidera média nacional de acessos à internet por celulares, aponta pesquisa do IBGE**

*Por G1 RR - Boa Vista*



*Sede do IBGE em Boa Vista — Foto: Diogo Menezes/G1 RR/Arquivo*

Roraima aponta o maior percentual de casas em que o celular é usado para acessar a internet, com 99,9% comparado com a média nacional de 99,5%, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) divulgada nesta quinta-feira (15) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em contrapartida, a pesquisa realizada em 2019, revelou que o estado aparece abaixo da média nacional em quase todos os itens como domicílios com utilização de internet, microcomputador, tablet e telefone fixo.

Ainda segundo o PNAD, Roraima teve também, o pior percentual do país com domicílios que possuem televisão, com 87,7%. O IBGE não informou quais estados ocuparam a primeira, segunda e terceira posições.



Veja alguns destaques do estado na pesquisa.

**Percentual de domicílios com acesso à internet via celular**

Roraima - 99,9% (melhor do país)

Média nacional - 99,5%

**Percentual de domicílios com TV**

Roraima - 87,7% (pior do país)

Média nacional - 96,3%

**Percentual de domicílios com microcomputador ou tablet**

Roraima - 34,6%

Média nacional - 42,9%

**Percentual de domicílios com telefone fixo convencional**

Roraima - 10,2%

Média nacional - 24,4%

**Percentual de domicílios com telefone móvel celular**

Roraima - 94%

Média nacional - 94%

**Percentual de domicílios com utilização de internet**

Roraima - 79,5%

Média nacional - 82,7%

**Percentual de domicílios com TV com acesso à internet**

Roraima - 18,4%

Média nacional - 31,7%

G.23 - O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (15/04/2021) - ECONOMIA - p.: 08

AB Campo Grande MS | Quinta-feira, 15 de abril de 2021

ECONOMIA



PNAD

Número de casas com TV por assinatura recuou

A PNAD Continua, divulgada ontem (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que analisou o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no 4º trimestre de 2019, aponta que o percentual de domicílios com TV por assinatura caiu de 31,8% em 2018 para 30,4% em 2019. Na área urbana houve recuo de 34,3% para 32,4% na mesma comparação, mas na rural aumentou de 14,9% para 15,9%. O motivo, para os 51,5% que não tinham esse tipo de TV, era o preço elevado. A falta de interesse é apontada por 41,6%.

De 2018 para 2019, a proporção dos domicílios sem TV por assinatura e que a substituíram pela programação disponível na internet avançou de 3,5% para 4,9%.

No mesmo ano, 63,1 milhões de domicílios tinham televisão com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta, ainda que não estivessem captando. O número corresponde a 89,8% dos domicílios. Em 2018, o percentual era de 86,6%. Segundo o IBGE, foi registrado um aumento em área urbana de 39,6% para 92,4%, e, com mais intensidade, em área rural, que passou de 64,1% para 71,4%. Os maiores avanços no percentual de domicílios com conversor para

receber o sinal digital de televisão aberta foram nas regiões Norte, de 81,5% para 87,0%, e Nordeste, de 76,2% para 81,4%.

O uso de antena parabólica caiu de 30,0% em 2018 para 27,0% nos domicílios brasileiros em 2019. O equipamento é utilizado para captar sinal de televisão em áreas que não são plenamente atendidas por meio de antenas terrestres. Na área urbana, o uso caiu de 24,0% para 21,8% e de 69,7% para 63,0% na área rural.

O rendimento real médio per capita nos domicílios com antena parabólica de R\$ 1.002,4 era 37,6% menor que dos que tinham televisão sem esse tipo de serviço, cuja renda era de R\$ 1.607. Os domicílios que não contavam com conversor, não recebiam sinal de televisão por antena parabólica nem tinham serviço de televisão por assinatura somavam 1,7 milhão em área urbana, em 2019, ou 82,7%.

Já a proporção de domicílios sem qualquer meio de acesso à televisão que não fosse o sinal analógico, também em área urbana, caiu de 3,0% para 2,3%, e em área rural, de 4,1% para 3,4%. Segundo o IBGE, a PNAD Continua TIC "vem constatando uma rápida redução desse indicador desde 2016 (10,3%)".

Avanço

MS teve 10,9% de novas empresas abertas em 2020, aponta Serasa

Maioria dos estabelecimentos abertos foi de microempreendedores

Isabela Cavalcanti

Matos Grosso do Sul registrou 10,9% de novas empresas abertas em 2020, segundo dados divulgados ontem (14) pelo Serasa Experian. O total de aberturas no Brasil foi de 3.391.931 novas empresas, sendo o maior número desde o início da série histórica do índice em 2011.

Os MEIs (microempreendedores individuais) representam 2.022.111, o equivalente a 79,4%. As sociedades limitadas correspondem a 362.654 (10,7%) e as

empresas individuais, 113.679 (3,4%). Na comparação do acumulado anual entre 2020 e 2019 houve crescimento de 8,7%.

Entre as regiões, Centro-Oeste teve 13,3% mais negócios que em 2019; Sul 11,5%; Sudeste 6,7% e Nordeste 6,6%. A Região Norte teve o maior crescimento, de 20,9%.

Ainda conforme o levantamento do Serasa Experian, o Estado da Bahia teve o menor registro, de 2,8%. O maior percentual foi do Amazonas, com 27,5%.

Os serviços de alimentação foram o principal foco dos empreendedores. O setor representa 9,7% do total de empresas abertas. Em seguida está confecções em geral, que tiveram 6,2%, e de reparação e manutenção, 6,1%. Serviços de higiene e embelezamento pessoal 5,9%; propaganda e publicidade 4,9%; comércio varejista de gêneros alimentícios 3,2%. Curso preparatório e de especialização 3,1%; transporte rodoviário de cargas 3,0%; serviços auxiliares de transportes 2,0%.

O setor que menos teve percentual foi o de mão de obra especializada, com 1,8%. Na visão do economista do Serasa, Lutz Rahl, o setor de alimentos, em alguns casos, possibilita baixo investimento, por isso pode estar no topo. "As empresas do ramo alimentício, que figuraram o topo da lista de novas empresas, além de fornecerem itens básicos e essenciais possibilitam, em muitas vezes, um investimento de baixo custo para começar um negócio", conclui.



Energia

Usina Sonora recebe Licença de Operação para iniciar atividades

Isabela Cavalcanti

A Usina Sonora recebeu a Licença de Operação para início das atividades de sua termoeletrica, se tornando pioneira em Mato Grosso do Sul na produção de açúcar e álcool. A UTE Sonora está instalada no Rio Correntes e tem capacidade para gerar até 70 mil megawatts por ano. A autorização foi feita pela Semagro (Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar).

A licença emitida pelo Imasul (Instituto de Meio Ambiente de MS) certifica o cumprimento da legislação ambiental vigente para a cogeração de energia elétrica a partir da biomassa feita do bagaço da cana-de-açúcar.

De acordo com a Semagro, o Estado tem apresentado crescimento expressivo na produção de bioeletricidade a partir do setor sucroenergético. Em 2015 a produção de energia a partir das usinas era de 1.800 GWh, 40% a menos que o total anual. "O setor tem investido em tecnologia para aproveitar os resíduos que antes eram problema e passam a ser matéria-prima de combustível, com eficiência energética, ou seja, produzindo mais com menos. Além disso, é uma

Orçamento

Governo prevê salário-mínimo de R\$ 1.147 em 2022, sem ganho real

Bonardo Caram e Thiago Resende

No projeto que estabelece as diretrizes para o orçamento de 2022, que será enviado ao Congresso até hoje (15), o governo definiu que o salário-mínimo deverá ser reajustado de R\$ 1.100 para R\$ 1.147 em janeiro.

O reajuste, segundo a previsão do Ministério da Economia, será de 4,3%, sem ganho real aos trabalhadores. De acordo com um membro da pasta que participou da elaboração do texto, o aumento refletirá apenas a projeção do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) para 2021. Será o terceiro ano seguido que o piso nacional não terá aumento acima da inflação, mantendo o plano do governo Jair Bolsonaro (sem partido), que acabou com a política de ganhos reais que vigorou no Brasil por mais de duas décadas.

O projeto, que ainda passa por finalização no governo e pode sofrer ajustes, é a primeira etapa para a construção do orçamento e dá as bases para as contas de 2022, ano eleitoral. O prazo definido em lei para envio do texto ao Congresso se encerra em 15 de abril.



LOTERIAS

Mega Sena (Nº2362)

03|20|22|32|35|50

Quina (Nº5540)

13|24|30|33|43

Loteria Federal (Nº5555)

- 1º 069351 RS 500.000,00
2º 020086 RS 27.000,00
3º 056000 RS 24.000,00
4º 097597 RS 19.000,00
5º 052694 RS 18.329,00

Lotofácil (Nº2206)

01|02|03|04|06
08|12|13|15|16
17|20|21|23|25

Rateio

Dia de Sorte

01|06|08|10|11|21|31

Quina

(Concurso nº 5538) Sorteio realizado 13/4/2021

07 | 09 | 34 | 66 | 78

Prêmio principal: Número de ganhadores: Valor do prêmio (R\$)
Quina 0 0,00
Quadra 80 7.543,33
Terno 7.913 141,52
Dupla 200.723 3,07

ESTRUTURA PARA O PRÊMIO CONJUNTO: R\$ 10.000.000,00

LOTOMANIA

(Concurso nº 2369) Sorteio realizado 13/4/2021

05 | 07 | 08 | 22 | 28
35 | 45 | 51 | 53 | 58
61 | 66 | 68 | 70 | 75
80 | 81 | 87 | 98 | 99

Acerto de dezenas: Número de ganhadores: Valor do prêmio (R\$)
20 acertos 0 0,00
19 acertos 8 30.239,31
18 acertos 66 2.216,66
17 acertos 602 231,29
16 acertos 3838 39,41
15 acertos 1594 9,48

ESTRUTURA PARA O PRÊMIO CONJUNTO: R\$ 2.000.000,00

Timemania

(Concurso nº 6252) Sorteio realizado 13/4/2021

24 | 41 | 44 | 69 | 70 | 74 | 80

Time do jogo: Sorteio (R\$)

Time do jogo: Número de ganhadores: Valor do prêmio (R\$)
7 acertos 0 0,00
6 acertos 1 12.864,16
5 acertos 37 1.492,27
4 acertos 975 9,00
3 acertos 7.858 3,00

ESTRUTURA PARA O PRÊMIO CONJUNTO: R\$ 800.000,00

Cotações

Table with columns: Moedas, Índices Financeiros, Investimentos, Índices Apreciativos. Lists various financial indicators and their values.

Previdência Social

Table with columns: Salário de Benefício, Alíquota INSS, Alíquota Fretas. Lists social security rates and percentages.

Tempo

Weather forecast for Mato Grosso do Sul states and Brazil. Includes maps and temperature ranges for various cities.

## Número de casas com TV por assinatura recuou

A PNAD Contínua, divulgada ontem (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que analisou o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no 4º trimestre de 2019, aponta que o percentual de domicílios com TV por assinatura caiu de 31,8% em 2018 para 30,4% em 2019. Na área urbana houve recuo de 34,3% para 32,4% na mesma comparação, mas na rural aumentou de 14,9% para 15,9%. O motivo, para os 51,5% que não tinham esse tipo de TV, era o preço elevado. A falta de interesse é apontada por 41,6%.

De 2018 para 2019, a proporção dos domicílios sem TV por assinatura e que a substituíram pela programação disponível na internet avançou de 3,5% para 4,9%.

No mesmo ano, 63,1 milhões de domicílios tinham televisão com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta, ainda que não o estivessem captando. O número corresponde a 89,8% dos domicílios. Em 2018, o percentual era de 86,6%. Segundo o IBGE, foi registrado um aumento em área urbana de 89,9% para 92,4% e, com mais intensidade, em área rural, que passou de 64,1% para 71,4%. Os maiores avanços no percentual de domicílios com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta foram nas regiões Norte, de 81,5% para 87,0%, e Nordeste, de 76,2% para 81,4%.

O uso de antena parabólica caiu de 30,0% em 2018 para 27,0% nos domicílios brasileiros em 2019. O equipamento é utilizado para captar sinal de televisão em áreas que não são plenamente atendidas por meio de antenas terrestres. Na área urbana, o uso caiu de 24,6% para 21,8% e de 66,7% para 63,6% na área rural.

O rendimento real médio per capita nos domicílios com antena parabólica de R\$ 1.002 era 37,6% menor que dos que tinham televisão sem esse tipo de serviço, cuja renda era de R\$ 1.607. Os domicílios que não contavam com conversor, não recebiam sinal de televisão por antena parabólica nem tinham serviço de televisão por assinatura somavam 1,7 milhão em área urbana, em 2019, ou 82,7%.

Já a proporção de domicílios sem qualquer meio de acesso à televisão que não fosse o sinal analógico, também em área urbana, caiu de 3,0% para 2,3%, e em área rural, de 4,1% para 3,4%.

Segundo o IBGE, a PNAD Contínua TIC "vem constatando uma rápida redução desse indicador desde 2016 (10,3%)".

### ➤ Pesca sem freios

O governo Jair Bolsonaro publicou mais normas relacionadas à pesca em 2020 do que em 2019, e parte delas afeta ecossistemas, como o litoral, da gestão pesqueira, o que eleva os riscos e potenciais impactos, de acordo com levantamento realizado pela 'Política por Dentro'.

### ➤ Vendas de motocicletas

As vendas de motocicletas novas no país caíram 15,8% no primeiro trimestre de 2021 em comparação a igual período do ano passado. Foram vendidas 205.044 unidades nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2021. Os dados são do Abracaja.

# Brasil

**Crime.** Chegou o momento dela falar de maneira isenta, diz nova defesa da mãe de Henry

## Advogados de Monique pedem novo depoimento

Investigação tomou novos rumos após revelações da babá do menino de 4 anos

RIO DE JANEIRO. Os novos advogados da mãe do menino Henry Borel, morto aos 4 anos, afirmaram que "chegou a hora de a Monique falar" e indicaram que agora, presa, ela está "livre da opressão e do medo". Os advogados, porém, não deram detalhes do que ela pretende dizer. Eles foram à 16ª delegacia (na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio de Janeiro) ontem para ter acesso ao conteúdo das investigações e pedir que ela preste depoimento novamente.

"Chegou o momento de a Monique falar de maneira isenta. O que nós entendemos é que nesse momento ninguém pode falar em nome da Monique, a Monique precisa falar. A estratégia é única e exclusivamente uma: que a Monique diga a verdade", declarou o advogado Hugo Novais.

Em frente a uma aglomeração de jornalistas na porta da unidade, sua colega Thaise Mattar Assad completou. "Por incrível que pareça, a situação é tão trágica que a prisão da Monique representa a sua libertação contra a opressão e o medo, então deixem a Monique falar. A defesa da Monique chegou, e o momento será de ouvir a Monique", disse.

Thiago Minagê é o terceiro advogado que compõe a equipe. Ele elogiou o trabalho da polícia, disse que são muitos documentos que ainda precisam ser analisados e repetiu que "a senhora Monique precisa ser ouvida, a senhora Monique precisa ter voz".

Antes a professora estava sendo representada pelo mesmo advogado do veador Jairo Souza Santos Júnior, o Dr. Jairinho, André França Barreto. Mas na segunda-feira foi anun-

ciada a contratação de outra equipe.

Ainda são aguardados novos depoimentos no caso. A faxineira que trabalhava na casa do casal, Leila Rosângela Mattos, 57, chegou ontem por volta das 14h na delegacia, completamente coberta por um casaco. Mas até o fechamento desta edição, seu depoimento não havia acabado. A irmã de Jairinho, Thalita Fernandes, e os avós maternos do menino também devem ser ouvidos novamente após informações terem sido extraídas dos celulares.

Monique havia prestado um primeiro depoimento na condição de testemunha em 17 de março, nove dias após a morte de Henry, após o qual deturou a delegacia de várias coisas com o nome do menino. Na ocasião, ela disse à polícia que estava assistindo a uma série com Jairinho em outro quarto e despertou de madrugada com a TV ligada. Acordou o veador, que havia tomado remédios para dormir, e foi até o quarto onde Henry estava dormindo. Chegando lá, conta que viu o menino caído no chão, com os olhos revirados, as mãos e pés gelados e sem respirar. Ela também não citou nenhum episódio prévio de violência do namorado contra o filho, o que foi indicado em mensagens extraídas do celular dela com a babá de Henry, Thayná Ferreira.

### Defensor de Dr. Jairinho anuncia abandono do caso

O advogado André França Barreto, que até então representava Jairo Souza Santos Júnior, o Dr. Jairinho, na investigação sobre a morte do menino Henry Borel Medeiros, deixou a defesa do veador. A decisão foi tomada depois que a mãe da criança, Monique Medeiros da Costa e Silva, trocou de defensor. Dr. Jairinho e Monique são apontados como os principais suspeitos de provocar o óbito de Henry.



Suspeita. Monique, que estava com o mesmo advogado de Jairinho, mudou sua defesa após prisão

### Na Câmara

#### Ainda no cargo.

A Justiça do Rio negou pedido da bancada carioca do PSOL para afastar o veador Dr. Jairinho de suas funções na Câmara Municipal. A decisão, da juíza Mirella Erbst, da 3ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Rio, foi publicada ontem. "A liminar em questão esbarra em dois princípios inafastáveis, quais sejam o da presunção de inocência e o da separação dos poderes", diz trecho da decisão.

Após a defesa de Dr. Jairinho, o advogado informou que a decisão foi tomada para "evitar conflito de interesse". Isso porque ele também representava Monique, mas na terça-feira ela trocou de defesa. No decorrer da apuração do caso, André França Barreto chegou a ser acusado pela Polícia Civil de coagir testemunhas e obstruir a Justiça. Ele nega. A nova defesa de Dr. Jairinho ainda não foi anunciada.

### Fiquem atentos

## Psicóloga orienta pais a ouvirem queixas dos filhos

BRASÍLIA. Depois de todo o país se chocar com a morte do menino Henry, de 4 anos, no Rio de Janeiro, possível vítima de violência doméstica, muitos pais estão se perguntando como evitar que isso aconteça. A psicóloga Caroline Brilhante garante que validar e ouvir a queixa dos filhos é fundamental.

Para ela, os pais devem sempre sinalizar, de alguma maneira, que algo não vai bem. Caroline explica que choros frequentes ou mudanças no comportamento na escola ou em casa são alguns dos sinais. "A criança pode começar a se tornar mais agressiva com o coleguinha na escola, por exemplo. Começar a fazer brincadeiras em casa de luta, de bater. (Pode apresentar) resistência em chegar perto da pessoa que é o agressor ou a agressora", disse.

Diante de sinais como esses, é importante buscar ajuda profissional. Bruna Azza-

ri, especialista em direito da criança e do adolescente na Universidade Mackenzie, diz que quem tem condições deve levar a criança a um psicólogo, para tentar entender o que está acontecendo. Bruna destaca ainda que a sociedade como um todo é responsável por proteger qualquer criança de violência e abusos. Então, na dúvida, é bom procurar ajuda e denunciar. É possível fazer denúncias ligando para o número 190 (Polícia Militar) ou 100 (Disque Direitos Humanos). A ligação para o Disque 100 é anônima e gratuita.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) se pronunciou na terça-feira, em nota, sobre a morte de Henry. O comunicado destaca que, em todo o mundo, grande parte da violência contra as crianças acontece dentro de casa, e o agressor é conhecido da vítima.

### Em 2019

## Estudantes sem acesso à internet são 4,3 mi

SÃO PAULO. No fim de 2019, 4,3 milhões de estudantes brasileiros não tinham acesso à internet, seja por falta de dinheiro para contratar o serviço ou comprar um aparelho seja por indisponibilidade do serviço nas regiões onde vivem. Destes, 4,1 milhões estudavam na rede pública de ensino, informou ontem o IBGE. A estatística reflete os efeitos da desigualdade na educação com a pandemia.

Pesquisa divulgada em março apontou que o acesso à internet e problemas de infraestrutura das escolas são os maiores entraves para o retorno às aulas neste ano: 49% das secretarias municipais de Educação indicaram altos graus de dificuldade com relação a acesso à internet. Os entraves de acesso à internet e a computadores são vistos como alguns dos motivos para a falta de participação de alunos nas atividades em 2020. Na rede pública estadual de São Paulo, por exemplo, cerca de 91 mil alunos não acompanharam as aulas remotas nem entregaram nenhuma atividade levea no ano.

A pesquisa do IBGE traz dados do quarto trimestre de 2019, mas mostra que a desigualdade na utilização da internet era grande antes do início da pandemia, com grandes variações não só no acesso ao serviço, mas na qualidade do serviço e na posse de equipamentos adequados para assistir as aulas. (Leia mais sobre educação nas páginas 16 e 17).



Estudantes brasileiros têm acesso restrito à internet

## **Estudantes sem acesso à internet são 4,3 mi**

No fim de 2019, 4,3 milhões de estudantes brasileiros não tinham acesso à internet, seja por falta de dinheiro para contratar o serviço ou comprar um aparelho seja por indisponibilidade do serviço nas regiões onde viviam. Destes, 4,1 milhões estudavam na rede pública de ensino, informou ontem o IBGE. A estatística reforça os efeitos da desigualdade na educação com a pandemia.

Pesquisa divulgada em março apontou que o acesso à internet e problemas de infraestrutura das escolas são os maiores entraves para o retorno às aulas neste ano: 49% das secretarias municipais de Educação indicaram altos graus de dificuldade com relação a acesso à internet. Os entraves de acesso a internet e a computadores são vistos como alguns dos motivos para a falta de participação de alunos nas atividades em 2020. Na rede pública estadual de São Paulo, por exemplo, cerca de 91 mil alunos não acompanharam as aulas remotas nem entregaram nenhuma atividade letiva no ano.

A pesquisa do IBGE traz dados do quarto trimestre de 2019, mas mostra que a desigualdade na utilização da internet era grande antes do início da pandemia, com grandes variações não só no acesso ao serviço, mas na qualidade do serviço e na posse de equipamentos adequados para assistir as aulas. (Leia mais sobre educação nas páginas 16 e 17).

## Editorial

## CIDADANIA OFFLINE

Quase 40 milhões de brasileiros entraram na pandemia sem acesso à internet. Os dados, divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e referentes a 2019 mostram, que um quinto da população não tinha como acessar serviços públicos essenciais em meio às medidas de isolamento social no início do ano passado e se viram ainda mais vulneráveis à desigualdade econômica e social.

Para dar conta de mais de 60 milhões de brasileiros desassistidos por programas sociais, investiu-se em meios eletrônicos de pagamento, como o Caixa Tem, para acelerar o acesso a recursos. Cartórios, fechados, migraram para sites e serviços digitais o atendimento ao usuário. Repartições públicas, para evitar aglomerações, implantaram serviços online de agendamento quando a primeira onda da Covid-19 cedeu no ano passado. Ou seja, o brasileiro sem internet não tinha como exercer as mais básicas atividades – ou seja, nem sequer podia exercer plenamente a sua cidadania.

Igualmente, 4,3 milhões de estudantes não possuíam conexão com internet no momento em que escolas foram forçadas a trocar a sala de aula e o quadro pelo computador. Pior, desse total de jovens, 95,9% eram alunos da rede pública, aprofundando um fosso já abissal que os separa das oportunidades de avanço na vida acadêmica e profissional.

Entre as barreiras para o acesso da população ao universo digital estão o desconhecimento de como usar a internet (43,8%), o custo (18%) e a indisponibilidade do serviço (4,3%). Barreiras que já deveriam ter sido superadas às vésperas de o país ingressar na era do 5G e da Internet das Coisas. Ou o Brasil corrige essa distorção que não é só tecnológica, mas social, ou estará condenado eternamente ao atraso e à miséria.

## SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR: Vitoria Medialli  
PRESIDENTE: Laura Medialli  
VOZ PRESIDENTE: Maria Medialli  
DIRETOR EXECUTIVO: Nereia Galvão

## GERENTE COMERCIAL:

Alessandra Soares

## GERENTE DE ASSINATURAS:

Fernanda Rodrigues

## GERENTE INDUSTRIAL:

Galvaneia Reis

## GERENTE DE CIRCULAÇÃO:

Isabel Santos

## GERENTE ADMINISTRATIVO:

Reneia Lima

## EDITORES EXECUTIVOS:

Renata Naves

Claudio Henrique Silva

Inevy Jelinek

## COORDENAÇÃO DE JORNALISMO:

Flávia Polato

## EDITORES:

Priscila Dias Maia

Pública Ricardo Cerón

Opinão: Frederico Soboc

Economia/Brasil/Mundo: Karlos Azevedo

Cidades: Dany Assente

Super/FC: Frederico Soboc

Magazine/Internas: Mariella Mendonça

Fotografia: Isabel de Oliveira

## O.PINIÃO

FAZ DE CONTA  
QUE É VACINA E  
PÔE SÓ UMA DOSE  
DE 0,5 MLI



Duke

www.dukechargista.com.br



DA TRIBUNA

BELLA GONÇALVES

Vereadora em Belo Horizonte (PSOL)  
ver.bellagoncalves@cmth.gov.br

## O tempo da fome é outro

E quem tem fome tem pressa

**A** Gabinetea BH iniciou os trabalhos no mês de abril com foco total nas ações de combate à fome, são urgentes, diante da catástrofe social para a qual nos empenhou a desfaçatez de um governo mediocre, associado a um vírus mortal. É muita dor. Dor pelas que sofrem pela falta de leitos nos hospitais, pela peregrinação de famílias inteiras em busca de ajuda, pelo lixo coletivo que tomou conta do nosso país. E agora, para muitos, dói o esmagamento.

"Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves, tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos", disse Carolina Maria de Jesus, uma mulher poeta, favelada, catadora de papéis, que escreveu sobre a miséria e a fome que matou tantos brasileiros há não muito tempo. "O maior espetáculo do pobre da atualidade é comer", denunciava.

Avançamos: nas duas últimas décadas, dezenas de milhões de pessoas saíram da linha da pobreza e conseguiram garantir a segurança alimentar de suas famílias. Conemoramos: por fim, o Brasil finalmente havia saído do mapa da fome! Era a melhor notícia do século!

Es que veio 2020 e nos trouxe uma pandemia. O auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional no começo do ano, embora importante, acabou cedo demais. E a crise sanitária, somada à chamada necropolítica instaurada no poder, nos levou de volta àquele pas-

sado não muito distante.

Pior ainda, a política econômica desastrosa do mal chamado "superministro" Paulo Guedes fez o custo da vida disparar nesse período. Os alimentos chegaram a ter uma média de alta de mais de 14% em 2020. O preço do arroz, item básico de alimentação dos brasileiros, subiu mais de 70%. Já o desemprego bateu recorde histórico, atingindo

Mais de 27 milhões de brasileiras e brasileiros estão abaixo da linha da pobreza – 27 milhões de cidadãos vão dormir com fome esta noite

mais de 14,3 milhões de pessoas.

Os efeitos desses números na vida das pessoas pobres são devastadores. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, 12,8% dos brasileiros passaram a viver com menos de R\$ 246 ao mês, ou R\$ 8,20 ao dia, somente em janeiro de 2021. Isso significa que hoje mais de 27 milhões de brasileiros e brasileiras estão abaixo da linha da pobreza ou que 27 milhões de cidadãos vão dormir com fome esta noite.

Em Belo Horizonte, embora a prefeitura tenha tomado medidas como a distribuição de cestas básicas, elas não foram suficientes para evitar que houvesse

um aumento de 3% no número de pessoas em extrema pobreza, saltando de 59.891 em março de 2020 para 61.734 em dezembro do mesmo ano. Algo precisa ser feito.

Nós, do Gabinetea BH, defendemos que seja implementado um auxílio emergencial municipal para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, e já estamos estudando o melhor caminho para propor uma renda básica emergencial para Belo Horizonte. Vale lembrar que a cidade já possui uma política de segurança alimentar, o Programa de Assistência Alimentar e Nutricional Emergencial (Paan), que prevê o pagamento de um vale-alimentação às famílias em situação de extrema pobreza. O programa foi regulamentado em 14 de outubro de 2019, por meio do Decreto 17.189, mas ainda não foi efetivamente implementado.

Além disso, é fundamental que sejam valorizadas as experiências de cozinhas comunitárias e centros populares de produção de alimentos espalhados pela nossa cidade, e com disposição de se somar na luta pela segurança alimentar.

O tempo da fome é outro, e quem tem fome tem pressa! Além de superar a necropolítica que governa o nosso país, é preciso avançar no processo de imunização, tornando universal o acesso à vacina, para que finalmente possamos reconstruir nossas vidas com segurança e paz pela cidade. Auxílio para não morrer de fome, vacina para viver!

## **Cidadania off-line**

Quase 40 milhões de brasileiros entraram na pandemia sem acesso à internet. Os dados, divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e referentes a 2019 mostram, que um quinto da população não tinha como acessar serviços públicos essenciais em meio às medidas de isolamento social no início do ano passado e se viram ainda mais vulneráveis à desigualdade econômica e social.

Para dar conta de mais de 60 milhões de brasileiros desassistidos por programas sociais, investiu-se em meios eletrônicos de pagamento, como o Caixa Tem, para acelerar o acesso a recursos.

Cartórios, fechados, migraram para sites e serviços digitais o atendimento ao usuário. Repartições públicas, para evitar aglomerações, implantaram serviços online de agendamento quando a primeira onda da Covid-19 cedeu no ano passado. Ou seja, o brasileiro sem internet não tinha como exercer as mais básicas atividades - ou seja, nem sequer podia exercer plenamente a sua cidadania.

Igualmente, 4,3 milhões de estudantes não possuíam conexão com internet no momento em que escolas foram forçadas a trocar a sala de aula e o quadro pelo computador. Pior, desse total de jovens, 95,9% eram alunos da rede pública, aprofundando um fosso já abissal que os separa das oportunidades de avanço na vida acadêmica e profissional.

Entre as barreiras para o acesso da população ao universo digital estão o desconhecimento de como usar a internet (43,8%), o custo (18%) e a indisponibilidade do serviço (4,3%). Barreiras que já deveriam ter sido superadas às vésperas de o país ingressar na era do 5G e da Internet das Coisas. Ou o Brasil corrige essa distorção que não é só tecnológica, mas social, ou estará condenado eternamente ao atraso e à miséria.

G.26 - GAZETA DE ALAGOAS / AL (15/04/2021) - CAPA - p.: 01

**JORNALISMO DE VERDADE**

# GAZETA DE ALAGOAS

ORGANIZAÇÃO ARNON DE MELLO

MACEIÓ, QUINTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2021

WWW.GAZETADEALAGOAS.COM.BR

ANO 85 Nº 4945

82.98151-4486

## SUPREMO DÁ AVAL E CPI JÁ TEM OS 11 INTEGRANTES DEFINIDOS POR PARTIDOS

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem, por 10 votos a 1, referendar a decisão do ministro Luís Roberto Barroso que determinou ao Senado a instalação de uma CPI para investigar as ações do governo federal no combate à pandemia de Covid. A comissão, que também investigará o uso de recursos federais enviados para os estados e municípios, já tem definidos os 11 senadores titulares e os sete suplentes. A5

## PLANALTO ATUA PARA BARRAR RENAN E RANDOLFE NO COMANDO DE COMISSÃO A5



## TEMPORAL CAUSA DESTRUIÇÃO EM PALMEIRA; MACEIÓ SOB ALERTA

Fortes chuvas que caíram ontem em Palmeira dos Índios alagaram ruas, destruíram pavimentos (foto), derrubaram estruturas de alvenaria e causaram transtornos na cidade. Em Maceió, Defesa Civil recebeu novo aviso de temporais e entrou em estado de atenção; preocupação maior é com deslizamentos. A8

### NOVO EMPRÉSTIMO

## DÍVIDA DEVE PREJUDICAR INVESTIMENTOS FUTUROS EM AL, DIZ AUDITORIA CIDADÃ

Coordenador local do Núcleo Alagoano da Auditoria Cidadã, o professor José Menezes critica novo pedido de empréstimo de R\$ 770 milhões feito pelo governador Renan Filho à Assembleia Legislativa, alertando que o aumento do endividamento deverá comprometer ainda mais as gerações futuras de Alagoas. A3

### VACINAÇÃO

Maceió suspende primeira dose até chegada de novas remessas A7

Estado registra mais 802 casos confirmados e 24 óbitos por Covid A7

78% das vítimas de coronavírus na capital tinham fatores de risco A7



## NÃO HÁ RISCO DE FALTA DE OXIGÊNIO, DIZ COSEMS

O Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Alagoas (Cosems/AL) afirma que há estoque de oxigênio suficiente para manter abastecida a rede hospitalar na pandemia. A6

### FASE VERMELHA

Novo decreto do governo estadual não satisfaz bares e restaurantes A2

Debate sobre comunismo acirra ânimos na ALE e redes sociais A3

Alagoas é 4% com menor nº de domicílios com internet B1



ISSN 1808-7167

4771308716004

ANUNCIE  
É SEMPRE UM BOM NEGÓCIO  
OPORTUNIDADE  
82 4009-7728

HOJE

32° - 23°

AMANHÃ

32° - 23°

17/07

1.950m

0,25m

1,50m

NESTA EDIÇÃO

16 PÁGINAS | 2 CADERNOS

ASSINE A GAZETA

INVESTIR EM INFORMAÇÃO!  
CONTATO: 82 4009-7999





# ECONOMIA

GAZETA DE ALAGOAS  
QUINTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2021 B1

## AL É O 4º DO PAÍS COM MENOR PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM INTERNET

Pouco mais de 73% utilizavam o recurso em 2019, segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) Contínua



Crescimento do uso da internet em relação ao ano de 2016 é de 17,9%, diz Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JAMYLLE BEZERRA  
COM ASSISIOGA

Uso da internet em Alagoas  
Sete em cada dez domicílios alagoanos (73,2%) utilizavam a internet em 2019, no cenário pré-pandemia, conforme pesquisa divulgada nesta quarta-feira (14), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O crescimento em relação ao ano de 2016 é de 17,9 pontos percentuais. Em números absolutos, o acesso à internet no estado

saltou de 500 mil lares para 805 mil no período.  
Apesar do aumento, o estado alagoano ainda tem a 4ª menor proporção de domicílios com utilização da internet, à frente apenas do Acre (71,4%), Maranhão (67,4%) e Piauí (67,3%). O Distrito Federal registrou a maior proporção de lares com acesso à internet em 2019: 94,4%.  
Por outro lado, entre as 295 mil (26,8%) residências alagoanas sem conexão à rede mundial de computadores,

45% alegou como principal barreira o preço cobrado pelo serviço de acesso, tomando os alagoanos os que mais se queixavam dos valores entre todos os estados brasileiros. No Ceará, segundo colocado no quesito, essa foi a queixa de 38,1% das residências. Estado Federal (30,7%), Rio Grande do Norte (30%) e Pernambuco (34,1%) apareceram na sequência.  
Outros fatores observados nos lares alagoanos para a não utilização da internet foram

o fato de nenhum morador saber usar a internet (23%), a falta de interesse (22%), o alto custo de equipamento eletrônico necessário para acessar a internet (9%), a ausência de oferta na área do domicílio (2%) e outros motivos (2%).  
As informações foram extraídas da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) Contínua, que investigou no último trimestre de 2019 o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

## CELULAR É MAIS UTILIZADO PARA ACESSO À INTERNET EM AL, DIZ IBGE

JAMYLLE BEZERRA  
REPORTER

A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) Contínua, que investiga, no último trimestre de 2019, o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), apontou que o meio mais utilizado pelos alagoanos para acessar a internet é o celular.  
Os dados apontam que 99,7% dos moradores dos domicílios com utilização da internet afirmaram ter acessado o serviço através do aparelho telefônico. Outro equipamento em ascensão é a televisão, utilizada por quase um a cada cinco moradores (24,2% - essa taxa era de 6,4% em 2016. Por outro lado, está em queda o uso de microcomputador ou tablet (30,9%), cujo percentual che-

gou a ser de 46,2%.  
Conforme as informações divulgadas nesta quarta-feira (14), pelo IBGE, o rendimento médio mensal per capita nos lares alagoanos em que o tablet foi utilizado para acessar a internet era de R\$ 2.101 em 2019, quase três vezes maior que o registrado nos domicílios que utilizaram celular (R\$ 774). Já o rendimento médio nas residências com utilização de televisão foi de R\$ 1.249 e de R\$ 1.410 para as que fizeram uso de microcomputador.  
Nos domicílios de Alagoas em que havia utilização da internet, o percentual dos que usavam banda larga móvel (3G ou 4G) era de 60% em 2019 - em 2016, era de 6,4%. O percentual dos domicílios que utilizavam a banda larga fixa alcançou a marca de 78,5% - era 65,5% em 2016.



Dados apontam que 99,7% dos moradores dos domicílios acesso à internet através do aparelho telefônico

A pesquisa também mostrou que 32,3% dos lares alagoanos acessavam a internet, exclusivamente, por banda larga fixa em 2019, a

5ª taxa mais alta do país. Ceará (45,4%), Rio Grande do Norte (43,1%), Paraíba (36,9%) e Bahia (36,9%) apareceram à frente.

## MERCADO ALAGOAS

com EDIVALDO JUNIOR  
mercadoalagoas@gazetaweb.com

### DEMANDA

A procura pela linha de crédito especial da Agência de Fomento de Alagoas (Desenvolve), dentro do "Pacote Econômico" do governo do Estado, é maior do que se esperava. A linha foi criada para atender aos setores da economia mais afetados pelas medidas de restrição de circulação e oferece financiamentos até R\$ 50 mil para micro e pequenas empresas e de até R\$ 4 mil para MEIS.

### LIBERANDO

De acordo com levantamento feito pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, de 19 de março até 12 de abril a Desenvolve tinha realizado 26.438 atendimentos dentro da Linha de Crédito Especial, que resultaram em 1.386 propostas deferidas e aprovadas, totalizando R\$ 1.875.000,00 liberados.

### TEM MAIS

"Nossa expectativa é que as liberações omentem de forma expressiva nos próximos dias, devendo chegar a mais de R\$ 3 milhões ainda esta semana. A Desenvolve tem trabalho para atender a forte demanda e, apesar da grande procura, a agência tem conseguido analisar e liberar os pedidos de empréstimos em no máximo duas semanas, prazo que deve cair muito nos próximos dias", aponta Rafael Brito, secretário do Seducat.

### BOAS-VINDAS

O presidente da CPLA, Aldemar Monteiro, esteve reunido ontem com Maykon Beltrão. Foi avião reunião de apresentação formal da cooperativa do novo secretário de Agricultura de Alagoas. Em pauta, questões relacionadas à produção de leite no Estado, por meio da agricultura familiar.

### ENCONTRO

Aldemar Monteiro informou ainda que a CPLA está articulando um grande encontro com lideranças do segmento da agricultura familiar de Alagoas com o secretário Maykon Beltrão - em data a ser definida - para trazer um planejamento de ações para o setor.

### WEBINAR

O presidente da Cooperativa Pinóframa, Klécio Santos, participou, ontem, do webinar CEO Meeting, que apresentou o tema "A competitividade e a sustentabilidade dos assinos da Região Norte/Nordeste". A quarta edição do evento virtual contou também com a participação de Eduardo Monteiro, diretor da Usina Utiúga Leão.

### CHUVA

A tendência de chuva e de temperatura para o mês de abril em todo o País foi divulgada pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). Em Alagoas, as condições são favoráveis à ocorrência de déficits de água no solo. Pouca chuva resulta em prejuízo econômico para a agricultura.

### GÁS

A Brashem comunicou à Gás de Alagoas S/A que vai precisar de mais gás natural para suas unidades industriais em Alagoas. A petroquímica consome hoje 450 mil m³ por dia e deve chegar a 480 mil m³ nos próximos dias, confirmando a retomada plena da produção em suas plantas de Claro e Sado em Maceió e de PVC em Marechal Deodoro.

### CASA NOVA

Mais de um ano depois de ter deixado o PSDB, em fevereiro do ano passado, Rui Palmeira se filiou ontem ao Podemos. O partido já obriga, desde então, os principais aliados de Rui Palmeira. Entre eles o presidente estadual, Tício Melo, e os vereadores de Maceió Jozelino, Eduardo Canuto e Kelmam Vieira.

### CONVITE

"Vim a Brasília assinar minha ficha de filiação ao Podemos, o convite do presidente nacional, deputado Renato Abreu, e do presidente estadual Tício Melo. Estou retornando para já começarmos a trabalhar as candidaturas proporcionais para 2022. Temos um partido forte, com excelentes quadros, e um projeto de políticas públicas e avanços sociais para o Brasil e Alagoas", disse Rui Palmeira através de nota à imprensa.

### COMPETITIVA

Por aplicativo, Palmeira adianta que o Podemos terá chapas competitivas em Alagoas. "Nossa ideia é montar chapas tanto de federal quanto de estadual. Já temos bons nomes no partido, três vereadores em Maceió, por exemplo. Devemos montar chapas competitivas para estadual e federal", aponta.

## **AL é o 4º do país com menor proporção de domicílios com internet**

*Por Janylle Bezerra*

Uso da internet em Alagoas Sete em cada dez domicílios alagoanos (73,2%) utilizavam a internet em 2019, no cenário pré-pandemia, conforme pesquisa divulgada nesta quarta-feira (14), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O crescimento em relação ao ano de 2016 é de 17,9 pontos percentuais. Em números absolutos, o acesso à internet no estado saltou de 580 mil lares para 805 mil no período.

Apesar do aumento, o estado alagoano ainda tem a 4ª menor proporção de domicílios com utilização da internet, à frente apenas do Acre (71,4%), Maranhão (67,4%) e Piauí (67,3%). O Distrito Federal registrou a maior proporção de lares com acesso à internet em 2019: 94,4%.

Por outro lado, entre as 295 mil (26,8%) residências alagoanas sem conexão à rede mundial de computadores, 45% alegou como principal barreira o preço cobrado pelo serviço de acesso, tornando os alagoanos os que mais se queixavam dos valores entre todos os estados brasileiros. No Ceará, segundo colocado no quesito, essa foi a queixa de 38,1% das residências. Distrito Federal (36,7%), Rio Grande do Norte (36%) e Pernambuco (34,1%) apareceram na sequência.

Outros fatores observados nos lares alagoanos para a não utilização da internet foram o fato de nenhum morador saber usar a internet (23%), a falta de interesse (22%), o alto custo de equipamento eletrônico necessário para acessar a internet (6%), a ausência de oferta na área do domicílio (2%) e outros motivos (2%).

As informações foram extraídas da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) Contínua, que investigou no último trimestre de 2019 o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

## **Celular é mais utilizado para acesso à internet em AL, diz IBGE**

*Por Janylle Bezerra*

A Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) Contínua, que investigou, no último trimestre de 2019, o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), apontou que o meio mais utilizado pelos alagoanos para acessar a internet é o celular.

Os dados apontam que 99,7% dos moradores dos domicílios com utilização da internet afirmaram ter acessado o serviço através do aparelho telefônico. Outro equipamento em ascensão é a televisão, utilizada por quase um a cada cinco moradores (24,2%) - essa taxa era de 6,4% em 2016. Por outro lado, está em queda o uso de microcomputador ou tablet (30,9%), cujo percentual chegou a ser de 46,2%.

Conforme as informações divulgadas nesta quarta-feira (14), pelo IBGE, o rendimento médio mensal per capita nos lares alagoanos em que o tablet foi utilizado para acessar a internet era de R\$ 2.101 em 2019, quase três vezes maior que o registrado nos domicílios que utilizaram celular (R\$ 774). Já o rendimento médio nas residências com utilização de televisão foi de R\$ 1.249 e de R\$ 1.410 para as que fizeram uso de microcomputador. Nos domicílios de Alagoas em que havia utilização da internet, o percentual dos que usavam banda larga móvel (3G ou 4G) era de 66% em 2019 - era 71,5% em 2016.

Já o percentual dos domicílios que utilizavam a banda larga fixa alcançou a marca de 78,5% - era 65,5% em 2016. A pesquisa também mostrou que 32,3% dos lares alagoanos acessavam a internet, exclusivamente, por banda larga fixa em 2019, a 5ª taxa mais alta do país. Ceará (45,4%), Rio Grande do Norte (43,1%), Paraíba (36,9%) e Bahia (36,9%) apareceram à frente.

CORREIO DO POVO

ENSINO

Editora assistente: Vera Nunes

ensino@correiodopovo.com.br

QUINTA-FEIRA 15 de abril de 2021 | 11

## Acesso de estudantes à Internet sobe para 88,1%

Pesquisa do IBGE mostra, também, que 4,3 milhões ainda não acessam a rede, sendo que a maioria são alunos da rede pública

O percentual de estudantes de 10 anos ou mais de idade com acesso à Internet sobiu de 86,6%, em 2018, para 88,1% em 2019. Apesar disso, 4,3 milhões ainda não utilizavam o serviço e a maior parte era de alunos de escolas públicas (95,9%). Ao todo eram 4,1 milhões de estudantes da rede pública de ensino sem o acesso à Internet, enquanto na rede privada eram apenas 174 mil alunos sem conexão à rede mundial de computadores.

Os números estão na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) Contínua divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que investigou no último trimestre de 2019 o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). A pesquisa analisou informações do período entre 2016 e 2019, sobre o acesso à Internet e à televisão, além da posse de celular para uso pessoal nos domicílios e na população do país.

Para a analista da pesquisa,

### REGIÕES

- Na avaliação do IBGE, a diferença de acesso entre os estudantes de escolas particulares (98,4%) para os do ensino público (83,7%) é ainda mais significativa entre as grandes regiões do país.
- No Norte ficou em 68,4%, e no Nordeste 77,0%. Os percentuais de alunos da rede pública que utilizaram o serviço.
- Nas demais regiões o percentual variou de 88,6% a 91,3%.
- Na rede de ensino privada, o uso da Internet ficou acima de 95,0% em todas as grandes regiões do país.

Alessandra Scaloni Brito, esse resultado está relacionado à renda. Do total dos estudantes que não utilizaram a Internet, em 26,1% isso ocorria por considerar o serviço caro e 19,3% era em consequência do custo do equipamento eletrônico para navegar na rede. "Essas diferenças são ainda maiores entre os estudantes da rede pública e

da rede privada, revelando um traço de desigualdade que ficou ainda mais evidente na pandemia", destacou.

A pesquisa indicou ainda que em 2019, o uso do celular para acessar à Internet atingiu a 97,4%, o que representou um avanço, mas, ainda assim, o percentual dos alunos de escolas públicas que tinham o aparelho para uso pessoal era apenas 64,8% e nem todos eles tinham acesso à rede. Na rede privada, o uso era bem maior e alcançava 92,6%. A PNAD Contínua TIC para 2019, mostrou ainda que enquanto o uso do celular por estudantes para acessar à Internet vem subindo ao longo dos anos, a utilização do microcomputador segue em ritmo oposto. No início da pesquisa, 70,6% dos alunos usavam computador para navegar na web, e em 2019 eram 56,0%. Outro crescimento foi o do uso da televisão para acessar a Internet, que sobiu de 11,9% para 35,0%. O tablet era usado somente por 13,4% dos alunos, a maioria da rede privada.

### BASEADA EM EVIDÊNCIAS

## MEC lança Relatório da Alfabetização

O Ministério da Educação (MEC) lançou ontem o Relatório Nacional da Alfabetização Baseada em Evidências (Renabe), que traz experiências bem-sucedidas de alfabetização desenvolvidas em diversos países. De acordo com o MEC, o documento traz os debates mais recentes sobre o tema para ajudar educadores a melhorar a qualidade da alfabetização no Brasil. O termo "evidências", usado no relatório, diz respeito a achados

de alfabetização que resultam de pesquisas científicas.

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, lembrou que apesar de o país ter avançado na universalização do acesso de estudantes às primeiras séries do Ensino Fundamental, os resultados das avaliações internas, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), e externas, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), mos-

tram que a aprendizagem segue muito limitada, com a maioria dos estudantes não conseguindo compreender o que lê.

Segundo o MEC, o Renabe (disponível em: [bit.ly/3e5JpXt/](http://bit.ly/3e5JpXt/)) é resultado da I Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe), organizada pela Secretaria de Alfabetização (Sealf), em 2019, como parte das ações de implementação da Política Nacional de Alfabetização (PNA).

### AGENDA DO ENSINO

■ **Currículo LinkedIn:** O Núcleo de Prática de Negócios da Fadergs, na Capital, por meio do projeto NPN-RH, está oferecendo revisão gratuita de currículos e auxílio para atualização da rede social LinkedIn. Os serviços são realizados por alunos da Escola de Negócios da instituição. Solicitações de atendimento pelo [npnfadergs.rs@gmail.com](mailto:npnfadergs.rs@gmail.com) ou WhatsApp (51) 98037-8267.

■ **Folclore:** A FTD Educação promove encontro amanhã, às 15h, entre o cineasta Carlos Saldanha, criador da série da Netflix Cidade Invisível, e Januária Cristina Alves, autora do livro Abecedário de Personagens do Folclore Brasileiro, para debater o resgate do folclore. Transmissão: [youtube.com/watch?v=ITg0P1Ho7g/](https://youtube.com/watch?v=ITg0P1Ho7g/).

Informe comercial

## Um inimigo visível

Bruno Elzeir, Presidente do SINEPE/RS



Quando completamos um ano de escolas fechadas, lutando contra um inimigo invisível que ceifou milhares de vidas e começamos a enxergar uma luz no fim do túnel, com a possibilidade de reabertura, surge o Governo Federal com a proposta de homeschooling. Para quem não conhece o termo, adaptado do inglês, significa "ensine seu filho em casa, ele não precisa da escola".

É difícil de acreditar que este projeto tenha sido gestado pelo Governo Federal e proposto pelo Ministério da Educação. Certamente, temos outros assuntos mais importantes para tratar no campo educacional em nosso país. Sim, vou repetir: o governo,

que deveria ser o maior interessado em educar e ensinar as nossas crianças está propondo que elas não precisam ir à escola, podem

estudar em casa. Não é brincadeira, a proposta é que a família substitua a escola na tarefa de ensinar. Com o homeschooling estaríamos retrocedendo à forma de ensinar do século XV.

Não vou nem entrar no mérito se a família, sem o apoio de especialistas, pode ou não ensinar seus filhos, porque é óbvio que não. As relações da criança com seus pais não permitem que se crie um ambiente propício para o ensino e a aprendizagem. A relação é muito diferente daquela que se estabelece entre alunos e professores. O aluno aprende na escola e em casa, os dois ambientes são complementares.

Tirando a parte da apren-

dizagem, como se isto fosse possível, vamos avaliar o desenvolvimento socioemocional dos pequenos. Ai, segundo Piaget, o desastre é ainda maior. Na escola, a criança aprende a conviver, está entre seus iguais. Aprende que existem crianças diferentes dela, com outros valores, com outra formação, que pensam diferente e isto ajuda em seu crescimento enquanto indivíduo. Na escola, as crianças aprendem que existe a diversidade, que o mundo não se resume a sua família. Tirar a escola da criança é privá-la de uma formação completa.

Recente pesquisa comparou alunos que cursaram a pré-escola com quem ingressou

diretamente no Ensino Fundamental. A conclusão foi de que quem fez pelo menos um ano de pré-escola chegou ao primeiro ano do

Fundamental mais responsável, cooperativo e assertivo.

Qual o real motivo de privar nossas crianças de irem à escola? Será que é por causa do resultado que a rede pública vem tendo nos últimos exames internacionais? Será que é a linha pedagógica que a escola pública vem adotando nos últimos anos? Parece que o governo, na briga da escola com ou sem partido, simplesmente quer decretar que não precisamos mais levar nossas crianças à escola. Decisão simplista e equivocada. Pior que uma escola com deficiências, mas que podem ser corrigidas, é não ter escola para nossas crianças.

**SINEPE/RS**  
SINDICATO DO ENSINO PRIVADO  
MEMBRO PRESENCIAL CONTÍNUO DO IEE SUDEBRAS

SIGA  
@SINEPERS



## **Acesso de estudantes à Internet sobe para 88,1%**

O percentual de estudantes de 10 anos ou mais de idade com acesso à Internet subiu de 86,6%, em 2018, para 88,1% em 2019. Apesar disso, 4,3 milhões ainda não utilizavam o serviço e a maior parte era de alunos de escolas públicas (95,9%). Ao todo eram 4,1 milhões de estudantes da rede pública de ensino sem o acesso à Internet, enquanto na rede privada eram apenas 174 mil alunos sem conexão à rede mundial de computadores.

Os números estão na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) Contínua divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que investigou no último trimestre de 2019 o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). A pesquisa analisou informações do período entre 2016 e 2019, sobre o acesso à Internet e à televisão, além da posse de celular para uso pessoal nos domicílios e na população do país.

Para a analista da pesquisa, Alessandra Scalioni Brito, esse resultado está relacionado à renda. Do total dos estudantes que não utilizaram a Internet, em 26,1% isso ocorria por considerar o serviço caro e 19,3% era em consequência do custo do equipamento eletrônico para navegar na rede. "Essas diferenças são ainda maiores entre os estudantes da rede pública e da rede privada, revelando um traço de desigualdade que ficou ainda mais evidente na pandemia", destacou.

A pesquisa indicou ainda que em 2019, o uso do celular para acessar à Internet atingiu a 97,4%, o que representou um avanço, mas, ainda assim, o percentual dos alunos de escolas públicas que tinham o aparelho para uso pessoal era apenas 64,8% e nem todos eles tinham acesso à rede. Na rede privada, o uso era bem maior e alcançava 92,6%. A PNAD Contínua TIC para 2019, mostrou ainda que enquanto o uso do celular por estudantes para acessar à Internet vem subindo ao longo dos anos, a utilização do microcomputador segue em ritmo oposto. No início da pesquisa, 70,6% dos alunos usavam computador para navegar na web, e em 2019 eram 56,0%. Outro crescimento foi o do uso da televisão para acessar a Internet, que subiu de 11,9% para 35,0%. O tablet era usado somente por 13,4% dos alunos, a maioria da rede privada.

## **REGIÕES**

Na avaliação do IBGE, a diferença de acesso entre os estudantes de escolas particulares (98,4%) para os do ensino público (83,7%) é ainda mais significativa entre as grandes regiões do país.

No Norte ficou em 68,4%, e no Nordeste 77,0% os percentuais de alunos da rede pública que utilizaram o serviço.

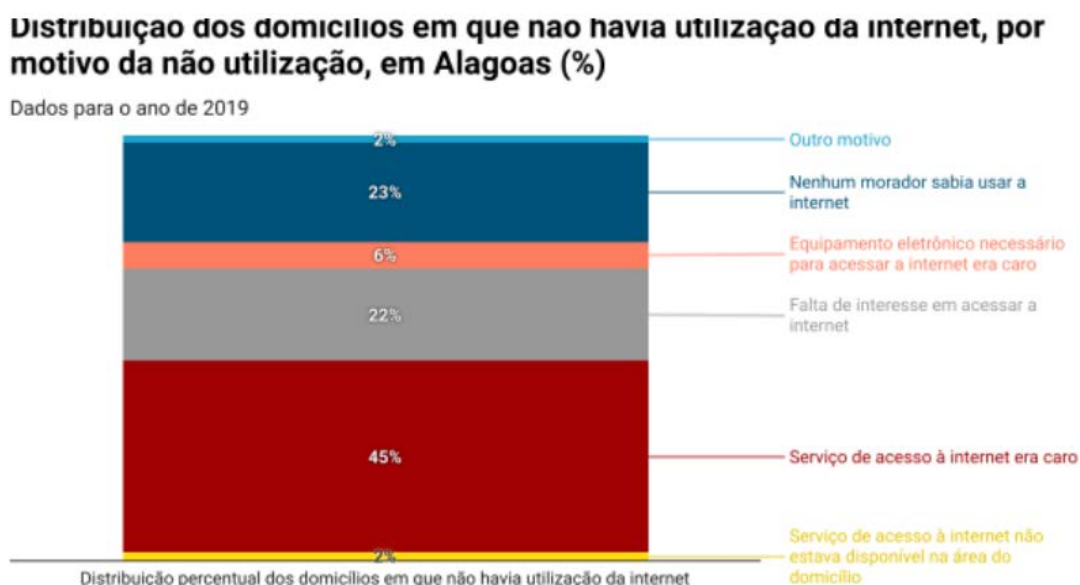
Nas demais regiões o percentual variou de 88,6% a 91,3%.

Na rede de ensino privada, o uso da Internet ficou acima de 95,0% em todas as grandes regiões do país.

## G.29 - PAINEL NOTÍCIAS (14/04/2021)

<http://www.painelnoticias.com.br/geral/187881/alagoanos-sao-os-que-mais-apontam-preco-do-servico-como-entrave-para-acessar-a-internet>

**Alagoanos são os que mais apontam preço do serviço como entrave para acessar a internet**



*Gráfico - motivo de não haver utilização da internet, por domicílio, em Alagoas*

Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada nesta quarta-feira (14) revelou que sete em cada dez domicílios alagoanos (73,2%) utilizavam a internet em 2019, no cenário pré-pandemia. O crescimento em relação ao ano de 2016 é de 17,9 pontos percentuais. Em números absolutos, o acesso à internet no estado saltou de 580 mil lares para 805 mil no período.

Apesar do aumento, o estado alagoano ainda tem a 4ª menor proporção de domicílios com utilização da internet, à frente apenas do Acre (71,4%), Maranhão (67,4%) e Piauí (67,3%). O Distrito Federal registrou a maior proporção de lares com acesso à internet em 2019: 94,4%.

Por outro lado, entre as 295 mil (26,8%) residências alagoanas sem conexão à rede mundial de computadores, 45% alegou como principal barreira o preço cobrado pelo serviço de acesso, tornando os alagoanos os que mais se queixavam dos valores entre todos os estados brasileiros. No Ceará, segundo colocado no

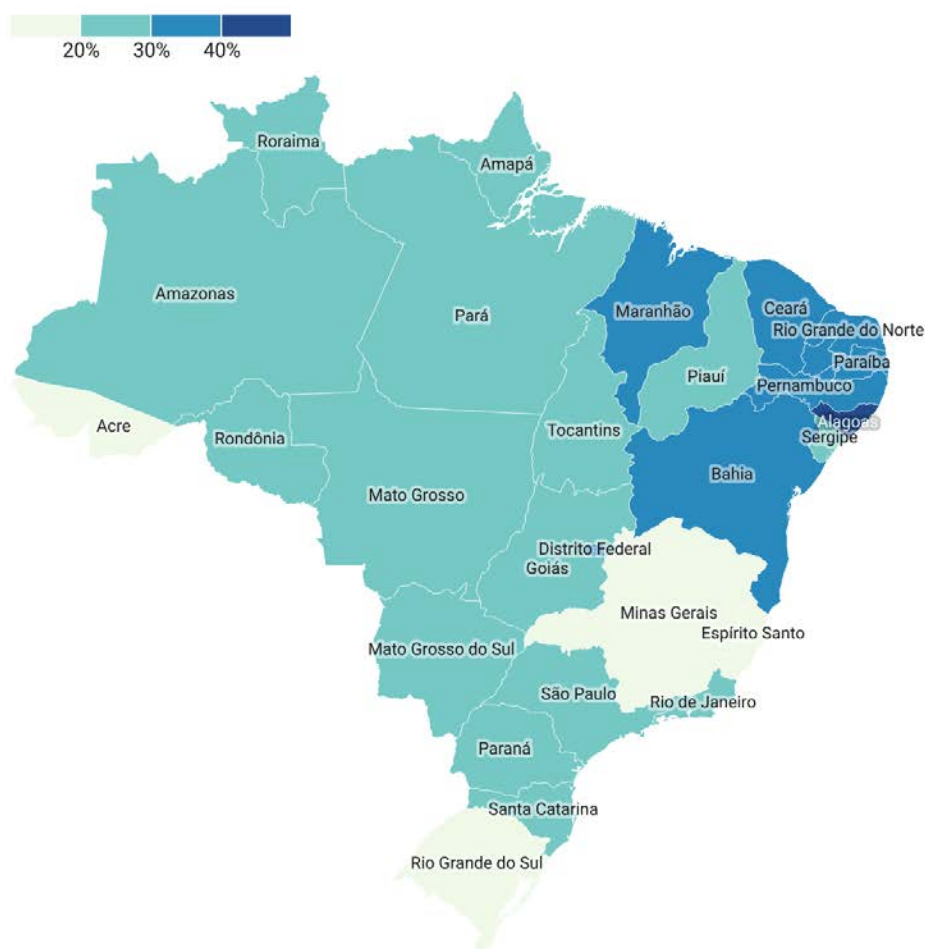
questo, essa foi a queixa de 38,1% das residências. Distrito Federal (36,7%), Rio Grande do Norte (36%) e Pernambuco (34,1%) apareceram na sequência.

Outros fatores observados nos lares alagoanos para a não utilização da internet foram o fato de nenhum morador saber usar a internet (23%), a falta de interesse (22%), o alto custo de equipamento eletrônico necessário para acessar a internet (6%), a ausência de oferta na área do domicílio (2%) e outros motivos (2%).

As informações foram extraídas da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) Contínua, que investigou no último trimestre de 2019 o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

### Distribuição dos domicílios que alegaram não utilizar a internet em função do preço do serviço, por estado (%)

Os dados são referentes ao ano de 2019



Mapa: Supervisão de Disseminação de Informações/AL  
 Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone celular para uso pessoal - 2019 / IBGE  
 Criado com Datawrapper

*Mapa - distribuição dos domicílios que alegavam preço do serviço*



### **Celular é o meio mais utilizado para acesso à internet em Alagoas**

A pesquisa também revelou que o aparelho de celular é o queridinho entre os alagoanos na hora de utilizar a internet. Em 2019, 99,7% dos moradores dos domicílios com utilização da internet afirmaram ter acessado o serviço através do celular. Outro equipamento em ascensão é a televisão, utilizada por quase um a cada cinco moradores (24,2%) - essa taxa era de 6,4% em 2016. Por outro lado, está em queda o uso de microcomputador ou tablet (30,9%), cujo percentual chegou a ser de 46,2%.

### **Lares com utilização de tablet têm o maior rendimento**

O rendimento médio mensal per capita nos lares alagoanos em que o tablet foi utilizado para acessar a internet era de R\$ 2.101 em 2019, quase três vezes maior que o registrado nos domicílios que utilizaram celular (R\$ 774). Já o rendimento médio nas residências com utilização de televisão foi de R\$ 1.249 e de R\$ 1.410 para as que fizeram uso de microcomputador.

### **Nordeste observa grande uso da internet exclusivamente por banda larga fixa**

Nos domicílios de Alagoas em que havia utilização da internet, o percentual dos que usavam banda larga móvel (3G ou 4G) era de 66% em 2019 - era 71,5% em 2016. Já o percentual dos domicílios que utilizavam a banda larga fixa alcançou a marca de 78,5% - era 65,5% em 2016.

A pesquisa também mostrou que 32,3% dos lares alagoanos acessavam a internet exclusivamente por banda larga fixa em 2019, a 5ª taxa mais alta do país. Ceará (45,4%), Rio Grande do Norte (43,1%), Paraíba (36,9%) e Bahia (36,9%) apareceram à frente.

*Fonte: Agência IBGE Notícias*

**G.30** - CORREIO 24 HORAS (14/04/2021)

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/bahia-e-o-segundo-estado-com-o-maior-aumento-absoluto-de-usuarios-de-internet/>

## **Bahia é o segundo estado com o maior aumento absoluto de usuários de internet**

*Da Redação*



*(Foto: Shutterstock)*

### **São 860 mil novos baianos internautas, aponta IBGE**

Entre os últimos trimestres de 2018 e de 2019, o número de baianos com 10 anos ou mais de idade que usaram a Internet, no estado, cresceu 10,3%, passando de 8,3 milhões para 9,2 milhões. Assim, de um ano para o outro, o percentual de internautas aumentou de 65,1% para 71,3%, um avanço de 6,2 pontos percentuais.

O aumento absoluto de 860 mil novos usuários em apenas um ano foi o maior registrado no estado desde 2016, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) iniciou a investigação anual da Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios Contínua (PNAD Contínua) sobre Tecnologias de Informação e da Comunicação (TIC).

Esta evolução foi ainda a segunda maior do país, atrás apenas da registrada em São Paulo, onde o número de pessoas que usaram a Internet aumentou em 1,4 milhão no mesmo período - de 33,6 milhões em 2018 para 34,9 milhões em 2019.

Em termos proporcionais, a taxa de crescimento baiana (+10,3%) foi quase o dobro da verificada no Brasil como um todo. No país, o número de pessoas de 10 anos ou mais de idade que havia acessado a Internet cresceu 5,6%, entre 2018 e 2019, passando de 135,9 milhões para 143,4 milhões (+7,5 milhões).

O crescimento baiano em termos percentuais foi o terceiro mais elevado, empatado com o de Rondônia e menor apenas que os verificados no Acre (+11,5%) e no Piauí (+10,8%).

O importante aumento no número de pessoas que usaram a Internet na Bahia fez o estado subir três posições no ranking da proporção de internautas na população de 10 anos ou mais de idade, de 20º lugar em 2018, para 17º em 2019, entre as 27 unidades da Federação.

Ainda assim, no pré-pandemia, 3 em cada 10 pessoas de 10 anos ou mais de idade na Bahia não acessavam a Internet de nenhuma maneira (nem pelo celular). Ou seja, 28,7% da população ou cerca de 3,705 milhões de moradores estavam "off-line".

No final de 2019, o percentual dos que utilizavam a Internet no estado (71,3%) estava abaixo do verificado no Brasil como um todo (78,3%) e muito aquém das proporções nas unidades da Federação que lideravam nesse indicador: Distrito Federal (92,1%), São Paulo (86,4%) e Rio de Janeiro (84,7%).

No outro extremo, Maranhão (57,0%), Piauí (63,6%) e Alagoas (64,0%) tinham os menores percentuais de moradores que utilizavam a Internet.

Tabela 7328 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de estudante e utilização da Internet no período de referência dos últimos três meses							
Variável - Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Mil pessoas)							
Utilização da internet no período de referência dos últimos três meses - Utilizaram internet							
Brasil e Unidade da Federação	2018 (mil pessoas)	%	2019 (mil pessoas)	%	Diferença 2019/2018 (mil pessoas)	Variação 2019/2018 (%)	Diferença 2019/2018 (em pontos percentuais)
<b>Brasil</b>	<b>135.908</b>	<b>74,7</b>	<b>143.452</b>	<b>78,3</b>	<b>7.544</b>	<b>5,6</b>	<b>3,6</b>
São Paulo	33.567	83,4	34.966	86,4	1.399	4,2	3,0
<b>Bahia</b>	<b>8.345</b>	<b>65,1</b>	<b>9.205</b>	<b>71,3</b>	<b>860</b>	<b>10,3</b>	<b>6,2</b>
Minas Gerais	13.877	74,8	14.610	78,0	733	5,3	3,2
Ceará	5.158	65,4	5.606	70,5	448	8,7	5,1
Rio Grande do Sul	7.703	76,7	8.104	80,6	401	5,2	3,9
Paraná	7.764	77,9	8.151	81,5	387	5,0	3,6
Pará	4.437	61,8	4.799	66,1	362	8,2	4,3
Pernambuco	5.576	68,1	5.904	71,0	328	5,9	2,9
Maranhão	3.113	52,7	3.401	57,0	288	9,3	4,3
Goiás	4.823	79,8	5.104	83,0	281	5,8	3,2
Rio de Janeiro	12.852	83,7	13.132	84,7	280	2,2	1,0
Santa Catarina	5.060	81,0	5.329	84,2	269	5,3	3,2
Amazonas	2.081	63,3	2.272	68,4	191	9,2	5,1
Piauí	1.628	57,7	1.804	63,6	176	10,8	5,9
Paraíba	2.237	64,9	2.388	69,0	151	6,8	4,1
Espírito Santo	2.662	77,1	2.810	80,3	148	5,6	3,2
Mato Grosso	2.259	77,8	2.384	81,4	125	5,5	3,6
Rondônia	1.102	73,4	1.216	80,4	114	10,3	7,0
Rio Grande do Norte	2.112	69,0	2.220	72,9	108	5,1	3,9
Mato Grosso do Sul	1.860	80,3	1.964	84,2	104	5,6	3,9
Alagoas	1.742	60,9	1.842	64,0	100	5,7	3,1
Sergipe	1.397	71,1	1.491	75,2	94	6,7	4,1
Distrito Federal	2.380	90,3	2.450	92,1	70	2,9	1,8
Acre	442	61,9	493	68,0	51	11,5	6,1
Tocantins	895	67,6	937	69,5	42	4,7	1,9
Amapá	504	73,1	543	78,2	39	7,7	5,1
Roraima	335	77,0	328	74,2	-7	-2,1	-2,8

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 4º trimestre

### Crescimento no interior

O aumento do número de internautas na Bahia, entre 2018 e 2019, foi maior fora da Região Metropolitana de Salvador, entre as mulheres, as pessoas idosas e as menos instruídas.

Pouco menos de um terço dos 9,2 milhões de pessoas que acessaram a Internet na Bahia, no quarto trimestre de 2019, residiam na Região Metropolitana de Salvador. Elas somavam cerca de 3,0 milhões de pessoas e representavam 32,6% dos internautas do estado.

Frente a 2018 (quando eram 2,8 milhões), esse grupo de internautas "metropolitanos" cresceu 6,5% (mais 183 mil pessoas), quase metade da taxa de crescimento verificada no restante do estado, onde o número de internautas aumentou 12,2%, passando de 5,5 milhões para 6,2 milhões (mais 677 mil).

Desde 2016, as mulheres se mantêm maioria entre os internautas na Bahia (como são na população em geral) e representavam 53,8% do total em 2019 (4,9 milhões dos 9,2 milhões). Frente a 2018, esse grupo cresceu 10,4% (mais 468 mil), enquanto o de homens aumentou 10,1% (mais 391 mil).

Por faixa etária, o crescimento do acesso à Internet na Bahia, entre 2018 e 2019, foi puxado pelas pessoas idosas. Os internautas de 60 anos ou mais de idade passaram de 602 mil para 825 mil em um ano, uma taxa de crescimento de 37,0%, representando mais 223 mil pessoas nesse grupo etário utilizando a Internet. Ou seja, entre 2018 e 2019, 1 em cada 4 novos internautas na Bahia tinha 60 anos ou mais de idade.

Na análise dos que acessaram a Internet por nível de instrução, o maior avanço se deu entre as pessoas sem instrução ou com até o ensino fundamental incompleto, onde os internautas passaram de 2,8 milhões em 2018 para 3,2 milhões em 2019 (+399 mil pessoas ou +14,4%).

### **Boom da Netflix**

Com o acesso à Internet via telefone celular praticamente universalizado na Bahia (informado por 98,9% dos 9,2 milhões de internautas em 2019) e o acesso pelo computador ou tablet seguindo em queda (informado por 34,7% dos que utilizaram a Rede), o equipamento que mais ganhou adeptos para navegar na Internet no estado foi a televisão.

No quarto trimestre de 2019, pouco mais de 2 em cada 10 pessoas que usaram a Internet na Bahia (23,6%) fizeram isso pela TV. Um total de 2,2 milhões de usuários informaram ter navegado por meio desse equipamento, grupo que cresceu 53,6% frente a 2018, quando somava 1,4 milhão de pessoas (17,0% do total naquele ano).

No Brasil, o acesso à Internet pela TV também foi o que mais cresceu, de 23,2% dos usuários em 2018 (31,5 milhões de pessoas) para 31,9% em 2019 (45,7 milhões).

A quase onipresença do celular para acessar a Internet e o forte crescimento da utilização da televisão estão bastante relacionados com as finalidades mais frequentes de utilização do serviço e as que mais ganharam adeptos.

Na Bahia, em 2019, trocar mensagens de texto, voz ou imagem por aplicativos diferentes do e-mail se manteve como a finalidade mais frequente de uso da Internet, citada por 93,8% dos internautas, ou 8,6 milhões (frente a 95,1% em 2018).

Entretanto, em relação a 2018, as finalidades que mais cresceram no estado foram, respectivamente, assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes (citada por 87,7% dos usuários em 2019 frente a 84,8% em 2018) e conversar por chamada de voz ou vídeo (citada por 92,2% dos usuários em 2019, frente a 89,8% em 2018).

Por outro lado, a finalidade de uso menos frequente continuou sendo enviar ou receber e-mail, citada por 50,7% das pessoas que utilizaram a Internet na Bahia, tanto em 2019 quanto em 2018.

No Brasil como um todo, o perfil e o movimento das finalidades de uso da Internet, em 2019, foram bem parecidos. O uso mais informado foi trocar mensagens de texto, voz ou imagem por aplicativos diferentes do e-mail (por 95,7% dos usuários). A segunda finalidade mais frequente foi conversar por chamadas de voz ou vídeo (91,2%), que vem aumentando desde 2016, assim como a proporção de pessoas que usaram a Internet para assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes (88,4%).

Por outro lado, no país, o percentual dos que acessam a Internet com a finalidade de enviar e receber e-mail vem se reduzindo a cada ano, chegando a 61,5% em 2019.

### **15% dos estudantes não usava internet**

Na Bahia e no Brasil como um todo, o percentual de estudantes que acessavam a Internet no quarto trimestre de 2019 (84,2% no estado e 88,1% no país) era maior do que na média da população (71,3% e 78,3% respectivamente).

O número de internautas entre as pessoas de 10 anos ou mais de idade que estudavam também cresceu no estado. Passou de 2,148 milhões em 2018 para 2,271 milhões em 2019 (+5,7%), o que representou mais 123 mil estudantes

utilizando a Rede em um ano. A Bahia teve o maior crescimento absoluto do país nesse contingente e o terceiro maior aumento percentual.

Apesar do expressivo avanço, o estado tinha no fim de 2019, às vésperas da pandemia da Covid-19 e da necessidade de adesão ao ensino remoto, 15,8% de seus estudantes sem usar a Internet, o que representava 428 mil pessoas. Essa proporção (15,8%) estava acima da média nacional e era a 11ª mais elevada entre as 27 unidades da Federação.

No Brasil como um todo, 11,9% dos estudantes não acessavam a Internet no quarto trimestre de 2019 (4,263 milhões de pessoas). Maranhão (36,1%), Amazonas (31,2%) e Pará (26,6%) tinham os maiores percentuais de estudantes "off-line", enquanto Distrito Federal (3,6%), Rio Grande do Sul (5,0%) e São Paulo (5,5%) tinham os menores.

Em números absolutos (428 mil estudantes sem Internet), a Bahia ficava em terceiro lugar no país, abaixo apenas de Maranhão (513 mil) e Pará (473 mil).

O número de estudantes baianos de 10 anos ou mais de idade sem telefone celular para uso pessoal era ainda mais expressivo. No quarto trimestre de 2019, 1 em cada 3 pessoas que estudavam no estado não possuía o aparelho: 33,5% do total ou 904 mil pessoas. Era o segundo maior contingente do país, em termos absolutos, abaixo apenas do verificado em São Paulo (1,349 milhão de estudantes sem celular).

O número de estudantes com celular não avançou tanto na Bahia quanto o de internautas. Cresceu 3,9%, passando de 1,727 milhão em 2018 para 1,795 milhão em 2019 (mais 68 mil estudantes com o aparelho em um ano).

No Brasil como um todo, em 2019, 26,8% dos estudantes não tinham celular (9,7 milhões). Além de estar acima do indicador nacional, a proporção de estudantes sem celular na Bahia (33,5%) era a 10ª maior entre as 27 unidades da Federação, num ranking liderado por Maranhão (50,3%), Pará (47,1%) e Amazonas (47,0%). Rio Grande do Sul (15,8%), Distrito Federal (16,3%) e Santa Catarina (18,2%), por sua vez, tinham os menores percentuais de estudantes sem celular.

Considerando todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade, na Bahia 74,0% tinham telefone celular no quarto trimestre de 2019 (9,6 milhões em números absolutos). Esse grupo cresceu 5,0% frente a 2018, quando somava 9,1 milhões (71,0% do total), o que significou mais 453 mil pessoas com celular em um ano.

A proporção das pessoas que tinham celular na Bahia era apenas a 18ª entre as 27 unidades da Federação, num ranking liderado por Distrito Federal (90,3%), Rio Grande do Sul (88,9%) e São Paulo (87,2%). No outro extremo estavam Maranhão (58,4%), Pará (63,1%) e Amazonas (66,6%).

No Brasil como um todo, em 2019, 148,4 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade tinham telefone móvel celular para uso pessoal, o que correspondia a 81,0% da população nessa faixa etária, percentual um pouco maior que o de 2018 (79,3%).



**G.31 - CORREIO 24 HORAS (15/04/2021)**

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/bombando-idosos-aderem-ao-vicio-e-bahia-ganha-860-mil-novos-internautas-em-um-ano>

**Bombando: idosos aderem ao vício, e Bahia ganha 860 mil novos internautas em um ano**

*Responsável por guinada, público da terceira idade já representa 37% dos novos usuários*

*Wendel de Novais\**

Cada vez menos baianos levam a vida sem acesso à internet. Pelo menos, é o que indicam os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontam um crescimento de 10,3% no número de pessoas de 10 anos ou mais de idade que usam internet na Bahia de 2018 para 2019. Um aumento, em números absolutos, de 860 mil novos internautas, que fez a população conectada aos serviços de internet pular de 8,3 milhões para 9,2 milhões e o percentual de conectados chegar a 71,6%. E os maiores responsáveis pela guinada no número são os idosos, que representam 37% dos novatos das redes.

Porém, o percentual de conectados ainda deixa de fora quase 3 em cada 10 moradores do estado, ou 3,7 milhões de pessoas. No ranking nacional de estados com maior taxa de conectados, a Bahia está em 17º. Até por isso, em termos proporcionais, a taxa de crescimento baiana foi quase o dobro da verificada no Brasil como um todo. Mariana Viveiros, supervisora de disseminação de informações do IBGE, afirma que o número é positivo, mas que ele só é possível justamente por causa do déficit em termo de pessoas conectadas no estado, que está na parte de baixo do ranking com todos os 26 estados e o Distrito Federal.

"A taxa de evolução nesse número acaba sendo maior por ter esse espaço para crescer. Infelizmente, ainda estamos muito abaixo. A taxa de aumento de internautas é maior que a nacional, mas a média no Brasil já está em 78,3%. Então, é natural que seja mais fácil para o estado obter um crescimento superior porque a Bahia está mal no indicador, embora esteja melhorando porque saiu da 20ª colocação para a 17ª", explica Mariana.

No entanto, Grinaldo Oliveira, coordenador geral de infraestrutura de tecnologia da informação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Informação do Estado da Bahia (Secti), entende que essa taxa deve ser comemorada pelo potencial de influência da estatística no Produto Interno Bruto (PIB) baiano. "É um dado extremamente relevante, que é certificado pelo IBGE com seriedade e mostra um ingresso consistente e interessante da população na internet. Hoje, existem dados, inclusive do Banco Mundial, que colocam que o aumento, por exemplo, de 10% da penetração de internet reflete em até 1% de aumento no PIB. Há uma relação direta entre desenvolvimento e acesso à internet", garante.

### **Idosos**

Ao contrário do que se pode pensar, essa evolução do dado não é puxada pelo público jovem e sim pelo público idoso. Seja para ter acesso aos serviços, viabilizar a solução de problemas do sofá de casa ou facilitar o contato com familiares e amigos à distância, fato é que o público mais velho vem invadindo as redes na Bahia.

Para Grinaldo, o perfil do aumento tem a ver com a ampliação de oferta de internet e o caráter intuitivo dos dispositivos. "Naturalmente, a gente tá em um processo de transformação digital que substitui as mídias tradicionais pela internet. O analógico dá espaço ao digital muito pela ampliação da oferta de internet e dispositivos em todo lugar e, no caso dos idosos, que é um público que demanda aparelhos mais intuitivos, de fácil manuseio, isso tem sido entregue de uma forma que supere o que se tinha antes", afirma.

Outro ponto que propicia a maior inserção dos idosos é a disponibilização de serviços cotidianos que, agora, podem ser acessados com poucos toques de tela no celular. Foi isso que motivou o aposentado Aloísio Moreira, 62 anos, a usar celular com acesso à internet em 2018. Ele viu o filho e a esposa resolvendo coisas básicas como o pagamento de conta de água pelo celular e não quis deixar a facilidade de lado. "Quando meu filho abriu o aplicativo do banco pelo celular, leu o código de barras e pagou em dois segundos, vi que era o que precisava. Fila agora só para coisas que não têm como fazer pelo celular", diz.

Luzia de Oliveira, 68, também é aposentada e começou a fazer uso da internet em 2019. Ao contrário de Aloísio, ela não usa celular para resolver pendências ou pagar contas. Para ela, o aparelho serve para uma única coisa: falar

com familiares e amigos que estão distantes. "Eu comprei o meu celular em 2019 para conseguir falar com os parentes que ficam longe de mim. Tem filho, neto... Afinal, ninguém atende telefone mais, não é?!", brincou.

Perguntada se tenta fazer buscas em navegadores ou acompanhar redes sociais de fotos e vídeos, ela responde prontamente que só se interessa pelo aplicativo de mensagens. "Abro meu celular só pra falar com o povo que tá longe mesmo. Entro no aplicativo e mando um áudio dando bom dia e perguntando como vão as coisas. Nem me dou ao trabalho de digitar e, depois, largo ele de canto".

Luzia e Aloísio têm uma coisa em comum: os dois têm no celular o único aparelho para acesso à internet. Uma realidade nada incomum para os baianos. Ainda de acordo com as estatísticas divulgadas pelo IBGE, 57% dos baianos fazem uso da internet exclusivamente através do celular.

Grinaldo entende que esse processo também é fruto do esforço dos desenvolvedores dos sistemas de smartphone para criar softwares e aparelhos mais amigáveis. "Você pega um celular e ele consegue ser altamente intuitivo no uso de aplicativos, com uma interação tranquila. Tudo muito diferente de antigamente. Vejo muito isso nos sistemas operacionais dos celulares, em todos eles".

*\*Sob supervisão da chefe de reportagem Perla Ribeiro*